

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014



Fórum Integrado de anos finais. (Fonte: Coordenação de Ensino Fundamental)

Foram realizadas 12 coordenações coletivas pedagógicas com as Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA), responsáveis pelo desenvolvimento de um trabalho que auxilia os estudantes com dificuldades de escolarização, o que justifica a presença destes profissionais em todas as escolas dos anos iniciais (1º ao 5º ano), anos finais (6º ao 9º ano), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Com a ampliação das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem, incluindo Psicólogos, aproximadamente 90% das escolas dos anos iniciais passaram a contar com o apoio destes profissionais, o que repercutiu positivamente para minimizar as dificuldades de escolarização de muitos estudantes. Da mesma forma, iniciou-se um processo de ampliação das EEAA para os anos finais e Ensino Médio, marcando, assim, o início de um trabalho voltado para as necessidades dos estudantes dessas etapas.

Para acompanhar e qualificar o trabalho realizado, houve a participação de coordenadores intermediários e itinerantes, cujo objetivo é orientar, apoiar e acompanhar o trabalho realizado pelas EEAA nas regionais de ensino e discutir sobre políticas públicas voltadas às Salas de Apoio à Aprendizagem.

A fim de ampliar a discussão e aproximar as EEAA da Gerência de Educação Básica, houve 14 encontros pedagógicos articulados, um em cada Regional de Ensino, com a participação de coordenadores centrais, integrantes das EEAA e coordenadores intermediários da GEB visitada; além disso, foram realizadas duas palestras na regional de Ceilândia sobre a atuação dos psicólogos nas EEAA.

Em maio de 2014, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de elaborar os referenciais da Sala de Apoio. Esse grupo contou com a participação de 22 profissionais, entre pedagogos e psicólogos integrantes das EEAA. O GT reuniu-se em 18 encontros, com o objetivo de escrever um documento que subsidie a prática dos integrantes das EEAA. Para qualificar o texto presente nesse documento, foi realizado um fórum na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), com o público de 399 profissionais integrantes das EEAA, no qual 90% do material elaborado pelo GT foi aprovado pelo grupo.

Para fortalecer o processo de educação continuada dos profissionais das EEAA, o Núcleo de Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (NUEEAA), articulado com a Coordenação de Educação Especial (COESP) e a Gerência de Orientação Educacional (GOE), realizou na Câmara Legislativa o seminário intitulado "O Rótulo como Invisibilidade do Sujeito". Nesse encontro, que contou com o público de 400 profissionais das EEAA, a discussão ocorreu em torno da medicalização dos estudantes. Os palestrantes são pesquisadores do tema na Universidade de Campinas (UNICAMP).

O "IV Circuito de Ciências é um evento pedagógico-científico que objetiva o fortalecimento da criatividade, do raciocínio lógico, da capacidade de pesquisa e do conhecimento científico, bem como da autonomia intelectual, favorecendo a apropriação das etapas de desenvolvimento do trabalho científico – problematização, levantamento de hipóteses, investigação, análise e conclusão. Este circuito envolveu 452 escolas e 5.510 estudantes nas etapas regionais, 168 escolas e 2.055 estudantes na etapa distrital. A visitação atingiu o número de 20.000 estudantes por dia, totalizando 60.000 estudantes que visitaram a etapa distrital do Circuito de Ciências.

O Projeto Correção da Distorção Idade-Série (CDIS) visa adequar a série do estudante a sua idade, sem prejuízo das aprendizagens, garantindo a permanência e sucesso do estudante na escola. As atividades desenvolvidas em sala de aula têm como fios condutores a ludicidade e a interdisciplinaridade, numa perspectiva de atendimento às subjetividades desses estudantes que têm dificuldade mais acentuada no processo de escolarização. A SEEDF atendeu, em 2014, 3.300 estudantes em inadequação escolar do ensino fundamental (anos

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

iniciais e finais) com o Projeto CDIS. Os resultados variam entre 41% a 43% de aproveitamento desses estudantes, que conseguem corrigir o fluxo e, de 23% a 32% de estudantes que são aprovados para o ano subsequente, perfazendo um total de aproveitamento entre 66% a 75%, permitindo a permanência do estudante na escola e a continuidade dos estudos, combatendo a evasão escolar.

Por conta da implementação do projeto de CDIS, houve o acompanhamento do trabalho pedagógico de 67 escolas que possuem turmas de CDIS por meio dos fóruns de anos iniciais e de anos finais, além do acompanhamento pedagógico *in loco* a 05 escolas com dificuldades em desenvolver o projeto CDIS.

Em parceria com outras instituições, foram realizados os projetos Educomunicação (Instituto Marista) para estudantes do Ensino Fundamental - anos finais com o objetivo de realizarem trabalhos na área de comunicação. Os estudantes estão produzindo vídeos e textos jornalísticos. Esses textos serão publicados em um blog, com a coordenação do Instituto Marista, com um total de 04 escolas atendidas e 160 estudantes participantes.

Em parceria com o Colégio Militar, está sendo realizado o projeto “Força no esporte”, cujas ações, desenvolvidas no contra turno, beneficiam 100 estudantes do Centro de Ensino Fundamental 316 norte.

A fim de oferecer mais subsídios para os professores que atuam em turmas de CDIS, foi elaborado o material pedagógico específico, intitulado “Curtas na Escola”, caderno de atividades a partir do audiovisual, beneficiando 67 escolas do Ensino Fundamental. A culminância desse trabalho ocorreu por meio da realização do “Festival Curtas Na Escola”, que contou com produções audiovisuais desses estudantes, nas categorias anos iniciais e anos finais, sendo selecionados dez vídeos de cada categoria para a premiação.

A COENF promoveu também ações para a oferta de programas de empreendedorismo em parceria com a Associação Júnior Achievement do Distrito Federal. Essa parceria resultou na apresentação de 8 Programas desenvolvidos por 5 escolas da rede pública e envolveu 1.416 estudantes durante o 1º semestre do ano de 2014.

Objetivo Específico: 003 – Ampliar o atendimento dos jovens de 15 a 17 anos, consolidando modelo de currículo que estimule a permanência dos alunos no ensino médio.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
939 Matrículas dos jovens de 15 a 17 anos	%	42	30/06/2011	Anual	Desejado	64,5	45	47,5	50	IBGE - Censo Demográfico/ 2010
					Alcançado	64,5	88	66,8	-	

Os desafios para o Ensino Médio são grandes. Olhar para questões inquietantes e instigantes como a evasão, a repetência, o abandono, os desencantos, os indicadores internos, as avaliações externas e a diversidade dos interesses dos estudantes vêm mobilizando a Coordenação para a construção de novas propostas, considerando as particularidades do Ensino Médio. Uma das metas é atrair jovens entre 15 e 17 anos não matriculados e incentivá-los a permanecer na escola, adotando diferentes estratégias de ensino e de aprendizagem para os vários anseios, próprios dos grupos juvenis.

Para tanto, em 2014 esta Coordenação atuou com os seguintes Projetos:

Implementação do Projeto da Organização Escolar em Semestres no Ensino Médio (Semestralidade)

Em janeiro de 2014, a ação principal foi a formação dos representantes das Coordenações Regionais de Ensino para apropriação dos documentos oficiais produzidos pela Secretaria de Educação/ Subsecretaria de Educação Básica: Pressupostos Teóricos do Currículo da Educação Básica da SEDF, Orientação Pedagógica: Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas escolas e Diretrizes de Avaliação Educacional.

Em fevereiro, foi realizada a entrega oficial do Currículo em Movimento da Educação Básica, que apresenta o Ensino Médio com proposta curricular alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2012) e a possibilidade de organização semestral das unidades escolares. Nesse mesmo mês, foi realizada a sistematização das Atas de Adesão à Semestralidade das unidades escolares de Ensino Médio para o ano letivo de 2014. Como consequência do trabalho desenvolvido, das 85 escolas da rede pública de ensino que ofertam o ensino médio, houve adesão à semestralidade em 38 Unidades Escolares.

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Coordenação Regional de Ensino	Unidade Escolar	Turnos de adesão
Brazlândia	1. Centro Educacional 03	Diurno
Ceilândia	2. Centro Educacional 14	Diurno
	3. Centro Educacional 11	Diurno
	4. Centro de Ensino Médio 03	Diurno
	5. Centro de Ensino Médio 04	Diurno/Noturno
	6. Centro de Ensino Médio 09	Diurno
	7. Centro de Ensino Médio 10	Noturno
	8. Centro de Ensino Médio 12	Diurno
Gama	9. Centro Educacional 06	Diurno
Guará	10. Centro Educacional 02	Noturno
	11. Centro Educacional 03	Diurno
	12. Centro Educacional 04	Diurno
Núcleo Bandeirante	13. Centro de Ensino Médio 1 do Riacho Fundo	Diurno
	14. Centro de Ensino Médio 1 do Núcleo Bandeirante	Diurno
	15. Centro de Ensino Médio Júlia Kubitschek	Diurno
Paranoá	16. Centro de Ensino Médio 1	Diurno-Noturno
	17. Centro Educacional Darcy Ribeiro	Diurno/Noturno
Planaltina	18. Centro Educacional Dona América Guimarães	Diurno
	19. Centro Educacional 01	Diurno
	20. Centro de Ensino Médio 02	Noturno
Plano Piloto/Cruzeiro	21. Centro Educacional 01 do Cruzeiro	Diurno
	22. Centro Educacional 02 do Cruzeiro	Diurno
Recanto das Emas	23. Centro Educacional 104	Diurno
	24. Centro de Ensino Médio 111	Diurno/Noturno
	25. Centro de Ensino Médio 804	Diurno/Noturno
São Sebastião	26. Centro de Ensino Médio 01	Diurno-Noturno
	27. Centro Educacional 123	Diurno
Samambaia	28. Centro Educacional 619	Diurno
	29. Centro de Ensino Médio 414	Diurno/Noturno
	Centro de Ensino Médio 304	Diurno
Santa Maria	30. Centro de Ensino Médio 404	Diurno-Noturno
	31. Centro de Ensino Médio 417	Diurno-Noturno
	32. Centro Educacional 310	Diurno
Sobradinho	33. Centro Educacional 416	Diurno
	34. Centro Educacional 04	Vespertino
	35. Centro Educacional Fercal	Noturno
Taguatinga	36. Centro Educacional 07	Diurno
	38. Escola Bilingüe	Diurno

Unidades Escolares que aderiram à Semestralidade no ano letivo de 2014 após conferências públicas e aprovação do Projeto no Conselho de Educação do Distrito Federal.

De fevereiro a junho, aconteceram encontros do Fórum Permanente da Semestralidade para construção das Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar em Semestres no Ensino Médio. Em julho, foi apresentado, no Fórum, os esboços das adequações dos Diários de Classe (analógico e eletrônico) já pautados nas novas Diretrizes de Avaliação da SEDF.

Em junho, em atendimento ao Parecer nº 229 de 2013 do Conselho de Educação do Distrito Federal – CED, foi apresentado o 1º Relatório de implantação da Organização Escolar em Semestres (Semestralidade) no Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal ao CEDF. Nesse Relatório foi apresentado também o resultado da pesquisa, realizada no ano de 2013, pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal/SUBEB/SUPLAV/SUMTEC, aplicada por meio da “plataforma Moodle” (ambiente virtual de aprendizagem) aos gestores e professores das unidades escolares que fizeram a adesão no ano letivo de 2013.

Em dezembro, em atendimento ao mesmo Parecer do CEDF, foi apresentado ao Conselho o 2º Relatório de implantação da Organização Escolar em Semestres (Semestralidade) no Ensino Médio. Nesse Relatório foram indicadas as ações de implantação/implementação, acompanhamento e avaliação da Organização Escolar, desenvolvidas no período de agosto a novembro de 2014, destacadas a seguir:

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

- Encaminhamento do texto final das Diretrizes da Semestralidade ao gabinete da SUBEB;
- Elaboração da Circular conjunta 19, que trata dos procedimentos operacionais das Coordenação Regionais de Ensino e das Unidades Escolares de Ensino Médio para as novas adesões à Organização Escolar em Semestres (Semestralidade);
 - Explicação dos procedimentos apresentados na Circular Conjunta 19, aos coordenadores de CRE e gerentes de GEB no Fórum SUBEB;
 - Encaminhamento, por parte da COEMED/SUBEB, de material (Parecer nº229 do CEDF, projeto da semestralidade aprovado pelo CEDF) e apresentação às Coordenações Regionais de Ensino.



Apresentação do II Relatório no CEDF (Fonte: Coordenação de Ensino Médio)

As “Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar em Semestres no Ensino Médio” foram aprovadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal em dezembro de 2014 e encontram-se em fase de publicação na página da SEEDF e impressão na gráfica da Secretaria.

Implementação do Pacto Nacional para o fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) no DF

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio/PNEM representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital, na formulação e implantação de políticas que visam elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele tem direito. Neste primeiro momento duas ações estratégicas estão articuladas, o redesenho curricular, em desenvolvimento nas escolas por meio do “Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI”, e a Formação Continuada de professores do Ensino Médio. No Distrito Federal, a proposta é desenvolvida por meio de uma parceria entre a Universidade de Brasília e a Secretaria de Educação, especialmente por meio da Subsecretaria de Educação Básica e da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - EAPE. O PNEM-DF concluiu a primeira e a segunda etapa de formação, com término ocorrido no dia 10 de dezembro de 2014, ocasião em que foi realizado o IV Seminário Distrital para Orientadores(as) de Estudo e professores(as) cursistas do Ensino Médio regular e da Educação de Jovens e Adultos.

O curso de formação para os(as) Formadores(as) Regionais ocorre semanalmente, às terças-feiras, (pela manhã) na Universidade de Brasília. A formação dos Orientadores de Estudo ocorre semanalmente, às segundas-feiras (nos turnos matutino, vespertino e no noturno), na EAPE. Esses períodos de formação são, respectivamente, destinados aos estudos dos cadernos e ao planejamento dos encontros a serem realizados nas escolas durante as coordenações coletivas.

O PNEM-DF utiliza amplamente o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA para realização de parte da formação dos(as) Formadores(as) Regionais, dos(as) Orientadores(as) de Estudo e dos(as) Professores(as) cursistas. Além disso, foram criadas as páginas do PNEM-DF na internet (<http://pnem.fe.unb.br/>) e da Comunidade do Pacto no Portal EM diálogo (<http://www.emdialogo.uff.br/>).

O I Seminário Distrital do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio/PNEM, realizado no dia 16 de dezembro de 2013, representou a adesão do Distrito Federal ao PNEM e contou com a participação do reitor da Universidade de Brasília, do Secretário de Educação do DF, de membros das Coordenações Regionais de Ensino, de Gestores(as) das escolas e integrantes da coordenação do PNEM-DF na UnB.

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

O II Seminário Distrital do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, realizado no dia 17 de março de 2014, teve como público principal os(as) Orientadores(as) de Estudo. A mesa de abertura contou com a presença de autoridades do Ministério da Educação, da Universidade de Brasília e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. A aula inaugural foi proferida por professor do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

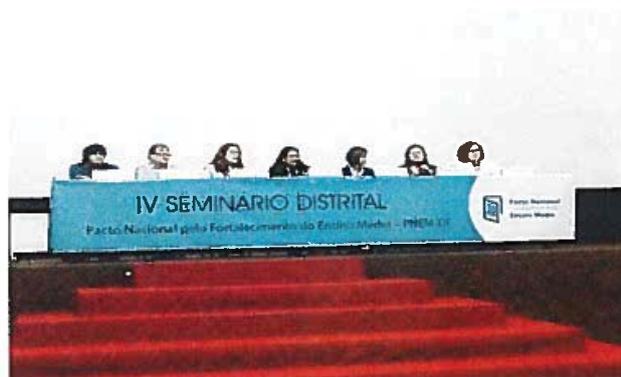
O III Seminário Distrital do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, realizado nos dias 13 e 14 de agosto de 2014, também teve como público principal os Orientadores de Estudo. A abertura do seminário contou com a participação de autoridades da Universidade de Brasília, do Ministério da Educação e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. As conferências do evento foram ministradas por professores da UFRJ e da Unicamp.



Mesa de Abertura do III Seminário Distrital do PNEM-DF (Fonte: Coordenação de Ensino Médio)

No Distrito Federal, houve adesão de 100% das Unidades Escolares de Ensino Médio da Rede Pública, abrangendo um total de 4.100 professores.

A Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (Subsecretaria de Educação Básica/Coordenação de Ensino Médio/Coordenação de Educação de Jovens e Adultos e Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação) realizaram o “IV Seminário Distrital do Pacto Nacional” pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que ocorreu nos dias 10 e 11 de dezembro. O evento contou com a apresentação de pesquisas sobre o Ensino Médio no Distrito Federal, além da apresentação de propostas da Secretaria de Educação Básica/SEB/MEC para o Ensino Médio e a Formação Continuada de Professores. Constituiu o encerramento da formação continuada realizada por 3.904 professores(as) de Ensino Médio e de Educação Jovens e Adultos do Distrito Federal. O PNEM-DF também possibilitou a formação de 176 orientadores(as) de estudos, distribuídos por 107 escolas.



Implementação do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) é oriundo do Governo Federal e foi adotado em 2009 com o objetivo de incentivar a reestruturação curricular do Ensino Médio no país. Para tanto, são disponibilizados recursos via PDDE/FNDE e repassados diretamente para as escolas públicas de Ensino Médio após o aval das Secretarias de Estado de Educação das diversas Unidades da Federação.

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

A inscrição das escolas interessadas em fazer a adesão ao programa deve ser feita pelo sistema PDDE Interativo (<http://pdeinterativo.mec.gov.br/>), na aba ProEMI. Os gestores fazem o preenchimento de 100% do Diagnóstico disponível no próprio sistema para depois cadastrar o Projeto de Redesenho Curricular (PRC), que deve ser desenvolvido com a participação ativa da comunidade escolar e estar coadunado com o Projeto Político-Pedagógico das respectivas unidades escolares.

A partir de 2013, o ProEMI passou a ser bienal, portanto as escolas que não aderiram ao Programa no biênio 2013-2014 puderam fazê-lo para o biênio 2014-2015 no período de 12 de maio a 31 de agosto.

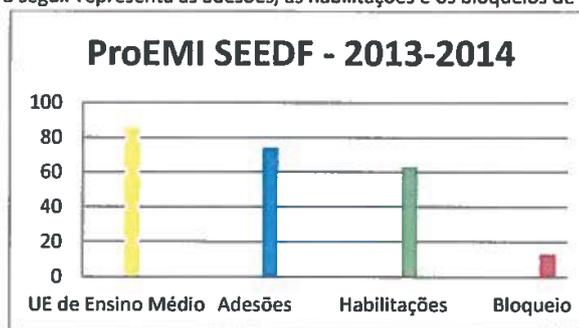
Considerando a relevância do ProEMI para o fortalecimento do Ensino Médio e a necessidade de ampliação do número de adesões, a Coordenação de Ensino Médio passou a realizar várias ações para orientação às escolas, especialmente no trabalho de produção dos projetos.

No período de 20 a 28 de fevereiro de 2014, foram realizadas reuniões de orientação pedagógica e financeira com gestores escolares e coordenadores intermediários de Ensino Médio.

A Coordenação de Ensino Médio realizou, no dia 27 de março de 2014, uma oficina de elaboração de projetos para os gestores e coordenadores intermediários do Ensino Médio, contando também com a colaboração dos gestores do Centro Educacional São Francisco de São Sebastião na divulgação da sua experiência em relação ao ProEMI.

No período de 12 de maio a 31 de agosto, a Coordenação de Ensino Médio acompanhou e orientou a unidades escolares na elaboração dos PRC e preenchimento da plataforma. Foram realizadas visitas a algumas unidades escolares e vários gestores foram recebidos para orientação e esclarecimentos de dúvidas na Coordenação de Ensino Médio. Nesse período, esta Coordenação analisou e encaminhou ao MEC os PRC de 23 Unidades Escolares para novas adesões para atualização de dados de acordo com o Censo de 2013. Das 23 Unidades Escolares que fizeram a adesão, 13 foram habilitadas e 10 foram bloqueadas por inadimplência com prestação de contas de recursos recebidos.

O Gráfico a seguir representa as adesões, as habilitações e os bloqueios de 2013 e 2014.



Panorama do ProEMI SEDF – 2013-2014 (Fonte: Coordenação de Ensino Médio)

De 85 Unidades Escolares de Ensino Médio da Rede Pública do DF cadastradas no MEC, 74 (83,5%) aderiram ao ProEMI.

O Quadro abaixo apresenta as adesões, habilitações e bloqueios por Coordenação Regional de Ensino.

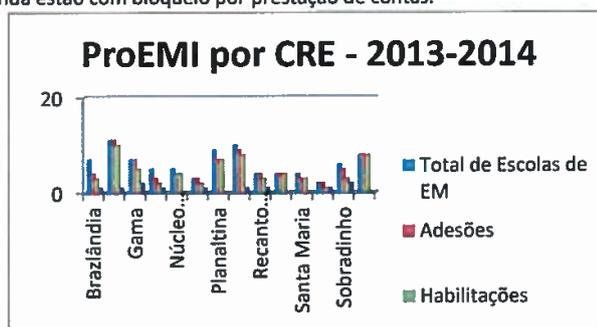
CRE	Total de Escolas Ensino Médio	Adesões	Habilitações	Bloqueio
Brazlândia	07	04	03	01
Ceilândia	11	11	10	01
Gama	07	07	05	02
Guará	05	03	02	01
Núcleo Bandeirante	05	04	04	-
Paranoá	03	03	02	01
Planaltina	09	07	07	-
Plano Piloto/Cruzeiro	10	09	08	01
Recanto das Emas	04	04	03	01
Sambambaia	04	04	04	-
Santa Maria	04	03	03	-

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

CRE	Total de Escolas Ensino Médio	Adesões	Habilitações	Bloqueio
São Sebastião	02	02	01	01
Sobradinho	06	05	03	02
Taguatinga	08	08	08	-
TOTAL	85	74	63	11

Resumo ProEMI por CRE

Do total de 85 unidades escolares de Ensino Médio do Distrito Federal cadastradas na plataforma do PDDE Interativo, de acordo com os dados do Censo de 2013, 74 aderiram ao ProEMI, 63 estão habilitadas a receber os recursos e 11 ainda estão com bloqueio por prestação de contas.



Panorama do ProEMIpore CRE – 2013-2014 (Fonte: Coordenação de Ensino Médio)

De acordo com o gráfico, é possível observar que as Coordenações Regionais de Samambaia e Taguatinga obtiveram 100% de adesão e de habilitação, pois não houve bloqueio por prestação de contas das unidades escolares ligadas a essas CREs. As demais Coordenações Regionais de Ensino estão em busca da melhoria do percentual de adesões e de habilitações e a Coordenação de Ensino Médio tem envidado esforços para realização do acompanhamento da implementação dos PRC nas unidades escolares, bem como para que haja 100% de adesão ao “Programa Ensino Médio Inovador no Distrito Federal”

Participação do Programa Parlamento Juvenil do Mercosul – PJM desenvolvido pelo Ministério da Educação

O Projeto Parlamento Juvenil do Mercosul surgiu na busca pela concretização de um dos objetivos do Plano de Ação do Setor Educacional do Mercosul 2006-2010, que pleiteava “contribuir para a integração regional, acordando e executando políticas educativas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente.”

A iniciativa do Parlamento Juvenil veio complementar o trabalho desenvolvido no âmbito do “Projeto Caminhos” do Setor Educacional do Mercosul.

O projeto PJM foi destinado a jovens entre 14 e 18 anos, estudantes dos últimos anos das escolas públicas de Ensino Médio dos seis países envolvidos na iniciativa.

Nos Estados e no Distrito Federal, a coordenação do programa é feita por servidores das Secretarias de Educação.

A Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, por intermédio da Coordenação Geral de Ensino Médio em conjunto com a Assessoria Internacional, promoveu a escolha dos representantes do Parlamento Juvenil do Mercosul – biênio 2014-2016, na cidade de Gramado/RS, no mês de junho de 2014. Foi escolhido um Parlamento Juvenil de cada estado da Federação e do Distrito Federal.

A estudante que representa o DF pelo projeto PJM é aluna da 2ª série do Ensino Médio do CEM 111 do Recanto das Emas. Ela foi recebida pelo Secretário de Educação do DF para uma apresentação do programa PJM e realizou entrevista para desdobramentos dentro da escola.

SPL PROC 00003 /15-Folha 000302 Bet

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014



Coordenadora do Ensino Médio, Secretário de Educação do DF, e a estudante representante do DF no PJM (Fonte: Coordenação de Ensino Médio)

Dando continuidade às atividades do Parlamento Juvenil do Mercosul, o Ministério da Educação realizou entre os dias 16 e 19 de julho de 2014, em Brasília/DF, a formação dos representantes estaduais do PJM eleitos em Gramado/RS. Também contou com a presença dos representantes das Secretarias Estaduais de Educação para o acompanhamento e participação das atividades propostas para este evento.

Programa Parlamento Jovem Brasileiro desenvolvido pela Câmara dos Deputados

O Parlamento Jovem Brasileiro é realizado anualmente e tem por objetivo possibilitar aos alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático, mediante participação em uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados, em que os estudantes tomam posse e atuam como Deputados Jovens.

Os estudantes interessados em participar elaboram um projeto de lei dentro dos critérios especificados pela Câmara dos Deputados. Os selecionados participam de uma jornada de 5 dias em Brasília, onde têm a oportunidade de experimentar a rotina dos deputados brasileiros.

Nos Estados e no Distrito Federal, a coordenação do programa é feita por servidores das Secretarias de Educação. No Distrito Federal, a Coordenação de Ensino Médio ficou responsável pela coordenação do programa.

A Coordenação de Ensino Médio participou de um encontro de coordenadores estaduais nos dias 13 e 14 de março de 2014.



Formação dos coordenadores estaduais e do DF do PJB no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - CEFOR

Houve divulgação do Programa em todas as CREs, por meio de reuniões com coordenadores intermediários, entrega de material de divulgação e envio de e-mail.

As inscrições dos estudantes interessados em participar do programa aconteceram entre os dias 17 de março e 30 de maio de 2014.

A Coordenação de Ensino Médio analisou as inscrições recebidas e encaminhou à Câmara dos Deputados quatro projetos de lei de estudantes das escolas públicas e particulares do DF para a escolha de qual deles que representaria o DF.

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Os servidores da área legislativa da Câmara dos Deputados escolheram o projeto de um estudante matriculado em colégio particular situado na Asa Sul de Brasília para participação da jornada parlamentar, que aconteceu entre os dias 24 e 28 de setembro de 2014.

O projeto apresentado pelo estudante selecionado determina a criação do ensino integral aos alunos que estão cursando o ensino fundamental nas escolas públicas do Brasil e a criação de disciplinas que visem à aprendizagem e o aprofundamento nos temas como os direitos e os deveres do cidadão, cultura indígena etc.



Parlamentares Jovens dos Estados e do DF



Coordenadores estaduais e do DF – PJB (Fonte: Coordenação de Ensino Médio)

Programa Jovem Senador desenvolvido pelo Senado Federal

O Jovem Senador é um projeto anual que seleciona, por meio de um concurso de redação, 27 estudantes para vivenciarem o trabalho dos senadores.

Foi realizada a divulgação junto às Regionais de Ensino. A equipe organizadora do Programa também fez a divulgação junto aos Coordenadores Intermediários das CREs, inclusive com a distribuição de material impresso disponibilizado às escolas.

A Coordenação de Ensino Médio fez o encaminhamento do quantitativo total de redações solicitado pelo Senado Federal para preenchimento de 100% de vagas para o DF. A redação selecionada foi de uma aluna matriculada no Centro Educacional São Francisco de São Sebastião.

SFL PROC 00003 /15-Folha nº 000903 *Beta*



Aluna Noemi Tavares recebendo o certificado de participação. (Fonte: Coord. de Ensino Médio)



Jovens senadoras e senadores no Senado (Fonte: Coord. de Ensino Médio)

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Termos de Convênio de Estágios para os estudantes do Ensino Médio firmados entre a SEDF e as instituições parceiras

Em 2014, a Coordenação de Ensino Médio acompanhou os convênios firmados entre a SEDF e as instituições parceiras para realização de estágios para estudantes do Ensino Médio da Rede pública de Ensino do DF. Entre as ações de acompanhamento das instituições, destacam-se as seguintes:

- Realização de reunião técnica entre o CIEE e os gestores responsáveis pelos estágios nas UEs, no dia 07 de outubro de 2014, para tratar de assuntos diversos referentes aos estágios dos estudantes de Ensino Médio. Nesta reunião foram apresentados os aspectos legais que regem o processo de estágio e os gestores puderam tirar dúvidas. O relatório final está em processo;
- Celebração de Acordo de Cooperação Técnica nº 043/2009 entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com o fito de conceder estágios a estudantes da Rede Pública de Ensino. A seleção dos estudantes teve como base a inscrição, participação e a nota obtida no Programa de Avaliação Seriada – PAS (Subprograma 2012 - Primeira Etapa), realizado pela Universidade de Brasília/CESPE – Portaria Normativa nº 87, de 07 de outubro de 2013 - Edital de Abertura MPDFT 2013/2014. Os estagiários foram convocados, de acordo com a sua classificação (ordem decrescente de notas), conforme consta na Portaria Normativa nº 1917, de 26 de novembro de 2013. Neste período, foram contratados 305 estagiários de nível médio. O valor atual da bolsa é de R\$ 540,00;
- Acréscimo do auxílio-transporte, no valor de R\$ 7,00 por dia efetivamente estagiado. A jornada das atividades em estágio é de 20 horas semanais, distribuídas, preferencialmente, em 4 horas diárias, sem prejuízo às atividades discentes. As atividades desenvolvidas pelos estagiários possuem caráter administrativo, tais como: arquivamento, atendimento telefônico, atendimento ao público, encaminhamento de malotes, recebimento de correspondências e entrega de documentos, realização de cópias e tramitação de processos. O MPDFT tem cumprido ao disposto no presente Termo de Cooperação Técnica (nº 043/2009), tendo como base a cláusula quarta do Termo de Compromisso. Tais ações têm contribuído para o relevante desenvolvimento das atividades de estágio dos estudantes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;
- Execução do convênio com o Instituto Euvaldo Lodi - IEL, que tem como objeto a concessão de estágios curriculares a estudantes da Rede Pública de Ensino, regularmente matriculados em cursos de educação profissional de nível médio, no ensino médio, na educação de jovens e adultos e aos alunos com necessidades especiais, incluídos em classe comum dos respectivos níveis e modalidades de ensino. Em relatório relativo ao 1º semestre de 2014, o Instituto encaminhou os nomes dos estagiários, escolas de origem e atividades de estágios, empresa onde o estágio foi realizado, início e término, bem como a cópia da apólice de seguro contra acidentes pessoais. Foram atendidos 252 alunos da rede pública de ensino no 1º semestre de 2014;
- Acompanhamento do Termo de Convênio nº 13/2012, firmado entre a SEDF e o Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN – DF), em 09/10/2012, cujo objeto é o estabelecimento de mútua cooperação entre as partes com vistas ao desenvolvimento de ações destinadas a implantação e operacionalização de seleção de estudantes do Ensino Médio da Rede Pública do Distrito Federal, cuja finalidade é prestar serviços, por meio de estágio remunerado não obrigatório, nas unidades do DETRAN-DF, através do Contrato nº 38/2009, firmado entre o DETRAN-DF e a empresa CIEE.

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Parceria com a Universidade de Brasília

A parceria firmada com a UnB assegura a isenção de pagamento da taxa de inscrição do Programa de Avaliação Seriada - PAS a 100% dos alunos matriculados no ensino médio da rede pública do Distrito Federal, ampliando ainda mais o que dispõe a Lei nº 12.799, de 10 de abril de 2013, que determina em seu art. 1º que: "As instituições federais de educação superior adotarão critérios para isenção total e parcial do pagamento de taxas de inscrição nos processos seletivos de ingresso em seus cursos, de acordo com a carência socioeconômica dos candidatos.

Parágrafo único. Será assegurada isenção total do pagamento das taxas referidas no caput ao candidato que comprovar cumulativamente:

I - renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio;

II - ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada."

Parceria com a Universidade de Brasília para formação de professores da Rede Pública sobre o Programa de Avaliação Seriada (PAS)

Foram realizadas formações em todas as Coordenações Regionais de Ensino CREs, em parceria com a Gerência de Interação Educacional do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE/UnB, com vistas a prestar esclarecimentos sobre todo o processo avaliativo, bem como ampliar o envolvimento/participação dos docentes nesse processo.

Parceria com a Associação de Educação Financeira (AEF) para a implantação do Programa Educação Financeira nas escolas de Ensino Médio

O objetivo foi acompanhar, junto à AEF, o alcance do curso de Educação Financeira em relação aos professores das escolas. Os Coordenadores Intermediários de Ensino Médio das GEB participaram, nos dias 04 e 05 de setembro de 2014, do curso de Capacitação Presencial dos Multiplicadores do DF. A AEF ministrou o evento.

Além da formação presencial, haverá a capacitação *online* no ambiente virtual do curso, por meio da qual será possível capacitar de 1 a 3 professores de cada escola participante, além de 1 coordenador pedagógico. A carga horária da modalidade online do curso é de 40h.

As escolas participantes receberão kits com livros para os professores e estudantes do Ensino Médio. O material será utilizado na implantação do Programa "Educação Financeira nas Escolas".

Elaboração e acompanhamento da proposta de implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

Os princípios norteadores da implantação de cursos de Ensino Médio Integrado – EMI fundamentam-se nos seguintes dispositivos legais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/96, alterada pela Lei 11.741/08, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional e técnica de nível médio e da educação de jovens e adultos.

Esses documentos preveem o cumprimento da função social da escola pública, cujo compromisso é a formação humana e integral. Nesse sentido, o Ensino Médio Integrado apresenta-se como uma proposta de educação profissional técnica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura. O foco é a formação de um cidadão ético, crítico e reflexivo, com competência técnica e comprometida com as transformações sociais, capaz de tomar decisões *no* e *para* o trabalho, individualmente e em equipe.

A oferta do Ensino Médio Integrado na rede pública revela-se como uma política pública prioritária e objetiva garantir o desenvolvimento dos jovens e adultos para uma inserção na sociedade e no mundo do trabalho. A educação profissional ofertada de forma integrada ao Ensino Médio apresenta características diferentes de épocas anteriores, em que a profissionalização técnica era vista como uma política voltada para a população carente. Nessa proposta, o Ensino Médio Integrado é mais uma opção de que jovens e adultos têm como um meio de acesso a melhores remunerações e trabalho, respeitando o desenvolvimento humano e social, no contexto em que os estudantes estão inseridos.

A Coordenação de Ensino Médio participou de todas as ações de integração nas escolas, junto com a Coordenação de Educação Profissional, para fechamento dos Planos de Curso do Ensino Médio Integrado (CED 02 do Cruzeiro) e Educação de Jovens e Adultos Integrados (CEF - Brazlândia/CED 01 do Cruzeiro). As referidas escolas encontram-se na fase de Construção das ementas das disciplinas.

Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) é uma realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e tem como objetivo estimular o estudo da Matemática e revelar

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade
513

Set
SCL PROC 00003 /15-Folha nº 002994

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

talentos na área. A participação das escolas é por adesão e as provas são divididas em duas etapas classificatórias, nas quais os melhores classificados na primeira fase realizam a segunda etapa da OBMEP, concorrendo a bolsas de estudo e outras premiações, ressaltando que tanto o professor quanto a Unidade Escolar também são premiados por seu desempenho.

Em 2014, a OBMEP chegou a sua décima edição com grande adesão por parte das Unidades Escolares do Ensino Médio, alcançando a participação de 95% das Unidades Escolares de Ensino Médio, sendo que 4.978 alunos participaram da segunda fase, cujo resultado foi divulgado em 1º de dezembro.

Circuito de Ciências das Escolas Públicas

O Circuito de Ciências tem como propósito fomentar a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como as iniciativas de iniciação científica realizadas pelas unidades escolares e sua comunidade, abrangendo todas as etapas da Educação Básica:

1- Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. É um evento composto por três etapas: etapa local que ocorre dentro da própria escola, com a mostra de trabalhos e produção da comunidade escolar;

2- Etapa regional, em que cada regional de ensino organiza sua mostra de trabalhos, convidando todas as escolas para exporem seus trabalhos mais exitosos, relacionados ao tema proposto para o Circuito de Ciências;

3- Etapa distrital, em que os melhores trabalhos de cada modalidade, selecionados em cada regional de ensino da Educação Básica são apresentados para toda a população do Distrito Federal.

Os melhores trabalhos de cada etapa/modalidade da Educação Básica recebem o convite para expor suas experiências na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A etapa distrital ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de setembro, das 8h às 17h, no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha. Houve exposição de trabalhos de estudantes e instituições parceiras, além de apresentações culturais da rede pública de ensino com a participação de cerca de 6.000 pessoas, por dia de evento, com a participação de alunos, professores, familiares, expositores de instituições convidadas, Secretário de Educação e demais autoridades. Mais de 2.000 expositores, entre alunos e professores (304 alunos e 76 professores do Ensino Médio) estiveram presentes nos três dias de evento, sem contar os coordenadores intermediários das Coordenações Regionais de Ensino e coordenadores da Subsecretaria de Educação Básica e demais subsecretarias da SEDF. Houve participação de 38 Unidades Escolares de Ensino Médio no Circuito de Ciências, o que significa 43,7% das unidades escolares de Ensino Médio da Rede pública do Distrito Federal.



Abertura do Circuito de Ciências – 2014 (Fonte: Coord. de Ensino Médio)

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID

A parceria firmada com a Universidade de Brasília tem como objeto a participação de bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em atividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas em escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, com vistas a fomentar a iniciação à docência de estudantes das instituições federais de educação superior e preparar a formação de docentes em nível superior, em cursos de licenciatura presencial e plena, para atuar na Educação Básica pública.

O objetivo é viabilizar a execução de 16 subprojetos nas áreas de Ciências Naturais, Teatro, Física, Filosofia, Educação Física, Ciências Sociais, Biologia, Informática, Inglês, Português, Matemática, Música, Pedagogia, Química, Geografia e área Interdisciplinar, nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Federal - participação do Grupo de Trabalho do PIBIB da UnB e acompanhamento do Programa junto às unidades escolares de Ensino Médio da Rede Pública do DF.

Em relação especificamente à SEDF, os 16 subprojetos presenciais serão executados em parceria com 41 escolas públicas, urbanas e rurais, distribuídas nas Regionais de Ensino da Secretaria de Educação do DF, abrangendo Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio nas modalidades regular, EJA e Ensino Especial. Nessas escolas, haverá professores supervisores atuando como co-formadores. Os subprojetos encontram-se em fase de execução.

Projeto ENCINE – Cineclube, Cinema e Educação

Ocorreram reuniões para tratar do assunto, com a presença de alguns setores da SEDF, da SECULT, UCDF e Instituto Alvorada. Foi criada uma Portaria Conjunta para tratar desta ação, anunciada no dia 22 de setembro de 2014, em um evento referente ao 47º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. A portaria trata do projeto ENCINE – CINECLUBE, CINEMA E EDUCAÇÃO que visa iniciar o processo de fortalecimento e dinamização da rede cineclubista nas escolas públicas de Ensino Médio do Distrito Federal, por meio de um diagnóstico da situação atual dos cineclubes e da realização de oficinas básicas e avançadas de formação cineclubista para professores e estudantes. Houve uma chamada às escolas para participarem do Festival de Cinema com produções feitas pelos alunos de Ensino Médio. Serão criadas 3 salas de cinema: no Gama (CEM 01), em Taguatinga (Teatro da Praça) e em Sobradinho (Teatro de Sobradinho).

Objetivo Específico: 004 - Ampliar e qualificar a oferta de educação profissional na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
941 Vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio	Unidade	3.586	31/07/2011	Semestral	Desejado	4.500	5.000	6.000	8.000	Censo/SUPLAV/SEDF
					Alcançado	4.842	5.591	5.806	-	
942 Vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio na modalidade educação à distância	Unidade	150	31/07/2011	Semestral	Desejado	150	500	800	1.000	Censo/SUPLAV/SEDF
					Alcançado	1.144	2.585	2.520	-	
1213 Unidades escolares com oferta de educação profissional	Unidade	5	31/07/2011	Anual	Desejado	5	5	8	12	Censo/SUPLAV/SEDF
					Alcançado	5	5	5	-	
1214 Vagas ofertadas na forma Ensino Médio Integrado na modalidade regular (EMI/EPT) e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)	Unidade	520	31/07/2011	Semestral	Desejado	724	1.500	5.000	8.000	Censo/SUPLAV/SEDF
					Alcançado	800	1.092	780	-	
1215 Vagas ofertadas em cursos de formação inicial e continuada (FIC)	Unidade	2.700	31/07/2011	Bimestral	Desejado	2.700	3.000	3.500	4.000	Censo/SUPLAV/SEDF
					Alcançado	4.934	8.793	4.202	-	

A Secretaria de Educação possui cinco centros que oferecem a modalidade Centro de Educação Profissional: Escola Técnica de Ceilândia, Escola Técnica de Brasília, Escola Técnica de Saúde de Planaltina, Escola de Música Levino Alcântara e Centro de Ensino Médio Integrado do Gama.

Para cursos técnicos de nível médio na modalidade presencial, a Coordenação de Educação Profissional planejou ofertar, em 2014, 6.000 vagas e teve uma oferta 5.806 vagas. E foram efetivamente matriculados 5.358 alunos.

Com relação aos cursos técnicos de nível médio na modalidade educação à distância, foram ofertadas 2.520 vagas, 1.720 a mais do que o planejado e foram matriculados 2.220 alunos.

Foram previstas 5.000 vagas na forma de Ensino Médio Integrado na modalidade regular (EMI/EPT) e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). No entanto, foram ofertadas 780 vagas sendo 140 vagas no Ensino Médio Integrado e 640 vagas na modalidade PROEJA. Destas, foram matriculados 738 alunos.

A previsão de oferta de 3.500 vagas para cursos de formação inicial e continuada (FIC) foi superada e chegou a 4.202 vagas ofertadas. Foram matriculados 4.168 alunos, sendo 415 pelo PRONATEC/ofertante.

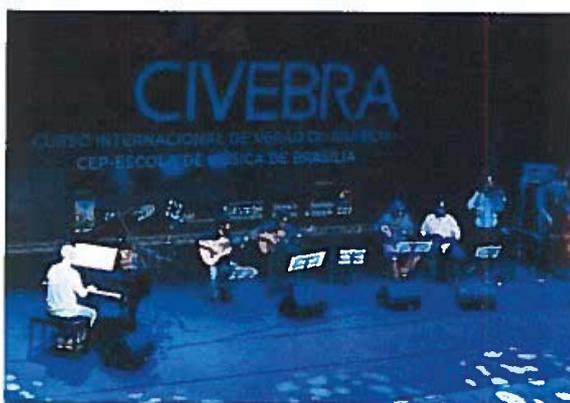
SFL PROCC 00003 /15-Folha Nº 000306 Bete

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Gráfico de Cursos ofertados pela Educação Profissional em 2014

Cursos de Educação Profissional	Previsão de Oferta	Vagas Ofertadas	Matrículas Efetivadas
Técnico de Nível Médio Presencial	6.000	5.806	5.358
Técnico de Nível Médio a Distância	800	2.520	2.220
EMI e PROEJA	5.000	780	738
Formação Inicial e Continuada (FIC)	3.500	4.202	4.16

O Curso de Verão de Brasília, CIVEBRA, é uma atividade criada pelo primeiro diretor do CEP-BEM ocorrendo, desde então, a cada mês de janeiro. Apesar de ser referenciada como um curso de música, também sempre acumulou o caráter de festival, devido à série de concertos que são igualmente oferecidos ao público em seu período de duração, o que tem sido uma atração significativa, muito prestigiada, quase única para o público de Brasília, em época típica de menor atividade cultural da cidade.



36ª edição do CIVEBRA (Fonte: Assessoria BEM)

Em sua 36ª edição, o CIVEBRA, realizado de 14 a 25 de janeiro de 2014, comemora as 1,2 mil inscrições feitas por músicos de todo o Brasil, além 90 professores contratados de todas as partes do mundo e mais de 300 técnicos de apoio responsáveis pelo oferecimento de 76 disciplinas.

Este curso é considerado o maior na América Latina e o quarto do mundo em ensino e aprendizagem musical, com o diferencial de ser o único totalmente gratuito aos participantes e ao público em geral.

Nesta edição, houve a descentralização do curso em três unidades, Escola de Música de Brasília, FUNART e Escola de Administração Fazendária – ESAF.

Como inovação, em 2014, houve o oferecimento de três refeições diárias a todos os alunos, professores e equipe de apoio, além de um kit lanche para a hora das apresentações, a disponibilização de transporte para todos os percursos necessários, entre as unidades e locais de ensaio e apresentação e, ainda, a oferta de 420 vagas em alojamentos da ESAF para hospedagens de alunos interestaduais e internacionais.



Implantação da “Oferta Integrada da Educação Profissional”

Permite integrar o núcleo comum das modalidades de Educação de Jovens e Adultos – 3º segmento e o Ensino Médio com a Educação Profissional, configurando como um Curso Técnico. Foram realizadas as seguintes ações:

- Reunião com os Coordenadores Intermediários das Gerências Regionais para apresentação das orientações pedagógicas para oferta da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio;
- Realização do Seminário de Integração: Educação Profissional com Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio com o objetivo de apresentar as orientações pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos, bem como promover a socialização de experiências pedagógicas bem-sucedidas nesse âmbito, no Distrito Federal e demais estados brasileiros;
- Construção dos Planos de Curso (Curso Técnico em Informática para Internet, Curso Técnico Integrado em Controle Ambiental, Curso Integrado de Serviços Públicos e Curso Técnico em Comunicação Visual);
- Apresentação das orientações pedagógicas da integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos para as unidades de ensino pela Coordenação Intermediária;
- Indicação, pelas Coordenações Regionais de Ensino, de escolas interessadas e com infraestrutura básica para a implantação do Ensino Médio Integrado - EMI e/ou Educação de Jovens e Adultos Integrado – EJA-I;
- Elaboração e publicação das Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos -2014, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Programa “Brasil Profissionalizado”

Foram realizadas as seguintes ações:

- Levantamento de cursos relativos à formação dos profissionais que atuam na EP, conforme orientação do MEC. Os cursos estão sendo viabilizados e terão início em 2015 para os professores da Educação Profissional pelo Programa Brasil Profissionalizado;
- Cursos de Qualificação para professores;
- Laboratórios Padrão do Programa Brasil Profissionalizado. Levantamento dos equipamentos entregues pelo MEC aos CEPs.

Programa Rede e-Tec Brasil

Foram realizadas as seguintes ações:

- Implantação dos polos, em atendimento à exigência do MEC de ampliação da oferta de Educação a Distância, nas seguintes instituições: CEM 304 – Samambaia, CED 04 – Sobradinho e CEM 111 - Recanto das Emas. Aguardando credenciamento pela COSINE;
- Acompanhamento e homologação de Bolsistas, conforme cronograma do MEC/FNDE;
- Em parceria com a EAPE, estão sendo oferecidos os cursos de “Educação Profissional e Educação a Distância na perspectiva do Currículo em Movimento” “Educação Profissional e Educação a Distância na escola - uma perspectiva do Currículo em Movimento”.

A Coordenação de Educação Profissional – CEPROF, por meio da Coordenação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, ofereceu 415 vagas em diversos cursos distribuídos nos 05 centros de Educação Profissional da SEDF. Realizou, ainda, a Semana de Educação Profissional, em junho/2014 com a participação de professores, coordenadores e gestores dos Centros de Educação Profissional, coordenadores intermediários das Coordenações Regionais de Ensino e especialistas da área que ministraram palestras.

Por fim, com o intuito de divulgar a Educação Profissional e as ações desta Coordenação, foram implantadas as seguintes ferramentas de comunicação:

- Página da CEPROF na internet;
- site na internet DF Profissionalizado;
- Facebook da CEPROF.

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Objetivo Específico: 005 - Propiciar aos estudantes da educação especial um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1216 Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Arquitetônica	%	75,3	31/12/2011	Anual	Desejado	76	77	78,5	80	Censo Escolar
					Alcançado	77	79	80,01	-	

A Educação Especial é uma modalidade de natureza complexa que perpassa os níveis da Educação Básica e Educação Superior e todas as etapas e modalidades da Educação Nacional. Nesse sentido, sua ação transversal está baseada nos princípios da inclusão: aceitar as diferenças; valorizar o indivíduo; conviver com a diversidade e aprender através da cooperação, o que requer que as unidades escolares possibilitem a efetivação das práticas inclusivas, oportunizando as adequações necessárias ao pleno desenvolvimento dos estudantes, público da Educação Especial.

Na perspectiva da inclusão, a Educação Especial visa promover o direito de todos à educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, quando estabelece em seu art. 58 que a Educação Especial será, “preferencialmente”, oferecida na escola regular de ensino preocupa-se em possibilitar ao estudante, público da Educação Especial, a oportunidade de convivência com os demais estudantes no espaço escolar que lhe ofereça melhor possibilidade de pleno desenvolvimento.

O Decreto nº 7611/2011 define como público da Educação Especial os estudantes com deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD e Altas Habilidades/Superdotação-AH/SD. É dever do Estado garantir a esses estudantes um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades, assim como oferecer aprendizado ao longo de toda a vida e combater as práticas de exclusão no sistema educacional e a segregação, sob alegação de deficiência, conforme dispõe o Decreto 7611/2011.

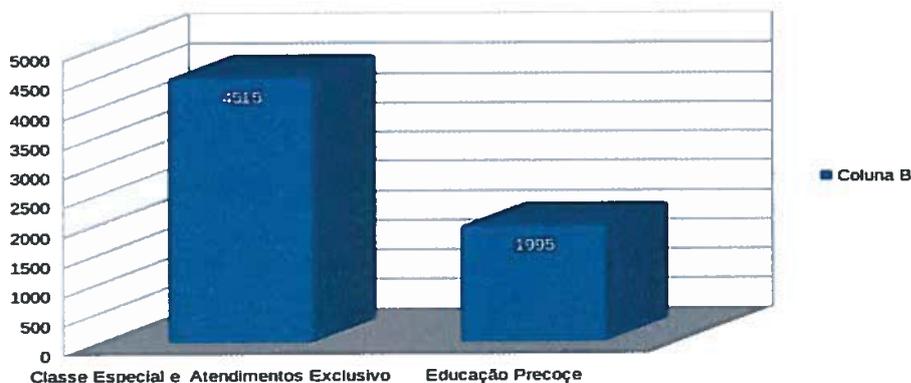
A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, nas duas últimas décadas, tem implementado políticas educacionais, fundamentadas no princípio de inclusão para que todos os estudantes possam frequentar as classes comuns inclusivas. Nesse sentido, a organização da unidade escolar comum inclusiva deve contar com:

- Professores com formação na área da Educação Especial para a regência de classe e professores especializados em Salas de Recursos para o atendimento às necessidades específicas dos estudantes;
- Salas de aulas em que estejam incluídos estudantes heterogêneos, de modo que todos se beneficiem das experiências enriquecedoras promovidas pela diversidade;
- Currículos adaptados às necessidades dos estudantes;
- Serviços de apoio pedagógicos, envolvendo professores especializados em áreas identificadas com as necessidades específicas dos estudantes: intérprete de LIBRAS; guia-intérprete; professor de linguagens e códigos aplicáveis à deficiência visual, física, intelectual e ao autismo;
- Salas de Recursos Multifuncionais;
- Professor itinerante para atender os estudantes das unidades escolares que não dispõem da Sala de Recursos *in loco*;
- Rede de apoio interinstitucional de saúde, trabalho e serviço social;
- Participação da família e apoio comunitário;
- Rede de sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho realizado em equipe na unidade escolar, currículo aprofundado e enriquecido para atendimento aos estudantes com altas habilidades, bem como aceleração de aprendizagem.

De outra forma, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, amparada pela Lei Distrital nº 3218/2003, também orienta sobre os atendimentos em estruturas especializadas para o desenvolvimento de atividades educacionais básicas e complementares aos estudantes com deficiência e com TGD, nos casos em este seja o procedimento mais indicado e sempre que a escola comum não dispuser dos melhores recursos e estratégias para este momento da vida do estudante. Este atendimento é realizado por professores especializados, que utilizam o currículo adaptado da Educação Infantil e o do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) e o currículo funcional.

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Censo Escolar 2014 - Educação Especial



Estudantes, público da educação especial, matriculados em atendimento exclusivo na rede pública de ensino da SEDF (Fonte – COESP/SEDF).

Público para atendimento nos Centros de Ensino Especial:

- Estudantes que não possuem indicação imediata para a inclusão nas classes comuns ou para a integração nas classes especiais ou nas classes de integração inversa do ensino regular, por motivos relacionados às suas particularidades;
- Estudantes com deficiência intelectual ou múltipla, cujo atendimento requeira currículo funcional;
- Estudantes com transtorno global do desenvolvimento, quando a gravidade do quadro clínico ou de suas manifestações de conduta não permitam sua permanência ou imediata inclusão nas classes comuns inclusivas;
- Estudantes com deficiência ou transtorno global de desenvolvimento matriculados em unidades de ensino regular para participar do atendimento educacional especializado;
- Crianças do Programa de Educação Precoce – de 0 a 3 anos e 11 meses – atendidas ou não em creches ou Centros de Educação Infantil em atividades de estimulação, conforme suas necessidades especiais.

Plano Plurianual – PPA do Distrito Federal

O censo escolar considera escola com acessibilidade arquitetônica aquela que passou por reformas e adaptações para atender as especificidades dos estudantes com deficiência.

A Coordenação de Educação Especial concorda com o índice apresentado pelo censo escolar de que 79% das escolas possuem acessibilidade. Os índices alcançados e as respectivas justificativas foram apurados pelas Unidades na ocasião.

Não há indicador específico da Educação Especial, mas os indicadores contidos no Plano Plurianual do DF são utilizados pela Coordenação do Ensino Especial – COESP com o objetivo de integrar o planejamento como forma de avaliar e reavaliar as metas propostas para torná-las exequíveis. Outro indicador importante utilizado pela Coordenação é o Censo escolar, pois seus resultados são indispensáveis para a formulação e a implementação de políticas públicas e de programas na área da educação especial. Como a Educação Especial perpassa todas as etapas, níveis e demais modalidades de ensino, os indicadores existentes contemplam a Educação Especial, posto que o objetivo específico é propiciar, aos estudantes dessa modalidade, um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Em 2014, a Coordenação traçou algumas metas com o objetivo de alavancar ainda mais a educação especial no Distrito Federal, como:

- Aderir ao Plano Distrital De Políticas Públicas Para Pessoas Com Deficiência - Viver Sem Limite

DF

SFL PROC 00003 /15-Folha: 000907 -Bete

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Tal ação visa a ampliação do atendimento educacional, na perspectiva da educação inclusiva, para 14.522 estudantes com deficiência matriculados na rede de ensino do DF, assegurando, assim, a igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Para a consecução desta meta, a Coordenação busca acompanhar e monitorar as ações dos Programas diversos que favorecem os estudantes com deficiência da rede pública de ensino, tais como: Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC na Escola, Caminho da Escola, Educação Bilíngue, Sala de Recursos, Escola Acessível, Pronatec, Concurso para Professores de Libras, Formação de Professores e articulação com os setores de cada área, das informações pertinentes.

Dessa forma, em 2014, foi efetivado a adesão ao Plano Distrital de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência - Viver Sem Limite DF.

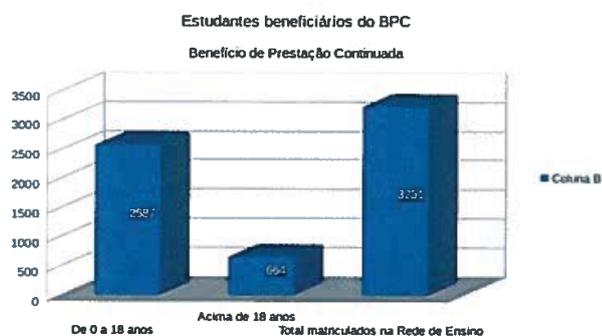
A adoção de medidas para o desenvolvimento das ações previstas no eixo educação do Plano "Viver sem Limite" do Distrito Federal garantiu, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência no DF, em ações coordenadas de forma intersetorial, totalizando 08 projetos vinculados aos eixos da educação.

- **Quantificar o número de estudantes que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC**

Tal benefício, que é individual, não vitalício e intransferível, foi instituído pela Constituição Federal de 1988, assegura a transferência mensal de um salário mínimo à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

No Distrito Federal, há aproximadamente 4.907 pessoas entre 0 e 18 anos de idade que recebem o BPC e 3.251, estudam na rede pública de ensino, sendo que 2.587 possuem até 18 anos de idade e 664 são maiores de idade.

Assim, realizar o mapeamento e o cruzamento de dados de beneficiários do BPC na faixa etária de 0 a 18 anos é o objetivo, tendo em vista que, dessa forma, a Secretaria de Educação poderá subsidiar várias ações em conjunto com a SEDEST e com o Programa Viver sem Limites, além de cooptar crianças e jovens que estejam em idade escolar e fora da escola. Para tanto, a Secretaria está articulando, em parceria com a SEDEST, a realização de seminário para cruzar dados e informações a fim de ampliar a rede de atendimento a essa parcela da sociedade.



Estudantes beneficiários do BPC - Benefício de Prestação Continuada (Fonte – COESP/SEDF)

- **Adquirir materiais e equipamentos para as Salas de Recursos**

De acordo com o FNDE, existem hoje 323 escolas aptas a receber recursos. Esta Coordenação vem trabalhando para informar e orientar os gestores das unidades de ensino da SEDF a realizarem a adesão ao Plano Viver Sem Limite DF/Sala de Recursos Multifuncionais para recebimento dos recursos tecnológicos do MEC. Como resultado, ainda que inicial, houve a inserção de 10 escolas aptas a receber os recursos, no Pregão aberto em 17 de julho de 2014.

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

- **Subsidiar o Programa Escola acessível**

A finalidade dessa ação é a realização de palestras informativas para gestores das unidades de ensino da SEDF com a finalidade de informar e orientar sobre os procedimentos necessários à utilização adequada dos recursos disponibilizados pelo MEC, através do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Acessibilidade, tendo em vista que tais recursos são solicitados por meio das unidades escolares.

Das 119 escolas envolvidas no processo, em 2014, 04 estão em cadastramento; 02 aguardando correções de cadastramento; 08 em avaliação; 05 já finalizados e 91 em processo de iniciação.

- **Cadastrar alunos com deficiência que necessitam de transporte acessível**

Visando subsidiar o programa “Caminho da Escola” do Programa Viver sem Limites, a COESP vem realizando novos cadastros de alunos com deficiência, matriculados na rede pública de ensino, dando prioridade aos alunos que recebem o BPC (Benefício da Prestação Continuada) a fim de ampliar as rotas e os números de atendimentos a esta parcela da população.

Como resultado desse trabalho, foram identificados 195 alunos com necessidade de locomoção e que não estão participando do transporte acessível. Tal demanda foi encaminhada ao setor competente para ampliação e adequação das rotas.

- **Divulgar os cursos do PRONATEC**

Tal ação visa subsidiar as entidades que atendem pessoas com deficiência quanto à oferta de vagas em cursos ofertados pelo PRONATEC e que se adequam às deficiências. Em 2014, foram realizadas matrículas para 148 pessoas.

A SEDF ofertou, no 2º semestre, cursos de qualificação profissional em várias unidades escolares voltados à inserção no mercado de trabalho. Os estudantes receberam um Kit de apoio a aprendizagem e um cartão benefício no valor de R\$ 10,00 diários para auxílio-alimentação durante o curso.

- **Realizar a formação continuada dos profissionais da educação**

Buscando a qualificação contínua de seus colaboradores, a SEDF realizou concurso para Professor de Educação Básica na disciplina Letras/Libras. Foram convocados 16 novos professores, dos quais 12 já tomaram posse.

Foram ofertados 04 cursos de formação de professores e tradutores-intérpretes em Libras e um curso de Braille, além da realização de concurso público para professor de Libras, totalizando 60 vagas.

Em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE, foram realizados os seguintes cursos:

- LIBRAS I – 30 vagas;
- LIBRAS II – 30 vagas;
- Estratégia de adequação curricular para história e geografia para alunos surdos – 30 vagas;
- Estímulo global da linguagem – 30 vagas;
- Educação de Surdos - LIBRAS II -30 vagas;
- Ensino de Língua Portuguesa como segunda Língua para Surdos – 30 vagas;
- Ensino de português-escrito para surdos subsídios teóricos e práticos – 60 vagas;

Em parceria com a UnB, foram disponibilizadas 50 vagas para o curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua para Estudantes Surdos - PSL-LSB, que teve início em 20 de setembro /2014.

Oportunizou ainda, ao longo do ano, a realização do Circuito de Palestras do AEE com a participação de 600 profissionais, Oficinas temáticas, reuniões temáticas e Debates com 180 participantes. Dentre as palestras realizadas, pode-se citar “Itinerante Surdez”. A Escola contou com 500 participantes.

Para atender aos alunos da educação especial, a SEDF conta com 359 professores com cursos específicos no atendimento educacional especializado e 533 técnicos em gestão educacional - modalidade monitor, que trabalham nos 13 Centros de Ensino Especial e 15 instituições conveniadas. Ao todo, estes possuem

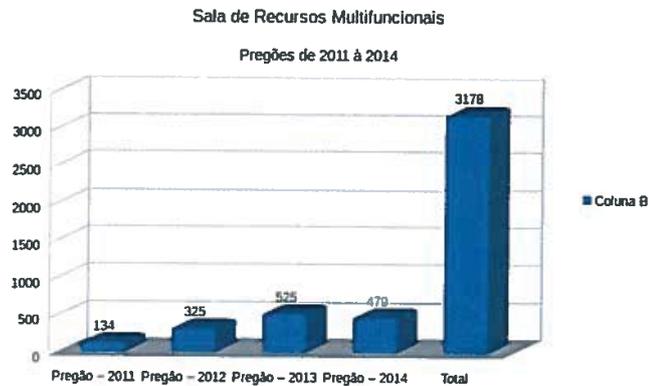
Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

521

SFL FCC 00003 /15-Folha Nº 002903 - Beta

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

518 salas de recursos generalistas, 34 salas de recursos específicos para Deficiência Auditiva, 17 salas de recursos específicos para Deficiência visual e 42 salas de recursos específicos para Altas Habilidades.



Salas de Recursos Multifuncionais da SEDF- Pregões de Distribuição (Fonte – COESP/SEDF)

A Coordenação de Educação Especial, atenta à melhoria do seu trabalho, buscou atender os casos de estudantes que não se enquadram nas situações contempladas na estratégia de matrícula – casos omissos. Como resultado desse trabalho desenvolvido em parceria com as Coordenações Regionais de Ensino – CREs, analisou e readequou as vagas de 423 alunos da rede pública de ensino.

Realizou, ainda, eventos de inserção social e inclusão, como: o “Tour da Taça da Copa”, que contou com a participação de 3.760 estudantes; o “3º Salão da Acessibilidade” com 1.013 estudantes; e visitas ao Planetário, que contaram com a participação de 700 estudantes.

Buscando a excelência no atendimento ao ensino especial, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal possui parceria com 15 Instituições Conveniadas que oferecem atendimento à pessoa com deficiência e que são acompanhadas pela COESP, quais sejam:

- Centro de Orientação Médico Psicopedagógica – COMPP- atendimento de crianças e de adolescentes estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal e estudantes com necessidades educacionais específicas temporárias ou permanentes por meio de atendimento clínico, terapêutico e psicopedagógico, com vistas à promoção da saúde mental;
- Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais – AMPARE - Assistência pedagógica e reabilitação especializada a estudantes com deficiência múltipla;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia – APAED - Atendimento exclusivo e/ou complementar a estudantes com deficiência física grave, associada a outras deficiências, e com deficiência intelectual;
- AMA- DF – A Associação de Amigos do Autista oferece atendimento especializado aos estudantes com TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento), de acordo com suas necessidades específicas nas áreas de psiquiatria, psicologia, pedagogia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, equoterapia, educação física especial, profissionalização, etc;
- Espaço Com-Vivências - oferece atendimento educacional especializado em educação física e arte para pessoas com deficiência e transtorno global do desenvolvimento na Universidade Católica de Brasília DF;
- Associação dos Amigos do Deficiente Auditivo – APADA - Atendimento gratuito a estudantes do Ensino Especial, com idade cronológica a partir de 16 anos, em Núcleos de Educação Profissional e Trabalho Cooperativo em espaços mantidos pela associação, por meio de Programa de Inclusão do Portador de Necessidades Educativas Especiais – ProINE;
- ANDE BRASIL - oferta aos estudantes com deficiência e TGD da Rede de Ensino do Distrito Federal, atividades de Equoterapia, proporcionando o seu desenvolvimento biopsicossocial, por intermédio de conteúdos curricular pedagógico e novas formas de comunicação e socialização;

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

- RPMOn - desenvolve atividades de equitação terapêutica junto ao Centro de Equoterapia/PMDF, em funcionamento no Regimento Polícia montada/RPMOn;
- Cavalos Solidários - oferta aos estudantes com deficiência e TGD, atividades de Equoterapia, proporcionando seu desenvolvimento biopsicossocial, por intermédio de conteúdo curricular pedagógico e favorecendo novas formas de comunicação, socialização, confiança em si mesmo e autoestima;
- Centro de Ensino e Reabilitação – CER oferece atendimento gratuito a crianças e adolescentes matriculados na rede de ensino do DF com deficiência intelectual e múltipla, por meio de métodos e técnicas apropriadas às suas necessidades individuais;
- Associação de Pais e Amigos do Excepcional – APAE - Atendimento aos programas de inserção no mundo do trabalho;
- Sociedade Pestalozzi de Brasília- Atendimento em profissionalização a estudantes, maiores de 14 anos, com necessidades educacionais específicas, deficientes intelectuais e deficientes múltiplos, com graves comprometimentos;
- Centro Educacional da Audição e da Linguagem “Ludovico Pavoni” – CEAL - Atendimento a estudantes com deficiência auditiva, matriculados na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos, que residam no Distrito Federal;
- Classes Hospitalares - tem por objeto atender aos estudantes matriculados na Rede Pública de Ensino do DF internados nas unidades especializadas dos hospitais públicos da SES/DF. O atendimento é nas áreas de atividades pedagógicas e educativas, garantindo a continuidade do processo de desenvolvimento escolar de crianças e jovens do Ensino Regular e do Ensino Especial.

Por fim, cabe ressaltar o desenvolvimento de algumas ações complementares:

- 117 escolas receberam recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE para aplicação em acessibilidade;
- 70 unidades escolares receberam licenças do Software GRID2, ampliando a acessibilidade da comunicação alternativa para alunos com autismo;
- 655 unidades escolares receberam licenças do “Software Participar” para colaborar com as ferramentas pedagógico-tecnológicas, promovendo a acessibilidade dos estudantes com deficiência intelectual à alfabetização;
- 08 escolas foram reformadas, tornando-se acessíveis;
- 08 escolas foram construídas com acessibilidade arquitetônica;
- Realização da reestruturação pedagógica dos Centros de Ensino Especial;
- Inserção de políticas de inclusão em 100% das escolas da rede;
- Implantação de 51 novas Salas de Recursos multifuncionais;
- Atendimento especializado para 100% dos alunos da Educação Especial;
- Realização de seminário e uma oficina sobre o uso do aplicativo GRID Player 2 para 250 professores;
- Apoio à Coordenação Regional de Ensino do Guará para a realização da VI Conferência de Educação Especial e Dificuldade de Aprendizagem com mais de 3.000 inscritos em 2014;
- Implementação de Salas de Recursos Específicas para Altas Habilidades/Superdotação nas Regionais do Paranoá, Santa Maria e Recanto das Emas para funcionamento no início do ano letivo de 2015;
- Ampliação do quantitativo de Psicólogos para atuar na Sala de Altas Habilidades/Superdotação;
- Ampliação do atendimento educacional na perspectiva da educação inclusiva para 14.639 estudantes público da Educação Especial matriculados na rede de ensino do DF assegurando, assim, a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Destes, 5.996 estudantes são matriculados em unidades especializadas e classes especiais e 8.643 matriculados em classes comuns;
- 533 monitores para atender estudantes com deficiência e TGD com altas necessidades educacionais, porém ainda há carência de 216 monitores;

Beth

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 002909

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

- A Universidade de Brasília-UnB, em articulação com a Coordenação de Educação Especial – COESP/SEEDF, ofereceu 50 vagas para estudantes surdos no Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua, iniciado em 20 de setembro /2014;
- Cerca de 1.500 profissionais receberam formação continuada;
- 5.473 estudantes participaram de eventos promovidos em articulação com a COESP no 2º semestre de 2014;
- Realização de Estudos de Casos nos 13 Centros de Ensino Especializado, incluindo o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais no Brasília - CEEDV, totalizando 423 estudos de casos omissos;
- Realização do II Seminário Distrital de Formação Intersetorial do BPC na Escola, em 2014, para 250 gestores e técnicos do Programa BPC, na Escola do Distrito Federal, por meio da ação conjunta entre COESP/SEDEST;
- Articulação com todas as Coordenações da SUBEB para a implementação e fortalecimento das ações da Educação Especial;
- 525 entrevistas para o Remanejamento-2014/2015 de professores para atuar nos atendimentos da Educação Especial;
- Foram geradas 700 carências na Educação Especial para o remanejamento, ampliando os diversos atendimentos especializados ofertados pela Educação Especial;
- Ação conjunta entre Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial para elaboração da minuta da Portaria de regulamentação da EJA Interventiva;
- Reuniões mensais do nível central com o nível intermediário para subsídios e implementação da proposta pedagógica da Educação Especial;
- Acompanhamento e avaliação das atividades pedagógicas realizadas nas Coordenações Regionais de Ensino;
- Foram exarados mais de 3.500 pareceres pedagógicos no âmbito da COESP;
- Elaboração da minuta de Decreto para regulamentação da Lei 5.372/14 sobre o Atendimento Educacional Especializado em Altas Habilidades;
- Subsídio à elaboração da minuta da portaria sobre educadores sociais para atendimento aos estudantes com deficiência;
- Constituído Grupo de Trabalho para construção de novas políticas públicas para os estudantes com TGD e entregue relatório conclusivo SUBEB;
- Estão em funcionamento 611 de Salas de Recursos e foram autorizadas 70 novas para funcionamento em 2015.

SEI - PROC - 000005 /15-701ha - Nº 002992 - VER:SO - Paula

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Objetivo Específico: 006 – Alfabetizar jovens, adultos e idosos, assegurando a oferta para continuidade dos estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA).**Indicadores:**

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado Em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
943 Nº de pessoas atendidas no programa DF Alfabetizado	Unidade	-	-	Anual	Desejado	3.000	13.000	35.000	65.000	CEJAd
					Alcançado	2.694	7.687	5.749	-	
1218 Nº de estudantes matriculados no 1º Segmento da EJA	Unidade	7.126	31/07/2011	Semestral	Desejado	7.300	7.700	8.000	9.000	Censo Escolar - SEDF
					Alcançado	6.594	6.131	6.000	-	
1219 Nº de estudantes matriculados no 2º segmento	Unidade	25.316	31/07/2011	Semestral	Desejado	25.500	27.500	29.500	32.000	Censo Escolar - SEDF
					Alcançado	24.250	21.839	22.601	-	
1220 Nº de estudantes matriculados no 3º Segmento	Unidade	25.389	31/07/2011	Semestral	Desejado	25.500	27.500	29.500	32.000	Censo Escolar - SEDF
					Alcançado	24.521	22.376	22.578	-	
1221 Nº de turmas de EJA na modalidade PROEJA	Unidade	5	30/06/2011	Semestral	Desejado	5	10	20	40	CEJAd
					Alcançado	12	46	0	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA**Indicadores:**

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1221 Nº de turmas de EJA na modalidade PROEJA	Unidade	5	30/06/2011	Semestral	Desejado	5	10	20	40	CEJAd
					Alcançado	12	45	0	-	

Os dados aqui constantes têm como referência três fontes de pesquisa: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN e o Censo Escolar da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

A publicação denominada Indicadores Sociais Municipais - uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010 - divulgada pelo IBGE em 16/11/2011, revela que o índice de analfabetismo no DF é de 3,50%, o que corresponde a 68.114 pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler nem escrever.

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD/2011), realizada pela CODEPLAN, informa que o índice de analfabetismo no Distrito Federal é de 2,03%, o que corresponde a 51.967 pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever.

De acordo com a política de educação da SEEDF, as pessoas jovens, adultas e idosas não alfabetizadas podem ser atendidas de duas formas: no 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos ou no Programa "DF Alfabetizado".

O 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos equivale aos anos iniciais do Ensino Fundamental e está dividido em quatro etapas, sendo que as duas primeiras se destinam ao início do processo de alfabetização. Segundo dados do Censo Escolar da SEEDF, entre os anos de 2011 e 2014 foram atendidas 12.060 pessoas com 15 anos ou mais. Destes, 2.861 foram atendidos em 2014.

O Programa DF Alfabetizado tem como objetivo alfabetizar os sujeitos da EJA, assegurando a oferta para a continuidade dos estudos no 1º segmento da EJA. O Programa é uma ação do Governo do Distrito Federal (GDF) em parceria com o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) do Ministério da Educação (MEC), executada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF). Segundo dados do Sistema Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação, no ano de 2014 iniciaram o processo de alfabetização 4.726 pessoas.

Como resultado das ações desenvolvidas por esta Coordenação, pode-se citar:

– Considerando que o Distrito Federal alcançou 96,5% de índice de alfabetização (IBGE), em 09 de maio de 2014, o Ministério da Educação entregou oficialmente o Selo de Território Livre do Analfabetismo ao DF, criado segundo o art. 11, do Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, da Presidência da República;

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

- Programa DF Alfabetizado: concepção libertadora de alfabetização;
- Aquisição de kits pedagógicos contendo: dicionário, lápis, borracha, caderno e demais materiais de uso pedagógico para todos os alfabetizandos;
- Alimentação assegurada oriunda da agricultura familiar para as turmas do DF Alfabetizado;
- Implementação da Bolsa-Alfabetização (Bolsa-Alfa) no valor de R\$ 30,00 mensais destinada aos integrantes das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que estão em processo de alfabetização, tanto no Programa DF Alfabetizado quanto no 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos (1ª e 2ª etapas);
- Publicação de 05 editais de seleção dos novos voluntários Alfabetizadores e Coordenadores de turma do Programa;
- Publicação do edital para a seleção dos voluntários Agentes do DF Alfabetizado (estudantes do ensino médio e 3º segmento da EJA) que são mobilizadores da comunidade local e receberão auxílio financeiro mensal de R\$ 250,00.

Embora a SEEDF tenha realizado a formação de alfabetizadores em todas as 14 Coordenações Regionais de Ensino, o principal motivo identificado para que a meta não fosse atendida foi a dificuldade em mobilizar os alfabetizandos nos territórios onde o programa aconteceu, sobretudo considerando o histórico de exclusão social e desmobilização da população não alfabetizada.

Diante desse e de outros desafios, a Coordenação de Educação de Jovens e Adultos – CEJAD, participa do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização (GTPA-FÓRUM EJA/DF), objetivando fortalecer a relação do poder público com a sociedade civil e ampliar as possibilidades de início ou retorno das pessoas jovens, adultas e idosas ao processo de escolarização.

Ressalta-se que, para colaborar na mobilização já realizada pelos alfabetizadores e coordenadores de turma, foram selecionados no 2º semestre de 2014 os agentes colaboradores (estudantes do 3º segmento da EJA ou do Ensino Médio) que iniciaram a participação no Programa em outubro de 2014.

Quanto à queda de matrículas, além da já citada dificuldade em mobilizar o público, destaca-se a necessidade de reorganizar o formato de atendimento na modalidade EJA. Apesar do contexto nacional de diminuição da matrícula, observa-se que, em 2014, no âmbito distrital, houve um aumento nas matrículas do 2º e 3º segmentos da modalidade.

Nesse campo da reorganização, a Coordenação de Educação de Jovens e Adultos submeteu ao Conselho de Educação do Distrito Federal a proposta das Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos, resultante de um processo de discussão iniciado no ano de 2011 que perpassou 2012, 2013 e 2014, em um trabalho de construção coletiva com estudantes, professores, orientadores, coordenadores, gestores, técnicos e demais profissionais e convidados.

Todo esse esforço culminou com a aprovação das Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014/2017, em reunião ordinária do Conselho de Educação do Distrito Federal no dia 09/12/2014. Tal fato representa a consolidação de todo esse processo e a legitimação da luta dos sujeitos da EJA em prol do fortalecimento da modalidade.

Objetivo Específico: 007 - Atender as demandas, da rede pública de ensino, referentes à Educação Física Escolar, Esporte e Lazer.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
945 Número de quadras cobertas e/ou reformadas	Unidade	49	31/07/2011	Anual	Desejado	80	160	232	335	Diretoria de obras
					Alcançado	49	133	159	-	
946 Número de escolas públicas participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal – JEDF	Unidade	150	31/07/2011	Anual	Desejado	200	250	320	400	CEFDESC
					Alcançado	165	239	245	-	

Os alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal também foram beneficiados com a construção/reconstrução de 05 quadras e 29 coberturas de quadras poliesportivas com metragem de 622,15 m²

 Nº 103 - Brasília, terça-feira, 9 de junho de 2015
 PÁGINA 3402
 Nº 103 - Brasília, terça-feira, 9 de junho de 2015
 PÁGINA 3402

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

cada. Estas obras foram realizadas em 31 escolas de ensino médio e fundamental do Distrito Federal, sendo relacionadas abaixo, de acordo com as datas de início das obras:

Escolas	Quadra/Setor	Localização	Especificação da Obra (obras concluídas)
Centro de Ensino Fundamental 24 de Ceilândia	QNQ 03	Ceilândia	Construção de quadra poliesportiva coberta cobertura de quadra
Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia	QNM 13	Ceilândia	Construção de quadra poliesportiva coberta
Centro de Ensino Médio 04 de Ceilândia	QNN 14	Ceilândia	Construção de quadra poliesportiva coberta
Escola Classe 06 de Ceilândia	EQNM 04/06	Ceilândia	cobertura de quadra
Escola Classe 08 de Ceilândia	EQNN 05/07	Ceilândia	cobertura de quadra
Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia	EQNM 14	Ceilândia	cobertura de quadra ;
Escola Classe 07 de Ceilândia	EQNN 01/03	Ceilândia	cobertura de quadra
Centro de Ensino Fundamental Pipiripau	Núcleo Rural Pipiripau	Planaltina	Construção Quadra Coberta;
Centro de Ensino Fundamental Rio Preto	Núcleo Rural Rio Preto	Planaltina	Reconstrução da Quadra de Esportes
Centro Educacional 01 de Planaltina	Setor Educacional	Planaltina	cobertura de quadra
Centro de Ensino Fundamental 01 do Cruzeiro	SRES - Setor Escolar 01	Cruzeiro	cobertura de quadra
Centro de Ensino Fundamental 02 do Cruzeiro	SHCES Quadra 309	Cruzeiro	cobertura de quadra
Centro Educacional 02 do Cruzeiro	SHCES 805	Cruzeiro	cobertura de quadra
Centro de Ensino Fundamental 01 da Vila Planalto	Acampamento Rabelo	Vila Planalto	cobertura de quadra
Centro de Ensino Fundamental 08 de Sobradinho II	AR 03	Sobradinho II	cobertura de quadra
Centro de Ensino Fundamental 07 de Brasília	SGAN 912	Plano Piloto	cobertura de quadra
Centro Educacional da Asa Norte – CEAN	SGAN 606	Plano Piloto	cobertura de quadra
Centro de Ensino Fundamental 03 do Paranoá	Quadra 26	Paranoá	cobertura de quadra
Escola Classe 04 do Paranoá	Quadra 14	Paranoá	cobertura de quadra
Centro de Ensino Fundamental 01 do N. Bandeirante	Avenida Contorno	N. Bandeirante	cobertura de quadra
Centro de Ensino Médio 01 do N. Bandeirante	3ª Avenida	N. Bandeirante	cobertura de quadra
Escola Classe 03 do N. Bandeirante	3ª Avenida	N. Bandeirante	cobertura de quadra
Escola Classe 02 da Candangolândia	EQR 02/03	Candangolândia	cobertura de quadra
Escola Classe 01 do Riacho Fundo 02	QC 04	Riacho Fundo II	cobertura de quadra
Centro de Ensino Fundamental 01 do Lago Norte	SHIN QI 04/06	Lago Norte	cobertura de quadra
Centro Educacional do Lago Norte,	SHIN CA 02	Lago Norte	cobertura de quadra
Escola Classe Varjão	Varjão do Torto	Varjão	cobertura de quadra
Centro de Ensino Médio 02 de Planaltina	Setor Educacional	Planaltina	cobertura de quadra
Centro Educacional Pompílio M. de Souza	Área Sub Mestre D'Armas	Planaltina	cobertura de quadra
Centro de Educação Profissionalizante de Saúde de Planaltina (CEP Saúde),	Avenida Contorno/ Independência	Planaltina	cobertura de quadra
Escola Parque da Cidade PROEM	SGAS 909	Plano Piloto	Construção de estacionamento e cobertura de quadra, com 768,45 m².

A Coordenação de Educação Física e Desporto escolar – CEFDESC, subordinada à Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB, tem como objetivo promover políticas públicas voltadas para a Educação Física, Esporte e Lazer no âmbito educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Abaixo, seguem as principais ações, Programas e Projetos desenvolvidos em 2014:

Jogos Escolares do Distrito Federal - JEDF

Realizado anualmente no 2º semestre do ano letivo, os Jogos Escolares do Distrito Federal envolvem a participação de alunos das Redes Pública e Particular de Ensino do Distrito Federal. São divididos em duas etapas: 12 a 14 anos e 15 a 17 anos, servindo como seletiva para a participação nos Jogos Escolares da Juventude (Jogos Nacionais). Os JEDF consistem em competições com modalidades esportivas individuais e coletivas.

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014



54º Jogos Escolares do Distrito Federal/2014 (Fonte: Gerência de Jogos/CEFDESC)

Os JEDF visam promover, divulgar e estimular a prática da cultura corporal entre os diversos alunos da Rede de Ensino do Distrito Federal. Além disso, é o indicador seletivo para participação nos Jogos Escolares Nacionais da Juventude.

Os jogos propiciaram a participação de 121 escolas públicas e 70 particulares na etapa de 12 a 14 anos com 1366 alunos da rede pública e 1800 da particular, e 125 escolas públicas e 72 particulares na etapa de 15 a 17 anos com 2.366 alunos da rede pública e 2.223 da particular.



54º Jogos Escolares do Distrito Federal/2014 (Fonte: Gerência de Jogos/CEFDESC)

Registrou-se um aumento de cerca 43% na participação das escolas públicas nos Jogos Escolares do Distrito Federal entre os anos de 2012 a 2014. Este resultado expressivo se deve, em grande parte, pelo oferecimento de transporte e uniformes para os alunos-atletas das escolas públicas que participam dos Jogos Escolares do Distrito Federal. Destaca-se que os alunos-atletas das escolas públicas também recebem, a cada jogo, um kit lanche constituído de barra de cereal, suco 200ml e água 500ml. Visando a segurança e a integridade física dos participantes, nas competições há a participação de brigadistas e seguranças nos locais de jogos, além do serviço de ambulância nas modalidades individuais e finais das modalidades coletivas.

Jogos Escolares Regionais - JER

Os Jogos Escolares Regionais são realizados nas diversas Coordenações de Ensino do Distrito Federal com competições em diversas modalidades esportivas convencionais e adaptadas, respeitando-se as tradições e regionalismos específicos de cada Cidade.

Pela sua importância, tendo em vista que estes jogos visam à promoção e ao estímulo à prática de atividades físicas, propiciando a interação dos participantes, o conhecimento de novas realidades, locais e pessoais, a CEFDESC passou a oferecer aos JERs os serviços de transportes para as escolas/equipes e a arbitragem para diversas modalidades esportivas. Tal ação possibilitou um incremento no número de participantes.

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014



Gama - Abertura dos Jogos Escolares Regionais (Fonte: Gerência de Práticas Corporais/CEFDESC)

Em 2014, participaram dos Jogos Escolares 18.000 alunos de 14 Coordenações Regionais de Ensino – CREs.

Até 2012, os Jogos Escolares Regionais eram realizados com frequência irregular pelas Coordenações Regionais de Ensino – CREs visto que, cada CRE tinha que, isoladamente, promover a realização de seus Jogos, arcando com despesas referentes a premiações, arbitragem e transporte das equipes. Após a análise de que estes Jogos constituem uma das dimensões dos Jogos Escolares do Distrito Federal, a partir de 2013, foi oferecido a todas as 14 Coordenações Regionais de Ensino os serviços de transporte, brigadistas, seguranças e arbitragem, além de toda a premiação para a realização dos seus Jogos. Verificou-se, dessa forma, um aumento substancial no número de CREs que realizam seus Jogos Escolares e no número de alunos-atletas participantes.



Taguatinga – Abertura dos Jogos Escolares Regionais (Fonte: Gerência de Práticas Corporais/CEFDESC)

Jogos Escolares Noturnos – Corujão

Também conhecidos como CORUJÃO, estes Jogos envolvem os estudantes das Escolas Públicas e Particulares do turno noturno do Ensino Regular, da Educação de Jovens e Adultos, além de estudantes que estão acima da idade limite de participação do JEDF. O Corujão acontece, anualmente, no 2º semestre do ano letivo, na mesma época de realização da etapa 15 a 17 anos do JEDF.

Esta modalidade visa possibilitar a esses estudantes, independente da modalidade de Ensino, a participação nos Jogos Escolares, respeitando suas especificidades. Além disso, promove momentos diferenciados da realidade escolar, ofertando a aprendizagem por meio do jogo e do lazer.

O Corujão esteve desativado por mais de 08 anos e foi resgatado em 2013. Nesse primeiro ano, participaram alunos de Escolas Públicas e Particulares de várias cidades do Distrito Federal, competindo nas modalidades: Xadrez, Basquetebol 3X3, Futsal e Tênis de Mesa.

Em 2014, foi inserida a modalidade Voleibol (duplas). São oferecidos, ao Corujão, os mesmos serviços do JEDF (transporte para as escolas/equipes, arbitragem e premiações). Neste ano, houve a participação de 10 escolas públicas e aproximadamente 150 alunos.

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Jogos Escolares Nacionais da Juventude – J.E.J

Os Jogos Escolares da Juventude são o maior evento estudantil esportivo do Brasil. A competição de abrangência nacional cresce a cada edição e reúne milhares de alunos-atletas de instituições de ensino públicas e privadas de todo o país. Atualmente, é reconhecida como referência internacional.

Consideradas as fases seletivas, os números chegam a mais de dois milhões de atletas e cerca de 3.900 cidades participantes. O Distrito Federal participa anualmente dos Jogos Escolares da Juventude com uma Delegação formada por estudantes e professores que participam da Etapa 12 a 14 anos e da etapa 15 a 17 anos. Para cada Etapa, é formada uma Delegação com os alunos e equipes vencedoras das modalidades individuais e coletivas dos Jogos Escolares do Distrito Federal.

Aumentar a participação de atividades esportivas em todas as Instituições de Ensino públicas e privadas do território nacional e promover a ampla mobilização da juventude estudantil brasileira em torno do esporte é a sua maior finalidade.

Embora o número de alunos participantes esteja aumentando, em 2014 tomaram parte desta competição 498 alunos. Verifica-se, dessa forma, a necessidade de políticas públicas que fortaleçam e consolidem as ações que estimulem a participação dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.



Jogos Escolares da Juventude 2014: Etapa 12 a 14 anos - Londrina/PR (Fonte: Gerência de Jogos/CEFDESC)

Programa Escola Comunidade Ginástica nas Quadras - PGINQ

O Programa Escola Comunidade/Ginástica nas Quadras – PGINQ é gerido pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, supervisionado pela Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar – CEFDESC. Neste programa, Professores de Educação Física do quadro efetivo da SEDF atuam com cargas horárias de 20 ou 40 horas semanais, oferecendo para a comunidade práticas corporais (Ginástica localizada, Ginástica Laboral, Yoga, Condicionamento Físico, Danças, Pilates, Hidroginástica, Natação entre outros), por meio de aulas regulares gratuitas nos turnos matutino, vespertino e ou noturno nas 14 Coordenações Regionais de Ensino.



Programa Ginástica nas Quadras (Fonte: Gerência de Práticas Corporais/CEFDESC)

A oferta de lazer, cultura, saúde e práticas corporais estão em evidência para suprir uma carência surgida ao longo dos anos. Nota-se que as classes menos favorecidas e localizadas em comunidades com maior vulnerabilidade social são as que menos possuem políticas públicas voltadas à prática do esporte e do lazer.

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade
530

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Por meio deste trabalho, a SEDF vem repassando às comunidades práticas corporais orientadas educativas, conhecimentos e vivências corporais, estimulando o lazer, a cultura e a cidadania, além da promoção da saúde. Visa, também, consolidar a melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal e os vínculos de cooperação social, por meio de atividades de integração entre a escola pública e a comunidade do Distrito Federal.

Atualmente, a SEDF atende 8.135 pessoas em todas as Coordenações Regionais de Ensino, por meio de 51 professores.



Programa Ginástica nas Quadras (Fonte: Gerência de Práticas Corporais/CEFDESC)

A partir de 2013, a CEFDESC vem estreitando os canais de comunicação com os professores, fazendo um acompanhamento mais próximo dos polos, promovendo análise individualizada dos relatórios produzidos pelos professores. Verifica-se um aumento do número de participantes proporcionalmente ao quantitativo de professores do Programa. Nota-se a necessidade de aumento do número de professores para atendimento da comunidade nas diversas cidades do Distrito Federal, além da necessidade de aquisição de materiais esportivos específicos para cada prática corporal desenvolvidas nos polos. Para suprir as atuais carências de professores do Programa, a CEFDESC tem como proposta a elaboração de processo seletivo para abertura de novos polos, sendo ofertadas no período do Processo de Remanejamento/Remoção.

Projeto Centro de Iniciação Desportiva – CID



Projeto Centro de Iniciação Desportiva - Modalidade: Basquetebol (Fonte: Gerência de Práticas Corporais/CEFDESC)

O Projeto do Centro de Iniciação Desportiva tem como pressuposto principal a garantia do acesso à iniciação esportiva aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e ainda a ampliação de espaços e oportunidades educacionais rumo à democratização dos conhecimentos historicamente constituídos pela humanidade, provendo condições objetivas de emancipação humana. A Secretaria de Educação do Distrito Federal, visando consolidar e fortalecer o Projeto, vem ao longo dos anos desenvolvendo ações, tais como: cursos

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

de formação/atualização para os professores do Projeto CIDs Processo de seleção de professores para ingressar no Projeto; disponibilização de recurso financeiro por meio do PDAF para o atendimento exclusivo do CIDs.

Os CIDs se desenvolvem na perspectiva de ampliar a oportunidade das experiências e dos conhecimentos das manifestações da cultura corporal. São desenvolvidas práticas corporais relacionadas às diversas modalidades esportivas, tais como: futsal, futebol de campo, basquetebol, voleibol, handebol, judô, badminton, capoeira, natação, ginástica rítmica, ginástica artística, dentre outras. Tais práticas corporais são oferecidas exclusivamente aos alunos da Rede Pública de Ensino de Distrito Federal.

Em 2014, participaram do Projeto 8.560 estudantes distribuídos em 113 polos. Houve ainda a disponibilização de uniformes para todos os alunos participantes do Projeto, a inclusão dos CIDs no regimento escolar e, ainda, dos polos no concurso de remanejamento com processo para aquisição de declaração de aptidão.



Projeto Centro de Iniciação Desportiva modalidade: Tênis de mesa (Fonte: Gerência de Práticas Corporais/CEFDESC)

Os Centros de Iniciação Desportiva encontram-se em 13 Coordenações Regionais de Ensino - CRE, exceto na CRE Paranoá. Observa-se que o número de alunos participantes do Projeto tem aumentado proporcionalmente em relação ao número de polos. Pressupõe-se que esse incremento deveu-se à melhoria da qualidade e a diversidade dos materiais esportivos disponibilizados a partir de compras por meio do Programa de Descentralização Administrativa e financeira - PDAF, a melhor qualificação dos professores oriunda da formação continuada e a disponibilização do uniforme aos alunos participantes. Para suprir as atuais carências de professores do Projeto, a CEFDESC tem como proposta a elaboração de processo seletivo para abertura de novos polos, sendo ofertadas no período do Processo de Remanejamento/Remoção.

Educação com Movimento: Educação Física nos Anos Iniciais

O Projeto visa à melhoria da qualidade no atendimento das necessidades educacionais dos estudantes da rede pública de ensino, por meio da inserção do professor de Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, preferencialmente em escolas que possuam um significativo número de estudantes em defasagem idade/série, organizados em turmas de correção da distorção idade/série escolar. Baseado nessa premissa, a Educação Física foi inserida de forma significativa ao cotidiano escolar do estudante ampliando-se, dessa forma, os espaços e tempos que oportunizam o desenvolvimento da sua integralidade no que se refere às dimensões afetiva, motora, intelectual e sociocultural.

No decurso do processo, o acompanhamento ocorreu por meio de reuniões mensais com os professores participantes, quando foram abordados temas pedagógicos e administrativos relativos ao assunto. Além das reuniões, foram realizadas visitas às escolas participantes que contaram com a presença da Coordenação Regional de Ensino (CRE), Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar (CEFDESC) e Coordenação do Ensino Fundamental (COENF) além da equipe gestora e dos docentes da Unidade Escolar.

As avaliações foram realizadas pela equipe gestora, professores participantes e estudantes, por meio de formulários específicos elaborados pela coordenação do projeto em conjunto com os docentes. Foi realizado também um Seminário do Projeto Educação com Movimento, encontro no qual os professores socializaram suas experiências, ao destacarem as contradições da intervenção pedagógica. Cada professor entregou relatório das ações desenvolvidas e que estão à disposição nesta Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar para possíveis consultas.

Ficou evidenciado, por meio das avaliações e relatórios, que os alunos tiveram melhora na autoestima, concentração, corporeidade, socialização, além de melhor compreensão sobre as regras de convivência social perante os professores e comunidade escolar, bem como maiores possibilidades de

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

aprendizagens voltadas para o desenvolvimento do ser integral. A implantação do Projeto Educação com movimento foi um importante avanço para os estudantes dos anos iniciais.

Em 2014, 23.400 alunos dos anos Iniciais do Ensino Fundamental participaram do Projeto, distribuídos em 25 unidades escolares participantes.

Formação Continuada

A formação continuada, cujo objetivo é conscientizar e instrumentalizar os professores para atuarem qualitativamente no âmbito da educação física tem sido uma das principais ações dessa Coordenação. Em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE, foram ofertados em 2014 os seguintes cursos: Formação Continuada para cerca de 90 professores dos Anos Iniciais – Educação com Movimento; Ciclo de Palestras para cerca de 100 professores de educação física que atuam com estudantes do ensino especial nos Centros de Ensino Especial e na educação básica. Esses Cursos tiveram ótima repercussão entre os participantes que solicitaram a continuidade dos mesmos além de programação de palestras e oficinas para Educação Física.

O número de professores participantes dos cursos de formação promovidos pela CEFDESC em 2014, em parceria com EAPE, totalizou 200 professores.

A participação dos professores no processo de formação contribuiu para elevar a qualidade de ensino, pois, nos cursos os professores foram estimulados a usar novas tecnologias, tendências pedagógicas e, principalmente, a refletir sobre seu trabalho com foco nas aprendizagens dos estudantes tendo em vista que foram debatidas temáticas relevantes da Educação Física Escolar, tais como: cultura corporal, diversidade, inclusão da pessoa com deficiência na educação básica, desenvolvimento e aprendizagem; planejamento e avaliação e as teorias pedagógicas (pedagogia histórico-crítica).

Objetivo Específico: 008 - Reestruturar e implantar a Educação Integral nas escolas públicas do Distrito Federal garantindo além da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, a aprendizagem do cidadão em suas múltiplas dimensões e na perspectiva da cidadania, dos direitos humanos e do respeito à diversidade.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
947 Escolas que ofertam Educação Integral a um mínimo de 10% dos alunos matriculados	Unidade	226	31/07/2011	Anual	Desejado	328	430	532	634	CEINT
					Alcançado	272	274	332	-	
1222 Escolas que ofertam Educação Integral a todos os alunos matriculados	Unidade	-	-	Anual	Desejado	13	26	39	52	CEINT
					Alcançado	5	28	68	-	

No que tange ao indicador da oferta de Educação Integral a um mínimo de 10% dos alunos matriculados, a meta desejada para o ano de 2014 era de oferecer educação em jornada de tempo integral a 532 escolas. Porém, o índice aferido foi de 332, incluídos nesses dados os 26 Centros de Educação na Primeira Infância, que atendem cada um 112 estudantes da Educação Infantil em jornada diária de 10h. Esse quantitativo de realização corresponde a 62,4% da meta estipulada.

Apesar de não ter alcançado a referida meta, houve aumento significativo no quantitativo de escolas com oferta de Educação Integral (de 274 para 332 escolas, aumento de mais de 21%), além do aumento no quantitativo total de estudantes atendidos, ampliando de 42.675 para 46.461, que corresponde a um aumento real de aproximadamente 9%.

Tal crescimento foi possível devido à ampliação do “Projeto de Educação Integral em Tempo Integral” – PROEITI, a construção e inauguração dos Centros de Educação da Primeira Infância - CEPI e a implementação do “Projeto Cidade Escola Candanga” - Educação Integral na cidade de Brazlândia.

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014



SPL PROJ 000003

/15-gilma RP 002914

versão Paula

Implantado, em 2014, em 24 Unidades Escolares da Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia, o Projeto Cidade Escola Candanga: Educação Integral constitui uma ação significativa que se traduz na perspectiva de busca por uma educação pública de qualidade, referenciada nos sujeitos que aprendem. Nesse sentido, a ampliação do tempo de cinco para no mínimo sete horas diárias de permanência do estudante na escola, com vivência de atividades formativas diversificadas, está alicerçada também na inserção dos estudantes noutros espaços favorecedores de novas oportunidades educacionais. Conforme preconiza o Currículo em Movimento da Educação Básica da SEDF, tem como norteadora da prática pedagógica a Concepção de Educação Integral, a qual reconhece o estudante em sua multidimensionalidade.

Em 2014, 4.149 estudantes foram inseridos neste Projeto. Para 2015, a SEDF, na perspectiva de expandir esse projeto à CRE de Santa Maria, realizou o processo de discussão pedagógica e planejamento inicial, realizando levantamentos de demandas e organizando o trabalho pedagógico visando garantir subsídios para implementação da ampliação do projeto já no início do ano.

Pode-se citar ainda como ação que influenciou no aumento do quantitativo de estudantes atendidos a implementação do Projeto Educador Social Voluntário, que consiste na seleção de Jovens para auxiliarem as escolas que ofertam jornada de tempo integral na realização das diversas atividades de Educação Integral, sanando a carência de recursos humanos para realização destas atividades.

Há também o Programa "Mais Educação" que contribui com o aumento na quantidade de escolas com oferta de educação integral, além de auxiliar na qualificação do trabalho pedagógico. No ano de 2014, aumentou o quantitativo de escolas inscritas no programa, ampliando de 224 escolas para 297 escolas (dados do PDE Interativo/SEDF).

No que tange ao indicador de escolas com 100% dos estudantes atendidos em jornada de tempo integral, para o ano de 2014, foi estabelecida a meta de 39 escolas em jornada de tempo integral. Porém, conseguiu-se extrapolar esse índice em mais de 74%, alcançando o total de 68 unidades escolares com atendimento a 100% dos estudantes em jornada de tempo integral.

Para alcançar esses índices, desde o ano de 2012, foi instituído o projeto CEI Integral em 3 unidades escolares, que consistia no atendimento em jornada diária de 07 horas a 100% dos estudantes matriculados nessas

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

escolas. Já em 2013, foi implantado o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral – PROEITI, que consiste na oferta de educação integral a 100% dos estudantes, sendo estes atendidos por professores durante todo o período escolar, em jornada completa de 10 horas diárias. O projeto foi implantado em mais 23 Unidades Escolares no primeiro ano, sendo ampliado em 2014, garantindo o atendimento a mais 17 Unidades Escolares, sendo 13 escolas com atendimento em jornada de 10 horas diárias e 04 escolas com jornada de 07 horas diárias, totalizando 40 unidades escolares com atendimento a 100% dos estudantes em jornada de tempo integral.

Um aporte às atividades descritas no objetivo 01 – “Universalizar a pré-escola e ampliar o atendimento em creches, com projeto político pedagógico que atenda à especificidade da formação humana na fase de 0 a 5 anos de idade” adveio da entrega e funcionamento de 26 Centros de Educação de Primeira Infância – CEPis, que atenderam a aproximadamente 2.900 crianças em tempo integral, média de 112 estudantes em cada unidade escolar.

No segundo semestre, outros 09 CEPis foram entregues. Dessa forma, a capacidade de atendimento à demanda reprimida no DF passa para aproximadamente 3.900 crianças matriculadas em tempo integral nesses CEPis. Essas Unidades possuem 1.118,48 m² cada uma e estão relacionadas abaixo, de acordo com o início das obras:

CEPis (obras concluídas)	Quadra/Setor	Localização
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Jabuti	QN 414	Samambaia
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Ararauna	CL 118	Santa Maria
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Quero-Quero	Q 406	Recanto das Emas
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Estrela do Cerrado	QNP 28	Ceilândia;
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Callandra	QS 312	Samambaia;
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Beija-Flor	Q 107	Recanto das Emas;
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Ipê-Rosa	QN 508	Samambaia;
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Sabiá do Campo	Q 305	Recanto das Emas
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Ipê Branco	QNN 13	Ceilândia
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Ipê Roxo	QR 117	Samambaia
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Tamanduá Bandeira	QN 314	Samambaia
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Curió	CL 218	Santa Maria
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Canário da Terra	SRN Q 04	Planaltina
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Corujinha do Cerrado	CL 102	Santa Maria
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Pequizeiro	SRL Q. 18	Planaltina
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Onça Pintada	QN 309	Samambaia
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Flor de Pequi	QNP 15	Ceilândia
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Ipê amarelo	QNQ 05	Ceilândia
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Juriti	QN 431	Samambaia
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Arara Canindé	Q 307	Recanto das Emas
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Paineira	QR 517	Samambaia
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Lobo Guará	Setor Lúcio Costa	Guará
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Sabiá Laranjeira	QS 08	Águas Claras
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Macaúba	QS 07	Águas Claras
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Jatobá	Bairro Nossa Senhora de Fátima	Planaltina
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Andorinha	QR 827	Samambaia
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Canela de Ema	AR 15	Sobradinho II
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - João de Barro	Quadra 02	Sobradinho
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Angico	QN 503	Samambaia
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Jequitibá	Avenida Jequitibá	Águas Claras
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Sempre viva	QNP 03	Ceilândia
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Buriti	QR 312	Santa Maria
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Olhos D'Água	SHCGN 714	Plano Piloto
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Jasmim	QNP 12	Ceilândia
Centro de Educação de Primeira Infância – CEPI - Pica-Pau Branco	QR 307	Samambaia

SPL PROCC 00003 /15-Folha nº 002915 Data

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Programa de Alimentação Escolar/DF

O Programa de Alimentação Escolar/DF tem como diretriz o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive os que necessitam de atenção específica.

Em 2014, o Programa de Alimentação Escolar – PAE/DF, da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEDF atendeu um total de 360.360 alunos de todas as modalidades da educação básica, servindo um total de 64.192.095 refeições, nos 200 dias letivos, nas 651 instituições de ensino da SEDF.

Importante apontar que a SEDF vem estendendo o número de refeições nas escolas em área de vulnerabilidade social em duas vertentes: (a) quando traz o programa de escola integral em tempo integral, estes alunos recebem entre 4 e 5 refeições; e (b) os alunos que ficam em apenas um turno, mas estão matriculados em escolas de área de vulnerabilidade social, recebem 2 refeições. É a chamada Refeição Complementar, também conhecida como Café da Manhã nas escolas.

Cartão Material Escolar

Iniciado no ano de 2013, o programa “Cartão Material Escolar” beneficiou mais de 90 mil estudantes da rede pública de ensino, cujas famílias são inscritas no programa “Bolsa Família”. Esse auxílio é uma iniciativa do GDF, por meio das secretarias de Educação e da Micro e Pequena Empresa. Em 2014, esse benefício foi ampliado, atendendo a 96 mil estudantes do ensino fundamental e 22 mil do ensino médio.

O Cartão Material Escolar é uma iniciativa das Secretarias de Educação e da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária do Distrito Federal e é fornecido pelo Banco de Brasília (BRB), a fim de garantir a compra direta de material escolar a aproximadamente 96 mil alunos do ensino fundamental e 22 mil do ensino médio, todos, filhos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Outro objetivo agregado a esta iniciativa é o fomento à atividade comercial das micro e pequenas empresas, aumentando consequentemente a arrecadação fiscal e a geração de emprego em nossas cidades.

Programa Saúde na Escola

Com relação à Saúde Escolar, a SEDF atua por meio do Programa Saúde na Escola – PSE, que tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Atualmente, 162 escolas aderiram ao Programa que desenvolve ações como:

- Alimentação Saudável e Nutrição, cujo objetivo é estimular a inserção da temática alimentação e nutrição no plano político-pedagógico, apontando as possíveis conexões entre os conteúdos de cada ano e os diferentes aspectos da promoção da alimentação saudável, de forma a apoiar professores e profissionais da Estratégia de Saúde da Família em suas abordagens;
- Articulação do PSE com “Plano Juventude Viva” que busca sensibilizar os profissionais de saúde e educação para fomentar ações de enfrentamento à violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil;
- Estudo de riscos cardiovasculares em adolescentes – ERICA - projeto multicêntrico sendo realizado em 134 municípios brasileiros. Sua intenção é avaliar a presença de fatores de risco cardiovasculares em adolescentes de 31 escolas públicas do DF visando a promoção de estratégias de detecção, prevenção e tratamento de doenças crônicas na população brasileira;
- Projeto “Fortalecimento da Ação Intersetorial em Saúde - Apoio à Implementação do Programa Saúde nas Escolas (PSE) em Sobradinho II” (parceria com a FIOCRUZ). Objetiva implementar o projeto em âmbito local e fortalecer a participação da sociedade civil nesse processo, em particular do segmento jovem, o que se deu inicialmente em quatro escolas abrangidas pelo PSE;
- Promoção de assistência à saúde bucal e oftalmológica dos alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública do DF;
- 223.872 ações de odontologia preventiva realizadas para 114.006 alunos;
- 2.800 ações realizadas e 303 alunos atendidos em ações de odontologia curativa (restaurações, exodontias, emergências, profilaxias);

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

- 2.482 alunos atendidos por meio da formalização de convênio com a Associação Brasileira de Odontologia - ABO Taguatinga;
- 39.579 Testes de Acuidade Visual (TAV) realizados até setembro em alunos da Educação Básica;
- 3.498 consultas oftalmológicas realizadas para alunos com suspeita de deficiência visual detectada pelo Teste de Acuidade Visual (TAV);
- 2.708 óculos prontos fornecidos aos alunos da Educação Básica que necessitem de correção visual, detectada em consulta com médico oftalmologista.

Transporte Escolar

A oferta de transporte escolar para alunos matriculados em escolas públicas atende orientações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O serviço pode ser requisitado quando não houver linha regular de ônibus na região; no caso de a escola ser interditada por motivo de reforma ou segurança do prédio; e quando novos núcleos populacionais forem criados. Também pode ser solicitado se houver demanda em locais onde a construção de unidade de ensino não tenha sido aprovada pelos órgãos próprios e, ainda, caso as escolas da região esgotem sua capacidade de absorção.

Os alunos da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), com idades entre 6 e 17 anos (educação básica) que estudam a mais de 1km de sua residência e necessitam de transporte escolar contam com este benefício.

No caso dos estudantes residentes em áreas rurais, a solicitação do serviço deve ser feita no DFTrans. Para eles, será ofertado o bilhete eletrônico rural, que permite a utilização de empresas convencionais de ônibus.

Até outubro de 2014, a SEDF proporcionou transporte escolar a aproximadamente 40.000 alunos, por mês, distribuídos nas diversas modalidades de ensino e divididos em aproximadamente 647 itinerários.

Programa de Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas do Distrito Federal – PDAF

O Programa de Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas do Distrito Federal – PDAF tem por objetivo garantir atenção direta às escolas por meio da descentralização de recursos para a realização de compras e serviços necessários ao pleno funcionamento e cujo fornecimento não é abrangido pelo órgão central. Tem a finalidade de aperfeiçoar ações educativas nas escolas e fortalecer as instituições escolares. Em 2014 a SEDF alocou recursos que foram distribuídos entre despesas de capital e de custeio a 664 escolas participantes do Programa.

Ainda em 2014, a Secretaria de Educação finalizou as seguintes obras no Distrito Federal.

Escolas	Quadra/Setor	Localização	Especificação da Obra	Tamanho
Escola Classe Brochado da Rocha	BR 020 – Acampamento DVO	Planaltina	Construção de 04 salas	735,56 m
Escola Classe 19 do Gama	EQ 30/40 - AE - Setor Leste	Gama	Construção de Reservatório	7,08 m ²
Escola Classe Ipê do Riacho Fundo	DF 003, Granja do Ipê	Riacho Fundo	Construção de reservatório	7,08 m ²
Escola Classe Escola Classe 22 do Gama	EQ 17/27 AE – Setor Oeste	Gama	Construção 14 salas de aula	2.649 m ²
Escola Classe 05 de Brazlândia	EQ 01/04 - AE 01 - Setor Sul	Brazlândia	Construção de Reservatório	7,08 m ²
Escola Classe 65 de Ceilândia	QNR 02 - AE 04	Ceilândia	Construção de reservatório	9,28 m ²
Centro de Educação Infantil de Ceilândia	QNP 17, AE	Ceilândia	Construção de CEPI	-

PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 - ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	300.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	300.000	0	0	0

Não houve execução orçamentária e financeira.

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 - CULTURA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	14.652.607	1.832.879	1.446.538	1.446.538
2787 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	14.652.607	1.832.879	1.446.538	1.446.538
4090 - APOIO A EVENTOS	0	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	200.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	14.852.607	1.832.879	1.446.538	1.446.538

A Secretaria de Educação realizou diversos eventos ao longo do ano, todos de caráter pedagógico ou institucional, como:

Cerimônia de Abertura do Ano Letivo

No dia 12 de fevereiro, foi realizada a Cerimônia de Abertura do Ano Letivo 2014, no auditório Master do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, e contou com a presença do Secretário de Educação, do Secretário Adjunto, de todos os Subsecretários da pasta, além de outros palestrantes.

O evento ocorreu durante todo o dia, sendo no período diurno para os gestores das escolas de Educação Básica e no período noturno para os gestores das escolas de Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, totalizando um público aproximado de 4.500 pessoas. Além da cerimônia, houve também a Posse das Equipes Gestoras Eleitas.

Concerto de Gala em comemoração aos 40 anos da Escola de Música de Brasília

Realização de Concerto de Gala comemorativo aos 40 anos da Escola de Música de Brasília, ocorrido no dia 11 de março de 2014, às 20h no Teatro da Escola de Música de Brasília, com propósito de comemorar em conjunto com a comunidade, assim como apresentar às autoridades convidadas a excelência musical da Escola de Música e sua trajetória.

Aula Inaugural Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) é um acordo através do qual o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso com a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público. Entende-se que é importante realizar uma ampla reflexão referente à temática "Sujeitos do Ensino Médio e Formação Humana Integral", em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio - DCNEM. A cerimônia aconteceu no dia 19 de março no Centro de Convenções Ulysses Guimarães com um público estimado de 4.500 pessoas.

II Bienal Brasil do Livro e da Leitura

A Bienal Brasil do Livro e da Leitura é um dos maiores eventos literários do país. Em 2014, ocorreu na Esplanada dos Ministérios de 11 a 21 de abril. Contou com uma programação diversificada e inteiramente gratuita, atraindo mais de 60 mil visitantes que participaram de lançamentos de livros, seminários, debates, palestras, encontros, oficinas, exposições de filmes, exposições, homenagens, shows e apresentações teatrais. Para estudantes e professores, a Bienal teve um atrativo especial: livros a preços acessíveis ou com descontos.

A participação dos estudantes foi essencial, pois além de desfrutarem de uma programação rica, cada escola teve um passaporte literário para adquirir materiais didáticos para serem utilizados no dia-a-dia. A Secretaria de Educação do DF levou à Feira cerca de 5.000 alunos, por turno, durante 4 dias.

Formatura Profuncionário

O programa "Profuncionário" visa à formação dos funcionários de escola em habilitações compatíveis com as atividades exercidas na escola. Essa formação em nível técnico é uma política de formação pública voltada para o desenvolvimento profissional e ampliação da qualidade social dos serviços prestados pela Secretaria de Estado de Educação.

Esse programa resulta de uma política de colaboração entre o Governo Federal e o GDF pela Secretaria de Educação a partir do Decreto 7.415 de 30 de dezembro de 2010. Entre seus objetivos fundamentais está a valorização desses profissionais da educação através da oferta dos cursos de formação continuada em nível técnico.

O evento foi realizado com sucesso, nos turnos matutino e vespertino, no dia 08 de maio de 2014, para um público estimado de 1.400 pessoas, entre Profissionais da Educação e convidados.

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade
538

SPL PROJ: 00003

115-Folha

Nº 002916 Versão

Paula

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Abertura do Festival Interescolar de Xadrez

O Festival Interescolar faz parte das ações do Projeto Xadrez nas Escolas, lançado em fevereiro de 2013, pelo então governador e a Secretaria de Educação do DF. O projeto foi implantado nos ensinos Infantil, Fundamental, Médio e Integral. Para inserir a iniciativa nas escolas, a SEDF fez a aquisição de 12 mil kits de xadrez. Além disso, 200 professores receberam formação para ensinar os alunos o jogo de tabuleiro.

O evento ocorreu no Colégio Leonardo da Vinci, no dia 17/05, e contou com um público de aproximadamente 950 estudantes. O objetivo foi promover um campeonato, que foi ponto de encontro entre os praticantes de xadrez, como também um espaço de socialização, no qual o respeito ao próximo foi a regra principal. O número de inscritos superou a expectativa e alcançou a marca de 950 participantes. Todos os alunos receberam troféus de participação e os vencedores, por categoria, ganharam mais um troféu diferenciado.

Cerimônia de formatura do DF Alfabetizado – Museu Nacional

O “Programa DF Alfabetizado” tem como objetivo alfabetizar pessoas com 15 anos ou mais (jovens, adultos e idosos), assegurando a oferta para a continuidade dos estudos na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Trata-se de uma ação do Governo do Distrito Federal (GDF) em parceria com o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) do Ministério da Educação (MEC), executada pela Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEDF). A formatura ocorreu no dia 24 de maio no Museu Nacional e contou com um público de aproximadamente 1.000 pessoas.

Conferência Distrital de Educação

Uma das etapas da elaboração do Plano Distrital de Educação – PDE, que precedeu o encaminhamento da proposta do Plano à Câmara Legislativa, foi a realização da Conferência Distrital de Educação. A Conferência constituiu-se em um momento em que representantes do governo, da sociedade civil e da comunidade escolar discutiram o texto-base do PDE promovendo um amplo movimento de discussão, de forma participativa e representativa, envolvendo os segmentos ligados à educação, elaborado pela Comissão Técnica Distrital, criada no âmbito do Fórum Distrital de Educação, pela Portaria nº 3, de 10 de janeiro de 2014.

A Conferência aconteceu no auditório da Escola de aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE, nos dias 27 e 28 de maio e contou com um público de 450 pessoas.

Premiação da OBMEP

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP é promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Ministério da Educação, e realizada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) com apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) e das Secretarias de Educação estaduais e do Distrito Federal.

Seu objetivo é incentivar o ensino da matemática pura e aplicada culminando na experiencição dos estudantes das escolas públicas brasileiras do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio (1º ao 3º ano) na Olimpíada. Ocorreu no Museu Nacional no dia 03 de junho com um público de 400 pessoas.

Encontro Pedagógico com Professores Recém Contratados – Museu Nacional

O encontro com professores recém-contratados justifica-se pela importância da SEDF apresentar e discutir com os docentes as políticas públicas da educação: Currículo da Educação Básica alterado em 2014; Educação Integral; Avaliação Educacional; Coordenação Pedagógica; Projeto Político-Pedagógico e Formação Continuada.

O encontro aconteceu no Museu Nacional, no dia 30 de julho para aproximadamente 1.600 profissionais, apresentou uma visão geral das Políticas Públicas e Educacionais, e a importância dos profissionais na sua implementação, acompanhamento e avaliação.

Desfile Cívico/Militar de 07 de Setembro

O desfile cívico/militar de 7 de setembro na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, é uma das mais significativas comemorações do Brasil. Organizado pelas Forças Armadas Brasileiras/Governo Federal e pelo Governo do Distrito Federal contou com a participação ativa 1.200 alunos e professores das escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Dia Distrital da Educação Infantil

A Semana Nacional e o Dia Distrital de Educação Infantil visam promover o diálogo e o debate com toda a sociedade sobre questões concernentes à Primeira Etapa da Educação Básica.

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

Nesse contexto, o Dia Distrital de Educação Infantil tornou-se um espaço de interação e troca de experiências entre os envolvidos nas ações de promoção da Educação Infantil, e vem mobilizando e sensibilizando a sociedade e o Estado para a importância dessa etapa no desenvolvimento do ser humano.

O evento ocorrido no Parque da Cidade, no dia 13 de setembro, contou com a presença de aproximadamente 8.000 pessoas. Promovendo a integração das instituições que atendem a infância bem como proporcionando um dia cheio de atividades lúdicas.

IV Circuito de Ciências Etapa Distrital

O objetivo do evento é estimular as ações pedagógicas para a ampliação da cultura científica entre docentes e discentes no contexto da construção do conhecimento, considerando a história dos estudantes envolvidos nesse processo e a sua participação como sujeitos ativos e de direito.

O sucesso do Circuito de Ciências é fruto do envolvimento e da participação das Unidades Escolares, em todas as etapas e modalidades (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos - EJA, Educação Profissional e Ensino Especial) e suas respectivas Coordenações Regionais de Ensino. A cooperação tornou possível a prática pedagógica que permeia o cotidiano de cada escola do Distrito Federal. A Etapa distrital aconteceu no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, entre os dias 18 a 20 de setembro, e contou com um público de 13.000 pessoas.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - REINTEGRA CIDADÃO	1.143.812	1.143.812	947.950	865.310
8424 - REINTEGRA CIDADÃO-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1.143.812	1.143.812	947.950	865.310
TOTAL DO PROGRAMA 6222	1.143.812	1.143.812	947.950	865.310

Programa desenvolvido desde 1986 pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP/DF. Em parceria com a SEDF, os apenados desenvolvem atividades administrativas e de marcenaria, como manutenção e recuperação de cadeiras escolares e pintura do mobiliário escolar da rede oficial, visando à reintegração e ressocialização. Em 2014, a Secretaria contou com a prestação de serviços de 86 servidores dessa Instituição.

2. OUTRAS REALIZAÇÕES

PROGRAMA: 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2.582.000	1	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6001	2.582.000	219.999	0	0

Não houve execução orçamentária e financeira.

6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EDUCAÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	786.579	662.705	589.214	492.069
2532 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-UNIDADES ADMINISTRATIVAS - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	786.579	662.705	589.214	492.069
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	206.000	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	3.000	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	137.390	149.385	149.385	149.385
2576 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-UNIDADES ADMINISTRATIVAS - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	137.390	149.385	149.385	149.385
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	12.330.655	10.337.163	10.240.563	10.240.563

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade
540

SPL PROC 000003 /15-folha Nº 002917 verso Paula

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
5879 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CURSOS INTERNACIONAL DE VERÃO - CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL/ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	12.230.000	10.337.163	10.240.563	10.240.563
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	345.448	14.137	14.137	14.137
0078 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	345.448	14.137	14.137	14.137
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	142.331.885	82.566.789	82.566.788	82.566.788
0036 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	114.169.962	74.087.649	74.087.648	74.087.648
0037 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS EM ATIVIDADES ALHEIAS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-DISTRITO FEDERAL	28.161.923	8.479.140	8.479.140	8.479.140
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	55.257.216	329.466	208.745	208.745
5276 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	35.311.862	329.412	208.745	208.745
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	20.203.466	28.223.384	23.716.189	20.720.096
0036 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	20.117.456	27.914.663	23.407.777	20.411.684
9691 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONSELHO DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	86.010	308.721	308.412	308.412
TOTAL DO PROGRAMA 6002	231.601.639	122.283.028	117.485.020	114.391.783

Foi adquirido, em 2014, 02 duas unidades de duplicadoras de DVD com o intuito de subsidiar os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Videoteca desta Secretaria. Por meio destas duplicadoras, todo acervo da SEDF está sendo copiado no formato DVD, o que significa modernizar todos os títulos que foram veiculados pelo canal TV Escola, os programas produzidos pelo Canal E da SEDF, os trabalhos produzidos por organizações voltadas para o desenvolvimento da educação e cultura tanto no Brasil como no exterior e embaixadas. Além de atualizar o acervo, os títulos também servem de apoio aos trabalhos desenvolvidos em sala de aula através de empréstimo aos professores.

Outra ação desenvolvida foi a contratação de empresa para fornecimento de Software de Processamento de Dados e prestação de serviços de suporte técnico presencial e a distância, manutenção preventiva e corretiva nos diversos ambientes de TI da SEDF. Tais serviços estão disponíveis 24 horas por dia, durante toda a vigência do contrato.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O Plano Distrital de Educação – PDE é um instrumento de planejamento de longo prazo para a educação e elaborado com base no Plano Nacional de Educação (PNE). O documento contempla metas para todos os níveis e modalidades de ensino, tanto do setor público como do privado, desde a educação básica ao ensino superior.

O processo de construção coletiva deste documento foi realizado em sucessivas reuniões que ocorreram no período de 3 de novembro de 2013 a 15 de abril de 2014. O Grupo de Trabalho composto para construir esse documento apresentou proposta que foi amplamente divulgada em todas as unidades escolares e submetida à apreciação em plenárias nas Coordenações Regionais de Ensino. Por meio do PDE, serão traçadas metas e estratégias que devem ser cumpridas no prazo de dez anos. O documento será norteador para dar continuidade à qualidade do ensino que as crianças, jovens e adultos recebem nas escolas.

A Conferência Distrital de Educação de 2014 teve por objetivo debater e deliberar as propostas contidas no Plano para a conclusão do Plano Distrital de Educação (PDE) 2015-2024. O evento aconteceu no auditório da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) e contou com a presença do titular da pasta, de representantes de organizações e entidades da sociedade civil, coordenadores, professores e estudantes.

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 002918 *beta*

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014



Conferência Distrital de Educação

Dentre as metas do Plano Distrital de Educação, estão elencadas:

- Universalização, até 2016, da Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos;
- Ampliação da oferta em creches públicas;
- Garantia do acesso universal, a permanência e as aprendizagens dos estudantes a partir dos 6 anos no Ensino Fundamental de 9 anos, assegurando a conclusão dessa etapa até os 14 anos, até o último ano de vigência do PDE;
- Universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos;
- Universalizar do atendimento educacional aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- Oferecimento de educação integral, no mínimo em 60% das escolas públicas;
- Fomento a qualidade da Educação Básica;
- Garantia da oferta da educação à população do campo e garantir no sistema público de ensino a oferta de escolarização a jovens, adultos e idosos.

O Secretário de Educação ressaltou a importância dos debates e deliberações acerca do documento, lembrando da importância de contribuir com um sistema educacional que atenda aos anseios da sociedade. Após a finalização do documento, este foi encaminhado à Câmara Legislativa para aprovação.



Conferência Distrital de Educação

Aos alunos matriculados no “Programa DF Alfabetizado”, foram distribuídos 247.297 unidades de kit lanche (fruta – fresca ou seca, pão ou biscoito ou bolo tipo *muffin*, bebida láctea ou iogurte), com a entrega de 4.410 kits por dia, em média. Essas aquisições aconteceram por meio do Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura – PAPA/DF.

SPL PROJ 00003 /15-FOLHA Nº 06/2015 VERSÃO 2015

Relatório Anual de Atividades – SEDF – 2014

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Em 2014, a SEDF encontrou dificuldade para cumprir as metas pactuadas tendo em vista o contingenciamento e remanejamento de parte dos recursos do orçamento ocorrido ao longo do exercício, exigindo de seus gestores um constante trabalho de readequação de prioridades.

Em referência às dificuldades orçamentárias, a SEDF continua implantando suas políticas de permanência dos estudantes na rede pública. As ações desenvolvidas estão alinhadas às Diretrizes e Orientações do Ministério da Educação, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC; o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – PNEM; no âmbito do Governo do Distrito Federal, o DF Alfabetizado; o Projeto de Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental; e a Organização do Tempo Escolar em Semestralidade para o Ensino Médio. Estes programas vem mostrando eficiência na busca de um tratamento inovador para o desenvolvimento escolar.

Em 2014, o número de Instituições Educacionais da rede pública de ensino do DF foi mais uma vez ampliado, contando agora com 664 instituições de ensino que abrigam 472.675 alunos.

De um total estimado de 112 unidades programadas até outubro de 2014, 26 CEPs já foram entregues e estão em funcionamento, abrigando a aproximadamente 2.900 crianças em tempo integral, 35 unidades estão em fase de construção e as demais em fase de licitação, contratação e/ou confecção de projetos.

No total, 13 escolas receberam cobertura em suas quadras poliesportivas e também se investiu na construção de novos reservatórios de água.

A educação integral, como um dos eixos prioritários do governo, vem recebendo atenção especial. Em 2014 passou a atender 46.461 estudantes divididos em 332 escolas, o que representa um aumento de aproximadamente 21% de escolas com atendimento integral e 9% de novas matrículas nesta modalidade de ensino.

Outra ação relevante foi a construção do Plano Distrital de Educação – PDE que, em atendimento à Lei Federal nº 10.172/2011 que institui o Plano Nacional de Educação, passa a fornecer à SEDF um planejamento de longo prazo para a educação. O documento contempla metas para todos os níveis e modalidades de ensino, tanto do setor público como do privado, desde a educação básica ao ensino superior para os próximos 10 anos.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal compromete-se, a cada novo ano, com a construção de uma Educação Pública, Integral, Democrática e de Qualidade Social.

Reafirma-se, portanto, o nosso compromisso com um conjunto de ações articuladas entre as diferentes instâncias desta Secretaria de Educação, de garantir o acesso, permanência e sucesso dos estudantes, com qualidade, no processo de ensino aprendizagem, contribuindo para a sua plena formação como cidadãos.

SPL PROC 00003 /15-Folha nº 002919 Bete

Relatório Anual de Atividades – FUNAB – 2014

11.1. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL – FUNAB - UO: 18.202

A Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal foi instituída como unidade orçamentária pelo Decreto nº 17.485, de 28 de junho de 1996 (revogado) e pelo Decreto nº 34.591, de 22 de agosto de 2013, é vinculada à Secretaria de Educação, possui personalidade jurídica de direito público, sendo regida por Estatuto aprovado por Decreto do Governador. Tem por finalidade única manter o ensino superior público do Distrito Federal, desenvolver pesquisas e promover atividades de extensão universitária, promovendo sua inserção regional mediante atuação multicampi e multiespacial, obedecendo os princípios da Lei nº 9394/96.

São competências da FUNAB

- I. Elaborar e executar política de educação superior pública;
- II. Manter, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de educação superior pública do Distrito Federal;
- III. Promover a implantação de unidades e cursos de educação superior pública;
- IV. Expedir normas para o desempenho de suas competências;
- V. Elaborar sua proposta orçamentária e administrar suas receitas e despesas;
- VI. Firmar convênios, contratos e parcerias voltados à realização de seus objetivos, na forma da lei.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	07	-	-	-	07
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	10	-	-	-	10
Requisitados	Órgãos do GDF	01	-	-	01
	Órgãos do Governo Federal	01	-	-	01
Subtotal (Força de Trabalho)	19	-	-	-	19
{-} Cedidos para outros órgãos	-	-	-	-	-
Total Geral	19	-	-	-	19

Não houve execução de despesa na UO 18.202 até 31 de dezembro de 2014. Os servidores acima citados estão incluídos na folha de pagamento da Secretaria de Estado da Educação - SEDF

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO**PROGRAMA TEMÁTICO: 6220 - EDUCAÇÃO SUPERIOR****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1092 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO DF	800.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6220	800.000	0	0	0

A dotação orçamentária da ação foi cancelada por meio da Lei 5.409, de 06 de novembro de 2014, publicada no DODF n.º 234, de 10 de novembro de 2014.

2. OUTRAS REALIZAÇÕES**PROGRAMA: 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – EDUCAÇÃO E CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	9.400	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6002 – EDUCAÇÃO E CULTURA	9.400	0	0	0

A dotação orçamentária da ação foi contingenciada na sua totalidade.

Relatório Anual de Atividades – FUNAB – 2014

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

As despesas de pessoal e encargos sociais da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal foram realizadas com recursos da UO 18.101.

A FUNAB – Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal, administrativamente iniciou a composição do quadro de Pessoal que ainda não está completo.

Juridicamente a Procuradoria está em pleno funcionamento. O Estatuto da FUNAB, a Delegação de Competência do Diretor Executivo e o Convênio com a SEEDF estão em andamento.

Os setores estão em composição e a UAG consta com 03 (três) componentes, o que ainda é insuficientes para a plena execução.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A FUNAB – Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal está em fase de estruturação desde a publicação do DODF com o Decreto Nº 34.591 de 22 de agosto de 2013, devido a isso, e ao orçamento instituído para o ano de 2014, para o ano de 2015, a FUNAB pretende iniciar seus projetos e dar início às suas atividades já no 2º semestre.

Análise das Realizações

– A FUNAB – Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal executou muito pouco. Desde a primeira composição da equipe até a presente data o processo não teve continuidade, e isso comprometeu a realização das atividades.

Dificuldades Encontradas

– A primeira maior dificuldade foi referente à infraestrutura. Empréstimos de materiais imobiliários não atendem em quantidade e qualidade as nossas necessidades.

– A segunda é a própria composição de equipe que caminha a passos lentos.

Perspectivas para 2015

- Resolver os problemas de Infraestrutura e Pessoal;
- Implantar e Implementar as Instituições mantidas pela FUNAB

B. E. T.

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 002920

Relatório Anual de Atividades—FUNALFA—2014

11.2. FUNDO DE APOIO AO PROGRAMA PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL – FUNALFA -UO: 18.902

Instituído pela lei 1511/97, o FUNALFA tem os objetivos de prover recursos para dar suporte ao Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos e de:

- I – criar condições para erradicar o analfabetismo no Distrito Federal;
- II – promover a educação básica de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou foram excluídos dela;
- III – garantir o direito de todos à educação para o pleno exercício da cidadania.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO**PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 - EDUCAÇÃO BÁSICA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2392 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.340	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6221	10.340	0	0	0

A dotação orçamentária foi contingenciada no mês de outubro de 2014 e até esta data, o recurso não havia sido liberado.

Não houve execução da despesa, visto que todas as atividades relacionadas à educação de jovens e adultos foram realizadas na Unidade Orçamentária 18.101.

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Nada a informar.

SR - FND 00003 /15-01ha N.º 002920 VERIFICADO



Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

11.3. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - UO: 18.903

A Secretaria de Estado de Educação, unidade orgânica de direção superior, subordinada ao Governo do Distrito Federal, tem por competência planejar, implantar, organizar, coordenar, regulamentar, fiscalizar, acompanhar e avaliar o Sistema de Ensino do Distrito Federal, conforme estabelece o Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011. É constituída por oito unidades setoriais que executam políticas definidas e priorizadas pela Secretaria de Estado de Educação: Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação - SUGEP; Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional – SIAE; Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB; Subsecretaria de Modernização e Tecnologia - SUMTEC; Subsecretaria de Administração Geral – SUAG; Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional– SUPLAV; Subsecretaria de Logística – SULOLOG e Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - EAPE.

O presente relatório aborda atividades inerentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, unidade orçamentária 18.903. Ressalta-se que as ações desenvolvidas nesta unidade, complementam ações realizadas na Unidade Orçamentária 18.101 – Secretaria de Estado de Educação. Portanto, os resultados a seguir apresentados são os mesmos já detalhados na Unidade Orçamentária 18.101 – SEDF.

Força De Trabalho

O Quadro Força de Trabalho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais Da Educação – FUNDEB está sendo informado no Quadro apresentado no relatório da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO

PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA

OBJETIVO GERAL: Garantir acesso e permanência com qualidade de ensino socialmente referenciada em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	26.267.925	30.520.437	30.211.948	29.903.192
0002 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FEDERAL	26.267.925	30.520.437	30.211.948	29.903.192
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	500.000	6.523.842	6.523.842	5.875.995
3115 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	500.000	6.523.842	6.523.842	5.875.995
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1.682.822.342	1.702.888.215	1.700.747.043	1.700.747.040
0015 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	383.617.302	679.883.175	679.865.324	679.865.321
6978 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	639.603.463	488.403.463	488.403.463	488.403.463
6979 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	22.278.322	22.278.322	22.269.993	22.269.993
8848 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	26.590.256	26.590.256	26.590.256	26.590.256
8849 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	339.850.901	284.850.901	284.746.195	284.746.195
8856 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	93.736.327	73.736.327	72.830.184	72.830.184
8857 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	177.145.771	127.145.771	126.041.628	126.041.628
TOTAL DO PROGRAMA 6221	1.709.590.261	1.739.932.494	1.737.482.833	1.736.526.228

Beta

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 002721

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

Objetivo Específico: 001 - Universalizar a pré-escola e ampliar o atendimento em creches, com projeto político pedagógico que atenda à especificidade da formação humana na fase de 0 a 5 anos de idade.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
936 Atendimento da demanda reprimida de 4 e 5 anos de idade	%	67	13/07/2011	Anual	Desejado	70	80	90	100	CEINF
					Alcançado	43	57	74	-	
937 Atendimento às crianças de 0 a 3 anos de idade	%	3	13/07/2011	Anual	Desejado	3	8	13	19	CEINF
					Alcançado	4	4,2	24	-	

As realizações referentes a este Objetivo Específico foram ocorridas na Unidade da Secretaria de Educação – SEDF – UO – 18.101.

Indicadores:

Objetivo Específico: 002 - Melhorar os índices de desempenho e corrigir a distorção idade/série dos estudantes do ensino fundamental.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1200 Avaliação de desempenho dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental	Nota	5,4	31/12/2011	Bianual	Desejado	-	5,5	-	5,8	IDEB/INEP
					Alcançado	-	-	-	-	
1201 Avaliação de desempenho dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental	Nota	3,9	31/12/2011	Bianual	Desejado	-	4,1	-	4,5	IDEB/INEP
					Alcançado	-	-	-	-	
1202 Quantitativo de alunos em distorção idade-série	Unidade	70.000	31/07/2011	Anual	Desejado	20.000	20.000	20.000	10.000	COENF
					Alcançado	9.030	7.000	3.300	-	

A Coordenação de Ensino Fundamental (COENF), por meio do Núcleo dos Anos Iniciais (NUANIN), coordenou e acompanhou os trabalhos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no âmbito do DF, atendendo a 367 unidades escolares que ofertam 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. O PNAIC é um compromisso assumido pelo Ministério da Educação, Secretarias estaduais, distritais e municipais de educação, e tem por objetivo assegurar a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, coadunando com a proposta Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), política do Distrito Federal implantada em 2005.

O professor alfabetizador tem suma importância para que o PNAIC alcance suas metas, para tanto, sua formação é realizada por 130 Orientadores de Estudos, que são formados pela Universidade de Brasília (UnB). Essa formação atende a 3.116 professores alfabetizadores, que participaram nos meses de junho e dezembro dos Seminários PNAIC/BIA realizados pela Coordenação de Ensino Fundamental/SUBEB, que promoveu o debate sobre a Educação Matemática e Linguagem oportunizando, assim, a reflexão crítica sobre a prática pedagógica dos(as) professores(as) participantes. Os eventos contaram com a participação de 2.400 professores alfabetizadores.

Como política que visa aprimorar a organização do trabalho pedagógico, os "Ciclos para as Aprendizagens" apresentam como princípio, a progressão continuada, que se efetiva por meio de seis elementos constitutivos: gestão democrática, formação continuada, coordenação pedagógica, avaliação formativa, organização curricular e eixos integradores.

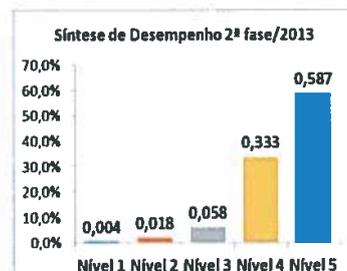
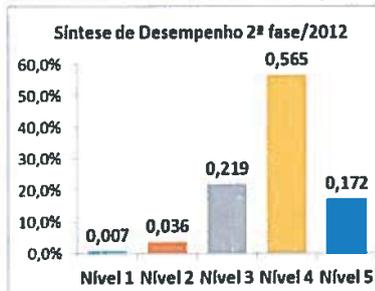
Na Secretaria de Estado de Educação do DF, o "Ciclo para as Aprendizagens" é organizado da seguinte forma:

Ciclo para as Aprendizagens.		
1º Ciclo.	Educação Infantil.	
2º Ciclo.	1º Bloco-Bloco Inicial de Alfabetização (1º ao 3º ano).	2º Bloco (4º e 5º ano).
3º Ciclo.	1º Bloco (6º e 7º ano).	2º Bloco (8º e 9º ano).

No âmbito da Coordenação de Ensino Fundamental, a extensão da organização em Ciclos para os 4º e 5º anos justifica-se em função dos avanços observados com a implantação do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), conforme indicam os gráficos dos anos de 2012 e 2013, que apontam resultados da Provinha Brasil em Língua

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

Portuguesa comprovando o aumento progressivo do percentual de estudantes que alcançaram o nível 4 da 2ª Fase da Provinha Brasil. Nesse nível, os estudantes, além de já terem consolidado as habilidades dos níveis anteriores, geralmente já podem identificar informação explícita e não trivial: a finalidade, o assunto, inferir informações e relacionar o nome ao seu referente anterior, em textos curtos ou médios, lidos individualmente.



A ampliação de espaços e tempos de convivência escolar e de estratégias didático-pedagógicas diversificadas promove a aprendizagem sem a barreira anual da reprovação. Após aprovação do Projeto do 2º Ciclo para as Aprendizagens pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, 229 escolas de 4º e 5º ano aderiram à proposta de ciclos em 2014. Neste ano também foram aprovadas as Diretrizes Pedagógicas – Organização Escolar para o 2º ciclo (BIA e 2º bloco), também pelo Conselho de Educação do Distrito Federal.

O Fórum de Anos Iniciais, composto por integrantes dos Centros de Referência de Alfabetização – CRA e coordenado pelo Núcleo de Anos Iniciais (NUANIN), tem por objetivo acompanhar o trabalho dos CRA das regionais de ensino e discutir ações referentes ao BIA e ao PNAIC. Neste ano tivemos 11 encontros do Fórum, que conta com participação de 130 articuladores do CRA e esporadicamente com os coordenadores intermediários do 4º e 5º ano, além dos profissionais das equipes de apoio a aprendizagem. Além disso, foram realizados 03 encontros pedagógicos com coordenadores intermediários de 4º e 5º ano, nos quais a discussão teve como temática, a ampliação do ciclos para o 4º e 5º ano, formação dos professores, alternativas para a organização escolar em ciclos, entre outras.

A implantação, por adesão, do 3º Ciclo para as Aprendizagens em 06 unidades escolares do Distrito Federal em 2014, justifica-se em função do alto índice de reprovação e abandono nessa fase de ensino. Os avanços observados com a implantação do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) sinalizam que as estratégias didático-metodológicas voltadas para os anos iniciais constituem-se como possibilidade, também, para os anos finais. Com a intenção de qualificar a proposta, a fim de atender as necessidades pedagógicas e administrativas das escolas, representantes das escolas do 3º Ciclo, representantes das regionais de ensino e representantes do nível central, compõem o Colegiado do 3º Ciclo, para discutir todas as questões relativas ao projeto. No ano de 2014, a Coordenação de Ensino Fundamental realizou, no total, 10 encontros do colegiado do 3º Ciclo, para estudo coletivo, aprofundamento dos conhecimentos sobre ciclos, socialização de experiências e construção de documentos referentes aos ciclos.

Devido à necessidade de formação e qualificação da prática dos professores dessas unidades escolares, foi realizado, em parceria com a EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação) e com a Gerência de Educação Básica (GEB) das regionais de Recantos das Emas, São Sebastião e Taguatinga, um curso de 60 horas intitulado "Fortalecimento do 3º Ciclo para as Aprendizagens".



Formação 3º Ciclo em São Sebastião (Fonte: Coordenação de Ensino Fundamental)

Bete

SPL PRCC 60003 /15-Folha Nº 002922

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

No ano de 2014, o documento “Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 3º Ciclo” foi aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, publicado e entregue a todas as unidades escolares que atendem os anos finais. Esse é um importante documento que visa orientar os professores sobre a concepção de ensino do 3º Ciclo para as Aprendizagens e subsidiar a organização do trabalho pedagógico nas escolas que implementam a proposta, além de trazer, também, alternativas de estratégias pedagógicas que podem auxiliar o professor no cotidiano de sala de aula, podendo ser também utilizadas por escolas que ainda não implementaram os ciclos. Em outubro foi realizado um encontro contando com o público de 82 profissionais, entre professores, coordenadores intermediários e gerentes de GEB, no qual foi realizada a apresentação das Diretrizes Pedagógicas do 3º Ciclo e uma breve discussão sobre sua utilização como ferramenta de auxílio ao trabalho pedagógico nas escolas de anos finais.

O Projeto Educação com Movimento, realizado em parceria com a Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar, apresenta características que buscam uma ação didática e pedagógica sustentada nos eixos estruturantes (cidadania, diversidade, sustentabilidade e direitos humanos) e nos eixos integradores (alfabetização, letramentos e ludicidade) de forma interdisciplinar e contextualizada. Visa um trabalho integrado entre o professor de Ed. Física e de Atividades no processo de ensino-aprendizagem numa perspectiva compreendida de cultura corporal como instrumento essencial na formação integral do indivíduo. Em 2014, o projeto foi realizado, preferencialmente, nas escolas que possuíam significativo número de estudantes em defasagem idade/série, organizados em turmas de Correção da Distorção Idade/Série, envolvendo 13 Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e 29 escolas.

O Projeto Papai Noel dos Correios é desenvolvido em parceria com ECT e atende 38 escolas teve seus objetivos vinculados aos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODMs)/ONU, constituindo um indício importante da preocupação com o bem estar da criança, tornando-se ponto de partida para as ações educativas, ao mesmo tempo em que busca a promoção da solidariedade e da tolerância, elementos constituintes para o exercício da cidadania.

O Fórum de Anos Finais, composto por coordenadores intermediários a nível central e coordenado pelo Núcleo de Anos Finais (NUAFIN), tem por objetivo discutir políticas públicas para as escolas de anos finais (6º ao 9º ano) e alternativas para a organização do trabalho pedagógico nessas escolas. Houve 14 reuniões do Fórum, com a participação de 30 coordenadores intermediários e coordenadores centrais. Para dinamizar a discussão, é utilizada a plataforma Moodle (Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA) como ferramenta de acompanhamento das ações realizadas nas regionais e como espaço de discussão, debate e formação continuada. A fim de fortalecer a formação desses professores, foi realizado um encontro, em parceria com o Ensino Médio, no qual foi discutido as Diretrizes de Avaliação Educação, tal encontro contou com o público de 56 Coordenadores Intermediários de anos finais e Ensino Médio. Foi realizado também o “II Seminário de Anos Finais”, que contou com o público de 500 professores de anos finais, onde realizou a discussão sobre as Diretrizes de Avaliação Educacional da Educação Básica, além da socialização de projetos de avaliação realizados em escolas de anos finais.



Fórum Integrado de anos finais. (Fonte: Coordenação de Ensino Fundamental)

Foi realizado 12 coordenações coletivas pedagógicas com a As Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA), responsáveis pelo desenvolvimento de um trabalho que auxilia os estudantes com dificuldades de escolarização, que justifica a presença destes profissionais em todas as escolas dos anos iniciais (1º ao 5º ano), anos finais (6º ao 9º ano), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Com a ampliação das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem, incluindo os Psicólogos, aproximadamente 90% das escolas dos anos iniciais passaram a

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

contar com o apoio destes profissionais, o que repercutiu positivamente para minimizar as dificuldades de escolarização de muitos estudantes. Da mesma forma, iniciou-se um processo de ampliação das EEAA para os anos finais e Ensino Médio, marcando, assim, o início de um trabalho voltado para as necessidades dos estudantes dessas etapas.

Para acompanhar e qualificar o trabalho realizado, ocorreu a participação de coordenadores intermediários e itinerantes, cujo objetivo é orientar, apoiar e acompanhar o trabalho realizado pelas EEAA nas regionais de ensino e discutir sobre políticas públicas voltadas às Salas de Apoio à Aprendizagem.

A fim de ampliar a discussão e aproximar as EEAA da Gerência de Educação Básica, houve 14 encontros pedagógicos articulados, um em cada Regional de Ensino, com a participação de coordenadores centrais, integrantes das EEAA e coordenadores intermediários da GEB visitada; além disso, foram realizadas duas palestras na regional de Ceilândia sobre a atuação dos psicólogos nas EEAA.

Em maio de 2014, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de elaborar os referenciais da Sala de Apoio. Esse grupo contou com a participação de 22 profissionais, entre pedagogos e psicólogos integrantes das EEAA. O GT reuniu-se em 18 encontros, com o objetivo de escrever um documento que subsidie a prática dos integrantes das EEAA. Para qualificar o texto presente nesse documento, foi realizado um fórum na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), com o público de 399 profissionais integrantes das EEAA, no qual 90% do material elaborado pelo GT foi aprovado pelo grupo.

Para fortalecer o processo de educação continuada dos profissionais das EEAA, o Núcleo de Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (NUEEAA), articulado com a Coordenação de Educação Especial (COESP) e a Gerência de Orientação Educacional (GOE), realizou na Câmara Legislativa, o seminário intitulado: “O Rótulo como Invisibilidade do Sujeito”. Nesse encontro, que contou com o público de 400 profissionais das EEAA, a discussão ocorreu em torno da medicalização dos estudantes; os palestrantes são pesquisadores do tema na Universidade de Campinas (UNICAMP).

O “IV Circuito de Ciências”, evento pedagógico-científico que objetiva o fortalecimento da criatividade, do raciocínio lógico, da capacidade de pesquisa e do conhecimento científico, bem como a autonomia intelectual, favorecendo a apropriação das etapas de desenvolvimento do trabalho científico – problematização, levantamento de hipóteses, investigação, análise e conclusão. Este circuito envolveu 452 escolas e 5.510 estudantes nas etapas regionais, 168 escolas e 2.055 estudantes na etapa distrital. A visitação atingiu o número de 20.000 estudantes por dia, totalizando 60.000 estudantes que visitaram a etapa distrital do Circuito de Ciências.

O Projeto Correção da Distorção Idade-Série (CDIS) visa adequar a série do estudante a sua idade, sem prejuízo das aprendizagens, garantindo a permanência e sucesso do estudante na escola. As atividades desenvolvidas em sala de aula têm como fios condutores à ludicidade e a interdisciplinaridade, numa perspectiva de atendimento às subjetividades desses estudantes que tem dificuldade mais acentuada no processo de escolarização. A SEEDF atendeu, em 2014, 3.300 estudantes em inadequação escolar do ensino fundamental (anos iniciais e finais) com o Projeto CDIS. Os resultados variam entre 41% a 43% de aproveitamento desses estudantes, que conseguem corrigir o fluxo e, de 23% a 32% de estudantes que são aprovados para o ano subsequente, perfazendo um total de aproveitamento entre 66% a 75%, permitindo a permanência do estudante na escola e a continuidade dos estudos, combatendo a evasão escolar.

Por conta da implementação do projeto de CDIS houve o acompanhamento do trabalho pedagógico de 67 escolas que possuem turmas de CDIS por meio dos fóruns de anos iniciais e de anos finais, além do acompanhamento pedagógico *in loco* a 05 escolas com dificuldades em desenvolver o projeto CDIS.

Em parceria com outras instituições, foram realizados os projetos Educação (Instituto Marista) para estudantes do Ensino Fundamental - anos finais com o objetivo de realizarem trabalhos na área de comunicação. Os estudantes estão produzindo vídeos e textos jornalísticos. Esses textos serão publicados em um blog, com a coordenação do Instituto Marista, com um total de 04 escolas atendidas e 160 estudantes participantes.

Em parceria com o Colégio Militar está sendo realizado o projeto “Força no esporte”, cujas ações, desenvolvidas no contra turno, beneficiam 100 estudantes do Centro de Ensino Fundamental 316 norte.

A fim de oferecer mais subsídios para os professores que atuam em turmas de CDIS, foi elaborado o material pedagógico específico, intitulado “Curtas na Escola”, caderno de atividades a partir do audiovisual, beneficiando 67 escolas do Ensino Fundamental. A culminância desse trabalho ocorreu por meio da realização do “Festival Curtas Na Escola”, que contou com produções audiovisuais desses estudantes, nas categorias anos iniciais e anos finais, sendo selecionados dez vídeos de cada categoria para a premiação.

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

A COENF promoveu também ações para a oferta de programas de empreendedorismo em parceria com a Associação Júnior Achievement do Distrito Federal. Essa parceria resultou na apresentação de 8 Programas desenvolvidos por 5 escolas da rede pública e envolveu 1.416 estudantes durante o 1º semestre do ano de 2014.

Objetivo Específico: 003 – Ampliar o atendimento dos jovens de 15 a 17 anos, consolidando modelo de currículo que estimule a permanência dos alunos no ensino médio.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
939 Matrículas dos jovens de 15 a 17 anos	%	42	30/06/2011	Anual	Desejado	64,5	45	47,5	50	IBGE - Censo Demográfico/2010
					Alcançado	64,5	88	66,8	-	

Os desafios para o Ensino Médio são grandes. Olhar para questões inquietantes e instigantes como a evasão, a repetência, o abandono, os desencantos, os indicadores internos, as avaliações externas e a diversidade dos interesses dos estudantes, vem mobilizando esta Coordenação para a construção de novas propostas, considerando as particularidades do Ensino Médio. Uma das metas é atrair jovens entre 15 e 17 anos não matriculados e incentivá-los a permanecer na escola, adotando diferentes estratégias de ensino e de aprendizagem para os vários anseios, próprios dos grupos juvenis.

Para tanto, em 2014 esta Coordenação atuou com os seguintes Projetos:

Implementação do Projeto da Organização Escolar em Semestres no Ensino Médio (Semestralidade)

Em janeiro de 2014, a ação principal foi a formação dos representantes das Coordenações Regionais de Ensino para apropriação dos documentos oficiais produzidos pela Secretaria de Educação/ Subsecretaria de Educação Básica: Pressupostos Teóricos do Currículo da Educação Básica da SEDF, Orientação Pedagógica: Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas escolas e Diretrizes de Avaliação Educacional.

Em fevereiro, foi realizada a entrega oficial do Currículo em Movimento da Educação Básica, que apresenta o Ensino Médio com proposta curricular alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2012) e a possibilidade de organização semestral das unidades escolares. Nesse mesmo mês, foi realizada a sistematização das Atas de Adesão à Semestralidade das unidades escolares de Ensino Médio para o ano letivo de 2014. Como consequência do trabalho desenvolvido, das 85 escolas da rede pública de ensino que ofertam o ensino médio, houve adesão à semestralidade em 38 Unidades Escolares.

Coordenação Regional de Ensino	Unidade Escolar	Turnos de adesão
Brazlândia	1. Centro Educacional 03	Diurno
	2. Centro Educacional 14	Diurno
	3. Centro Educacional 11	Diurno
Ceilândia	4. Centro de Ensino Médio 03	Diurno
	5. Centro de Ensino Médio 04	Diurno/Noturno
	6. Centro de Ensino Médio 09	Diurno
	7. Centro de Ensino Médio 10	Noturno
	8. Centro de Ensino Médio 12	Diurno
Gama	9. Centro Educacional 06	Diurno
Guará	10. Centro Educacional 02	Noturno
	11. Centro Educacional 03	Diurno
	12. Centro Educacional 04	Diurno
Núcleo Bandeirante	13. Centro de Ensino Médio 1 do Riacho Fundo	Diurno
	14. Centro de Ensino Médio 1 do Núcleo Bandeirante	Diurno
	15. Centro de Ensino Médio Júlia Kubitschek	Diurno
Paranoá	16. Centro de Ensino Médio 1	Diurno/Noturno
	17. Centro Educacional Darcy Ribeiro	Diurno/Noturno
Planaltina	18. Centro Educacional Dona América Guimarães	Diurno
	19. Centro Educacional 01	Diurno
	20. Centro de Ensino Médio 02	Noturno
Plano Piloto/Cruzeiro	21. Centro Educacional 01 do Cruzeiro	Diurno
	22. Centro Educacional 02 do Cruzeiro	Diurno
Recanto das Emas	23. Centro Educacional 104	Diurno
	24. Centro de Ensino Médio 111	Diurno/Noturno

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade
552

SPL PROJ 00005 /15-7-01/14 NE 002925 VER 5.1 Paula

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

Coordenação Regional de Ensino	Unidade Escolar	Turnos de adesão
	25. Centro de Ensino Médio 804	Diurno/Noturno
São Sebastião	26. Centro de Ensino Médio 01	Diurno-Noturno
Samambala	27. Centro Educacional 123	Diurno
	28. Centro Educacional 619	Diurno
	29. Centro de Ensino Médio 414	Diurno/Noturno
	Centro de Ensino Médio 304	Diurno
Santa Maria	30. Centro de Ensino Médio 404	Diurno-Noturno
	31. Centro de Ensino Médio 417	Diurno-Noturno
	32. Centro Educacional 310	Diurno
	33. Centro Educacional 416	Diurno
Sobradinho	34. Centro Educacional 04	Vespertino
	35. Centro Educacional Fercal	Noturno
Taguatinga	36. Centro Educacional 07	Diurno
	38. Escola Bilingüe	Diurno

Unidades Escolares que aderiram à Semestralidade no ano letivo de 2014 após conferências públicas e aprovação do Projeto no Conselho de Educação do Distrito Federal.

De fevereiro a junho, aconteceram encontros do Fórum Permanente da Semestralidade para construção das Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar em Semestres no Ensino Médio. Em julho foi apresentado, no Fórum, os esboços das adequações dos Diários de Classe (analógico e eletrônico) já pautados nas novas Diretrizes de Avaliação da SEDF

Em junho, em atendimento ao Parecer nº 229 de 2013 do Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF foi apresentado o 1º Relatório de implantação da Organização Escolar em Semestres (Semestralidade) no Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal ao CEDF. Nesse Relatório foi apresentado também o resultado da pesquisa, realizada no ano de 2013, pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal/SUBEB/SUPLAV/SUMTEC, aplicada por meio da “plataforma Moodle” (ambiente virtual de aprendizagem), aos gestores e professores das unidades escolares que fizeram a adesão no ano letivo de 2013.

Em dezembro, em atendimento ao mesmo Parecer do CEDF, foi apresentado ao Conselho, o 2º Relatório de implantação da Organização Escolar em Semestres (Semestralidade) no Ensino Médio. Nesse Relatório foram indicadas as ações de implantação/implementação, acompanhamento e avaliação da Organização Escolar, desenvolvidas no período de agosto a novembro de 2014, destacadas a seguir:

- Encaminhamento do texto final das Diretrizes da Semestralidade ao gabinete da SUBEB.
- Elaboração da Circular conjunta 19, que trata dos procedimentos operacionais das Coordenações Regionais de Ensino e das Unidades Escolares de Ensino Médio para as novas adesões à Organização Escolar em Semestres (Semestralidade).
- Explicação dos procedimentos apresentados na Circular Conjunta 19, aos coordenadores de CRE e gerentes de GEB no Fórum SUBEB.
- Encaminhamento, por parte da COEMED/SUBEB, de material (Parecer nº229 do CEDF, projeto da semestralidade aprovado pelo CEDF) e apresentação às Coordenações Regionais de Ensino.



Apresentação do II Relatório no CEDF (Fonte: Coordenação de Ensino Médio)

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

As “Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar em Semestres no Ensino Médio” foram aprovadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal em dezembro de 2014 e encontram-se em fase de publicação na página da SEEDF e impressão na gráfica da Secretaria.

Implementação do Pacto Nacional para o fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) no DF

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio/PNEM representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital, na formulação e implantação de políticas que visam elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele tem direito. Neste primeiro momento duas ações estratégicas estão articuladas, o redesenho curricular, em desenvolvimento nas escolas por meio do “Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI” e a Formação Continuada de professores do Ensino Médio. No Distrito Federal, a proposta é desenvolvida por meio de uma parceria entre a Universidade de Brasília e a Secretaria de Educação, especialmente por meio da Subsecretaria de Educação Básica e da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - EAPE. O PNEM-DF concluiu a primeira e a segunda etapa de formação, com término ocorrido no dia 10 de dezembro de 2014, ocasião em que foi realizado o IV Seminário Distrital para Orientadores(as) de Estudo e professores(as) cursistas do Ensino Médio regular e da Educação de Jovens e Adultos.

O curso de formação para os(as) Formadores(as) Regionais ocorre, semanalmente, às terças-feiras (pela manhã) na Universidade de Brasília. A formação dos Orientadores de Estudo, ocorre semanalmente, às segundas-feiras (nos turnos matutino, vespertino e no noturno) na EAPE. Esses períodos de formação são, respectivamente, destinados aos estudos dos cadernos e ao planejamento dos encontros a serem realizados nas escolas durante as coordenações coletivas.

O PNEM-DF utiliza amplamente o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, para realização de parte da formação dos(as) Formadores(as) Regionais, dos(as) Orientadores(as) de Estudo e dos(as) Professores(as) cursistas. Além disso, foram criadas a página do PNEM-DF na internet (<http://pnem.fe.unb.br/>) e a Comunidade do Pacto no Portal EMdiálogo (<http://www.emdialogo.uff.br/>).

O I Seminário Distrital do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio/PNEM, realizado no dia 16 de dezembro de 2013, representou a adesão do Distrito Federal ao PNEM e contou com a participação do reitor da Universidade de Brasília, do Secretário de Educação do DF, de membros das Coordenações Regionais de Ensino, de Gestores(as) das escolas e integrantes da coordenação do PNEM-DF na UnB.

O II Seminário Distrital do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, realizado no dia 17 de março de 2014, teve como público principal os(as) Orientadores(as) de Estudo. A mesa de abertura contou com a presença de autoridades do Ministério da Educação, da Universidade de Brasília e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. A aula inaugural foi proferida por professor do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

O III Seminário Distrital do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, realizado nos dias 13 e 14 de agosto de 2014, também teve como público principal os Orientadores de Estudo. A abertura do seminário contou com a participação de autoridades da Universidade de Brasília, do Ministério da Educação e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. As conferências do evento foram ministradas por professores da UFRJ e da Unicamp.



Mesa de Abertura do III Seminário Distrital do PNEM-DF (Fonte: Coordenação de Ensino Médio)

No Distrito Federal, houve adesão de 100% das Unidades Escolares de Ensino Médio da Rede Pública, abrangendo um total de 4.100 professores.

A Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (Subsecretaria

524 3000 00000 15-5014 002926 526200 000000

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

de Educação Básica/Coordenação de Ensino Médio/Coordenação de Educação de Jovens e Adultos e Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação) realizaram o "IV Seminário Distrital do Pacto Nacional" pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que contou nos dias 10 e 11 de dezembro. O evento contou com a apresentação de pesquisas sobre o Ensino Médio no Distrito Federal, além da apresentação de propostas da Secretaria de Educação Básica/SEB/MEC para o Ensino Médio e a Formação Continuada de Professores. Constituiu o encerramento da formação continuada realizada por 3.904 professores(as) de Ensino Médio e de Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal. O PNEM-DF também possibilitou a formação de 176 orientadores(as) de estudos, distribuídos por 107 escolas.



Implementação do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) é oriundo do Governo Federal e foi adotado em 2009 com o objetivo de incentivar a reestruturação curricular do Ensino Médio no país. Para tanto, são disponibilizados recursos via PDDE/FNDE e repassados diretamente para as escolas públicas de Ensino Médio após o aval das Secretarias de Estado de Educação das diversas Unidades da Federação.

A inscrição das escolas interessadas em fazer a adesão ao programa deve ser feita pelo sistema PDDE Interativo (<http://pdeinterativo.mec.gov.br/>), na aba ProEMI. Os gestores fazem o preenchimento de 100% do Diagnóstico disponível no próprio sistema para só depois cadastrar o Projeto de Redesenho Curricular (PRC), que deve ser desenvolvido com a participação ativa da comunidade escolar e estar coadunado com o Projeto Político-Pedagógico das respectivas unidades escolares.

A partir de 2013, o ProEMI passou a ser bienal, portanto as escolas que não aderiram ao Programa no biênio 2013-2014 puderam fazê-lo para o biênio 2014-2015 no período de 12 de maio a 31 de agosto.

Considerando a relevância do ProEMI para o fortalecimento do Ensino Médio e a necessidade de ampliação do número de adesões, a Coordenação de Ensino Médio passou a realizar várias ações para orientação às escolas, especialmente no trabalho de produção dos projetos.

No período de 20 a 28 de fevereiro de 2014, foram realizadas reuniões de orientação pedagógica e financeira com gestores escolares e coordenadores intermediários de Ensino Médio.

A Coordenação de Ensino Médio realizou, no dia 27 de março de 2014, uma oficina de elaboração de projetos para os gestores e coordenadores intermediários do Ensino Médio, contando também com a colaboração dos gestores do Centro Educacional São Francisco de São Sebastião na divulgação da sua experiência em relação ao ProEMI.

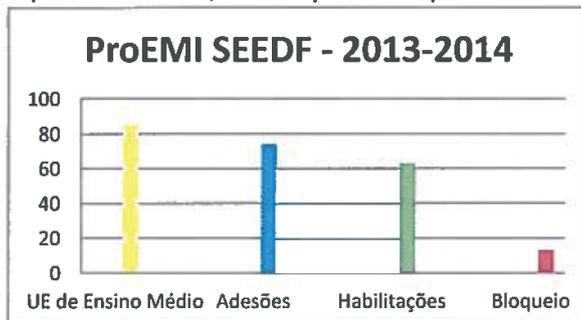
No período de 12 de maio a 31 de agosto, a Coordenação de Ensino Médio acompanhou e orientou as unidades escolares na elaboração dos PRC e preenchimento da plataforma. Foram realizadas visitas a algumas unidades escolares e vários gestores foram recebidos para orientação e esclarecimentos de dúvidas na Coordenação de Ensino Médio. Nesse período, esta Coordenação analisou e encaminhou ao MEC os PRC de 23 Unidades Escolares para novas adesões para atualização de dados de acordo com o Censo de 2013. Das 23 Unidades Escolares que fizeram a adesão, 13 foram habilitadas e 10 foram bloqueadas por inadimplência com prestação de contas de recursos recebidos.

Relato

SA 5500 ANO 15-01-15 Nº 00005

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

O Gráfico a seguir representa as adesões, as habilitações e os bloqueios de 2013 e 2014.



Panorama do ProEMI SEDF – 2013-2014 (Fonte: Coordenação de Ensino Médio)

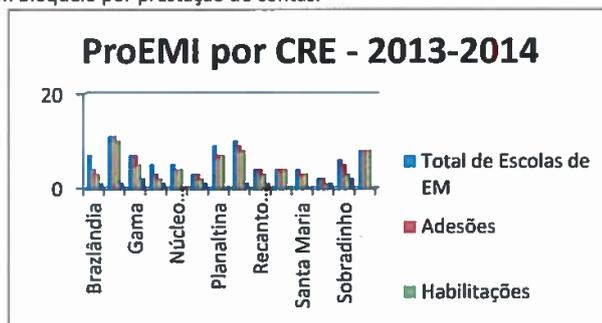
De 85 Unidades Escolares de Ensino Médio da Rede Pública do DF cadastradas no MEC, 74 (83,5%) aderiram ao ProEMI.

O Quadro abaixo apresenta as adesões, habilitações e bloqueios por Coordenação Regional de Ensino.

CRE	Total de Escolas Ensino Médio	Adesões	Habilitações	Bloqueio
Brazlândia	07	04	03	01
Ceilândia	11	11	10	01
Gama	07	07	05	02
Guará	05	03	02	01
Núcleo Bandeirante	05	04	04	-
Paranoá	03	03	02	01
Planaltina	09	07	07	-
Plano Piloto/Cruzeiro	10	09	08	01
Recanto das Emas	04	04	03	01
Samambaia	04	04	04	-
Santa Maria	04	03	03	-
São Sebastião	02	02	01	01
Sobradinho	06	05	03	02
Taguatinga	08	08	08	-
TOTAL	85	74	63	11

Resumo ProEMI por CRE

Do total de 85 unidades escolares de Ensino Médio do Distrito Federal cadastradas na plataforma do PDDE Interativo, de acordo com os dados do Censo de 2013, 74 aderiram ao ProEMI, 63 estão habilitadas a receber os recursos e 11 ainda estão com bloqueio por prestação de contas.



Panorama do ProEMI por CRE – 2013-2014 (Fonte: Coordenação de Ensino Médio)

De acordo com o gráfico, é possível observar que as Coordenações Regionais de Samambaia e Taguatinga obtiveram 100% de adesão e de habilitação, pois não houve bloqueio por prestação de contas das

027 PROEM 000003 /15-Folha Nº 000003 Versão Final

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

unidades escolares ligadas a essas CREs. As demais Coordenações Regionais de Ensino estão em busca da melhoria do percentual de adesões e de habilitações e a Coordenação de Ensino Médio tem envidado esforços para realização do acompanhamento da implementação dos PRC nas unidades escolares, bem como para que haja 100% de adesão ao “Programa Ensino Médio Inovador no Distrito Federal”

Participação do Programa Parlamento Juvenil do Mercosul – PJM desenvolvido pelo Ministério da Educação

O Projeto Parlamento Juvenil do Mercosul, surgiu na busca pela concretização de um dos objetivos do Plano de Ação do Setor Educacional do Mercosul 2006-2010, que pleiteava “contribuir para a integração regional, acordando e executando políticas educativas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente.”

A iniciativa do Parlamento Juvenil veio complementar o trabalho desenvolvido no âmbito do “Projeto Caminhos” do Setor Educacional do Mercosul.

O projeto PJM foi destinado a jovens entre 14 e 18 anos, estudantes dos últimos anos das escolas públicas de Ensino Médio dos seis países envolvidos na iniciativa.

Nos Estados e no Distrito Federal, a coordenação do programa é feita por servidores das Secretarias de Educação.

A Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação por intermédio da Coordenação Geral de Ensino Médio em conjunto com a Assessoria Internacional, promoveu a escolha dos representantes do Parlamento Juvenil do Mercosul – biênio 2014-2016, na cidade de Gramado/RS, no mês de junho de 2014. Foi escolhido um Parlamentar Juvenil de cada estado da Federação e do Distrito Federal.

A estudante que representa o DF pelo projeto PJM é aluna da 2ª série do Ensino Médio do CEM 111 do Recanto das Emas. Foi recebida pelo Secretário de Educação do DF para uma apresentação do programa PJM e entrevista realizada pela mesma para desdobramentos dentro da escola.



Coordenadora do Ensino Médio, Secretário de Educação do DF, e a estudante representante do DF no PJM (Fonte: Coordenação de Ensino Médio)

Dando continuidade às atividades do Parlamento Juvenil do Mercosul, o Ministério da Educação realizou entre os dias 16 e 19 de julho de 2014, em Brasília/DF, a formação dos representantes estaduais do PJM eleitos em Gramado/RS. Também contou com a presença dos representantes das Secretarias Estaduais de Educação para o acompanhamento e participação das atividades propostas para este evento.

Programa Parlamento Jovem Brasileiro desenvolvido pela Câmara dos Deputados

O Parlamento Jovem Brasileiro é realizado anualmente e tem por objetivo possibilitar aos alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático, mediante participação em uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados, em que os estudantes tomam posse e atuam como Deputados Jovens.

Os estudantes interessados em participar elaboram um projeto de lei dentro dos critérios especificados pela Câmara dos Deputados. Os selecionados participam de uma jornada de 5 dias em Brasília, onde têm a oportunidade de experimentar a rotina dos deputados brasileiros.

Nos Estados e no Distrito Federal, a coordenação do programa é feita por servidores das Secretarias de Educação. No Distrito Federal, a Coordenação de Ensino Médio ficou responsável pela coordenação do programa.

A Coordenação de Ensino Médio participou de um encontro de coordenadores estaduais nos dias 13 e 14 de março de 2014.

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

Formação dos coordenadores estaduais e do DF do PIB no entro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - CEFOR

Houve divulgação do Programa em todas as CREs, por meio de reuniões com coordenadores intermediários, entrega de material de divulgação e envio de e-mail.

As inscrições dos estudantes interessados em participar do programa aconteceram entre os dias 17 de março e 30 de maio de 2014.

A Coordenação de Ensino Médio analisou as inscrições recebidas e encaminhou à Câmara dos Deputados quatro projetos de lei de estudantes das escolas públicas e particulares do DF para a escolha de um deles que representaria o DF.

Os servidores da área legislativa da Câmara dos Deputados escolheram o projeto de um estudante matriculado em colégio particular situado na Asa Sul de Brasília, para participação da jornada parlamentar, que aconteceu entre os dias 24 e 28 de setembro de 2014.

O projeto apresentado pelo estudante selecionado determina a criação do ensino integral aos alunos que estão cursando o ensino fundamental nas escolas públicas do Brasil, e a criação de disciplinas que visem à aprendizagem e o aprofundamento nos temas como os direitos e os deveres do cidadão, cultura indígena etc.



Parlamentares Jovens dos Estados e do DF



Coordenadores estaduais e do DF – PJB (Fonte: Coordenação de Ensino Médio)

Programa Jovem Senador desenvolvido pelo Senado Federal:

O Jovem Senador é um projeto anual que seleciona, por meio de um concurso de redação, 27 estudantes para vivenciarem o trabalho dos senadores.

Foi realizada a divulgação junto às Regionais de Ensino. A equipe organizadora do Programa também fez a divulgação junto aos Coordenadores Intermediários das CREs, inclusive com a distribuição de material impresso disponibilizado às escolas.

A Coordenação de Ensino Médio fez o encaminhamento do quantitativo total de redações solicitado pelo Senado Federal para preenchimento de 100% de vagas para o DF. A redação selecionada foi de uma aluna, matriculada no Centro Educacional São Francisco de São Sebastião.

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014



Aluna Noemi Tavares recebendo o certificado de participação. (Fonte: Coord. de Ensino Médio)



Jovens senadoras e senadores no Senado (Fonte: Coord. de Ensino Médio)

Termos de Convênio de Estágios para os estudantes do Ensino Médio firmados entre a SEDF e as instituições parceiras

Em 2014, a Coordenação de Ensino Médio acompanhou os convênios firmados entre a SEDF e as instituições parceiras para realização de estágios para estudantes do Ensino Médio da Rede pública de Ensino do DF. Entre as ações de acompanhamento das instituições, destacam-se as seguintes:

➤ Realização de reunião técnica entre o CIEE e os gestores responsáveis pelos estágios nas UEs ocorridas no dia 07 de outubro de 2014, para tratar de assuntos diversos referentes aos estágios dos estudantes de Ensino Médio. Nesta reunião foram apresentados os aspectos legais que regem o processo de estágio e os gestores puderam tirar dúvidas. O relatório final está em processo.

➤ Celebração de Acordo de Cooperação Técnica nº 043/2009 entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com o fito de conceder estágios a estudantes da Rede Pública de Ensino. A seleção dos estudantes teve como base a inscrição, participação e a nota obtida no Programa de Avaliação Seriada – PAS (Subprograma 2012 - Primeira Etapa), realizado pela Universidade de Brasília/CESPE – Portaria Normativa nº 87, de 07 de outubro de 2013 - Edital de Abertura MPDFT 2013/2014. Os estagiários foram convocados de acordo com a sua classificação (ordem decrescente de notas), conforme consta na Portaria Normativa nº 1917, de 26 de novembro de 2013. Neste período, foram contratados 305 estagiários de nível médio. O valor atual da bolsa é de R\$ 540,00.

➤ Acrescido do auxílio-transporte, no valor de R\$ 7,00 por dia efetivamente estagiado. A jornada das atividades em estágio é de 20 horas semanais, distribuídas, preferencialmente, em 4 horas diárias, sem prejuízo às atividades discentes. As atividades desenvolvidas pelos estagiários possuem caráter administrativo, tais como: arquivamento, atendimento telefônico, atendimento ao público, encaminhamento de malotes, recebimento de correspondências e entrega de documentos, tirar cópias e tramitação de processos. O MPDFT tem cumprido ao disposto no presente Termo de Cooperação Técnica (nº 043/2009), tendo como base a cláusula quarta do Termo de Compromisso. Tais ações têm contribuído para o relevante desenvolvimento das atividades de estágio dos estudantes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

➤ Execução do convênio com o Instituto Euvaldo Lodi - IEL, que tem como objeto a concessão de estágios curriculares a estudantes da Rede Pública de Ensino, regularmente matriculados em cursos de educação profissional de nível médio, no ensino médio, na educação de jovens e adultos e aos alunos com necessidades especiais incluídos em classe comum dos respectivos níveis e modalidades de ensino. Em relatório relativo ao 1º semestre de 2014, O Instituto encaminhou os nomes dos estagiários, escolas de origem e atividades de estágios, empresa onde o estágio foi realizado, início e término, bem como a cópia da apólice de seguro contra acidentes pessoais. Foram atendidos 252 alunos da rede pública de ensino no 1º semestre de 2014.

➤ Acompanhamento do Termo de Convênio nº 13/2012, firmado entre a SEDF e o Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN – DF), em 09/10/2012, cujo objeto é o estabelecimento de mútua cooperação entre as partes com vistas ao desenvolvimento de ações destinadas a implantação e operacionalização de seleção de estudantes do Ensino Médio da Rede Pública do Distrito Federal, cuja finalidade é prestar serviços, por meio de estágio remunerado não obrigatório, nas unidades do DETRAN-DF, através do Contrato nº 38/2009, firmado entre o DETRAN-DF e a empresa CIEE.

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

Parceria com a Universidade de Brasília

A parceria firmada com a UnB assegura a isenção de pagamento da taxa de inscrição do Programa de Avaliação Seriada - PAS a 100% dos alunos matriculados no ensino médio da rede pública do Distrito Federal, ampliando ainda mais o que dispõe a Lei nº 12.799, de 10 de abril de 2013 que determina em seu Art. 1º que: *As instituições federais de educação superior adotarão critérios para isenção total e parcial do pagamento de taxas de inscrição nos processos seletivos de ingresso em seus cursos, de acordo com a carência socioeconômica dos candidatos.*

Parágrafo único. Será assegurada isenção total do pagamento das taxas referidas no caput ao candidato que comprovar cumulativamente:

- I - renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio;
- II - ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada.

Parceria com a Universidade de Brasília para formação de professores da Rede Pública sobre o Programa de Avaliação Seriada (PAS)

Foram realizadas formações em todas as Coordenações Regionais de Ensino CREs, em parceria com a Gerência de Interação Educacional do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE/UnB, com vistas a prestar esclarecimentos sobre todo o processo avaliativo, bem como ampliar o envolvimento/participação dos docentes nesse processo.

Parceria com a Associação de Educação Financeira (AEF) para a implantação do Programa Educação Financeira nas escolas de Ensino Médio

O objetivo foi acompanhar, junto à AEF, o alcance do curso de Educação Financeira em relação aos professores das escolas. Os Coordenadores Intermediários de Ensino Médio das GEB, participaram, nos dias 04 e 05 de setembro de 2014, do curso de Capacitação Presencial dos Multiplicadores do DF. A AEF ministrou o evento.

Além da formação presencial, haverá a capacitação *online* no ambiente virtual do curso, por meio da qual será possível capacitar de 1 a 3 professores de cada escola participante, além de 1 coordenador pedagógico. A carga horária da modalidade online do curso é de 40h.

As escolas participantes receberão kits com livros para os professores e estudantes do Ensino Médio. O material será utilizado na implantação do Programa “Educação Financeira nas Escolas”.

Elaboração e acompanhamento da proposta de implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

Os princípios norteadores da implantação de cursos de Ensino Médio Integrado – EMI fundamentam-se nos seguintes dispositivos legais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/96, alterada pela Lei 11.741/08, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional e técnica de nível médio e da educação de jovens e adultos.

Esses documentos preveem o cumprimento da função social da escola pública, cujo compromisso é a formação humana e integral. Nesse sentido, o Ensino Médio Integrado apresenta-se como uma proposta de educação profissional técnica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura. O foco é a formação de um cidadão ético, crítico e reflexivo, com competência técnica e comprometida com as transformações sociais, capaz de tomar decisões *no e para* o trabalho, individualmente e em equipe.

A oferta do Ensino Médio Integrado na rede pública revela-se como uma política pública prioritária e objetiva garantir o desenvolvimento dos jovens e adultos para uma inserção na sociedade e no mundo do trabalho. A educação profissional ofertada de forma integrada ao Ensino Médio apresenta características diferentes de épocas anteriores, em que a profissionalização técnica era vista como uma política voltada para a população carente. Nessa proposta, o Ensino Médio Integrado é mais uma opção de que jovens e adultos têm como um meio de acesso a melhores remunerações e trabalho, respeitando o desenvolvimento humano e social, no contexto em que os estudantes estão inseridos.

A Coordenação de Ensino Médio participou de todas as ações de integração nas escolas, junto com a Coordenação de Educação Profissional, para fechamento dos Planos de Curso do Ensino Médio Integrado (CED 02 do Cruzeiro) e Educação de Jovens e Adultos Integrados (CEF - Brazlândia/CED 01 do Cruzeiro). As referidas escolas encontram-se na fase de Construção das ementas das disciplinas.

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

Olimpiada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) é uma realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e tem como objetivo estimular o estudo da Matemática e revelar talentos na área. A participação das escolas é por adesão, e as provas são divididas em duas etapas classificatórias, onde os melhores classificados na primeira fase realizam a segunda etapa da OBMEP, concorrendo a bolsas de estudo e outras premiações, ressaltando que tanto o professor quanto a Unidade Escolar também são premiados por seu desempenho.

Em 2014 a OBMEP chegou à sua décima edição com grande adesão por parte das Unidades Escolares do Ensino Médio, foi alcançada a participação de 95% das Unidades Escolares de Ensino Médio, sendo que 4.978 alunos participaram da segunda fase, cujo resultado será divulgado em 1º de dezembro.

Círculo de Ciências das Escolas Públicas

O Circuito de Ciências tem como propósito fomentar a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como as iniciativas de iniciação científica realizadas pelas unidades escolares e sua comunidade, abrangendo todas as etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. É um evento composto por três etapas: *etapa local* que ocorre dentro da própria escola, com a mostra de trabalhos e produção da comunidade escolar; *etapa regional* onde cada regional de ensino organiza sua mostra de trabalhos, convidando todas as escolas para exporem seus trabalhos mais exitosos, relacionados ao tema proposto para o Circuito de Ciências; *etapa distrital* onde os melhores trabalhos de cada modalidade, selecionados em cada regional de ensino, da Educação Básica são apresentados para toda a população do Distrito Federal. Os melhores trabalhos de cada etapa/modalidade da Educação Básica recebem o convite para expor suas experiências na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A etapa distrital ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de setembro, das 8h às 17h, no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, exposição de trabalhos de estudantes e instituições parceiras, além de apresentações culturais da rede pública de ensino com a participação de cerca de 6.000 pessoas, por dia de evento, com a participação de alunos, professores, familiares, expositores de instituições convidadas, Secretário de Educação e demais autoridades. Mais de 2.000 expositores, entre alunos e professores (304 alunos e 76 professores do Ensino Médio) estiveram presentes nos três dias de evento, sem contar os coordenadores intermediários das Coordenações Regionais de Ensino além dos coordenadores da Subsecretaria de Educação Básica e demais subsecretarias da SEDF. Houve participação de 38 Unidades Escolares de Ensino Médio no Circuito de Ciências, o que significa 43,7% das unidades escolares de Ensino Médio da Rede pública do Distrito Federal.



Secretário de Educação, Marcelo Aguiar, na Abertura do Circuito de Ciências – 2014 (Fonte: Coord. de Ensino Médio)

SEF PROC 00003 /15-folha Nº 002928

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014



Abertura do Circuito de Ciências – 2014 (Fonte: Coord. de Ensino Médio)

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID

A parceria firmada com a Universidade de Brasília tem como objeto a participação de bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em atividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas em escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, com vistas a fomentar a iniciação à docência de estudantes das instituições federais de educação superior e preparar a formação de docentes em nível superior, em cursos de licenciatura presencial e plena, para atuar na Educação Básica pública.

O objetivo é viabilizar a execução de 16 subprojetos nas áreas de Ciências Naturais, Teatro, Física, Filosofia, Educação Física, Ciências Sociais, Biologia, Informática, Inglês, Português, Matemática, Música, Pedagogia, Química, Geografia e área Interdisciplinar, nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal - participação do Grupo de Trabalho do PIBID da UnB e acompanhamento do Programa junto às unidades escolares de Ensino Médio da Rede Pública do DF.

Em relação especificamente à SEDF, os 16 subprojetos presenciais, serão executados em parceria com 41 escolas públicas, urbanas e rurais, distribuídas nas Regionais de Ensino da Secretaria de Educação do DF, abrangendo Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio nas modalidades regular, EJA e Ensino Especial. Nessas escolas, haverá professores supervisores atuando como co-formadores. Os subprojetos encontram-se em fase de execução.

Projeto ENCINE – Cineclube, Cinema e Educação

Houve reuniões para tratar do assunto, com a presença de alguns setores da SEDF, da SECULT, UCDF e Instituto Alvorada. Foi criada uma Portaria Conjunta para tratar desta ação, anunciada no dia 22 de setembro de 2014, em um evento referente ao 47º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. A portaria trata do projeto ENCINE – CINECLUBE, CINEMA E EDUCAÇÃO que visa iniciar o processo de fortalecimento e dinamização da rede cineclubista nas escolas públicas de Ensino Médio do Distrito Federal, por meio de um diagnóstico da situação atual dos cineclubes e da realização de oficinas básicas e avançadas de formação cineclubista para professores e estudantes. Houve uma chamada às escolas para participarem do Festival de Cinema com produções feitas pelos alunos de Ensino Médio. Serão criadas 3 salas de cinema, no Gama (CEM 01), Taguatinga (Teatro da Praça) e Sobradinho (Teatro de Sobradinho).

SPL PROJ 00103

15-FOLHA Nº 002228 VERSÃO 1

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014

Objetivo Específico: 005 - Propiciar aos estudantes da educação especial um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1216 Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Arquitetônica	%	75,3	31/12/2011	Anual	Desejado	76	77	78,5	80	Censo Escolar
					Alcançado	77	79	80,1	-	

Informamos que não há indicador específico da Educação Especial, mas os indicadores contidos no Plano Plurianual – PPA do Distrito Federal – DF são utilizados pela Coordenação do Ensino Especial – COESP com o objetivo de integrar o planejamento como forma de avaliar e reavaliar as metas propostas para torná-las exequíveis.

As realizações referentes a este Objetivo Específico foram ocorridas na Unidade da Secretaria de Educação – SEDF – UO – 18.101.

Objetivo Específico: 008 - Reestruturar e implantar a Educação Integral nas escolas públicas do Distrito Federal garantindo além da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, a aprendizagem do cidadão em suas múltiplas dimensões e na perspectiva da cidadania, dos direitos humanos e do respeito à diversidade.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
947 Escolas que ofertam Educação Integral a um mínimo de 10% dos alunos matriculados	Unidade	226	31/07/2011	Anual	Desejado	328	430	532	634	CEINT
					Alcançado	272	274	332	-	
1222 Escolas que ofertam Educação Integral a todos os alunos matriculados	Unidade	-	-	Anual	Desejado	13	26	39	52	CEINT
					Alcançado	5	28	68	-	

No que tange ao indicador da oferta de Educação Integral a um mínimo de 10% dos alunos matriculados, a meta desejada para o ano de 2014 era de oferecer educação em jornada de tempo integral a 532 escolas, porém, o índice aferido, foi de 332, sendo incluídos nesses dados, os 26 Centros de Educação na Primeira Infância que atendem cada um, 112 estudantes da Educação Infantil em jornada diária de 10h. Esse quantitativo de realização corresponde a 62,4% da meta estipulada.

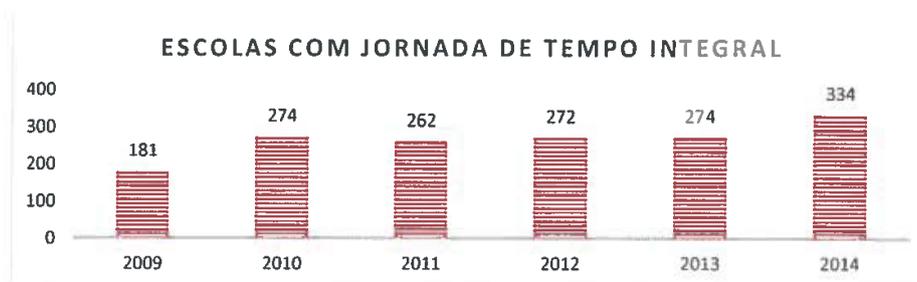
Apesar de não ter alcançado a referida meta, houve aumento significativo no quantitativo de escolas com oferta de Educação Integral (de 274 para 332 escolas, aumento de mais de 21%), além de haver aumento no quantitativo total de estudantes atendidos, ampliando de 42.675 para 46.461 estudantes atendidos em jornada de tempo integral, que corresponde a um aumento real de aproximadamente 9% no quantitativo de atendimentos.

Tal crescimento foi possível devido à ampliação do "Projeto de Educação Integral em Tempo Integral" – PROEITI, a construção e inauguração dos Centros de Educação da Primeira Infância - CEPI e a implementação do "Projeto Cidade Escola Candanga" - Educação Integral na cidade de Brazlândia.



SFL PACC 00003 /15-Folha Nº 002929
 Beta

Relatório Anual de Atividades—FUNDEB—2014
Quantidade de estudantes atendidos em jornada de tempo Integral



Quantidade de escolas com oferta de Jornada de tempo Integral

Implantado em 2014, em 24 Unidades Escolares da Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia, o Projeto Cidade Escola Candanga: Educação Integral constitui uma ação significativa que se traduz na perspectiva de busca por uma educação pública de qualidade, referenciada nos sujeitos que aprendem. Nesse sentido, a ampliação do tempo de cinco para no mínimo sete horas diárias de permanência do estudante na escola, com vivência de atividades formativas diversificadas, está alicerçada também na inserção dos estudantes noutros espaços favorecedores de novas oportunidades educacionais. Conforme preconiza o Currículo em Movimento da Educação Básica da SEDF, que tem como norteadora da prática pedagógica a Concepção de Educação Integral, a qual reconhece o estudante em sua multidimensionalidade.

Em 2014, 4.149 estudantes foram inseridos neste Projeto. Para 2015, a SEDF, na perspectiva de expandir esse projeto à CRE de Santa Maria, realizou o processo de discussão pedagógica e planejamento inicial, realizando levantamentos de demandas e organizando o trabalho pedagógico visando garantir subsídios para implementação da ampliação do projeto já no início do ano.

Pode-se citar ainda como ação que influenciou no aumento do quantitativo de estudantes atendidos, a implementação do Projeto Educador Social Voluntário, que consiste na seleção de Jovens para auxiliarem as escolas que ofertam jornada de tempo integral na realização das diversas atividades de Educação Integral, sanando a carência de recursos humanos para realização destas atividades.

Há também o Programa "Mais Educação" que contribui com o aumento na quantidade de escolas com oferta de educação integral, além de auxiliar na qualificação do trabalho pedagógico. No ano de 2014, aumentou o quantitativo de escolas inscritas no programa, ampliando de 224 escolas para 297 escolas (dados do PDE Interativo/SEDF).

No que tange ao indicador de escolas com 100% dos estudantes atendidos em jornada de tempo integral, para o ano de 2014, foi estabelecida a meta de 39 escolas em jornada de tempo integral, porém, conseguiu-se extrapolar esse índice em mais de 74%, alcançando o total de 68 unidades escolares com atendimento a 100% dos estudantes em jornada de tempo integral.

Para alcançar esses índices, desde o ano de 2012 foi instituído o projeto CEI Integral em 3 unidades escolares, que consistia no atendimento em jornada diária de 07 horas a 100% dos estudantes matriculados nessas escolas. Já em 2013 foi implantado o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral – PROEITI, que consiste na oferta de educação integral a 100% dos estudantes, sendo estes atendidos por professores durante todo o período escolar, em jornada completa de 10 horas diárias. O projeto foi implantado em mais 23 Unidades Escolares no primeiro ano, sendo ampliado em 2014, garantindo o atendimento a mais 17 Unidade Escolares, sendo 13 escolas com atendimento em jornada de 10 horas diárias e 04 escolas com jornada de 07 horas diárias, totalizando 40 unidades escolares com atendimento a 100% dos estudantes em jornada de tempo integral.

SIN: P003 00001 /15-Folha Nº 000929 verso. *Paula*

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Em 2014, a SEDF encontrou dificuldade para cumprir as metas pactuadas tendo em vista o contingenciamento e remanejamento de parte dos recursos do orçamento ocorrido ao longo do exercício, exigindo de seus gestores, um constante trabalho de readequação de prioridades.

Em que pese as dificuldades orçamentárias, a SEDF continua implantando suas políticas de permanência dos estudantes na rede pública. As ações desenvolvidas estão alinhadas às Diretrizes e Orientações do Ministério da Educação como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC; o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – PNEM. No âmbito do Governo do Distrito Federal, o DF Alfabetizado; o Projeto de Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e de Organização do Tempo Escolar em Semestralidade para o Ensino Médio vem mostrando eficiência na busca de um tratamento inovador para o desenvolvimento escolar.

Em 2014, o número de Instituições Educacionais da rede pública de ensino do DF foi mais uma vez ampliado, contando agora, com 664 instituições de ensino que abrigam 472.675 alunos.

De um total estimado de 112, unidades programadas, até outubro de 2014, 26 CEPs já foram entregues e estão em funcionamento, abrigando a aproximadamente 2.900 crianças em tempo integral. 35 unidades estão em fase de construção e as demais em fase de licitação, contratação e/ou confecção de projetos.

No total, 13 escolas receberam cobertura em suas quadras poliesportivas. Também se investiu na construção de novos reservatórios de água.

Iniciado no ano de 2013, o programa “Cartão Material Escolar” beneficiou mais de 90 mil estudantes da rede pública de ensino, cujas famílias são inscritas no programa “Bolsa Família”. Esse auxílio é uma iniciativa do GDF, por meio das secretarias de Educação e da Micro e Pequena Empresa. Em 2014, esse benefício foi ampliado, atendendo a 96 mil estudantes do ensino fundamental e 22 mil do ensino médio.

A educação integral, como um dos eixos prioritários do governo, vem recebendo atenção especial. Em 2014 passou a atender 46.461 estudantes divididos em 332 escolas o que representa um aumento de aproximadamente 21% de escolas com atendimento integral e 9% de novas matrículas nesta modalidade de ensino.

Outra ação relevante foi a construção do Plano Distrital de Educação – PDE, que, em atendimento à Lei Federal nº 10.172/2011 que institui o Plano Nacional de Educação, passa a fornecer à SEDF, um planejamento de longo prazo para a educação. O documento contempla metas para todos os níveis e modalidades de ensino, tanto do setor público como do privado, desde a educação básica ao ensino superior para os próximos 10 anos.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal compromete-se, a cada novo ano, com a construção de uma Educação Pública, Integral, Democrática e de Qualidade Social.

Reafirma-se, portanto, o nosso compromisso, com um conjunto de ações articuladas entre as diferentes instâncias desta Secretaria de Educação, de garantir o acesso, permanência e sucesso dos estudantes, com qualidade, no processo de ensino aprendizagem, contribuindo para a sua plena formação como cidadãos.

SPL PROC. 00003 /15-Folha nº 002930

B. B. T.

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

12. SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL – SEF - UO: 19.101

A Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF, unidade orgânica de direção superior, da Administração Direta do Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 33.370, de 29 de novembro de 2011, publicado no DODF de 1º/12/11, tem a competência institucional de promover a gestão tributária e financeira distrital; bem como supervisionar, coordenar e executar a política tributária e fiscal do Governo do Distrito Federal.

Norteada pela missão institucional que integra as áreas de administração tributária, financeira e contábil do Governo, a SEF implementou ações objetivando garantir o equilíbrio fiscal e o nível adequado de receita governamental do Distrito Federal, mesmo em face dos efeitos da crise econômica mundial, atuando preponderantemente na gestão tributária, priorizando meios para garantir efetiva fiscalização dos setores econômicos, reduzindo a inadimplência e combatendo a sonegação fiscal.

Força de Trabalho

Servidores		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Total
Quadro do GDF		400	864	1.264
Requisitados	Órgãos do GDF	19	30	49
	Fora do GDF	01	-	01
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo		41	-	41
Programa Jovem Candango		-	-	84
Estagiários		-	-	66
Terceirizados *		-	-	55
Cedidos para Órgãos do GDF		-	-	119
Cedidos para fora do GDF		-	-	11
Total Geral				1.690

Fonte: Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH.

*Terceirizados apenas da empresa PAULISTA.

Projeção de Aposentadorias

CARREIRA	TOTAL DE APOSENTADORIAS	
AUDITORIA TRIBUTÁRIA ⁽¹⁾	Auditor Fiscal da Receita do DF	17
	Fiscal tributário	0
	Agente fiscal tributário ⁽¹⁾	0
TOTAL POR CARREIRA	17	
FAZENDÁRIA (*)	Analista	0
	Técnico	10
	Auxiliar	6
TOTAL POR CARREIRA	16	
CONTROLE INTERNO	Auditor	07
	Inspetor técnico	12
TOTAL POR CARREIRA	19	
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (*)	Especialista	0
	Analista	05
	Técnico	1
TOTAL POR CARREIRA	06	
TOTAL GERAL	58	

Aposentadorias previstas até 2017

CARREIRA	ANO/QUANTIDADE		
	2015	2016	2017
CARREIRA DE AUDITORIA TRIBUTÁRIA	40	21	23
CARREIRA DE AUDITORIA DE CONTROLE INTERNO	32	11	09
CARREIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL	35	21	03
CARREIRA DE GESTÃO FAZENDÁRIA AUDITORIA TRIBUTÁRIA	14	06	14

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a elaboração de estudos visando à realização de concurso público, a fim de renovar o quadro de pessoal, bem como para cumprir as metas do Plano Plurianual-PPA 2012-2015, em consonância com o princípio da eficiência, sendo pertinente ressaltá-las:

1. Obter 6% ao ano de crescimento real da receita tributária;
2. Alcançar Resultado Primário Positivo; e
3. Ampliar para 35% a quantidade de atendimentos remotos aos contribuintes relativamente ao total de atendimentos no ano.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO

As ações das unidades subordinadas e/ou vinculadas à SEF, no ano de 2014, orientadas por suas competências e objetivos regimentais, associadas ao cumprimento das metas relacionadas às atividades finalísticas, concorreram para o alcance dos resultados apresentados neste relatório.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

OBJETIVO GERAL: Promover a melhoria da gestão pública em todas as suas dimensões, por meio da aplicação de técnicas modernas de administração, aliada à transparência fiscal, ao resgate da credibilidade no governo e à ampla participação social, sempre com foco no cidadão-cliente.

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.500.000	1.235.532	1.233.792	1.157.034
0012 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO – DISTRITO FEDERAL	1.500.000	1.235.532	1.233.792	1.157.034
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	31.661.750	14.107.678	13.847.660	13.767.660
0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DISTRITO FEDERAL	31.661.750	14.107.678	13.847.660	13.767.660
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	4.100.000	0	0	0
3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PENAM	16.140.800	20.673.510	19.280.612	6.047.605
0001 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PENAM - DISTRITO FEDERAL	16.140.800	20.673.510	19.280.612	6.047.605
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - PRODEFAZ-PROFISCO	36.948.000	36.948.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6203	90.350.550	72.964.720	34.362.064	20.972.299

OBJETIVO ESPECÍFICO 002 – Assegurar o equilíbrio fiscal e modernizar o aparelho estatal para promover atendimento ágil e transparente ao contribuinte, com base em modelo de gestão para resultado.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte
						2012	2013	2014	2015	
978 Receita Primária /Despesa Primária (%)	%	1,003	31/12/2010	Anual	Desejado	1	1	1	1	SUTES/SEF
					Alcançado	0,98	-	0,97	-	
1123 ISS – Imposto sobre serviços de qualquer Natureza	%	1,073	31/12/2010	Anual	Desejado	1,06	1,06	1,06	1,06	SUREC/SEF
					Alcançado	1,079	1,07	1,047	-	
1124 ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços	%	1,074	31/12/2010	Anual	Desejado	1,06	1,06	1,06	1,06	SUREC/SEF
					Alcançado	1,047	1,02	1,03	-	
1125 IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano	%	1,041	31/12/2010	Anual	Desejado	1,10	1,10	1,10	1,10	SUREC/SEF
					Alcançado	1,014	1,039	0,987	-	
1126 IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	%	0,950	31/12/2010	Anual	Desejado	1,10	1,10	1,10	1,10	SUREC/SEF
					Alcançado	0,848	1,01	1,098	-	
1127 ITBI – Imposto sobre a	%	1,160	31/12/2010	Anual	Desejado	1,02	1,02	1,02	1,02	SUREC

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

567

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 002931 Beta

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte
						2012	2013	2014	2015	
					Alcançado	1,263	1,12	0,911	-	
1128 ITCD- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos	%	1,233	31/12/2010	Anual	Desejado	1,02	1,02	1,02	1,02	SUREC /SEF
					Alcançado	1,306	2,72	0,549	-	
1129 TLP – Taxa de Limpeza Pública	%	0,975	31/12/2010	Anual	Desejado	1,02	1,02	1,02	1,02	SUREC /SEF
					Alcançado	1,016	1,09	0,961	-	
1130 DTP/RCL (s) – Despesa Total de Pessoal/Receita Corrente Líquida	%	0,434	31/12/2010	Anual	Desejado	0,45	0,45	0,45	0,45	SUTES/ SEF
					Alcançado	0,4498	0,45	0,4693	-	

1. Gestão Tributária

1.1. Receita

Os resultados alcançados no âmbito da Gestão Tributária são expressos pelo desempenho da Receita de Origem Tributária – ROT e pelas ações de combate à evasão e à sonegação fiscal conforme itens abaixo.

1.1.1 Desempenho das Receitas de Origem Tributária

A arrecadação de origem tributária contabilizou R\$ 1.123,95 milhões em dezembro de 2014. Comparando com dezembro de 2013, houve decréscimo nominal de 7,6% e real de 12,8%, tendo como fator de atualização monetária o INPC/IBGE.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA
SIGGO, EM 12/01/2015

ITEM	dez/14	dez/13	dezembro 2013 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em dezembro/14
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICIAS	733.309	634.730	674.262	+98.580	+15,5%	+59.047	+8,8%	65,2%
ISS	125.692	111.350	118.285	+14.342	+12,9%	+7.407	+6,3%	11,2%
SIMPLES	30.581	26.579	28.234	+4.002	+15,1%	+2.347	+8,3%	2,7%
IRRF	238.018	318.591	338.433	-80.573	-25,3%	-100.415	-29,7%	21,2%
IPVA	17.443	9.377	9.961	+8.066	+86,0%	+7.482	+75,1%	1,6%
IPU	12.529	11.151	11.845	+1.378	+12,4%	+583	+5,8%	1,1%
ITBI	33.423	29.568	31.429	+3.855	+12,9%	+966	+3,1%	2,7%
ITCD	7.701	10.817	11.490	-3.116	-28,8%	-3.789	-33,0%	0,7%
TLP	1.890	2.598	2.759	-707	-27,2%	-659	-21,5%	0,2%
Outras Taxas	529	5.159	2.349	-4.631	-89,8%	-1.820	-35,3%	0,0%
Receita Tributária Total (A)	1.198.116	1.159.919	1.229.030	+38.197	+3,3%	-30.914	-2,5%	106,6%
Dívida Ativa (1)	(88.052)	37.780	40.133	-125.832	-333,1%	-128.185	-319,4%	-7,8%
Multas e Juros de Mora – Dívida Ativa	5.898	11.737	12.468	-5.839	-49,7%	-6.570	-52,7%	0,5%
Multas e Juros de Mora – Outros Tributos	7.991	7.232	7.682	+759	+10,5%	+308	+4,0%	0,7%
Total das Outras Receitas (B)	(74.163)	56.748	60.283	-130.911	-230,7%	-134.448	-223,0%	-6,6%
Total da Arrecadação (A) - (B)	1.123.952	1.216.667	1.289.312	-92.745	-7,6%	-165.360	-12,8%	100,0%

No resultado acumulado do ano de 2014, o total da arrecadação registrou R\$ 13.082,07 milhões e apresentou ganho nominal de 9,8% e real de 3,6% na comparação com o mesmo período de 2013.

O esforço fiscal de aumento real da arrecadação em 2014, ocorreu com ingresso extraordinário de R\$ 119 milhões oriundos de alvará de levantamento, contabilizados em outubro como Dívida Ativa do ICMS. No SIGGO, sistema oficial contábil, tal receita foi remanejada em dezembro para a receita do ICMS – Substituição Tributária fora do DF, segmento comércio atacadista de higiene e cosméticos. O ajuste elevou a receita do ICMS e reduziu a da Dívida Ativa, razão do valor negativo para a Dívida Ativa em dezembro de 2014. No entanto, manteve-se inalterada a arrecadação acumulada no ano para ambos os itens, ICMS e Dívida Ativa, bem como para o total da receita acumulada.

Na análise seguinte, tendo em vista a receita do ICMS Incentivado financiada pelo FUNDEFE tratar-se de receita meramente contábil, sem fluxo financeiro, apresentando comportamento irregular ao longo do tempo, optou-se por desconsiderá-la a fim de evitar distorções nas comparações entre os períodos abordados.

Assim, avaliando a retração real de R\$ 184,8 milhões na receita de dezembro de 2014 frente a dezembro de 2013, depreende-se que a expansão do ICMS (R\$ 39,6 milhões), do IPVA (R\$ 7,5 milhões), do ISS (R\$ 7,4 milhões), do SIMPLES (R\$ 2,3 milhões), do IPTU (R\$ 0,7 milhão) e das multas e juros de mora dos tributos (R\$ 0,3 milhão) não suplantaram a perda dos demais tributos, onde foi expressiva a do IRRF (R\$ 100,4 milhões). Observa-se ainda que a base de comparação, que é dezembro de 2013, encontra-se elevada em cerca de R\$ 44 milhões por força do programa de recuperação de créditos Recupera DF.

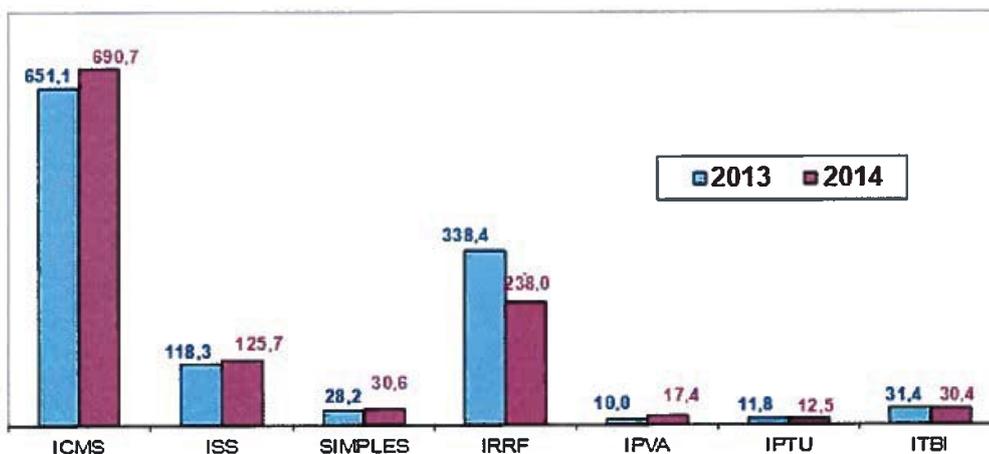
SCL FNDP 00003 /15-501na NIP 003821 versão 1.0a

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

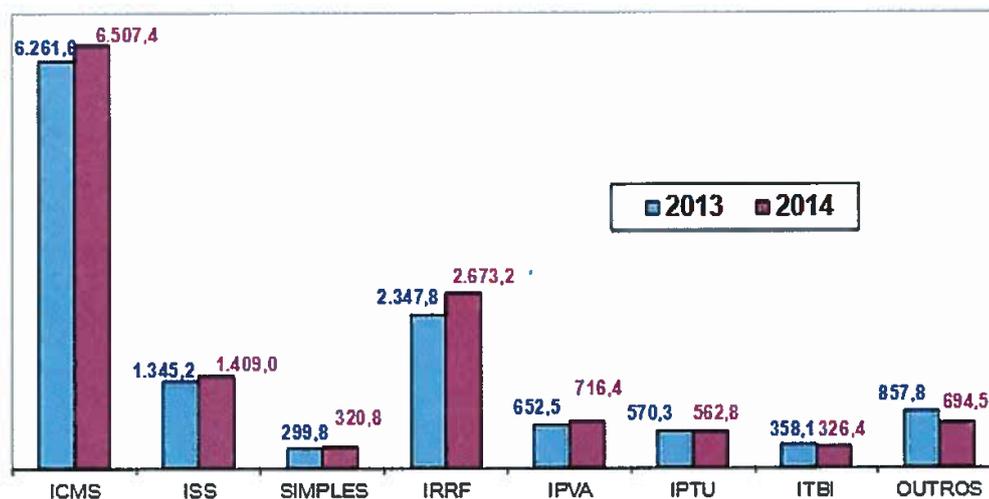
Na avaliação do ganho real de R\$ 517,4 milhões de 2014 em relação a 2013, os maiores acréscimos advieram do IRRF (R\$ 325,4 milhões) e do ICMS (R\$ 245,8 milhões), seguido pelo IPVA (R\$ 63,9 milhões) e ISS (R\$ 63,8 milhões). As mais expressivas perdas ocorreram na Dívida Ativa (R\$ 85,0 milhões), ITCD (R\$ 74,9 milhões) e ITBI (R\$ 31,7 milhões).

Os ingressos provenientes do Recupera DF impactaram positivamente a base de comparação em 2013 desses tributos que apresentaram queda em 2014. Apesar de queda na arrecadação do ITCD, registra-se que desde o segundo semestre de 2013 os cartórios passaram a efetuar o lançamento do imposto diretamente, o que produziu efeitos positivos na arrecadação. Quanto ao ITBI, observa-se ainda que Brasília é a única cidade das 20 pesquisadas na qual houve queda nominal do preço do m2 dos imóveis, de 0,35%, no acumulado de 2014.

**Arrecadação em dezembro/2014 contra dezembro/2013 - sem incentivado
Em R\$ milhões de dezembro/2014 (INPC/IBGE)**



**Arrecadação em 2014 contra 2013 - sem incentivado
Em R\$ milhões de dezembro/2014 (INPC/IBGE)**



O gráfico a seguir confronta o comportamento da arrecadação de origem tributária com o das despesas de pessoal e custeio liquidadas com recursos do tesouro, isto é, exceto Fundo Constitucional, desde

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

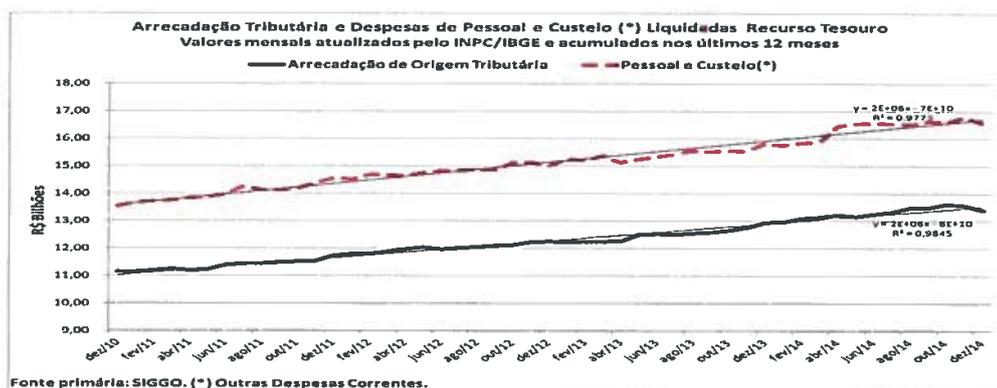
SFL PRCC 00003 /15-Filha Nº 002932

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

dezembro de 2010. Dada a igualdade dos coeficientes de inclinação das retas de tendência linear para as séries históricas (2E+06), percebe-se que a arrecadação e a despesa cresceram em média, em termos reais, no mesmo ritmo, o que não surpreende pois a arrecadação de origem tributária é fonte para o pagamento da despesa de pessoal. Resultado diferente seria possível caso o confronto da arrecadação fosse com a despesa empenhada.

Ainda, vale ressaltar que 20% do total da arrecadação de origem tributária em 2014 vieram do IRRF, o qual decorre basicamente do pagamento do funcionalismo público. A expressiva queda do IRRF em dezembro de 2014, comparado com dezembro de 2013, refletiu o comportamento da despesa de pessoal com o funcionalismo, repercutindo no total da arrecadação de origem tributária.

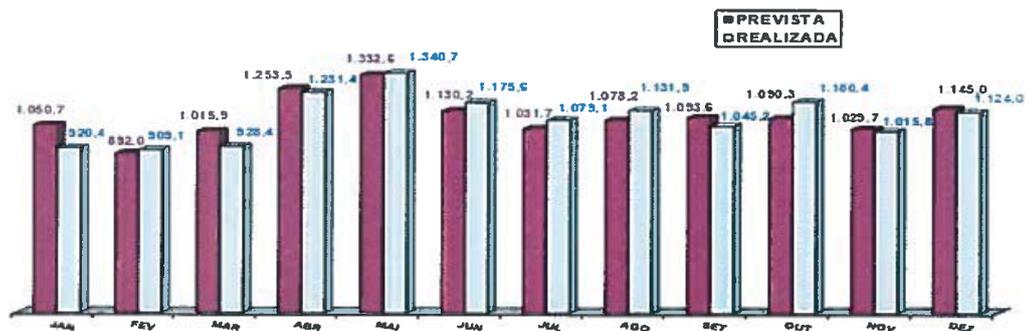
Arrecadação Tributária e Despesa de Pessoal e Custeio



Comparando a realização do total das receitas de origem tributária com a previsão considerada na programação financeira para 2014, divulgada através do Decreto nº 35.114/2014, verifica-se que a receita realizada em dezembro de 2014 ficou abaixo da prevista em R\$ 21,0 milhões, representando desvio de 1,8% da receita prevista.

Receita de Origem Tributária

**RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA - 2014
EM R\$ MILHÕES**



No quadro a seguir, comparando o desempenho da receita apurada (C) pelos principais tributos frente às previsões contidas na LOA/2014 (A), observa-se que a receita tributária apresentou em dezembro desvio negativo de R\$ 39,3 milhões. O grupo Demais Receitas apresentou o maior resultado negativo, com desvio de R\$ 171,3 milhões, devido à Dívida Ativa, cujo desvio foi de R\$ 110,2 milhões, e ao IRRF, com desvio de R\$ 55,0 milhões. A insuficiência de realização na receita da Dívida Ativa deve-se a ajuste contábil efetuado pelo SIGGO.

SFL PNC 00003 /15-Folha 05

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

RECEITAS PREVISTAS E REALIZADAS PARA DEZEMBRO DE 2014

R\$ milhões

ITENS	PREVISTO (LOA) (A)	PREVISTO (PROG. FINANCEIRA) (B)	REALIZADO (C)	DIFERENÇA (C)-(A)	DIFERENÇA (C)-(B)
ICMS	615,3	599,2	733,3	118,0	134,2
ISS	118,6	118,6	125,7	7,1	7,1
IP TU	8,8	7,9	12,5	3,7	4,6
IPVA	14,2	14,3	17,4	3,2	3,1
DEMAIS RECEITAS (*)	406,3	405,0	235,0	(171,3)	(170,0)
TOTAL	1.163,2	1.145,0	1.124,0	(39,3)	(21,0)

(*) IRRF, ITBI, ITCD, SIMPLES, Taxas, Multas e Juros e Dívida Ativa.

Ainda em dezembro, em relação à programação financeira para 2014 (B), o saldo negativo reduziu-se para R\$ 21,0 milhões.

Quanto ao desempenho acumulado de 2014, na comparação com a previsão contida na LOA (A), houve desvio negativo de R\$ 360,0 milhões, com resultado positivo apenas em Demais Receitas, devido ao desempenho do IRRF e da Dívida Ativa, de maneira oposta ao resultado mensal. As principais diferenças negativas decorreram do ICMS e do ISS.

No confronto com a receita acumulada prevista na programação financeira para 2014, o desvio total cai para R\$ 61,5 milhões, com desvio negativo do ICMS de R\$ 199,78 milhões. Novamente observa-se saldo positivo apenas em Demais Receitas.

O quadro a seguir apresenta o comparativo entre a receita realizada (execução orçamentária e financeira) e prevista na LOA 2014 (orçamentária) e na programação financeira, acumulada no ano de 2014, detalhando por tributo.

Receita Tributária do DF

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO/DEZEMBRO 2014					
	PREVISÃO (A) ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	6.921.813	6.740.127	6.540.460	(381.353)	(199.667)
ISS	1.482.762	1.482.762	1.375.364	(107.398)	(107.398)
SIMPLES	334.055	334.055	312.771	(21.284)	(21.284)
IRRF	2.316.478	2.316.478	2.612.009	295.531	295.531
IPVA	750.237	716.884	698.580	(53.646)	(20.294)
IP TU	632.731	564.293	550.372	(82.359)	(13.921)
ITBI	334.989	334.989	318.061	(16.929)	(16.929)
ITCD	70.620	70.620	89.086	18.466	18.466
TLP	122.003	108.291	106.652	(15.351)	(1.639)
OUTRAS TAXAS	67.396	67.396	64.633	(2.764)	(2.764)
RECEITA TRIB TOTAL	13.033.085	12.735.896	12.665.998	(367.087)	(69.899)
DÍVIDA ATIVA	254.044	252.938	266.789	12.755	13.853
M/J DÍVIDA ATIVA	60.641	60.641	73.279	12.638	12.638
M/J TRIBUTOS	64.291	64.094	75.989	(18.293)	(18.095)
TOTAL OUTRAS REC	408.975	407.670	416.076	7.101	8.406
TOTAL DA ARRECAÇÃO	13.442.060	13.143.567	13.082.074	(359.986)	(61.493)

Com exceção do IRRF, ITCD, Dívida Ativa e M/J Dívida Ativa, houve frustração de realização dos demais tributos, tanto em relação à previsão orçamentária (LOA 2014), quanto em relação à programação financeira, o que leva a frustrações do total da arrecadação de R\$ 360,0 milhões em relação à LOA 2014 e de R\$ 61,5 milhões em relação à programação financeira.

1.1.1.2 Desempenho da Arrecadação e o Cenário Econômico

Apesar da arrecadação tributária do DF em 2014 não ter atingido a meta de crescimento de 6% estabelecida no PPA, o seu desempenho pode ser considerado bom tendo em vista o cenário econômico desfavorável.

1.1.1.2.1 PIB

Em função do resfriamento da atividade econômica de maneira geral e da produção industrial em particular, que em novembro caiu 0,7% ante outubro, a expectativa do PIB do quarto trimestre, que só será divulgado em março, é ainda menor do que a que vinha sendo esperada até o final do ano passado. Conforme o boletim Focus do Banco Central (BACEN), de 12/01/15, a expectativa para 2014 é de expansão do PIB em torno de apenas 0,15%, abaixo da média da América Latina divulgada pela Cepal, que deverá crescer em média 1,1%. Com relação a 2015, a mediana das estimativas caiu pela segunda semana consecutiva, de 0,5% para 0,4%. Para 2016, espera-se que o PIB cresça 1,8%.

SPL PROC 00005 /15-Folha Nº 002933 Bete

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Conforme a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/ONU (Cepal), existem fatores externos importantes que explicam a desaceleração da economia brasileira, tais como volatilidade dos fluxos de capitais internacionais, incertezas das economias desenvolvidas e oscilações nos preços das commodities, bem como, questões internas como a falta estrutural de investimentos.

1.1.1.2.2 IPCA

O IPCA acumulou alta de 6,4% em 2014, abaixo do teto da meta de inflação de 6,5% ao ano, porém maior que a taxa de 5,9% em 2013. É a maior taxa acumulada desde 2011, quando o índice subiu exatamente 6,5%.

Em 2014, os nove grupos que compõem o IPCA tiveram as seguintes variações acumuladas: alimentos e bebidas (de 8,48% em 2013 para 8,03% em 2014), artigos de residência (de 7,12% para 5,49%), vestuário (de 5,38% para 3,62%), transporte (de 3,29% para 3,75%), saúde e cuidados pessoais (de 6,95% para 6,97%), despesas pessoais (de 8,39% para 8,31%), educação (de 7,49% para 8,45%), e comunicação (de 1,50% para -1,52%).

O BACEN pretende levar o IPCA para a meta de 4,5% em 2016. Observa-se, no entanto, que pelo regime de metas da inflação, o BC tem que atingir 4,5%, mas conta com uma banda de dois pontos percentuais para mais ou para menos para acomodar choques temporários. Se a inflação passa de 6,5%, a autoridade monetária tem de prestar explicações ao Ministério da Fazenda.

Segundo o BACEN, o patamar atual da inflação reflete um processo de ajuste de preços relativos. São eles: o realinhamento dos preços domésticos em relação aos preços internacionais, captado pela taxa de câmbio, além do realinhamento dos preços administrados em relação aos preços livres. Em 2014, por exemplo, os preços administrados subiram 5,32% depois de registrar variação, taxada por muitos de artificial, de 1,55% em 2013. Para 2015, o BACEN espera alta de 6,2% nos preços monitorados. Já em relação a 2016, a variação prevista é de 4,9%.

1.1.1.2.3 SELIC

Conforme o boletim Focus de 12/01/15, o juro básico da economia brasileira subirá a 12,50% até o fim deste ano. A Selic está atualmente em 11,75%. A primeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) ocorre nos próximos dias 20 e 21. Para 2016, espera-se Selic em 11,50%.

1.1.2 Composição da Receita Tributária

No mês de dezembro de 2014, a receita do ICMS registrou o montante de R\$ 733,3 milhões em valores correntes. No comparativo com dezembro de 2013, houve acréscimo nominal de 15,5% e real de 8,8%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE de dezembro de 2014. No que tange ao resultado acumulado no ano, foi registrado aumento nominal de 9,2% e real de 3,0%.

Desconsiderando a arrecadação proveniente do ICMS Incentivado/FUNDEF, análise mensal do resultado constatou acréscimo nominal de 12,7% e real de 6,1%. A receita acumulada do tributo passa para acréscimo nominal de 10,2% e real de 3,9%.

Em dezembro de 2014, no cadastro fiscal do Distrito Federal, havia 123.132 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela SUREC. Deste total, 85,4% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional, com 61.384 contribuintes no SIMEI e 43.749 em outras modalidades.

Nome do Regime do ICMS X Agências de Atendimento da Receita

DEZEMBRO DE 2014 NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal		2	4	6	4	3			3		22
2) Regime Normal de Apuração	665	3.957	1.332	1.994	1.380	549	2.474	660	3.574	165	16.760
3) PRO-DF Logístico				4							4
4) Regime Especial de Refeições	3	140	2	99	2	1	25		25		297
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		1		18			2			3	24
6) Revendedor Porta-a-Porta				23							23
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	3.394	10.259	9.579		9.306	3.930	6.421	3.699	14.209	1.387	61.384
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.094	10.219	4.714	66	4.621	1.976	5.553	2.281	11.612	613	43.749
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				819							819
10) Telecomunicações-Centralizada				53							53
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		6							7
TOTAL	6.168	24.579	16.531	3.088	16.313	6.459	13.475	6.840	29.426	2.165	123.132
participação das agências no total:	5,12%	20,46%	13,01%	2,57%	12,75%	5,38%	11,22%	5,69%	24,49%	1,80%	100,00%
crescimento mês 02 em relação mês 01:	1,23%	1,33%	1,05%	0,62%	1,61%	1,57%	1,56%	1,08%	1,27%	1,36%	1,32%

Fonte: CORAT/SUREC, em 31/12/2014

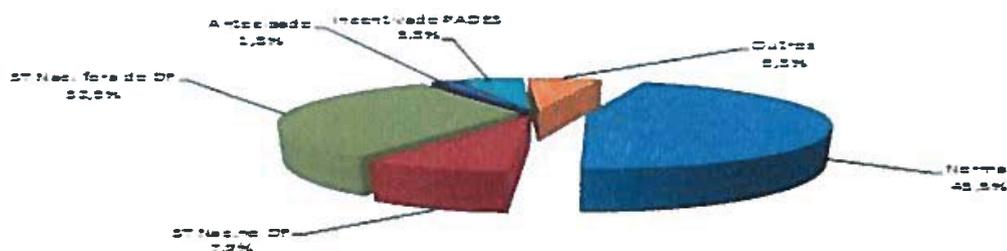
Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

No confronto com o registrado em novembro, houve acréscimo de 1.600 contribuintes. Houve aumento no Regime Normal de Apuração de 3.778 inscrições e por outro lado, decréscimo de 2.975 inscrições nas outras modalidades do Simples Nacional. Esse movimento provavelmente decorre do trabalho de desenquadramento de contribuintes inscritos no Simples Nacional realizado em dezembro/14 pelo NUCAD/GEIND/CCALT/SUREC. Houve ainda aumento de 781 inscrições de contribuintes no regime de tributação SIMEI.

Todas as circunscrições da receita apresentaram acréscimo no número de inscritos, sobretudo as de Taguatinga (369) e de Brasília (326). Do total de contribuintes do cadastro fiscal, 24,5% estão na circunscrição de Taguatinga e 20,5% na de Brasília.

No que se refere à composição do ICMS por situação de recolhimento em dezembro de 2014, verifica-se que a maior participação continua proveniente do regime Normal com participação no total da receita do imposto de 45,5%, abaixo da média dos últimos doze meses de 60,5%. A outra modalidade que se destaca é a da Substituição Tributária fora do DF, com participação de 32,6%, que este mês superou com folga a média dos últimos 12 meses de 21,0%. Esse movimento decorre da passagem de diversos produtos para a modalidade de substituição tributária em 2014.

ICMS por Situação de Recolhimento
ICMS por Situação de Recolhimento
dezembro de 2014



Analisando a receita total do ICMS em dezembro de 2014, na comparação com dezembro de 2013, verifica-se que na análise da arrecadação por situação de recolhimento, as modalidades que apresentaram ganho real foram a Substituição Tributária fora do DF de R\$ 20,1 milhões, que corresponde a uma variação percentual de 9,2%, e o Incentivado/FUNDEFE de R\$ 19,4 milhões, que corresponde a uma variação percentual de 83,8%. Além dessas modalidades, dentro da categoria Outros, destacou-se o ingresso de receita proveniente de Auto de Infração de R\$ 34,5 milhões, que propiciou uma variação de 141,1% ao conjunto de ingressos agrupados nessa categoria.

Dentre as modalidades que apresentaram variação negativa, o maior destaque foi o ICMS Antecipado com decréscimo de R\$ 6,0 milhões, ou -30,8%. Também apresentaram variação negativa, as modalidades ICMS Normal de R\$ 1,4 milhão ou 0,4% e Substituição no DF de R\$ 0,2 milhão ou 0,4%.

ICMS – Arrecadação por Origem de Recolhimento

ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (dez/14)
	dez/14		jan-dez/14		dez/14	jan-dez/14	
	dez/14	jan-dez/14	dez/13	jan-dez/13	dez/13	jan-dez/13	
Normal	333.871	3.998.203	335.312	3.996.119	-0,4%	0,1%	45,5%
ST Nac. no DF	57.961	647.778	58.174	676.517	-0,4%	-4,2%	7,9%
ST Nac. fora do DF	238.853	1.430.870	218.733	1.178.892	9,2%	21,4%	32,6%
Antecipado	13.561	209.381	19.602	235.444	-30,8%	-11,1%	1,8%
Incentivado PADES	42.575	190.306	23.161	240.494	83,8%	-20,9%	5,8%
Outros	46.488	221.206	19.280	174.642	141,1%	28,7%	6,3%
Total da Arrecadação	733.309	6.697.746	674.262	6.602.108	8,8%	3,0%	100,0%

Fonte SIGGO

Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE

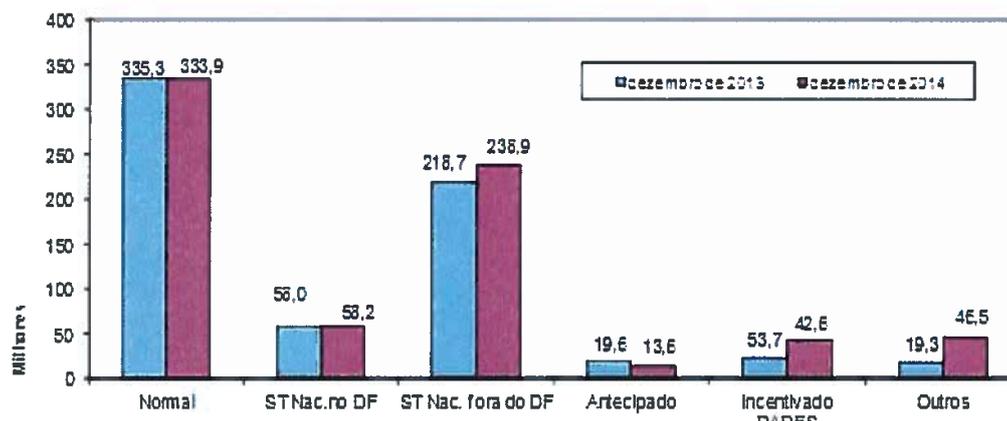
Nota 2. Outros = Importação, Auto de Infração, LC 52/97, Energia elétrica+transporte+comunicação

SPL FROUC 00003 /15-Folha Nº 002934 Beta

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

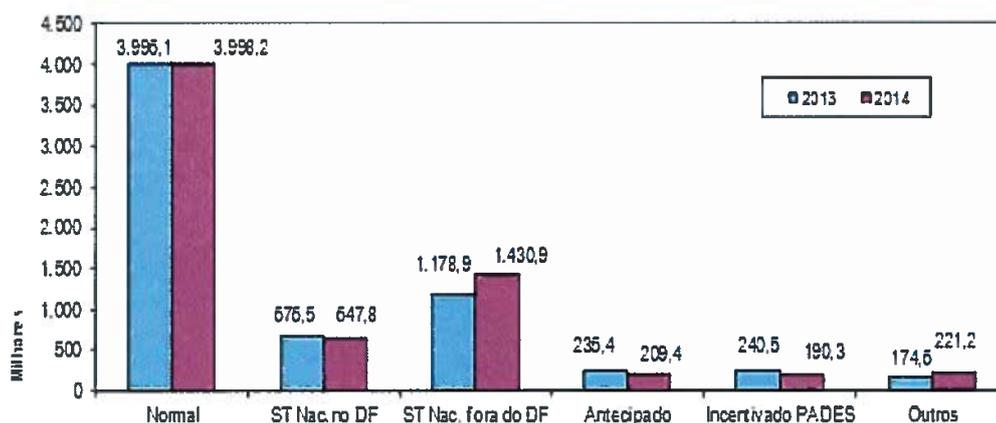
O gráfico seguinte ilustra a arrecadação do ICMS em dezembro de 2014 contra dezembro de 2013, por modalidade de recolhimento.

ICMS por Situação de Recolhimento
Em R\$ mil de dezembro de 2014 (INPC/IBGE)



No resultado acumulado de 2014, o principal destaque continua sendo a Substituição Tributária fora do DF, com incremento real de R\$ 252 milhões ou 21,4%, ampliado pelo desempenho de dezembro. Por outro lado, o ICMS Incentivado PADES/FUNDEF, a Substituição Tributária no DF e o Antecipado passaram a figurar como principais quedas em 2014, com retrações reais de R\$ 50,2 milhões, R\$ 28,7 milhões e R\$ 26,1 milhões respectivamente.

ICMS acumulado por Situação de Recolhimento
Em R\$ mil de dezembro de 2014 (INPC/IBGE)

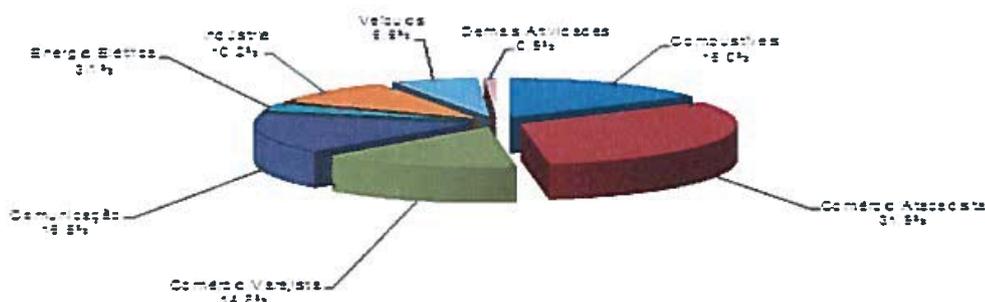


No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em novembro de 2014, observa-se que os setores que mais se destacam são comércio atacadista, comunicação e combustíveis, com participações correspondentes a 31,9%, 16,5% e 16,0%, respectivamente.

SRT PRCO 00000
 15-Folha nº 002979 verso - Paula

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

ICMS por Atividade Econômica dezembro de 2014



Em função de possíveis distorções na análise da arrecadação do ICMS por segmento econômico, a arrecadação do ICMS Incentivado PADES/FUNDEFE foi desconsiderada nas comparações da arrecadação setorial subsequentes.

Delineando o crescimento real de R\$ 59,0 milhões no ICMS em dezembro de 2014 ante correlato período de 2013, apresentaram expansões reais no mês de dezembro os setores comércio atacadista (R\$ 118,0 milhões), comunicação (R\$ 19,0 milhões) e indústria (R\$ 7,1 milhões). A queda mais relevante ocorreu no ramo de energia elétrica, com retração real de R\$ 13,7 milhões.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS ¹							
ITEM	Valores Reais ² (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (dez/2014)
	dez/14		jan-dez/14		dez/14	jan-dez/14	
	dez/14	jan-dez/14	dez/13	jan-dez/13	dez/13	jan-dez/13	
Combustíveis	103.729	1.247.362	103.829	1.241.386	-0,1%	0,5%	15,95%
Comércio Atacadista	207.610	1.200.387	89.581	1.025.583	131,8%	17,0%	31,93%
Comércio Varejista	96.442	1.073.911	96.653	1.190.436	-0,2%	-9,8%	14,83%
Comunicação	107.287	1.058.139	88.198	1.045.503	21,6%	1,2%	16,50%
Energia Elétrica	20.041	366.211	33.780	388.936	-40,7%	-5,8%	3,08%
Indústria	66.380	766.905	59.267	585.138	12,0%	31,1%	10,21%
Veículos	42.915	487.102	46.905	531.520	-8,5%	-8,4%	6,60%
Demais Atividades	5.818	66.031	5.333	59.627	9,1%	10,7%	0,89%

Fonte: SITAF.
Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE
Notas: 2. Valores sem incentivado

O grande destaque na variação real no resultado por atividade econômica foi o setor comércio atacadista, com 131,8% de acréscimo em relação a dezembro do ano anterior. Esse aumento pode ser explicado no âmbito do esforço fiscal, pelo ingresso extraordinário de R\$ 119 milhões proveniente de empresa atacadista de higiene e cosméticos, oriundos de alvará de levantamento. A expansão de 12% do segmento da indústria foi impulsionada pelos setores de bebidas e de cimento, os quais participaram na receita total da indústria com 42,7% e 28,2%.

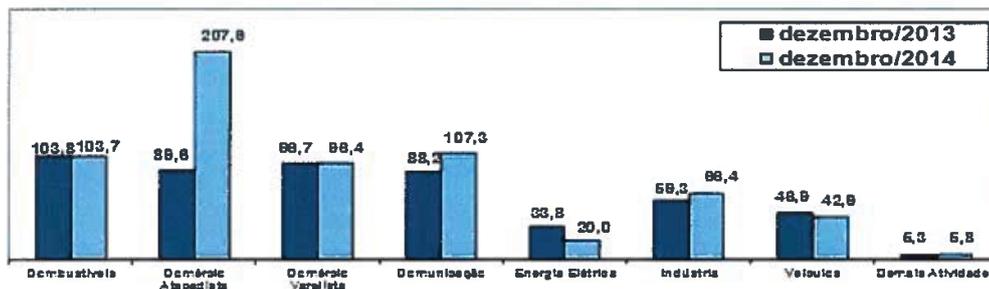
No plano negativo houve retração real principalmente no setor de energia elétrica de 40,7%, que em valores absolutos soma R\$ 13,7 milhões. O setor de veículos também apresentou decréscimo em relação a dezembro de 2013, com variação negativa de R\$ 4,0 milhões em valores absolutos ou 8,5%.

SFL PROD 00003 /15-Folha nº 002935 Bete

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

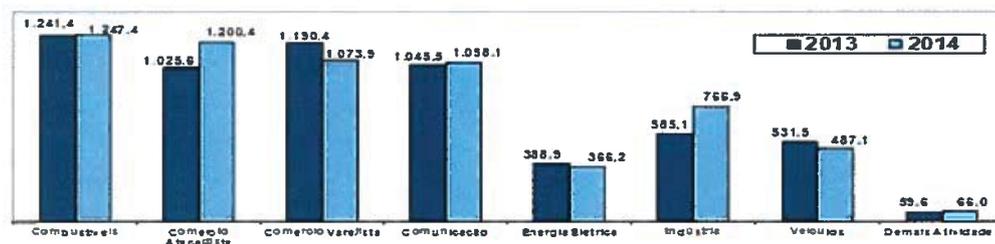
O gráfico abaixo ilustra a arrecadação do ICMS em dezembro de 2014 com dezembro 2013, por atividade econômica.

**ICMS por Atividade Econômica - sem Incentivado
Em R\$ milhões de dezembro/2014 (INPC/IBGE)**

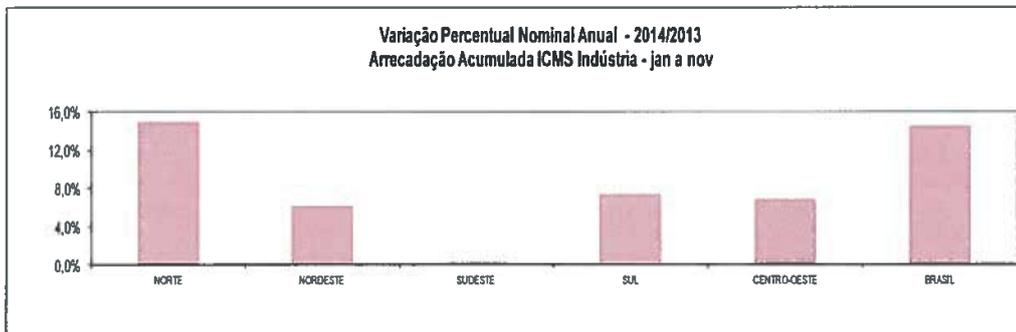


No acumulado de 2014 na comparação com 2013, discriminando por segmento econômico e sem considerar a receita do ICMS Incentivado PADES/FUNDEFE, verificou-se, entre os setores de maior representatividade na arrecadação, destaque positivo para a indústria (R\$ 181,8 milhões) e para o comércio atacadista (R\$ 174,8 milhões), fortemente influenciado pelo resultado de dezembro. Os piores desempenhos ocorreram no comércio varejista (-R\$ 116,5 milhões), no setor de veículos (-R\$ 44,4 milhões) e energia elétrica (-R\$ 22,7 milhões).

**ICMS por Atividade Econômica - sem Incentivado
2014 contra 2013 (acumulado no ano)
Em R\$ milhões de dezembro/2014 (INPC/IBGE)**



**Varição Percentual Nominal Anual - 2014/2013
Arrecadação Acumulada ICMS Indústria - jan a nov**



SPL PROJ: 00003 /15-Folha Nº 002933 Versão Paula

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Na região Centro-Oeste, conforme verificado no gráfico abaixo, desempenho do DF foi nitidamente superior, e responsável pelo comportamento positivo da região. O desempenho da indústria distrital é, em parte, explicado pelo seu perfil, isto é, conjunto de segmentos que são importantes no DF e menos relevantes nacionalmente e, também em parte, pela implantação do IDEAS (Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Industrial), programa governamental que leva os contribuintes a recolherem como ICMS Normal o que era anteriormente liberado como ICMS Incentivado – PADES.

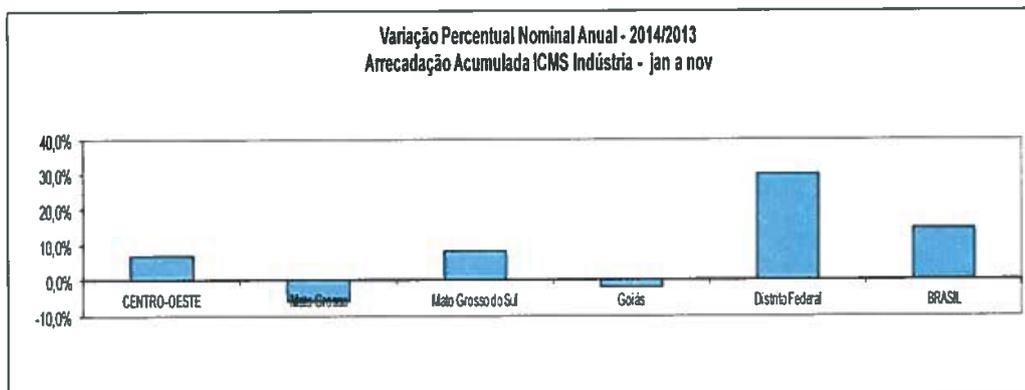
1.1.2.1 Veículos

O periódico Valor, em 03/01/2015, informou que para escapar dos reajustes de preços com a recomposição do IPI em janeiro, consumidores correram às concessionárias de veículos e fizeram de dezembro o terceiro melhor mês nas vendas de carros da história. Isso, no entanto, não impediu que 2014 terminasse com a pior marca da indústria de veículos em cinco anos.

Entre automóveis, utilitários leves, caminhões e ônibus, o ano passado fechou com 3,5 milhões de veículos licenciados, o que representa não só uma queda de 7,1% na comparação com 2013, como também o volume mais baixo desde 2009, quando o mercado, no auge da crise financeira internacional, movimentou 3,14 milhões de unidades.

Depois do recuo de 0,9% em 2013 – o primeiro em uma década, esse foi o segundo ano seguido de queda nas vendas de veículos no Brasil. Pesaram no resultado fatores como a seletividade dos bancos na liberação de crédito, a queda na confiança de consumidores na economia e os reajustes nos preços dos automóveis no início do ano, dada a retirada de parte dos descontos do IPI em janeiro de 2014, mais a instalação obrigatória de airbags e freios ABS em todos os veículos.

Fora isso, a realização da Copa do Mundo, reduzindo o fluxo de consumidores nas lojas entre junho e julho – somada a indefinições relacionadas às eleições mais disputadas da história – jogou contra o mercado em 2014.



Mesmo assim, as montadoras terminaram o ano comemorando um resultado de vendas excepcional em dezembro, com 370,1 mil veículos emplacados no mês, uma alta de 25,6% em relação a novembro. O volume também marcou crescimento, de 4,6%, na comparação com o forte desempenho de dezembro de 2013, cujo resultado foi o melhor daquele ano. O ritmo de vendas do mês passado, de pouco mais de 16 mil carros por dia útil, foi de longe o melhor de 2014. Superou com folga a média diária ao redor de 14 mil unidades de abril e novembro – até então, as melhores marcas. A indústria já esperava um dezembro forte, com o impulso da injeção de recursos do décimo-terceiro salário na economia, somado à tendência de maior movimento nas lojas antes do aumento do IPI. Mas o desempenho do mês ficou acima das expectativas do setor. No fim, a queda um pouco superior a 7% dos emplacamentos no acumulado de 2014 acabou ficando um pouco melhor do que o recuo mais próximo de 8% que vinha sendo projetado pelos representantes do setor no início de dezembro.

Sem sinais consistentes de retomada de crédito e expectativa de um cenário econômico adverso, o mercado aposta em queda de 2,4% das vendas de carros em 2015, uma estimativa que também leva em conta o excesso de feriados no calendário.

SPL PROC 00003 /15-Folha nº 002936 Beta

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

A arrecadação do ICMS do setor no DF fechou o ano com queda de 8,4%, acompanhando o decréscimo do ritmo de vendas nacional.

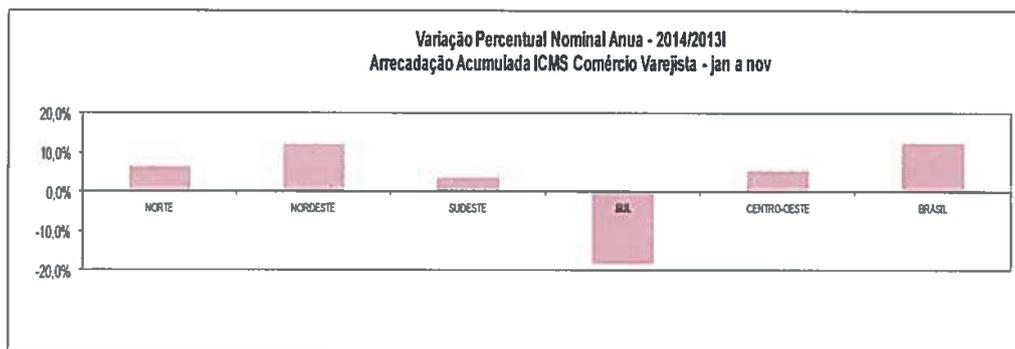
1.1.2.2 Comércio Varejista

O Valor, em 08/01/2015, informou que a atividade do varejo cresceu 3,7% em 2014, a menor expansão em 11 anos, de acordo com a estimativa da Serasa Experian. Em 2013, o varejo cresceu 5,2% nas contas da empresa. A atividade do setor no ano passado só foi maior que em 2002, quando houve retração de 4,9%, e em 2003, com alta de 3,1%. Em dezembro o varejo teve crescimento de 0,4% sobre novembro e de 3% sobre o mesmo período de 2013.

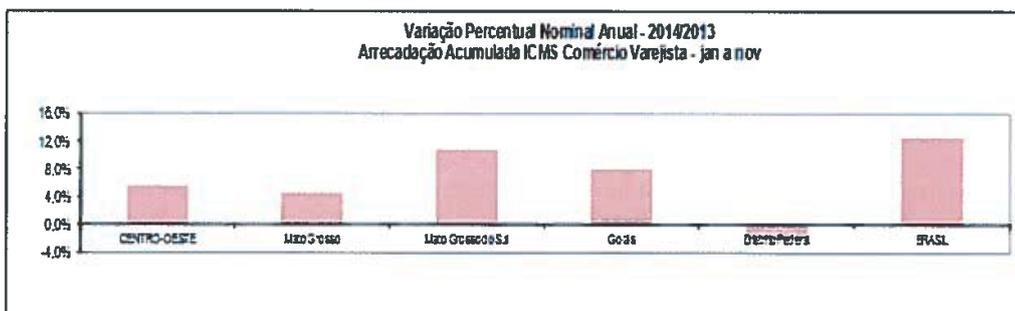
A atividade do comércio brasileiro acompanha o PIB, que tem arrefecido desde 2010, quando cresceu 7,5%. Naquele ano, o varejo subiu 9,6% nas contas da Serasa. Na avaliação dessa instituição, o fraco desempenho comercial em 2014 decorreu do aumento dos juros, da alta da inflação, especialmente durante o primeiro semestre, e do menor grau de confiança dos consumidores, que seguem endividados e, por isso, mais preocupados em sair da inadimplência do que assumir novos financiamentos.

Em 2014, o crescimento do varejo foi liderado pelo setor de supermercados, hipermercados, alimentos e bebidas (expansão de 3,9%) e pelo de tecidos, vestuário, calçados e acessórios (alta de 3,4%). Já o setor de combustíveis e lubrificantes subiu 1,2% no período.

Em termos de arrecadação do ICMS no setor, do gráfico abaixo, elaborado a partir dos dados extraídos do sítio do CONFAZ, observa-se que o desempenho da região Sul é o mais fraco do país.



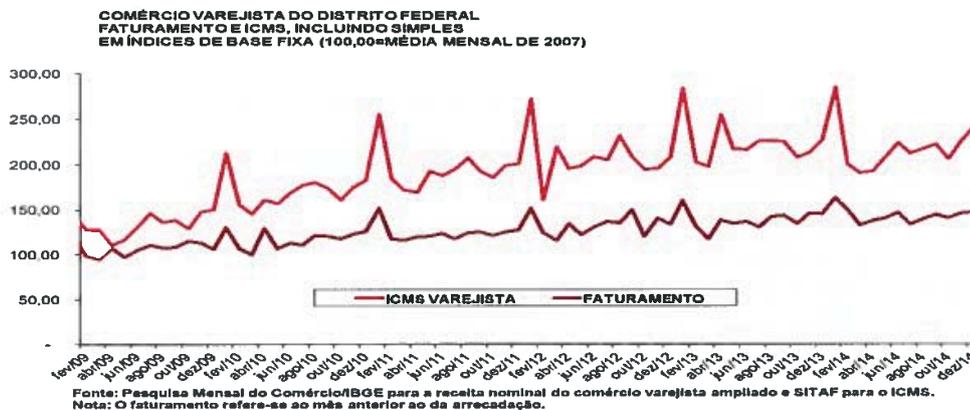
Na região Centro-Oeste, o desempenho da arrecadação do ICMS do setor de comércio varejista é o pior. Esse fato está em parte relacionado com a migração de produtos para o regime de substituição tributária durante o ano de 2014. A arrecadação de 214 sofreu queda real de 9,8% em comparação a 2013.



No confronto da arrecadação do ICMS do comércio varejista, incluindo os recolhimentos do tributo no âmbito do Simples Nacional, com o faturamento do segmento pela Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE (PMC/IBGE) para o Distrito Federal até novembro de 2014, observa-se recuperação das duas variáveis. No entanto, o desempenho do ICMS se mostra mais pronunciado, superando o pico de receita registrado em junho.

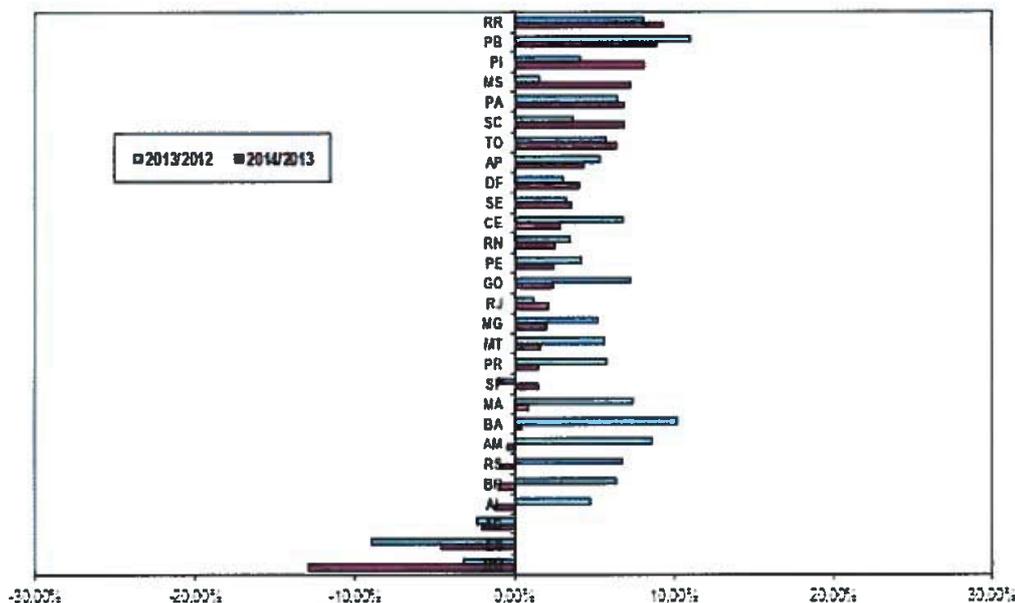
SGT. FISCAL 00003 /15-01/14 Nº 00233 VAREJISTA
 Paula

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014



Com base nos dados disponíveis da receita do ICMS em nível nacional (corrigida pelo INPC), disponibilizados pela COTEPE/CONFAZ para o mês de novembro de 2014, observa-se um desempenho acumulado positivo para a maioria das Unidades da Federação. As exceções foram os Estados de Rondônia, Espírito Santo, Acre, Alagoas Rio Grande do Sul e Amazonas. A própria receita em nível nacional (ICMS Brasil) também apresentou desempenho negativo.

ICMS BRASIL
Variação % real em 2014 e 2013 na comparação com ano anterior (INPC/IBGE)



Verifica-se no gráfico anterior que a receita do ICMS do Distrito Federal encontra-se em 9ª posição em termos de taxa de variação da arrecadação real (corrigida pelo INPC) na comparação com igual período de

SFL FREC 00003 /15-Folha nº 002937 *Bete*

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

2013, apresentando desempenho visivelmente superior ao total da receita do imposto em nível nacional. O Distrito Federal obteve o segundo lugar no crescimento da região Centro-Oeste.

1.1.2.3 Regime Simplificado de Tributação

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em dezembro de 2014 totalizaram R\$ 29,0 milhões. O

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES						
Mês/Ano		ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
		Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
julho	2014	16.448.061,41	47.792	8.670.349,10	37.363	25.118.410,51
agosto	2014	17.196.561,26	46.367	8.758.325,28	36.249	25.954.886,54
setembro	2014	17.671.621,38	48.449	8.951.765,12	37.784	26.623.386,50
outubro	2014	17.311.862,05	45.875	9.713.422,11	36.689	27.025.284,16
novembro	2014	19.062.398,71	47.760	9.834.400,86	37.240	28.896.799,57
dezembro	2014	19.471.032,84	50.144	9.494.088,88	38.819	28.965.121,72

Nota: Nº de contribuintes pagantes

ICMS apresentou ingressos de R\$ 19,5 milhões e o ISS R\$ 9,5 milhões. Houve aumento da receita na ordem de 2,1% para o ICMS e decréscimo de 3,5% para o ISS em relação ao mês anterior.

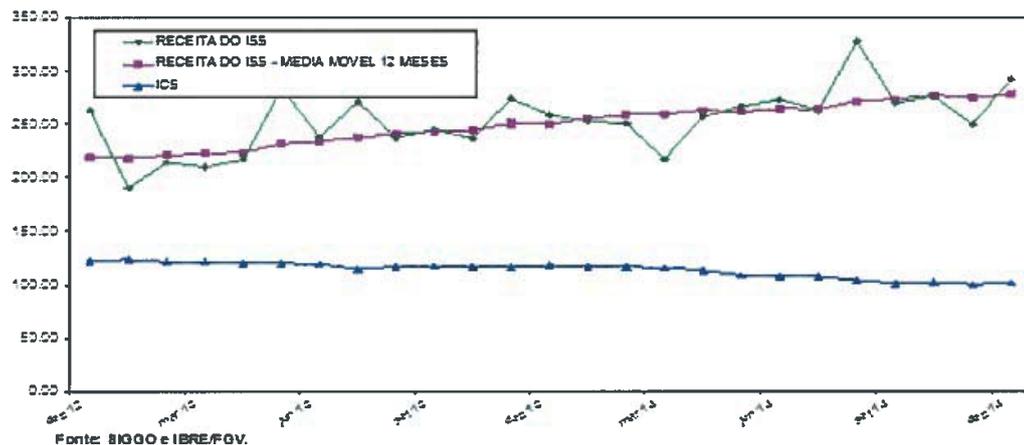
1.1.2.4 Arrecadação do ISS

No mês de dezembro de 2014, a receita do Imposto Sobre Serviços - ISS totalizou o montante de R\$ 125,7 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um acréscimo nominal de 12,9% na arrecadação e real de 6,3%, utilizando-se o INPC/IBGE como fator de ajuste monetário. No acumulado, verificou-se ganho nominal de 11,0% e real de 4,7% na arrecadação de 2014 em comparação a 2013.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até dezembro de 2014, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.

Comparativo Índice de Confiança de Serviços X Receita do ISS

COMPARATIVO ÍNDICE DE CONFIANÇA DE SERVIÇOS X RECEITA DO ISS



Fonte: BIGGO e IBRE/FGV.

0383 000007 115-FOLHA Nº 002827 VARSILVA EM 26/06/2015 14:53

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Depreende-se que a arrecadação do ISS apresentou no mês de dezembro comportamento crescente. A média móvel, que considera os resultados dos últimos 12 meses, apresentou-se praticamente estável, o que vem ocorrendo desde agosto de 2014.

O ICS registrou avanço de 1,3% na comparação com o mês anterior, na série com ajuste sazonal, ao passar de 99,8 pontos para 101,1 pontos. Embora o índice continue em nível extremamente baixo em termos históricos, a alta de dezembro leva a tendência de queda a perder força ao final do ano, podendo levar a uma estabilização da curva de confiança ao longo dos próximos meses.

Em 31 de dezembro de 2014, o cadastro fiscal do DF possuía 124.711 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

ISS

DEZEMBRO DE 2014	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECETA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	1.074	13.297	1.520	2.308	1.474	487	4.824	992	5.967	156	32.099
2) Substituto Tributário Interno -ISS		2		39							41
3) PRO-DF Logístico				2							2
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	3.091	9.967	8.327		7.943	3.017	5.006	3.596	12.530	1.135	54.612
5) SIMPLES NACIONAL	1.893	10.198	3.350	62	3.142	1.146	4.976	1.822	9.300	414	36.303
6) Sociedades Uniprofissionais	10	1.364	8	9	6	4	106	11	101	1	1.620
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				2							2
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				26							26
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		5							6
TOTAL	6.068	34.829	13.205	2.453	12.565	4.654	14.912	6.421	27.698	1.706	124.711

Fonte: CORATISUREC, em 31/12/2014

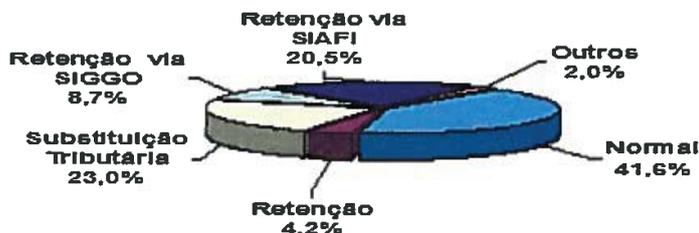
4,87%	27,93%	10,59%	1,97%	10,08%	3,73%	11,96%	5,15%	22,37%	1,37%	100,00%
-------	--------	--------	-------	--------	-------	--------	-------	--------	-------	---------

O destaque do mês de dezembro em relação a novembro foi o acréscimo de 1.684 inscrições, provenientes do regime normal de apuração, que apresentou aumento de 3.048 novas inscrições. Por outro lado ocorreu um decréscimo de 2.174 inscritos no Simples Nacional. Esse movimento provavelmente decorre do trabalho de desenquadramento de contribuintes inscritos no Simples Nacional realizado em dezembro/14 pela SEF, a exemplo do que também ocorreu no cadastro do ICMS. Além disso, houve acréscimo de 801 inscritos no SIMEI. Frise-se que houve aumento do número de inscritos em todas as circunscrições fiscais do Distrito Federal.

Em termos de participação por localidade, 27,9% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília e 22,4% na circunscrição de Taguatinga. Do total de inscrições, 25,7% estão no regime normal de tributação, 43,8% no SIMEI e 29,1% nas outras modalidades do Simples Nacional.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em 2014, o ISS Normal respondeu por 41,6% dos ingressos do imposto e a Substituição Tributária por 23,0%.

ISS por Situação de Recolhimento
Janeiro a Dezembro de 2014



SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 002938 Bete

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

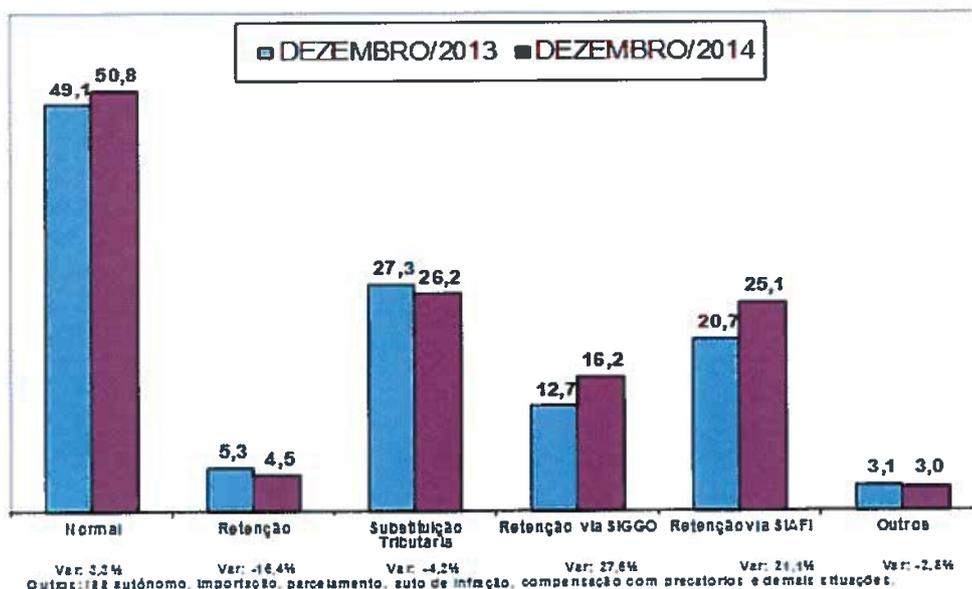
Verifica-se na tabela abaixo que houve no mês de dezembro, em comparação com igual período do ano anterior, acréscimo na arrecadação em todas as modalidades de recolhimento com exceção das modalidades Retenção, Substituição Tributária e Outros.

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (jan-dez/14)
	dez/14	jan-dez/14	dez/13	jan-dez/13	dez/14	jan-dez/14	
	dez/13	jan-dez/13	dez/13	jan-dez/13	dez/13	jan-dez/13	
Normal	50.751	586.570	49.108	565.251	3,3%	3,8%	41,6%
Retenção	4.466	58.560	5.341	75.085	-16,4%	-22,0%	4,2%
Substituição Tributária	26.205	324.737	27.341	293.924	-4,2%	10,5%	23,0%
Retenção via SIGGO	16.193	122.303	12.692	124.949	27,6%	-2,1%	8,7%
Retenção via SIAFI	25.051	288.641	20.689	246.881	21,1%	16,9%	20,5%
Outros	3.025	28.206	3.113	39.087	-2,8%	-27,8%	2,0%
Total da Arrecadação (A) + (B)	125.692	1.409.017	118.285	1.345.177	6,3%	4,7%	100,00%

Fonte: Relatório Boletim da Arrecadação
1. Apuração com base no INPC/IBGE.

O gráfico abaixo ilustra a comparação de arrecadação do imposto de dezembro de 2014 com igual mês do ano anterior. Houve ganhos nas modalidades Normal (+3,3%), Retenção via SIGGO (+28,6%) e Retenção via SIAFI (+21,1%), que suplantaram as perdas observadas em Retenção (-16,4%), Substituição Tributária (-4,2%) e Outros (-2,8%)

ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de dezembro/2014 (INPC/IBGE)

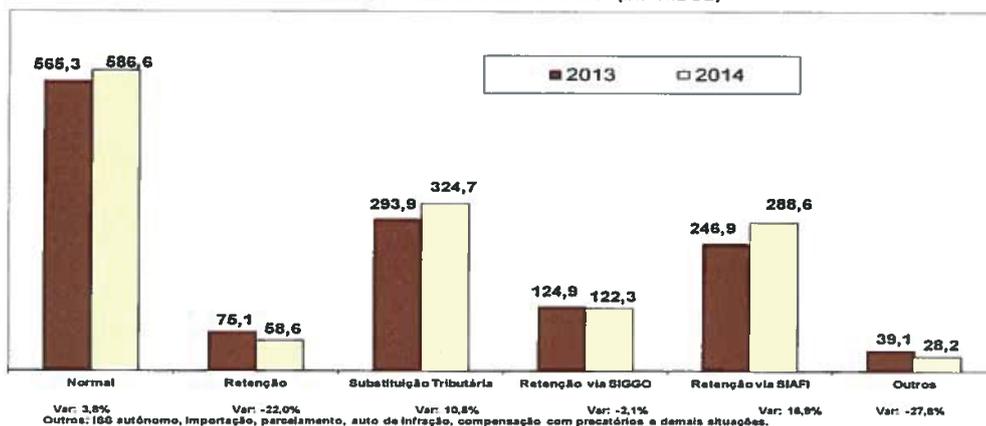


SCL FNDP 00003 /15-Folha nº 00223 verso Zander

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

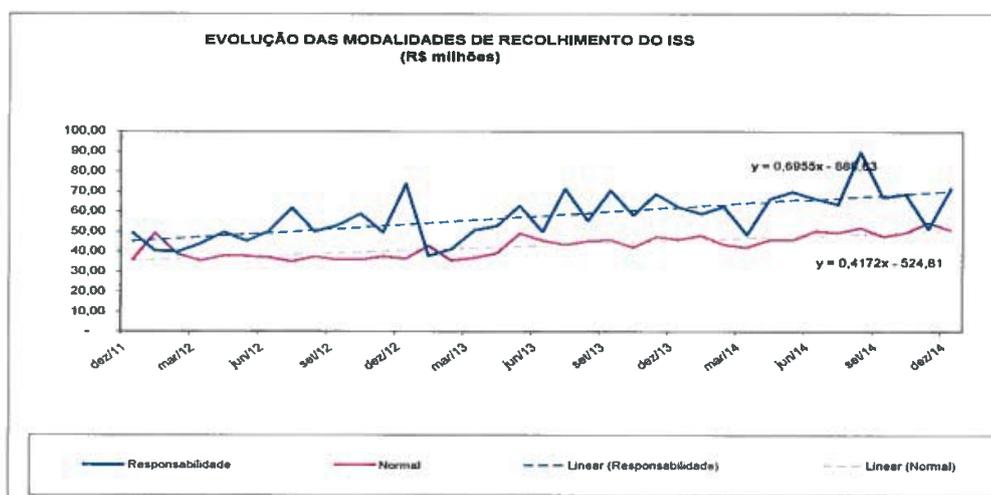
Por sua vez na comparação acumulada, observa-se no gráfico seguinte que houve crescimento nas modalidades Normal (+3,8%), Substituição Tributária (+10,5%) e Retenção via SIAFI (+16,9%). Por outro lado, houve quedas nas modalidades de Retenção (-22,0%), Retenção via SIGGO (-2,1%) e Outros (-27,8%).

ISS por situação de recolhimento
2014 contra 2013 (acumulado até dezembro)
Em R\$ milhões de dezembro/2014 (INPC/IBGE)



O gráfico a seguir mostra a tendência de crescimento na arrecadação do ISS, tanto na modalidade Normal quanto nas modalidades sob responsabilidade (substituição tributária, retenção via SIAFI e retenção via SIGGO), a partir de dezembro de 2011.

ISS por Situação de Recolhimento



Comparando-se as linhas de tendência de ambos os gráficos, conclui-se que o ritmo de crescimento da arrecadação do ISS por responsabilidade é superior ao do ISS Normal. Parte dos acentuados picos na arrecadação do ISS por responsabilidade está associada aos recorrentes ajustes contábeis do SIGGO.

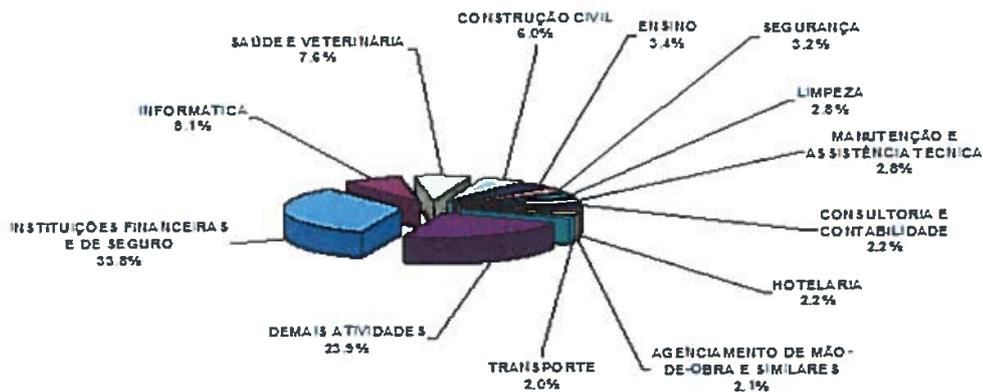
Partindo para a composição do ISS por segmento econômico de em 2014, verifica-se pelo gráfico seguinte que a maior participação na arrecadação do imposto foi de 33,8% do segmento de instituições financeiras

Rite
 15/06/2015 10:00:00
 C:\DCL\2015\15-06-2015\15-06-2015-10-00-00

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

e de seguro, seguido pelos segmentos de informática, saúde e veterinária e construção civil com participações no total do imposto de 8,1%, 7,6% e 6,0%, respectivamente.

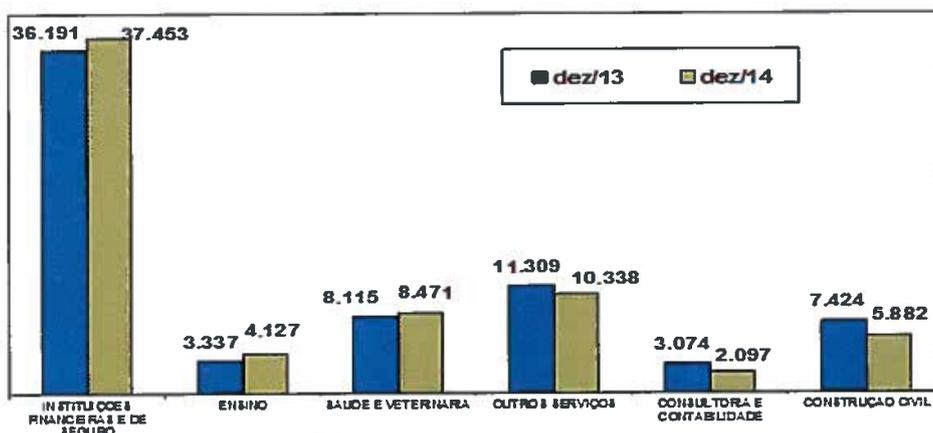
**ISS por Atividade Econômica
Janeiro a Dezembro de 2014**



Os gráficos a seguir discriminam a arrecadação do ISS realizada pelos principais setores econômicos, nas comparações mensais e acumuladas. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para esta análise.

Na comparação da arrecadação dos segmentos econômicos de dezembro de 2014 com o correspondente mês do ano anterior verifica-se que os maiores crescimentos absolutos ocorreram nos segmentos de instituições financeiras e de seguro, ensino e saúde e veterinária. Por outro lado, as maiores quedas ocorreram nos segmentos de outros serviços, consultoria e contabilidade e construção civil.

**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações Absolutas - Atividades Seleccionadas*
Em R\$ mil dezembro/2014 (INPC/IBGE)**



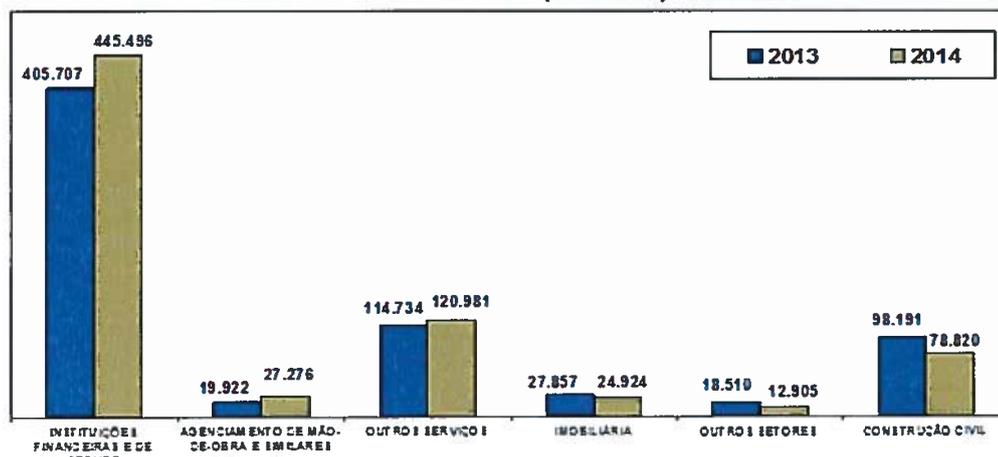
[*] Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

Na comparação acumulada observa-se que os maiores aumentos em termos absolutos foram observados para os segmentos de instituições financeiras e de seguro, agenciamento de mão-de-obra e similares e outros serviços. Por sua vez, as maiores quedas foram observadas nos segmentos de imobiliária, outros setores e construção civil.

SCL PROJ 00003 /15-Folha Nº 00237 verso *Paula*

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações - Atividades Seleccionadas***
Em RS mil de dezembro/2014 (INPC/IBGE) - acumulado



P) Excluiu os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contempla integralmente a retenção por órgãos públicos.

1.1.3. Fiscalização Tributária

As atividades da fiscalização tributária dividiram-se em quatro focos principais:

i) Monitoramento: acompanhamento do comportamento tributário e identificação de eventuais inconsistências para comunicação aos contribuintes com vistas à correção espontânea. São monitorados os contribuintes de segmentos econômicos específicos considerados relevantes, principalmente em termos de potencial de arrecadação (empresas de energia elétrica, combustível, comunicação, substitutos tributários, etc.), bem como quaisquer outros em que o cruzamento de informações aponte indícios de irregularidades fiscais;

ii) Auditorias: realização de ações fiscais para constituição de crédito tributário em contribuintes com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias, identificados pela programação fiscal por meio de cruzamento de dados;

iii) Diligências: alcance de elevado número de contribuintes em ações pontuais, cujo objetivo maior é ostentar a presença do fisco;

iv) Fiscalização de mercadorias em trânsito: verificação da regularidade fiscal das mercadorias destinadas ao Distrito Federal e constituição de crédito tributário relativo às infrações identificadas.

Em 2014 tiveram ênfase as atividades de monitoramento, com a utilização das informações disponíveis para acompanhamento do comportamento tributário e identificação de eventuais inconsistências para comunicação aos contribuintes.

Houve ampliação da Malha-DF, que consiste no cruzamento eletrônico de dados originários de diversas fontes com vistas a identificar inconsistências nas declarações prestadas pelos contribuintes ao fisco. Constatadas divergências, o contribuinte é alertado para que proceda espontaneamente aos ajustes necessários na escrituração fiscal. Em caso de inércia as informações são passadas à Gerência de Programação Fiscal para posterior inclusão em ação fiscal, obviamente analisados outros elementos disponíveis naquela gerência e a limitação na quantidade de auditores.

Foi mantida a rotina de expedição permanente de ordens de serviço às equipes de auditoria para execução de ações fiscais com perspectiva de constituição de crédito tributário, realizadas em empresas que não corresponderam ao monitoramento e em outras com indícios relevantes de descumprimento de obrigação principal.

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

1.1.3.1 Malha Fina Distrital – Malha DF

Realização de cruzamento da base de dados da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e das informações das administradoras de cartão de crédito e débito com as informações prestadas pelos contribuintes nos Livros Fiscais Eletrônicos – LFE. Os contribuintes foram cientificados por meio eletrônico de inconsistências relativas às saídas declaradas.

**Resumo das divergências identificadas e resultados alcançados - Malha-DF
Janeiro a dezembro de 2014.**

Tipo de divergências	Ocorrências	Apurado - Fontes		Declarado LFE	
		Base de cálculo	Imposto	Base de cálculo	Imposto
Cartão x LFE *	140325	8.910.846.944,43	267.325.408,33	5.646.248.888,52	169.387.466,66
Crédito Indevido (ST e Uso e Consumo)	48294		846.777.291,26		723.149.099,35
NFE x LFE	38373		7.474.892.437,99		4.063.802.674,75
Transporte Indevido de Saldo Credor	30016		224.158.907,76		42.153.860,17
E080 x C600	2129		69.972.250,92		18.155.597,65
ICMS-STxNFE	12863		934.835.367,85		645.093.398,66
SIMEI-Compras *	2912	47.610.908,66	1.428.327,26	17.472.000,00	5.241.600,00
		8.958.457.853,09	9.819.389.991,37	5.663.720.888,52	5.666.983.697,24

*Valor de imposto estimado de 3% sobre os valores de base de cálculo.

Tipo de divergências	Ocorrências	Diferença		Correção Espontânea	
		Base de cálculo	Imposto	Base de cálculo	Imposto
Cartão x LFE*	106705	3.197.398.373,85	109.082.728,13	2.578.358.066,13	54.778.421,26
Crédito Indevido (ST e Uso e Consumo)	45165		127.938.403,13		20.066.870,07
NFE x LFE	30818		3.372.143.958,56		457.427.976,70
Transporte Indevido de Saldo Credor	27530		148.748.390,78		89.247.112,49
E080 x C600	1586		49.464.893,91		10.852.549,70
ICMS-STxNFE	7894		111.388.933,73		178.353.035,46
SIMEI-Compras *	2912	30.138.908,66	904.167,26		904.167,26
		3.227.537.282,51	3.919.671.475,50	2.578.358.066,13	1.324.648.215,05

* Valor de imposto estimado de 3% sobre os valores de base de cálculo.

O Núcleo de Monitoramento da Malha Fiscal - NUMAF apresentou como meta, até dezembro de 2014, a correção espontânea de 15% das divergências identificadas, o que corresponderia a 35% de acréscimo em relação a 2013. Constata-se que houve correção espontânea acima da expectativa inicial. Do total de R\$ 3.919.671.475,50 das divergências, ocorreram correções realizadas no valor de R\$ 1.324.648.215,05, ou seja, aproximadamente 34% do total.

1.1.3.2 Programação Fiscal

No período de janeiro a dezembro/2014 foram distribuídas as ações fiscais conforme tabelas abaixo:

SPL PROD 00000 /15-Fina Nº 002560 Var 50 Paula

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Ordens de serviço de ação – Distribuídas para os auditores:

Distribuição Direta para Auditores	Qtd. Empresas
AEC – GRÁFICAS	1
AEC - OUTRAS NÃO ESPECIFICADAS	1
AEC - PRÓ-DF	1
AUDITORIA	6
Baixa de Inscrição de Substituto	12
DIL. ESPECIAL	151
DIL. GEJUC/TARF	13
DIL. GEMAE	173
DIL. NUOPE/GEAUT	93
DIL. PREPARO	13
DILIGÊNCIA ESPECIAL	1429
DILIGENCIA PADRAO	55
DILIGÊNCIA SIMEI	1
MONITORAMENTO	350
OPERAÇÃO ESPECIAL	3
Perícia Judicial - Assistência Técnica	1
Total de Empresas	2.303

Tipo de Ação das empresas distribuídas para os Chefes dos Núcleos gerarem as Ordens de Ação	Qtd. Empresas nas Ordens de Distribuição	Qtd. Empresas nas Ordens de Ações
AEC - ALÍ. FÓRA	18	16
AEC - ANTECIPADO	113	112
AEC - CARTÃO	206	162
AEC - CRÉDITO PODRE	4	4
AEC - CUSTOMERS	19	11
AEC - DELETA	7	1
AEC - MISSING	155	149
AEC - OUTRAS NÃO ESPECIFICADAS	17	18*
AEC - PRÓ-DF	3	4*
AEC - SHOWS E EVENTOS	4	4
AEC - WALKING DEAD	8	8
AUDITORIA	56	62*
DIL. ESPECIAL	1	152*
DIL. NOTA LEGAL	17	17
DIL. NUOPE/GEAUT	547	640*
DILIGENCIA PADRAO	4	59*
DILIGÊNCIAS XUPA-KABRA	52	52
OP ESPECIAL XK	1	1
TOTAL DE EMPRESAS	1.232	1.472

* O número de empresas nas ordens de serviço de ação supera o número de empresas nas ordens de serviço de distribuição devido à inclusão de empresas nas ordens de serviço de ação, em decorrência de desdobramentos das ações constantes nas ordens de serviço de distribuição.

Ações fiscais e crédito tributário constituído

Núcleos	N.º de Auditorias / Diligências acumulado até dezembro de 2014					
	Nº AFR* Out-14	Distribuídas (a)	Concluídas		Auditorias/Diligências Em andamento (d)	Crédito Constituído (R\$) (e)
			com Débito (b)	Sem Débito (c)		
mTOTAL	49	879	443	339	98	1.234.775.143,16

* Quantidade de Auditores Fiscais da Receita do DF lotados nos núcleos, incluindo os chefes; Fonte primária: Relatórios encaminhados pelos chefes de núcleos.

Monitoramento e Auditorias Especiais – GEMAE

Núcleo	Quantidade de contribuintes monitorados	Notificações emitidas	Recolhimentos realizados em decorrência do monitoramento R\$
Monitoramento de Combustíveis	21	15	444.407,74

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Monitoramento de Comunicação e Energia Elétrica	06	06	34.071,48
Monitoramento de Regimes Especiais	292/mês		
Monitoramento do ICMS	60/mês		
Monitoramento do ISS – NUISS	50/mês		629.241,77
Monitoramento do ISS e de shows e eventos	568		1.592.631,26
TOTAL GEMAE			2.700.352,25

Auditorias

Núcleo	Quantidade de autos de infração lavrados	Crédito tributário constituído R\$
Monitoramento de Combustíveis	11	50.101.887,96
Monitoramento do ICMS	20	5.238.565,63
Monitoramento do ISS	06	3.792.123,77
Monitoramento de Comunicação e Energia Elétrica	06	1.151.665.073,21
TOTAL GEMAE	43	1.210.797.650,57

Exclusão de empresas do Regime Simples Nacional

Núcleo	Quantidade de contribuintes excluídos do regime
Núcleo de Monitoramento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - NUMEP	113

1.1.3.3 Fiscalização de Mercadorias em Trânsito

Durante todo o exercício de 2013 foram lavrados 3468 autos de infração que resultaram na constituição de crédito tributário no valor de R\$ 42.549.722,39. Em 2014, foram realizadas 2.622 autuações, que resultaram no montante de R\$ 117.686.073,65 em crédito constituído por autos de infração. Isso nos mostra que a fiscalização foi direcionada para irregularidades de maior relevância.

Resumo das atividades realizadas pela GEFMT

ITENS	TOTAL
QUANTIDADE DE NOT EMIT	1653
PAGAMENTO DECORRENTE NOTIFICAÇÕES	R\$ 5.568.434,13
QUANT DANFES C/ REGISTRO PASSAGEM	2.585.604
QUANTIDADE AUTUAÇÕES REALIZADAS	2.622
VALOR TOTAL CRED CONST AUTUAÇÕES	R\$ 117.686.073,65
QUANTIDADE DAR/GNRE	118.136
VALOR TOTAL ARRECADADO DAR/GNRE	R\$ 134.452.756,36
OPERAÇÕES ICMS IMP SEM DESONERAÇÃO	1.809
ARRECADADAÇÃO ICMS IMPORTAÇÃO	R\$ 39.879.491,48
OPER COM CRED ICMS IMP EXONERADO – GLMES	3.612
VALOR IMP EXONERADO	R\$ 501.412.683,33
ICMS DIFERIDO IMPORTAÇÃO	R\$ 31.343.397,90

1.1.3.4 Controle de Processos Administrativos

Houve redução substancial do estoque dos processos, que foram encaminhados para arquivo, inscrição em dívida ativa ou julgamento administrativo de primeira instância.

Controle de Processos Administrativos Fiscais GECON

Estoque inicial (dez/2013)	Entradas no período (jan a dez/2014)	Saídas no período (jan a dez/2014)	Estoque final (31/dez/2014)
2411	5014	6711	714

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

1.1.4 Atendimento ao Contribuinte

Atendimento virtual

Eventos - atendimentos virtuais	2010	2011	2012	2013	2014
Central - 156 (atendimentos por telefone)	228.407	260.241	267.576	292.650	329.746
AGREM ¹	24.971	46.616	67.569	61.534	61.135
Agênci@net (serviços)	136.598	147.103	161.670	188.512	203.973
Nota Fiscal Avulsa – SENFA	13.226	34.462	46.144	65.312	97.406
Total	403.202	488.422	542.959	608.008	692.260

Fonte: AGREM

Obs.: os serviços disponibilizados na área pública da página da SEF na Internet não são quantificados e, portanto, não foram contabilizados acima.

Atendimento do plantão fiscal

Plantão Fiscal Virtual – 2014	Total
ITBI / ITCID	688
ICMS	3.940
ISS	1.816
Livro Eletrônico	2.597
NFe - Nota Fiscal Eletrônica	7.502
Nota Fiscal Avulsa	838
ECF/ TEF	373
Simplex Nacional	483
CTe - Conhecimento de Transporte Eletrônico	183
TOTAL	18.420

Fonte: AGREM

Obs.: o Plantão Fiscal é um serviço de esclarecimento de normas e dúvidas de caráter geral.

Arrecadação promovida pela Agência de Atendimento Empresarial- AGEMP

ITEM	2013	2014
Pagamentos efetivados em decorrência de cobranças	21.673.300,00	11.830.912,04
Lançamentos por notificação	42.084.640,00	17.302.411,32
Convênio ICMS 64-06 – alienação veículos locadoras	242.603,00	34.542,31
TOTAL	64.000.543,00	29.167.865,67

Fonte: AGEMP

Análise processual - Processos de contribuintes nas Agências

Situação dos Processos por Exercício	2010	2011	2012	2013	2014
Processos recebidos	41.168	38.969	43.027	48.550	43.641
Processos analisados	25.448	21.232	21.272	28.810	29.480
Estoque final para análise	6.355	7.036	8.799	9.071	4.966
Processos conclusos para arquivo	255.250	175.716	197.315	175.191	172.888

Fonte: BD OS-COATE nº14

Atendimento Presencial X Remoto

Ano	Canal	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL ANUAL
2010	Remoto	31.900	32.912	38.079	11.504	114.395
	Agências	161.878	204.038	145.893	38.266	550.075
	TOTAL	193.778	236.950	183.972	49.770	664.470
2011	Remoto	115.369	120.619	116.973	135.461	488.422
	Agências/CAEMI	123.473	130.997	114.283	100.205	468.958
	TOTAL	238.842	251.616	231.256	235.666	957.380
2012	Remoto	153.435	128.338	123.298	137.888	542.959
	Agências/CAEMI	127.341	132.073	126.047	74.341	459.802
	TOTAL	280.776	260.411	249.345	212.229	1.002.761
2013	Remoto	143.536	156.708	153.093	154.671	608.008
	Agências/CAEMI	121.529	132.174	112.071	109.952	475.726
	TOTAL	265.065	288.882	265.152	264.623	1.083.722

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

589

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 002942 Bete

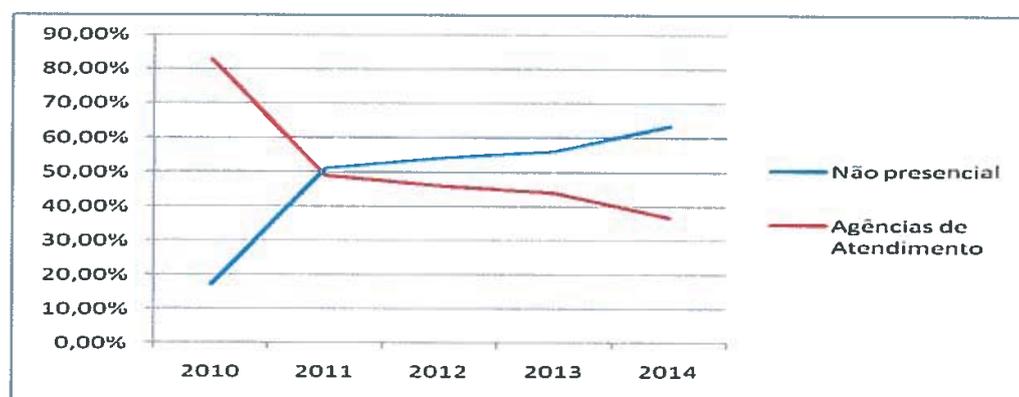
Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Ano	Canal	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL ANUAL
2014	Remoto	154.261	174.258	192.892	170.849	692.260
	Agências/CAEMI	107.224	98.605	103.935	91.010	400.774
	TOTAL	261.485	272.863	296.827	261.859	1.093.034

Fontes: BD OS-COATE nº 36/2007 e AGREM

A prestação de serviços de forma remota, ou seja, por telefone, internet ou correio eletrônico, vem evoluindo ano a ano, o que significa maior agilidade na prestação dos serviços e maior conforto para o contribuinte.

Comparativo entre os atendimentos prestados de forma presencial x remota
Não Presencial X Agências de Atendimento



No ano de 2010 mais de 80% dos atendimentos prestados pela Subsecretaria da Receita aos cidadãos se dava de forma presencial, ou seja, com o comparecimento dos contribuintes nas agências de atendimento. Em 2014 o percentual de 63% dos atendimentos foram realizados de forma não presencial.

Além do incremento na oferta de serviços de atendimento remoto, houve melhora na qualidade do atendimento presencial, devido, em grande parte, à criação da Assessoria de Padronização do Atendimento – ASPAD –, responsável pela criação, atualização e ampliação dos manuais que uniformizam a prestação do serviço. Ao final de 2014, de 128 serviços disponibilizados pela SUREC/SEF, 69 (54%) eram oferecidos remotamente, sem a presença física do contribuinte, e 68 (53%) estavam manualizados. Quanto aos serviços que requerem a presença do contribuinte ou seu representante na agência, 42 (71%) eram resolvidos imediatamente, no momento do atendimento.

A uniformização de procedimentos, adquirida com a manualização, contribui para a redução do tempo de atendimento, visto que o atendente já inicia o procedimento com a orientação do que deve ser feito. Os manuais oferecem segurança aos servidores, produzem decisões e procedimentos uniformes e evitam erros ordinários, o que reduz o custo do atendimento para o Estado.

Inscrições e alterações promovidas no Cadastro Fiscal do DF

MÊS	INSCRIÇÕES	%	ALTERAÇÕES	%	TOTAL
TOTAL	12745	30,68%	28793	69,32%	41538

Fonte: SIGEST

1.1.5. Arrecadação

Foram direcionados esforços para o saneamento de inconsistências nos diversos cadastros de contribuintes, bem como a melhoria dos processos de lançamento e arrecadação dos tributos diretos (IPTU, TLP, ITBI, ITCD e ISS).

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

ANO	0,3%	1,0%	3,0%	TOTAL
2012	629.060	106.814	81.584	817.458
2013	658.114	107.562	74.659	840.335
2014	650.009	115.198	73.704	838.911

Nota: Número de Imóveis para os quais houve lançamento do IPTU.

Nota: 2014 abrange o período de Jan/2014 a Dez/2014

Quantidade de veículos do cadastro do IPVA por alíquota – (2010-2014)

ANO	1,0%	2,0%	3,0%	TOTAL
2012	25.477	149.889	926.447	1.101.813
2013	27.979	157.706	980.779	1.164.458
2014	28.546	162.167	992.986	1.183.699

Fonte: SITAF

Nota: Dados de 2014 até dezembro

Quantidade de veículos do cadastro fiscal por situação – (2012-2014)

SITUAÇÃO	2012	2013	2014
Em circulação	1.502.052	1.590.181	1.658.147
Isento por tempo de uso	400.239	423.723	474.448
Isenções/imunidades	123.842	129.438	106.301
Roubo/furto e sinistro	17.968	16.971	18.972
Tributáveis	1.101.813	1.020.049	1.183.699

Fonte: SITAF

Nota: Dados de 2014 até Dezembro

Em 2011 foi concedida pela Lei nº 4733/2011 a isenção de IPVA para os veículos novos adquiridos no Distrito Federal a partir de 2012, com majoração da alíquota para os períodos subsequentes. Como consequência do benefício fiscal, em 2012 e 2013 a arrecadação do IPVA foi em níveis menores que 2011. Em 2014, pela primeira vez, a arrecadação superou o patamar de 2011.

Sistema de Dívida Ativa – Exercícios 2013 e 2014

ITEM	ANO	QUANT.	VALOR (R\$)
Débitos inscritos em DAT	2013	686.112	2.555.919.977,16
	2014	561.483	2.307.321.126,52
Débitos ajuizados	2013	152.116	1.449.912.846,25
	2014	473.341	2.203.023.472,57
Parcelamentos de CDA	2013	532.759	632.126.202,42
	2014	232.565	749.599.615,74
CDA quitadas com parcelamento	2013	67171	54.523.804,14
	2014	91.915	90.022.774,87
CDA quitadas à vista	2013	369.521	262.259.763,23
	2014	263.392	173.935.304,64
CDA canceladas	2013	254.771	613.941.259,45
	2014	104.538	667.214.667,78

Fonte: SITAF – Dados de Jan a Dez/2014

Total de contribuintes de tributos indiretos ativos (2011 / 2014)

PESSOAS JURÍDICAS				PESSOAS FÍSICAS			
2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
121.559	143.475	165.957	190.618	15.881	15.354	14.880	14.592

Dentre as principais ações relacionadas ao Cadastro Fiscal do DF, destaca-se a depuração cadastral, que consiste em um conjunto de levantamentos sistêmicos para promover a alteração em massa da situação cadastral dos contribuintes. Essa alteração pode implicar medidas punitivas para o contribuinte (ex: suspensão ou cancelamento da inscrição) ou automatização de procedimentos visando à diminuição de processos em papel (ex:

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 002943 Bate

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

baixa automática de contribuintes cancelados há mais de 5 anos). O Quadro abaixo apresenta resumo das atividades de depuração cadastral executadas no ano de 2014.

Ocorrências de situação cadastral

Tipo da ação	Motivação	Qtd de inscrições
Baixa de inscrição	Inscrição cancelada há mais de 5 anos	6226
Baixa de inscrição	SIMEI baixado na RFB	5.188
Cancelamento de inscrição	Prestação de Informações cadastrais falsas	28
Cancelamento de inscrição	Permanecer suspensa por prazo superior a 90 dias	2066
Cancelamento de inscrição	Contribuinte extinto ou baixado na Receita Federal do Brasil	126
Reativação de inscrição Suspensa	Contribuinte regularizou entrega de LFE e teve sua inscrição reativada de forma automática	1564
Suspensão de inscrição	Cessaçao de atividade no endereço para o qual a inscrição foi concedida	2.891
Suspensão de inscrição	Não atender 2 notificações consecutivas	2
Suspensão de inscrição	Cessaçao de atividade no endereço cadastral com imediata Denegação de NF-e	27
Suspensão de inscrição	Omissão na entrega de Livro Fiscal Eletrônico	5.736
Suspensão de inscrição	Prazo expirado de Paralisação de Atividade	88
Suspensão de inscrição	Envio de LFE com informações inconsistentes	1

Emissão de NF-e - 2014

Mês/Ano	Qtd total de emissores	Qtd total de notas autorizadas	Qtd Emissores exclusivamente ISS	Qtd de notas dos Emissores exclusivamente ISS
12/2013	11.980	3.097.137	1.783	124.656
01/2014	11.701	3.140.716	1.730	128.119
02/2014	12.267	3.019.571	1.951	135.098
03/2014	13.192	2.933.430	2.656	119.639
04/2014	20.162	3.335.809	8.156	318.062
05/2014	23.059	3.599.816	10.244	376.821
06/2014	23.565	3.204.979	10.627	354.430
07/2014	24.702	3.633.111	11.294	404.906
08/2014	25.054	3.571.218	11.478	405.109
09/2014	25.673	3.625.801	11.822	413.031
10/2014	26.241	3.808.518	12.103	463.113
11/2014	26.191	3.493.433	12.135	421.352
12/2014	26.542	3.664.235	12.420	424.420

Além da nota fiscal eletrônica, há obrigatoriedade no Distrito Federal da emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe e do Manifesto de Documento Fiscal Eletrônico – MDFe. A obrigatoriedade do CTe iniciou-se em 2012 e a do MDFe EM 2014, sendo sua utilização ainda tímida no Distrito Federal.

Segue abaixo tabela que mostra as quantidades emitidas dos referidos documentos no Distrito Federal em 2014.

Emissão de CTe e MDFe - 2014

Mês/Ano	CTe		MDFe	
	Quantidade de Emissores	Quantidade de documentos	Quantidade de Emissores	Quantidade de documentos
Dezembro/2013	261	141.006	14	1.893
Janeiro/2014	302	150.959	33	9.187
Fevereiro/2014	315	147.799	51	10.042
Março/2014	326	138.039	49	10.234
Abril/2014	359	151.432	53	9.184
Mai/2014	378	155.496	57	10.674
Junho/2014	376	146.108	61	10.343
Julho/2014	382	164.855	87	14.903

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Mês/Ano	CTe		MDFe	
	Quantidade de Emissores	Quantidade de documentos	Quantidade de Emissores	Quantidade de documentos
Agosto/2014	389	155.074	101	15.656
Setembro/2014	406	163.589	87	15.038
Outubro/2014	406	170.225	132	16.598
Novembro/2014	401	157.440	127	15.846
Dezembro/2014	407	156.872	126	16.138

Em 2014 foi instituída no Distrito Federal a Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica – NFC-e. Nesta primeira fase a adesão à NFC-e é optativa, estando previsto para 2016 o início da obrigatoriedade.

No que se refere ao Livro Fiscal Eletrônico – LFE, a principal novidade em 2014 foi a disponibilização de um novo aplicativo de envio do LFE: o Novo Validador. O aplicativo possui diversas melhorias em relação ao anterior, destacando-se a possibilidade de envio de múltiplos arquivos, a não-utilização de uma conexão FTP, melhoria na usabilidade, impressão de relatório apresentando resumo das informações escrituradas e o pleno funcionamento em plataforma de 64 bits. Com a transmissão de mais de 440 mil livros por esse novo aplicativo, o sucesso na sua implantação permitiu que fosse desativado o Validador em junho deste ano.

Outro ponto importante relativo ao LFE e a elaboração de Manual Técnico, consolidando as diversas fontes normativas para geração dos arquivos do Livro Fiscal Eletrônico - LFE. Esse manual está sendo confeccionando para ser um produto único de referência para contribuintes e técnicos desenvolvedores de software para geração de arquivos LFE, observando-se a harmonização entre o Ato Cotepe 35/2005, a Portaria 210/2006 e as regras de validação do Programa Validador. A expectativa é de que em meados do segundo semestre de 2014, o Manual seja publicado.

Com o objetivo de coibir a omissão na entrega do Livro Fiscal Eletrônico, a GEIND iniciou nova ação visando à suspensão da inscrição cadastral dos omissos. Foram notificados 8.508 contribuintes tendo sido dado prazo para regularização até setembro. Se não regularizarem, terão a inscrição suspensa.

Resumo das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Nota Legal

Atividade	Quantidade
Recepção de protocolos de reclamação do consumidor	133.667
Análise de reclamações	206.060
Autos de Infração gerados	12.092
Processos analisados (consumidores e Impugnação de AI)	1.477
E-mail's / demandas SIGAC respondidos	2.196
Documentos fiscais digitalizados	170.719
Reuniões mensais para dirimir dúvidas sobre o LFE voltado para o NL	1.125 contabilistas

Cobrança Tributária

Situação	Valor	CDA's
Parcelado – Cód. 39	R\$ 98.416.238,01	468
Pago – Cód. 01	R\$ 9.581.068,18	194
Totais	R\$ 107.997.309,19	662

Cobranças administrativas relativas aos tributos diretos

Ação	Cobrança ocorrida em:	Valor Recuperado R\$
Cobrança IPTU/TLP: DAT 2013	02/2014	12.451
Cobrança IPVA: DAT 2013	03/2014	6.611
Cobrança IPVA: 2014	07/2014	21.201
Cobrança IPVA: 2014	10/2014	31.008
Total		71.273

Parcelamento Administrativos e Recupera

Parcelamento Administrativo	R\$ 133.942.944,48
Recupera I e II	R\$ 64.511.190,31
Totais	R\$ 198.454.134,79

Cobrança dos Débitos Inscritos no Cadastro da Dívida Ativa do Distrito Federal

INSCRICAO DIVIDA ATIVA - ICMS	R\$ 808.289.693,06
INSC DAT-ICMS-AUTO INFR-SONEGA/FRAUDE/CONLUIO	R\$ 581.563.762,72
INSCRICAO DIVIDA ATIVA - ISS	R\$ 97.159.435,54

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

INSCRICAO DIVIDA ATIVA - IPTU	R\$ 92.038.728,58
INSCRICAO EM DAT - ICMS-SUBSTIT TRIBUTARIA	R\$ 87.706.420,53
INSCRICAO DIVIDA ATIVA - IPVA	R\$ 48.815.302,12
INSCRICAO DIVIDA ATIVA - ICMS IMPORTACAO	R\$ 19.136.990,16
INSCRICA DIVIDA ATIVA - TLP	R\$ 17.342.509,26
INSCRICAO DIVIDA ATIVA - ITCD	R\$ 9.007.123,09
MULTA DESCUMPR CLAUSULA CONTRAT UAT/ST - DAT	R\$ 8.647.317,73
INSCRICAO DIVIDA ATIVA - ISS AUTONOMO	R\$ 7.776.474,41
INSC DAT-ISS-AUTO INFR(SONEGA/FRAUDE/CONLUIO)	R\$ 3.549.010,05
INSCR.DAT-MULTA ACES.E/OU MULTA LEI860/95	R\$ 2.398.277,64
INSCRICAO DIVIDA ATIVA - SIMPLES CANDANGO	R\$ 1.333.563,18
INSCRICAO EM DAT-ISS-SUBSTITUICAO TRIBUTARIA	R\$ 1.236.946,16
INSCRICAO DIVIDA ATIVA - ITBI	R\$ 221.272,99
Total	R\$1.786.222.827,22

Processos analisados e intimações Feitas

Ação	Analisados e intimações	Valor total das intimações
Autos do TARF	97	R\$ 59.228.492,04

Gestão do Rito Especial

Valores Pagos (Sit 01 ou 04)	Receita de Parcelamentos (Sit 39 ou 50)	Total no período
R\$ 29.176.733,38	R\$ 30.904.531,47	R\$ 60.081

Julgamento de processos do contencioso administrativo fiscal:

Estoque inicial (dez/2013)	Entradas no período (jan a dez/2014)	Saídas no período (jan a dez/2014)	Estoque final (31/dez/2014)	Incremento do estoque (2014/2013)
2.878	1.435	1.048	3.265	11,34%

Valor do crédito tributário referente aos julgamentos realizados:

Ano	2013	2014
Crédito Tributário (R\$ milhões)	682,71	529,83

Valor do crédito tributário referente ao estoque de processos:

Ano	2013	2014	Incremento do valor nominal (2014/2013)
Crédito Tributário (R\$ bilhões)	2,47	3,78	53,04%

Evolução dos Julgamentos

Ano	2013	2014	Incremento do quantitativo de processos julgados
Quantidade De Processos Julgados	561	1.048	86,81%

Disseminação de Normas

	TOTAL
Total de normas publicadas disponibilizadas no SISLEGIS em 48 h	294
Total de normas alteradas disponibilizadas no SISLEGIS em 48 h	297
Total de normas disponibilizadas no site da SEF/DF em 48 h	591
Total de SCDs baixados em 48 h	72
Total de benefícios cadastrados no SISREF em 72 h	49
Total de normas vinculadas no SISCONFAZ em 72 h	49
Quantidade de informativos divulgados	183

1.2. Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais

Ao TARF compete julgar, em segunda instância, os processos administrativos fiscais de jurisdição contenciosa e voluntária de reconhecimento de benefícios fiscais de caráter não geral, de autorização de adoção de regime especial e de restituição, onde o contribuinte exerce o seu direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório, sem qualquer ônus, por meio de duas câmaras e o pleno. As duas câmaras do TARF podem ter suas

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

decisões revistas pelo pleno, respeitadas os pressupostos de admissibilidade para que o recurso seja recebido. Qualquer contribuinte insatisfeito com o lançamento tributário contra ele efetuado pode recorrer ao TARF, que não se limita a julgar as lides que envolvem os tributos indiretos (ICMS e ISS). Também o IPTU, o IPVA, o ITBI, o ITCD e a TLP podem ser contestadas junto ao TARF, se infrutífero o recurso à primeira instância (Subsecretaria da Receita).

Dados Estatísticos – 2011 a 2014

Recursos Registrados	2011	2012	2013	2014
Recurso Voluntário	129	194	66	382
Recurso De Ofício / Reexame Necessário	178	38	28	40
Recurso Extraordinário	32	38	2	34
Recurso De Ofício Ao Pleno / Reexame Necessário Ao Pleno	20	16	-	17
Recurso Contra A Decisão Do Presidente	-	4	2	4
Embargos De Declaração	200	78	2	18
Pedido De Avocação	-	1	1	-
Recurso De Jurisdição Voluntária	25	166	135	188
TOTAL	584	535	236	683

PROCESSOS	2011	2012	2013	2014
Quantitativo De Processos Para Julgamento	634	479	505	578
Recursos Negado Seguimento	13	1	30	118
Recursos Recebidos Por Espécie				
Recurso Voluntário	112	63	57	2701
Recurso De Ofício / Reexame Necessário	168	13	30	49
Recurso De Ofício Ao Pleno / Reexame Necessário Ao Pleno	17	12	3	6
Recurso Extraordinário	44	19	7	33
Recurso Contra A Decisão Do Presidente	1	2	-	2
Pedido De Esclarecimento / Embargos De Declaração	216	61	4	19
Pedido De Avocação	-	-	-	1
Recurso De Jurisdição Voluntária	-	50	237	156
TOTAL	558	220	338	536

	2011	2012	2013	2014
Recursos Pautados	811	348	261	594
Recursos Julgados Por Espécie				
Recurso Voluntário	152	79	61	140
Recurso De Ofício / Reexame Necessário	202	32	14	51
Recurso De Ofício Ao Pleno / Reexame Necessário Ao Pleno	13	13	1	14
Recurso Extraordinário	140	15	10	18
Recurso Contra A Decisão Do Presidente	1	3	0	1
Pedidos De Esclarecimento Apreciados / Embargos De Declaração	224	133	18	13
Pedido De Avocação	1	1	0	0
Recurso De Jurisdição Voluntária	-	32	96	244
TOTAL	733	308	200	481

Decisões	2011	2012	2013	2014
Negado Provimento	282	123	150	371
Dado Provimento	32	29	30	70
Feito Anulado	13	4	1	1
Provimento Parcial	20	9	12	17
Pedido De Desistência	383	141	6	21
Não Conhecido O Recurso E Embargos	3	0	0	1
Dec De Primeira Inst Anulada	0	1	0	0
Decisão Cameral Anulada	-	1	1	0
Recurso Prejudicado	-	-	-	-
Total	733	308	200	481

Acórdãos Publicados	2011	2012	2013	2014
1ª Câmara	200	48	21	108
2ª Câmara	205	47	20	110
Pleno	503	172	109	227

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

595

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 0002945 Bete

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Total	908	273	150	445
Sessões Realizadas				
1ª Câmara	79	30	19	45
2ª Câmara	85	30	19	45
Pleno (Ordinária)	28	27	41	62
Pleno (Administrativa)	13	7	7	12
Total	205	94	86	164

Foram dois os principais fatores que impactaram na rotina de trabalho do Tribunal. A edição de regulamento estabelecendo processo seletivo para nomeação da Representação Fazendária (Portaria nº 102/2014-PGDF), ocasionando a substituição dos procuradores no segundo semestre do corrente ano, e o ingresso no TARF dos recursos referentes aos lançamentos de ITCD, oriundos do convênio da SEF com a Receita Federal do Brasil, que por terem uma formatação diferenciada e muitas vezes com duplicidade de recurso para o mesmo lançamento tributário, demandam mais tempo nas suas diversas etapas de tramitação.

1.3. Representação do Distrito Federal na Comissão Técnica Permanente do ICMS

Representação do Distrito Federal na Comissão Técnica Permanente do ICMS - REFAZ é uma estrutura organizacional que visa, dentre outras atribuições: assistir e assessorar o Secretário de Estado de Fazenda nos assuntos de competência do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ; representar o Distrito Federal na COTEPE/ICMS; assessorar o Secretário de Fazenda nas questões tributárias nacionais junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo Federal.

Principais atividades realizadas:

- Assessoramento ao Secretário de Fazenda ou seu representante nas reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ – em quatro reuniões ordinárias e dezessete reuniões extraordinárias;
- Assessoramento ao Secretário de Fazenda ou seu representante em quatro Assembléias da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF;
- Participação em reuniões da Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE/ICMS – para apreciação e discussões de propostas de convênios, protocolos, ajustes e atos COTEPE em quatro reuniões ordinárias e vinte reuniões extraordinárias;
- Participação nas reuniões da Câmara Técnica da ASBRAFI;
- Assessoramento ao Secretário de Fazenda para os Encontros dos Governadores do Centro-Oeste e dos Estados de Rondônia e de Tocantins;
- Em decorrência das reuniões ocorridas durante o ano de 2012, no âmbito do CONFAZ, foram celebrados e publicados os seguintes atos: 151 convênios ICMS; 223 protocolos ICMS; 27 ajustes SINIEF; 5 convênios ECF; 61 atos COTEPE; 24 atos COTEPE/PMPPF; 04 atos COTEPE/MVA; 283 despachos do Secretário Executivo; 18 atos declaratórios.

2. Gestão Financeira

2.1. Despesa pública

Execução da Despesa Pública em 2014- Janeiro a Dezembro

Em R\$ 1.00			
DESPESAS FISCAIS	DOTAÇÕES AUTORIZADAS (A)	DESPESAS REALIZADAS (B)	REALIZAÇÃO (% B/A)
DESPESAS CORRENTES (I)	17.997.478.418	16.898.028.538	93,89
Pessoal e Encargos Sociais (a)	11.101.985.336	10.981.061.459	98,73
Juros e Encargos da Dívida (b)	154.197.468	183.052.108	99,38
Outras Despesas Correntes (c)	6.711.295.614	5.753.911.975	85,73
DESPESAS DE CAPITAL (II)	4.831.817.466	2.111.177.443	43,68
Investimentos (d)	4.015.354.561	1.642.940.867	40,92
Inversões Financeiras (e = e1 + e2)	426.489.164	280.690.839	65,81
Concessão de Empréstimos (e1)	275.292.305	251.507.464	91,03
Outras Inversões (e2)	152.196.860	29.183.375	19,17
Amortização da Dívida (f)	187.773.681	187.545.738	99,88
DESPESA PRIMÁRIA (III) = (I) + (II) = (b + e1 + f)	21.980.832.371	19.387.097.678	88,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (Tesouro)	Jan. 37.257.510	0	0
	Dez. 0,00	0	0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA CONTRIBUIÇÕES*	Jan. 443.888.691	0	0
	Dez. 443.888.691	0	0

(*) Referente a Contribuição p/ o Plano de Seg. Social do Servidor + Contribuição Patronal Executiva para o RPPS.
Fonte: SIA/SIC/06/2014, sendo: 1) dados referentes ao período janeiro e dezembro/2014; 2) valores extraídos por categoria de gasto, opção "despesa autorizada - bloqueio" e "empenhado".

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Os dados do quadro acima demonstram que do total de R\$ 21.980.832.371,00 das dotações programadas para despesas primárias, ou seja, das dotações autorizadas para o período supra, aproximadamente, 84% (R\$ 18.387.097.676,00) foram realizadas até o mês de dezembro. Para tanto, considerou-se como despesa realizada o total da despesa empenhada. Ressaltando-se que para o alcance desse percentual foram excluídas as despesas com juros e encargos da dívida pública, concessão de empréstimos e amortização da dívida pública. Cabendo frisar que, do total de R\$ 16.898.025.539,00 das despesas correntes realizadas no período em destaque, 65%, dizem respeito a pessoal e encargos sociais e 34% a outras despesas correntes.

Importante destacar, em particular, que a representatividade da despesa com pessoal e encargos sociais em relação às despesas correntes, quando comparada ao mesmo período de 2013, não houve alteração.

No que tange as despesas de capital, verifica-se que, do total programado (autorizado) de R\$ 4.631.617.406,00, 45,58% foram executadas até o mês de dezembro, com destaque para as despesas com investimentos que alcançaram 78% das despesas de capital realizadas, seguido das despesas com amortização da dívida pública que atingiram 9%. Cabendo frisar que, em relação ao mesmo período de 2013, a representatividade das despesas com investimento cresceu em 1% enquanto que a de amortização não houve crescimento.

2.2. Fundo Constitucional do Distrito Federal

O Fundo, de natureza contábil, foi instituído por meio da Lei Federal nº. 10.633/2002, em atendimento à Carta Política de 1988, com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da polícia civil, polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação.

A execução orçamentária e financeira é realizada diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI pelas Unidades Gestoras do Distrito Federal integrantes do FCDF. Por meio deste sistema, são acompanhadas e analisadas, mensalmente, pelo Gestor do FCDF e servidores da FCDF/SUTES/SEF, as consistências das informações contábeis, sintéticas e analíticas, bem como a conformidade dos registros realizados pelos executores de cada unidade, de forma a obedecer ao calendário estabelecido pelo Governo Federal para o fechamento contábil. Ademais, de forma concomitante, a execução supracitada é acompanhada com o foco principal de viabilizar o bom andamento dos programas de trabalho de todas as unidades custeadas com recursos do FCDF.

2.2.1. Orçamento do Fundo Constitucional

No exercício em análise, o valor do orçamento inicial foi de R\$ 11.664.812.281 (onze bilhões, seiscentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e doze mil e duzentos e oitenta e um reais).

A partir do exercício de 2014, houve uma mudança estrutural no que tange à organização dos recursos aportados no FCDF na Lei Orçamentária Anual do Governo Federal. Por sugestão da Secretaria de Orçamento Federal - SOF/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as ações destinadas a atender a segurança, que possuem fins coincidentes, foram aglutinadas em uma única ação e subdivididas em planos orçamentários, de modo a facilitar os remanejamentos orçamentários na medida em que créditos adicionais solicitados entre planos orçamentários pertencentes à mesma ação e ao mesmo Grupo de Natureza da Despesa passam a ser operacionalizados diretamente pela SOF via SIAFI, prescindindo de edição de decreto governamental ou aprovação de Lei para abertura do crédito.

Ao longo do exercício, foram realizados remanejamentos necessários ao bom andamento da execução orçamentária das unidades gestoras custeadas com recursos do FCDF. A tabela abaixo demonstra, por área, a diferença entre o que foi orçado inicialmente e o cenário orçamentário atual:

Orçamento do Fundo Constitucional

(Em R\$ 1,00)

ÁREA	VALOR INICIAL	VALOR ATUAL	% ATUAL
SEGURANÇA	5.748.583.592	5.429.583.592	46,55
SAÚDE	3.108.080.645	3.261.080.645	27,95
EDUCAÇÃO	2.808.148.044	2.974.148.044	25,50
TOTAL	11.664.812.281	11.664.812.281	100,00

Fonte: SIAFI. Dados referentes ao período de janeiro a dezembro/2014.

SOF
SFL PROC 00003 /15-Filha Nº 002946

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Por meio do Decreto S/N, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 30/05/2014, houve autorização para remanejamento orçamentário, com abertura de crédito suplementar no montante de R\$ 198.996.728 (cento e noventa e oito milhões, novecentos e noventa e seis mil e setecentos e vinte e oito reais). Foi autorizado, ainda, abertura de crédito suplementar no montante de R\$ 62.708.200 (sessenta e dois milhões, setecentos e oito mil e duzentos reais) por meio do Decreto S/N, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 29/10/2014. Ademais, houve um ajuste por parte da SOF, por solicitação da Subsecretaria do Tesouro, na monta de R\$ 10.244.894,00 (dez milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e quatro reais). Foi publicada no DOU de 04/12/2014, ainda, autorização para abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 319.000.000,00 (trezentos e dezenove milhões de reais) e por fim, no DOU de 24/12/2014, foi aberto crédito suplementar de R\$ 29.442.305,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e trezentos e cinco reais). As alterações orçamentárias supracitadas somam R\$ 620.392.127,00 (seiscentos e vinte milhões, trezentos e noventa e dois mil e cento e vinte e sete reais) e objetivam atender às ações de manutenção das Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros do DF; Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros do DF, Pessoal Inativo e Pensionista das Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros do DF; Outros Benefícios das Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros do DF; Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação.

2.2.2. Prestação de Contas Anual do Fundo Constitucional

Refere-se ao acompanhamento, orientação, análise e consolidação da prestação de contas anual do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, tendo sido entregue o relatório de gestão referente ao ano de 2013, por meio do site do Tribunal de Contas da União, em 31/03/2014. A consolidação da prestação de contas anual do FCDF consta do Processo nº 040.000.995/2014, o qual foi encaminhado ao Secretário Federal de Controle Interno, na mesma data.

Neste exercício financeiro, foram prestadas informações do FCDF aos Órgãos Controladores (Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Fazenda e Tribunal de Contas do Distrito Federal), bem como foram realizadas interlocuções entre estes e as Unidades Gestoras do referido fundo, usando-se, para tanto, reuniões e correspondências oficiais.

2.2.3. Acompanhamento e Controle do Fundo Constitucional

O acompanhamento e o controle da execução da despesa pública em relação à programação orçamentária e financeira anual foram feitos sempre projetando-se a despesa com foco na análise do comportamento dos gastos mensais com pessoal, custeio e investimento.

Em atendimento às demandas das Unidades Gestoras do FCDF, foram enviados mensagens, via correio eletrônico, SIAFI e expedientes, com a finalidade de prestar orientação e controlar os procedimentos.

Durante o exercício de 2014 foram realizadas reuniões com procuradores da Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, objetivando avaliar a possibilidade de suspender os efeitos do Processo nº 032.061/2008/1 o qual se refere à eventual devolução dos valores envolvidos na utilização dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF para custeio de despesa com a Carreira de Atividades Complementares de Segurança Pública e da Carreira de Apoio às Atividades Policiais do Distrito Federal, que totaliza R\$ 43.387.336,00 (quarenta e três milhões, trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e trinta e seis reais).

Mediante questionamentos da CGU e da SPOA/MF acerca das inconsistências apontadas na apropriação de despesas das ações destinadas à assistência financeira para a prestação de serviços públicos de saúde e educação do Distrito Federal, no âmbito do Fundo Constitucional do Distrito Federal. A Subsecretaria do Tesouro/SUTES realizou consulta à PGDF, que encaminhou, para conhecimento, cópia do Parecer nº 156/2013 – PROFIS/PGDF e da Nota Técnica nº 38/2014 – PROESP/PGDF, manifestando entendimento de que é legítima a utilização dos recursos do FCDF para custeio dos inativos da saúde e da educação. Naquela oportunidade, sugeriu que as referidas cópias fossem enviadas à SPOA /MF, solicitando a alteração do descritivo das referidas ações, tendo em vista as razões jurídicas externadas pela PGDF.

Objetivando evitar a paralisação abrupta do sistema de execução do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FGCDF, que vem sendo adotado desde antes da sua criação, em 2003, a Subsecretaria do Tesouro/SUTES/SEF, enviou o Ofício nº 163/2014-SUTES/SEF, de 06/08/2014 à SPOA/MF, conforme orientações da PGDF.

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Instada sobre o assunto pela SPOA/MF, a SOF/MP elaborou a Nota Técnica nº 345/CGDPS/SEAFI/SF/MP, de 26/08/2014, com entendimento de que a prestação da assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos de saúde e de educação, conforme disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, deverá ser processada mediante a transferência, pela União, de recursos destinados a essa finalidade, ficando à seu cargo, em nível de execução direta, tão somente a sua obrigação de organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de militar do Distrito Federal. Portanto, serão introduzidas alterações orçamentárias no Projeto de Lei Orçamentária para 2015, PLOA-2015, da União.

A SOF/MP firmou entendimento de que para a União, a principal mudança será na modalidade de aplicação e elemento de despesa, passando de classificação orçamentária voltada para a execução direta desses serviços, para uma nova classificação, qual seja 3.3.30.41 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Contribuições, classificação esta plenamente inserida no contexto da ação 312 – “Assistência financeira ao Distrito Federal mediante transferência de recursos para a execução de serviços públicos de Saúde e Educação do Governo do Distrito Federal.”, conforme consta no PLOA-2015.

Tendo sido noticiando que se encontra em curso os ajustes no Cadastro de Ações - 2014 com vistas a modificar o descritor das ações – 009T – Assistência Financeira para Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal e 0312 – Assistência Financeira para Realizações de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal, pertencentes ao FCDF, inclusive com a supressão do termo “pessoal ativo”.

Referidas alterações e ajustes no orçamento da União representam importantes conquistas do Governo do Distrito Federal, visto que os recursos repassados ao FCDF pela União para a “Assistência Financeira para Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal” e para a “Assistência Financeira para Realizações de Serviços Públicos de Educação”, no montante de R\$ 5.993.594.013,00 (cinco bilhões, novecentos e noventa e três milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e treze reais), passarão a integrar o patrimônio do Distrito Federal, cabendo ao DF legislar sobre a sua execução orçamentária, exercendo juízo de conveniência e oportunidade quanto à alocação específica de recursos – desde que dentro das duas áreas beneficiadas com a assistência financeira constitucional e legalmente garantida: saúde e educação.

Em atendimento às recomendações da Controladoria-Geral da União – CGU, constante no Relatório de Prestação de Contas – Exercício de 2012 – FCDF ficou a encargo do Gestor do FCDF, ou seja, do Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, o monitoramento da implementação de medidas para divulgação na internet, da remuneração dos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal, da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Pelas razões expostas, e ainda, tendo em vista as disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o Gestor do FCDF solicitou, por meio do Ofício nº 139/2014 – SUTES/SEF, de 4 de julho de 2014, à Secretaria de Administração Pública do Distrito Federal que enviasse à Secretaria de Estado de Transparência e Controle, as informações e a disponibilização das planilhas com os valores percebidos pelos servidores da Polícia Civil do DF – PCDF, da Polícia Militar do DF - PMDF e do Corpo de Bombeiros Militar do DF – CBMDF para que sejam publicados no Portal da Transparência, conforme prevê o § 2º, do artigo 2º c/c o artigo 3º da Portaria Conjunta nº 02 de 06/07/2012, porém até a presente data, a solicitação não foi atendida.

2.2.4. Proposta Orçamentária do Fundo Constitucional

Foi elaborada em 2014 a proposta orçamentária do FCDF para o exercício de 2015 em conjunto com as Unidades Gestoras com os seguintes montantes:

- Pessoal e Encargos Sociais – R\$ 10.950.653.792 (dez bilhões, trezentos e oitenta e dois milhões, setecentos e quarenta e oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais);
- Outras Despesas Correntes – R\$ 1.327.511.500 (hum bilhão, trezentos e vinte e sete milhões, quinhentos e onze mil e quinhentos reais);
- Investimentos – R\$ 121.375.947 (cento e vinte e um milhões, trezentos e setenta e cinco mil e novecentos e quarenta e sete reais).

A soma dos valores apresentados perfaz o orçamento total destinado ao FCDF para o exercício de 2015, qual seja: R\$ 12.399.541.239 (doze bilhões, trezentos e noventa e nove milhões, quinhentos e quarenta e um mil e duzentos e trinta e nove reais).

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

2.3. Dívida Pública e Ajuste Fiscal

No exercício de 2014, atuou na produção de diversos relatórios gerenciais e legais, relacionados à situação fiscal do Distrito Federal envolvendo a apuração do resultado primário e dos limites de endividamento do Distrito Federal, segundo metodologias definidas pela legislação em vigor e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, como também, no acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF/DF.

No desempenho de suas competências prestou, ainda, por força legal, informações sobre a evolução da dívida pública fundada, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Câmara Legislativa do DF e ao Tribunal de Contas do DF.

Além disso, atuou na elaboração das projeções e cálculos dos juros e amortizações da dívida pública fundada, do Pasep, que subsidiaram a elaboração do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a proposta orçamentária e o demonstrativo da situação do endividamento, exigido pela Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 149, § 7º, inciso III.

Para subsidiar a captação de operações de crédito acompanha sistematicamente o Serviço Auxiliar para Transferências Voluntárias – CAUC.

Com a necessidade de garantir o cumprimento dos ditames da Lei Complementar 101/2000, elaborou quadros mensais, bimestrais e quadrimestrais sobre evolução da dívida pública e serviço da dívida da Administração Direta além de consolidar os quadros da Indireta, para publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e fornecer demonstrativos contendo a posição da Dívida Pública Fundada para a execução do Relatório de Gestão Fiscal.

2.4. Evolução da Dívida Pública Fundada**2.4.1 Projeção do Serviço da Dívida**

O pagamento do Serviço da Dívida Fundada Interna e Externa em 2014 alcançou R\$ 342 milhões. A projeção para a liquidação total da dívida se estende até 2039. Observamos uma trajetória de crescimento até o ano de 2018, em função de liberações dos empréstimos externos e internos. Dentre os empréstimos externos, somente os: Programa de Transporte Urbano do DF e Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – Procidades, contratados junto ao BID, encontra-se em fase de liberação. Já os contratos de empréstimos internos em fase de liberação são:

Junto ao BNDES:

- Complementação de Fonte de Aquisição de Trens do Metrô e Construção de Terminais Rodoviários; e

- Programas de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano - PROINVESTE

Junto à CAIXA:

- Implantação do Sistema de Abastecimento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Implantação de Sistema de Abastecimento de Esgotamento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;

- Pró-Moradia para Infra-estrutura e Saneamento do DF,

- Pró-Moradia - Infra-estrutura Urbanística e Assentamento de Mestre D'armas;

- Pró-Moradia - Infra-estrutura Urbanística e Assentamento de Arapoanga;

- Pró-Moradia - Infra-estrutura Urbanística e Assentamento de Sol Nascente/Ceilandia;

- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul;

- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul - Complementação;

- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros – Eixo Oeste;

- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Arniqueira – DF;

- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional

Buritiinho - Sobradinho – DF;

- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional

Vicente Pires – DF;

- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional

Ribeirão - Porto Rico;

SEF - PROCS - 000003 /15-7011ha - Nº 002947 verso - *Paulina*

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

- Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM;
- Ampliação da DF – 047 para o acesso ao aeroporto;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Sul - Pró-Transporte;
- Implantação do Trecho 1 - Aeroporto Internacional de Brasília/Terminal Asa Sul – VLT;e
- Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC – CPAC.

Assim, a partir de 2019, será retomada a trajetória de decréscimo conforme as projeções demonstradas no quadro a seguir:

ATUAL	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL	ATUAL	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL
2014	165.959	175.846	341.805	2027	331.000	121.712	452.712
2015	213.286	234.788	448.074	2028	324.637	100.007	424.644
2016	261.636	292.259	553.895	2029	281.038	79.562	360.600
2017	306.466	307.818	614.284	2030	198.839	64.179	263.018
2018	319.740	305.603	625.343	2031	193.245	51.538	244.783
2019	332.870	290.164	623.034	2032	193.349	38.954	232.303
2020	341.725	268.519	610.244	2033	148.424	26.403	174.827
2021	346.110	246.514	592.624	2034	108.404	15.144	123.548
2022	326.894	225.516	552.410	2035	84.937	7.806	92.743
2023	321.896	205.633	527.529	2036	56.025	2.359	58.384
2024	323.375	185.183	508.558	2037	6.640	393	7.033
2025	322.988	164.609	487.597	2038	6.640	218	6.858
2026	326.566	143.291	469.857	2039	3.320	44	3.364

Em valores correntes

2.4.2. Estoque da Dívida Interna por Credor

A Dívida Fundada Interna é composta por trinta e três contratos, sendo um junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, referente ao refinanciamento da dívida, vinte e oito com a Caixa Econômica Federal, onde quatro foram contratados este ano e quatro contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O estoque da Dívida Fundada do contrato da STN vem sofrendo acréscimo em relação ao exercício anterior, devido à elevação do IGP-DI no decorrer do ano. A dívida com o BNDES e a CAIXA sofreu acréscimo em função dos desembolsos das operações. A STN é credora de 48,15%, o BNDES de 15,77%, a CAIXA de 36,08%.

CREDOR	R\$ Milhões					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
STN	1.041,4	1.127,1	1.147,8	1.192,0	1.211,8	1.211,0
BNDES	170,0	250,7	302,8	278,0	254,0	396,6
BB	0,4	0,2	0,1	0	0	0
CAIXA	285,9	289,6	302,0	465,1	631,9	907,3
TOTAL	1.497,7	1.667,6	1.752,7	1.935,1	2.097,7	2.514,9

Em valores correntes.

2.4.3. Estoque da Dívida Externa por Credor

A Dívida Fundada Externa refere-se a oito contratos, sendo cinco contraídos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, dois junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e um com a Corporação Andina de Fomento - CAF. O crescimento da dívida teve um acréscimo em virtude das liberações ocorridas no período, bem como pela variação do dólar.

CREDOR	R\$ Milhões					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
BID	315,1	430,7	490,12	521,0	552,5	598,4
BIRD	57,4	58,7	101,05	123,2	132,7	136,9

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade
601

SFL FROCC 00003 /15-Folha Nº 0005748 Bete

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

CAF	0,0	0,0	1,87	2,1	2,4	0,9
TOTAL	372,5	489,4	593,04	646,3	687,6	736,2

Em valores correntes

2.5. Evolução do Serviço da Dívida

2.5.1. Serviço da Dívida Interna

Em 2014, as despesas com serviço da Dívida Interna do Distrito Federal (administração direta) foram de R\$ 166,0 milhões com amortização e R\$ 175,8 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 341,8 milhões.

R\$ Milhões

CREDOR	Pagamento Do Serviço Da Dívida Interna											
	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E
STN	27,4	64,5	30,3	66,5	32,0	64,2	39,3	71,9	44,4	73,8	49,8	74,8
BNDES	29,3	12,3	30,4	18,1	30,0	23,8	42,5	23,6	24,0	18,3	25,1	16,9
CAIXA	10,6	25,0	12,2	29,2	12,5	26,2	15,5	29,8	17,0	48,4	25,9	71,6
BB	0,1	0,1	0,2	0,01	0,1	0,01	0,1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	67,4	101,9	73,1	113,8	74,6	114,2	97,4	125,3	85,4	140,5	100,8	163,3

Em valores correntes

2.5.2. Serviço da Dívida Externa

As despesas com o serviço da Dívida Externa do Distrito Federal foram assim distribuídas: R\$ 65,2 milhões com amortização e R\$ 12,5 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 77,7 milhões.

R\$ Milhões

Ano	Pagamento Do Serviço Da Dívida Externa		
	Amortização	Encargos	Total
2008	25,9	17,7	43,6
2009	26,0	18,2	44,2
2010	27,2	15,6	42,8
2011	22,7	9,9	32,6
2012	38,0	11,5	49,5
2013	57,1	12,2	69,3
2014	65,2	12,5	77,7

Em valores correntes

2.6. Operações de Créditos – Liberações

Em 2014 foram liberados R\$ 487,9 milhões em operações de crédito. Uma variação de 156,17% em relação ao ano anterior. Na dívida interna, foram liberados recursos nos seguintes contratos:

CAIXA – Implantação do Sistema de Abastecimento de água de Águas Lindas e Adjacências R\$1.597.524,79, Implantação do Sistema de Esgotamento de Águas Lindas R\$8.003.479,91, Implantação de Sistema Produtor de Água do Corumbá Sul R\$100.242,25, Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Oeste R\$1.357.418,27, Programa Pró-Moradia - Obras de infraestrutura e saneamento - Sol Nascente R\$86.144,50, Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM R\$9.643.219,56, Ampliação da DF-047 R\$37.421.045,46, Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Sul R\$214.877.244,54 e Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC – CPAC R\$20.210.594,73.

BNDES – Complementação de Fonte de Aquisição de Trens do Metrô e Construção de Terminais Rodoviários R\$2.805.000,00 e Programa de Transporte Integrado- Proinvest R\$164.956.825,57.

Nos contratos da dívida externa as liberações ocorreram da seguinte forma:

BID – R\$ 25.637.000,00 pelo no Programa de Transporte Urbano do DF e R\$1.201.419,90 para o Programa de Desenvolvimento Econômico-Procidades.

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade
602

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

O quadro a seguir demonstra a evolução das liberações nos últimos 6 anos:

R\$ Milhões

LIBERAÇÕES OCORRIDAS						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
DÍVIDA INTERNA	166,0	125,5	109,9	191,6	181,2	461,1
DÍVIDA EXTERNA	108,6	166,5	43,3	21,7	9,2	26,8

Em valores correntes

2.7. Novas operações de crédito

Em 2014 foram contratadas cinco operações de crédito internas, conforme segue:

1. Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Arniqueira - DF - CAIXA, assinada em 07/03/2014, no valor de R\$ 47.622.498,29;
2. Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Buritiinho - Sobradinho - DF - CAIXA, assinada em 07/03/2014, no valor de R\$ 19.381.369,37;
3. Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Vicente Pires - DF - CAIXA, assinada em 07/03/2014, no valor de R\$ 397.961.363,79;
4. Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Ribeirão - Porto Rico - DF - CAIXA, assinada em 07/03/2014, no valor de R\$ 35.034.768,55;
5. Infra-Estrutura e SB em áreas de Expansão Urbana do DF - Programa das ADEs - BID, assinada em 10/09/2014, no valor de \$50.000.000,00.

Quando das negociações de novos pleitos de operações de crédito interna e externa no decorrer de 2014, o anexo V da 12ª revisão do Programa de Ajuste Fiscal do Distrito Federal teve como base as previsões de novas operações de crédito a seguir discriminadas:

2.7.1. Operações de crédito externas

1. Brasília Sustentável II – BID, valor do financiamento: R\$233 milhões, para o período de 2015 a 2018;
2. PRODETUR – BID, valor do financiamento: R\$75 milhões, para o período de 2016 a 2018;
3. Programa Rural – BID, valor do financiamento: R\$82 milhões, para o período de 2016 a 2017;
4. PROFISCO SEF- BID, valor do financiamento: R\$75 milhões, para o período de 2015 a 2018.

2.7.2. Operações de crédito internas

1. CPAC Planaltina - Caixa, valor: R\$60 milhões, período de 2015 a 2017;
2. CPAC São Sebastião Crixá - Caixa, valor: R\$45 milhões, período de 2015 a 2024;
3. CPAC São Sebastião Nacional - Caixa, valor: R\$52 milhões, período de 2015 a 2017;
4. CPAC Riacho Fundo II - 3ª etapa - Caixa, valor : R\$21 milhões, período de 2015 a 2017;
5. CPAC Riacho Fundo II - 4ª etapa - Caixa, valor: R\$25 milhões, período de 2015 a 2017;
6. CPAC Vargem da Bênção – Caixa, valor do financiamento: R\$98 milhões, período de 2015 a 2017;
7. CPAC Riacho Fundo II - 5ª etapa - BB, valor: R\$67 milhões, período de 2015 a 2016;
8. CPAC Recanto das Emas - BB, valor: R\$28 milhões, período de 2015 a 2016;
9. CPAC Sobradinho Nova Colina - BB, valor: R\$41 milhões, período de 2015 a 2016;
10. CPAC Itapoã Parque - BB, valor: R\$47 milhões, período de 2015 a 2017;
11. Obras Eixo Norte – BNDES, valor: R\$322 milhões, para o período de 2015 a 2018;
12. Aquisição de 10 Trens para a Linha 1 do Metrô-BNDES, valor: R\$220 milhões, para o período de 2015 a 2017;
13. Estação 104, 106 e 110 Sul Metro – Caixa, valor: R\$75 milhões, para o período de 2015 a 2017;
14. Mobilidade Integrada – BB, valor do financiamento: R\$500 milhões, período de 2015 a 2016;
15. Pavimentação e Qualif. de Vias Urbanas Por do Sol - Caixa, valor: R\$50 milhões, para o período de 2015 a 2017.

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

16. Modernização e Aparelhamento Defensoria Pública – BNDES, valor: R\$7 milhões, período de 2015 a 2016.
17. Aquisição de 10 veículos para linha 1 do VLT - BNDES, valor: R\$120 milhões, para o período de 2016 a 2018.
18. Ligação Torto Colorado - BNDES, valor: R\$79 milhões, período de 2015 a 2017.
19. Trevo de Triagem Norte - Caixa, valor: R\$98 milhões, para o período de 2015 a 2017.

2.8. Capacidade de Endividamento

Com relação à aprovação de novas operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização submetem-se aos ditames da Resolução 40 e 43 do Senado Federal de 2001. Os dados apurados da Capacidade de Endividamento são publicados anualmente no Balanço Geral do Distrito Federal.

2.9. Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal

No ano de 1999, o Governo do Distrito Federal refinanciou sua dívida fundada interna com a União, ao amparo da Lei 9.496/97, assinando o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal – PAF/DF, parte integrante do contrato de renegociação da dívida com previsão para o período de 30 anos. O PAF/DF é revisado anualmente com ações corretivas de ajuste fiscal ao longo do referido contrato.

O Programa prevê em sua revisão anual a definição de metas que envolvem o controle efetivo da execução da despesa e realização da receita pública, o cumprimento de compromissos e ações previstas.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN avalia, anualmente, a execução do programa de ajuste referente ao exercício anterior. Dessa forma, realizou a avaliação preliminar do cumprimento das metas e compromissos estabelecidos para o exercício de 2013, informando a adimplência do Distrito Federal acerca do cumprimento das metas e compromissos previstos no PAF/DF, abaixo segue os resultados de 2009 a 2013:

Evolução das Metas Acordadas no PAF-DF
Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal-PAF/DF

ANO	REALIZADO				
	2009	2010	2011	2012	2013
META 1 Dívida Financeira/RLF	0,25	0,24	0,24	0,23	0,22
META 2 Resultado Financeiro (R\$ milhões)	(576)	130	54	(433)	(946)
META 3 Despesa Pessoal/RCL	48,77%	48,99%	53,06%	52,28%	51,51%
META 4 Receita Própria (R\$ milhões)	7.014	7.819	8.649	9.495	10.818
META 5 Outras Despesas Correntes/RLF	48,08%	43,87	40,38%	44,40%	42,74%
META 6 Investimentos/RLF	17,65%	11,51%	10,35%	15,76%	15,55%

Nota: A meta n.º 6 é estabelecida também na forma de compromissos não mensuráveis.

Em 2014 o Distrito Federal revisou o PAF/DF, uma vez que se encontrava no último ano do triênio 2012-2014, da 11ª revisão. Desse modo, foi elaborada a 12ª revisão, assinada em 10 de dezembro de 2014, com a definição de novas metas para o triênio 2014-2016, conforme abaixo:

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Evolução das Metas Acordadas no PAF-DF

METAS	META (2014-2016)		
	2014	2015	2016
META 1 Dívida Financeira/RLR	<1	<1	<1
META 2 Resultado Primário (R\$ milhões)	-430	-1.173	-1.334
META 3 Despesa Pessoal/RCL	51,97%	52,98%	53,80%
META 4 Receita Própria (R\$ milhões)	12.006	13.256	14.412
META 5 - Outras Despesas Correntes/RLR	41,97%	43,51%	42,63%
META 6 Investimentos/RLR	15,26%	17,96%	17,89%

Por fim, conforme dito, a avaliação do cumprimento das metas e compromissos pactuados no PAF/DF é realizada anualmente. Com isso, até 31 de maio de cada ano, o DF deverá encaminhar à STN Relatório de Execução do PAF, relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou não de cada meta e compromissos estabelecidos e ainda o recebimento da equipe de técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional.

2.10. Cadastros Informativos

O CAUC foi criado pela Instrução Normativa (IN) nº 1, de 4 de maio de 2001, sucedida pela Instrução Normativa nº 2, de 2 de fevereiro de 2012, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a qual disciplina a coleta e o fornecimento de informações acerca de requisitos fiscais dos Estados, do Distrito Federal e de Municípios, para a realização de transferências voluntárias.

O CAUC consiste num subsistema desenvolvido dentro do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), disponibilizado em rede a todas as unidades do Governo Federal e, na internet, no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional.

O objetivo do CAUC é simplificar a verificação, pelo gestor público do atendimento pelos entes federativos beneficiários de transferência voluntária de recursos da União, das exigências estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e legislação aplicável.

O CAUC consolida num só lugar, a verificação das documentações comprobatórias exigidas no momento da formalização de um convênio, bem como para contratar operações de créditos.

O acompanhamento é diário e visa identificar a inclusão do Governo do Distrito Federal como inadimplente junto à União ou entidades federais. Tarefa de caráter inadiável, em se considerando as diversas implicações para o governo local, inclusive quanto ao impedimento de órgãos e entidades do GDF receberem transferências de recursos da União e contratar operações de crédito.

2.11. Certidão Negativa – CND junto a RFB e a PGFN

A Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União é um documento emitido pela Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que comprova a inexistência de débitos, com validade de 180 dias.

Regularmente são feitas consultas ao site da Receita Federal do Brasil, com a finalidade de acompanhar o relatório de situação fiscal, pois caso algum órgão do Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal, apresente alguma pendência, têm-se que regularizar imediatamente, para não ocasionar atrasos quando da renovação da citada Certidão. A atual certidão relativa ao Governo do Distrito Federal tem prazo de validade até o dia 21 de abril de 2015.

2.12. Contribuição ao Programa e Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP

O PASEP foi instituído pela Lei Complementar nº 8, de 03/12/70, com a finalidade de constituir um fundo para prover o servidor público de um abono anual e saque dos depósitos em seu nome, por motivo de casamento, aquisição de casa própria, aposentadoria ou morte.

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Posteriormente, por força do art. 239 da Constituição Federal, o PASEP passou a financiar, também, programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES e o programa de seguro - desemprego.

A Lei nº 9.715, de, 25/11/98 estabeleceu que as pessoas jurídicas de direito público interno, passariam a contribuir para o PIS/PASEP com base no valor mensal das suas receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades públicas.

Contribuições da Administração Direta e Fundos

R\$ MILHÕES

ANO	2010	2011	2012	2013	2014 (*)
Valores pagos	90,7	105,54	111,40	124,98	121,94

(*) Com apuração até novembro/2014.

2.13. Haveres do Tesouro do Distrito Federal

O acompanhamento do regular ingresso no tesouro distrital dos dividendos financeiros provenientes do resultado anual das empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal o qual, na condição de acionista único, majoritário ou minoritário, por meio da COAFE/SUTES/SEF incumbe o exame crítico das alterações da composição anual do capital social das sociedades de economia mista com vistas à avaliação da gestão administrativa de seus haveres mobiliários.

O grau de participação dos recursos do tesouro na execução financeira anual das empresas públicas dependentes do orçamento fiscal do Distrito Federal tem seu exame crítico efetivado traduzido pela evolução individual e total dos índices de dependência operacional dos repasses financeiros efetivados pelo tesouro do Distrito Federal.

2.14. Empresas Estatais Dependentes (Posição de 17/12/2014)

As empresas do Distrito Federal com execução financeira condicionada à efetivação de repasses do Tesouro Distrital, denominadas empresas dependentes, são as seguintes:

- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
- METRÔ - Companhia do Metropolitan do Distrito Federal
- TCB - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília
- CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal
- CODHAB - Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal

No exercício de 2014 o total de recursos das empresas dependentes atingiu o valor de R\$ 1.920 milhões, com participação de recursos do Tesouro da ordem de R\$ 1.411 milhões configurando, portanto, o índice de dependência total (Idt) de 73,46%, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

Receita total por fonte de recurso e índice de dependência (Idt%) – 2014

ÍNDICES DE DEPENDÊNCIAS DAS EMPRESAS ESTATAIS DO DISTRITO FEDERAL			
*RECEITA REALIZADA ACUMULADA (R\$)			ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA
TOTAL	PRÓPRIA	TESOURO – DF**	
1.920.679.240	509.679.240	1.411.000.000	73,46%

Fonte: SIGGO 03/01/2014 *Valores correntes **Estimativa

Avaliando os dados das empresas desde o ano de 2007, obtém-se uma evolução dos índices de dependência, com o índice caindo até 2012, porém, voltando a subir nos anos seguintes.

Este ano, o índice global apresentou ligeira queda em função de uma certa estabilidade nos dados da NOVACAP. Esta empresa apresentou um pequeno aumento em sua receita própria, ao passo em que necessitou de um aporte de recursos do Tesouro praticamente igual a 2013.

Com esta situação, o índice se manteve praticamente estável quando comparado com a média geral de dependência dessas empresas estatais do ano anterior. Além disso, o volume de recursos repassados pelo Distrito Federal não têm sido reduzidos. Os gastos tem mantido uma tendência clara em relação à Receita Corrente Líquida (até o 2º Quadrimestre de 2014) – apresentando um comprometimento médio próximo a 8% no período de 2007 a 2014.

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Evolução dos gastos do Tesouro com as Empresas

DEPENDÊNCIA DAS EMPRESAS ESTATAIS DO DISTRITO FEDERAL								
* EVOLUÇÃO DOS GASTOS DO TESOURO COM AS EMPRESAS 2007-2014 (R\$ milhares)								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
EMATER	52.938	54.859	56.440	65.721	79.064	82.830	78.201	96.000
BRASILIATUR	10.855	25.706	56.697	32.924	ATIVIDADE ENCERRADA			
NOVACAP	234.674	257.449	279.827	310.935	387.715	511.422	929.718	912.000
METRÔ	201.089	185.418	244.472	286.827	267.640	185.599	209.177	181.000
TCB	10.583	13.506	10.539	10.826	11.002	12.033	79.720	64.000
CODEPLAN	187.471	84.324	102.031	98.384	107.058	114.461	121.621	133.000
CODHAB	CRADA EM 2008	5.068	20.078	32.574	13.515	12.120	17.361	25.000
TOTAL	697.609	626.329	770.086	838.191	865.994	918.465	1.435.799	1.411.000
RCL/DF**	8.165.043	9.626.476	10.254.999	11.485.148	12.859.744	13.758.411	15.811.905	16.802.788
GASTOS/RCL	8,54%	6,51%	7,51%	7,30%	6,73%	6,68%	9,08%	8,40%

Fonte: SIGGO 15/12/2014 * em valores correntes nos respectivos anos ** Até o 2º Quadrimestre em 2014

Evolução dos índices de dependência (Id%), por exercício financeiro.

ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA (ID) DAS EMPRESAS ESTATAIS DO DISTRITO FEDERAL								
EVOLUÇÃO DA DEPENDÊNCIA 2007 / 2014								
ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DAS EMPRESAS								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
EMATER	98,15%	95,53%	93,40%	98,28%	99,79%	96,91%	97,82%	98,10%
BRASILIATUR	94,37%	72,19%	87,06%	88,32%	ATIVIDADE ENCERRADA			
NOVACAP	98,31%	98,96%	99,63%	99,54%	61,88%	42,80%	74,04%	71,22%
METRÔ	80,86%	76,07%	77,48%	77,29%	74,82%	63,70%	63,20%	64,38%
TCB	76,19%	79,69%	53,71%	56,45%	56,47%	56,41%	88,61%	86,77%
CODEPLAN	99,19%	92,18%	99,90%	99,99%	99,94%	100,00%	99,99%	100,00%
CODHAB	CRADA EM 2008	85,12%	46,57%	32,33%	30,42%	44,20%	76,92%	45,95%
TOTAL	92,31%	88,05%	86,84%	83,32%	70,15%	52,94%	75,54%	73,46%

Fonte: SIGGO 22/12/2014

O equilíbrio em conta corrente das empresas estatais dependentes dá-se, por definição, em consequência dos repasses efetivados pelo Tesouro do Distrito Federal para cobertura das despesas anuais fixadas pelo orçamento fiscal.

A evolução dos repasses anuais do Tesouro do DF para cobrir despesas destas empresas (em valores nominais) mostra que o índice de dependência tem se mantido elevado de, sendo que os valores transferidos vêm aumentando ano a ano, alcançando o valor de aproximadamente R\$ 1,4 bilhões no ano de 2014.

Dessa forma, estudos para a adoção da gestão corporativa para a administração dos haveres do Distrito Federal, em poder das empresas públicas, configuram importante possibilidade de estruturação das ações no sentido de aperfeiçoar o controle dos riscos fiscais, inclusive no equacionamento de questões relacionadas aos passivos contingentes e na diminuição do índice de dependência das empresas que constam do orçamento fiscal do Distrito Federal.

2.15. Gestão Financeira do Distrito Federal

- Gerenciamento e controle do ingresso de recursos públicos, oriundos de diversas fontes, a exemplo dos repasses da União, convênios, arrecadações e contribuições;
- Execução da programação financeira aprovada, acompanhando e analisando a realização das despesas de que trata o cronograma mensal de desembolso;

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

- Conferências e acompanhamento das Ordens Bancárias junto ao Banco de Brasília, referentes às Folhas de Pagamento da Administração Direta do Poder Executivo, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas;
- Acompanhamento da movimentação dos limites orçamentários autorizados e liberação dos recursos financeiros necessários às Unidades integrantes do sistema de programação financeira;
- Conciliação bancária das contas do Tesouro, Convênios e Fundos, conferindo e ajustando os movimentos diários dos extratos das mais de 400 contas do Banco do Brasil, 105 contas no Banco de Brasília e 45 contas na Caixa Economia Federal;
- Conferência e encaminhamento aos bancos, dos pedidos de abertura de contas correntes;
- Controle e execução das aplicações financeiras dos saldos das contas gerenciadas pelo Tesouro;
- Recebimento de depósitos judiciais, cauções, fianças, seguro garantia, guia de tributos, taxas, reposição de valores ao GDF, ressarcimentos decorrentes de prejuízos causados ao Erário e restituições de cauções, fianças, depósitos em títulos ou em espécie;
- Gerenciamento dos cheques devolvidos por insuficiência de fundos ao GDF;
- Fechamento, diário, do Caixa do Tesouro, mediante conferência das movimentações bancárias nos extratos;
- Controle de emissão de Previsão de Pagamento para melhor acompanhamento do fluxo de caixa;
- Atendimento de solicitação às Unidades/Entidades, fornecendo-lhes cópias das conciliações bancárias, de extratos bancários, de declarações de saldos, e de detalhamento da conta contábil.
- Acompanhamento financeiro dos fundos especiais do Distrito Federal. Foram apuradas as receitas de cada fundo que eram arrecadados pelo Tesouro para, logo após, serem repassadas mensalmente a cada um. Em alguns casos, o repasse foi feito através de Solicitação de Recursos – SR.

Atividades de Pagamento e Controle Financeiro

Setor	Ações desenvolvidas	2014
Gerência de Pagamento	Emissão de Ordens Bancárias - OBs a Fundos	235
	Emissão de Ordens Bancárias - OBs - Conta Única	64899
Gerência de Conciliação Bancária	Boletins e fluxo de caixa diário	255
	Conciliação bancária das contas (Única, Movimento e Vinculadas)	4524
	Cadastro e abertura de contas	65
	Lançamentos de resgates e aplicações	2325
	Lançamentos de receitas	25966
	Estornos de OBs (rejeitas/devolvidas)	1428
	Compensação de OBs	1362
	Lançamentos de valores a compensar (reversão a regularizar)	0
Lançamentos de valores pendentes	0	

Fonte: COGEF/SUTES

Atividades de Tesouraria

Documentos	Quantidade
	Até 31.10.2014
DAR - Documento de Arrecadação / DODF	0
Alvará de Levantamento	687
DDAR - Demonstrativo diário de Arrecadação	205
GR - Guia de Recolhimento	755
DAR de Caução - Recebimento de todas as modalidades	1315
OB - Devolução de Caução em (espécie) Atualizada	360
Devolução de Caução (Fiança Bancária, seguro garantia e Título da Dívida Pública)	691
NL - Nota de Lançamento	2651
MC - Movimento de Caixa	205
Cheques devolvidos por insuficiência de fundos (outros)	1

Fonte: COGEF/SUTES

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Conciliação Bancária de Contas Correntes do Tesouro/DF, Convênios, Fundos e elaboração de relatórios mensais

BANCOS	CONVÊNIOS	FUNDOS	TOTAL
BRB	79	31	110
Banco do Brasil	194	16	210
Caixa Econômica Federal	56	01	57
Total	329	48	377

Fonte: COGEF/SUTES

3. GESTÃO ESTRATÉGICA

Uma das ferramentas usadas para dar sustentabilidade ao procedimento operacional de uma instituição pública é a gestão estratégica, cuja responsabilidade cabe a alta administração, buscando o envolvimento integrado de todos para planejar, gerenciar, executar, acompanhar e corrigir os rumos, quando necessário.

Nesse contexto, foi criada na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal a Unidade de Desenvolvimento Institucional – UDI/SEF, que tem, dentre outras competências, elaborar o planejamento estratégico da SEF; coordenar o alinhamento, a elaboração, a execução e o monitoramento de programas, projetos e ações estratégicas da Secretaria; identificar os processos de trabalho e propor melhorias àqueles considerados críticos ou prioritários; e identificar e desenvolver metodologias de gestão de projetos, processos, pessoas, conhecimento e qualidade.

A UDI é composta por duas gerências: a Gerência de Execução e Monitoramento de Programas – GEMP, responsável principalmente por coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar a execução de projetos inseridos em programas de financiamentos com recursos extraorçamentários, contratados pelo Distrito Federal e administrados pela SEF; e a Gerência de Gestão de Projetos – GEPRO, criada para orientar e promover ações de suporte ao gerenciamento de projetos, programas e ações estratégicas da SEF, desenvolvendo metodologias e melhores práticas na gestão e monitoramento de projetos.

3.1. Projeto de Desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal – PRODEFAZ

O Projeto de Desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal – PRODEFAZ, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO, foi autorizado por meio da Lei nº 4.483, de 7 de julho de 2010 e será executado pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, na estrutura da Gerência de Gestão de Projetos – GEPRO/UDI.

O objetivo geral do PRODEFAZ é melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal do Distrito Federal, visando incrementar sua receita própria; aumentar a eficiência, a eficácia e o controle do gasto público; e prover melhores serviços ao cidadão.

Em 2014, houve diversas ações entre elas:

Participação de membros da Fazenda/DF nas reuniões da Comissão de Gestão Fazendária – COGEF, em Palmas/TO e Aracaju/SE;

Reuniões com técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e intercâmbio com técnicos de outras unidades da federação que já executam o PROFISCO;

Publicação da Portaria nº 61, em 21 de março de 2014, com a designação dos servidores da Unidade de Coordenação do Projeto – UCP para desempenhar as atividades de coordenação e execução do PRODEFAZ/DF;

Publicação do Decreto nº 35.381, em 30 de abril de 2014, para adesão ao Regulamento Operacional do Projeto – ROP, que estabelece normas e procedimentos que regem o financiamento de projetos de modernização da gestão fiscal brasileira, no âmbito da Linha de Crédito – CCLIP BR–L1250 (PRODEFAZ/PROFISCO), aprovada pela Diretoria Executiva do BID;

Em 02 de setembro foi aprovado no Senado Federal a autorização para a contratação da operação externa e para a concessão da garantia da União.

Com o cumprimento das condições prévias exigidas para o primeiro desembolso e a aprovação da autorização no Senado Federal, a SEF Secretaria está pronta para a assinatura do contrato que se encontra em andamento junto a Subsecretaria de Captação de Recursos – SUCAP/ SEPLAN e o início da execução do PRODEFAZ/PROFISCO.

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

3.2. Projeto Municipal do Distrito Federal no âmbito do PNAFM**Programa Nacional de Apoio A Gestão Administrativa e Fiscal Dos Municípios Brasileiros – PNAFM – Distrito Federal**

O PNAFM é uma linha de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID com o objetivo de integrar os fiscos e modernizar a gestão administrativa, fiscal, financeira e patrimonial dos municípios brasileiros, tornando mais efetivo o sistema fiscal vigente, em cumprimento às normas constitucionais e legais brasileiras.

Em 2014 foram realizadas ações de padronização e modernização do atendimento ao contribuinte, com a aquisição de mobiliários e acessórios para Agências de Atendimento da Receita de Sobradinho, Gama, STRC; Sistema de Monitoramento por Vídeo para a Agência da Receita do Gama, Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF; Modernização do "Parque Tecnológico" da Secretaria de Estado de Fazenda – DF e da Secretaria de Estado de Transparência e Controle, com a respectiva aquisição de servidor de rede e switch para Datacenter.

Iniciado o programa que visa à capacitação do quadro permanente de servidores da Secretaria de Fazenda, conforme contrato celebrado com Universidade de Brasília - UNB, inscrições de servidores para participação de cursos disponibilizado no site da SEF, com a oferta inicialmente dos cursos de "Metodologia e Ferramenta de Segurança da Informação, com 15 servidores matriculados e "Especialização em Modelagem Estatística e Dinâmica Econométrica", com 30 servidores matriculados.

O Contrato de Subempréstimo celebrado entre o Governo do Distrito Federal - GDF com a Caixa Econômica Federal – CAIXA, para utilização de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado à execução do Projeto do Distrito Federal inserido na 2ª Fase do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, foi assinado em junho de 2011, no valor de R\$ 32.647.148,00 (trinta e dois milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e oito reais).

Objetivo: promover o fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pela gestão administrativa e fiscal dos municípios brasileiros. No caso do Distrito Federal, de forma diferenciada, ele é considerado município e estado brasileiro, podendo ter acesso a várias linhas de financiamento.

Instrumentos Legais:

- Contrato de Empréstimo Individual nº 2248/OC-BR celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;
- Acordo de Cooperação Institucional celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Fazenda, e a Caixa Econômica Federal;
- Contrato nº 537/PGFN/CAF de Agenciamento Financeiro – Processo nº 10951.000013/2010-73;
- Contrato de Subempréstimo nº 0358792-42 celebrado entre o Governo do Distrito Federal - GDF e a Caixa Econômica Federal – CAIXA, para utilização de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado à execução do PNAFM, assinado em 13 de junho de 2011;
- Decreto nº 33.612, de 13 de abril de 2012, publicado no DODF nº 74, de 16 de abril de 2012, que trata da criação da Unidade de Execução Municipal do Distrito Federal – UEM/DF, responsável pelas atividades de coordenação e execução do Projeto do Distrito Federal integrante do PNAFM;
- Portaria nº 66, de 4 maio de 2012, publicado no DODF nº 94, de 15 de maio de 2012, que estabelece medidas complementares visando à execução do Decreto nº 33.612, de 13 de abril de 2012.

Composição da Carteira de Produtos:

A Carteira de Produtos do Projeto Municipal do Distrito Federal no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM está estruturada da seguinte maneira:

1. Parque Tecnológico Modernizado;
2. Atendimento ao Contribuinte Padronizado e Modernizado;
3. Quadro Permanente de Servidores da SEF Capacitado;

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

4. Educação Fiscal

1. **PARQUE TECNOLÓGICO MODERNIZADO:** Compreende as aquisições e a contratação de serviços referentes à modernização tecnológica tais como: aquisição de software, aquisição de equipamentos de tecnológica da informação, desenvolvimento de sistemas, etc.

2. **ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE PADRONIZADO E MODERNIZADO:** Compreende as aquisições e a contratação de serviços referentes à padronização e modernização das agências de atendimento ao contribuinte tais como: aquisição de mobiliário, equipamentos de segurança, cortinas, divisórias e prestação de serviços de reforma.

3. **QUADRO PERMANENTE DE SERVIDORES DA SEF CAPACITADO:** Compreende a contratação de empresa para executar o Plano de Capacitação e Educação Continuada – PCEC, bem como a participação de servidores em reuniões, palestras, fóruns, congressos, seminários, visitas técnicas, reuniões e eventos de intercâmbio.

4. **EDUCAÇÃO FISCAL:** Compreende as aquisições e a contratação de empresa com vistas a sensibilizar a sociedade quanto à origem e à finalidade dos recursos públicos, conscientizar o cidadão da importância do cumprimento das obrigações tributárias na busca de justiça fiscal, estimular a participação do cidadão no processo de gestão pública, bem como conscientizar o cidadão da importância do voto para escolher seus representantes nos poderes Legislativo e Executivo.

ORÇAMENTO GLOBAL DO PROJETO: Os Investimentos Básicos do Projeto Municipal do Distrito Federal são parcialmente financiados com recursos do BID, pois, cabe ao município participar do custeio com percentual de contrapartida fixado em 10% (dez por cento) do valor total do orçamento global, não sendo este percentual vinculado a cada projeto individualmente.

Início da execução: Maio de 2013. Os Investimentos Básicos do Projeto Municipal do DF estão orçados conforme o quadro abaixo:

Projetos	Valor Previsto	Valor Realizado	% Execução
1. Parque Tecnológico Modernizado	23.469.923,79	12.249.986,52	52,25
2. Atendimento ao Contribuinte Padronizado e Modernizado	5.961.618,76	4.323.658,23	72,24
3. Quadro Permanente de Servidores da SEF Capacitado	2.215.605,23	172.606,95	7,79
4. Educação Fiscal	1.000.000,00	566.805,27	56,68
Total Contrato	32.647.147,78	17.313.056,97	53,03
Fonte BID	29.382.433,00	15.416.092,35	52,47
Contrapartida GDF	3.264.714,78	1.896.964,62	58,10

Desembolsos Efetuados:

Data	Ano			Total desembolsado	Valor Do Contrato	A Desembolsar
	2012	2013	2014			
08/06/11	5.876.486,60	0,00	0,00	5.876.486,60	29.382.433,00	13.862.726,84
06/01/14	0,00	0,00	9.000.000,00	9.000.000,00		
12/05/14	0,00	0,00	643.219,56	643.219,56		
Total	5.876.486,60	0,00	9.643.219,56	15.519.706,16		

Prazo de Execução: O contrato de subempréstimo expirava em 29/12/2014, mas foi prorrogado até 31/10/2015.

4. GESTÃO CONTÁBIL

Coordenação das ações de manutenção, disciplinamento e ordenação das demandas corretivas, evolutivas e adaptativas do SIGGO, bem como do desenvolvimento de transações e alterações das suas partes lógicas com acompanhamento da sua evolução;

Junto a Subsecretaria da Receita – SUREC/SEF:

- Acompanhamento dos registros de receita tributária via Boletim de Arrecadação;
- Registro e acompanhamento da Dívida Ativa;
- Registro e acompanhamento dos parcelamentos de dívidas; e

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

- Registro de bens apreendidos;
 - Monitoramento dos registros contábeis da Dívida Fundada Interna e Externa conforme demonstrativos recebidos da Subsecretaria do Tesouro - SUTES/SEF;
 - Acompanhamento das conciliações bancárias do Governo do Distrito Federal;
 - Acompanhamento, inscrição e baixa dos processos de regularização contábil, relativo ao lançamento das contas de responsabilidade;
 - Informação sobre a adimplência de entidades que recebem recursos públicos;
 - Apuração do superávit financeiro das contas vinculadas das Unidades da administração direta e indireta e posterior lançamento no Sistema de Administração Financeira e Contábil – SIAC/SIGGO;
 - Monitoramento e orientação quanto a registros patrimoniais, financeiros e orçamentários executados pelas Unidades Gestoras do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal que efetuam sua contabilização no SIAC/SIGGO;
 - Contabilização das integralizações no SIAC/SIGGO, das participações minoritárias e majoritárias das empresas de cujo capital o Governo do Distrito Federal tem participação;
 - Acompanhamento mensal junto à CLC (Câmara de Liquidação e Custódia e BRB/DTVM S/A, agente financeiro) da posição acionária atualizada das participações societárias do GDF nas empresas de capital aberto e no seu exercício de direito (recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio e subscrição) e do acompanhamento das cotações acionárias pelas bolsas de valores;
 - Coordenação da Prestação de Contas do Governador e elaboração do Balanço Geral do Governo do Distrito Federal referentes ao exercício de 2014;
 - Consolidação do Sistema de Informações de Custos, conforme determina o § 3º do Art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), permitindo a avaliação dos custos governamentais concomitantemente com o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
 - Acompanhamento, classificação, reclassificação e especificação de Custos, através de relatórios gerados pelo sistema SIAC/SIGGO;
 - Mensuração dos custos dos projetos e atividades, bens e serviços gerados pelas Ações Governamentais;
 - Orientação aos gestores públicos na atualização da composição de insumos e custos das ações desenvolvidas nos programas de governo;
 - Adequação e melhoria dos processos pertinentes à Gestão de Custos e Metas Físicas;
 - Conciliação das contas de custos, em nível gerencial;
 - Monitoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial por ações e produtos dos bens e serviços gerados pelas Unidades Orçamentárias.
- Elaboração e publicação de relatórios e demonstrativos, em atendimento ao que estabelece a Lei Complementar nº 101/2000, quanto à execução orçamentária e financeira da Administração Direta, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas, quais sejam:
- Demonstrativos bimestrais;
 - Balanço Orçamentário;
 - Demonstrativo Consolidado da Execução da Despesa Por Função e Subfunção;
 - Demonstrativo Consolidado da Receita Corrente Líquida;
 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias dos Servidores Públicos;
 - Demonstrativos dos Resultados Primário e Nominal;
 - Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar Por Poder e Órgão;
 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital;
 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;
 - Demonstrativo das Transferências da União;
 - Apuração do limite de aplicação em MDE, MDEF e FUNDEB;
 - Demonstrativo das Aplicações em Ações e Serviços de Saúde;

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

- Demonstrativo Simplificado da Execução Orçamentária;
- Demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação, conforme Decreto nº 17.256, de 28/03/96 e Art. 241, § 2º da Lei Orgânica do DF.
 - Demonstrativos quadrimestrais – Relatórios de Gestão Fiscal:
 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Poder Executivo;
 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
 - Demonstrativo das Garantias e Contra Garantias de Valores;
 - Demonstrativos das Operações de Créditos e dos Limites;
- Lançamento de dados junto ao SISTN – Sistema Informatizado de Coleta de Dados Contábeis, gerenciado pela Caixa Econômica Federal, conforme demonstrativos anteriormente discriminados, com exceção do Demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação;
- Controle cadastral dos servidores abrangidos pela Resolução nº 105/98 – TCDF;
- Manutenção e Auxílio do Desenvolvimento de Sistema Informacional para cadastramento dos responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos;
- Organização das Tomadas de Contas dos Ordenadores de Despesas da Administração Direta e Fundos Especiais;
- Capacitação para os servidores que exercem atividades financeiras, orçamentárias, patrimoniais e contábeis das Unidades Gestoras para fins de implantação e execução da “Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público”, na forma estabelecida na Portaria/STN nº 753/2012 e suas alterações;
- Definição, normatização e coordenação de programas e ações voltados à racionalização e aperfeiçoamento da gestão patrimonial do Distrito Federal;
- Orientação e acompanhamento da execução das atividades relativas à gestão patrimonial dos órgãos da administração direta do Distrito Federal;
- Análise e adoção de procedimentos para alienação de bens patrimoniais do DF;
- Coordenação e supervisão da execução das operações de acompanhamento da gestão patrimonial e de análise e registro do patrimônio mobiliário e imobiliário do Distrito Federal; e
- Coordenação e supervisão das alterações do Sistema de Gestão Governamental-SIGGo, para fins da convergência da contabilidade distrital à “Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público”, na forma estabelecida na Portaria/STN nº 753/2012 e suas alterações.

Atividades

Atividades	2014
Acompanhamento e Consolidação Contábil Geral para fins de elaboração do Balanço Patrimonial do GDF e da Prestação de Contas do Governador.	1
Elaboração e fechamento do Balanço Contábil Geral do GDF.	1
Elaboração e organização da Prestação de Contas Anual do Governador.	1
Elaboração e publicação de Demonstrativos bimestrais, de responsabilidade legal: <ul style="list-style-type: none"> a) Balanço Orçamentário; b) Demonstrativo Consolidado da Execução da Despesa Por Função e Subfunção; c) Demonstrativo Consolidado da Receita Corrente Líquida; d) Demonstrativos das Receitas e Despesas Previdenciárias; e) Demonstrativos dos Resultados Primários e Nominais; f) Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar Por Poder e Órgão; g) Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital; h) Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos; i) Demonstrativo das Transferências da União; j) Apuração do limite de aplicação em MDE, MDEF e FUNDEB; k) Demonstrativo das Aplicações em Ações e Serviços de Saúde; l) Demonstrativo Simplificado da Execução Orçamentária; m) Demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação - Art. 241 da LODF. 	84 (total)
Elaboração e publicação dos Demonstrativos quadrimestrais do “Relatório de Gestão Fiscal” constante da LRF:	

BET

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Atividades	2014
a) Demonstrativo da Despesas com Pessoal do Poder Executivo; b) Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida; c) Demonstrativo das Garantias e Contra-garantias de Valores; d) Demonstrativo das Operações de Crédito; e) Demonstrativos dos Limites.	15(total)
Elaboração e publicação de Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa.	1
Elaboração e publicação do Demonstrativo de Inscrição de Restos a Pagar.	1
Lançamentos de informações da gestão fiscal no Sistema Informatizado de Coleta de Dados Contábeis-SISTN, da Secretaria do Tesouro Nacional.	Regularmente
Análise de Prestação de Contas de Convênios com entidades receptoras de recursos públicos.	15
Análise da Prestação de Contas de Subvenções Sociais.	39
Informação sobre a adimplência de entidades que recebem recursos públicos.	7
Atualização diária do Sistema de Cadastro de Jurisdicionada/TCDF dos ordenadores de despesa e responsáveis por dinheiro, valores e bens públicos das Unidades Gestoras.	Diária
Análise de concessão e Prestação de Contas de Suprimento de Fundos.	73
Análise e registro de processos de Tomadas de Contas de Agentes de Material das Unidades Gestoras.	74
Organização das Tomadas de Contas dos Ordenadores de Despesas da Administração Direta e Fundos Especiais.	100
Análise e registro de processos de Inventários Patrimoniais das Unidades Gestoras.	76
Cobrança de Prestação de Contas de Convênios e Subvenções Sociais.	97
Avaliação e acompanhamento por meio do Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO das transferências de convênio.	119
Cadastro de perfis no Sistema SICONV da União.	318
Acompanhamento de convênios no SICONV da União.	94
Avaliação e acompanhamento por meio do Sistema Integrado de Gestão Governamental-SIGGO da arrecadação tributária do GDF, da dívida ativa, do parcelamento tributário e dos bens apreendidos.	86
Testes e Acompanhamento do desenvolvimento dos Demonstrativos do Sistema de Custos Governamentais.	Regularmente
Análises e Registros no Sistema de Integrado de Gestão Governamental-SIGGO dos Superávits Financeiros de Unidades Gestoras.	332
Conciliar a Regra de Custos para Conferência do saldo da Conta de Custos.	14
Conciliar os Demonstrativos de Custos (PSIAG795 e PSIAG820)	14
Acompanhar a Execução Orçamentária do Fundo Constitucional do DF.	4
Elaborar os Relatórios de Custos Governamentais para composição do Balanço Geral do DF.	1
Atualização e Revisão da Sistemática de Custos Governamentais adotadas pela Coordenação de Custos Governamentais.	2
Elaboração e atualização de Cartilha Informativa para o Portal da SEFAZ.	1
Análises e Registros no Sistema de Integrado de Gestão Governamental-SIGGO do excesso de arrecadação das Unidades Gestoras.	99
Análises e Registros no Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO dos cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados.	1477
Análise, conferência e registro de Conciliações Bancárias.	811
Análise e emissão de Pareceres Contábeis em Processos de Tomadas de Contas dos Ordenadores de Despesas.	101
Análise e registros contábeis pertinentes ao Inventário Patrimonial do TCDF.	1
Lançamento de registro contábil de convênios por transferência.	517
Acompanhamento dos registros Contábeis da Arrecadação.	30
Elaboração de Manuais e Instruções Técnicas, inclusive sobre o encerramento do exercício financeiro.	72
Demandas de atualização e melhoria do Sistema Integrado de Gestão Governamental - Módulo Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil.	3
Reprogramação de Cotas Financeiras por meio do Sistema Integrado Gestão Governamental.	227
Alterações cadastrais de Contas Contábeis, códigos de receitas e de fontes.	206
Registro no Sistema Integrado Gestão Governamental de Previsão Inicial da Receita.	243
Orientações Contábeis às Unidades Gestoras.	Diariamente
Análises e correções de Irregularidades Contábeis por meio do Sistema Integrado de Gestão Governamental.	1884
Análise dos Registros de Participações Acionárias do GDF.	0

SPL FPOC 00003 /35-folha Nº 002954 verso Paula

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Atividades	2014
Análise das Integralizações de Capital e Incorporação de Ações das Empresas, cujo capital o GDF tem participação.	10
Acompanhamento da posição acionária e participações societárias do GDF nas empresas de Capital Aberto.	Anual
Emissão de Instruções Técnicas e de Procedimentos Contábeis.	6
Realização de Seminário Sobre Execução Orçamentária e Financeira.	2
Atualização de Normas e Procedimentos Contábeis.	4
Atualização da Portaria que Disciplina a Classificação Orçamentária das Despesas.	1
Participação de Encontros (fora do DF) na área Contábil, Financeira e Patrimonial.	2
Realização de Testes em Documentos de Entrada e Saída de Dados no SIAC/SIGGo.	Diariamente
Realização de reuniões para desenvolvimento de ações voltadas para a implantação das NCASP.	1
Cumprimento de diligências do Tribunal de Contas do DF.	Por demanda
Alterações cadastrais no Sistema Integrado de Gestão Governamental, relativo a: Credor, Unidade Gestora, domicílio bancário, alteração e bloqueio e desbloqueio de senha, Inativação de Cadastro de Usuários.	Regularmente
Orientação e acompanhamento da execução das atividades relativas à gestão patrimonial das unidades administrativas supervisionadas.	70 Unidades Administrativas
Elaboração e encaminhamento de Documento de Oficialização de Demanda-DOD para alteração/correção/atualização de sistemas informacionais.	9
Registro de Acompanhamento de Demanda (no Sistema OASIS) de aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Gestão Governamental.	72
Registro de Acompanhamento de Demanda (no Sistema OASIS) de aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Patrimonial.	12
Elaboração de minuta de Decreto que disciplina o controle patrimonial no âmbito da administração direta.	1
Elaboração das informações disponibilizadas no Portal de Transparência.	Mensal
Cumprimento de diligências do TCDF, com emissão de Pareceres e Ofícios sobre questões relacionadas à administração patrimonial; redistribuição de bens ociosos.	Regularmente
Demandas de desenvolvimento de novas rotinas e manutenção do Sistema Geral de Patrimônio acompanhamento da operacionalização do sistema pelas UGs; registro de alteração de estruturas administrativas e dos Agentes Setoriais de Patrimônio, responsáveis pela guarda e uso dos bens móveis e pela administração dos bens imóveis.	Regularmente
Acompanhamento da despesa, análise da documentação e registro de bens móveis de propriedade do GDF: - adquiridos com recursos orçamentários (Tesouro/Fundo Constitucional do DF) e extra-orçamentários (Restos a Pagar, doação, reposição, apreensão, produção, nascimento e captura) incorporados: Quantidade Valor (R\$) -transferidos entre unidades administrativas Quantidade -alienados/baixados (Qtde)	163.667 276.115.371,13 149.029 339.585
Acompanhamento da despesa, análise da documentação e registro de bens imóveis de propriedade do Distrito Federal: - adquiridos com recursos orçamentários (Tesouro/Fundo Constitucional do DF) e extraorçamentários (Restos a Pagar e doação)/incorporados : Quantidade Valor (R\$) -Transferidos entre unidades administrativas (Qtde) - alienados/baixados (Qtde)	150 136.617.151,22 21 28
Acompanhamento da despesa, análise da documentação e registro de: - obras em andamento/imóveis a regularizar Valor (R\$) -obras e urbanização/obras rodoviárias/obras em imóveis de terceiros Valor (R\$)	286.808.243,59 354.011.685,13
Análise e emissão de balancetes mensais e do Demonstrativo Patrimonial do Exercício/Cadastro de bens incorporados: - bens móveis e semoventes (Qtde) - bens imóveis (Qtde).	1.839.166 (*) 2918
Emissão de instruções e realização de reuniões visando a elaboração dos Inventários Patrimoniais Anuais de Bens Móveis e de Bens Imóveis.	Anual

Bets

SFL PROC 00003 /15-Folha nº 002955

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Atividades	2014
Análise dos Inventários Patrimoniais Anuais, emissão de relatórios (bens móveis/imóveis) e acompanhamento da regularização de pendências.	70 Unidades Administrativas
Elaboração e encaminhamento às unidades supervisionadas de instruções sobre os procedimentos a serem adotados visando o encerramento do exercício.	Anual
Análise dos processos de transferência de bens móveis e imóveis de órgãos em processos de extinção.	34
Análise de demais processos de operação patrimonial relacionados a bens móveis e imóveis.	1.634

* Valor se apresenta a menor do que informado anteriormente devido ao leilão que foi realizado no final do exercício de 2014.

5. PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL

PROGRAMA: 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9003 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL	0	152.196.860	29.183.375	28.697.199
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	152.196.860	29.183.375	28.697.199
TOTAL DO PROGRAMA 6207	0	152.196.860	29.183.375	28.697.199

Realizado o aumento de capital, referente a obras de saneamento básico, contratados pelo GDF junto aos órgãos e agentes financeiros da União, conforme Lei. 5.339, de 07/05/2014, DODF 90, DE 08/05/2014, bem como, a integralização de capital na forma de participação acionária do Distrito Federal, do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do DF, nos termos do Decreto nº 35.083 de 16/01/2014.

6. REINTEGRA CIDADÃO

PROGRAMA TEMÁTICO: 6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - REINTEGRA CIDADÃO	668.914	420.125	387.210	387.210
8390 - REINTEGRA CIDADÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	668.914	420.125	387.210	387.210
TOTAL DO PROGRAMA 6222	668.914	420.125	387.210	387.210

Pessoas assistidas: jan 38; fev 35; mar 43; abr 44; mai 34; jun 33, jul 36; ago 37. Processo nº 040.003.575/2011.

7. TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

De acordo com a Lei nº 4.742, de 29 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2012-2015, a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal está inserida no Macrodesafio "Realizar uma Gestão Eficaz, Transparente e Participativa, com foco no Cidadão", com as seguintes correlações:

MACRODESAFIO Realizar uma Gestão Eficaz, Transparente e Participativa, com foco no Cidadão
PROGRAMA TEMÁTICO 6203 – Aperfeiçoamento Institucional do Estado
PROGRAMA DE GESTÃO Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Gestão Pública

Nesse contexto, cabe à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal o alcance dos seguintes objetivos:

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

OBJETIVO GERAL Promover a melhoria da gestão pública em todas as suas dimensões, por meio da aplicação de técnicas modernas de administração, aliada à transparência fiscal, ao resgate da credibilidade no governo e à ampla participação social, sempre com foco no cidadão-cliente.
OBJETIVO ESTRATÉGICO OE 02 – Garantir equilíbrio e responsabilidade fiscal.
OBJETIVO ESPECÍFICO 002 – Assegurar o equilíbrio fiscal e modernizar o aparelho estatal para promover atendimento ágil e transparente ao contribuinte, com base em modelo de gestão para resultados.

Para que a SEF/DF alcance o patamar de atuação administrativa prevista no PPA 2012-2015, coube a SUTIC perseguir os seguintes objetivos gerais: (i) Modernização da infraestrutura física e tecnológica; (ii) Aprimoramento da interação e da comunicação com o cidadão.

Por outro lado, o PPA 2012-2015 estabeleceu ações orçamentárias necessárias ao alcance do objetivo específico relativo à SEF/DF, cabendo a esta SUTIC as seguintes: (i) 1471 – Modernização dos Sistemas de Informação; (ii) 2557 – Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação; (iii) 3103 – Integração via Tecnologia da Informação.

Modernização de Sistema de Informação-Distrito Federal

Dando seguimento à Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, foi procedida à contratação de serviço de suporte técnico, banco de dados oracle, ambiente computacional.

Gestão da Informação dos Sistemas de TI - D. F.

Mantidos o Sistema de Tecnologia da Informação da Secretaria, Serviços de internet, manutenção preventiva e corretiva de infraestrutura de rede, serviço técnico contínuo em tecnologia da informação, fábrica de software; Funcionamento dos Sistemas: Integrado de Tributo e Administração Fazendária - SITAF, Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO, Serviço de Impressão de Grande Porte, Suporte técnico de equipamento de alta/baixa disponibilidade, parque computacional.

Programas e projetos prioritários e estratégicos

Dentre as ações realizadas em 2014, destacam-se os Projetos a seguir, considerando o impacto e contribuição gerados para a melhoria da prestação dos serviços fazendários, bem como o alcance do objetivo específico de assegurar o equilíbrio fiscal e modernizar o aparelho estatal para promover atendimento ágil e transparente ao contribuinte, com base em modelo de gestão para resultados.

Projeto de Inauguração do Data Center Primário da SEF/DF

Sumário Executivo: Projeto teve por objetivo criar um ambiente de TIC abrangendo os seguintes itens: (i) redundância elétrica; (ii) equipamentos servidores de alta disponibilidade – 224 cores de processamento; (iii) modernização da rede de comunicação – velocidade variando de 1 GBIT/seg até 10 GBIT/seg; (iv) solução de firewall; (v) solução de armazenamento de dados – 150 TB líquido com expectativa de alcançar a capacidade de 600 TB líquido, com duplicação de dados; (vi) solução de backup – 70 TB; (vii) solução de combate a incêndio; (viii) certificação digital; (ix) equipamentos balanceadores de carga e de link. Resultados: Instituição, em 26 de setembro de 2014, do novo Data Center Primário da SEF/DF, ambiente de TIC caracterizado pela segurança das informações. Projeto de instalação do Data Center Secundário da SEF/DF

Sumário Executivo: Em atendimento à determinação do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, o Projeto tem por escopo a concepção de sala segura e contempla diversos níveis de proteção além de reforço estrutural dos pilares; revisão da rede elétrica e outras reformas. Resultados: Inauguração em dezembro de 2014 e permitirá a redundância e espelhamento das informações fazendárias, reduzindo a indisponibilidade dos sistemas corporativos em função de procedimentos de manutenção.

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Projeto de manutenção do Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade – SIADI

Sumário Executivo: o Projeto teve por objetivo prover a manutenção da solução SIADI, implantada em 2011, a fim de garantir a efetividade do funcionamento do Data Center Primário, inaugurado em setembro/2014. Resultados: o Projeto possibilitou a manutenção do ambiente de alta disponibilidade e maior segurança para os dados e informações fazendárias.

Projeto de expansão do Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade – SIADI

Sumário Executivo: o Projeto teve por objetivo ampliar a solução SIADI, implantada em 2011, tendo em vista o aumento do volume das demandas de TI (programas de recuperação de crédito, novos projetos de ampliação do uso de notas fiscais eletrônicas de serviço e aumento dos serviços disponibilizados no Portal da SEF/DF). Resultados: o Projeto possibilitou a manutenção do ambiente de alta disponibilidade e maior segurança para os dados e informações fazendárias.

Projeto de modernização do parque computacional da SEF/DF

Sumário Executivo: O Projeto teve por objetivo a aquisição de 1015 computadores na SEF/DF. Resultados: a SEF/DF apresenta um parque computacional moderno, com equipamentos capazes de atender as demandas de maneira mais ágil.

Projeto de Atualização das Licenças Natural/ADABAS

Sumário Executivo: Com os equipamentos servidores IBM RISC P760, com arquitetura de processamento virtualizado, adquiridos em 2013 para fins de atendimento às crescentes demandas fazendárias e de modo a garantir melhor desempenho, disponibilidade e segurança dos sistemas, tornou-se premente a atualização das licenças dos produtos do ambiente Natural/ADABAS. Resultados: O upgrade das licenças dos produtos do ambiente Natural/ADABAS possibilitou o efetivo processamento e operação dos sistemas fazendários, com destaque para o SITAF e Agenci@Net.

Projeto de Aquisição de Produtos Oracle (Tuxedo e Attunity)

Sumário Executivo: O Projeto teve por objetivo garantir o alinhamento da arquitetura definida na modernização do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo (Tuxedo), bem como atualizar o ambiente do Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF (Attunity), haja vista os novos equipamentos servidores. Resultados: A execução do Projeto permitiu maior integração do Sistema SIGGo com outros sistemas que necessitam de suas informações e garantiu a manutenção adequada da integração SIGEST-SITAF nos novos equipamentos servidores.

Projeto de Certificação Digital

Sumário Executivo: o Projeto teve por escopo a contratação dos serviços de certificação integrante da raiz ICP-Brasil, para a criação de Autoridade de Registro (AR) vinculada à Autoridade Certificadora (AC) do Serviço de Processamento de Dados – SERPRO. Resultados: a SEF/DF foi instituída Autoridade de Registro (AR), na mesma hierarquia da Receita Federal na ICP-Brasil.

Projeto de Aferição de Ponto de Função

Sumário Executivo: O Projeto tem por objetivo segregar as funções de execução das atividades de desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos e de validação da execução dessas atividades. Resultados: direcionamento dos servidores de Tecnologia da Informação e Comunicação às atividades típicas de gestão e controle e à celeridade no controle do atendimento às demandas.

Projeto de Atendimento aos Usuários – Help Desk

Sumário Executivo: Projeto em complemento ao Projeto de Infraestrutura de TIC, com o objetivo de segregar os serviços distintos de TIC: atendimento e suporte técnico de 1º e 2º níveis e serviços típicos de

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

infraestrutura de TIC. Tal segregação deu-se em cumprimento às determinações do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal (Decisão nº 4983/2010 e Decisão nº 4521/2010). Resultados: aumento da qualidade do atendimento ao usuário final, bem como reduziu o tempo de resposta dos chamados técnicos.

Projeto de Infraestrutura de TIC

Sumário Executivo: Projeto, em complemento ao Projeto de Atendimento ao usuário – Help Desk como objetivo de segregar os serviços distintos de TIC: atendimento e suporte técnico de 1º e 2º níveis e serviços típicos de infraestrutura de TIC, tais como administração de banco de dados, de redes de comunicação, segurança da informação e suporte a sistemas operacionais e servidores. Tal segregação deu-se em cumprimento às determinações do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal (Decisão nº 4983/2010 e Decisão nº 4521/2010). Resultados: manutenção do elevado desempenho e disponibilidade dos sistemas corporativos.

Projeto de implantação de solução de combate a incêndio no Centro de Dados

Sumário Executivo: O projeto visa dotar o Centro de Dados de equipamentos automáticos de detecção e combate a incêndio que garantam a resposta imediata a esse tipo de incidente, minimizando os danos e garantindo a disponibilidade dos dados e o restabelecimento mais rápido dos serviços. Resultados Esperados: Proteção do Centro de Dados contra eventos de incêndio das mais diversas origens.

Projeto de aquisição de balanceador de carga e de link

Sumário Executivo: Os equipamentos balanceadores de carga têm a finalidade de verificar a disponibilidade de espaço físico dos equipamentos servidores e redistribuir a carga uniformemente entre eles. Os balanceadores de link permite a migração automática dos serviços, em caso de queda de link. Resultados: o projeto possibilitou o aumento da capacidade da rede, com diminuição do tempo de resposta dos serviços demandados, além do aumento da disponibilidade e do desempenho dos equipamentos servidores suportados pela solução.

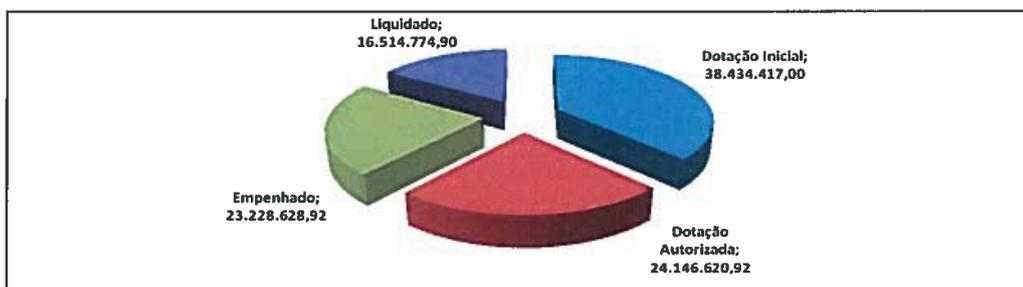
Execução Orçamentária e Financeira

Em R\$

Ação/subtítulo	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	6.772.667	10.160.290	9.430.053	4.559.389
2557 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	31.661.750	13.986.331	13.798.576	11.955.386
TOTAL	38.434.417	24.146.621	23.228.629	16.514.775

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo, posição em 14/11/2014.

Execução Orçamentária e Financeira 2014



Na ação de Modernização dos Sistemas de Informação destacam-se a atualização e o desenvolvimento dos seguintes sistemas corporativos: (i) Sistema Integrado de Gestão Governamental, (ii) Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEP; (iii) ISS eletrônico; (iv) Nota Fiscal ao Consumidor; (v) Sistema do Programa Nota Legal.

Os sistemas do segmento tributário com maior destaque, neste exercício foram:

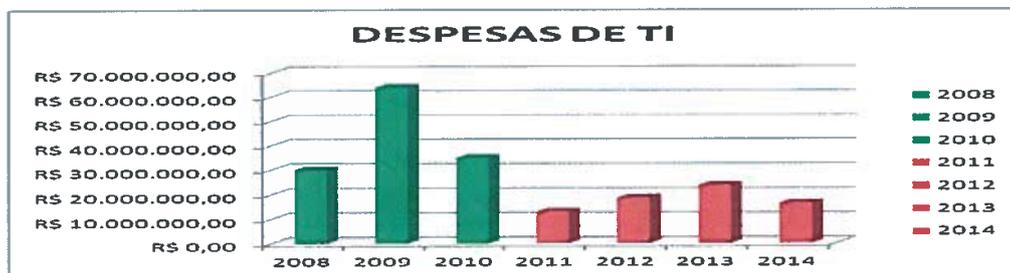
a) No sistema SIGEST-DEC:

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

- NFC-e – Nota Fiscal Eletrônica ao Consumidor;
 - NFe do ISS – Nota Fiscal Eletrônica do ISS;
 - CT-e – Conhecimento de Transporte Eletrônico (Atd. Postos Fiscais via QlikView);
 - MDF-e – Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais p/o Contribuinte.
- b) No sistema SIGEST-DCO:
- Novo Validador do LFe (Livro Fiscal eletrônico) – Nova versão disponibilizada visando garantir maior usabilidade e um processo mais amigável ao Contribuinte.
- c) No sistema PGDAS-DASN houve a implementação do SISREC – Sistema de Recepção de Arquivos da Receita Federal, o qual foi repassado oficialmente às demais Secretarias de Fazenda de outros Estados.
- d) No sistema SIGEST-BFI houve a implementação dos Módulos de ITBI-ITCD do BFI, disponíveis via WEB, à CODHAB.
- e) No sistema SITAF
- Parcelamento na Internet (SITAF_Parcel c/ Gestor Fabrizzo);
 - Disponibilização do Módulos ITBI/ITCD via Internet para os Cartórios;
 - Criação e Disponibilização do Mód. PROTESTO para os Cartórios de Protesto;
 - Disponibilização da Certidão POSITIVA na Internet (em fase de homologação);
 - Disponibilização do Módulo LANCDÉBITO na Internet (em fase de homologação);
 - Migração do SITAF para a nova máquina (P-790).
- f) No sistema SITAF-Parcelamento houve a implementação da 3ª Fase do Recupera-DF e todas as suas adequações (Internet, compensações etc.).

Na ação de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação destacam-se ações relacionadas à melhoria da infraestrutura tecnológica, bem como ao aperfeiçoamento da força de trabalho, por meio da promoção de cursos específicos de TI, tanto em nível de gestão quanto técnico.

Os investimentos de TI no período de 2008 a 2014, reduziram nesta gestão (2011-2014), ao tempo em que a área de TI da SEF/DF foi modernizada, revitalizada e fortalecida, conforme gráfico a seguir:



Mesmo com a redução de investimentos, notadamente em relação aos exercícios de 2009 e 2010, a TI da SEF/DF apresentou um salto de qualidade na prestação de serviços nos exercícios de 2011 a 2014.

Paralelamente, a SUTIC realizou investimentos junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM e ao Fundo de Modernização e Reaparelhamento da Administração Fazendária – FUNDAP.

Pelo PNAFM foi adquirida a grande maioria dos equipamentos e serviços relacionados à expansão do Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade – SIADI. O total de investimentos na carteira do Programa foi de R\$ 6.042.445,00 (seis milhões, quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais).

Junto ao FUNDAP, os investimentos foram na ordem de R\$ 4.206.449,76 (quatro milhões, duzentos e seis mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos). Neste valor estão incluídas a atualização das licenças Natural/ADABAS, bem como as licenças Attunity e Tuxedo, além de uma parte da solução de expansão do SIADI.

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

O detalhamento das aquisições realizadas pelo PNAFM e pelo FUNDAF está evidenciado no quadro seguinte.

Investimentos TI – Programas

Programa	Investimentos		Em R\$
	Ação	Valor	Total
PNAFM	Expansão SIADI	6.042.445,00	6.042.445,00
	Expansão SIADI	1.049.595,00	
FUNDAF	Atualização licenças Natural/ADABAS	2.650.000,00	4.238.799,76
	Produtos Oracle (Tuxedo e Attunity)	506.854,76	
	Licenças Coldfusion	32.350,00	

Portanto, o total de investimentos realizados pela SUTIC, no exercício de 2014, está apresentado a seguir.

Tesouro	PNAFM	FUNDAF	Total	Em R\$
16.514.774,90	6.042.445,00	4.206.449,76	26.796.019,66	

Projetos iniciados em 2014

Os Projetos que estão em fase de desenvolvimento (iniciados neste exercício), mas ainda não concluídos, são os especificados a seguir.

Projeto de atualização de licenças Visual Studio

Sumário Executivo: o projeto tem por objetivo atualizar a ferramenta de desenvolvimento em .Net (Dot Net). Resultados Esperados: atualização da ferramenta permitirá a obtenção de recurso de sistema que proporcione maior agilidade por meio do modelo MVC (modelo-visão-controlador) e com maior compatibilidade com IIS 7 (Internet Information Service, versão 7). Dessa forma, os sistemas desenvolvidos terão melhor desempenho, além de a ferramenta evitar que o código produzido e os que estão em produção se tornem obsoletos

Projeto de atualização da solução Symantec Protection Suite

Sumário Executivo: O projeto tem por escopo a renovação de licenças da solução de proteção à rede de dados da SEF/DF, compreendendo antivírus, antispam, proteção contra intrusos e controle de acesso a rede. Resultados Esperados: o projeto garantirá a segurança de rede da SEF/DF contra ataques, infestações, sobrecarga e invasões oriundas de redes externas ou internas.

Projeto de implantação de fibra óptica

Sumário Executivo: O projeto visa interligar todas as unidades da Secretaria de Estado de Fazenda com conexão em fibra. Resultados Esperados: melhoria na comunicação de dados na SEF/DF.

Projeto de implantação de novo Portal de Intranet

Sumário Executivo: o projeto visa à substituição do Portal de Intranet por solução mais robusta e moderna, com a inclusão de novos serviços. Resultados Esperados: Implantação de nova plataforma que ofereça maior interatividade e facilidade de uso.

Projeto de Portal de Licitação

Sumário Executivo: o projeto, a ser desenvolvido para a Subsecretaria de Administração Geral – SUAG, tem por objetivo documentar o processo de cadastro de editais, gerenciar os documentos editalícios, bem como disponibilizar informações para o cidadão. Resultados Esperados: o projeto possibilitará acesso e transparência aos resultados e documentos públicos dos certames realizados pela SEF/DF.

Projeto de desenvolvimento do sistema para registro e controle do processo de julgamento de Primeira Instância – SGEJUC

Sumário Executivo: o projeto tem por escopo implementar o novo Sistema de Gerenciamento do Contencioso Administrativo Fiscal (SGEJUC) integrado com demais sistemas e cadastros da administração

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

tributária. Resultados Esperados: O projeto propiciará agilidade, tempestividade, controle e gerenciamento dos procedimentos e atividades do contencioso administrativo fiscal, propiciando ferramentas mais ágeis inclusive para notificação dos contribuintes.

8. OUVIDORIA FAZENDÁRIA

Compete à Ouvidoria Fazendária, prioritariamente, auxiliar o cidadão junto à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal em suas demandas. O monitoramento sistemático dos atendimentos permite assistir o contribuinte na resolução de serviços prestados pela Secretaria de Fazenda do DF e, ainda, detectar oportunidades de melhorias que visam o aperfeiçoamento dos processos de trabalho.

Com a disponibilização do Atendimento Virtual no Portal SEF, junto com o Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC, as manifestações não mais são recepcionadas por e-mails, sendo monitoradas nos referidos sistemas, que são ferramentas que permitem maior agilidade no atendimento e acompanhamento por parte do cidadão.

O Sistema de Gestão de Atendimento ao Contribuinte – SIGAC em 2014 foi revisado pelos setores responsáveis por sua gestão - Agência de Atendimento Remoto e Ouvidoria Fazendária – tendo sido agregadas novas funcionalidades e serviços, proporcionando um atendimento mais ágil, eficiente e dando maior comodidade para o cidadão, que registra suas demandas pelo Atendimento Virtual.

Quantitativo de Atendimentos no período de 2010 a 2014

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2010	261	249	330	486	488	283	295	281	284	274	235	266	3.732
2011	439	705	407	372	512	405	455	434	397	380	479	459	5.444
2012	677	1.434	711	525	617	565	435	498	363	498	509	351	7.183
2013	520	440	368	550	620	569	619	424	493	627	573	446	6.249
2014	408	386	354	399	431	327	470	433	421	419	260	244	4.552

Total de Atendimento TAG, e-SIC e SIGAC – SEF até novembro de 2014

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	Sistema
2014	134	119	124	107	84	53	75	85	70	63	28	38	980	TAG
2014	267	261	224	284	336	266	389	337	342	345	226	201	3.478	SIGAC
2014	7	6	6	8	11	8	6	11	9	11	6	5	94	e-SIC
Total 2014	408	386	354	399	431	327	470	433	421	419	260	244	4.552	

9. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO

A atividade de correção ampara-se inicialmente na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Distrito Federal. No âmbito do Distrito Federal, a atividade de correção está disciplinada na Lei Complementar Distrital nº 840, de 23 de dezembro de 2011 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações -, em vigor desde 1º de janeiro de 2012.

Além disso, aplicam-se subsidiariamente ao processo disciplinar e sindicância as seguintes normas: Lei nº 9.784/1999, Código Penal, Processo Penal e demais normas atinentes à matéria correcional.

A Unidade de Corregedoria Fazendária integra o Sistema de Correição do DF - SICOR, disciplinada pela Lei nº 4.938, de 19/09/2012, estando sob a supervisão da Corregedoria-Geral do Distrito Federal, criada pela Lei nº 3.105, de 27 de dezembro de 2002, alterada pela Lei nº 3.163, de 03 de julho de 2003.

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Procedimentos Instaurados

Procedimentos (*)	Iniciados	Instaurados	Em andamento	A Instaurar	Em Julgamento
Processo Administrativo Disciplinar – PAD	10	7	6	-	3
Sindicância	2	10	4	2	2
Instrução Prévia (**)	2	7	1	-	1
Acidente de Serviço	1	3	2	-	-
Grupo de Trabalho	1	-	1	-	-
TOTAL	16	27	14	2	6

(*) Ainda atendemos demandas SOIWEB, diligências determinadas por autoridades julgadoras e investigações de caráter reservado.

(**) Os processos de IP que estão em julgamento se referem àqueles que foram concluídos com a sugestão de arquivamento.

Evolução Anual do Quantitativo de Procedimentos Instaurados

Dentre os Procedimentos instaurados estão PAD's, Sindicâncias, Sindicâncias de Acidente em Serviços, Instruções Prévias e outros, totalizando 27 (vinte e sete) em 2014.

Encontra-se em desenvolvimento, mediante grupo de trabalho, a elaboração de Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância desta SEF.

Em face das alterações legislativas promovidas pelo Decreto 33.370/2011, a PGDF, atendendo a questionamento da SEF, elaborou o Parecer PROPES 3.128/2012, indicando a urgência de edição de lei ordinária para a correção de possíveis incongruências com a extinção de mandatos por via decreto, sendo que criados por lei, além de dúvidas quanto às competências da unidade e de seus membros. O Decreto 35.565/2014, Regimento Interno da SEF, corrigiu parte dos problemas identificados pela PGDF, mas ainda persiste a questão relativa aos cargos com mandatos, criados por lei, extintos por decreto. Assim, o envio de PL à Câmara continua a ser medida necessária para a correção das falhas apontadas.

Para o exercício de 2015, a Corregedoria continuará empenhada na adoção de novas práticas com o objetivo de aperfeiçoar as atividades de correção, dentre eles, além do Manual de PAD e Sindicância, e o Código de Ética dos Servidores da SEF, adotar o Termo de Ajuste de Conduta para tratar desvios éticos leves, inclusive os disciplinados na Lei Complementar nº 840/2011.

Ações estratégicas:

a) Capacitação de servidores da UCF e das demais unidades da SEF para atuação em Comissões de PAD, Sindicâncias e investigações preliminares, por meio de cursos disponibilizados pela EGOV e por outros órgãos de correição;

b) criação e manutenção de banco de servidores capacitados para condução de comissões processantes. Pretende-se despertar o interesse dos servidores lotados em outras unidades para atuação comissões processantes.

c) Transparência – atualizar área destinada na Intranet: publicar textos sobre disciplina e ética pública; relatórios de atividades da UCF; leis, decretos, portarias e pareceres de órgãos normativos sobre temas da área disciplinar;

A UCF pretende, ainda, adotar novas práticas, considerando a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, são elas:

a) Definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos atinentes às atividades de correição, mediante a edição de enunciados e instruções, tendo em vista a Lei nº 4.932/2012, que trata do Sistema de Correição do Distrito Federal – SICOR/DF;

b) Aprimoramento de procedimentos relativos à investigação reservada e preliminar previstos no novo RJU (arts. 210 e 211, § 4º);

c) Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Procedimentos Disciplinares.

B. D.

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 002959

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

10. CONTROLE INTERNO

A Unidade de Controle Interno, no cumprimento das tarefas constantes do Plano Anual de Atividades de Controle Interno – PAACI/2014, efetuou o acompanhamento dos dados do Sistema de Gestão Governamental - SIGGO e do Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, procedeu a verificações em registros funcionais, análise de processos referentes às diversas áreas internas e às demais atividades que competem à Secretaria de Estado de Fazenda, visitas e inspeções em vários setores do órgão, reuniões com executores de contratos e convênios, instruções prévias para verificação de indícios de existência de prejuízo e outros, além do atendimento a demandas extras, oriundas, em sua maioria, da Secretaria de Estado de Transparência e Controle e do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Também colaborou com as atividades da Unidade de Corregedoria Fazendária, uma vez que alguns servidores da Unidade de Controle Interno atuaram em processos de apuração de sindicância ou administrativos disciplinares.

As atividades realizadas pela Unidade de Controle Interno – UCI foram distribuídas em áreas temáticas, a saber: capacitação, orçamentária, contábil e financeira, suprimentos de bens e serviços, licitações, contratos, convênios, almoxarifado, patrimonial, bens apreendidos, recursos humanos, prestação de contas da Gestão, acompanhamento de auditorias da Controladoria Geral e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, elaboração de Planos de Atividades e Relatórios e assessoramento e orientações.

1) Área Gerencial

I – Boas práticas

a) A Unidade de Controle Interno apresentou sugestão de boas práticas, afetas ao melhor desempenho do controle interno e em vista a transparência de dados e informações, para adoção nesta Secretaria de Estado de Fazenda, como por exemplo, minuta de Portaria, com a finalidade de que os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal deverão manter regularizadas suas situações jurídicas, fiscal, econômico-financeira e administrativa, bem como atender a todas exigências previstas no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC.

b) Em razão da competência de oferecer orientação preventiva aos gestores, de forma a contribuir para a identificação antecipada de riscos e também voltada para o aprimoramento de procedimentos, apresentou à SUAG/SEF, a título de informação/orientação de adotar novos critérios foram estabelecidos para garantir direitos aos trabalhadores, no caso, terceirizados. Entre eles, estão a conta vinculada, onde recursos para pagamento de direitos trabalhistas devem ser depositados mensalmente pela empresa. A norma exige também que a apólice do seguro, da garantia contratual, cubra o pagamento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, quando não forem honradas pela empresa contratada.

II – Acompanhamento das Decisões do TCDF:

A Unidade de Controle Interno acompanha as recomendações da Secretaria de Estado de Transparência e Controle – STC e as decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal, concernentes as atividades afetas à Secretaria de Estado de Fazenda, assessorando os gestores responsáveis e o respectivo Secretário de Estado a fim de dar cumprimento nos prazos devidos, e organiza as respostas das áreas par o atendimento no prazo determinado.

A UCI redirecionou para Subsecretária de Tomada de Contas Especial da Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF e unidades interessadas algumas decisões que tratavam de Tomada de Contas Especial encerradas.

Há, ainda, as decisões que tratam de Tomada de Contas Anual de administradores de dinheiros e valores. Quando se decide pela quitação dos responsáveis de órgãos da Administração Direta, Fundos e de Relativa Autonomia, essas as encaminhamos para a Subsecretaria de Contabilidade para proceder as providências de alçada.

A UCI acompanhou respostas a 260 decisões até novembro de 2014.

No que se refere à atribuição prevista nos incisos V e VI do art. 6º do Decreto nº 35.565/2014, foram acompanhadas junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF os seguintes quantitativos de demandas:

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

ÓRGÃO	QUANTITATIVO POR EXERCÍCIO				
	2010	2011	2012	2013	2014
CLDF	21	21	21	25	24

Em 2014, foram acompanhadas as seguintes demandas junto à CLDF:

Proposição	Ementa	Situação
PDL 284/2014	Homologa os Convênios ICMS 116, de 11 de outubro de 2013, e 191, de 17 de dezembro de 2013.	Publicado o Decreto Legislativo nº 2034/2014
PL 1.502/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal de empresas prestadoras de serviço na forma que especifica.	Publicada a Lei nº 5.319/2014.
PL 1.782/2014	Dispensa, nos casos que especifica, o pagamento de ITBI na aquisição do primeiro imóvel.	Recebido na CEOF sem parecer. (17/12/2014)
PL 1.839/2014	Altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.	Publicada a Lei nº 5.361/2014.
PL 1.840/2014	Cria o Programa IPTU Verde que Dispõe sobre a redução no Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU como incentivo ambiental	
PL 1.886/2014	Altera a Lei Federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências. (Autoria do Projeto: Deputada Eliana Pedrosa)	
PL 1.890/2014	Criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços. (Autoria do Projeto: Deputada Eliana Pedrosa)	Recebido na CEOF sem parecer. (17/12/2014)
PL 1.916/2014	Obrigatoriedade de avaliação dos impactos das políticas fiscais, tributárias e creditícias do Governo do Distrito Federal.	Publicada a Lei nº 5.422/2014.
PL 1.947/2014	Institui a terceira fase do Programa de Recuperação de Créditos Tributários do Distrito Federal – RECUPERA-DF.	Publicada a Lei nº 5.365/2014.
PL 1.951/2014	Altera a lei nº 5.021, de 22 de janeiro de 2013, que Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para realização de projetos culturais e dá outras providências.	
PL 1.952/2014	Dispõe sobre as isenções do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.	
PL 1.954/2014	Dispõe sobre a redução da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISS incidente na prestação de serviços que especifica e dá outras providências.	Recebido na CEOF (19/12/2014)
PL 1.957/2014	Dispõe sobre o incentivo à utilização de bicicletas da compensação de tributos pagos na aquisição do veículo e dá outras providências.)
PL 1.961/2014	Concede desconto, nos casos que especifica, no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU. (Autoria do Projeto: Deputada Eliana Pedrosa)	
PL 1.966/2014	Dispõe sobre a compensação de crédito tributário com débito do distrito federal decorrente de precatório judicial. (Autoria do Projeto: Deputado Robério Negreiros)	
PL 1.971/2014	Dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	Publicada a Lei nº 5.403/2014.
PL 1.989/2014	Dispõe sobre oferta pública para liquidação antecipada dos contratos de financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEF e para a cessão dos respectivos créditos.	Publicada a Lei nº 5.404/2014.
PL 2.042/2014	Estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do IPVA/2015.	Publicada a Lei nº 5.441/2014
PL 2.044/2014	Dispensa parcialmente o pagamento de créditos tributários relacionados com o ICMS devido nas prestações de serviço de televisão por assinatura, nas condições especificadas pelo Convênio ICMS 53/09	Publicada a Lei nº 5.413/2014.
PL 2.045/2014	Altera a Lei nº 5.365/2014 que institui a terceira fase do Programa de Recuperação de Créditos Tributários do Distrito Federal – RECUPERA-DF.	Publicada a Lei nº 5.414/2014.
PL 2.046/2014	Altera a Lei nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, que institui a Taxa de Limpeza Pública no Distrito Federal.	Publicada a Lei nº 5.412/2014.

SPL FROCC 00003 /15-Folha nº 002960 Data

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Proposição	Ementa	Situação
PLC 100/2014	Altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências (Altera de 5% para 2% a alíquota do ISS para os casos que especifica).	Aprovado. À CCI para elaboração da redação final. (19/12/2014)
PLC 102/2014	Altera a Lei Complementar nº 52, de 23 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a compensação de créditos líquidos e certos devidos pelo Distrito Federal, e suas autarquias e fundações com créditos tributários de competência do Distrito Federal.	À CCI para exame e parecer, podendo receber emendas no prazo de 10 dias úteis. (09/12/2014)
PLC 107/2014	Altera a Lei Complementar nº 833/2011 que dispõe sobre o parcelamento de créditos da natureza tributária e não tributária de titularidade do Distrito Federal.	Publicada a Lei Complementar nº 892/2014.

Acompanhamento de demandas junto ao TCDF:

Foram acompanhadas junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF os seguintes quantitativos de demandas:

ÓRGÃO	QUANTITATIVO POR EXERCÍCIO				
	2010	2011	2012	2013	2014
TCDF(1) (2)	41	-	49	12	0

Observações:

(1) A partir de 17/05/2013, tal atribuição ficou sob a responsabilidade da UCI/SEF, conforme Decreto nº 34.367/2013;

(2) Sem informação em relação a 2011.

Processo	Assunto	Situação
15.063/2012	Representação formulada pelo Ministério Público junto à Corte, na qual é requerida a análise da Lei 4.732/11 em face dos princípios da economicidade, legalidade, moralidade e legitimidade.	15/10/2013 - Decisão nº 5069/2013: Sobrestamento dos autos até o deslinde da ADI nº 2012.00.2.014916-6.
23.397/2013	Acompanhamento dos repasses de recurso destinados ao pagamento dos precatórios (no exercício de 2013)	31/07/2014 - Decisão 3672/2014: (...) IV – em razão dos atrasos observados nos repasses relacionados ao exercício de 2013, orientar a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal para que observe a tempestividade na realização dos repasses de recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais e RPVs, em conformidade com o disciplinado pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, c/c o Decreto Distrital nº 31.398/10; (...)
30.178/2012	Análise de informações fornecidas pelo MPDFT, por meio do Ofício nº 1543/2012-PGJ/MPDFT e anexos, acerca do descumprimento, por parte do Distrito Federal, das exigências para a renúncia de receitas elencadas nos diplomas legais pertinentes, em especial na LRF e na LODF (ref. PROATACADISTA).	27/03/2014 - Decisão 1358/2014: Sobrestamento do feito até o desfecho da ADI nº 2012.00.2.011535-3, que trata do exame da constitucionalidade das Leis distritais nºs 4.808/2012 e 4.878/2012.
26.447/2014-e	Acompanhamento da Gestão Fiscal (Repasses de recursos para pagamento de precatórios, no exercício de 2014).	19/11/2014 – À Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública.
29.870/2014-e	Representação oferecida por cidadão, com pedido de cautelar, a qual noticia a existência de possível irregularidade no procedimento administrativo que culminou na Resolução do Conselho de Política de Recursos Humanos - CPRH que autorizou a realização de certame para provimento de 100 (cem) vagas para o cargo de Auditor Tributário da Receita da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal. Inobservância do Decreto nº 33.234/11. Possível ofensa ao princípio da legalidade. ☐	15/12/2014 - Despacho Singular nº 888/2014 – CRR: conceder medida cautelar para que a Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em função do que estabeleceu a mencionada decisão judicial, se abstenham de praticar quaisquer atos com fundamento na Resolução do Conselho de Política de Recursos Humanos - CPRH/SEAP, publicada no DODF nº 94, de 13.05.2014 (Processo Administrativo nº 125.000.1 77/2013), que autorizou a abertura de concurso público para o provimento de 100 (cem) cargos de Auditor Fiscal da Carreira Auditoria Tributária do DF
35.934/2014	Consulta relativa aos procedimentos	24/12/2014 - À Secretaria de Fiscalização de Pessoal.

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

626

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 002960 VERSÃO 2

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Processo	Assunto	Situação
	administrativos a serem observados para concessão de aposentadoria especial aos integrantes da carreira de auditoria tributária do Distrito Federal (040.006.339/2014).	

Acompanhamento de demandas junto ao Poder Judiciário:

Processo	Assunto	Situação
STF		
ADI 4730	ADI ajuizada pela FEBRAFITE em face dos arts. 2º e 15 da Lei Distrital nº 4717/2011, que reestrutura a Carreira de Auditoria Tributária do DF.	Em pauta, aguardando julgamento (04/03/2013).
ADI 4972	ADI ajuizada pelo PGR em face dos arts. 8º a 13 da Lei Distrital nº 3.196/2003 (incentivo creditício – Pró-DF II)	Conclusos ao Relator (10/03/2014).
RE 724452	RE interposto pelo DF na ADI 2011.00.2.008658-6, ajuizada pela MPDFT em face das Leis distritais 4452/2009 (art. 3º), 4289/2008 (art. 3º) e 4072/2007 (art. 2º) – permissão para SEF alterar a pauta do IPTU – e julgada procedente no TJDF.	Não provido, MIN. CELSO DE MELLO (17/11/2014). Trânsito em julgado (09/12/2014).
RE 725228	RE interposto pelo MPDFT na ADI 2011.00.2.009627-7, ajuizada pelo MPDFT em face das Leis distritais 4459/2009 (art. 3º), 4292/2008 (2º) e 4071/2007 (art. 2º) – permissão para SEF alterar a pauta do IPVA – e julgada improcedente no TJDF.	Juntada do mandado cumprido do MPDFT, ref. ao despacho publicado no DJE de 10/11/2014 (14/11/2014) À PGR para parecer (DJE de 10/11/2014).
TJDFT		
ADI 2012.00.2.000536-0	ADI ajuizada pelo MPDFT em face da expressão “efetivas, ocupados e”, constantes do artigo 2º; dos artigos 15; 16; 17, § 1º; e 19; e do Anexo III da Lei Distrital nº 4717/2011, que reestrutura a Carreira de Auditoria Tributária do DF.	Tramitação suspensa até o julgamento da ADI 4730/DF pelo STF (DJ de 6/7/2012).
ADI 2013.00.2.0018454-8	ADI, com pedido de liminar, ajuizada pelo MPDFT em face da Lei nº 2708/2001 e Decretos nº 34235/2014 e 34362/2013.	Interposição de RE pelo MPDFT (30/12/2014). Embargos de Declaração rejeitados, mas confirmada a modulação dos efeitos – <i>ex nunc</i> (DJE de 02/12/2014). Julgada parcialmente procedente (DJE de 19/08/2014).
ADI 2013.00.2.017114-5	ADI, com pedido de liminar, ajuizada pelo MPDFT em face dos artigos 1º, 2º, 3º e 10 da Lei nº 5005/2012 e dos artigos 1º, 9º e 10 da Lei nº 5099/2012.	Interposição de RE pelo MPDFT (03/09/2014). Julgada improcedente, maioria (DJE de 15/04/2014)
ADI 2012.00.2.011535-3	ADI, com pedido de liminar, ajuizada pelo MPDFT em face dos artigos 1º e 2º da Lei nº 4808/2012 (PROATACADISTA).	Encaminhado ao STF com RE do Distrito Federal deferido na origem (26/03/2014). Julgada procedente, unânime (DJE de 17/06/2013).
ADI 2012.00.2.014916-6	ADI ajuizada pelo MPDFT em face da Lei nº 4732/2011.	Deferido o processamento de RE do MPDFT (DJE de 21/10/2014). Julgada improcedente, maioria (DJE de 09/05/2014)
ADI 2012.00.2.026370-4	ADI ajuizada pelo MPDFT em face do art. 16 da Lei nº 4.958/2012, que dispõe sobre da Carreira de Gestão Fazendária (Aproveitamento de servidores da Carreira de Administração Pública).	Interposição de RE pelo MPDFT (30/10/2014). Julgada Improcedente por maioria (DJE de 26/09/2014)
ADI 2014.00.2.012853-5	ADI, com pedido de liminar, ajuizada pelo MPDFT em face das Leis nº 4866/2012 e 5223/2013 (Assunto: Exclusividade conferida ao Banco de Brasília - BRB para receber os depósitos judiciais referentes a tributos e para manter o Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais Tributários do DF. Invasão de competência da União para legislar sobre direito processual. Interferência na autonomia do Poder Judiciário local. afronta à regra constitucional da citação).	Aguarda julgamento (11/12/2014)
ADI 2014.00.2.030996-9	ADI, com pedido de liminar, ajuizada pelo MPDFT em face da Lei nº 5423/2014	Deferiu-se a medida cautelar nos termos do voto da Relatora, suspendendo-se a eficácia da Lei 5423/2014, com efeitos “ex nunc” até julgamento definitivo da ação. Unânime. (16/12/2014)
Ordinária 2011.01.1.085400-0 (3ª VFPDF)	ACP por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo MPDFT em desfavor de Fiscal Tributário.	Sentença de primeiro grau: julgou parcialmente procedente e condenou o réu à perda da cargo público e outros. (02/04/2014). Apelação interposta incluído em pauta para julgamento - data Sessão: 05/11/2014
Anulatória 2014.01.1.109071-7 (4ª VFPDF)	Susta os efeitos da Decisão nº 6142/2013 do TCDF	Conclusos para julgamento. (14/10/2014)

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 002961

B. B.

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

11. UNIDADE DE INTELIGÊNCIA FAZENDÁRIA E GESTÃO DE RISCOS

- Implementação e acompanhamento da Política de Segurança da Informação (PSI) da SEF;
- Gestão/Aprimoramento do sistema de controle de acesso do Ed. VRD;
- Implantação e aprimoramento do monitoramento de vídeo da SEF, em dez agências de atendimentos, dois postos de fiscalização, tribunais de recursos fiscais, arquivo, correedoria;
- Gestão de Relatório de Incidentes;
- Capacitação e conscientização de segurança;
- Julgamento dos casos relacionados a liberação de acesso a conteúdo internet na rede SEF;
- Definição de regras e perfis de acesso a sites internet;
- Acompanhamento da implantação do software de auditoria em banco de dados dos sistemas da SEF/DF;
- Capacitação em qualidade no atendimento no serviço de recepção e portaria da SEF;
- Monitoramento e acompanhamento da atualização tecnológica do sistema Firewall de acesso a internet;
- Desenvolvimento de campanhas de conscientização interna em torno da temática de segurança corporativa.
- Desenvolvimento de projetos básicos para a aquisição de sistemas de auditoria em produtos Microsoft na parte de mensageria (email), acesso à rede (active directory) e permissionamento de arquivos.
- Desenvolvimento e implantação da primeira fase do sistema de inteligência fazendária (IRIS);
- Concepção e licitação de sistema de controle de acesso, frequência e gestão de atividades internas e externas na SEF.

12. APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL**PROGRAMA: 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA**

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	50.000	0	0	0
9625 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	50.000	0	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	4.165.000	861.215	688.067	688.067
6972 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	4.165.000	861.215	688.067	688.067
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	250.000	144.610	144.610	144.610
0010 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	250.000	144.610	144.610	144.610
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PENAL	4.550.000	3.145.151	3.145.150	3.145.150
0004 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-PROGRAMA NOTA LEGAL-DISTRITO FEDERAL	4.550.000	3.145.151	3.145.150	3.145.150
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	248.567.786	278.774.133	278.772.580	278.759.081
0055 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	248.567.786	278.774.133	278.772.580	278.759.081
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	6.597.127	6.747.125	6.708.118	6.708.118
6999 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	6.597.127	6.747.125	6.708.118	6.708.118
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	23.786.701	28.771.825	28.396.188	27.487.551
0051 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	23.786.701	28.771.825	28.396.188	27.487.551
TOTAL DO PROGRAMA 6003	287.966.614	318.444.058	317.854.714	316.932.578

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – SEF

Realizada a manutenção e conservação das Unidades da Secretaria de Estado de Fazenda, por meio de contratos de locação de imóveis; manutenção e conservação predial; manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e veículos; despesa com manutenção dos serviços administrativos (energia elétrica, água e esgoto, telefonia); aquisição de material de consumo e expediente, suprimentos de informática e etc), além de contratos de arrecadação de tributos (pagamento a bancos); jetons; aquisição de equipamentos e materiais de consumo e permanente; contratação de mão de obra terceirizada.

Reforma de Prédios e Próprios-Secretaria de Fazenda-Distrito Federal

Ampliação e reforma, da área total construída do imóvel, incluindo piso, instalação de forro, instalação elétrica, hidráulica, revestimento, pintura, impermeabilização e outros.

Capacitação de Servidores-Secretaria de Fazenda-Distrito Federal

Capacitados 79 servidores por intermédio do “Curso de Formação de Fiscais e Gestores de Contratos Administrativos”, 03 servidores participaram do “VI Simpósio de Direito Tributário” e 01 servidor participou do Seminário Guerra Fiscal – “Os Riscos da Súmula Vinculante para Empresas”.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	265.078.217	252.978.217	252.326.479	252.288.259
0009 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-PRECATORIOS-DISTRITO FEDERAL	264.178.217	252.078.217	251.887.385	251.887.385
0010 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR-DISTRITO FEDERAL	800.000	800.000	439.094	400.874
9029 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA	64.718.000	77.705.037	77.705.037	77.705.037
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA-SECRETARIA DE FAZENDA- PLANO PILOTO	64.718.000	77.705.037	77.705.037	77.705.037
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	240.730.000	264.103.068	264.100.256	264.100.256
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-REFINANCIADA-DISTRITO FEDERAL	86.992.000	124.570.945	124.570.944	124.570.944
0002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-SERVIÇO DA DÍVIDA-DISTRITO FEDERAL	153.738.000	139.532.123	139.529.312	139.529.312
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	160.547.000	126.107.395	125.951.933	125.951.933
6963 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-SECRETARIA DE FAZENDA- PLANO PILOTO	160.547.000	126.107.395	125.951.933	125.951.933
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	26.436.070	23.632.965	23.395.135	23.395.135
0063 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	22.436.070	19.346.528	19.112.203	19.112.203
7002 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESTITUIÇÕES DE TRIBUTOS DA SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	4.000.000	4.286.438	4.282.933	4.282.933
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	5.245.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001	762.754.287	744.526.682	743.478.839	743.440.619

* Observação: Competência da SUTES

Execução de Setenças Judiciais –Precatórios- Plano Piloto

Foram realizados repasses diversos ao TRT 10ª Região a título de Requisições de Pequeno Valor - RPV.

Ressarcimentos, Indenizações e Restituições de Tributos da SEF

Foram ressarcidos os respectivos órgãos e atendidas às restituições de tributos, impostos, taxas (IPTU/TLP) relativas a imóveis utilizados pela Secretaria, a título de cessão de uso; Restituição de Imposto de Renda Retido na Fonte (retidos a maior/indevidamente) a servidores da Polícia Civil do Distrito Federal.

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

Principais Convênios SEF - DF:

Convênio	Objeto
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/DF	Ações conjuntas entre a SEF e Detran para que os proprietários de veículos automotores de via terrestre regularizem os débitos de “LICENCIAMENTO DE 2012” e Seguro Obrigatório DPVAT e outros débitos regularizem a situação de inadimplência. Vigência 04/03/2015.
BRB – Banco de Brasília S.A	Ampliar os pontos de atendimento ao contribuinte do Distrito Federal, por intermédio da rede de correspondentes bancários do BANCO, denominada “BRB- Conveniência” Vigência: 21/11/2018
Administradora de Cartões	Administração, no território brasileiro, de transações realizadas mediante aceitação de cartões admitidos como meio de pagamento de produtos e serviços, o que inclui (a) a afiliação de estabelecimentos comerciais (“Estabelecimentos”) para que estes possam aceitar os Cartões como meio de pagamento, e (b) a captura, a transmissão, o processamento e a liquidação de transações com os Cartões Vigência: 01/11/2018
TERMO DE COOPERAÇÃO (SEF x SEJUS)	Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes com vistas ao desenvolvimento de ações destinadas à implantação e operacionalização das Unidades fixas da Rodoviária, Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho e Gama da Subsecretaria de Modernização do Atendimento ao Cidadão – NA HORA, cuja finalidade é prestar atendimento de alto padrão de qualidade, eficiência e rapidez, facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos, simplificar as obrigações de natureza burocrática, assim como ampliar os canais de comunicação entre o Estado e o Cidadão. Vigência: 30/10/2014
Convênio de Cooperação: SEF, SESCOB, UNIÃO e JCDF	Prestação de serviço público de forma descentralizada e integração de esforços e ações para a simplificação dos procedimentos para concessão do NIRE (Número de Identificação do Registro de Empresa) e do CF/DF (Cadastro Fiscal do Distrito Federal). Vigência: 03/07/2017
Ministério da Fazenda – RFB /	Intercâmbio de informações fiscais cadastrais e econômico-fiscais de mútua assistência na fiscalização dos tributos que administram. Vigência: Indeterminada
SEF x BRB	Ampliação dos pontos de atendimento ao contribuinte do DF, por intermédio da rede de correspondentes bancários do BRB. Vigência: 05 anos (60 meses a partir de 22.11.2013)
SERPRO	Prestação de Serviços de Processamento de dados, de web service, via inforconv, para acesso via internet a base de dados do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, para o programa Nota Legal Vigência: 12 meses a contar da data de sua assinatura

Engenharia

- Instalação de sinalização interna e externa - Programação Visual - para diversas unidades da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, ou seja, Postos Fiscais, Agências de Atendimento e Prédios Administrativos novos ou antigos, e para a revitalização e substituição da sinalização de locais que se fizerem necessários, tudo em conformidade com as disposições do Termo de Referência e de seus Anexos, que o integram e complementam.

- Instalação de grupos de geradores e nobreaks visando atender as necessidades da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF/DF.

- Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais e mobiliários, bem como de outros serviços correlatos como o remanejamento dos ativos patrimoniais necessários à funcionalidade orgânica com o fornecimento de mão de obra, materiais, ferramentas, transporte, máquinas e equipamentos dos imóveis pertencentes à Secretaria de Estado de Fazenda e dos que estejam sob sua responsabilidade, localizadas no Distrito Federal.

- serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em 04 elevadores do Ed. Vale do Rio Doce, em Brasília- DF (Em andamento).

- Remanejamento da rede de esgoto do Ed. Vale Rio Doce, visando escoamento do esgoto pela via lateral, alterando o que existe atualmente (Em andamento).

- Reforma e ampliação da Agencia de Sobradinho-DF (Concluído em 2014).

- Reforma do Posto Fiscal BR040 (Concluído em 2014).

- Reforma das Agências de Taguatinga e Gama (Concluído em 2014).

- Reforma do CPD Primaria - VRD subsolo (Concluído em 2014).

- Instalação da Nova Agência de atendimento da Receita - na Estação do METRO 108 Sul - divisão da Agencia Brasília que passará a ser Agência de Atendimento Norte, em fase de conclusão (Em fase de conclusão).

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

630

SPL PROJ 00003

13-Folha Nº 002962 vers. 1.0

Relatório Anual de Atividades – SEF – 2014

- Reforma do CPD Secundário - SIA – GEFMT (Obra em andamento).
- Reforma Agência Bandeirante (Obra em andamento).

13. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O exercício de 2014 foi marcado por importantes realizações e mudanças que causaram impacto na Administração Geral. Apesar das dificuldades enfrentadas, principalmente pela carência de recursos humanos e tecnológicos, ainda assim, é positiva a avaliação dos resultados, até então, obtidos neste exercício.

No que tange às principais dificuldades encontradas no exercício de 2014, ressaltam-se:

- insuficiência de recursos tecnológicos;
- Carência de mão de obra;
- Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros.

Em 2015 vislumbra-se executar, principalmente, as seguintes atividades:

- modernizar a gestão tributária com ênfase nos instrumentos para arrecadação e restituição de tributos;
- informatizar os procedimentos de gestão dos contratos, licitações e planejamento da execução orçamentária e financeira;
- dar continuidade aos procedimentos necessários à construção da Escola Fazendária.

SUTIC

No ano de 2014 deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, voltado à consolidação de iniciativas destinadas a modernizar o ambiente tecnológico da Secretaria de Estado de Fazenda no sentido de garantir sua estabilidade, segurança e capacidade de atendimento da demanda e proporcionar disponibilidade permanente dos serviços oferecidos pela SEF/DF à sociedade.

O cidadão vem sendo o principal foco da Secretaria de Estado de Fazenda, que vem investindo em melhorias no atendimento e na prestação de serviços pela Internet, ações com repercussão direta na infraestrutura tecnológica necessária para o suporte adequado.

Permanece como foco dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação o cliente interno, o servidor que necessita de recursos informatizados para executar suas atividades e com isso garantir as duas faces do equilíbrio fiscal do Distrito Federal, seja no incremento da arrecadação tributária, seja no controle preciso da execução orçamentária essenciais ao bom andamento das ações finalísticas da instituição.

Nesse sentido, a SUTIC tem procurado o investimento em projetos que, além de assegurar disponibilidade e segurança, ampliem a capacidade de processamento de forma a corresponder à constante ampliação das necessidades das áreas negociais, tendo em vista não somente a perspectiva atual, mas com vistas à demanda do futuro.

SFL PROC. 00003 /15-Folha Nº 002963 *Bete*

Relatório Anual de Atividades – BRB S.A – 2014

12.1 BANCO DE BRASÍLIA S.A. - BRB - UO: 19.202

O Banco de Brasília S.A. – BRB é uma Sociedade de Economia Mista, de capital aberto, criada conforme autorização contida na Lei Federal n.º 4.545, de 10/12/1964, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, pelo Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis.

O Banco tem por objeto o exercício de quaisquer operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades autorizadas aos integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive operações de câmbio, das quais resultem a promoção do desenvolvimento econômico e/ou social do Distrito Federal da Região Centro-Oeste e das demais áreas de sua influência.

Na qualidade de agente financeiro do Distrito Federal, compete ao BRB:

I. Receber a crédito do Tesouro do Distrito Federal, as importâncias provenientes de arrecadação de tributos, subvenções, auxílios e quaisquer outras rendas.

II. Realizar os pagamentos necessários à execução orçamentária do Distrito Federal, consubstanciada no Orçamento aprovado e em créditos abertos de acordo com as autorizações que lhe forem transmitidas pelo Secretário de Estado da Fazenda.

III. Receber, na qualidade de executor de serviços bancários do Distrito Federal as disponibilidades de quaisquer órgãos ou entidades vinculadas ao Distrito Federal.

O BRB poderá na forma da lei, financiar obras públicas do Distrito Federal de caráter produtivo ou de relevante interesse social, observadas sempre a viabilidade técnica do projeto e a segurança de retorno dos créditos concedidos e as normas legais e regulamentares.

Força de Trabalho

Empregados	Atividade Meio		Atividade Fim		Total
	Com Função Gratificada	Sem Função Gratificada	Com Função Gratificada	Sem Função Gratificada	
Quadro BRB*	928	289	1.331	705	3253
Requisitados	-	-	-	-	-
Servidores Comissionados - sem vínculo efetivo (Emprego em Comissão)	-	03	-	-	03
Estagiários	-	201	-	247	448
Jovens Aprendizizes	-	50	-	64	114
Subtotal (Força de Trabalho)	928	543	1.331	1.016	3.818
(-) Cedidos para empresas do conglomerado**	78	30	-	-	108
(-) Cedidos para outros órgãos***	-	08	-	-	08
Total Geral	850	505	1.331	1.016	3.702

* Contempla os empregados do Banco; (**) Empregados cedidos para Financeira, DTVM, Cartão BRB, BSB Ativos, Regius e BRB Saúde; (***) Considerados Órgãos do Governo Federal e do GDF

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO**PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	66.250.000	66.250.000	66.250.000
0019 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA BRB-DISTRITO FEDERAL	66.250.000	66.250.000	66.250.000
3045 - INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO	29.618.075	29.618.075	340.568
0009 - INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	29.618.075	29.618.075	340.568
3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	5.600.000	5.600.000	1.294.105
0022 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	5.600.000	5.600.000	1.294.105
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	26.800.000	26.800.000	20.547.626
6974 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	26.800.000	26.800.000	20.547.626
TOTAL DO PROGRAMA 6207	128.268.075	128.268.075	88.432.299

Posição: 30/11/2014

As realizações deste Programa envolvem modernização de sistema de informação, instalação e reforma de pontos de atendimento e publicidade e propaganda.

Relatório Anual de Atividades – BRB S.A – 2014

1.1 Gestão e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

A seguir são elencadas as principais informações sobre investimentos em novos projetos, novas funcionalidades implementadas, ações para modernização do parque tecnológico, projetos estruturantes dentre outras informações relevantes que evidenciam a evolução dos processos e da governança no âmbito do BRB.

1.1.1 Novas Funcionalidades

Gerenciador de Cartões de Assinatura – GCA: é um marco evolutivo na metodologia que era utilizada pelo Banco. Trata-se de um sistema desenvolvido internamente para oferecer não só um ganho na celeridade do processo, mas promover segurança, praticidade e qualidade dos serviços executados em prol dos clientes do BRB.

Disponibilização do Contracheque no Autoatendimento: os empregados do BRB passaram a acessar seu contracheque nos terminais de autoatendimento

Leitura e Validação de Chip nos Canais de Atendimento: foi concluída a implementação da leitura de chip no autoatendimento do BRB, na rede de atendimento compartilhada, Banco24Horas e Banco do Brasil, bem como nas estações de caixa dos Correspondentes BRB Conveniência.

1.1.2 Novos produtos e serviços para os clientes em atendimento às necessidades das áreas de negócios

- Possibilidade de compra a débito para clientes detentores de conta salário, antes, somente os clientes com conta corrente e/ou poupança podiam efetuar compras na função débito.
- Criação da Conta Connect, produto destinado aos clientes pessoa física com idade entre 18 e 35 anos sem renda ou com renda até R\$ 3.000.
- Criação dos produtos Poupança Jovem e Poupança Rural.
- Geração automática de limites de crédito para clientes Pessoa Jurídica, levando em consideração a classificação do Risco Tomador.
- Venda de bilhetes nos restaurantes comunitários.
- Emissão automática de cartão múltiplo no ato da abertura da conta.
- Linha específica de crédito consignado para clientes servidores do Banco Central.
- Lançamento do Cartão Pré-Pago que permite ao cliente creditar o valor desejado e recarregar.
- Novo portal de relacionamento com o Investidor.
- Possibilidade de registro e validação de endereço no autoatendimento.
- Implantação da oferta ativa de crédito no autoatendimento.
- Lançamento do Banco de Ideias.

1.1.3 Principais projetos comerciais e técnicos concluídos ou em desenvolvimento

Migração dos sistemas de alta plataforma: otimização dos recursos tecnológicos no que se refere a performance e custo.

Atualização tecnológica da baixa plataforma.

Conta Vinculada GDF: criação de uma modalidade de conta corrente específica para provisões de encargos trabalhistas, bloqueada para movimentação, aberta mediante solicitação formal do órgão contratante conforme determinação da Lei nº 4.636.

Depósito Judicial: desenvolvimento de sistema de informação específico para abertura, controle e gerenciamento das contas e dos recursos dos depósitos judiciais de tributos de competência do Distrito Federal de forma a atender as necessidades de controle, garantindo assim a conformidade do disposto na Lei nº 4.866/2012.

Global Payments: ampliação da base de novos adquirentes com a empresa americana, processadora de pagamentos, que firmou parceria com o BRB através de uma Joint Venture.

Desenvolvimento de sistemas que viabilizem a automatização dos processos de investigação de movimentação bancária, de compra e venda, carteira de crédito e de microcrédito produtivo.

Trusteer: aplicativo de segurança adquirido pelo BRB que inibe fraudes no internet banking.

Implantação do Sistema de Prevenção a Lavagem de Dinheiro: internalizar sistema para automatização dos processos de prevenção à lavagem de dinheiro.

ECO Consignado Online INSS: desenvolvimento de sistema que viabilize a automatização dos processos de empréstimo consignado INSS online.

Aquisição e internalização da ferramenta automatizada de gestão da qualidade de dados para possibilitar o diagnóstico e a higienização das bases de dados, proporcionando maior abrangência, tempestividade e qualidade da informação gerencial disponível, visando à confiabilidade necessária para suportar a tomada de decisão por gestores e executivos.

Relatório Anual de Atividades – BRB S.A – 2014

CTC - Portabilidade de Crédito: implantação de sistema que permite a automatização do fluxo e troca de informações entre instituições financeiras envolvidas no processo de transferência de operações de crédito e de arrendamento mercantil de uma instituição financeira para outra a pedido do cliente.

Registrato – Extrato do Registro de Informações no Banco Central: implementação de acesso ao sistema do Banco Central através do BRB Banknet, para que o cliente possa acessar as informações de seu cadastro disponibilizadas no Bacen.

Implementação de novos dispositivos e periféricos, tais como, estações de trabalho think pad e leitoras.

Implementação de Dashboard: para acompanhamento em tempo real de empréstimos consignados permitindo extrair informações para melhor definição de estratégia de crédito auxiliando o gestor negocial na tomada de decisão.

1.2 Projetos Estruturantes

1.2.1 IBM – Migração Plataforma

A mudança de plataforma *mainframe* foi definida como projeto estruturante da TI após a última revisão do Planejamento Estratégico e do Plano Diretor de Tecnologia - PDTI. A nova plataforma *mainframe* proverá ao BRB um ambiente de processamento mais moderno e que possibilitará maior flexibilidade quanto ao uso de ferramentas de mercado, facilidade de integração com outras plataformas, utilização de SGBD relacionais, processamento mais rápido de rotinas entre outros benefícios.

Esta mudança consiste na aquisição de *hardware*, *software*, treinamento e serviços de suporte técnico e manutenção de equipamento para processamento centralizado - Servidor de Sistemas *System Enterprise* IBM.

Todos os sistemas legados que atualmente são processados no *Unisys* serão migrados para o ambiente IBM, exceto aqueles que forem substituídos por solução de mercado ou incorporados ao projeto ERP.

1.2.2 Multicanal

O projeto Multicanal consiste na aquisição de solução consolidada no mercado para substituição de todos os canais e sistemas de infraestrutura que suportam os canais de atendimento, adaptação da solução ao negócio do BRB, licenciamento perpétuo da solução e transferência total de tecnologia, com treinamento, repasse de código fonte e documentação dos sistemas. Trata-se de uma solução que conferirá alta disponibilidade, estabilidade, agilidade, segurança e alta performance dos canais de automação bancária.

1.2.3 Projeto ERP

O projeto ERP consiste na aquisição de uma Solução Integrada de Gestão Empresarial – ERP de mercado, compreendendo licenciamento de uso definitivo, não exclusivo e serviços de implantação, treinamento, suporte e manutenção de licença. A contratação mediante processo licitatório foi finalizada e serão iniciadas as próximas fases para implementação do sistema no âmbito do BRB.

ERP - *Enterprise Resource Planning* é um conjunto de módulos (sistemas de informação) que integram todos os dados e processos de uma organização em um único sistema. Foi traduzido para o português como Sistema Integrado de Gestão Empresarial.

O Sistema minimizará fragilidades e permitirá integrar os vários processos administrativos do Banco, tendo como objetivo alcançar os seguintes resultados: disponibilizar informações tempestivas e de qualidade para a tomada de decisão gerencial; ser um meio de integração entre os vários setores da organização, através do compartilhamento de bases de dados não redundantes; evitar gasto de esforço gerencial e operacional nas interfaces entre sistemas de informações que não conversam entre si; viabilizar um planejamento operacional transparente e estruturado, melhorando o desempenho da empresa; reduzir a complexidade do ambiente tecnológico; aprimorar mecanismos de gestão e controle interno; otimizar o uso das competências internas; reduzir interface entre sistemas isolados e retrabalho e inconsistências; reduzir os riscos operacionais e elevar a eficácia dos controles internos dos processos.

1.3 Outros

Realização de Workshops com consultorias especializadas voltados para Planejamento Estratégico de TI e SOA – Service-Oriented Architecture, visando à melhor capacitação da equipe e desenvolvimento de novas metodologias.

Contratação de treinamento na plataforma JAVA, visando à capacitação dos empregados que atuam na área para desenvolvimento na arquitetura JAVA, propiciando maior escalabilidade e portabilidade de sistemas que suportam as atividades negociais.

Relatório Anual de Atividades – BRB S.A – 2014

1.4 Instalação de Pontos de Atendimento

No ano de 2014, o BRB inaugurou 07 novos pontos de atendimento, sendo 06 agências e 01 posto de atendimento, representando um crescimento da rede de atendimento de aproximadamente 6% em relação a 2013.

As inaugurações ocorridas em 2014 foram as Agências de Alexânia, Millenium Capital, Planaltina de Goiás, Samambaia Sul, SES-DF/HRPA, Unai e o Posto de Atendimento TJ Guará.

Os projetos em execução são Agência Estrutural, Hospital de Brazlândia e Vicente Pires.

1.5 Publicidade e Propaganda

O BRB trabalha com o intuito de reforçar sua marca com ações de marketing que divulguem efetivamente seus produtos e serviços nos diversos canais de comunicação, visando ser reconhecido como uma instituição voltada para resultados que reflitam em benefícios para a sociedade. Dessa forma, consolidamos o BRB como incentivador das atividades sociais e desportivas do DF.

Nos últimos anos, o Banco foi reconhecido como o maior apoiador do esporte de Brasília. Dentre os projetos patrocinados, destacam-se: XXXIX Campeonato Brasiliense de Futebol – 1ª Divisão; Equipe de Basquete Uniceub/BRB/Brasília, que conquistou diversos títulos e vem alavancando o esporte brasiliense, desenvolvendo, ainda, projetos sociais como escolas de basquete que beneficiam a população; Equipe Brasília de Vôlei Feminino e, recentemente, a 1ª Copa BRB de Vela Adaptada.

Além dos patrocínios a esportes, o BRB também patrocinou outros eventos como a Feira de Tecnologia e Negócios – Agrobrasil, o 11º Prêmio Engenharia e Comunicação – O dia em que o jornalista vira notícia e o 9º Salão Ademi Wimóveis. Na área cultural, citamos o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, o mais importante evento da capital do país voltado para a 7ª arte e o único em Brasília desse ramo e que atrai um público de aproximadamente 60 mil pessoas por ano.

Em 2013/2014 o Conglomerado BRB planejou, de forma criteriosa, uma estratégia para a Copa do Mundo, considerando tratar-se de um evento de caráter mundial, que não acontecia no Brasil há 64 anos. Brasília foi sede de sete jogos do Mundial, motivo pelo qual foi desenvolvida uma ação junto a clientes, potencializando novos negócios.

2. OUTRAS REALIZAÇÕES**PROGRAMA 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	154.653.486	154.653.486	99.483.887
2592 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	154.653.486	154.653.486	99.483.887
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	642.978.417	642.978.417	520.847.080
6997 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	642.978.417	642.978.417	520.847.080
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	87.450.581	87.450.581	65.856.297
6992 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	87.450.581	87.450.581	65.856.297
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	361.510.779	361.510.779	217.292.963
6996 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	361.510.779	361.510.779	217.292.963
TOTAL DO PROGRAMA 6001	1.246.593.263	1.246.593.263	903.480.229

Posição: 30/11/2014

Este Programa é destinado a atender despesas com gestão da informação, administração de pessoal, concessão de benefícios e manutenção do órgão.

Com relação aos benefícios concedidos, destacam-se auxílios alimentação/refeição e cesta alimentação; auxílio creche e creche especial; auxílio-Natalidade; vale transporte; benefícios educacionais concedidos para formação acadêmico-profissional nos níveis de graduação, pós-graduação ou especialização (lato sensu) nas áreas definidas pelo Banco; reembolso para realização de curso superior fora das áreas de interesse do Banco ou com formação em tecnólogo; concessão de pós-graduação, stricto sensu, que compreende programas de mestrado e doutorado nas áreas de interesse do Banco; auxílio-idioma (inglês, francês ou espanhol); seguro de vida em grupo; auxílio funeral; e vale-cultura.

Relatório Anual de Atividades – BRB S.A – 2014

Quanto à manutenção dos serviços administrativos foram realizados serviços, contratos e pagamentos diversos objetivando o bom funcionamento do Banco.

Em 2014, o BRB também realizou capacitação de empregados, conforme os quadros a seguir.

Certificação Interna	Quantidade de Empregados Certificados
Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro	1706
CDC e Acessibilidade	06
Canais de Atendimento	1443

Treinamento Capacitação - Empregados	Quantidade de participações - Empregados	Total de carga horária oferecida	Quantidade de participações - Não empregados	Total de carga horária oferecida
Total	9.102	6.442	3.635	1.079

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1 Rede de Atendimento

O BRB conta com uma rede de 122 pontos de atendimento, sendo 115 agências e 7 postos de atendimento bancário-PA. A rede está distribuída em 107 pontos de atendimento no Distrito Federal, 10 em Goiás, 01 em São Paulo, 01 no Rio de Janeiro, 01 em Minas Gerais, 01 em Mato Grosso e 01 em Mato Grosso do Sul.

3.2 Correspondentes

O BRB fechou o ano de 2014 com sua rede de Correspondentes composta por 300 unidades ativas, localizadas em todo o DF e Entorno, além de unidades distribuídas pelo estado do Goiás e uma em Unai/MG.

Neste período foram criadas 36 novas unidades. Houve ainda a expansão do número de Correspondentes localizados dentro dos Restaurantes Comunitários, fruto de projeto que visa oferecer inclusão bancária e digital à população, operando por meio de bilhetagem eletrônica.

Com o objetivo de proporcionar atendimento ainda mais completo aos clientes e usuários foram realizados 80 novos credenciamentos e parcerias com o DFTrans, Sedest, Na Hora e Detran.

3.3 Arrecadação e Serviços Bancários

3.3.1 Arrecadação

O Banco realizou contratos, convênios e negócios diversos, dos quais destacamos:

- Compra de folha de pagamento dos beneficiários do INSS, mediante processo licitatório no qual o BRB foi classificado com abrangência em Brasília, Goiânia e Anápolis.
- Contrato de arrecadação com a Odebrecht Saneago e com diversas empresas de placas conveniadas com o Detran, além de renovação e expansão dos convênios com as entidades de classe, a saber: Abrasel, Advb/DF, Anpac, Asbra, Faci, Famicro, Sindac, Sindiatacadista, Sinduscon, Sindigraf; Sempes e Associação Comercial de Cuiabá.

Neste ano, o BRB expandiu ainda o serviço de arrecadação com as prefeituras de Unai, Anápolis e Alexânia, totalizando 181 contratos vigentes.

3.3.2 Serviços Bancários

Em 2014 foram realizadas parcerias, novos negócios e o lançamento dos seguintes produtos:

Folha de pagamento do programa Jovem Candango - efetivação da parceira com o GDF e com as empresas credenciadas para operarem o Programa Jovem Candango, que contrata e capacita jovens do DF que iniciarão sua vida profissional recebendo seus salários no BRB (Produto Fopag). Cerca de 3000 mil jovens já iniciaram sua vida profissional por meio deste Programa e recebem seus salários no BRB.

Projeto Conta Vinculada - o Governo por intermédio da administração direta e indireta, ao pagar seus fornecedores, destinará determinado percentual dos recursos a uma conta especial cuja finalidade será garantir o pagamento de verbas trabalhistas como 13º e férias;

Lançamento do Produto Carnê de Cobrança - para atender importante demanda dos clientes Pessoa Jurídica do BRB que possuem recebíveis por meios de carnês.

Parcelamentos com a Receita Federal: a partir de 2015 poderão ser cadastrados em Débito Automático BRB o parcelamento de tributos.

3.4 Crédito

3.4.1 Carteira de Crédito Comercial

A Carteira de Crédito Comercial apresentou evolução significativa no período. O saldo da Carteira de Crédito Comercial para o BRB – Banco Múltiplo, em comparação com dezembro de 2013, apresentou um crescimento de 7,18%, totalizando uma carteira de R\$ 6,772 bilhões.

Relatório Anual de Atividades – BRB S.A – 2014

A Carteira Pessoa Física teve crescimento de 6,89%, e a carteira de Crédito Consignado um aumento de 7,02%, em relação a dezembro de 2013. A Carteira Pessoa Jurídica apresentou crescimento de 7,73% em relação ao último trimestre de 2013, totalizando R\$ 1,532 bilhão. Destacou-se o Produto Progiro (Capital de Giro), que alcançou o volume de R\$ 940 milhões, representando um crescimento de 12,66% em comparação com dezembro de 2013.

Importante ressaltar que a tendência de retração do mercado como um todo, o BRB conseguiu um crescimento substancial de sua carteira de crédito.

3.4.2 Carteira de Desenvolvimento

O BRB, cumprindo seu Planejamento Estratégico, utilizou o Crédito de Desenvolvimento como fator de expansão e fidelização de sua clientela, priorizando o atendimento creditício ao Distrito Federal e à Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do DF e Entorno – Ride.

A Carteira de Desenvolvimento do BRB tem as seguintes modalidades: Crédito Rural, Crédito Industrial, Microcrédito e Crédito Imobiliário.

3.4.3 Carteira de Crédito Rural

Os financiamentos no âmbito do Crédito Rural apresentaram crescimento anual médio de 40%. Este crescimento foi muito importante para o setor de agronegócio do DF e Ride e refletiu diretamente na geração de emprego e renda do homem do campo.

Uma das razões que definem o aumento da aplicação do crédito rural foi a especialização da rede de atendimento do BRB. Esta tarefa ficou destinada a apenas 12 agências operadoras do crédito rural no Banco, sendo elas: Ceasa, Brazlândia, Planaltina, Gama, P.Sul, Taguatinga Centro, W3 Sul, Formosa, São Sebastião, Luziânia e mais recentemente as Agências Unaf e Alexânia, inauguradas em 2014.

3.4.3.1 Produção Agropecuária

Em 2014 o BRB participou do Lançamento do Plano Agrícola e Pecuário tanto da agricultura empresarial quanto da agricultura familiar para o ano safra 2014/2015 que ocorreu no Palácio do Planalto em junho.

Os financiamentos agropecuários atingiram em setembro de 2014, um montante de R\$ 95,8 mil, considerando a área financiada pelo BRB das principais culturas de grãos: soja, milho, feijão, sorgo e trigo.

3.4.3.2 Agricultura Familiar

A maioria dos financiamentos do Pronaf são voltados para a modernização da tecnologia no campo, como aquisição de máquinas e equipamentos na linha do Mais Alimento que tem taxas de juros que variam de 1% a 2%a.a.. Em pouco mais de um ano, o Pronaf se destacou entre as linhas de financiamento do banco, podendo ser observado entre os produtores familiares a melhoria de vida no campo após o incremento das suas atividades com os recursos subsidiados.

O Pronaf também rendeu reconhecimento nacional ao BRB quando contratou a primeira linha de custeio para agroindústria do Brasil noticiado em mídias como R7 Notícias e Tribuna Rural.

O BRB lançou a Cartilha do Pronaf que recebeu elogios inclusive do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Nesta cartilha o produtor encontra todas as informações que necessita para acessar o crédito de uma forma simples e clara.

3.4.3.3 Crédito Rural e Sustentabilidade

Quanto à questão da sustentabilidade no campo o BRB continuou apostando na linha de financiamento de Redução de Gases de Efeito Estufa – ABC. Criada em 2012 com recursos do BNDES e taxas equalizadas pelo Tesouro Nacional, esta linha de financiamento propõe uma agropecuária sustentável. A maioria dos projetos analisados pelo BRB foi direcionada para implantação de florestas, correção de solos degradados e integração floresta-pecuária. Até setembro de 2014, o BRB concedeu R\$ 20,5 milhões para projetos com propostas sustentáveis.

Além dos financiamentos concedidos com esta linha de crédito, o BRB é membro efetivo do Grupo Gestor do ABC do Distrito Federal e participa da criação do Plano ABC do Distrito Federal no período de 2012/2020. Este Plano norteia as diretrizes de atuação para se alcançar uma agricultura sustentável no DF.

3.4.4 Carteira de Crédito Industrial

A Carteira de Crédito Industrial do BRB opera com recursos de repasse do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO para apoio às empresas do DF e Ride, com foco principal naquelas enquadradas como micro, pequenas e médias empresas. Estes

SFL FROCC 00003 /15-Folha nº 000966 Sete

Relatório Anual de Atividades – BRB S.A – 2014

financiamentos, com taxas subsidiadas e prazos compatíveis com suas atividades, permitem às empresas realizar investimentos aumentando sua capacidade produtiva, gerando mais empregos e renda.

3.4.4.1 Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO

O BRB vem apoiando a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco na divulgação do Fundo Constitucional (FCO). Em 2014, o BRB participou de todos os fóruns realizados nos municípios goianos da Ride. Nestes seminários, além de tratar das linhas de financiamento e sobre como ter acesso ao crédito o empresário conta com orientações do Sebrae, que também acompanha a caravana.

Desde o seu início, em 2011, a parceria tem sido importante na divulgação do FCO e tem contribuído para o crescimento da Carteira de Crédito Industrial do Banco. Em 2014, mais de 1800 pessoas estiveram presentes no evento, segundo dados da Sudeco.

O BRB também participa das análises de carta-consulta com valores superiores a R\$ 1 milhão no Comitê de Financiamento à Atividade Produtiva do DF – COFAP/DF.

3.4.5 Microcrédito

As operações de microcrédito caracterizam-se principalmente por serem empréstimos de baixo valor, concedidos para auxiliar o bom funcionamento das atividades produtivas dos pequenos empreendedores informais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e/ou investimento), concedido mediante o uso de metodologia específica e especializado para determinado segmento da economia: o pequeno empreendimento informal e a microempresa.

O Microcrédito Produtivo Orientado – MPO tem como um dos objetivos diminuir a informalidade do microempreendedor dando-lhe crédito e informação de como se formalizar os benefícios que podem alcançar saindo da informalidade.

O produto Microfinanças cresceu 28% em relação a 2013, com ticket médio das operações em torno de R\$ 3 mil, cujo saldo da carteira em setembro de 2014 era de R\$ 470 mil.

3.4.5.1 Estratégias para Crescimento da Carteira de Microcrédito Produtivo Orientado - MPO

O BRB se reuniu com a Secretaria de Trabalho do Distrito Federal para propor parceria na divulgação e aplicação do microcrédito. Uma das propostas é a criação de um Fundo de Aval, a exemplo do Fundo de Aval do Distrito Federal – FADF, que ampara as operações com agricultores familiares, para os financiamentos com microempreendedores, minimizando os riscos de inadimplência e alavancando esta carteira de maneira mais significativa nos bancos.

Em setembro deste ano, buscando expandir ainda mais a atuação do BRB como agente indutor do desenvolvimento do DF e Ride, o BRB lançou o edital para credenciamento de Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado – IMPOs, para trabalharem como mandatárias do BRB na concessão de microcrédito. Essas instituições tem expertise na condução destas operações e auxiliam sobremaneira na operacionalização do crédito diminuindo o impacto na operacionalização dos bancos e tornando o crédito, mais célere.

3.4.6 Carteira Imobiliária

Em 2014, o BRB implantou a Central de Documentação Imobiliária – CDI para o recebimento da documentação para contratação de financiamentos e atendimento dos Correspondentes Imobiliários. A intensificação da participação desses correspondentes no processo de contratação impactou favoravelmente no número de propostas contratadas. Tal prática tende a ser consolidada em 2015. A análise de crédito de beneficiários servidores e empregados públicos pelas agências também contribuiu para o aumento e captação de propostas e ensejou celeridade na contratação, uma vez que proporcionou maior autonomia aos gerentes para concessão do crédito.

Associado a isso, o Banco ampliou a participação nos eventos de desligamento decorrentes de Planos Empresários, financiados ou não pelo Banco a fim de conquistar a preferência do adquirente final. A captação de financiamentos da compra e venda em eventos de desligamento pulveriza o risco da operação de Plano Empresário por meio da concessão de crédito aos adquirentes finais que além de se fidelizarem ao Banco por longo prazo, podem contratar outros produtos e serviços durante o financiamento imobiliário.

No ano de 2014, o Banco alocou com o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cerca de R\$ 99 milhões para realizar o financiamento da produção e compra e venda de unidades residenciais do tipo econômico. Até setembro, foram contratadas cinco operações de financiamento da produção de unidades residenciais, enquadradas no Programa Minha Casa Minha Vida, totalizando mais de R\$ 21 milhões.

Verifica-se que o segmento que mais se destacou em 2014 foi o financiamento da compra e venda de imóveis residenciais e comerciais destinado a pessoas físicas e jurídicas. Nessa modalidade, foram contratadas 666 operações até setembro de 2014 o equivalente a R\$ 138,3 milhões.

Relatório Anual de Atividades – BRB S.A – 2014

3.5 Relacionamento com o Governo

O BRB, como agente financeiro do Governo do Distrito Federal, centraliza as contas-correntes de todos os órgãos que compõem a administração do Distrito Federal. Aliado a isso, executa as atividades relativas ao pagamento de servidores do Governo, pagamento de fornecedores e serviço de arrecadação, entre outras atividades. As ações estão concentradas também na captação e administração dos recursos financeiros do Governo na operacionalização das aplicações e no gerenciamento de diversos serviços prestados ao GDF.

O BRB atua junto ao GDF e seus diversos órgãos como facilitador nos negócios que envolvam interesses recíprocos viabilizando o desenvolvimento das diversas atividades desempenhadas pelo Governo.

3.5.1 Pagamento de Salários de Servidores

Responsável pelo pagamento dos salários de servidores do GDF como um todo, o BRB processou no ano de 2014 aproximadamente 2,7 milhões de créditos, incluídos nesse contexto todos os servidores da administração direta, indireta, fundações, autarquias e empresas.

3.5.2 Pagamento de Fornecedores

O pagamento a fornecedores é realizado pelo BRB, por meio de ordens bancárias emitidas pelos diversos órgãos do GDF. Foram processados aproximadamente 260 mil créditos dessa natureza em 2014.

3.5.3 Arrecadação de Tributos

A arrecadação dos diversos tributos do GDF é realizada em toda a rede bancária, e em seguida os valores são transferidos para a Conta Única do GDF, no BRB. A arrecadação apresentou um crescimento anual de 4,2% em 2014.

3.5.4 Acompanhamento dos Repasses de Recursos da União para o GDF

A União, por meio do Fundo do Centro-Oeste – FCO, repassa regularmente recursos ao GDF com o propósito de custeio das despesas com pessoal na área de Segurança, Educação e Saúde. Em 2014, esses repasses somaram mais de R\$ 11 bilhões. A remessa desses valores é monitorada constantemente, com o propósito de viabilizar a realização do pagamento dos salários dos servidores do GDF tempestivamente.

3.5.5 Gestão dos Recursos Financeiros

No que se refere às disponibilidades de caixa do GDF, nota-se uma execução fortemente ativa dos programas de governo em 2014, refletindo uma queda muito significativa em comparação com o exercício anterior, que também já sinalizava cenário semelhante, porém não tão acelerado. A previsão de recuperação desses saldos é a partir de abril/maio de 2015 com o início das arrecadações referentes ao IPVA e IPTU.

3.5.6 Programas Sociais

3.5.6.1 Pagamento de Programas do Governo

O BRB, como agente financeiro do GDF e como parceiro na execução de políticas sociais, efetua o pagamento dos programas sociais vinculados à Secretaria de Desenvolvimento e Transferência de Renda do DF, Secretaria de Estado de Educação do DF, Secretaria Extraordinária da Copa 2014 e Secretaria de Estado de Esportes do DF. Esses programas constituem-se em ações governamentais voltadas à erradicação da pobreza e da marginalidade, assim como à redução das desigualdades sociais e regionais. O BRB operacionaliza o pagamento dos seguintes programas sociais: Programa Jovem do Futuro/Caminhos da Cidadania; LCD-Lares de Cuidados Diurnos; Mestre do Saber; Vida Melhor/Bolsa; Vida Melhor/Bolsa Social; Mãezinha Brasileira; Auxílio Vulnerabilidade; Bolsa Atleta; DF Alfabetizado; Programa Cartão Material Escolar-CME; Programa Fábrica Social.

3.5.7 Fundos Públicos

Em relação aos fundos públicos, o BRB aprovou/liberou em 2014:

- Programa Prospera/FUNGER: 1.368 operações
- Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR: 21 operações
- Fundo de Aval do DF – FADF: 36 garantias
- Fundo de Desenvolvimento do DF – Fundefe: 20.476 operações

3.5.8 Projetos realizados no período

Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: permitiu acesso a diversos órgãos federais para a realização do processamento de folha de pagamento de servidores, possibilitando ao BRB a conquista de novos clientes.

Convênios de folha de pagamento firmados: Tribunal Superior Eleitoral – TSE, Ministério do Exército e Câmara Municipal de Formosa, permitindo ao BRB avançar em direção ao poder judiciário na esfera federal, bem como em municípios onde estão sendo abertas novas agências.

Relatório Anual de Atividades – BRB S.A – 2014

Programa Nota Legal – GDF: implantação de rotina sistematizada para restituição de valores em espécie referentes a esse programa do governo para o caso de contribuintes que não possuem imóveis ou veículos para dedução de impostos.

Lei de Incentivo à Arte e Cultura: programa desenvolvido pela Secretaria de Cultura com o propósito de estimular os projetos nesse segmento no âmbito do DF. É focado na promoção da arte e cultura por meio de patrocínio privado, cujo retorno se dá por meio de incentivo fiscal.

3.6 Sustentabilidade

3.6.1 Ações empreendidas no período

Programa de Voluntariado Empresarial – BRB Solidário - Campanha de arrecadação de material escolar voltado para os terceirizados do BRB. Foram arrecadados 980 cadernos, 1.730 lápis, 832 canetas e 656 borrachas.

Adesão à 5ª edição do Programa Pró-equidade de Gênero e de Raça, da Secretaria de Política para as Mulheres do Governo Federal.

Inauguração da sala de Amamentação do Edifício Brasília (sede do BRB), proposta contida no Plano de Ação do Programa Pró-equidade de Gênero e de Raça.

Realização do 3º Encontro dos ADS - Articuladores de Desenvolvimento Sustentável, os representantes das ações de sustentabilidade em suas unidades. O evento contou com apresentação de palestras e painéis voltados para a Sustentabilidade.

Programa de Voluntariado Empresarial – BRB Solidário: Realizada Campanha do Agasalho 2014, com arrecadação de 13.312 peças de roupas/casacos/calças, 72 sapatos e 329 cobertores e edredons, onde parte das doações foi encaminhada para instituições carentes e a outra parte foi direcionada para o Bazar Solidário que é uma ação voltada para os empregados terceirizados de apoio do BRB; participação de empregados voluntários na ação solidária do Mc Dia Feliz em prol do Hospital da Criança de Brasília; Campanha do Dia das Crianças arrecadação de alimentos não perecíveis, com arrecadação de 2.364 litros de leite e 3.794 kg de alimentos não perecíveis que foram distribuídos entre sete instituições carentes.

Elaboração do primeiro Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa referente ao ano de 2013.

Participação de representante do Banco como expositora no Workshop “Coleta Seletiva Solidária nos Órgãos Públicos”, promovido pela Casa Civil, apresentando estudo de caso de sucesso da coleta seletiva interna.

Ampliação do Projeto Coleta Seletiva para todas as agências do Banco, inclusive fora do DF.

Atendimento de demandas de órgãos externos com os quais o BRB se relaciona, tais como Febraban, órgãos do GDF e do Governo Federal.

3.7 Programa de Incentivo à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

Programa/Ação		Informações
Saúde	Exame Médico Periódico	O BRB iniciou em 02/2014 os exames periódicos. Atendidos 1.778 empregados.
	Campanha de Vacinação Gripe Comum e H1N1 2014	Em cumprimento ao Acordo Coletivo, o Banco em parceria com a Saúde BRB, patrocina a vacinação contra gripe. Desde 2010, a vacina administrada durante a Campanha tem efeito conjugado: Influenza (gripe sazonal) + H1N1. Foram aplicadas em torno de 2.500 doses, atendendo 1.187 empregados.
	Grupos de Manejo de Stress	O objetivo é conscientizar nossos colaboradores sobre a importância da prevenção, diagnóstico, tratamento e desenvolvimento de técnicas eficazes para gerenciar essa patologia por meio de informações e orientação. Os grupos ocorrem em unidades de atendimento (agências) e na Direção Geral. Participantes: 147
	Grupos de Prevenção e Tratamento ao Tabagismo	O lançamento oficial do Programa foi em abril/2014. O grupo pauta-se num modelo de tratamento estruturado, replicável em qualquer nível de atenção à saúde. Participantes: 16
	Programa de Atenção ao Diabético e ao Hipertenso	Realizado em parceria com a Saúde BRB, por meio do Programa Saúde Corporativa com acompanhamentos regulares e telemonitoramento. Participantes: 305 diabéticos 363 hipertensos.
	Ressarcimento de medicamentos (Doenças Crônicas)	Ressarcimento para doentes crônicos, conforme acordo coletivo. O Banco ressarcir 80% dos gastos com medicamentos. Realizados em média 26 ressarcimentos por mês.
SIPAT		O BRB, juntamente com a Cipa, realizou em agosto/2014 a XXVII SIPAT. O objetivo foi disseminar a importância da prevenção de acidentes e de doenças no ambiente de trabalho, permitindo a discussão sobre os problemas enfrentados pelos empregados além de estimular a busca por saúde e qualidade de vida.
Programa Vida Ativa	Coral BRB	O projeto Coral BRB vem repercutindo de forma muito satisfatória dentro da Instituição, divulgando o canto coral como técnica de relaxamento, integração entre os participantes e satisfação com a empresa. Integrantes: 20.
	Biblioteca Ativa	O objetivo do Projeto é a formação de uma biblioteca do BRB, em que empregados, estagiários, jovens aprendizes e terceirizados poderão fazer empréstimos dos volumes para disseminação da importância do hábito pela leitura. O acervo são doados por

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade
640

SP1 PROC 00005 /15-Folha Nº 002767 VERSÃO 2/2015

Relatório Anual de Atividades – BRB S.A – 2014

Programa/Ação	Informações
	colaboradores do BRB.
Projeto Vida Ativa Academia	O projeto consiste em financiar até 100% da mensalidade em academias de ginástica, limitado ao teto de R\$ 88,00, concedido em contracheque mediante a comprovação de frequência e pagamento. 474 participantes.
Grupo de Corredores e Caminhantes de Rua do BRB	A proposta é proporcionar maior qualidade e integração entre os empregados do BRB e formar uma equipe preparada para participar das corridas de rua da cidade, eventualmente em outros estados. O BRB disponibiliza 200 vagas aos empregados e hoje são 88 corredores ativos inscritos no projeto.
Ginástica Laboral	É realizada em todos os pontos de atendimentos do DF e Entorno além das agências de Anápolis, Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro, Cuiabá e Campo Grande. O público-alvo são todos os empregados do BRB
Dia Internacional da Mulher	Foi Realizada homenagem às suas colaboradoras e clientes. A iniciativa se insere no rol de ações planejadas por ocasião da adesão do BRB ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, cujo objetivo é integrar os colaboradores e promover a conscientização acerca da equidade étnico-racial e de gênero na cadeia de relacionamentos na organização.
Comemoração do Dia das Mães e Inauguração da Sala de Amamentação	Em consonância com a comemoração do Dia das Mães, o BRB inaugurou em maio/2014 a Sala de Amamentação. Trata-se de ação do Programa Pró-equidade de Gênero e de Raça e passou a integrar, também, as ações de qualidade de vida no trabalho oferecidas pelo Banco.
Projeto Café com Saúde	Promover uma visita dos Médicos do Trabalho, Técnicos de Segurança e de Enfermagem às unidades do Banco para conscientização, orientação e esclarecimento de dúvidas quanto aos temas: Atestados médicos; Exames periódicos; Ginástica laboral; Utilização dos materiais ergonômicos; Prevenção de acidentes no ambiente de trabalho e Projetos do Programa Vida Ativa.
Outubro Rosa	Disseminação entre o corpo funcional a importância da prevenção, adoção de hábitos saudáveis e de cuidados periódicos com a saúde. No Edifício Brasília as luzes que iluminam a marca do Banco, assim como os principais monumentos da cidade, ganharam a cor rosa. No dia 17/10, os empregados se vestiram com uma camiseta ou acessório rosa, em homenagem ao movimento. Neste dia ocorreu, uma palestra sobre saúde da mulher com voluntária da Rede Feminina de Combate ao Câncer.
Sarau Cultural BRB	Sarau é um evento vem sendo redescoberto por seu caráter de inovação, descontração e satisfação no ambiente laborativo. O Sarau está se tornando uma tradição no Banco, como veículo de divulgação dos talentos internos.
Projeto Saúde Mental	Para proporcionar aos seus empregados uma melhor qualidade de vida, o BRB propõe uma série de ações voltadas para a gestão da saúde mental, com foco em prevenção de doenças mentais. A prevenção do adoecimento mental ocorrerá no sentido de atuar no aspecto biopsicossocial dos empregados, Incentivá-los quanto ao uso da Clínica Saúde BRB e promover ações que propiciem um ambiente corporativo que iniba o adoecimento das pessoas. Realizadas duas palestras sobre o tema e três encontros do grupo terapêutico.

3.8 Empresas do Conglomerado

Fazem parte do Conglomerado Financeiro, como empresas coligadas, a empresa Cartão BRB S/A, a Corretora Seguros BRB S/A e a BSB Ativos S/A. Cabe informar que estas empresas vão apresentar seus Relatórios de Atividade Anual separadamente, no entanto, a seguir são mencionadas as ações das empresas Corretora Seguros BRB S/A e BSB Ativos.

3.8.1 Corretora Seguros BRB

Com a missão de prover produtos e serviços de valor visando à proteção e segurança dos bens e da família, a Corretora Seguros BRB atua no mercado há 26 anos com a solidez da marca BRB, sendo referência de qualidade e credibilidade no segmento securitário. Para atender da melhor forma às necessidades de seus clientes, conta com 274 empregados e parcerias com as maiores e melhores seguradoras do País.

A Corretora vem nos últimos anos, melhorando sua participação no mercado de Brasília. Em 2014, até setembro, foi observada uma produção de R\$ 266,9 milhões em prêmios o que, comparativamente ao mesmo período de 2013, representa um crescimento de 18,41%, superando a média de crescimento do mercado nacional, no mesmo período.

Em 2014, até o mês de novembro, a Corretora atingiu uma carteira com 240,5 mil clientes e 866 mil apólices ativas.

Dentre os produtos comercializados, merecem destaque o Seguro Automóvel, o Seguro BRB Vida Premiado Plus, Capitalização, Outros Riscos e Odonto que, comparativamente à base de 30/09/2013, em 30/09/2014 obtiveram, respectivamente, incremento de 17%, 15%, 24%, 29% e 136% em comissões geradas.

A Administração vem buscando fortalecer as parcerias comerciais da Corretora e prospectar melhores resultados para a Companhia. Em 2014, foi renegociado o percentual de Corretagem com a Seguradora

Relatório Anual de Atividades – BRB S.A – 2014

Alfa relativo ao produto BRB Vida Premiado Plus de 39,7% para 43,5%, o que representa um incremento anual nas receitas à Corretora de aproximadamente, R\$ 1,2 milhão.

A Corretora registrou, até setembro de 2014, um lucro líquido ajustado no exercício de R\$ 19,9 milhões, o que sinaliza um aumento de 4%, comparado com o resultado apurado no mesmo período de 2013. Esse resultado já garante à Companhia uma rentabilidade do Patrimônio Líquido de 35%.

Em 2014, foi dada ênfase à obtenção, por parte dos consultores e demais colaboradores alocados em atividades nas áreas comerciais e técnicas da Certificação Técnica estabelecida pela Resolução nº 149/2006 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Até dezembro/2014 a Corretora certificou 193 colaboradores.

Em relação à Gestão Administrativa e Financeira, foram implementadas ações com o objetivo de criar e aprimorar processos visando à maior eficiência e eficácia, transparência, segurança e mitigação de riscos, a exemplo das listadas a seguir:

- Automações no processo de controle de comissões de corretagem (baixa e conciliação);
- Aprimoramento do controle patrimonial e de almoxarifado;
- Aperfeiçoamento do sistema de segurança física da Corretora;
- Automação do processo de pagamento de fornecedores;
- Aperfeiçoamento dos processos relacionados aos Sistemas de Ponto Eletrônico e de Folha de Pagamento;
- Aprimoramento da gestão dos instrumentos contratuais e aperfeiçoamento da estrutura física da Corretora.

Seguindo estratégia comum às Empresas do Conglomerado, a Companhia, em parceria com o Banco, aderiu ao Programa de Incentivo “Energia BRB”, para o 1º semestre de 2014, de forma a incrementar a comercialização de produtos securitários pelos angariadores, por meio do “Balcão BRB”. Internamente promoveu, no mesmo período, a realização da campanha “Goleada de Vendas”, voltada aos consultores de seguros, operadores de *call center* e consultores de negócios corporativos.

Destacam-se, ainda, ações de relacionamento como a participação da Corretora nas edições anuais da Feira de Agronegócios e Copa do Mundo – 2014.

3.8.2 BSB Ativos S/A

A BSB Administradora de Ativos S.A foi criada em 16/11/2010 e tem como principais atividades: tele atendimento, tele cobrança, informações cadastrais e consultoria em Tecnologia da Informação.

Após capacitação e especialização de seus funcionários, a BSB Ativos absorveu as atividades da Central de Relacionamento do BRB – CRBRB, o que impactou positivamente em seus resultados. Nesta mesma época, foi aprovado um aporte para aumento no Capital Social no valor de R\$ 3.000.000,00, passando de R\$ 5.880.000,00 para R\$ 8.880.000,00.

A partir da ampliação dos serviços prestados ao BRB, com a assunção do contrato da CRBRB e a ampliação da prestação de serviços às empresas do conglomerado, Cartão BRB e Corretora Seguros BRB, além das melhorias na gestão, a BSB Ativos tem alavancado seu resultado, aumentando seu faturamento para aproximadamente R\$ 1.500.000,00 mensais. Esse faturamento ocasionou aumento na receita total de serviços em 78,42%.

Com o aumento nas receitas e controle dos custos, a BSB Ativos vem apresentando um desempenho satisfatório no resultado líquido demonstrando a sua capacidade de continuidade e crescimento nos próximos exercícios.

Foram desenvolvidas e implementadas ações voltadas à modernização, aumento da produtividade e redução de custos, a saber:

- Modernização da infraestrutura de Tecnologia da Informação e comunicações, propiciando melhorias à operação e maior desempenho e agilidade para um melhor atendimento aos clientes, notadamente os da Central de Relacionamento do BRB;
- Implantação de Sistema de Controle de Atendimento de Gerência de *Call Center* (Dip DEA), ação que possibilitou a medição e acompanhamento dos índices de desempenho da BSB Ativos no contrato da CRBRB e acompanhamento *full time* do desempenho dos operadores de *telemarketing*;
- Modernização da infraestrutura de Segurança da Informação;
- Renovação do parque de equipamentos de tecnologia da informação da Empresa com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços, sistemas e recursos;

Relatório Anual de Atividades – BRB S.A – 2014

- Elaboração e aprovação da segunda versão da política de segurança da informação tornando as práticas de segurança empresarial aderentes às do Conglomerado BRB.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No ano de 2014, o BRB promoveu a otimização dos processos internos, consolidação de instrumentos de governança, capacitação dos empregados, investimento em tecnologia de ponta, readequação dos Pontos de Atendimento, lançamento de produtos e serviços com o intuito de preparar o seu corpo funcional para atuar no mercado competitivo de crédito de forma eficiente e segura.

O ano de 2015 se inicia com novas perspectivas de atuação visando satisfazer os seus clientes, gerar lucro e dar sustentabilidade à empresa.

4.1. Perspectivas para 2015

4.1.1. Instalação de Pontos de Atendimento

4.1.1.1 Projetos em estudos

- Instalação de agência no novo Centro Administrativo do GDF (localizado em Taguatinga), no Hospital Regional de Santa Maria; no JK Shopping; e na Região Administrativa Itapoã.

4.1.2 Correspondentes

Para 2015 a expectativa é de ampliar a rede para 315 Correspondentes, firmar convênio com a Secretaria de Cultura e com o Zoológico de Brasília e aumentar o comércio de produtos e serviços nos balcões dos Correspondentes.

4.1.3 Carteira Comercial

Destacam-se no segmento de pessoa física o incremento de ações voltadas para o aprimoramento do processo de Portabilidade de Operações de Crédito, implementado pela Resolução nº 4.292 do BACEN, a disponibilização de linha de crédito consignado *online* para os aposentados e pensionistas do INSS (Projeto ECO), além da busca pelo aprimoramento e reestruturação do Sistema de Crédito Consignado - CCD, implementando novas funcionalidades o que permitirá ao BRB grandes avanços no segmento Crédito Consignado.

Quanto ao segmento de Pessoa Jurídica, serão desenvolvidas ações com foco nas antecipações de faturas relativas aos contratos das empresas prestadoras de serviços ao Governo e setor privado. Além disso, será dada ênfase na melhoria dos produtos de crédito, aprimorando seus controles e visando à redução da inadimplência deste segmento.

4.1.4 Carteira de Desenvolvimento

4.1.4.1. Lançamento de novos produtos

O BRB planeja lançar três produtos importantes para a Carteira de Crédito Rural e mais seis para a Carteira de Microcrédito, a saber:

Cédula de Produto Rural - CPR Financeira – produto que consiste em antecipar os recursos ao produtor rural, associação ou cooperativa de produtores, onde os beneficiários do produto se comprometem a liquidar financeiramente a CPR no prazo e pelo preço estabelecido no instrumento de crédito. A CPR Financeira pode ser emitida em qualquer fase do empreendimento pecuário ou agrícola (pré-plantio, desenvolvimento, pré-colheita, produto colhido ou aguardando comercialização). A criação do produto tem como objetivo diversificar a carteira de produtos direcionados ao agronegócio, melhorar a competitividade do BRB frente a outras instituições financeiras que já operam com a CPR e aumentar a rentabilidade da Carteira de Crédito Rural.

Inovagro – produto lançado pelo BNDES cujo objetivo é financiar projetos de inovação. Esta linha de financiamento tem subsídio de taxas que são equalizadas pelo Tesouro Nacional e repassadas aos agentes financeiros por meio das linhas de financiamento do BNDES.

Cheque Especial Produtor Rural – iniciativa da área comercial do Banco, estão sendo realizados estudos para lançamento do Cheque Especial Produtor Rural. Este produto visa adequar o produto de cheque especial às características dos produtores, personalizando inclusive um “cartão” voltado para o agronegócio. Um dos objetivos do lançamento deste produto é a segmentação deste nicho de clientes.

MPOs BRB Giro Grupo Solidário, BRB Investimento Fixo Grupo Solidário, BRB Misto Grupo Solidário, BRB Giro Individual, BRB Investimento Fixo Individual, BRB Misto, Individual e Microsseguro Prestamista - todos estes produtos serão voltados para micro e pequenos empreendedores e terão o objetivo de gerar emprego e renda contribuindo para a formalização destes empregos. O microcrédito está ligado diretamente à dignidade do trabalhador e sobremaneira à identificação de um trabalho que atualmente se encontra na informalidade.

Relatório Anual de Atividades – BRB S.A – 2014

4.1.5 Arrecadação e Serviços Bancários

Com o objetivo de aprimorar os serviços oferecidos e estar cada vez mais alinhado com o mercado, o Banco prevê a disponibilização dos seguintes produtos e serviços: recarga de celular nos canais de atendimento do Banco; pagamento e agendamento das multas do DETRAN e DER de forma *online*, nos canais eletrônicos; pagamento de faturas por meio do cartão de crédito; projeto ECO - 1ª Fase: Disponibilização do extrato e da margem consignável dos Beneficiários do INSS; projeto SISPAGBEN: Alteração da forma de prestação de contas ao INSS; implantação da 3ª fase do projeto Conta Única, que permitirá ao cliente manter o número de sua conta no caso de transferência para outra agência e desenvolvimento de Programa de Relacionamento para compras efetuadas na função débito.

4.1.6 Relacionamento com o Governo e Sustentabilidade**4.1.6.1 Projetos em andamento**

Conta Vinculada - projeto conduzido pela Secretaria de Planejamento e Orçamento, com o propósito de garantir aos empregados das empresas prestadoras de serviços ao GDF o pagamento dos direitos relativos a 13º salário, férias e multa do FGTS (em caso de rescisão contratual sem justa causa), mediante provisão de recursos em nome da empresa contratada, que serão depositados em conta específica do BRB para essa finalidade.

Fundo Garantidor de Parcerias Público e Privada – FGP-DF - o Banco é o gestor do Fundo Garantidor de Parcerias Público Privadas do Distrito Federal – FGP-DF, que tem por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos no âmbito do Distrito Federal em virtude de parcerias público-privadas. O Decreto 35083 de 16/01/2014 define, em seu artigo 9º, o Banco de Brasília como agente financeiro do FGP-DF, que representará judicial e extrajudicialmente, e elenca também competências e atribuições do BRB como agente financeiro.

Programas Sociais – o Banco efetuará a revisão dos processos e abertura de demandas na área de TI para automatizar os pagamentos dos benefícios eventuais, atualmente pagos por meio de listas. A automatização promoverá mais segurança no pagamento desses benefícios, reduzindo a possibilidade de fraudes, além de agilizar o processo de pagamento e reduzir o número de empregados envolvidos nessa atividade.

Programa Cartão Material Escolar-CME - o programa visa complementar o valor despendido na aquisição de material didático-escolar. Está em fase de avaliação pelas Secretarias de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF e de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

Projeto de Implementação de Coleta Seletiva em todas as unidades do Banco - a implantação foi iniciada no Edifício Sede e a meta para 2015 será implementado o plano de ação em todas as unidades da Instituição, revisado em novembro, para atender ao que dispõe o Decreto 35.817, de 17 de setembro de 2014, que regulamenta a coleta seletiva solidária nos órgãos públicos do Distrito Federal.

4.1.7 Canais eletrônicos

No tocante a canais eletrônicos podemos destacar as seguintes melhorias e implementações:

- Continuidade do projeto Multicanal com implantação dos novos canais Mobile e BRB Banknet ainda para o primeiro semestre de 2015;
- Aceitação no autoatendimento dos cartões Sócio Torcedor e Pré-pago;
- Alteração da identificação positiva de letras para sílabas; Leitura de *chip* no aplicativo de caixa dos Postos de Atendimento;
- Leitura do *chip* módulo *Full Grade* na rede Tecban (Banco 24 horas);
- Majoração do horário de pagamento de contas nos canais para as 22 hs;
- Extrato de operações de crédito no BRB Banknet;
- Empréstimo *online* para beneficiários do INSS;
- Novas regras de segurança para os Correspondentes;
- Empréstimo pré aprovado nos Correspondentes;
- *Link* direto com o DETRAN-DF para pagamento de multas e taxas;
- Pagamentos de conta com cartão de crédito.

Relatório Anual de Atividades – BRBCFI – 2014

12.2. BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A – UO: 19.204

A BRB – Crédito, Financiamento e Investimento, é uma Sociedade Anônima regida pela Lei das Sociedades Anônimas, pelo seu Estatuto, Plano Básico Organizacional e demais disposições legais aplicáveis. É uma empresa controlada pelo BRB – Banco de Brasília S.A.

A BRB – CFI atuou em 2014 com a missão de conceder crédito no segmento de varejo, bem como prospectar clientes para o Conglomerado BRB de forma sustentável. Sendo os principais objetivos:

I – realizar todas as operações e serviços facultados às sociedades de crédito, financiamento e investimentos, obedecidos os preceitos e as limitações da legislação em vigor;

II – facilitar o acesso ao crédito aos não correntistas do BRB – Banco de Brasília S.A. e aos seus correntistas por intermédio de produtos não concorrentes.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO**PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	2.500.000	1.800.000	384.460
6975 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	2.500.000	1.800.000	384.460
TOTAL DO PROGRAMA 6207	2.500.000	1.800.000	380.082,64

Observação: Dados atualizados até o mês de novembro fechado.

Em 2014, a BRB-CFI teve como foco assegurar que foram superados os desafios da desconcentração de crédito sendo possível manter a lucratividade do negócio. Além da aderência ao modelo de negócios, a Financeira BRB garantiu resultados positivos com a contenção de gastos, principalmente relacionados com propaganda e publicidade. Até trinta de novembro de 2014 cerca de 96% das despesas nesta rubrica referem-se à publicações obrigatórias.

2. OUTRAS REALIZAÇÕES**PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.605.745	4.705.745	2.604.973
2593 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	3.605.745	4.705.745	2.604.973
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5.459.088	6.159.088	1.371.860
8679 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	5.459.088	6.159.088	1.371.860
TOTAL DO PROGRAMA 6001	9.064.833	10.864.833	3.976.833

Observação: Dados atualizados até o mês de novembro fechado.

A BRB-CFI demonstrou um crescimento bem expressivo e acelerado durante o exercício de 2014 com destaque para o crédito consignado público, principal produto comercializado por esta instituição financeira. Em conjunto com o aumento da carteira de crédito, ocorreu o aumento dos custos com sistemas computacionais para a manutenção, imprescindível, dos controles internos por sistemas informatizados visando a mitigação dos riscos operacionais e melhor desempenho no processamento e integração dos dados. Aproximadamente 40%, até 30/11/2014 dos custos de processamento de dados na "Gestão da Informação e dos sistemas de tecnologia da informação" são relacionados à manutenção, correção e customização do sistema de gestão de crédito da Financeira BRB.

Além dos custos com o nosso sistema de gestão, os custos com os sistemas de averbação mantidos por órgãos públicos para viabilizar o controle dos empréstimos consignados, também tiveram uma participação importante. Os órgãos públicos realizam convênios com empresas para que realizem o processamento da averbação das consignações e gestão da margem consignável dos servidores e para manutenção da linha de crédito consignado público é necessário o pagamento de tarifas, formalizadas em contrato com a empresa conveniada e com o órgão público. Dos valores executados até 30/11/2014, aproximadamente 60% dos custos de processamento de dados são relacionados ao pagamento dessas empresas, o que reflete o crescimento da Financeira BRB no segmento de crédito consignado.

Bate

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 002970

Relatório Anual de Atividades – BRBCFI – 2014

Aproximadamente 78% das despesas enquadradas na manutenção de serviços administrativos gerais são relacionadas ao pagamento de custo de pessoal, inclusive diretoria, conselho fiscal e os respectivos encargos sociais. As demais despesas estão distribuídas em diversas contas, por exemplo, compras de material de expediente, tarifas bancárias e contribuição sindical.

SP1 PROJ 00003 /15-Folha Nº 00270 VERSÃO
Paula

Relatório Anual de Atividades - BRBDTVM - 2014

12.3. BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. – UO: 19.205

A BRB DTVM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A é uma Sociedade Anônima de capital fechado, subsidiária integral do BRB - Banco de Brasília S/A criada conforme autorização contida na Lei nº 6.385/76 e na Resolução CMN 1.120/86, regida pela Lei das Sociedades Anônimas Lei nº 6.404/76, por Estatuto e demais disposições legais aplicáveis. Possui como atividades principais a administração e a gestão dos fundos de investimento disponibilizados aos clientes do BRB. Além disso, também oferece serviços de liquidação e custódia de valores mobiliários, intermediação de títulos e papéis públicos e privados, estruturação de operações e captação de recursos junto a clientes institucionais, especialmente Fundos de Pensão, Seguradoras e Regimes Próprios de Previdência Social.

A BRB DTVM é associada à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima e aderente ao Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento. É detentora do Selo Anbima que atesta o compromisso da Instituição em zelar pela transparência e pela confiabilidade no exercício de suas atividades.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO**PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO(*)
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	600.000	600.000	411.629
6976 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	600.000	600.000	411.629
TOTAL DO PROGRAMA 6207	600.000	600.000	411.629

Observação: (*) dados atualizados até novembro/2014.

2. OUTRAS REALIZAÇÕES**PROGRAMA: 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO(*)
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	804.390,00	804.390,00	762.713,57
5166 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	804.390,00	804.390,00	762.713,57
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3.529.477,00	3.529.477,00	1.599.361,65
8682 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	3.529.477,00	3.529.477,00	1.599.361,65
TOTAL DO PROGRAMA 6001	4.333.867,00	4.333.867,00	2.362.075,22

Observação: (*) dados atualizados até novembro/2014.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**Novos Produtos e Serviços**

Buscando intensificar a atuação e atentos às oportunidades de geração de novas fontes de receita, a BRB DTVM ampliou e diversificou seu portfólio no ano de 2014, implantando parcerias em produtos financeiros, consolidando seu perfil de administrador/gestor de recursos:

Fundo de Investimento Imobiliário SIA Corporate - Trata-se de Fundo Imobiliário, para investidores qualificados, cujo objetivo é investir em projeto de incorporação de prédios de lajes corporativas localizado no Setor de Indústrias e Abastecimento em Brasília. O Fundo foi iniciado em Março/2014, com patrimônio de R\$ 65 milhões. Em outubro passado, após reavaliação dos ativos do fundo que proporcionou rentabilidade adicional de 2,5% aos cotistas, foi realizada abertura da segunda oferta do fundo visando o patrimônio total de R\$ 147 milhões com perspectiva de encerramento para janeiro de 2015.

BRB Fundo de Investimento em Renda Fixa 2023 - Teve suas atividades iniciadas no primeiro semestre de 2014 e fechou o ano com o patrimônio líquido de R\$ 50,9 milhões. O Fundo tem como característica principal o resgate somente em 2023, fato que possibilita auferir rentabilidade compatível com as Notas do Tesouro Nacional – Série B e baixa volatilidade nas cotas. O público alvo abordado foram os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS que buscam atingir suas metas atuariais com a aquisição de ativos atrelados ao IPCA;

Relatório Anual de Atividades - BRBDTVM - 2014

Fundo de Ações Institucional – Fundo constituído em setembro de 2014 com objetivo de atender a demanda dos clientes institucionais quanto à diversificação do portfólio. O produto é destinado a investidores qualificados para investimento no segmento de renda variável;

Incremento de captação do BRB Renda Fixa 1 Milhão – Fundo de renda fixa com liquidez diária composto de Títulos Públicos Federais e Crédito Privado. O patrimônio líquido do fundo cresceu 53,85% no ano, atingindo R\$ 415,5 milhões. Foi reconhecido como o fundo de investimento mais rentável administrado por Instituição Pública no país pela Revista Investidor Institucional;

Intermediação de Títulos Públicos - Foi iniciada atividade de intermediação de títulos para agentes do mercado financeiro como forma de ampliar as receitas com prestação de serviços. A BRB DTVM está apta a intermediar negociações de títulos públicos das carteiras das fundações de funcionários das empresas e dos servidores do GDF que contam com aproximadamente R\$ 5 bilhões em patrimônio.

Prestação de Serviços de Administração de Fundos de Terceiros – Foram realizadas transferências de fundos de gestores terceirizados incrementando o patrimônio administrado pela BRB DTVM em aproximadamente R\$ 395,64 milhões. Essas operações viabilizam receitas adicionais e maior representatividade da empresa no mercado.

Prestação de Serviços de Custódia – A BRB DTVM iniciou prestação de serviços de custódia qualificada para um dos maiores institutos de previdência do Brasil com patrimônio de R\$ 3,5 Bilhões. Destaca-se que também está apta a expandir esse serviço para as entidades fechadas de Previdência Complementar (Fundações de funcionários das empresas).

FIP Paraná - Minha Casa Minha Vida – Fundo estruturado para a construção de casas populares no estado do Paraná através de recursos captados de investidores institucionais (R\$ 24 milhões). A BRB DTVM tem expertise para captar recursos visando financiamento de projetos habitacionais que se enquadrem nas faixas 2 e 3 do programa Minha Casa Minha Vida.

Constituição de Fundo para Grupo Empresarial em Goiânia – Foi constituído um fundo imobiliário - FII TC BTowers – para grupo empresarial de Goiânia com expectativa de patrimônio de R\$ 100 milhões. O objetivo desta estrutura foi auxiliar o processo sucessório de grandes e médias empresas, bem como no planejamento tributário dos mesmos.

Acordos de Cooperação Técnica – Foram firmados acordos com o Ministério de Previdência Social e os governos dos estados do Acre e Mato Grosso para criação de estruturas financeiras no mercado de capitais que possam viabilizar a redução do déficit dos estados com seus respectivos institutos de previdência, através da implementação de políticas sociais de moradia, complementares ao do Programa Minha Casa Minha Vida. Tais estruturas poderão ser replicadas para os municípios, gerando várias oportunidades de negócios para a BRB DTVM.

FIP GR Industrial - Trata-se de Fundo de participações destinado à construção de galpões logísticos no entorno da cidade de São Paulo (rodoanel paulistano), com patrimônio comprometido de R\$ 285 milhões. Atualmente tem patrimônio integralizado de R\$ 122,1 milhões, com a implantação de 03 projetos em execução e mais 01 em processo de validação no comitê de investimento.

Estruturação de Operações para Empresas do GDF – Tendo em vista a limitação legal do Banco BRB em financiar as operações das empresas do GDF, a BRB DTVM surge como opção de captação de recursos via estruturação de operações financeiras para terceiros visando à melhoria da estrutura de capital dessas empresas.

Criação de fundo vinculado ao FGP - Fundo Garantidor de Parceria Público Privadas – Trata-se da elaboração de fundos de investimentos com o objetivo de racionalizar a operacionalização dos ativos financeiros integrantes do FGP-DF, instituído pela Lei Distrital nº 5.004.

Estreitamento de Relacionamento com parceiros - a BRB DTVM tornou-se membro de dois comitês da Anbima, entidade à qual é filiada, são eles: Comitê de Distribuição de Produtos no Varejo e Comitê de Serviços Qualificados. Essa mudança representa maior participação, monitoramento e defesa de interesses da BRB DTVM no mercado.

FIP Hotel Recife – Fundo de participações com objetivo de realizar o retrofit do Hotel Fator Plaza, em Recife-PE, com o reposicionamento no mercado hoteleiro da cidade. O público alvo da operação são os clientes institucionais, principalmente RPPS da região. A primeira emissão de cotas foi iniciada em dezembro com a expectativa de captação de R\$ 128,8 milhões.

Relatório Anual de Atividades - BRBDTVM - 2014

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A BRB DTVM passou por uma reestruturação de seu quadro de empregados e diretores no início do ano. Entre as principais mudanças ocorridas, menciona-se com ênfase a redução dos custos. Apenas com a redução de custos no quadro de pessoal houve uma economia de aproximadamente R\$ 2.000.000,00 por ano.

Neste ano, a BRB DTVM manteve o foco em fortalecer parcerias no mercado de capitais, proporcionando crescente expansão da marca no cenário nacional por meio de participação em eventos voltados a Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC e Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, clientes institucionais pulverizados por todo o Brasil, além da ampliação da carteira a potenciais clientes no Distrito Federal.

Destaca-se que a carteira de clientes institucionais da BRB DTVM tem crescido satisfatoriamente, assim como o Patrimônio Líquido dos Fundos Administrados pela instituição que são voltados para esse perfil de investidor qualificado.

O volume de recursos de terceiros administrado, descontadas as aplicações de fundos em fundos, totalizou R\$ 1,7 bilhão no ano de 2014, 26,8% maior que o registrado no mesmo período do ano anterior.

As perspectivas da BRB DTVM para o próximo triênio compreendem aumentar gradativamente o lucro líquido; estabelecer novas parcerias visando ampliar o mercado de atuação; captar novos clientes institucionais; aumentar a eficiência operacional e negocial; desenvolver e aprimorar a gestão do conhecimento e das competências das pessoas com foco no segmento de atuação da instituição.

SEL PRCC 00003 /15-Folha nº 002972 *Bete*

Relatório Anual de Atividades – Cartão BRB – 2014

12.4. CARTÃO BRB S.A. – UO: 19.206

A Cartão BRB é uma sociedade integrante do conglomerado BRB, constituída em 23 de julho de 1997, cujo objetivo é a comercialização e administração de um portfólio diversificado de produtos para os mais variados segmentos, que inclui cartões de crédito e débito, pré-pagos e múltiplos, associados aos sistemas Visa e MasterCard.

Além disso, a Cartão BRB está presente também no segmento de Adquirência, por intermédio da *Joint Venture* formalizada com a Global Payments South America Serviços de Pagamentos Ltda.

Atualmente a Cartão BRB conta com 177 funcionários em seu quadro de colaboradores, sendo 11 cedidos pelo BRB e 166 contratados via CLT.

1. REALIZAÇÕES**PROGRAMA: 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/ Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado
8502- ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	18.602.359	21.102.359	20.087.867
8867 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - DISTRITO FEDERAL	18.602.359	21.102.359	20.087.867
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	4.110.190	6.610.190	4.596.099
9674 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES - DISTRITO FEDERAL	4.110.190	6.610.190	4.596.099
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	29.612.860	11.112.860	7.704.712
9748 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - DISTRITO FEDERAL	29.612.860	11.112.860	7.704.712
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.852.227	17.352.227	10.456.863
5163 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.852.227	17.352.227	10.456.863
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	6.118.553	6.118.553	5.633.338
8725 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - DISTRITO FEDERAL	6.118.553	6.118.553	5.633.338
TOTAL DO PROGRAMA 6001	62.296.289	62.296.289	48.478.878

A partir de outubro de 2013, com a publicação da Lei nº 12.865 e, posteriormente com a publicação das resoluções do Conselho Monetário Nacional nºs 4.282 e 4.283 e demais Circulares correlatas emitidas pelo Banco Central do Brasil, estabeleceu-se o "marco regulatório" para o mercado de Arranjos de Pagamentos no qual a Cartão BRB S/A está inserida.

De acordo com as normas estabelecidas a continuidade dos negócios da companhia está condicionada a concessão de uma licença de funcionamento por parte do novo regulador, precedida de um processo de adequação organizacional, o que no final de 2013, demandou a estruturação de um projeto de atendimento à nova regulamentação.

A normatização do sistema vem sendo tratada pela Cartão BRB como uma grande oportunidade de desenvolvimento organizacional, uma vez que os padrões exigidos pelo regulador estão baseados nas melhores práticas de mercado no que se refere a aspectos de estrutura funcional, controle, procedimentos operacionais e administrativos e também de governança o que deu ainda mais importância ao referido projeto.

Assim, em setembro de 2014, após o cumprimento das primeiras etapas de definição de negócio previstas no projeto a companhia protocolou junto ao Banco Central seu requerimento de autorização de funcionamento para continuar operando no mercado de Arranjos de Pagamentos, conforme as novas determinações legais e regulatórias previstas para o setor.

Dessa forma, com despesa de pessoal, de maior peso orçamentário da companhia (autorizado e executado), destaca-se o aumento do quadro de colaboradores em função das adequações da estrutura funcional demandadas pelo projeto Banco Central, realização esta prevista na dotação orçamentária do período. No mais, a realização das despesas do período refere-se à manutenção da estrutura funcional já constituída anteriormente, conforme previsto.

Também com relação à concessão de benefícios a servidores cabe destaque para o aumento do quadro de colaboradores proveniente das adequações demandadas pelo projeto Banco Central.

No Exercício de 2014, foram concedidos 380 benefícios tais como, reembolso faculdade, auxílio natalidade, vale transporte, auxílio creche, auxílios alimentação e etc.

Nos serviços administrativos gerais destaca-se a reclassificação técnica de parte dos recursos para a gestão da informação e dos sistemas de tecnologia. Ainda no que se refere ao primeiro programa, também destaca-se a postergação de realização parcial de algumas despesas previstas originalmente para o período

Relatório Anual de Atividades – Cartão BRB – 2014

corrente, como por exemplo, as despesas com consultoria e as reformas de acomodação da nova estrutura funcional, ambas demandadas pelo projeto Banco Central. No mais, a realização seguiu curso normal de sustentação da estrutura administrativa e operacional da companhia, conforme previsto no processo orçamentário.

Na gestão da informação e dos sistemas de tecnologia, conforme já destacado no comentário do programa anterior, inicialmente, cabe observar o aumento da dotação orçamentária originalmente prevista, proveniente de remanejamento. Evidencia-se que a realização, com o segundo maior peso orçamentário do período (autorizado e executado), encontra-se a maior parte das despesas diretamente ligadas a sustentação da operação da companhia, tais como: serviços de processamento de transações de cartões, serviços de call center (atendimento e cobrança), manutenção de sistemas, dentre outros.

Referente à publicidade e propaganda a realização das despesas ocorreram predominantemente, em linha com a previsão orçamentária original, cumprindo com o planejamento de estímulo ao faturamento dos clientes com publicidade focada no fortalecimento e divulgação da marca, fortalecimento do Programa de Relacionamento e das demais parcerias desenvolvidas pela Cartão BRB, bem como lançamento de novos produtos.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ao longo de 2014, a Cartão BRB acompanhou o ritmo de crescimento econômico da indústria de cartões, com uma taxa de crescimento de faturamento acima dos 15% quando comparadas às posições de 2014 e 2013.

Para os próximos três anos, especialmente, para 2015, em função da expectativa de um cenário com ritmo de crescimento econômico ainda muito baixo, com impacto direto no consumo das famílias, a companhia prevê uma taxa de crescimento de faturamento anual mais moderada em torno de 10%.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Com uma Instituição Financeira como controladora e mais de 17 anos no mercado, a Cartão BRB emprega em suas soluções diferenciais que asseguram sua perenidade e contínuo crescimento no segmento que atua.

A companhia tem como seu principal foco de serviços a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos e o credenciamento de estabelecimentos para a aceitação dos produtos de alimentação e refeição.

Emissão

O mercado, tanto para os produtos pré quanto para pós pagos, propicia uma grande oportunidade às empresas de cartões regionais as quais apresentam a cada ano, taxas recordes de crescimento. Do total de pagamentos ocorridos no Brasil, 26,4% são realizados em meios eletrônicos de pagamento, sendo que nos países desenvolvidos, esse índice chega a 60%. Tais dados evidenciam o potencial de crescimento que o País possui.

Pré-Pago - Dado esse cenário, os cartões pré-pagos surgem como uma grande aposta de lucro, impulsionados, principalmente, pela recente regulamentação do Banco Central. A expectativa que o segmento movimentasse, no ano de 2014, R\$ 2 bilhões. As projeções apontam que em 2017 essa cifra pode chegar a R\$ 65 bilhões. Vale ressaltar que quase 40% da população brasileira ainda não tem conta em instituição financeira.

Tanto a iniciativa privada quanto o governo têm avançado para estimular a criação e a expansão desses cartões. Do lado da iniciativa privada, empresas de diversos segmentos e portes (empresas de telefonia, bandeiras, instituições financeiras, emissores independentes, etc.) estão desenvolvendo projetos específicos para atender, principalmente, o público não bancarizado ou sub-bancarizado. Do lado da iniciativa pública o governo está estimulando a inclusão financeira e enxerga no pré-pago um poderoso instrumento.

As projeções de empresas que atuam nesse setor mostram que o instrumento pré-pago surge como uma tecnologia facilitadora para diminuir o uso do dinheiro nos atos de pagamentos e recebimentos para todas as classes econômico-sociais, pois esse produto abrange os diversos perfis de consumidores.

Pós-Pago - Os cartões pós-pago têm mantido um desempenho satisfatório no mercado brasileiro. Segundo a ABECS, o volume de transações com cartões pós-pagos cresceu 17,8% no acumulado do ano 2014 e vem crescendo, nos últimos 5 anos a uma média de 20% ao ano, atingindo mais de R\$ 853 bilhões em 2013. No crédito, as transações somaram R\$ 553 bilhões com avanço de 15,3%. No débito, o crescimento foi maior, na ordem de 22,5% atingindo R\$ 300 bilhões.

Em 2013, a participação de cartões no consumo das famílias foi de 28%, indicando que as famílias estão cada vez mais habituadas com este instrumento de pagamento. Comprova-se, assim, a crescente inserção de novos clientes no mercado de cartões e sua melhor aceitação pelos consumidores brasileiros.

Relatório Anual de Atividades – Cartão BRB – 2014

A expectativa da ABECS para 2014 foi de crescimento na ordem de 17,1% no volume financeiro transacionado, chegando próximo ao acumulado de R\$ 1 trilhão em compras com o meio eletrônico de pagamento.

Para Empresa - A Cartão BRB, que está em desenvolvimento dos produtos pré-pagos de benefícios, cujo mercado é bastante concentrado, verificou que existem diversas oportunidades, tais como:

- Exigência de interoperabilidade e não discriminação, a qual permite que as instituições pequenas que atuam de maneira mais personalizada, assim como a Cartão BRB, possam atrair para sua rede os usuários dos cartões e estabelecimentos credenciados;

- Regulamentação e autorização por órgão oficial das instituições e arranjos de pagamento de modo que tanto as empresas usuárias dos serviços de cartões benefícios, como os trabalhadores e os estabelecimentos credenciados, terão um conforto maior em contratar e utilizar os serviços prestados por empresas como a Cartão BRB. A autorização e supervisão pelo Governo Federal irá conceder um “selo de garantia”, respaldado pelas exigências de controles internos, gerenciamento de riscos, responsabilização dos administradores, maior garantia dos recursos administrados (recolhimento compulsório, por exemplo), monitoramento e transparência das operações realizadas;

- Segmento dos prestadores de serviços de cartões benefícios que estão em crescimento no Distrito Federal, sendo este mais um dos focos de mercado da Cartão BRB; e

- Expectativa de entrada de 25.000 servidores da administração pública do Governo do Distrito Federal no arranjo da Cartão BRB, o que totaliza 50.000 cartões nas modalidades alimentação e refeição.

Credenciamento

O Banco de Brasília, por meio da Cartão BRB S.A. detêm uma parceria com a empresa Global Payments - Serviços de Pagamentos S.A. para atuar no credenciamento de recebedores de instrumentos de pagamento emitidos com as bandeiras visa e mastercard e posteriormente com a bandeira Cartão BRB e também na liquidação das transações capturadas destas bandeiras.

A empresa parceira é uma das maiores processadoras de pagamentos do mundo, presente em 26 países que representam 90% do volume mundial de pagamentos. Ao todo, a instituição contabiliza anualmente U\$ 5 bilhões em transações processadas e U\$ 300 bilhões em faturamento, resultados alcançados com mais de um milhão de clientes e parcerias com cerca de 100 bancos em todo o mundo.

Essa parceria traz para a Cartão BRB S.A. a experiência e capilaridade para atingir uma quantidade significativa de estabelecimentos em menor prazo, permitindo assim uma maior penetração dos seus cartões e ganho significativo com o movimento de Crédito e Débito, além dos cartões de benefícios, alimentação e refeição como foco específico na região onde a Cartão BRB possui seu foco, o Distrito Federal e Entorno.

921 1500 00003 /15-FOLHA Nº 002775 VERSÃO Paula

Relatório Anual de Atividades – BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A – 2014

12.5. BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A – UO: 19.207

A BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. é uma sociedade de capital fechado, integrante do Conglomerado BRB, com sede em Brasília, tem como objetivo a administração e corretagem de seguros dos ramos elementares, riscos pessoais, títulos de capitalização, planos previdenciários e outros produtos coletivos, e a corretagem de planos de saúde, planos odontológicos, consórcios e títulos/planos de viagem.

Com a missão de prover produtos e serviços de valor visando à proteção e segurança dos bens e da família, a BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. atua no mercado há 26 anos com a solidez da marca BRB, sendo referência de qualidade e credibilidade no segmento securitário.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro de Colaboradores da BRB Adm. e Corretora de Seguros S/A)	-	94	-	181	275
Requisitados	Órgãos do GDF (BRB Sede ou Matriz)				
	-	01	-	01	02-
Outros	Estagiários				
	-	13	-	02	15
Subtotal (Força de Trabalho)	-	108	-	184	292
Total Geral	-	108	-	184	292

Observação: a) A UO não possui empregados efetivados pelo GDF, portanto, os colaboradores são contratados (CLT) sem vínculo com o GDF

b) 02 "empregados" considerados em "requisitados – Órgãos do GDF" são empregados do Banco de Brasília – BRB, os quais foram indicados para exercerem a função de Diretores nesta UO. Ressalta-se que, esta UO é responsável pelo holerite destes empregados.

1. REALIZAÇÕES**PROGRAMA: 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.769.046	2.769.046	1.387.015
5164 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DISTRITO FEDERAL	2.769.046	2.769.046	1.387.015
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	17.806.971	17.806.971	17.119.272
8865 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL – DISTRITO FEDERAL	17.806.971	17.806.971	17.119.272
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	5.417.950	5.417.950	5.015.533
9671 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES – DISTRITO FEDERAL	5.417.950	5.417.950	5.015.533
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	8.730.000	8.730.000	6.187.114
8726 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA – DISTRITO FEDERAL	8.730.000	8.730.000	6.187.114
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2.913.899	2.913.899	2.240.531
9749 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS – DISTRITO FEDERAL	2.913.899	2.913.899	2.240.531
TOTAL DO PROGRAMA 6001	37.637.866	37.637.866	31.949.465

Neste programa foram realizadas ações voltadas à área de pessoal, incluindo salários, encargos sociais e treinamentos realizados. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2014 foi executado o total de R\$ 17.119.271,96, resultado de pagamentos para 292 colaboradores.

Foram concedidos auxílios alimentação, educação e creche, assistência médica, vale transporte, previdência privada e seguro de vida em grupo. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2014 foi concedida a quantidade de 9.676 benefícios o que resultou na execução de R\$ 5.015.533,03.

Ainda foram realizados gastos administrativos em geral, incluindo serviços, compras e contratações. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2014 foi executado o total de R\$ 2.240.531,06. Destacam-se no exercício de 2014 os serviços com telefonia, taxas condominiais, fornecimento de água, energia e realização de manutenções de bens e instalações.

Com relação à gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação foram realizados suporte e manutenção de sistemas, licença de softwares, serviços de transmissão de dados e relacionamento service desk e contratação de consultoria de TI. Destacam-se no exercício de 2014 os serviços com transmissão de dados via modem/adsl que resultou; licença nettool web ferramenta de geomarketing; contrato de segurança da informação – firewall II de aplicação com execução serviço de consultoria de TI manutenção de sistemas RM-Totvs com valor de execução na ordem de R\$ 90.298,20 e serviços com service desk.

Relatório Anual de Atividades – BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A – 2014

Para publicidade e propaganda foram realizadas ações de patrocínios, de publicidade, relacionamento com o cliente, promoção de vendas, relações públicas, endomarketing, confecção de brindes institucionais. Destacam-se no exercício de 2014 as campanhas e propagandas televisivas, bem como, veiculações em rádios, sites e revistas; patrocínios do Judô com Tranquillini, Projeto Amigos do Vôlei, do 69º congresso brasileiro de cardiologia, Equipe Amir Nasr; ações de relacionamento com o clube AABR e aquisições de tickets/camarote no evento Copa do Mundo 2014.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Sob o aspecto de gestão de pessoas, a Corretora investiu na implementação de programas voltados ao desenvolvimento de competências e à melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores.

Em 2014, foi dada ênfase à obtenção, por parte dos consultores e demais colaboradores alocados em atividades nas áreas comerciais e técnicas, da Certificação Técnica estabelecida pela Resolução nº 149/2006 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). No exercício de 2014 a Corretora certificou 193 colaboradores.

Em relação à Gestão Administrativa e Financeira, foram implementadas ações com o objetivo de criar e aprimorar processos, visando à maior eficiência e eficácia, transparência, segurança e mitigação de riscos, a exemplo das listadas a seguir:

- Automações no processo de controle de comissões de corretagem (baixa e conciliação);
- Aprimoramento do controle patrimonial e de almoxarifado;
- Aperfeiçoamento do sistema de segurança física da Corretora;
- Automação do processo de pagamento de fornecedores;
- Aperfeiçoamento dos processos relacionados aos Sistemas de Ponto Eletrônico e de Folha de

Pagamento;

- Aprimoramento da gestão dos instrumentos contratuais e
- Aperfeiçoamento da estrutura física da Corretora.

Na área de Tecnologia da Informação, a Corretora, no intuito de aprimorar seus processos de venda e de atendimento aos clientes, desenvolveu e implementou ações voltadas à modernização, aumento da produtividade e redução de custos, com destaque para os seguintes projetos:

- Automação de processos para a importação de propostas, envolvendo informações relativas ao pagamento de parcelas, avisos de sinistros, recusas, cancelamentos de apólices e demais informações gerenciais;
- Atualização do sistema informatizado de gestão de processos (Multiseguros) para importação das informações das Seguradoras sobre os dados dos clientes, propostas e apólices de seguros;
- Desenvolvimento de sistemas para operacionalização dos novos produtos do Portfólio da Corretora (BRB Consórcio, BRB Odonto, BRB Prev, BRB Férias e Nichos Específicos);
- Atualização e higienização da base cadastral de clientes;
- Automação dos processos da área de pós venda;
- Atualização do ambiente operacional da força de vendas da Corretora, provendo mais agilidade e segurança para a operação de vendas; e
- Implantação do novo site da internet da Corretora para criação de novos serviços on line.

Seguindo estratégia comum às Empresas do Conglomerado, a Companhia, em parceria com o Banco, aderiu ao Programa de Incentivo "ENERGIA BRB", realizada no exercício de 2014, de forma a incrementar a comercialização de produtos securitários pelos angariadores, por meio do "Balcão BRB". Internamente promoveu, no mesmo período, a realização da campanha "Goleada de Vendas", voltada aos consultores de seguros, operadores de Call Center e consultores de negócios corporativos.

Nas áreas sociais e de cultura, mereceram destaque projetos patrocinados por meio de parcerias firmadas com instituições não governamentais e entidades filantrópicas: a Casa Azul, em Samambaia, a Escolinha de Futebol do Laerte, em Sobradinho, Judô com Tranquillini, que possui núcleos nas Regiões Administrativas do DF, Escola de Música Raphael Rabello (Clube do Choro), Festa Junina dos Aposentados do BRB, "Brasília, meio século da Capital do Brasil", XI Brasília Motocapital 2014, entre outros.

Em relação ao esporte, destaca-se a participação da Corretora, neste exercício, nos projetos: 45ª Copa São Paulo de Futebol Júnior, Campeonato Brasiliense de Futebol – Série "B", Campeonato Brasileiro de Futebol de Base - 2014, AKROS Associação de Ginástica Acrobática do DF, Equipe Brasília Vôlei – Superliga de Vôlei

Relatório Anual de Atividades – BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A – 2014
Feminino – 2014/2015, XVIII Campeonato Brasiliense de Futebol Profissional – Segunda Divisão - 2014, Tênis Rosivaldo Pereira, Arrancada Clube, entre outros.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

As realizações orçamentárias da BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A, foram efetivadas de acordo com as ações projetadas para o exercício de 2014. Desta forma, informamos que as ações previstas foram concluídas e finalizadas.

Para o exercício de 2015, a Corretora de Seguros BRB implementará ações estratégicas com o objetivo de criar e aprimorar processos, visando maior eficiência e eficácia, transparência, segurança e mitigação de riscos.

Além de se preocupar com os resultados financeiros e de modernização a Corretora Seguros BRB projeta para 2015, dar continuidade, em consonância com as políticas adotadas pelo Conglomerado BRB e, consciente de sua responsabilidade sócio empresarial, a patrocínios voltados à cultura, lazer, esportes, educação e melhoria da qualidade de vida da população em geral; com vistas a associar a marca BRB aos resultados alcançados por esses projetos na comunidade do Distrito Federal e região de influência.

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 002975 *Beth*

Relatório de Anual de Atividades—BSB Ativos—2014

12.6. BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S.A.– UO: 19.208

A BSB Administradora de Ativos S.A. é uma sociedade de capital fechado, integrante do conglomerado BRB, constituída em 16/11/2010 e possui como atividades principais, Atividades de Tele atendimento, Atividades de Tele cobrança e Informações Cadastrais e Consultoria em Tecnologia da Informação.

Tem como missão, Oferecer soluções de cobrança e call center, com serviços inovadores, excelência no atendimento e rentabilidade aos acionistas.

A BSB Ativos é uma empresa do conglomerado do BRB e sua força de trabalho é toda regida pela CLT. O quadro efetivo de funcionários em 31/12/2014 é composta de 375 empregados na área fim e 40 empregados na área meio 40, representando um total de 415 empregados. Destaca-se que existe um funcionário de carreira cedido pelo BRB.

1. REALIZAÇÕES**PROGRAMA 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	88.000	88.000	94.664
5165 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- DISTRITO FEDERAL	88.000	88.000	94.664
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	7.532.266	7.532.266	6.346.670
8866 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	7.532.266	7.532.266	6.346.670
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2.650.755	2.650.755	2.033.388
9672 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL	2.650.755	2.650.755	2.033.388
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	130.000	130.000	64.124
8727 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	130.000	130.000	64.124
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2.897.040	2.897.040	3.261.578
9750 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	2.897.040	2.897.040	3.261.578
TOTAL DO PROGRAMA 6001	13.298.061	13.298.061	11.800.324

Neste programa houve realização de ações voltadas à área de pessoal, incluindo: salários, férias, comissões, horas extras, 13º salário, encargos sociais e treinamentos realizados. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2014 foi executado o total de R\$ 6.346.670,00 resultado de pagamentos para 399 colaboradores.

Foram concedidos auxílios alimentação, creche, vale transporte, assistência médica e seguro de vida em grupo. Entre os meses de janeiro a dezembro foram concedidos 9.546 benefícios que resultou na execução de R\$ 2.033.388,00.

Foram ainda realizados gastos administrativos em geral, incluindo alugueis, condomínio, água e energia elétrica, telefone, serviços, compras e contratações. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2014 foi executado o total de R\$ 3.261.578,00.

Os gastos com tecnologia da informação foram realizados com suporte e manutenção de sistemas, licença de softwares, serviços de transmissão de dados. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2014 foi executados o valor total de R\$ 94.664,00.

Os gastos com propaganda e publicidade, foram realizados com a publicação do balanço patrimonial do exercício anterior o manual de compras da companhia. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2014 foi executado o valor total de R\$ 64.124,00.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

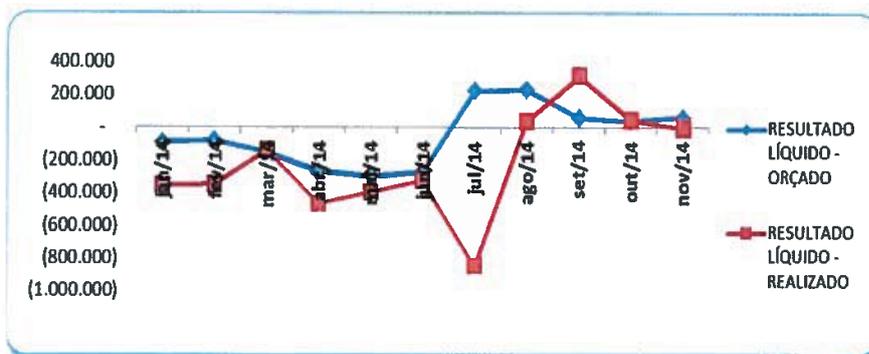
Em maio de 2014, foi aprovado um aporte para aumento no Capital Social, de R\$ 3.000.000,00, passando de R\$ 5.880.000,00 para R\$ 8.880.000,00.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A BSB Ativos, vem, melhorando o seu faturamento ao longo do exercício de 2014, devido à aquisição de novos contratos dentro do conglomerado BRB, sendo o de maior destaque o contrato de tele atendimento para a CR BRB, que teve o início das atividades em julho/2014 e faturamento a partir de agosto/2014, com previsão orçamentária de R\$ 1.150.000,00 mensais. Com a aquisição do novo contrato a Companhia tem apresentado um crescimento na carteira de 78,42% em relação ao primeiro semestre de 2014.

Relatório de Anual de Atividades—BSB Ativos—2014

Com o aumento nas receitas a BSB Ativos, vem apresentando um melhor desempenho no resultado líquido, demonstrando a sua capacidade de continuidade e crescimento da Companhia.



Os resultados financeiros alcançados pela BSB Ativos são, também, consequência do modelo de gestão adotado, que tem como objetivos a implantação de ações voltadas à transparência das informações, automatização dos processos e investimentos em tecnologia de informação.

Beta

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 002976

Relatório Anual de Atividades – BSB Participações – 2014

12.7. BSB PARTICIPAÇÕES S/A – UO: 19.209

A BSB Participações S/A (BSB PAR) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado, controlada pela Cartão BRB S/A, cujo objeto é a participação em sociedades mercantis, em qualquer segmento de negócios, mediante subscrição de ações e/ou quotas.

A BSB PAR encontra-se em atividade pré-operacional e utiliza os recursos humanos e de infraestrutura da controladora – Cartão BRB S/A, conforme convênio firmado entre as partes.

1. REALIZAÇÕES

A reorganização societária levada a termo pelo acionista controlador da Cartão BRB, em maio de 2009, pressupunha diversos movimentos empresariais a serem adotados paulatinamente, nos termos da Lei nº 61, de 05 de dezembro de 1989, DODF de 06.12.1989, que autorizou o Banco de Brasília S.A. a constituir subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social.

Conforme previsto em lei e adotado pelos grandes grupos financeiros concorrentes, os negócios poderão ocorrer por meio de incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação de controle acionário ou qualquer outra forma prevista em lei.

A empresa BSB PAR foi criada com a missão de ampliar a participação da Cartão BRB e do próprio BRB na intermediação de recursos e negócios financeiros, via participações acionárias em empresas sediadas no Brasil, com o objetivo de promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade.

A BSB PAR tem três objetivos principais:

- Ampliar e diversificar as participações acionárias da Cartão BRB e o BRB, em segmentos estratégicos, especialmente o financeiro, para conferir maior sustentabilidade e rentabilidade aos seus negócios;
- Reforçar a capacidade de atuação da Cartão BRB e do BRB, como instrumento de implementação das políticas governamentais distritais, especialmente a econômica e de desenvolvimento;
- Instituir normas de governança, que permitam a realização de negócios, de acordo com os padrões de risco e transparência, recomendados ao BRB pela legislação em vigor e, aplicáveis igualmente à gestão e ao controle da carteira de participações.

Desde a constituição da Companhia, em 2011, o mercado de meios de pagamentos já sinalizava a perspectiva regulatória com o objetivo de fortalecer e garantir a celeridade das operações nesse segmento.

Essa perspectiva foi percebida como grande oportunidade de negócios para a BSB PAR, na condição de investida da Cartão BRB S/A, uma vez que o mercado de meios de pagamentos crescia exponencialmente, abrindo possibilidades de participações em empresas atuantes nesse segmento.

No entanto, para iniciar o operacional da BSB PAR havia a necessidade de se implementar algumas ferramentas tecnológicas e assegurar limites de propriedade e valorização dos capitais a serem investidos que acabaram demandando mais tempo do que fora previsto originalmente.

A partir de outubro de 2013, com a publicação da Lei nº 12.865 e posteriormente com a publicação das Resoluções do Conselho Monetário Nacional nºs 4.282 e 4.283 e demais Circulares emitidas pelo Banco Central do Brasil, estabeleceu-se o marco regulatório para os chamados Arranjos de Pagamento e Instituições de Pagamento, acelerando a necessidade de se passar para a fase operacional, já a partir dos pedidos de autorização de funcionamento perante o Banco Central, de todas as atividades exercidas pela Cartão BRB e das novas atividades.

Basicamente a regulamentação alcança os Arranjos de Pagamento realizados através de cartões e demais instrumentos eletrônicos que sejam destinados ao público e que tenham mais de um recebedor, além de outras formas de pagamento a serem desenvolvidas futuramente pelo mercado.

Assim, em setembro de 2014, a Cartão BRB protocolou junto ao BACEN o pedido de autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento e Instituição de Arranjos de Pagamentos.

Diante disso, a BSB PAR posicionou-se de forma conservadora, considerando que as potencialidades do mercado de meios de pagamentos e as perspectivas observadas diante do novo marco regulatório deveriam ser objeto de investimentos e participações a partir da autorização do acionista controlador para atuar nesse segmento.

Relatório Anual de Atividades – BSB Participações – 2014

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Para cumprimento dos objetivos estratégicos, definidos pelo controlador, a BSB PAR apresentará no primeiro trimestre de 2015 um Plano de Trabalho de participações e investimentos com vistas a fortalecer o conglomerado BRB nos segmentos em que atua.

EFL PROC 00003 /15-Folha Nº 002977 *Bete*

*Relatório Anual de Atividades – FUNDEFE – 2014***12.8. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL – FUNDEFE – UO: 19.901**

O Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFE, instituído pelo art. 209 do Decreto-Lei nº 82, de 26/12/1966, ratificado pela Lei nº 79, de 29/12/1989 e regulamentado pelo Decreto nº 24.594 de 14/05/2004, tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social da região geoeconômica do Distrito Federal, mediante apoio financeiro a empreendimentos produtivos, com projetos aprovados no âmbito dos programas de governo de desenvolvimento econômico e social. Utiliza-se da estrutura do Banco de Brasília S/A como agente financeiro, nas operações de financiamentos ou empréstimos ao setor privado.

No exercício de 2014 o FUNDEFE trabalhou com dois programas específicos, o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – Pró-DF II instituído pela Lei nº 3.196/2003 e o Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEAS Industrial, instituído pela Lei nº 5.017/2013.

Origem e Aplicação dos Recursos

Os recursos do FUNDEFE constituem-se das fontes elencadas no art. 2º do Decreto nº 24.594, de 14/05/2004, quais sejam:

- Dotações orçamentárias a ele destinadas;
- Dividendos recebidos pelo Distrito Federal, em virtude de participação acionária em empresas públicas ou sociedade de economia mista;
- Receitas decorrentes de aplicações no mercado financeiro;
- Retorno de aplicações no setor privado.
- Outros recursos.

Objetivos do FUNDEFE

Objetivos Gerais: contribuir de forma sustentável, por meio de financiamento especial, com a promoção da política de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

Objetivos Específicos: atrair, por meio de financiamento especial, com condições suficientemente atrativas para o tomador, empresas a permanecer ou que venham se estabelecer no Distrito Federal, contendo processos inovadores e intensivos, visando à criação de novas ofertas de empregos ao fomento e ampliação de cadeias produtivas de serviços e logísticas.

Metas do FUNDEFE

Os recursos do FUNDEFE são aplicados em projetos públicos ou privados, em conformidade com a programação estabelecida na Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal na forma dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 24.594 de 14/05/2004.

O Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ - DF II, regulamentado pelo Decreto nº 24.430, de 02/03/2004, os recursos destinam-se a:

- Empréstimo a empreendimentos econômicos produtivos de até 70% do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS;
- Empréstimo Especial para o Desenvolvimento - FIDE de até 25% do faturamento mensal de empresas, independente do ramo ou do setor de atividade da cadeia produtiva, de caráter estratégico, para o desenvolvimento econômico e social, sustentável do Distrito Federal;
- O Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEAS Industrial regulamentado pelo Decreto nº 34.607/2013, destina-se a financiar as instalações, capital de giro e produção.

Patrimônio do FUNDEFE

O Patrimônio Líquido do FUNDEFE em 2014 totaliza R\$ 1.565.752.339,17 (um bilhão quinhentos e sessenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e nove reais e dezessete centavos), conforme balanço patrimonial extraído do SIAC/SIGGO, posição em 31/12/2014.

SP- 7402 00005 /15-F-0114 Nº 002977 V-150-2014
Landa

Relatório Anual de Atividades – FUNDEFE – 2014

1. REALIZAÇÃO**PROGRAMA 6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9061 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS	80.020.000	61.263.785	49.817.677	49.817.677
0001 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS-FINANCIAMENTOS ESPECIAL PARA PROMOÇÃO INDUSTRIAL - IDE AS INDUSTRIAL-DISTRITO FEDERAL	40.010.000	61.263.785	49.817.677	49.817.677
9062 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO	139.263.740	195.784.661	186.462.346	186.462.346
0001 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO – DISTRITO FEDERAL	139.263.740	195.784.661	186.462.346	186.462.346
TOTAL DO PROGRAMA 6207	219.283.740	257.048.446	236.280.023	236.280.023

No exercício de 2014 os recursos do Fundefe foram aplicados, em sua quase totalidade, nos setores industrial e atacadista e na proporção de 30% na importação de mercadorias do exterior.

Comparativo Anual Empenhado – 2011 a 2014

Programa	2011	2012	2013	2014
PRÓ-DF II	168.893.445,00	103.529.455,00	223.607.719,00	186.462.345,00
IDEAS	-	-	-	49.817.676,00

No exercício 2014, a realização física do FUNDEFE foi de 512 liberações de crédito, onde, 66 liberações são referente ao Programa IDEAS Industrial e 446 do Pro-DF II.

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O exercício de 2014 caracterizou-se pelo início das operações do programa de Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEAS Industrial.

O Programa de Financiamento de Comércio e Serviços para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEAS Comércio e Serviços, instituído pela Lei nº 5.018/2013 por questões técnicas não foi iniciado no exercício de 2014 e teve os seus recursos contingenciados.

Criação de eventos e contas contábeis específicas para registro e acompanhamento de forma separada dos programas Pró-DF II e do programa IDEAS;

Abertura do Processo de conciliação contábil número 040.000.674/2014.

Aberta conta corrente no BRB Banco de Brasília, vinculada ao novo CNPJ do Fundefe, com o remanejamento de todo saldo para a nova conta.

Proposta de alteração da legislação do Fundefe e de criação do Conselho de Administração do Fundefe.

Criação da Lei n.º 5.404/2014, que rege os leilões do Fundefe, por meio da qual possibilitou que os programas de desenvolvimento anteriores ao Pró-DF II, pudessem também ser objeto de leilão. Ademais, a referida alteração legislativa possibilitou, ainda, que o valor do título bancário dado em garantia à parcela de financiamento concedida, devidamente atualizado, viesse a ser adotado como valor mínimo de resgate nos leilões.

Reabertura do Processo n.º 410.002308/2008, visando receber da Terracap aporte de recursos para o Fundefe, a título de participação acionária naquela empresa, cujos repasses não foram efetuados desde 2008 (regime de competência).

Realização pelo BRB de três leilões de créditos do Fundefe, ocorridos em março, julho e outubro/2014, os quais registraram a arrecadação de R\$ 19.973.970,94, a título de valor presente.

A Lei n.º 5.044, de 08/10/2014, em alteração da Lei n.º 4.276, de 19/12/2008, estabeleceu que o montante dos créditos do Fundefe colocados em oferta pública pelo BRB, fosse resgatado pelo interessado, tendo como parâmetro mínimo o valor do título de crédito, devidamente atualizado, dado em garantia aos financiamentos concedidos com recursos daquele Fundo. Isto produziu dois efeitos:

(i) Evitar a especulação financeira com recursos públicos, pois muitos resgates eram feitos com taxa mínima de retorno abaixo de 10% - inferior - portanto, ao percentual mínimo de garantia dada ao financiamento, o que então criava uma distorção em detrimento aos objetivos dos programas de desenvolvimento econômico

Bete

SP/L FROCC 000003 /15-Filha Nº 002978

Relatório Anual de Atividades – FUNDEF – 2014

social, que é de fomentar as atividades dos beneficiários desses programas no sentido de criação de novos postos de trabalho, maior contribuição tributária e de crescimento da empresa por meio de suas atividades principais; e

(ii) Gerar mais recursos próprios para o Fundo, no instante em que o valor do mínimo de resgate não mais seria somente com base no valor presente apurado, que é obtido pelo valor do crédito disponibilizado e capitalizado à taxa de 0,1% ao dia, dividido pelo valor futuro apurado dessa capitalização, descontado à taxa do CDI anual. Com o cenário econômico atual e a taxa que rege a remuneração dos financiamentos, dificilmente o percentual apurado pelo valor presente seria maior que o percentual apurado do título de crédito dado em garantia ao financiamento, devidamente atualizado.

SEI - PROC 00003 /15-501ha Nº 002978 VER:50


Relatório Anual de Atividades – FUNDAF – 2014

12.9 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DO DISTRITO FEDERAL– UO: 19.902

O FUNDAF instituído pela Lei nº. 3.311, de 21/01/2004, alterada pelas Leis nºs 3.809, de 08/02/2006; 3.982, de 25/04/2007; 5.099, de 29/04/2013; e regulamentado pelo Decreto nº 26.246, de 29/09/2005, alterado pelo Decreto nº 34.867, de 21/11/2013, tem por finalidade promover a modernização e o reaparelhamento da Administração Fazendária, além de propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício das atribuições fazendárias.

São objetivos do FUNDAF:

- I – Modernização e reaparelhamento das instalações da Secretaria de Estado de Fazenda;
- II – Implementação de programas de educação fiscal;
- III – Qualificação profissional dos servidores da SEF;
- IV – Execução das ações previstas no Programa de Incentivo à Arrecadação e Educação Tributária – PINAT;
- V – Desenvolvimento de ações integradas objetivando a eficiência na cobrança administrativa de débitos fiscais;
- VI – Aperfeiçoamento e manutenção das atividades de arrecadação, fiscalização, tributação, atendimento ao contribuinte, administração financeira, contabilidade, patrimônio, licitação e compras;
- VII – Realização de outras atividades que contribuam par o aumento da eficiência, efetividade, economicidade e eficácia da administração fazendária.

Constitui recursos do FUNDAF:

- 20% do produto total das multas tributárias aplicadas no âmbito da competência da Subsecretaria da Receita - SUREC;
- 60% da contrapartida mensal instituída pelo art. 6º, parágrafo único, III, b, da Lei n.º 3.152, de 06/05/ 03;
- Resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;
- Doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- Receita advinda da aplicação dos recursos do FUNDAF;
- Saldo apurado nos exercícios anteriores;
- Receita advinda de licitação de bens apreendidos pela fiscalização tributária, exceto a relativa a impostos;
- Outras contribuições financeiras destinadas ao programa de que trata a Lei nº 2.594 de 21/09/ 00, devidas por optantes por regimes tributários especiais ou sujeitas a benefícios ou incentivos fiscais.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO**PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1077 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CAPACITAÇÃO	4.300.000	0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5.272.667	8.924.758	7.776.039	3.723.722
5832 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	5.272.667	8.924.758	7.776.039	3.723.722
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	9.708.012	3.439.032	3.341.031	2.634.025
0005 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA-DISTRITO FEDERAL	9.708.012	3.439.032	3.341.031	2.634.025
3667 - EDUCAÇÃO FISCAL	330.000	330.000	146.093	146.093
0002 - EDUCAÇÃO FISCAL--DISTRITO FEDERAL	330.000	330.000	146.093	146.093
TOTAL DO PROGAMA 6203	19.610.679	12.693.790	11.263.163	6.503.840

Em 2014, estava prevista a elaboração do projeto arquitetônico e início das obras do Centro de Capacitação – Escola Fazendária do Distrito Federal, no entanto, dos créditos aprovados na Lei Orçamentária Anual de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), o valor de R\$ 4.150.000,00 (quatro milhões e cento e cinquenta mil reais) foi reprogramado para a ação de informática, tendo em vista a impossibilidade da contratação do projeto por falta de comissão técnica habilitada para realizar o processo licitatório.

Com vista à modernização do sistema de informação da Secretaria e melhor prestação de serviços ao contribuinte, foi adquiridos mais equipamentos, softwares, realizado melhorias nos sistemas de informação, adquirida suporte técnico e atualização de versão software QLIKVIEW; atualização de licenças de produtos ORACLE; licenças de softwares; kits de expansão (gavetas) de fiber channel/SAS e switch para rede SAN; impressoras, sistema de alta disponibilidade, microcomputadores; licenças com objetivo de upgrade da plataforma natural/adabas; solução para expansão de balanceadores de carga dos datacenter, principal e secundário.

Referindo-se à modernização da gestão pública, as principais realizações destacam-se a conclusão dos serviços e reformas da Agência de Atendimento de Sobradinho; continuidades dos contratos de serviços e reformas remanescentes de 2012/2103, com a conclusão das Agências de Atendimento do Gama, Taguatinga, Postos de Fiscalização do STRC, Centro de Monitoramento de Mercadorias em Trânsito (CEMENT), Posto de Atendimento da 108 Sul, BR 040 e Centro de Processamento de Dados – CPD/SEF; aquisições de painéis de divisórias, acessórios decorativos para ambientes, equipamentos permanentes, mobiliários, kits de equipamentos de imagens e som, câmaras e gravadores digitais.

Quanto a Educação Fiscal foi celebrado convênio de cooperação técnica entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Distrito Federal, objetivando a disponibilidade de serviços de processamento de dados para emissão de nota fiscal eletrônica; custeada despesa no valor de R\$ 2.093,00 (dois mil e noventa e três reais) como reconhecimento de dívida de 2013, referente aos serviços de planejamento e organizações de eventos relacionados à educação fiscal.

2. OUTRAS REALIZAÇÕES

PROGRAMA: 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PENAL	150.000	100.000	12.235	12.235
0002 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA-PENAL-DF	150.000	100.000	12.235	12.235
TOTAL DO PROGRAMA 6003	150.000	100.000	12.235	12.235

No Programa foi custeada despesa com reconhecimento de dívida referente à execução do Projeto Portas Aberta à Cidadania, publicada no DODF nº 170 de 19/08/2014.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

As ações e projetos realizados com recursos do FUNDAF contribuíram fortemente com a melhoria de diversas unidades da Secretaria no exercício de 2014, proporcionando uma maior agilidade no atendimento ao contribuinte.

Com relação despesa autorizada (orçamento total do exercício) pelo valor empenhado é de 92%, que demonstra uma ótima gestão dos recursos alocados para a unidade.

Com relação ao valor liquidado o percentual é de 47%, parcialmente, demonstrando que a meta deve alcançar um patamar de eficiência e eficácia satisfatórias.

A Secretaria tem feito bom uso dos recursos alocados aos programas de trabalhos do FUNDAF e vem se modernizando e melhorando suas instalações físicas, especialmente as agências de atendimento ao contribuinte, postos de fiscalização e o sistema de informação, proporcionando a prestação de serviços mais rápida e eficiente.

Relatório Anual de Atividades –SDE –2014

13. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE – UO: 20.101

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SDE é órgão da Administração Pública Direta do Distrito Federal, transformada pelo Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, publicado no DODF – Edição Especial em 1º de janeiro de 2011.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal tem atuação e competência nas áreas de: desenvolvimento econômico; indústria, comércio e serviços; comunicações; áreas, polos e parques de desenvolvimento econômico; políticas de fomentos; políticas de incentivos ao desenvolvimento econômico; e empreendedorismo.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	13	18	12	07	50
Requisitados	Órgãos do GDF	03	05	02	15
	Órgãos do Governo Federal	01	-	01	02
Outros	Estagiários	-	02	09	11
Servidores Comissionados, sem vínculo efetivo		41	-	88	129
Subtotal (Força de Trabalho)		58	25	106	207
(+) Cedidos para outros órgãos		06	-	01	07
Total Geral		64	25	107	214

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO**PROGRAMA TEMÁTICO:6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****OBJETIVO GERAL: Promover e Articular a Política de Desenvolvimento Econômico no Distrito Federal****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3176 - Implantação do Projeto Cidade Aeroportuária	235.000	0	0	0
5021 - Modernização e Melhoria da Infraestrutura das Áreas de Desenvolvimento Econômico do DF - Procidades	18.732.000	18.732.000	572.730	0
0001 - Modernização e Melhoria da Infraestrutura das Áreas de Desenvolvimento Econômico do DF - Procidades—Distrito Federal	18.732.000	18.732.000	572.730	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	19.333.696	18.663.186	572.730	0

Procidades

O Governo do Distrito Federal solicitou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) um empréstimo no valor de US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) para financiar o PROCIDADES - Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal. A resolução nº 14, de 2014, autorizou a contratação da operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Contrato de Empréstimo entre o Governo do Distrito Federal e o BID foi firmado e assinado em outubro de 2014 e prevê que as ações do Programa terão duração de cinco anos.

O PROCIDADES tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico do Distrito Federal, mediante melhorias nas condições do ambiente de negócios, promoção de investimentos, infraestrutura e fomento ao desenvolvimento empresarial. O Programa financia ações de investimentos municipais em infraestrutura básica e social incluindo: desenvolvimento urbano integrado, transporte, sistema viário, saneamento, desenvolvimento social, gestão ambiental, fortalecimento institucional, entre outras.

Missão de Pré-Arranque ao Programa PROCIDADES: o GDF promoveu um encontro inicial de integração e alinhamento de expectativas junto ao BID. Em seguida, foi realizado sobrevoo nas áreas do Programa, de forma a permitir o conhecimento do alcance das intervenções. Em continuidade às ações também foram conduzidas reuniões entre as equipes dos órgãos co-executores (CAESB, CEB, NOVACAP e SEDHAB), e a equipe contratada para prestar o apoio ao gerenciamento do Programa.

Cidade Aeroportuária

Para a exploração do Aeródromo de Planaltina (SWPV), foram realizadas reuniões do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 65, de 20 de maio de 2013, que tem como incumbência a gestão do Termo de Convênio nº 036/2013, firmado entre o DF e a União, por intermédio da Secretaria de Aviação Civil da Presidência

Relatório Anual de Atividades – SDE – 2014

da República (SAC-PR). Ao Grupo de Trabalho foram agregados diversos órgãos do Governo, tais como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, TERRACAP e Secretaria de Habitação e Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal. Estes órgãos são responsáveis pelas atividades imobiliárias, operacionalização e implementação de programas e projetos de fomento e apoio ao desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal. Outros órgãos também participaram das reuniões entre eles destacam-se: a Casa Militar, Secretaria de Obras, da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, ADASA e CAESB.

A SDE analisou e acompanhou o estudo estratégico denominado “ Projeto Brasília 2060” desenvolvido pela empresa Jurong Consultants, de Singapura que incluiu a Cidade Aeroportuária entre os projetos a serem desenvolvidos, nesse sentido, foram realizadas visitas técnicas aos aeroportos de Anápolis -GO, Confins-MG, Changi -Singapura e nos Estados Unidos da América.

Em dezembro de 2014, foi assinado o Memorando de Entendimento entre o Distrito Federal, com a interveniência da SDE e a Boeing Brasil Serviços Técnicos Aeronáuticos Ltda., cujo objeto é o intercâmbio de conhecimentos técnicos para a promoção dos seguintes estudos: viabilidade de novos aeroportos hubs de carga; aprimoramento da engenharia aeroportuária e logística; capacitação em segurança cibernética na aviação civil e na estrutura aeroportuária; pesquisas nas operações com VANTS; comercialização de biocombustíveis para a aviação civil.

OBJETIVO ESPECÍFICO 001 – Promover e Articular a Política de Desenvolvimento Econômico no Distrito Federal

Indicadores

Denominador do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Resultado	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Fonte da Informação
Política de Desenvolvimento Econômico do DF Implantada (Ações Previstas na Política de Desenvolvimento Econômico Iniciadas)	%	-	31/12/2015	Desejado	-	-	-	100	SUBFOR/ GAB/SDE (OBJ ESP 1 – SDE)

2. OUTRAS REALIZAÇÕES

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - Modernização de Sistema de Informação	470.000	559.300	559.300	559.300
0024 - Modernização de Sistema de Informação-Secretaria de Desenvolvimento Econômico- Plano Piloto	100.533	209.837	209.836	196.150
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	100.533	209.837	209.836	196.150
2619 - Atenção à Saúde e Qualidade de Vida	9.400	0	0	0
9705 - Atenção à Saúde e Qualidade de Vida-Secretaria de Desenvolvimento Econômico- Plano Piloto	117.500	32.000	32.000	32.000
4088 - Capacitação de Servidores	117.500	32.000	32.000	32.000
0057 - Capacitação de Servidores-Secretaria de Desenvolvimento Econômico- Plano Piloto	8.060.324	10.487.100	11.260.647	11.260.647
8502 - Administração de Pessoal	8.060.324	11.372.046	11.260.647	11.260.647
8869 - Administração de Pessoal-Secretaria da Micro e Pequena Empresa-Distrito Federal	735.008	459.315	604.971	604.971
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	735.008	609.606	604.971	604.971
0058 - Concessão de Benefícios a Servidores-Secretaria de Desenvolvimento Econômico- Plano Piloto	735.008	609.606	604.971	604.971
9677 - Concessão de Benefícios a Servidores-Secretaria da Micro e Pequena Empresa-Distrito Federal	2.048.029	3.454.365	3.393.775	3.330.603
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	2.048.029	3.546.864	3.393.775	3.330.603
TOTAL DO PROGRAMA 6001	11.540.794	16.329.653	16.060.529	15.983.671

Relatório Anual de Atividades –SDE –2014

Neste Programa foram adquiridos 170 microcomputadores, processador intel core i5-3470; memória cache de 6MB; HD 500GB; memória RAM de 4GB DDR3; Monitor HP 19" de LED; Teclado HP USB Padrão ABNT; Mouse ótico USB Padrão; OnSite com 3 anos de garantia.

PROGRAMA: 6222 – REINTEGRA CIDADÃO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - REINTEGRA CIDADÃO	0	15.276	14.282	8.282
8482 - REINTEGRA CIDADÃO-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- PLANO PILOTO	0	15.276	14.282	8.282
TOTAL DO PROGRAMA 6222	75.776	15.276	14.282	8.282

No Programa Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania, foi realizada a contratação de 4 trabalhadores reintegrados e à disposição da Secretaria, conforme contrato com a FUNAP para prestação de serviço de mão de obra.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**Ações Relevantes Desenvolvidas pela SDE em 2014****Assessoria de Órgãos Colegiados**

O Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - COPEP/DF realizou 15 reuniões, divididas em Ordinárias e Extraordinárias, nas quais foram analisados e deliberados 97 recursos julgados em última instância, 76 processos com o indicativo de aprovação avocados e 174 alterações contratuais efetuadas pelas empresas beneficiadas pelo Pró-DF II. Nas Câmaras Setoriais do COPEP/DF foram realizadas 90 reuniões, divididas entre Ordinárias e Extraordinárias.

O COPEP/DF e Câmaras Setoriais publicaram um total de 1053 resoluções, ou seja, deliberações sobre processos em tramitação dentro do Conselho que vão desde novos pedidos de incentivos – fiscais, econômicos e tributários à avaliação de Recursos e processos julgados em última instância sem possibilidade de recurso.

Visando o aperfeiçoamento do Programa o COPEP/DF aprovou em 2014, a Resolução Normativa nº 01N/2014 de 24 de abril de 2014, que dispõe sobre a revogação da Resolução nº 12N/07-COPEP/DF, de 21/11/2007, que veda a redução na meta de geração de empregos no âmbito do PRÓ-DF. Aprovou também a Resoluções Normativas 02N/2014, de 24/04/2014, e a 03N/2014, de 25/09/2014, que dispõem sobre as delegação de competência a Subsecretaria de Promoção do Desenvolvimento Econômico- SUBPRO, para analisar a redução ou ampliação de área de empresas beneficiadas

Termo de Cooperação Técnica com o Comando da Aeronáutica

Em 2014 iniciaram-se as tratativas de estabelecimento de "Acordo de Cooperação Técnica" a ser firmado entre o Distrito Federal e o Comando da Aeronáutica, por intermédio do Sexto Comando Aéreo Regional – VI COMAR;

O objeto do acordo é a cooperação técnica entre os Partícipes para o intercâmbio de conhecimentos técnicos e troca de informações que ofereçam dados para a elaboração do Plano Aeroviário e Plano Logístico do Distrito Federal e do Plano Diretor Aeroportuário do Aeródromo de Planaltina (SWPV). A minuta do instrumento de cooperação que foi validada pelo VI COMAR e pela Assessoria Jurídica-Legislativa da SDE. O processo aguarda pronunciamento da Consultoria Jurídica da Casa Civil da Governadoria do DF.

A troca de conhecimentos entre o GDF e o VI COMAR proporcionará a elaboração do Plano Aeroviário do Distrito Federal, obtendo-se resultados dentro dos parâmetros exigidos pela aviação civil local.

Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável (Ideas)

Em agosto de 2012, em decorrência do Decreto nº 33.032, de 08/07/2011, foi instalado um Grupo de Trabalho sob a Coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, com a finalidade de elaborar proposta de legislação que visava a elaboração de nova diretriz de desenvolvimento econômico para o Distrito Federal. Em novembro de 2012, o Grupo de Trabalho encaminhou, para a aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, dois Projetos de Lei: um abrangendo o segmento da indústria e logística vinculada à cadeia produtiva da indústria, e outro abrangendo o segmento de comércio e serviços. Em 18 de janeiro de 2013, foi aprovada a Lei nº 5.017/2013, que instituiu o Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável (Ideas Industrial), regulamentado pelo Decreto nº 34.607/2013, de 27/08/2015 e também a Lei nº

Relatório Anual de Atividades – SDE – 2014

5.018/2013, que instituiu o Financiamento de Comércio e Serviços para o Desenvolvimento Econômico Sustentável (Ideas Comércio e Serviços) que ainda depende de regulamentação.

As Leis aprovadas atribuíram ao financiamento características inovadoras. Procurou-se eliminar toda insegurança jurídica que poderia envolver o financiamento. Além disso, foram colocadas condições de financiamento para auxiliar sobremaneira o empresário, com juros baixos e prazos longos, semelhante ao que é praticado pelas demais unidades federativas, com base no faturamento bruto anual da empresa, financiando até 13% do faturamento, fruição mensal, carência de 30 anos e 30 anos para pagamento das parcelas.

Com a implementação da Lei nº 5.017/2013 e sua regulamentação, em 2014 o Governo do Distrito Federal aprovou a contratação de financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (Fundefe) na ordem de R\$ 3.225.372.749,48 (três bilhões, duzentos e vinte e cinco milhões, trezentos e setenta e dois mil, setecentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos) para os próximos trinta anos, com fruição anual na ordem de R\$ 107.512.419,10 (cento e sete milhões, quinhentos e doze mil, quatrocentos e dezenove reais e dez centavos), dos quais as empresas já fruíram R\$ 30.852.618,38 (trinta milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e dezoito reais e trinta e oito centavos).

Visitas Técnicas

Em 2014 foram realizadas 178 reuniões técnicas, dentre as quais destacam-se empresas e instituições como: Banco Regional de Brasília – BRB, Secretaria do Esporte, APIMEC DF, Boeing, Universidade Federal de Brasília – UNB, Universidade Católica de Brasília – UCB, Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – CDT, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, SUDECO, Ministério do Esporte, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, Laboratório Servier do Brasil, Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação – IBTI, Agência Espacial Brasileira – AEB, Gembrap, Câmara de Comércio Brasil – Luxemburgo, Ponteaz, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Outras reuniões técnicas estão detalhadas a seguir:

Estados Unidos, cidade – Miami: a SDE realizou visita à empresa Boeing, maior companhia de aviação do mundo atualmente e que está planejando uma venda de mais ou menos 6.000 aeronaves em 2015, um terço das aeronaves serão vendidas para Brasília. A reunião teve por objetivo apresentar o DF como destino de investimento da empresa e iniciar uma parceria da Boeing junto ao GDF. Houve uma apresentação de Brasília e seus polos de desenvolvimento, bem como o projeto de construção do novo aeroporto. Também foi realizada uma visita técnica ao centro de manutenção e produção das aeronaves Boeing (777,767,etc). O Distrito Federal manifestou interesse em iniciar parcerias com a Boeing. As reuniões entre a Empresa a SDE no DF contaram com a participação da ANAC e Inframerica para dar início às tratativas em relação ao Memorando de Entendimento entre a SDE e a Boeing.

O aeroporto de Miami é o maior aeroporto em operações e fluxo de carga dos Estados Unidos, seus processos de armazenagem e operações foram apresentados durante a visita da SDE que foi recebida pelo Departamento de Aviação.

O foco da visita técnica foi a obtenção de informações sobre o funcionamento do aeroporto e entendimento do seu funcionamento e operações, com vistas a ser utilizado como modelo a ser incluído no planejamento do novo aeroporto de Brasília.

A reunião da SDE com a US Trade and Development - USTDA teve por objetivo tratar dos projetos de desenvolvimento de Brasília e da seleção de três projetos sobre os quais a USTDA faria um estudo.

Estados Unidos, cidade Fort Lauderdale: o Aeroporto Internacional de Fort Lauderdale está passando por uma nova fase. Devido ao seu crescimento e área limitada houve a necessidade de se desenvolver uma estratégia diferenciada e as mudanças foram apresentadas aos representantes da SDE, que por sua vez, também fizeram uma apresentação do novo aeroporto de Brasília. Houve interesse por parte do grupo no projeto e no desenvolvimento de possíveis parcerias.

Departamento de Desenvolvimento Econômico de Fort Lauderdale e Comunidade Brasileira de Negócios do Município de Broward County: A SDE se reuniu com várias empresas dos setores da economia local tais como: indústria, comércio, serviços, portos e aviação, que fizeram uma apresentação à SDE. Por outro lado o SDE apresentou o DF como possível destino de atração de investimentos dos empresários locais com possibilidade de acesso aos mercados do centro-oeste, norte e nordeste, utilizando o DF como plataforma de apoio. Também foram apresentadas aos investidores as linhas de financiamento via FCO e os incentivos oferecidos pelo GDF. Abriu-se um debate onde o GDF esclareceu seu interesse em apresentar possibilidades de apoio às indústrias para que elas possam expandir seus investimentos em Brasília. A SDE ficou responsável por encaminhar qualquer informação necessária, caso se inicie uma parceria entre o Fort Lauderdale e o GDF e estendeu um convite a todos para conhecerem Brasília e os seus projetos.

591 59002 000003 /15-Finã N° 0023981 VER 50 Paula

Relatório Anual de Atividades –SDE –2014

A CorbanAir é uma empresa especializada em aviação e que possui estabelecimento em dois locais: Aeroporto Executivo de Fort Lauderdale e o Aeroporto Executivo de Boca Raton. Na visita foram apresentados os dois aeroportos e explicado que o Aeroporto Executivo de Fort Lauderdale foi feito para auxiliar o Aeroporto Internacional de Miami. A SDE informou as vantagens logísticas oferecidas pelo DF, pelo FCO como fundo de investimento e pelo apoio do GDF. A empresa manifestou interesse em fazer uma visita ao DF e avançar no alinhamento de um projeto para montagem de uma empresa em Brasília.

Estados Unidos, cidade: Memphis: A empresa FedEx montou em Memphis sua base de operações de carga, embarque e desembarque, e explicou como funciona sua parceria junto ao Aeroporto Internacional de Memphis. As operações são realizadas em sua maioria durante a madrugada. A cada 90 segundos, chega uma aeronave nova para retirar a mercadoria e já é realizado novo embarque.

Aeroporto Internacional de Memphis: A SDE fez uma apresentação do novo aeroporto e dos polos de desenvolvimento e as equipes em Memphis demonstraram interesse nas ideias de projetos estruturantes e de infraestrutura e querem iniciar uma parceria entre o Aeroporto Internacional de Memphis e o Distrito Federal.

Fulton County: A SDE fez uma apresentação sobre os polos de desenvolvimento e os programas de atração de negócios. Houve interesse em iniciar uma parceria junto ao GDF.

Estados Unidos – Cidade Atlanta: reunião com o Departamento de Desenvolvimento Econômico de Atlanta que apresentou a cidade e suas estratégias de atração de negócios. A SDE fez sua apresentação e houve interesse em iniciar uma parceria de Atlanta junto ao GDF.

Aeroporto Internacional de Atlanta: reunião com a equipe do Aeroporto de Atlanta que informou sobre suas atividades e operações. A SDE apresentou um resumo das ideias de desenvolvimento e instalação de um novo aeroporto em Brasília. A equipe de Atlanta prontificou-se a auxiliar na implantação do novo aeroporto de Brasília.

Delta - Realizada reunião informando que a empresa está efetuando a troca da aeronave que hoje opera nos voos diretos Atlanta – Brasília por uma aeronave de maior porte. A SDE fez a apresentação de Brasília e seus projetos estruturantes e de infraestrutura.

Estados Unidos, Cidade – Tampa: Acompanhamento da delegação brasileira à visita técnica ao CAMLS – Center of Advanced Medical Learning and Simulation - Tratativa de assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico e parcerias juntos ao Governo do Distrito Federal, na área de educação e formação de profissionais de saúde.

Participação na feira American Society of Clinical Pathology – ASCP - participação de palestras sobre patologia e medicina laboratorial para compartilhar e discutir questões globais de saúde e melhores práticas e inovações no campo.

No Brasil foram realizadas visitas técnicas em empresas de várias cidades do Estado de São Paulo e Manaus, conforme segue:

Brasil, Cidade São Paulo: MpBio - A SDE por meio de carta de intenções formalizou pedido de informações sobre a possibilidade de investimento no DF. A empresa, após visita técnica ao DF, demonstrou interesse e entregou documento sobre a intenção de investimentos e solicitou informações técnicas e dos incentivos econômicos, fiscais, tributários, bem como o acesso aos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste-FCO e outros financiamentos do GDF.

Zip Lube - Empresa do seguimento de troca de óleos, lubrificantes, testes de bateria, calibragem e rodizio de pneus, inspeção de peças veiculares, alinhamento de faróis e substituição de peças, demonstrou interesse em expandir sua rede para o Distrito Federal e região metropolitana demonstrou interesse em expandir sua rede para o Distrito Federal e região metropolitana. A empresa manifestou interesse de implantar lojas no DF, em várias regiões administrativas e a partir de Brasília, expandir para a região metropolitana e Centro Oeste.

Modulo Park - A empresa manifestou-se favorável a expandir seus investimentos no DF oferecendo estacionamento veicular e bicicletas para atender órgãos do Governo Federal e local e o setor privado. A empresa foi convidada a fazer uma visita ao DF e manter contato com a SDE, Secretaria da Fazenda, Porto Seco e Polo JK para conhecer melhor as políticas de apoio ao setor produtivo oferecida s pelo DF e pelo GDF.

Nanotec: Empresa do seguimento de água com nanotecnologia testada para agricultura, produção animal e medicina, manifestou interesse em montar uma estrutura de distribuição e fazer parcerias com instituições de ensino superior, além de investimentos de interesse da empresa no DF e busca espaço para se instalar no Brasil e vê um DF como plataforma interessante para receber seus investimentos.

Black School: Empresa do segmento de suplementos alimentares pretende montar um Centro de Distribuição de seus produtos no Brasil. Prevê importação dos produtos a partir de seu fornecedor nos Estados

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

669

SF1. PROC. 00003 /15-Folha Nº 00992 Beta

Relatório Anual de Atividades –SDE –2014

Unidos usando Brasília para plataforma para suas vendas no país. A estratégia, a médio prazo, é montar uma unidade de produção. A empresa manifestou interesse pelas possibilidades logísticas e mostrou entusiasmo pelos apoios oferecidos pelo GDF.

Brasil Cidade - São Carlos, SP: Opto Science in Sighth: Empresa sediada em São Carlos (SP). Produz equipamentos para diagnóstico e tratamento oftalmológico; e produtos de defesa, de interesse restrito das Forças Armadas. À empresa, foram apresentadas as formas de apoio ao investimento produtivo por parte do GDF que estudará as opções de negócio em Brasília e a partir de Brasília.

Brasil Cidade São José do Rio Preto, SP: ID-Logical: ID-Logical - Produtora de equipamentos e produtos ortodônticos, tem interesse em trazer para Brasília a sua linha de produção dos itens de órtese e prótese.

País: Brasil Cidade: Manaus: A visita ao Estado de Manaus teve como principal objetivo conhecer diferentes Polos Industriais com o intuito de efetivar o planejamento estratégico do Distrito Federal, considerando o projeto que integrará quatro grandes eixos: Cidade Aeroportuária, com instalação programada nas proximidades de Planaltina; Polo Logístico, entre as cidades de Samambaia e Recanto das Emas; Centro Financeiro Internacional, próximo a São Sebastião; e ampliação do Polo JK, em Santa Maria, saída para Luziânia.

Participação em Reuniões

Desenvolvimento de uma possível parceria com a empresa belga Ponteaz para construção de indústria fotovoltaica no GDF, financiamento via FDCO, com previsão de geração de 120 a 140 empregos diretos. Está sendo feito um alinhamento no que se refere à importação de componentes da célula fotovoltaica via regime de ex-tarifário.

A SDE participou de discussões sobre a criação de um “Grupo Aeroespacial” em parceria com a AEB, para elaboração de estratégia conjunta de desenvolvimento do setor aeroespacial no Distrito Federal, com presença das principais instituições mais influentes no setor: Agência Espacial Brasileira, Ministério da Defesa, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Governo do Distrito Federal, entre outras.

Foram discutidas a assinatura de um possível Modelo de Cooperação Técnica com a Servier, fabricante francês de medicamentos que envolve a transferência de tecnologia e acesso ao SUS de todos os medicamentos do laboratório e o estabelecimento de um Acordo de Cooperação Técnica entre a SDE e a ECT, para desenvolvimento de ações conjuntas no que se refere à criação de um centro logístico em Brasília. A SDE pretende criar esse centro logístico no âmbito do novo aeroporto o que representa uma grande oportunidade para ampliação de mercado para os Correios em Brasília, já que hoje há uma limitação.

A SDE participou de tratativas para a criação de um curso de pós-graduação em parceria com a Universidade Católica de Brasília – UCB para garantir capacitação aos servidores da SDE e demais cidadãos interessados sobre o assunto: Desenvolvimento Regional do Distrito Federal.

Participação em reunião com o Ministério da Saúde onde foi discutida a possibilidade de criação de uma empresa estatal de medicamentos no GDF, como já acontece em outros estados brasileiros, visando o fomento do setor no Distrito Federal e também possível criação de um polo assistencial de grandes companhias aqui na região.

Conselho

Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento Constitucional do Centro-Oeste (CONDEL/FCO)

O Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento Constitucional do Centro Oeste - CONDEL/FCO, órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Integração Nacional, tem em sua composição, representantes dos Ministérios do Governo Federal, representantes dos governos de cada uma das Unidades Federativas situadas na área de atuação do Fundo Constitucional do Centro Oeste; representantes do Banco do Brasil; e dois representantes de Federações de Agricultura, do Comércio ou Indústria e seus trabalhadores.

No ano de 2014, até o final de outubro, foram realizadas 05 reuniões ordinárias e 01 reunião extraordinária do CONDEL/FCO.

Comitê de Financiamento à Atividade Produtiva - COFAP

No ano de 2014, até o final de outubro, foram realizadas 9 reuniões ordinárias e 2 reuniões extraordinárias do COFAP. Nessas reuniões foram aprovadas 62 cartas-consultas.

Relatório Anual de Atividades –SDE –2014

Incentivo Creditício

Foram aprovados 13 (treze) pleitos referentes a incentivos creditícios, incluindo concessão e aditamentos de valores, totalizando R\$ 1.177.428.039,45 (um bilhão cento e setenta e sete milhões quatrocentos e vinte e oito mil trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos).

Incentivo Fiscal

Foram aprovados 51 (cinquenta e um) pleitos referentes aos incentivos fiscais (IPTU, TLP, IPVA e ITBI), incluindo suspensões e reduções da base de cálculo.

Incentivo Econômico

Foram emitidos 441 (quatrocentos e quarenta e um) Atestados de Implantação (documento que comprova o cumprimento das metas aprovadas e, no caso do Definitivo, autoriza a escrituração do imóvel junto à Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap);

As empresas implantadas geraram um total de 18.259 (dezoito mil, duzentos e cinquenta e nove) empregos e realizaram investimentos na construção civil dos empreendimentos no valor e R\$ 289.143.206,04 (duzentos e oitenta e nove milhões, cento e quarenta e três mil, duzentos e seis reais e quatro centavos), totalizando a ocupação de 648.843,90m².

A seguir, constata-se as estatísticas das ações empreendidas pela SDE, nas áreas de promoção do desenvolvimento:

Cartas-Consultas Analisadas

Ano	Quantidade
2014	129

Dados de 31/10/2014

Indicações de Áreas

Ano	Indicação por Lote	Empresas Incentivadas	Área (m²)
2014	35	30	75.260,77

Dados de 31/10/2014

Número de Vitorias Realizadas

Ano	Quantidade
2014	2.041

Dados de 31/10/2014

Análise de Projetos

Análises	2014
PVTEF	1
Migração	7
Recurso	5
Alteração Contratual	0
Alteração de Área Edificada	8
Parecer Diverso (cancelamento, ratificação e retificação)	13
Despacho Diverso	57
Redução de Meta de Emprego	8
Solicitação de Documento	13
Solicitação de Vistoria	51
TOTAL	163

Dados de 31/10/2014

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No Programa PROCIDADES houve grande avanço nas fases de planejamento e execução. O Contrato de Empréstimo foi assinado no dia 10 de outubro de 2014 e no período de 13 a 17 de outubro de 2014 ocorreu uma Missão de Pré-Arranque ao Programa PROCIDADES com o BID.

No PROCIDADES a previsão para 2015 é de que as ações sejam alavancadas em janeiro de 2015 e tem como meta a conclusão em 2019, quando serão avaliados e mensurados os resultados alcançados.

A Ação que visa à implantação do Projeto Cidade Aeroportuária pretende em 2015 dar continuidade às atividades do Convênio nº 036/2013; Avaliação dos estudos apresentados pela Jurong Consultans; Trânsito em Julgado do Recurso Especial nº 1.162.127/DF em curso no Superior Tribunal de Justiça, que discute a titularidade da área destinada ao aeródromo; Elaboração de um Plano de Ação para o cumprimento efetivo das exigências contidas no convênio de exploração do SWPV; Elaboração de proposta de criação de estrutura institucional

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

671

SFL PROC 00003 /15-Folha nº 002983 Bete

Relatório Anual de Atividades –SDE –2014

designada ao setor aeroportuário, com capacidade técnica, administrativa, orçamentária e de planejamento, compatíveis com a forma de exploração que será adotada pelo Distrito Federal para administrar o Aeródromo de Planaltina, e com autonomia de gestão que possa garantir a prestação de serviços adequados ao porte e à relevância, também, de cada infraestrutura que vier a ser proposta pelo Plano Aeroviário do Distrito Federal.

Em 2015 a SDE pretende ampliar a participação em feiras e eventos negociais bem como estabelecer parceria com USTDA Projetos, com vistas à elaboração de estudos que possibilitem a divulgação do DF como destino de investimentos produtivos.

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 000003 versão *Paula*

Relatório Anual de Atividades – SEMARH - 2014

14. SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – UO: 21.101

Criada pelo Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, e estruturada por meio do Decreto nº 33.315, de 8 de novembro de 2011, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, tem como atuação e competência as seguintes áreas: I - meio ambiente; II - recursos hídricos; III - parques e unidades de conservação; IV - lixo e gestão de resíduos sólidos.

Vinculam-se à Secretaria:

I - Jardim Botânico de Brasília - JBB;

II - Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA;

III - Serviço de Limpeza Urbana - SLU;

IV - Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB;

V - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM;

VI - Conselhos Gestores dos Parques;

VII - Conselho Gestor da APA do Paranoá;

VIII - Conselhos Gestor das APAs das bacias do Gama e Cabeça de Veado;

IX - Conselhos das APAS, das ARIES e das Unidades de Conservação;

X - Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM;

XI - Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal - CRH-DF.

Cabe também à Secretaria a gestão do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (Funam).

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	14	59	02	22	97
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	24	-	34	-	58
Requisitados	Órgãos do GDF	04	-	01	05
	Órgãos Estaduais	-	-	-	-
	Órgãos do Governo Federal	03	-	01	04
Outros	Estagiários	-	-	03	03
	Terceirizados	-	15	-	20
Subtotal	55	77	36	47	202
(-) Cedidos para outros órgãos	-	43	-	15	58
Total Geral	55	34	36	32	144

Jovens Candangos : 16

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO**PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

OBJETIVO GERAL: Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1278 - REVITALIZAÇÃO DO LAGO PARANOÁ	1	0	0	0
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	306.800	295.971	7.970	5.978
0004 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL-APOIO À EXECUÇÃO DO PROJETO CASTRA MÓVEL-DISTRITO FEDERAL	0	7.971	7.970	5.978
3214 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS E AGENDA 21	70.500	70.500	69.567	69.567

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

673

SFL PROC 00003 /15-Folha nº 002984 Beta

Relatório Anual de Atividades – SEMARH - 2014

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
LOCAL				
0001 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS E AGENDA 21 LOCAL-DISTRITO FEDERAL	70.500	70.500	69.567	69.567
3217 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INSPEÇÃO VEICULAR	32.900	0	0	0
3219 - ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS	70.500	0	0	0
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	50.290	0	0	0
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	740.810	19.315.759	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	304.370	171.370	170.616	170.616
0047 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-EXPOSIÇÃO: OPORTUNIDADES AMBIENTAIS- PLANO PILOTO	127.370	127.370	126.616	126.616
0048 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FÓRUM DE SAÚDE AMBIENTAL- PLANO PILOTO	47.000	44.000	44.000	44.000
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	3.290	0	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	0	110.000	107.919	107.919
2253 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-APOIO À REALIZAÇÃO DO PROJETO MEIO AMBIENTE E VIDA-DISTRITO FEDERAL	0	110.000	107.919	107.919
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	5.273.636	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	6.853.097	19.963.600	356.072	354.080

AÇÃO 3210.0004 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL-APOIO À EXECUÇÃO DO PROJETO CASTRA MÓVEL-DISTRITO FEDERAL: Foi firmado o Contrato nº 07/2014 entre a SEMARH e a Empresa Comlab Partes e Serviços Ltda-EPP, no valor total de R\$ 7.970,00 (sete mil novecentos e setenta reais), cujo objeto é a Prestação de serviços de locação, com manutenção preventiva e corretiva de equipamento para exames bioquímicos e hematológicos em cães e gatos a serem submetidos à castração na Unidade Móvel de Esterilização Veterinária – “Castra móvel”. Período de vigência: 09/09/2014 a 31/12/2014. Processo: 393.000.137/2014.

AÇÃO 3221-0001 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS--DISTRITO FEDERAL: refere-se ao Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 13.2.0402.1/2013, efetivado em 2013 junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDES, cujo objetivo é a concessão financeira ao DF com vistas à inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis a partir de um modelo integrado de gestão de resíduos sólidos. A meta para 2014 era a licitação com vistas à construção de Centros de Triagem de Materiais Recicláveis para atender cooperativas e associações. Os Termos de Referência foram elaborados e encaminhados ao SLU para licitação. Houve o cancelamento de parte da dotação orçamentária desta ação por meio do Decreto nº 35.359 de 24 de abril de 2014 no valor de R\$ 10.400,00 (ND 339035, FONTE 100) e R\$ 10.540,00 (ND 339039, FONTE 100), referente à contrapartida, ficando disponíveis apenas os recursos da fonte 132.

AÇÃO 3221.0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL: Houve cancelamento de parte da dotação orçamentária por meio do Decreto nº 35.781, de 05 de setembro de 2014 publicado no DODF nº 186 de 08 de setembro/14 no valor de R\$ 32.000,00 (ND 339039, FONTE 100). O saldo orçamentário na fonte 132 (convênio) refere-se ao Contrato de Repasse nº 375.357-39/2011, firmado entre o GDF e o Ministério do Meio Ambiente – MMA, intermediado pela Caixa Econômica Federal, cujo objeto é a Elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do DF, incluindo programa de coleta seletiva. Em 2014 houve a licitação do referido plano por meio do Pregão nº 01/2014, o qual foi suspenso em razão da decisão nº 2818/2014 do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e posteriormente anulado em razão da Decisão nº 3473/2014 também do TCDF.

AÇÕES 3678.0047 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-EXPOSIÇÃO: OPORTUNIDADES AMBIENTAIS- PLANO PILOTO; 3678.0048 - REALIZAÇÕES DE EVENTOS-FÓRUM DE SAÚDE AMBIENTAL- PLANO PILOTO; 4094.2253 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-APOIO À REALIZAÇÃO DO PROJETO MEIO AMBIENTE E VIDA-DISTRITO FEDERAL; 3214.0001 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS E AGENDA 21 LOCAL--DISTRITO FEDERAL: Com relação a estas ações podemos destacar os seguintes resultados:

– Realização do evento “Tempo de Plantar”, cujo objetivo é o plantio de mudas nativas do cerrado para recomposição florística dos Parques do DF. Em 25 de janeiro/14 o evento ocorreu no Parque Urbano e Ecológico Vila Areal com plantio 250 mudas em parceria com a Associação Recreativa e Cultural Amigos do Parque da Vila Areal e da Administração Regional de Águas Claras com participação de mais de 100 pessoas; Em 08 de

Relatório Anual de Atividades – SEMARH - 2014

fevereiro/14 o evento ocorreu no Parque Lago do Cortado com o plantio de mudas e vacinação de cães e gatos contra Cinomose e distribuição de coleiras.

– Evento Orquestra no Parque. Trata-se de Projeto da Secretaria de Meio Ambiente (SEMARH) e do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) em parceria com a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, intitulado “Orquestra no Parque”. Este projeto tem como objetivo levar música aos Parques de diversas regiões do DF, num ciclo de apresentações itinerantes. Em 14 de fevereiro/14 o evento foi realizado no Parque do Sudoeste. Nesta oportunidade, além do espetáculo, foi entregue à população do Sudoeste a iluminação da unidade dividida em duas partes: uma geral, que abrange todas as dependências do parque e outra especialmente destinada às pistas de caminhada; no dia 21 de março/14 o evento aconteceu no Parque Dom Bosco em comemoração ao Dia da Água; no dia 21 de abril/14 a Orquestra apresentou-se no Parque Olhos D’Água em comemoração ao 54º Aniversário de Brasília.

– Evento lançamento das obras de implantação do Parque do Setor O, realizado no dia 15 de fevereiro/14. Localizado entre a QNO 06 e a ABR-070 (continuação da Via Estrutural), o parque foi implantado dentro do Programa Brasília Cidade Parque com recursos de compensação ambiental e recursos próprios do GDF.

– Evento Meio Ambiente é Vida. Esta ação tem o objetivo de mostrar formas de promover a qualidade de vida em contato com a natureza, além da conscientização no uso das unidades de conservação, mostrando os benefícios que a interação com a natureza e o convívio em parques pode trazer à saúde da população. No dia 19 de fevereiro/14 o evento foi realizado no Parque do Bosque Sudoeste e no dia 27 de fevereiro/14 no Parque Olhos D’Água. Nesses eventos o ato consistiu, por meio de palestras e oficinas, em divulgar ações de promoção de saúde ambiental, bem como orientar os frequentadores dos Parques do DF de como usar a natureza a seu favor, alcançando benefícios à saúde física e mental. Houve participação de idosos, estudantes, frequentadores dos Parques, palestrantes, professores e da Comunidade em geral; No dia 11 de abril/14 o evento foi no Parque Saburo Onoyama, em Taguatinga; No dia 13 de maio/14 o evento foi no Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul. Neste, houve palestras sobre o uso de ervas medicinais, atividades de yoga, ginástica funcional, oficinas de reciclagem, apresentações de dança e música, entre outras. Cerca de 200 frequentadores do parque participaram das atividades; Em 27 de maio/14 foi a vez do Parque Ezequias Heringer no Guará receber o projeto.

– Evento Assinatura da Criação da Fundação Jardim Botânico, realizado em 08 de março/14 na Fundação Jardim Botânico. Por meio de Decreto o parque passou a ter status de Fundação, fato este que torna a unidade mais autônoma para conseguir recursos e realizar convênios com mais agilidade.

– Evento Zoo Encontros, realizado em 15 de março/14, no Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul. Na oportunidade a Semarh apresentou o projeto do “Castra Móvel” e realizou vacinação em animais domésticos (cães e gatos).

– Evento Ação “Castra Móvel Hospital”, realizado no dia 23 de março/2014, no Parque Lago do Cortado em Taguatinga, na área onde está sendo construído o Hospital Veterinário Público do DF. Na ocasião a Secretaria do Meio Ambiente e o Instituto Brasília Ambiental apresentaram à população do DF o “Castra móvel” como exemplo de uma política pública de bem estar animal. Trata-se de um trailer com estrutura interna composta de duas salas cirúrgicas e uma de recepção/atendimento, sendo que seu principal objetivo é o controle da natalidade de cães e gatos. Houve também o cadastramento de pessoas e organizações interessadas em realizar a castração de animais.

– Evento Reunião no Parque Olhos D’Água, realizado em 27 de março/14 para apresentar as Instruções Normativas nº 58/2013 e nº 48/2014 que regulamentam o cadastro de projetos de educação ambiental. Esta ação faz parte do Programa Brasília Cidade Parque e tem o objetivo de incentivar atividades de educação ambiental nos parques da cidade.

– No dia 09 de maio/14, em comemoração ao Dia das Mães, a SEMARH realizou ação socioambiental no Parque Saburo Onoyama com o Projeto Ginástica nas Quadras.

– Evento de apresentação e entrega da primeira etapa de obras do Parque Ecológico Sucupira em Planaltina, realizado em 01 de junho/14. Nesta primeira fase o parque ganhou guarita, sede administrativa, edificação para educação ambiental, banheiros masculino e feminino e outro exclusivo para pessoas com deficiência, pistas de caminhada e de skate, quadra poliesportiva, quadra de areia e urbanização.

– Evento em Comemoração ao dia da árvore, realizado em conjunto com o Lançamento do Projeto Horta na Lata, no Centro de Ensino Especial 01-912 sul no dia 24 de setembro/14.

Relatório Anual de Atividades – SEMARH - 2014

Objetivo Específico: 001 - Formular políticas nas áreas de meio ambiente, recursos hídricos, resíduos sólidos, saneamento ambiental, conservação da biodiversidade, educação ambiental, saúde ambiental e condomínios urbanísticos na área do Distrito Federal.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1009 Legislação Ambiental revisada e atualizada	Unidade	-		Anual	Desejado	3	3	2	2	SEMARH
					Alcançado	3	3	-	-	
1030 Parcerias estabelecidas	Unidade	-		Anual	Desejado	1	1	1	1	SEMARH
					Alcançado	1	1	2	-	

Legislação Ambiental revisada e atualizada:

Em 2014 a previsão do resultado desejado era de 02 documentos publicados. Meta não alcançada.

Parcerias estabelecidas:

– Acordo de Cooperação Técnica nº 09/2014, firmado entre a SEMARH, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF – IBRAM e a Fundação Universidade de Brasília – FUB, cujo objeto é o estabelecimento de intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando o controle de natalidade de animais domésticos por meio de cirurgia de castração e programa de educação em saúde e guarda responsável, através de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum. Vigência de 05/09/2014 até 31/12/2014. Processo: 391.001.123/2014. Publicado no DODF nº 12 de setembro de 2014, página 61.

– Acordo de Cooperação Técnica nº 11/2014, firmado entre a SEMARH e a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, cujo objetivo é a execução do Projeto de disponibilização de serviço itinerante de castração de animais domésticos em Unidade Móvel de Castração – “Castrá Móvel”, com vigência até 31/12/2014. Processo: 060.010.217/2014. Publicado no DODF nº 197 de 22/09/2014.

Objetivo Específico: 002 – Propor, organizar, fomentar e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental do território do Distrito Federal.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1011 SIG Implantado	Unidade	-	-	Anual	Desejado	-	1	-	-	SEMARH
					Alcançado	-	0	-	-	
1012 Atlas disponibilizado	Unidade	-	-	Anual	Desejado	-	1	-	1	SEMARH
					Alcançado	-	0	-	-	

As metas relacionadas a este objetivo específico “*Implantação de um Sistema de Informação Geográfico-Ambiental – SIG e Publicação do Atlas do Distrito Federal*”, que a princípio deveriam ser iniciadas em 2013, possuíam como pré-requisito a finalização dos estudos de elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do DF.

No exercício de 2012 foi formalizado o Convênio nº. 40005/2012, registrado no SICONV sob o Nº. 777033/2012, entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério do Meio Ambiente - MMA, que objetivava a Qualificação e Finalização do Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal – ZEEDF. Ocorre que ao longo do exercício de 2013, o referido Convênio não entrou em execução, devido ao não repasse de recursos financeiros pela concedente, por conta de pendências no CAUC – Serviço Auxiliar de Informação para Transferências Voluntárias relativas ao CNPJ principal do GDF. Desta forma, o MMA por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR publicou no Diário Oficial da União nº. 252, de 30 de dezembro de 2013 – Seção 3, o “AVISO DE CANCELAMENTO” tornando sem efeito a publicação do Extrato do Convênio finalizando assim o instrumento de cooperação.

Relatório Anual de Atividades – SEMARH - 2014

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 - DESENVOLVIMENTO URBANO**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
8508 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	2.945.455	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	2.945.455	0	0	0

Não houve execução neste Programa.

3. OUTRAS REALIZAÇÕES**PROGRAMA: 6006 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
8502 - Administração de Pessoal	19.754.075	26.695.224	26.695.166	26.578.285
8747 - Administração de Pessoal-Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos- Plano Piloto	19.754.075	26.695.224	26.695.166	26.578.285
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	924.449	1.029.871	1.029.869	1.029.869
9572 - Concessão de Benefícios a Servidores-Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos- Plano Piloto	924.449	1.029.871	1.029.869	1.029.869
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	803.349	2.856.884	2.855.660	2.141.590
9661 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos- Plano Piloto	803.349	2.856.884	2.855.660	2.141.590
TOTAL DO PROGRAMA 6006	21.481.873	30.581.979	30.580.696	29.749.745

No exercício de 2014 houve regularidade nas ações administrativas que incluíram atividades nas áreas de Recursos Humanos, Planejamento e Orçamento, Apoio Logístico/Material e Tecnologia da Informação. Foram firmados 04 contratos e realizadas aquisições de material de consumo, conforme discriminado nas tabelas abaixo:

Contratos Firmados Em 2014

Nº Contrato/Registro no SIGGO	Empresa/CNPJ	Objeto	Vigência
Nº 02/2014 SIGGO 030606	AMC INFORMÁTICA LTDA CNPJ: 62.541.735/0001-80	Prestação de serviços de outsourcing de impressão (impressão, cópia e digitalização) com fornecimento de todos os suprimentos (exceto Papel) quais sejam: 06 (seis) impressoras Laser Monocromática (tipo I) Lexmark M5610de, 03 (três) impressoras Multifuncional Laser Mono (Tipo II) marca Lexmark MX711dhe e 01(uma) impressora Laser Color A3 (Tipo III) marca Lexmark C950de, conforme condições e especificações constantes no Edital de Pregão nº 219/ADRI/SRRJ/2013 (fls. 44/79) e Proposta (fls. 93/104).	27/06/2014 a 26/06/2015
Nº 06/2014 SIGGO - 30891	MEGALUZ ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA. CNPJ: 06.200.377/0001-70	Prestação de serviços continuados de manutenção corretiva, com fornecimento de mão de obra, materiais, ferramentas, transporte, máquinas e equipamento, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 02/2014.	03/09/2014 a 02/09/2015
Nº 07/2014 SIGGO - 31015	COMLAB PARTES E SERVIÇOS LTDA-EPP. CNPJ: 04.186.630/0001-53	Prestação de serviços de locação, com manutenção preventiva e corretiva de equipamento para exames bioquímicos e hematológicos em cães e gatos a serem submetidos à castração na Unidade Móvel de Esterilização Veterinária – Castra móvel.	09/09/2014 a 31/12/2014

Seda

SPL PROC 00003 /15-Folha nº 002986

Relatório Anual de Atividades – SEMARH - 2014

Nº Contrato/Registro no SIGGO	Empresa/CNPJ	Objeto	Vigência
Nº 08/2014 SIGGO - 31017	COMLAB PARTES E SERVIÇOS LTDA-EPP. CNPJ: 04.186.630/0001-53	Aquisição de reagentes para realização de exames bioquímicos e hematológicos, em cães e gatos a serem submetidos à castração na Unidade Móvel de Esterilização Veterinária - "Castra móvel".	09/09/2014 a 31/12/2014

Aquisição de Material de Consumo no Exercício de 2014

Nota de Empenho	Credor	Processo	Objeto
2014NE00155	FINO SABOR IND. E COM. LTDA	393.000.006/2014	Aquisição de café
2014NE00193	MASTER HOUSE COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE FILTROS LTDA	393.000.052/2014	Aquisição de filtro/refil para purificador de água
2014NE00268	VIDA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E PRECISÃO LTDA ME	393.000.148/2014	Aquisição de material hospitalar
2014NE00271	HOSPFAR IND E COM DE PROD HOSPITALARES LTDA	393.000.149/2014	Material farmacológico
2014NE00275	COMLAB PARTES E SERVIÇOS LTDA	393.000.136/2014	Aquisição de material químico

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Com referência às atividades na área de Políticas de Resíduos Sólidos, cujas ações são de relevada importância para esta Pasta, tendo em vista que a mesma tem o objetivo de estruturar a Gestão de Resíduos Sólidos no Distrito Federal, a SEMARH elaborou o Projeto Técnico do Aterro Sanitário Oeste localizado em Samambaia, por meio do Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal – Brasília Sustentável I. A licitação do conjunto das obras está sendo realizada pelo SLU (célula de aterramento), NOVACAP (acesso à DF 180, cerca e barreira verde, sistema viário do entorno e drenagem pluvial) e CAESB (elevatória de chorume).

A área de Saúde Ambiental desenvolvida pela SEMARH aborda no seu escopo de trabalho temas relativos à saúde ambiental, ou seja, as alterações do meio ambiente, produzidas ou não pelo homem, capazes de afetar a saúde coletiva tais como poluição atmosférica, poluição hídrica, contaminação do solo, alterações dos alimentos, insalubridade no ambiente de trabalho, hábitos perniciosos de vida, entre outros. Neste contexto a SEMARH elaborou o Plano de Gestão Integrada da Qualidade Ambiental composto por diversos programas, quais sejam: Qualidade do Ar, Qualidade Sonora, Ações Educativas em Saúde Ambiental, Qualidade da Água, Qualidade do Solo e Qualidade dos Alimentos.

O Programa da Qualidade do Ar, objetiva gerenciar e promover continuamente a política, procedimentos e processos relativos à qualidade do ar no Distrito Federal. Este se desenvolve por meio das seguintes ações: Monitoramento da qualidade do ar – medição do nível de poluentes; Ações educativas dirigidas à população em geral (Campanha Qualidade Ambiental) e aos condutores de veículos movidos a diesel (Operação Ar Puro) e Plano de Controle de Poluição Veicular/PCPV.

Com relação à ação Monitoramento da qualidade do ar, a medição dos poluentes atmosféricos é realizada pela parceria entre a SEMARH e o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM, sendo a coleta dos filtros realizada pela primeira e a análise laboratorial do material coletado pela segunda. A coleta é feita pela rede de monitoramento composta por 05 estações fixas manuais localizadas na Rodoviária do Plano Piloto, SCS, Taguatinga (inoperante desde novembro/2013 devido a um acidente no local que danificou a estação), Sobradinho (Fercal e Ciplan); e por uma estação automática localizada na Rodoviária do Plano Piloto. Os dados das medições são obtidos por meio de três coletas semanais.

SCL PROC 00005 /15-Folha Nº 002903 Versão 1.0

Relatório Anual de Atividades – SEMARH - 2014

As metas estabelecidas e as alcançadas no exercício de 2014 encontram-se a seguir:

Meta	Descrição	Indicador	Resultado Alcançado ¹
1	100% das estações de monitoramento operando continuamente	$\frac{\text{N}^\circ \text{ estações operando}}{\text{Total de estações}} \times 100$	80%
2	Modernizar 100% a rede de monitoramento	$\frac{\text{N}^\circ \text{ estações Automáticas}}{\text{Total de estações}} \times 100$	40%
3	Complementar a rede de monitoramento com 02 estações meteorológicas	Aquisição de 02 estações meteorológicas (sim/não)	Parcial
4	Implantar monitoramento alternativo em 05 estações	Implantação de monitoramento alternativo (sim/não)	Não

(1) Meta 1 – Estação de Taguatinga inoperante

Meta 2 – Aquisição de 02 estações automáticas (01 em operação na Rodoviária do Plano Piloto)

Meta 3 – Aquisição de 01 estação meteorológica instalada na cobertura do prédio da SEMARH/IBRAM.

Com relação às Ações Educativas, podemos destacar a “Campanha Qualidade Ambiental – Cuidando do seu meio ambiente para a sua qualidade de vida”, ação educativa que tem por objetivo avaliar a qualidade do ar, do som/ruídos e dos índices de radiação ultravioleta solar; e levar ao conhecimento da população informações resultantes dessa avaliação, no intuito de minimizar os impactos negativos desses agentes na saúde coletiva.

As medições são realizadas de forma itinerante segundo cronograma prévio, por veículos adaptados com estações de monitoramento da qualidade do ar (PTS e fumaça) fixadas nas carrocerias e equipamentos portáteis (decibelímetros Classe II e medidor de radiação ultravioleta solar).

No período de janeiro a outubro/2014 (mês em que a atividade foi encerrada), foram realizadas 150 (cento e cinquenta) coletas em 52 (cinquenta e dois) localidades nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal, conforme quadro abaixo:

Quantidade de medições realizadas na Campanha Qualidade Ambiental no exercício de 2014.

Mês	Localidades		Nº ⁽¹⁾
	Discriminação		
Janeiro	CPRV Catetinho, Posto Policial PCS 201 Octogonal, Terminal Rodoviário Taguatinga Norte, Rodoviária do Plano Piloto, Taguatinga praça do Relógio.		6
Fevereiro	Praça do Relógio Taguatinga, Rodoviária do Plano Piloto, CPRV Catetinho, Posto Policial PCS 201 Octogonal, Parque Setor O Cellândia, Posto Rodoviário da Estrutural, Parque Bosque do Sudoeste, Parque Olhos d'água Asa Norte.		9
Março	Praça do Relógio Taguatinga, Posto Policial Jardim Botânico, Rodoviária do Plano Piloto, CPRV Estrutural, Lago Norte, Sobradinho II, Parque Múltiplo uso Asa Sul, CPRV Lago Sul, Parque Águas Claras.		9
Abril	CPRV Sobradinho, Rodoviária do Plano Piloto, Taguatinga Praça do Relógio, Jardim Botânico, Posto Policial Jardim Botânico, Vicente Pires Rua 10, Deck Norte Posto Policial, Sobradinho II Av. Central Conj. 02, CPRV Planaltina, FEPECS Asa Norte, Posto Policial Lago Norte, Assis Chateaubriand (Asa Sul).		13
Maio	Rodoviária do Plano Piloto, Taguatinga Praça do Relógio, FEPECS Asa Norte, CPRV Lago Sul, São Sebastião BPM, Assis Chateaubriand Asa Sul, CPRV Estrutural.		7
Agosto	Rodoviária do Plano Piloto, Paranoá Batalhão da Polícia Militar, Posto Rodoviário Lago sul, São Sebastião BPM, Riacho Fundo I BPM.		5
Setembro	Cellândia BPM, Sobradinho 13º Batalhão Policia Militar.		2
Outubro	Recanto das Emas BPM		1
TOTAL			52

Ainda com relação às Ações Educativas, podemos destacar a “Operação Ar Puro” que foi desenvolvida pela SEMARH em parceria com o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM e o Batalhão de Policiamento Rodoviário/PMDF e tem por objetivo verificar os níveis de fumaça emitidos pelos veículos movidos a Diesel, em particular caminhões, sendo realizada em duas etapas: a) blitz educativa e b) ação fiscalizatória.

Relatório Anual de Atividades – SEMARH - 2014

Em 2014 foram realizadas 34 (trinta e quatro) blitz com 352 (trezentos e cinquenta e dois) veículos abordados nos Postos Rodoviários da CPRV/PMDF em Samambaia, Lago Sul, Estrutural, Colorado e Planaltina. A meta foi parcialmente atingida, pois três blitz agendadas não foram realizadas devido à ausência de Auditores Fiscais de Meio Ambiente.

A maioria dos veículos avaliados era do Distrito Federal (56%), com ano de fabricação ≤1992 (36%).

Foram notificados 123 (cento e vinte e três) veículos que apresentavam emissões igual ou maior ao Nível 4 da Escala de Ringelmann, ou seja, 42,16% dos veículos avaliados foram notificados.

Com relação ao programa de Ações Educativas em Saúde Ambiental, foram desenvolvidas as seguintes ações: Meio Ambiente é Vida e Programa de Monitoramento Ambiental Integrado/ PMAI.

A ação Meio Ambiente é Vida é parte integrante do programa Ações Educativas Itinerantes e tem como objetivo estimular os frequentadores dos parques urbanos do Distrito Federal a buscarem benefícios para sua saúde mental e física no convívio com a natureza local. Esta ação é realizada com a participação de parcerias voluntárias que realizam atividades como palestras, avaliação de saúde (pressão arterial e ocular, glicemia, etc), atividades musicais, físicas e educativas.

No período de janeiro a outubro/2014 (mês em que a atividade foi encerrada), a ação Meio Ambiente é Vida foi realizada em 05 (cinco) parques urbanos do Distrito Federal com a participação estimada de 2.450 (dois mil quatrocentos e cinquenta) pessoas.

Parques contemplados pela ação Meio Ambiente é Vida e estimativa de participantes

Parques	Estimativa de participantes
Parque Olhos D'Água (Asa Norte)	300
Parque Ecológico Águas Claras (Águas Claras)	400
Parque de Uso Múltiplos da Asa Sul (Asa Sul)	450
Parque Ecológico Ezequias Heringuer (Guará)	600
Parque do Bosque (Sudoeste)	700
TOTAL	2.450

Também foram realizadas, pela ação Meio Ambiente é Vida, a vacinação contra cinomose em 300 cães e coleirados outros 300, com coleiras para prevenção da leishmaniose. Esses recursos foram doados pela ANCLIVEPA/SP e Pro-Anima, respectivamente, e realizadas no Parque Ecológico do Cortado em Taguatinga (08/02/2014) e no Parque Ecológico da Asa Sul (13/04/2014).

O Programa de Monitoramento Ambiental Integrado – PMAI é um programa elaborado pela SEMARH e o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM, cujo objetivo é difundir informações ambientais, proporcionando maior sinergia e políticas mais efetivas. São informados as Condições de Tempo, Clima e Poluentes Atmosféricos que se subdivide em *Elementos meteorológicos climáticos observados* (Temperatura do Ar, Umidade Relativa, Velocidade do Vento e Precipitação Total e Índice Ultravioleta (IUV) registrados pela estação meteorológica do IBRAM (SEPN 511), *Previsão do Tempo* divulgada pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e em *Taxas de Emissão de Poluentes Atmosféricos* do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) daqueles poluentes não medidos pela rede de monitoramento da qualidade do ar do DF. As informações são disponibilizadas e complementadas no site (www.semarh.df.gov.br).

A meta estabelecida e alcançada para 2014 encontra-se no quadro abaixo.

Meta	Descrição	Indicador	Resultado Alcançado
1	Manter o programa (site) com dados atualizados dos projetos integrantes	Sim/Não	Sim

Ainda na área de Saúde Ambiental a SEMARH desenvolveu o Programa de Bem-Estar Animal, que teve início com a criação do Comitê Intersetorial da Política Distrital aos Animais que objetiva acompanhar, avaliar, elaborar e propor de forma integrada, ações de proteção aos animais e controle da população de animais domésticos (Decreto nº 34.664, de 12/09/2013).

O Comitê tem tratado de diversos assuntos de relevância na temática de bem-estar animal o que configura em uma conquista em termos de políticas públicas voltadas para atenção aos animais. Dentre várias reuniões realizadas, na primeira pauta foram tratadas as questões relativas à reprodução de animais domésticos, cujo desfecho foi emitido no Parecer Técnico nº 01/2014 – CIPDA de 01/04/2014, aprovando o projeto Castra Móvel.

O Castra móvel é um trailer com 12 metros de comprimento, com estrutura interna para realizar cirurgias gratuitas de castração em cães e gatos, fêmeas e machos, composta de três salas, sendo duas salas

Relatório Anual de Atividades – SEMARH - 2014

cirúrgicas e uma de recepção e atendimento. Além disso, a unidade móvel possui área acoplada, equipada com equipamento audiovisual para a realização de ações educativas. Os procedimentos veterinários para castração (convocação, exame e cirurgia) são realizados por convênio entre a SEMARH, IBRAM e UnB.

O trabalho desenvolvido pelo Castra móvel é parte das ações previstas para o funcionamento do Hospital Veterinário Público, antecipando a questão do controle reprodutivo dos animais domésticos. O serviço visa atender animais abandonados e àqueles que estejam sob a tutela de famílias de baixa renda, contempladas por programas assistenciais do GDF.

O Castra Móvel foi lançado em 23/03/2014 com a castração de dois animais e a partir de 08/10/2014 realiza de forma rotineira a castração de cadastrados previamente por e-mail ou telefone.

A castração e exames pré-operatórios ocorrem de forma gratuita. Até novembro/2014 foram realizadas 108 (cento e oito) castrações e 124 (cento e vinte e quatro) exames.

Os serviços prestados no Hospital serão gratuitos e atenderão cães e gatos que pertençam prioritariamente a pessoas cadastradas em programas do Governo do Distrito Federal, Organizações Não Governamentais de Proteção Animal e Abrigos. No entanto, qualquer pessoa poderá levar o animal para ser atendido no local desde que haja disponibilidade de serviço.

O hospital terá seis módulos e vai oferecer consultas gerais, medicações, internações, exames de radiologia digital, ultrassonografias, cirurgias gerais, ortopédicas e oncológicas; além disso, contará também com uma unidade exclusiva para castração dos animais domésticos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal foi criada pelo Art. 25 do Decreto nº. 32.716, publicado no DODF de 1º de janeiro de 2011, edição especial, com atuação e competência nas áreas de meio ambiente; recursos hídricos; parques e unidades de conservação e gestão de resíduos sólidos, sendo que sua estrutura organizacional foi criada pelo art. 1º do Decreto 33.315, publicado no DODF nº. 216 de 09 de novembro de 2011

Desde a sua criação, uma das maiores dificuldades que a Secretaria enfrenta é a falta de orçamento para desenvolvimento das ações propostas no Plano Plurianual. Isto coloca a Secretaria numa situação difícil para assumir plenamente as atribuições de gestora de políticas ambientais e dos recursos hídricos.

No exercício de 2014 houve cancelamento de dotações orçamentárias de diversos programas de Trabalho. Tais cancelamentos inviabilizaram totalmente a execução de diversas ações propostas, além de inviabilizar o desenvolvimento de sistemas voltados à melhoria da gestão pública.

Apesar da falta de recursos, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal tem trabalhado para o desenvolvimento de ações voltadas ao bem estar da população integrada à utilização dos bens públicos, em especial as Unidades de Conservação, unindo a saúde ambiental com a gestão de Parques, em que em um mesmo ambiente o cidadão possa ter acesso a atividades esportivas ao ar livre, a música de qualidade e atendimento veterinário.

A meta para o exercício de 2015 será o cumprimento das ações dispostas no PPA 2012-2015, em especial a atualização da Legislação Ambiental e a Publicação do Atlas do Distrito Federal.

Sete
SPL PROD 00003 /15-Folha Nº 002988

Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

14.1. JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA – UO: 21.106

O Jardim Botânico de Brasília - JBB, órgão relativamente autônomo, da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – SEMARH, de acordo com o Decreto nº 35.251 de 20 de março de 2014, tem como competências básicas:

I - desenvolver atividades, projetos e programas de conservação, preservação, pesquisa, educação e lazer orientados, relacionados ao meio ambiente;

II - proteger espécies silvestres, raras ou ameaçadas de extinção em âmbito local e regional resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;

III - assistir à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal na formulação de diretrizes para a implementação da política de meio ambiente do Distrito Federal, nas atividades que visam o aproveitamento sustentável, preservação e conservação dos recursos naturais e culturais, e contribuindo para a implementação da Economia Verde com foco na erradicação da pobreza.

IV - manter bancos de germoplasmas para conservação de espécies ex situ e preservar reservas genéticas in situ;

V - promover a articulação e integrar diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração de ecossistemas em parceria com os gestores de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos;

VI - atuar como centro de referência para conservação, pesquisa, desenvolvimento e monitoramento dos recursos naturais e culturais do Cerrado;

VII - promover o intercâmbio científico, técnico e cultural com outros jardins botânicos, entidades afins e órgãos nacionais e internacionais;

VIII - promover a pesquisa, a conservação e a preservação ambiental na perspectiva de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

IX - promover ações no sentido de captar recursos financeiros junto a organismos governamentais e não governamentais empresas da sociedade civil, entre outras fontes de recursos, com o intuito de desenvolver as políticas, planos, programas, projetos e atividades de sua responsabilidade e atribuição, bem como a programas de fomento às pesquisas técnico-científicas para o aproveitamento sustentável do bioma Cerrado;

X - incentivar, junto à sociedade civil, a ampla difusão - educação ambiental - das pesquisas e práticas relativas ao manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente, despertando o interesse coletivo para a causa ambiental e o valor dos conhecimentos tradicionais das populações do Cerrado; e

XI - administrar a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília - EEJBB e fiscalizar a aplicação e implantação do seu Plano de Manejo, bem como do Plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília.

Para a consecução de sua finalidade, o Jardim Botânico de Brasília, poderá:

I - estabelecer relações de parceria mediante assinatura de convênios, contratos, acordos e outros ajustes, com entidades públicas, privadas e do terceiro setor, nacionais e internacionais, em áreas de sua competência e de sua missão institucional;

II - promover e participar da articulação com os órgãos públicos, instituições financeiras, organizações não governamentais, instituições de ensino e com a iniciativa privada, para a concretização de suas atribuições, planos, programas, projetos e atividades estabelecidos;

III - propor formas de cooperação entre os órgãos públicos, privados e sociedade civil para a realização dos objetivos da gestão da Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília;

IV - promover a articulação com as Administrações Regionais circunvizinhas, cujas atividades possam interferir nos objetivos do Jardim Botânico de Brasília e Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília e nos recursos naturais nelas existentes, com o propósito de compatibilizar as diretrizes, planos e programas dessas Regiões Administrativas com as necessidades de conservação da EEJBB e JBB;

V - integrar grupos de trabalho interinstitucionais.

GRL PROJ 00003

/15-FOLHA

Nº 0029383 VERSÃO 1

Paula

Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	05	04	00	02	11
Comissionados(Sem vínculo efetivo)	13	-	23	-	36
Requisitados	Órgãos do GDF		01	03	07
Outros	Estagiários		-	08	09
	Jovem Candango		-	07	08
Subtotal (Força de Trabalho)	20	07	24	20	71
(+) Cedidos para outros órgãos	01	01	-	01	03
Total Geral	21	08	24	21	74

OBS: Posição em 30/10/2014

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO GERAL: Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	38.800	38.366	2.638	2.638
0003 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-- LAGO SUL	38.800	38.366	2.638	2.638
3116 - PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO	93.000	0	0	0
3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	4.700	0	0	0
4113 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO	30.750	368.515	335.740	303.394
0001 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO-- LAGO SUL	30.750	368.515	335.740	303.394
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	167.250	393.565	338.377	306.032

Objetivo Específico: 004 – Preservar e Conservar os Recursos Naturais do Bioma Cerrado reduzindo os incêndios florestais, catalogando, manejando e produzindo mudas das espécies nativas, recuperando e construindo infraestrutura para implantação das coleções científicas e preparando ambiente para acolhimento do público da Copa do Mundo de 2014.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mensal Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte de Informação
						2012	2013	2014	2015	
1015 Área degradada recuperada do JBB e EEJBB	Hectare	-	-	Semestral	Desejado	10	10	35	35	Jardim Botânico
					Alcançado	01	01	05	-	
1016 Espécie catalogada (fauna e flora)	%	50	31/12/2010	Anual	Desejado	55	60	70	80	Jardim Botânico
					Alcançado	52,5	57,8	60	-	
1017 Manejo de espécie ameaçada de extinção	Unidade	-	-	Anual	Desejado	1	1	2	2	Jardim Botânico
					Alcançado	0	0	0	-	
1018 Produção de mudas	Unidade	7.000	30/06/2011	Quadrimestral	Desejado	56.000	107.500	159.000	210.000	Jardim Botânico
					Alcançado	69.650	20.000	200.000	-	
1019 Manejo das coleções	Unidade	2	30/06/2011	Semestral	Desejado	3	5	06	8	Jardim Botânico
					Alcançado	4	4	04	-	
1020 Reprodução <i>in vitro</i> de espécies nativas e híbridadas	Unidade	14	30/06/2011	Anual	Desejado	16	18	20	22	Jardim Botânico
					Alcançado	14	14	14	-	

Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

Com a contratação de empresa ocorrida no final de 2013, provenientes do Convênio realizado com a TERRACAP, para a produção de mudas de espécies nativas dos biomas brasileiros, prioritariamente de espécies do cerrado, no Viveiro Jorge Pelles do Jardim Botânico de Brasília, os trabalhos foram retomados em 2014 e a execução dos serviços estão sendo prestados de acordo com o estabelecido no Contrato.

Até outubro de 2014 foram produzidas 160.000 (cento e sessenta mil) mudas e nos meses de novembro e dezembro foi produzida mais 40.000 (quarenta mil) mudas, perfazendo um total de 200.000 (duzentas mil) mudas produzidas, alcançado assim, a meta estabelecida no PPA para 2014. Essas mudas deverão ser plantadas nas áreas degradadas da Estação Ecológica do JBB.

Foi firmado um Termo de Cooperação com o VII Distrito Naval para capacitação de jovens recrutas em técnicas de jardinagem e produção de mudas. Tal iniciativa, além de permitir qualificação e empregabilidade aos recrutas quando saírem do serviço militar obrigatório, irá propiciar ao JBB uma melhor apresentação de seus jardins e espaços públicos, com o plantio de árvores nativas do bioma Cerrado.

Em 2014 ocorreram alguns episódios de incêndio no Jardim Botânico, que recebeu o apoio da RECOR/IBGE, brigada da Aeronáutica, da Fazenda Água Limpa da UnB, do PREVFOGO/IBAMA e do Corpo de Bombeiros, que disponibilizou homens e equipamentos, bem como, avião e helicóptero para realizar o combate.

A origem dos incêndios foi externa à EEJBB, entretanto, devido à seca, a baixa umidade e o vento sua propagação foi rápida. A Coordenadoria das Cidades também manifestou o apoio disponibilizando caminhões-pipa para o combate ao fogo.

Vale registrar que sem o apoio dos parceiros citados a proporção da área afetada teria sido bem maior que os 143 hectares queimados.

Como medida preventiva para a redução de ocorrência de incêndios, foi realizada com o apoio do PREVFOGO/IBAMA a capacitação 03 servidores do JBB e de 08 voluntários para atuarem como brigadistas em caso de incêndios no JBB. Cabe ressaltar que o IBRAM contratou 40 brigadistas para o combate a incêndios com base na declaração de estado de emergência ambiental, entretanto estes não foram distribuídos pelas unidades de conservação.

Tendo em vista que o último incêndio de grandes proporções ocorreu em 2011, esperava-se que a quantidade de material seco acumulada traria risco de incêndios de maior porte. Com base nessa expectativa, foram realizados aceiros à máquina, bem como, aceiros negros internos e externos, no sentido de reduzir a possibilidade de propagação do fogo.

Aceiros Abertos Realizados para Evitar a Propagação do Fogo

Período	Tipo De Aceiro	Localização	Total (Km)
28/07 a 31/07/2014	NEGRO	EXTERNO	16
04/08 A 05/08/2014	NEGRO	INTERNO	4,3
06/08 A 07/08/2014	MÁQUINA	ESTRADAS/ACEIROS	96

Incêndios Ocorridos na EEJBB EM 2014



Fogo na EEJBB na divisa com a Aeronáutica

Fogo às margens do Córrego Tapera



SPL PROJ 000005 /157011ha Nº 002907 VERSÃO Paula

Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

Episódios de Incêndios Registrados em 2014 no JBB e EEJBB

Data	Início do Foco	Vegetação Atingidas	Total de Área Queimada (Ha)
09/08/2014		SAMAMBAIÃO	7,3
13/09/2014	SHIS QJ 19 (PONTE)	MATA DE GALERIA, CAMPO SUJO.	3,0
17/09/2014	AERONÁUTICA	CERRADO TÍPICO	109,0
18/09/2014	SMDB CONJUNTO 5	CAMPO, MATA DE GALERIA DO CÓRREGO DO COCHO	24,0
Total			143,3

Em novembro foi instalada neste Jardim Botânico de Brasília a estação meteorológica que será de grande importância tanto para atender aos pesquisadores, quanto para o monitoramento de risco de incêndios. Os dados serão transmitidos ao IBRAM que utilizará as informações em seus projetos específicos.



Atividades de Fiscalização

Um dos grandes desafios da Gestão do JBB é a manutenção física das áreas de visitação do Jardim Botânico de Brasília que foram ampliadas significativamente e dos limites da Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília – EEJBB, que, devido ao crescimento urbano acelerado no seu entorno, vêm sofrendo pressão antrópica* por ciclistas, banhistas, pedestres, bem como animais domésticos que formam bandos e atacam os animais silvestres, ameaçando a integridade da Unidade de Conservação.

O JBB necessita de vigilância sistemática e continuada para evitar os abusos relatados. Como atualmente não possui em seu quadro de pessoal cargos específicos de fiscalização ambiental torna-se indispensável a contratação de profissionais para fazer frente às necessidades mínimas de proteção e vigilância do órgão.

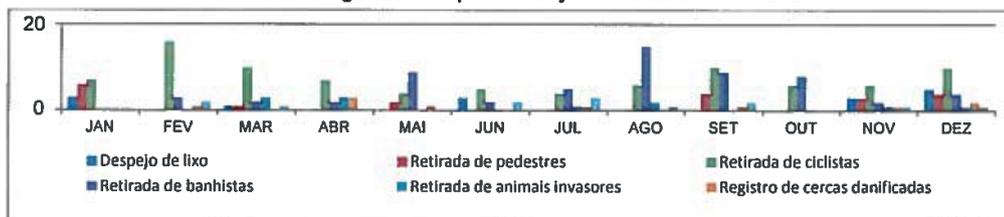
A atividade de fiscalização da área tem o apoio das gerências de monitoramento e controle à prevenção de incêndios florestais, que seguindo a rotina estabelecida realizam pelo menos duas rondas diárias

Interna e externamente. Em 2014 a média mensal percorrida foi de 14.400 km. As principais ocorrências são despejo de lixo na área limítrofe à Estação Ecológica, invasão das áreas por ciclistas e pedestres e pelos comerciantes do Polo Verde.

Tendo em vista o número reduzido de funcionários na prevenção e combate a incêndios e fiscalização, verifica-se a necessidade de não só aumentar o número de servidores nestas unidades, inclusive com a disponibilização, pelo GDF, de um auditor fiscal com poder de multa e apreensão, mas também o uso de tecnologias de ponta que permitam imprimir eficiência e eficácia nas ações de monitoramento de focos de incêndio e invasões da EEJBB.

Outro fator de alta prioridade é a melhoria e a recuperação das cercas dos limites externos; além de aumentar o número de placas de sinalização.

Ocorrências registradas no período de janeiro a dezembro de 2014.



SFL PPOC 00003 /15-Folha 14# 002990 Byle

Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

Manutenção das Coleções

Para a execução do manejo das coleções em 2014 foi concluída a atualização do tombamento das orquídeas que estavam no orquidário e no viveiro, totalizando 3240 orquídeas catalogadas e 1.200 bromélias que foram organizadas e incorporadas aos jardins temáticos e transferidas para as estufas da área de visitação, construídas para abrigar e manter as referidas coleções.

Atualmente a coleção de Aráceas do JBB possui 27 indivíduos e a coleção de bromélias está sendo mantida, em parte, no viveiro e o restante integrado ao paisagismo da área de visitação do JBB.

A reprodução in vitro de orquídeas no laboratório foi reduzida no decorrer do ano, tendo em vista a expectativa de reforma do Laboratório com recurso proveniente de emenda parlamentar. Os projetos arquitetônico e de instalações foram elaborados, no entanto, o recurso foi contingenciado e a previsão é de que seja liberado no exercício de 2015.

Com relação ao Projeto Orquídeas nas Quadras está sendo realizado o monitoramento das orquídeas implantadas nos anos anteriores. Durante este monitoramento verificou-se a ocorrência da primeira florada das orquídeas plantadas nas superquadras 316, 116, 315 e 115 Sul de Brasília. Foram doadas 40 indivíduos de *Catleya labiata* para o movimento Amigos da APP.

Registro Fotográfico de algumas espécies das coleções



SP1 PROJ 00005 /15-Folha Nº 002990 versão Paula

Curadoria de Cactos e Suculentas

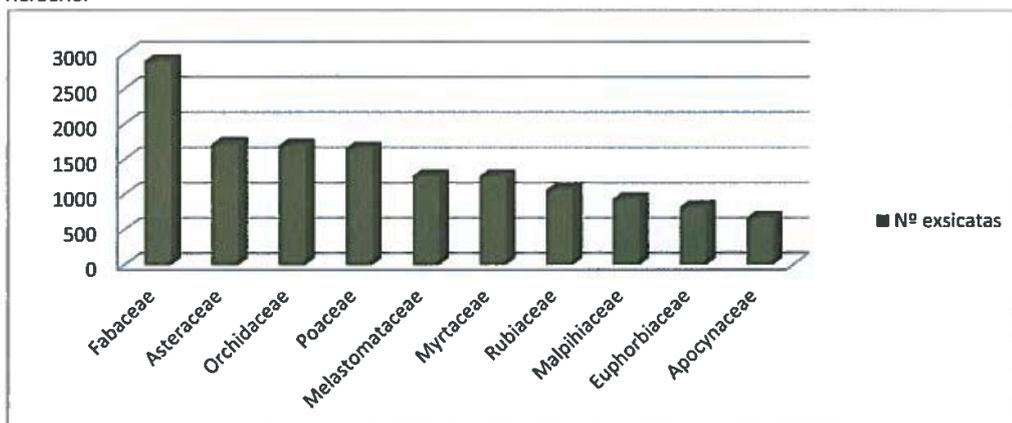
A coleção de cactos Gilberto Brasil é mantida pela equipe da Fitologia, sendo que parte se destina à exposição permanente no Centro de Visitantes e as demais mantidas no prédio do Herbário. Atualmente a coleção conta com 1024 indivíduos de 80 espécies determinadas. Em novembro foi implantado e instalado no Herbário o novo viveiro que abriga a coleção de cactos, no sentido de facilitar a manutenção da coleção.



Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

O acervo do Herbário do JBB - HEPH possui atualmente 30.755 exsicatas. Neste último ano foram acrescidos 720 exemplares, em sua maioria de plantas coletadas na Estação Ecológica Jardim Botânico, e áreas do DF e de intercâmbio com outros Herbários.

O Gráfico a seguir mostra o número de exsicatas das 10 famílias mais representativas do acervo do Herbário.



Em 2014 foram realizadas 03 (três) expedições no Distrito Federal para coletas de materiais botânicos na área no JBB e EEJBB, Granja do Ipê, Zoológico e REBIO do Guará. O Quadro abaixo demonstra o total de coletas realizadas bem como o intercâmbio com outras instituições:

Atividade	Quantidade
TOTAL DE COLETAS REALIZADAS	306
DOAÇÕES RECEBIDAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	67
DOAÇÕES ENVIADAS PARA OUTRAS INSTITUIÇÕES	357
EMPRÉSTIMOS DE EXSICATAS PARA OUTROS HERBÁRIOS	57

Foram recebidos seis especialistas das seguintes instituições: Universidade Estadual de Feira de Santana; Jardim Botânico de São Paulo; Universidade de Brasília; Universidade Federal de Minas Gerais; Instituto Federal de Goiás.

Alguns projetos de pesquisa já foram concluídos, outros estão em andamento ou paralisados. A tabela a seguir mostra a situação das atividades e projetos.

SCL PROC 00003 /15-Folha Nº 002991 Bata

Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

Atividades de Taxonomia e projetos de pesquisa

Projetos	Situação
COLETA E IDENTIFICAÇÃO DE MATERIAL BOTÂNICO E GERMOPLASMA.	EM ANDAMENTO
COLETA E IDENTIFICAÇÃO DA FLORA DO JBB E EEJBB.	EM ANDAMENTO PERMANENTE
IDENTIFICAÇÃO E COLETA DA FLORA PÓS-FOGO DO JBB E EEJBB	EM ANDAMENTO PERMANENTE
COLETA E IDENTIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES DE TREPadeiras DO JBB E EEJBB	EM ANDAMENTO
PROJETO FLORESCER: PLATAFORMA FLORA INTEGRADA DA REGIÃO CENTRO-OESTE: FLORESCER. PARCERIA COM A UNB	CONCLUÍDO
PROJETO LISTA DO BRASIL: LISTAGEM DA FAMÍLIA OCHNACEAE. PARCERIA COM O JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO	EM ANDAMENTO
A FAMÍLIA OCHNACEAE NO RIO GRANDE DO NORTE	CONCLUÍDO
POACEAE DO JARDIM BOTÂNICO E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA. PARCERIA COM A PROF. REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA / UNB	PARADO
PLANTIO DE FRUTAS NATIVAS DO CERRADO NA ÁREA DO JBB.	EM ANDAMENTO

Foi instalado no Herbario o Sistema BRAHMS para a catalogação de exsicatas existentes neste Jardim Botânico que já se encontra lançada no banco de dados do sistema, sendo necessário apenas ajustes para o pleno funcionamento.

O sistema Brahms é um software de pesquisa e gerenciamento de coleções científicas para grandes volumes de dados, que auxilia os botânicos e demais profissionais no manejo, processamento e publicação de dados sobre biodiversidade vegetal. As vantagens dessa informatização é a ampliação de conhecimento sobre a flora; contribuindo para redução dos custos com mão-de-obra, tornando-a mais eficiente; permitindo disponibilizar dados através de rede de coleções botânicas interinstitucionais; sem a necessidade de infraestrutura especial, somente microcomputador e câmera digital; ampliando o prazo de conservação das coleções, devido à redução da manipulação das mesmas.

Com o objetivo de capacitar a equipe para uso do sistema foi realizada no mês de novembro uma reunião onde o SiBBr formou uma equipe "BrahmsBrasil" para oferecer cursos do programa voltado para capacitação de funcionários de herbários.

O SiBBr - Sistema de Biodiversidade Brasileiro - SBBr- Trata-se de uma plataforma *online* desenvolvida com o objetivo de estimular e facilitar a publicação, integração, acesso e uso da informação sobre a biodiversidade brasileira, subsidiando pesquisas e apoiando o processo de formulação de políticas públicas e tomada de decisões associadas à conservação e ao seu uso sustentável.

Monitoramento e Controle da Fauna

No que se refere ao Monitoramento e Controle da Fauna, existe um esforço para identificar e analisar a composição da comunidade de mamíferos de médio e grande porte e de aves, indicando novos registros para EEJBB e dados sobre a utilização dos diversos ambientes. Diferentes metodologias foram utilizadas na obtenção de dados biológicos, como armadilhas fotográficas, rastreamento de pegadas e fezes, captura com redes de neblina, além da visualização do animal (método direto).

Projeto de Reintrodução de Espécies No Jardim Botânico de Brasília

O Projeto tem como objetivo a adaptação e a reintrodução de dois indivíduos indeterminados da espécie de Emas (*Rhea americana*), doados pela Aeronáutica, que após um período de seis meses em recinto fechado estão sendo liberadas próximas à área da Administração visando à adaptação em ambiente aberto. Após a readaptação serão transferidas para área de campo na EEJBB.

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 002991 Versão 1.0 Paula



Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

Adaptação das emas em recinto próprio e soltas em área aberta do JBB

Animais Soltos na EEJBB

As solturas de animais silvestres continuam sendo realizadas, principalmente, pela CETAS/IBAMA. Em 2014, ocorreram duas solturas pelo órgão ambiental na EEJBB, sendo uma no mês de março (Termo de Soltura N 12/2014) e outra no mês de setembro (Termo de Soltura N 31/2014) conforme tabelas abaixo.

Relação de Espécies Soltas na EEJBB em Março de 2014.

Quantidade (Macho/Fêmea/IND)	Nome Comum	Nome Científico
1/0/0	CACHORRO-DO-MATO	CERDOCYON THOUS
0/0/1	SUINDARA	TYTO FURCATA
0/0/2	SARUÊ	DIDELPHIS ALBIVENTER
0/1/2	MICO ESTRELA	CALLITHRIX PENICILATA
0/0/6	JIBOIA	BOA CONSTRICTOR
0/0/3	COBRA CEGA	AMPHISBAENA ALBA
0/0/4	JARARACA	BOTHRUPS MOOJEENI
0/0/2	COBRA CIPÓ	PHYLODRIS SP.
0/0/2	CASCVEL	CROTALUS DURISSUS
2/0/5	PAPA-CAPIM	SPOROPHILA NIGRICOLLIS
0/3/0	CANARIO-DA-TERRA	SICALIS FLAVEOLA
0/0/1	COLEIRO	SPOROPHILA CAERULESCENS
0/0/1	PÁSSARO-PRETO	GNORIMOPSA CHUPI
0/0/1	JIBOIA-ARCO-IRIS	EPICRATES CENCHRIA

Relação de Espécies Soltas na EEJBB em Setembro de 2014

Quantidade (M/F/I)	Nome Comum	Nome Científico
0/0/3	TAMANDUÁ-MIRIM	TAMANDUA TETRADACTYLA
0/0/2	OURIÇO-CACHEIRO	COENDOU PREHENSILIS
0/0/3	CARCARA	CARACARA PLANCUS
0/0/3	SUINDARA	TYTO FURCATA
0/0/15	SARUÊ	DIDELPHIS ALBIVENTER

Soltura de Animais silvestres na Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília



Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

Objetivo Específico: 005 – Tornar o Jardim Botânico de Brasília um Centro de Referência do Bioma Cerrado.**Indicadores:**

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1021 Cadeia produtiva fortalecida	Unidade	-	-	Anual	Desejado	0	1	1	1	Jardim Botânico
					Alcançado	0	0	3	-	
1022 Aumento de visitação	%	-	-	Anual	Desejado	10	10	40	15	Jardim Botânico
					Alcançado	20	35	40	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1021 Cadeia produtiva fortalecida	Unidade	-	-	Anual	Desejado	0	1	1	1	Jardim Botânico
					Alcançado	0	2	3	-	

Fortalecimento de Cadeias Produtivas:

A importância da biodiversidade e sua relação direta com a saúde e a alimentação justificam a condução de ações que promovam o seu uso sustentável em programas de segurança alimentar e nutricional e contribuam para a diversificação da dieta do brasileiro. A “Feira do Jardim Botânico, produtos orgânicos, biodiversidade do cerrado, gastronomia e cultura” tem certamente um papel especial para a formação de novas cadeias de produção de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares. É uma oportunidade ímpar para a criação e consolidação de novos mercados para os produtos da nossa biodiversidade, geração de valor para espécies nativas de uso atual ou potencial e para mostrar à sociedade toda a importância da conservação desse legado.

Neste Sentido o Jardim Botânico de Brasília em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, realiza A “Feira do Jardim Botânico, produtos orgânicos, biodiversidade do cerrado, gastronomia e cultura” por meio do Projeto “Biodiversidade para Alimentação e Nutrição”, do Pró-Orgânicos/MAPA, do Sindiorgânico (Sindicato dos Produtores Orgânicos do DF) e da Cooperativa dos Produtores Orgânicos – Cooperorg, e permite aos consumidores a compra de produtos orgânicos e a descoberta de plantas, frutos e flores do bioma Cerrado.

Os visitantes também podem conhecer e adquirir diversos produtos de artesanato, divertir-se com apresentações de manifestações artísticas entre grupos de teatro, música, folclore e artistas dentro de um conceito que se compromete com a conservação da biodiversidade do Cerrado. A partir de agora o Jardim Botânico de Brasília torna-se o primeiro a promover uma feira de produtos nativos da biodiversidade, com um novo conceito a ser compartilhado pelo público brasileiro, especialmente pela população de Brasília.

A feira está sendo realizada sempre aos sábados, das 9h às 14h, na área dos quiosques (Centro de Visitantes). Esta iniciativa atrai uma grande parcela de novos visitantes ao JBB, várias origens culturais.

As cadeias produtivas também tem sido fortalecidas com a realização da Feira de Orquídeas e Feira do Mel com o apoio da Associação de Apicultores e da Sociedade Orquídfila de Brasília que além de comercializarem os produtos, oferecem Palestras sobre Apicultura e Meliponicultura. e oficinas nas quais os visitantes podem aprender como cultivar e proteger suas orquídeas de doenças e pragas.

Centro de Excelência de Estudos Sobre o Cerrado – CEEX.

O Complexo Ecológico que compreende o Jardim Botânico de Brasília e sua Estação Ecológica é um espaço privilegiado em termos de pesquisa sobre o Cerrado. Nossa área, juntamente com a área da Recor/IBGE e a Fazenda Água Limpa da UnB, concentra um grande número de pesquisa responsável por parte importante do conhecimento gerado sobre o bioma, inclusive projetos como o PELD e o Projeto Fogo. Muitos projetos finais, monografias e teses são desenvolvidos na área. No último levantamento foi registrado cerca de 100 trabalhos desse tipo realizado na EEJBB, bem como, centenas de artigos publicados cujos dados foram coletados neste JBB.

Tendo em vista este potencial, como já havia sido recomendado no Plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília está em fase de construção o Centro de Excelência de Estudos sobre o Cerrado – CEEX. O Centro está sendo concebido para desempenhar múltiplos papéis, todos centrados na disseminação de conhecimento e valorização do cerrado. A ideia é que o CEEX atue como a ponte entre o conhecimento, muitas vezes restrito à academia, e sua aplicabilidade prática no atendimento as necessidades da sociedade. Mais ainda, atuará como fonte de soluções sustentáveis para o uso de seus recursos naturais, atendendo, assim, o interesse de diferentes atores interessados no desenvolvimento da região e em sua preservação.

Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

A estrutura física do Centro de Excelência do Cerrado – CEEEX será executada em duas etapas distintas:

A primeira compreende a execução da sede com área física construída de 1.622 m² dotada de um laboratório multidisciplinar, duas salas de aulas, uma biblioteca digital, um herbário virtual, cinco áreas para exposições e eventos, um espaço multiuso para palestras, seminários e apresentações, um espaço café e um mirante com visão panorâmica para a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília; cabe ressaltar que tanto o herbário virtual quanto à biblioteca digital estão em desenvolvimento.

A segunda etapa compreende a execução das infraestruturas de ligação da rede elétrica, telefônica e hidráulicas, acessos e estacionamentos, com a construção de uma guarita de entrada para o CEEEX pela DF-001. Esta etapa deverá ser executada no primeiro trimestre de 2015, com recursos provenientes de convênios e compensações ambientais.

A obra de estrutura física da sede do CEEEX (1ª etapa) se encontra em fase de execução, com 80% de sua obra concluída através de compensação ambiental. As obras continuam em andamento, agora em fase de acabamento, inclusive o paisagismo da área externa já foi iniciado com plantio de grama e algumas árvores.



Estrutura do Centro de Excelência de Estudos sobre o Cerrado

Aumento de Visitação

A visitação do JBB aumentou de, aproximadamente, 80.000 pessoas/ano para 97.309 pessoas/ano em 2014, o que representa 20% a mais de público visitante, até o mês de outubro de 2014, sendo: 74.451 pagantes e 22.858 isentos da taxa de ingresso, considerando-se como isentos: crianças até 10 (dez) anos de idade, idosos acima de 60 (sessenta) anos e atendimento a escolas da rede pública de ensino. Outros isentos: praticantes de caminhada matinal, reuniões, yoga, expositores, dv's na trilha, pesquisadores.

Nos meses de novembro e dezembro o público pagante foi de 11.810 (onze mil oitocentos e dez) pessoas e 5.600 (cinco mil e seiscentos) isentos da taxa de ingresso, totalizando 114.719 (cento e quatorze mil setecentos e dezenove) pessoas/ano em 2014, o que representa 40% (quarenta por cento) a mais de público visitante com relação ao ano de 2013. Considerando que durante o período de realização da Copa do Mundo no Brasil o Jardim Botânico de Brasília recebeu a visita de vários turistas estrangeiros.

A comprovação da boa aceitação da comunidade, seja com fins científicos ou o público em geral, é constatada pela crescente procura dos espaços de visitação do JBB e das áreas de proteção integral, onde o visitante pode desfrutar de diversas atividades em meio ao ambiente natural e o pesquisador recebe um lugar ideal para realizar seus estudos.

Apesar das pressões provocadas pela expansão urbana no entorno do JBB e da EEJBB, a gestão do Órgão tem conseguido manter a integridade dos atributos ambientais dessa importante unidade de conservação do bioma Cerrado e algumas estratégias têm sido utilizadas pela equipe do JBB, com bastante êxito a exemplo das atividades da Unidade de Educação Ambiental e da melhoria dos espaços destinados ao visitante.

Dados da Evolução Anual – Visitação e Arrecadação de 2011 a 2014

Atividades	Movimentação							
	2011		2012		2013		2014	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor (R\$).	Quant.	Valor (R\$).	Quant.	Valor (R\$)
Ingressos emitidos pelas caixas registradoras	26.494	52.988	39540	79.080,00	54.163	108.326	87202	174.404
Aluguel de Espaço	41	1.379	166	1.897,00	183	2.684	32	45.905
Produção de fotos e similares	00	00	00	00	00	00	427	21.350

*As regras para captação de imagens nas dependências do Jardim Botânico foram estipuladas por meio da Ordem de Serviço de 31/03/2014 e a cobrança do preço público referente a produção de fotos e similares ocorreu a partir do mês de maio/2014.

Beta

SFL FROCC 00003 /15-Folha Nº 002993

Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

Com as ações implementadas pelo JBB, foi possível aumentar gradativamente o interesse dos cidadãos pelos diversos projetos e ações desenvolvidas pela equipe de servidores do órgão. A equipe tem ampliado seu leque de atendimento nos últimos anos recepcionando também idosos e pessoas com necessidades especiais. Em 2014 foram atendidas 387 pessoas em eventos especiais ocorridos nos finais de semana, incluindo grupo de pessoas do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, CAIC, idosos e outros.

Até o mês de outubro de 2014 foram atendidas pela equipe de educadores ambientais 11.429 alunos de instituições públicas e privadas, assim distribuídas:

Atendimentos Educação Ambiental - Até Outubro/2014					
Mês	Instituições Públicas	Total de Alunos Público	Instituições Privadas	Total de Alunos - Privada	Total de Alunos do Mês
JANEIRO	-	-	-	-	-
FEVEREIRO	2	40	-	-	40
MARÇO	12	510	1	52	562
ABRIL	16	882	14	597	1479
MAIO	22	1160	6	346	1506
JUNHO	12	600	5	406	1006
JULHO	16	708	1	25	733
AGOSTO	21	1365	18	772	2137
SETEMBRO	29	2373	9	432	2805
OUTUBRO	16	825	6	336	1161
TOTAL	146	8463	60	2966	11429

Nos meses de novembro e dezembro, foram atendidos 990 alunos, que desenvolveram várias atividades como trilhas, aulas práticas sobre o Cerrado e visita aos espaços do JBB.

Atividades Realizadas Fora do Jardim Botânico

- Participação da Semana de Qualidade de Vida do IPEA;
- Criação de bosque na Escola CEF 201 de Santa Maria - ação piloto que deverá se estender para outras escolas do DF;
- Dia do idoso promovido pelo SESC/DF em Ceilândia – com participação de 700 idosos. O JBB ofereceu oficina para confecção de terráneos e de manutenção de jardins de ervas medicinais e distribuição de livretos sobre os usos de ervas medicinais e receitas culinárias com frutos do Cerrado.
- Participação no Seminário de educação inclusiva, promovido pelo Centro de Ensino Especial Ecológico – 912 Sul – desenvolvendo com alunos especiais atividades voltadas a experiências sensoriais.

Eventos Realizados no Jardim Botânico de Brasília Relacionados Ao Meio Ambiente, para a Comunidade em Geral.

- Semana do Meio Ambiente:
- Atividades: Exposição das atividades da SUTEC, feira de artesanato, feira de orquídea, Feira do Mel.

Semana do Cerrado:

- **Atividades:** Curso de hortas para pequenos espaços; oficina de jogos pedagógicos; exposições – borboletas do JBB, fotografia de aves, fotografias de animais- Doc Cerrado; observação de aves; oficina de decupagem em vidro, de preparação de aromatizadores (pout pourri); elaboração de terráneos; contação de histórias pela equipe do Projeto Rios voadores; exposição sobre incêndios florestais com a presença do “Liberada” mascote do Prevfogo;
- Oficina Contação de histórias com a participação do escritor inglês Tahir Sha. De descendência árabe o escritor procurou mostrar aos participantes da oficina a tradição de transmitir cultura de um povo através das histórias. Na oportunidade foi contada a história: A Galinha boba de autoria do pai do escritor, e posteriormente os alunos da Escola Classe Jardim Botânico, criaram e interpretaram sua própria história. Participaram da oficina 30 alunos;
- Projeto Jardim da Leitura – oferece livros de histórias, que são pendurados em árvores para que as crianças e seus pais tenham a oportunidade de resgatar o hábito de leitura e contação de histórias em espaço aberto em contato direto com a natureza;
- Em parceria realizada com o CCBB – Centro Cultural do Banco do Brasil foi realizado o Projeto Jardim na Tela, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente. e patrocinado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, onde foram apresentados vídeos relacionados ao meio ambiente aos alunos da rede

Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

pública de ensino, que também tiveram a oportunidade de visitarem a exposição “Cerrado uma Janela para o Planeta” e conhecerem in loco o Cerrado. A referida exposição foi montada pela equipe do Centro Cultural do Banco do Brasil – CCBB com a participação e apoio da equipe Técnico Científico e da Educação Ambiental do JBB que ofereceu treinamento aos monitores do CCBB para a capacitação no atendimento aos visitantes. Nessa parceria foram recebidos 81 alunos em três visitas;

– Apoio na Realização da primeira festa Medieval do Jardim Botânico, nos dias 20 e 21 de dezembro, com média de público de 3.000 pessoas por dia.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO GERAL: Universalizar a proteção social não contributiva como sistema de provisão de serviços e benefícios sociais instituídos e garantidos pelo Estado para enfrentar situações de risco social ou privações sociais já instaladas e implementar a gestão de Sistema Único de Assistência Social, com centralidade na família e no território onde esta vive.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	4.700	4.616	4.616	4.616
0004 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-PRODUTORES DE MUDAS DO CERRADO E DE ARTESANATO-DISTRITO FEDERAL	4.700	4.616	4.616	4.616
TOTAL DO PROGRAMA 6211	4.700	4.616	4.616	4.616

Em parceria com a Rede de Sementes do Cerrado. Foi realizado 04 (quatro) Cursos de capacitação que tiveram a participação de 30 pessoas incluindo servidores, estagiários e população em geral. O Curso foi oferecido em quatro módulos assim divididos: Identificação de árvores e madeiras do bioma cerrado, Seleção e marcação de árvores matrizes, coleta, manejo e beneficiamento de sementes; Produção de mudas nativas do bioma cerrado, tendo a duração de 16:00 horas aulas por módulo.

Realização de Oficinas Abertas à Comunidade

Em 2014 iniciou-se o circuito de oficinas abertas a comunidade com protagonismo da Diretoria de Educação Ambiental/SUTEC. Foram oferecidas cinco oficinas: Decupagem em vidro; Aromatizantes; Confeção de terrários; Hortas para pequenos espaços; e Jogos pedagógicos. As oficinas tiveram excelente aceitação com público de 150 pessoas.



Bete

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 002994

Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

Objetivo Específico: 004 - Reduzir a exclusão social capacitando jovens, mulheres e produtores rurais no manejo sustentável dos recursos naturais do cerrado e capacitação de jovens para guiar visitantes para a COPA 2014.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
					2012	2013	2014	2015	
1102 Indivíduo capacitado	Pessoa	-		Desejado	100	100	100	100	Jardim Botânico e Administrações Regionais
				Alcançado	135	35	120	-	
1103 Evento realizado	Unidade	-	30/06/2011	Desejado	4	4	4	4	Jardim Botânico
				Alcançado	-	1	4	-	
1104 Publicação impressa e editada	Unidade	1	30/06/2011	Desejado	3	3	3	3	Jardim Botânico
				Alcançado	4	2	1	-	

Capacitação de Jovens

O JBB e a Secretaria da Criança e do Adolescente do DF assinaram convênio que tem por objetivo receber adolescentes para cumprimento de medidas socioeducativas. Até o momento foram recebidos 17 adolescentes das UAMAs do Paranoá e São Sebastião, entretanto somente 8 terminaram o cumprimento da medida. Os menores desenvolvem atividades ligadas à manutenção de jardins e predial. Ressalta-se que a evasão é alta, muitos dos adolescentes iniciam e não chegam ao fim do cumprimento. Recomenda-se que seja feita uma avaliação conjunta entre os participantes e se discuta a viabilidade de continuar com o convênio, tendo em vista que há uma grande mobilização no âmbito do JBB para o atendimento aos adolescentes e o retorno é baixo.

Publicação de Material Científico

A publicação de material científico do Jardim Botânico é a Revista Heringeriana. Nela são publicados, semestralmente, artigos científicos originais, revisões bibliográficas e notas científicas na área de biodiversidade. Publicada desde 1994, a princípio como Boletim do Herbário Ezechias Paulo Heringer e, a partir de 2007, como Heringeriana.

O nome da revista é uma homenagem ao Professor Ezechias Paulo Heringer que chegou a Brasília no início de 1960 onde permaneceu até 1987, ano de sua morte. Além de propor a criação do Parque Nacional de Brasília, ajudou na implantação do Parque Zoológico de Brasília, na criação da Reserva Biológica de Águas Emendadas, Estação Experimental de Agricultura Cabeça de Veado, Parque do Gama e o Parque do Guará, que hoje recebe o nome de Parque Ecológico Ezechias Paulo Heringer.

Até 2013 a revista foi publicada e distribuída, porém, os volumes referentes a 2014, foram objetos de acordo de Cooperação com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT, tendo em vista que, entre as metas previstas, consta a publicação da Heringeriana por intermédio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER.

O sistema foi desenvolvido com o objetivo de construir e gerir as publicações periódicas eletrônicas. Esta ferramenta contempla ações essenciais à automação das atividades de editoração de periódicos científicos. Recomendado pela CAPES, o processo editorial no SEER permite uma melhoria na avaliação da qualidade dos periódicos e uma maior rapidez no fluxo das informações. A aceitação do SEER pela comunidade brasileira de editores científicos vem do desempenho do sistema e de sua fácil adaptação aos processos de editoração em uso. Também o SEER permite que a disseminação, divulgação e preservação dos conteúdos das revistas brasileiras apresentem uma melhoria na adoção dos padrões editoriais internacionais para periódicos on-line, 100% eletrônicos.

O primeiro volume da Revista Científica Heringeriana de 2014 foi editado em meio eletrônico e se encontra disponível no Sistema de Editoração Eletrônica de Revista Científica do IBICT/MCTI no endereço: <http://portalinseer.ibict.br/index.php/heringeriana/index>. Além do primeiro volume de 2014, já foram inseridos boa parte dos volumes anteriores da revista. Em breve todos os volumes estarão disponíveis em meio eletrônico.

Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

2. OUTRAS REALIZAÇÕES**PROGRAMA: 6006 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	4.700	581	580	580
0018 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	4.700	581	580	580
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30.550	13.688	13.687	13.687
2579 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	30.550	13.688	13.687	13.687
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	294.100	7.217	7.216	7.216
1534 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE LABORATÓRIO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	280.000	1	0	0
9676 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-LAGO SUL	14.100	7.216	7.216	7.216
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	20.000	13.470	13.470	13.470
0015 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	20.000	13.470	13.470	13.470
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3.303.176	4.236.479	4.032.130	4.018.130
8743 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	3.303.176	4.236.479	4.032.130	4.018.130
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	293.472	266.005	265.627	265.627
9567 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	293.472	266.005	265.627	265.627
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	214.740	127.471	118.637	107.514
9658 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	214.740	127.471	118.637	107.514
TOTAL DO PROGRAMA 6006	4.160.738	4.664.911	4.451.347	4.426.224

As atividades de manutenção ocorreram de acordo com a rotina normal de trabalho, sendo executadas as atividades de manutenção periódica geral de limpeza, capina, roçagem, irrigação de plantas e jardins, manutenção e conserto de bombas, implantação e manutenção de canteiros, supervisão do sistema de água para Lagos do Jardim de Contemplação e Jardim Japonês, Manejo de peixes para os lagos do Jardim de Contemplação e Jardim Evolutivo, retirada de espécies invasoras, reparos e pinturas nos prédios existentes.

Os serviços administrativos também foram realizados: Pagamento de pessoal, concessão de benefícios a servidores, pagamento de água, luz, telefone, fornecedores e demais despesas de natureza contínua.

Foram encaminhados para participar de cursos de capacitação 06 servidores deste órgão: sendo: 01 servidor no Curso de Georreferenciamento, 02 servidores no Curso de Gefip Sefip-Aplicabilidade no Setor Público e 03 servidores no Curso de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Os temas abordados foram de grande importância para a melhoria dos processos administrativos deste órgão.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O resultado dos trabalhos apresentados nesse relatório deve-se a um modelo de gestão descentralizado e extremamente criativo na superação de dificuldades apresentadas na administração pública.

Para atingir esse padrão de qualidade o trabalho foi desenvolvido no sentido de criar uma equipe multidisciplinar com grande interação entre os setores. Um dos instrumentos de gestão adotado no JBB foi o planejamento estratégico situacional, que permitiu o nivelamento das informações e a participação de todos os funcionários na construção da visão e da missão institucional.

Com referência ainda ao Planejamento ficou evidente que foi a interação dos setores do JBB, abrangendo desde pesquisadores, educadores, administradores até os setores técnicos de jardinagem e manutenção, que permitiu essas realizações. Entretanto, cabe ressaltar que esse processo demanda tempo e seleção para adequar cada profissional na sua especialidade. A exemplo do árduo e hábil trabalho de jardinagem

Relatório Anual de Atividades – JBB – 2014

que exige uma vocação natural do profissional, não é tarefa fácil formar e consolidar, em curto prazo, uma equipe dedicada e de qualidade, como a que hoje atua no Jardim Botânico de Brasília.

Todo esse processo de construção da gestão do JBB possibilitou que a atual equipe, apesar de reduzida, mostrasse uma enorme capacidade de superação às adversidades, pois tem conseguido cumprir com qualidade a missão técnica-institucional, manter os espaços em excelentes condições para uso público, bem como a manutenção operacional das edificações e demais estruturas.

Possibilitou também a consolidação dos objetivos previstos no plano plurianual, que de maneira responsável ampliou as opções de uso para os visitantes, pesquisadores, atendimento escolar e público dos diversos órgãos de governo que têm hoje estes espaços como opção para reuniões de planejamento, seminários, workshop e eventos corporativos.

A boa comunicação e a parceria firmada junto aos órgãos do Governo viabilizaram as demandas, possibilitou o bom desempenho da equipe de trabalho e o sucesso da atual gestão.

Para que este trabalho possa ter continuidade com a qualidade esperada é fundamental a consolidação institucional de forma a evitar a descontinuidade dos projetos em andamento e a manutenção da linha de atuação dos mesmos.

Para tanto, significa considerar a estrutura existente, para manter o foco nas ações já desenvolvidas, bem como nas em andamento. Neste sentido torna-se imprescindível a permanência da equipe técnica de trabalho que vem sendo aprimorada ao longo desses últimos anos, bem como o fortalecimento institucional com aumento orçamentário e ampliação do quadro permanente de profissionais da instituição.

SER. PAT. 00005 / 15-Folha Nº 002995 verso
Paula

Relatório Anual de Atividades – SLU – 2014

14.2. SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – SLU – UO 21.203

O Serviço de Limpeza Urbana - SLU, criado pelo Decreto nº 76, de 03 de agosto de 1961, transformado em entidade autárquica do Distrito Federal nos termos da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, com denominação estabelecida pela Lei nº 706, de 13 de maio de 1994, é vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, nos termos da Lei nº 5.275, de 24 de dezembro de 2013, publicada no DODF de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências.

O artigo 2º da supracitada Lei, estabelece que o SLU tem como missão promover o gerenciamento dos serviços de limpeza pública, contribuindo para a qualidade de vida da população com sustentabilidade ambiental.

Na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, respeitados os princípios constitucionais que regem a administração pública, o SLU deve observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

O SLU tem por finalidade a gestão da limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos de que tratam as Leis Federais nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, suas alterações e seus regulamentos, no Distrito Federal e nos municípios com os quais o Governo do Distrito Federal mantenha, para o mesmo fim, contratos e termos correlatos, compreendendo a gestão das atividades relacionadas a:

- I – coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos domiciliares e dos provenientes de sistema de coleta seletiva;
- II – varrição e limpeza de logradouros e de vias públicas, incluídas as atividades de remoção e transporte dos resíduos sólidos produzidos;
- III – coleta e remoção de resíduos sólidos urbanos, de resíduos volumosos da construção civil e de eletrônicos e correlatos entregues nas áreas sob sua competência e os lançados em vias e logradouros públicos;
- IV – operação e manutenção de usinas e instalações destinadas à triagem e compostagem, incluindo transporte, tratamento e destinação final dos rejeitos;
- V – demais atividades relacionadas ao cumprimento das diretrizes de que tratam os dispositivos relacionados aos resíduos sólidos constantes da legislação vigente.

Compete ao SLU:

- I – promover a gestão e a operação da limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;
- II – exercer, em caráter privativo, a gestão do planejamento e da execução das atividades públicas de interesse comum relacionadas aos resíduos sólidos no Distrito Federal;
- III – organizar e prestar, direta ou indiretamente, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal, podendo tais atividades serem executadas mediante contrato de gestão ou concessão de serviço público;
- IV – implementar e executar as políticas e diretrizes nacionais e distritais dos resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;
- V – supervisionar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza urbana do Distrito Federal;
- VI – supervisionar, controlar e fiscalizar a destinação final sanitária do lixo coletado;
- VII – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de resíduos sólidos relacionadas com suas atribuições;
- VIII – praticar atos relativos a licitações, contratos e convênios relativos ao desenvolvimento de suas atividades;
- IX – estabelecer, em conjunto com os órgãos reguladores, fiscalizadores e ambientais do Distrito Federal, as respectivas diretrizes para a fiscalização ostensiva da disposição dos resíduos sólidos urbanos;
- X – promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais;
- XI – elaborar e executar atos relativos à sua proposta orçamentária e financeira para a execução de suas atividades;
- XII – adquirir, alienar, arrendar, alugar e administrar seus bens e direitos;
- XIII – desempenhar outras atividades relacionadas à política de resíduos sólidos do Distrito Federal.

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 0029% *Bete*

Relatório Anual de Atividades – SLU – 2014

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	47	421	53	96	617
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	31	-	-	-	31
Requisitados	Órgãos do GDF	05	-	-	05
	Órgãos do Governo Federal	01	-	-	01
Outros	Junta de Controle	05	-	-	05
	Estagiários	-	25	-	25
	Terceirizados (ICEP)	-	53	-	53
Subtotal (Força de Trabalho)	89	499	53	96	737
(+) Cedidos para outros órgãos	-	18	-	-	18
Total Geral	89	517	53	96	755

Obs.: Posição em 31/12/2014.

O quadro abaixo mostra a série histórica do quantitativo de servidores e da força de trabalho do SLU. Com relação aos dados de dezembro de 2013 e dezembro de 2014, o SLU apresentou redução do seu quadro de funcionários de 51,29%.

Série histórica da força de trabalho

Ano	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
2008	78	1.242	88	1.100	2.508
2009	88	1.193	87	1.062	2.430
2010	134	861	114	1.151	2.260
2011	86	825	66	1.170	2.147
2012	93	779	83	1.084	2.039
2013	78	445	93	897	1.513
2014	89	517	53	96	755

Recentemente a Lei 5.276, de 24 de dezembro de 2013, publicada no DODF de 27/12/2013, página 5, extinguiu a carreira Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos a partir de 1º de janeiro de 2014, passando os servidores do SLU/DF a integrar, a partir de 01/01/2014, a carreira "Políticas Públicas e Gestão Governamental do DF". Desta forma, houve maior flexibilidade na transferência de servidores de apoio e administrativos do SLU para outros órgãos. Nesse processo de reestrutura a Autarquia distribuiu servidores para outros Órgãos do Governo do Distrito Federal, possibilitando a diminuição da carência de pessoal nestes órgãos. Consequentemente reduziu a folha de pagamento além de diminuir horas-extras, adicionais noturnos e auxílio-transporte. Para recompor os quadros do SLU com servidores qualificados, principalmente nas áreas de tecnologia e engenharia, foi solicitada a contratação por meio de concurso público.

Os serviços de coleta seletiva de resíduos recicláveis passaram a ser realizados, em sua integralidade, por funcionários e veículos terceirizados, a partir de 17 de fevereiro de 2014, por meio dos contratos nºs 15, 16, 17 e 18/2013, em 4 lotes de serviços, inclusive nas áreas rurais.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO

PROGRAMA TEMÁTICO: 6212 – RESÍDUOS SÓLIDOS

OBJETIVO GERAL: Implementar gestão integrada dos resíduos gerados pela população conforme preconiza o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, orientando o desenvolvimento do sistema de limpeza pública e estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento sustentável.

Relatório Anual de Atividades – SLU – 2014

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1732 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO	9.400	800.000	0	0
1733 - RECUPERAÇÃO DAS USINAS DE TRATAMENTO	9.400	0	0	0
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	190.451.518	242.070.187	241.933.687	240.801.318
6117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	190.451.518	242.070.187	241.933.687	240.801.318
3001 - ENCERRAMENTO E RECUPERAÇÃO DO ATERRO DO JÓQUEI	4.700	0	0	0
3002 - IMPLANTAÇÃO DE ECOPONTOS	838.182	0	0	0
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	4.909.091	2.259.134	2.166.497	1.784.949
0002 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	4.909.091	2.259.134	2.166.497	1.784.949
3099 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATT'S	818.182	0	0	0
3101 - CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO	24.545.455	8.257.748	2.897.530	2.897.530
0002 - CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO--SAMAMBAIA	24.545.455	8.257.748	2.897.530	2.897.530
3111 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DA USINA DE INCINERAÇÃO DE LIXO ESPECIAL - OLÉ	9.400	0	0	0
4110 - EXPANSÃO DA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	8.942.867	7.737.303	7.737.302	7.737.302
0001 - EXPANSÃO DA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	8.942.867	7.737.303	7.737.302	7.737.302
TOTAL DO PROGRAMA 6212	230.538.195	261.124.372	254.735.017	253.221.099

Objetivo Específico: 001 – Implementar gestão integrada dos resíduos gerados pela população conforme preconiza o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, orientando o desenvolvimento do sistema de limpeza pública e estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento sustentável.

Indicadores

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
783 Índice de tratamento de resíduos domiciliares e comerciais	%	13,2	28/02/2011	Anual	Desejado	14	16	10	10	SLU
					Alcançado	18,53	22,84	8,53	-	
784 Índice de redução de aterramento de resíduos domiciliares	%	4	28/02/2011	Anual	Desejado	96	6	8	10	SLU
					Alcançado	0,78	2,92	3,33	-	
786 Índice de participação da coleta seletiva em relação à coleta normal	%	1,9	28/02/2011	Anual	Desejado	4	6	7	12	SLU
					Alcançado	1,60	1,6	5,75	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Indicadores

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
783 Índice de tratamento de resíduos domiciliares e comerciais	%	13,2	28/02/2011	Anual	Desejado	14	16	10	10	SLU
					Alcançado	18,53	7,86	8,53	-	
786 Índice de participação da coleta seletiva em relação à coleta normal	%	1,9	28/02/2011	Anual	Desejado	4	6	7	12	SLU
					Alcançado	1,60	0,90	5,75	-	

Os indicadores de desempenho propostos, conforme fórmulas abaixo, estabelecem metas para o ano 2014, considerando a construção de Centros de Triagem e a implantação de Ecopontos, como também no aumento das quantidades de resíduos tratados, em relação aos resíduos coletados, situação que ficou prejudicada

Relatório Anual de Atividades – SLU – 2014

pelo andamento dos processos de contratação, pela indefinição de áreas aptas à instalação destes equipamentos públicos, neste último caso, sob coordenação da Casa Civil junto às Administrações Regionais, e participação da TERRACAP e SEMARH, via IBRAM. Não houve execução orçamentária/financeira no Programa “Implantação de Ecopontos”.

A construção de Centros de Triagem de Materiais Recicláveis - CTMR teve início em meados do mês de maio de 2014. O CTMR localizado na área da Usina de Tratamento de Lixo da Ceilândia está com toda a fundação e baldrame concluídos, e em fase de colocação dos pilares, vigas e lajes do galpão pré-moldado, como também da construção dos acessos externos. O CTMR localizado na área da Usina da Asa Sul está concluindo a fundação para recebimento do galpão pré-moldado, e iniciando a construção da rede de águas pluviais. O CTMR localizado na área do Núcleo Regional de Limpeza Norte está com a fundação e a rede de águas pluviais em execução e, o CTMR localizado na área do Núcleo Regional de Limpeza do Gama ainda não começou as obras. Houve atrasos no início da construção destes CTMR's devido às adequações necessárias nos projetos executivos. Os registros fotográficos abaixo mostram a situação dos Centros de Triagem de Materiais Recicláveis.

Centro de Triagem de Materiais Recicláveis da Usina do P- Sul



O indicador 783 - “Índice de tratamento de resíduos domiciliares”, foi questionado pela Secretaria de Transparência e Controle – STC, quando não considerou os rejeitos do tratamento como parte integrante do tratamento, apenas o que foi realmente tratado ou aproveitado, ou seja, com produção de materiais recicláveis ou composto orgânico. Desta forma foi necessário alterar os índices anteriormente calculados/projetados. Conforme fórmula abaixo, o indicador atingiu o seguinte valor até 31 de dezembro de 2014:

$$I 783 = \frac{\text{Resíduos tratados em unidades operacionais do SLU (t)}}{\text{Resíduos domiciliares coletados (t)}} = \frac{72.103}{844.186} = 8,53\%$$

Portanto, abaixo das previsões oferecidas, de 10% no 3º ano (2014) do PPA 2012-2015. Não houve interrupções expressivas no funcionamento das linhas de produção das usinas, apesar da Usina da Asa Sul necessitar de reparos corretivos, em virtude do sucateamento de 2 linhas de produção, das 4 linhas existentes. Não houve o início de tratamento de resíduos domiciliares nos Centros de Triagem de materiais recicláveis previstos para entrar em operação no ano 2014.

O indicador 784 – “Índice de redução de aterramento de resíduos domiciliares”, conforme fórmula abaixo atingiu o seguinte valor:

$$I 784 = \frac{\text{Resíduos domiciliares coletados} - \text{Resíduos domiciliares aterrados (t)}}{\text{Resíduos domiciliares coletados (t)}} = \frac{28.097}{844.186} = 3,33\%$$

Entre os resíduos aterrados constam nos relatórios operacionais resíduos não domiciliares, no caso gorduras (845,82 toneladas), animais mortos coletados em vias públicas (248,06 toneladas), lodos de esgoto provenientes das unidades de tratamento da Caesb (1.194,14 toneladas), e outros resíduos não coletados pelo SLU considerados “lixo extra” (23.815,08 toneladas), resíduos estes que foram excluídos do quantitativo de resíduos domiciliares aterrados pelo SLU.

Relatório Anual de Atividades – SLU – 2014

Portanto, o resultado ficou abaixo das previsões oferecidas, de 8%, no 3º ano (2014). O aumento da quantidade de convênios com as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis com o SLU também permite melhor desempenho deste indicador, desde que locais apropriados ao desenvolvimento das atividades de triagem de materiais sejam criados / construídos. O SLU conta com a utilização de outras bases operacionais (Núcleos Regionais de Limpeza) para a construção de Centros de Triagem, caso outras áreas não sejam disponibilizadas pela TERRACAP ou Casa Civil. No momento, estão sendo construídos Centros de Triagem de Materiais Recicláveis nos seguintes locais: Usina de Tratamento de Ceilândia – UCTL, Usina de Tratamento da Asa Sul – UTL, Núcleo Regional de Limpeza do Gama – NUGAM e Núcleo Regional de Limpeza Norte – NUNOR, obras em construção, exceto o Centro de Triagem do Gama, que paralisou o início das obras.

O indicador I 786 – “Índice de participação da coleta seletiva em relação à coleta normal”, conforme fórmula abaixo atingiu o seguinte valor:

$$I 786 = \frac{\text{Resíduos coletados (coleta seletiva) (em t)}}{\text{Resíduos coletados (coleta normal) (em t)}} = \frac{48.586}{844.186} = 5,75\%$$

A expansão da coleta seletiva em todo o DF, oriunda do processo de licitação concluído em 2014, teve início em 17 de fevereiro de 2014. Os resíduos coletados são 100% encaminhados para as cooperativas do DF, havendo melhoria significativa na qualidade dos resíduos recebidos pelas cooperativas, face campanha publicitária em rede de TV, rádios, em locais de grande circulação e a entrega de um milhão de panfletos porta a porta. No site do SLU é informado o dia e a hora da coleta seletiva a todos os bairros do DF. O índice de 7% almejado no ano 2014 não foi alcançado pelas empresas contratadas, devendo as campanhas educativas manter o incentivo a estas iniciativas e atitudes.

2. OUTRAS REALIZAÇÕES

PROGRAMA: 6006 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	94.000	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	129.998	154.998	144.330	133.759
0006 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	129.998	154.998	144.330	133.759
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	106.001.671	105.172.955	86.240.439	86.240.439
8740 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	106.001.671	105.172.955	86.240.439	86.240.439
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	16.259.620	9.226.445	9.226.444	9.226.444
9566 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	16.259.620	9.226.445	9.226.444	9.226.444
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	780.872	160.334	160.333	160.333
8697 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	75.872	139.080	139.080	139.080
8698 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	705.000	21.254	21.253	21.253
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2.715.700	4.258.611	3.955.907	3.955.224
9657 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	2.715.700	4.258.611	3.955.907	3.955.224
TOTAL DO PROGRAMA 6006	125.981.861	118.973.343	99.727.453	99.716.199

O SLU, ao final do mês de dezembro do exercício 2014, remunerou 640 servidores ativos de sua força de trabalho, 65,54% a menos em relação ao final do ano 2013, refletindo, no período, a redução de servidores do quadro permanente. Este percentual foi maior do que o verificado no exercício 2013, que registrou redução de 25,80% de servidores ativos no quadro permanente, devido à transferência de vários servidores para outros órgãos da esfera administrativa do GDF.

Relatório Anual de Atividades – SLU – 2014

Neste exercício 2014, o SLU utilizou o orçamento destinado à manutenção dos serviços administrativos gerais pagando despesas da Sede e dos Núcleos Regionais de Limpeza relativas às contas de água, luz, telefone, aluguel, condomínios, assinaturas de jornais, DODF, material de expediente, limpeza, copa e cozinha, material de construção, locação de máquinas de reprografia, manutenção de aparelhos de ar-condicionado, informática, central telefônica e fax, serviços de dedetização, além do pagamento de jetons de membros da junta de controle, pagamento de estagiários e servidores do Instituto, Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil – ICEP. Como materiais permanentes foram adquiridos: 30 (trinta) bebedouros refrigerados de pressão, 01 nobreak de 700 VA e 02 hard disk.

A concessão de benefícios aos servidores do SLU acompanha a redução gradual do quantitativo de servidores do quadro permanente. Em dezembro do ano 2014, foram concedidos 759 benefícios (auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio natalidade e auxílio funeral) em detrimento de 3.632 benefícios concedidos em outubro de 2013, ou seja, 79,10% a menos que no mesmo mês do ano 2013.

A publicidade e propaganda institucional do SLU foi destinada para divulgar os atos administrativos gerados no SLU e publicados regularmente no DODF. Nos casos dos processos licitatórios, no ano 2014, a publicação no DODF indicou o site do SLU para o detalhamento de informações e dos projetos básicos. Houve redução de 11,37% com gastos nesta rubrica, em relação ao ano 2013. As demandas de publicidade de utilidade pública do SLU foram realizadas pela própria autarquia, com gastos pouco significativos até dezembro, que envolveram publicação de matérias em jornais de grande circulação, entre as quais avisos de licitação, avisos de pregão presencial e eletrônico, entre outras matérias.

Estão sendo feitos investimentos para a área de modernização no ambiente tecnológico do SLU/DF. Com a implementação de novos softwares, a gestão da prestação dos serviços será de forma automatizada, desde o monitoramento da execução dos serviços até o seu efetivo pagamento, bem como no caso de eventuais penalidades na falta da execução ou parte dos serviços.

Para a execução destas ações, foi elaborado e publicado no DODF nº 60, de 25 de março de 2014 o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI do SLU/DF, que determina as ações nesta área para o biênio 2014/2015.

Considerando a situação atual do parque tecnológico do SLU, com deficiências na gestão e controle de serviços de forma automatizada, observa-se a seguinte situação no modelo de gestão do SLU/DF:

- ambiente de TI com estruturação básica, sem documentação ou padronização;
- escassa automação dos processos;
- sistemas com baixa integração, funcionando de forma isolada e não necessariamente alinhada aos objetivos da organização;
- alinhamento dos sistemas de recursos humanos a colaborações, aprendizado e mudança;
- relatórios gerenciais escassos ou inexistentes, com ausência definida de padrões ou formato para os mesmos;
- inexistência de histórico das informações e forma padronizada e automatizada.

Como área estratégica para o SLU/DF, evidencia-se que a execução do planejamento definido neste PDTI auxiliará no alcance dos objetivos institucionais definidos no plano estratégico, quais sejam:

- buscar novas tecnologias na gestão dos resíduos sólidos, considerando sua viabilidade econômica;
- atingir excelência na gestão dos contratos de terceiros;
- buscar excelência no monitoramento dos serviços com práticas de melhoria contínua;
- desenvolver políticas internas de recursos humanos para motivar e valorizar os profissionais do SLU/DF;
- fortalecer as práticas de comunicação interna e externa com foco nas diretrizes estratégicas do SLU/DF;
- atualizar o parque computacional do SLU, infraestrutura e sistemas;
- buscar soluções de software livre ou público, com objetivo de redução de custos;
- manter histórico em backup's das informações;
- padronizar as informações em banco de dados corporativo, com maior confiabilidade nas informações.

No orçamento do SLU, as operações especiais envolveram gastos com a formação do patrimônio do servidor público - PASEP, execução de sentenças judiciais, com o pagamento de requisições de pequeno valor – RPV, e o pagamento de indenizações, requisição de servidores e licença-prêmio em pecúnia, totalizando o valor liquidado ao final do exercício em R\$ 7.877.526,12.

Devido às medições do mês de dezembro, vários serviços de limpeza pública devem ser pagos por reconhecimento de dívida de exercícios anteriores, situação que atingiu o valor de R\$ 80.132.831,54.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O SLU desenvolveu ações de educação ambiental, por meio de apresentação de peça teatral com o Grupo “Defensores do Planeta”, com abordagens sobre o acondicionamento, reutilização e reciclagem de resíduos. Desde sua criação, no ano 2006, o grupo realizou apresentações em mais de 254 escolas entre outras entidades, para um público de 122.165 espectadores, sendo que no ano 2014 foram realizadas poucas apresentações, devido este Grupo fazer parte do antigo quadro de orientadores. O grupo de teatro está temporariamente suspenso para reformulação do conteúdo das apresentações, por meio de parcerias e contratação de profissionais da área.

Uma das atividades que não constam nos relatórios operacionais, mas são bastante efetivas, são as participações conjuntas do SLU com outros órgãos da esfera do GDF na remoção de invasores de áreas públicas, na limpeza da orla do Lago Paranoá e a participação em mutirões. A participação envolve a remoção de entulhos decorrentes da derrubada de barracos e a limpeza da área invadida, no 1º caso, como também o recolhimento de detritos diversos às margens do Lago e nas Regiões Administrativas.

Tais atividades ocorrem conforme a necessidade e o pedido de participação na ação conjunta, como na Operação Cidade Limpa, uma força-tarefa de limpeza e manutenção de serviços para desobstruir bocas de lobo, retirar entulhos das ruas e de áreas verdes, pintar meio fios, melhorar a iluminação pública, realizar a poda de árvores entre outras ações concentradas na Região Administrativa.

Na retirada de invasões, participam da operação a Seops, Agefis, Polícia Militar, SLU (Serviço de Limpeza Urbana), CEB (Companhia Energética de Brasília), SPU (Secretaria de Patrimônio da União), TERRACAP (Agência de Desenvolvimento do DF) e Caesb (Companhia de Saneamento Ambiental do DF).

Os governos de Goiás e do Distrito Federal assinaram contrato para o Consórcio Público de Manejo de Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e de Goiás (Corsap), o primeiro entre estados brasileiros para elaborar um plano de gerenciamento de resíduos sólidos. O acordo celebrado prevê a elaboração de uma política integrada para o gerenciamento dos resíduos sólidos além de ajudar os municípios menores que não teriam condições de atender às exigências impostas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê o fim dos lixões nas cidades brasileiras até 2014. O consórcio tem por objetivo promover a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos na região, viabilizando a coleta seletiva, a reciclagem e a destinação final dos resíduos não reciclados. A lei federal, sob o título de Política Nacional de Resíduos Sólidos, em vigor desde 02/08/2010, determina também que as cidades apresentem planos de gestão para receber recursos do governo federal. A partir da assinatura do Contrato, a prioridade dos entes envolvidos será definir o Plano Regional de Resíduos Sólidos e erradicar os vários lixões e locais de despejo clandestino da região. O consórcio será responsável pela gestão associada dos serviços públicos de resíduos sólidos e de águas pluviais do DF e de outros 20 municípios que integram o Corsap. São eles: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício.

O trabalho executado pelas associações de catadores de materiais recicláveis nas unidades operacionais do SLU acarreta a retirada de resíduos recicláveis que são comercializados pelas associações de catadores, como também melhora a qualidade do composto orgânico utilizado pelos produtores rurais do DF e entorno, escolas e órgãos públicos do DF (Novacap). A produção de composto orgânico oriunda das usinas de tratamento da Asa Sul e da Ceilândia atingiu o quantitativo de 54.054 toneladas de janeiro a dezembro de 2014, 10,12% superior ao registrado no ano 2013.

Foi publicado no DODF nº 251, de 01/12/2014, a Lei nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre a Política de Resíduos Sólidos do DF, visando ao controle da poluição e da contaminação, bem como a minimização de seus impactos ambientais.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Capital Brasília, face seu desenvolvimento social e econômico observado nos últimos anos, não acompanhou as mudanças no que se referia à coleta e tratamento dos resíduos sólidos urbanos. O SLU passou por sucateamento e dificuldades no controle dos serviços prestados, constatada por trabalho de consultoria, além de auditorias da Secretaria de Transparência e Controle. Foi então apresentada uma proposta de modelo de gestão para adaptar a Autarquia SLU às mudanças, passando de executor de serviços para gestor de políticas de resíduos sólidos. O GDF, em 27 de dezembro de 2013, acatou a proposta e publicou a Lei nº 5.275, que deu nova estrutura administrativa e organizacional ao SLU, e a Lei nº 5.276, que reestruturou a carreira dos servidores do SLU.

Relatório Anual de Atividades – SLU – 2014

Paralelamente à reestruturação verificada foram definidas macro-ações como: a construção do primeiro Aterro Sanitário do DF, a expansão da coleta seletiva, a construção de Centros de Triagem de Materiais Recicláveis, a extinção de irregularidades nos contratos de prestação de serviços. Além disso, o SLU tem implementado ações inovadoras, como o sistema de contêineres semi-enterrados, que diminui o nº de contêineres nas ruas, e o projeto de Modernização Tecnológica, que trará melhor controle e monitoramento dos serviços de limpeza prestados ao cidadão.

No exercício 2014, 2 empresas prestaram serviços de manutenção das atividades de limpeza pública, divididos em 3 lotes de serviços, conforme as Regiões Administrativas e localidades onde foram realizados os serviços. Trata-se de contratos com rotinas fixadas, trechos predeterminados geridos por apontadores das empresas orientados por encarregados e chefes dos Núcleos Regionais de Limpeza do SLU. Com uma fiscalização mais rígida, os planos de coleta e de varrição aprovados pelos setores operacionais do SLU foram praticados com a frequência preestabelecida, buscando-se os ajustes nos custos contratuais quando, eventualmente, ocorreram problemas operacionais. A figura abaixo ilustra aproximadamente a área de abrangência dos lotes de serviços.

LOTES DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2007 - CEL/SLU



50.000 3095 7-65
 1/5-Folha Nº 002997 Versão 2.0
 15-06-2014

Além dos 3 lotes de serviços citados, no ano 2014 o SLU recorreu a outros dois contratos de serviços de limpeza pública, um para a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos infectantes de estabelecimentos públicos de serviços de saúde e outro para a operação do Aterro do Jóquei. Todos os contratos citados acima sofreram reajustamento de preços, por meio da repactuação dos contratos, com aumentos a partir de 1º de maio face à convenção coletiva do sindicato representativo da classe de trabalhadores, relativos ao reajustamento dos salários normativos da categoria em 25%, que veio a onerar em demasia o valor dos serviços com uso intensivo de mão de obra. Posteriormente, a partir de 1º de julho, nova repactuação dos contratos foi calculada, com base no aumento de outros itens dos serviços contratados, como os combustíveis, equipamentos e utensílios, entre outros. Estima-se que 96% da população do Distrito Federal seja atendida com o serviço de coleta.

O contrato objetivando a atividade de transbordo, armazenamento temporário e triagem de resíduos da construção e demolição, em área de transbordo e triagem – ATT localizada às margens da rodovia distrital DF – 489 entre as cidades de Santa Maria e Gama nas proximidades da penitenciária feminina conhecida como Colméia foi suspenso, devido à expiração da Autorização Ambiental nº 28/2013, publicada no DODF nº 79, de 17/04/2013 concedida pelo IBRAM.

A etapa/subtítulo “Manutenção das Atividades de Limpeza Pública” é a que envolve os maiores dispêndios de recursos alocados, devido o pagamento das empresas terceirizadas que prestam serviços de limpeza urbana ao SLU, incluindo a coleta dos resíduos domiciliares e comerciais, coleta de entulhos diversos, coleta dos resíduos dos estabelecimentos públicos de serviços de saúde, varrição manual e mecanizada de vias e logradouros, operação das unidades de tratamento de resíduos, operação do aterro do Jóquei, coleta de animais mortos em vias públicas, operação da unidade de compostagem da Usina do P-Sul de Ceilândia, transferência e transbordo de resíduos, lavagem de vias, lavagem de monumentos públicos, pintura de meios-fios, catação de resíduos dispersos em áreas verdes, e execução de serviços diversos de limpeza pública. Em 2014, 66,74% do valor liquidado no orçamento do SLU foi utilizado para o pagamento dos contratos inseridos neste programa de trabalho.

Relatório Anual de Atividades – SLU – 2014

Devido ao encerramento dos contratos de prestação dos serviços de limpeza pública, previstos para abril e junho do ano 2015, foi publicado no DODF nº 274, de 31/12/2014, o Aviso da Licitação da Concorrência Pública nº 01/2014, que tem como objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos orgânicos e recicláveis nas áreas urbanas e rurais do DF, serviços de varrição de vias e logradouros (manual, mecanizado e de grandes áreas) e serviços complementares (limpeza e lavagem de vias, monumentos e bens públicos, pintura e frisagem de meio-fio, catação de materiais recicláveis e remoção de animais mortos) distribuídos em 4 (quatro) lotes distintos.

Foram instaladas balanças rodoviárias nos Núcleos Regionais de Limpeza de Sobradinho e do Gama, como também no Aterro do Jóquei, descongestionando o tráfego de caminhões, e facilitando o controle da pesagem de resíduos transportados. Novas balanças rodoviárias com as respectivas impressoras de aferição de pesagem serão instaladas no novo Aterro Sanitário de Samambaia, em construção, como também no Núcleo Regional de Limpeza de Brazlândia – NUBRA, conforme o Contrato nº 014/2013. As etapas/Subtítulos “Construção de Unidades de Transbordo”, “Recuperação das Usinas de Tratamento”, “Encerramento e recuperação do Aterro do Jóquei”, “Implantação de Ecopontos”, “Construção de áreas de transbordo e triagem – ATT’s” e “Recuperação ambiental da área da Usina de Incineração e Lixo Especial – Ceilândia” não tiveram execução financeira, embora os trâmites processuais realizados nos programas previstos. Houve contingenciamento, e posterior cancelamento de recursos orçamentários por parte da Secretaria de Planejamento. O estabelecimento de teto orçamentário, insuficiente para atender o valor previsto nos projetos, a indefinição sobre as áreas para instalação de equipamentos públicos, os diversos questionamentos sobre as planilhas orçamentárias nos projetos básicos das licitações pelos Órgãos de controle externo e interno, os recursos interpostos pelas empresas participantes dos certames licitatórios, foram entraves para um melhor desenvolvimento dos projetos propostos pela direção técnica do SLU. Algumas ações estão sendo desenvolvidas paralelamente pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ficando o SLU subordinado às decisões a serem emanadas pela administração direta e pela Casa Civil.

O Conselho de Administração do Fundo Único do Meio Ambiente do DF propôs a Resolução nº 2, de 03 de novembro de 2014, publicada no DODF nº 251, de 01/12/2014, que resolve aprovar o apoio financeiro ao Projeto denominado “Regularização urbanística de áreas para a criação de unidades imobiliárias destinadas a recebimento, triagem e reciclagem de resíduos de construção e demolição civil – ATTR”. Com a criação destas unidades, a população do DF terá local apropriado a dar destinação final aos resíduos da construção civil, impedindo a poluição de áreas ambientais preservadas.

O encerramento e recuperação do aterro do Jóquei está condicionado à construção do aterro sanitário de Samambaia, também denominado Aterro Oeste. A Concorrência nº 01/2013 – CPL/SLU, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, operação e manutenção do Aterro Sanitário Oeste, localizado na Região Administrativa de Samambaia, compreendendo, dentre outras, as atividades de aterramento, espalhamento, compactação e cobertura dos resíduos sólidos em quantidade média mensal estimada de 68.000 toneladas e confecção do projeto executivo da Etapa 2, já foi homologada para a empresa vencedora, o contrato nº 015/2014 já foi assinado, e a empresa está desenvolvendo os trabalhos preparativos para início de operação do Aterro Oeste.

Foram firmados convênios entre o SLU e a Novacap, como também entre o SLU e a Caesb, para a construção do aterro sanitário Oeste, sendo com a Novacap com a finalidade de construção do sistema viário interno, drenagem pluvial do acesso perimetral, pavimentação asfáltica e meio-fio da via de acesso de serviço, instalações prediais e execução de sondagem, bem como a elaboração de projetos executivos de edificação; e com a Caesb com a finalidade de elaboração de projeto executivo da estação elevatória, linha de recalque e estação de pré-tratamento de chorume. No ano 2014, houve execução financeira apenas no Convênio SLU/Novacap nº 03/2012, e o desenvolvimento dos projetos relacionados à drenagem pluvial, pavimentação e sinalização.

Os registros fotográficos abaixo mostram a situação do Aterro Sanitário Oeste.

Beta
SLU PROC 00003 /15-Folha Nº 003000

Foto 1: Placa de identificação da obra



Foto 2: Imagem de satélite do local



Foto 3: Construção das vias internas de acesso



SCL 9900 00000 00000 00000 00000
 43-Folha Nº 000000 verso
Paula

Relatório Anual de Atividades – SLU – 2014

Foto 4: Construção da drenagem pluvial



Para a recuperação ambiental da área da usina de incineração da Ceilândia, foi contratada no final do ano 2012 empresa para realizar o plano de recuperação da área degradada – PRAD, que foi entregue (produto final) em janeiro/2013. O PRAD foi submetido à apreciação do IBRAM que deu aval, no final do ano 2013, para a realização dos trabalhos. A empresa que operava a usina de incineração realizou, sem custos ao SLU, o desmonte das estruturas metálicas contaminadas e corroídas, dando também destino final a estas estruturas, porém a área em torno da usina de incineração carece de ações de recuperação ambiental, em conjunto com os atuais ocupantes, ainda não desenvolvidas.

As atividades operacionais executadas pelo SLU, em sua maioria por meio dos contratos de terceirização com empresas de prestação de serviços de limpeza pública, tiveram o seguinte desempenho, conforme quadro abaixo.

Série Histórica dos Quantitativos Alcançados na Execução dos Serviços

Atividade	Unidade	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Comparação 2014/2013 -%
Coleta dos resíduos domiciliares e comerciais	T	822.968	847.207	844.186	- 0,36%
Coleta, tratamento e destinação dos resíduos de serviços de saúde	T	3.045	3.150	2.800	- 11,11%
Coleta dos resíduos de remoção (coleta corretiva)	T	567.458	985.337	741.750	- 24,21%
Varrição manual de vias e logradouros públicos	Km	1.171.716	1.164.043	1.324.175	+ 13,76%
Varrição mecânica de vias e logradouros públicos	Km	47.295	31.230	34.741	+ 11,24%
Pintura de meios-fios	Km	7.340	8.735	8.159	- 6,59%
Lavagem abrigos de passageiros e passagem de pedestres	U	56.661	80.527	119.071	+ 47,86%
Catação de resíduos	Ha	216.520	192.453	190.573	- 0,98%
Resíduos processados em usinas de tratamento	T	152.456	193.477	220.456	+ 13,94%
Resíduos aterrados	T	816.594	822.438	856.571	+ 4,15%
Coleta de animais mortos	U	3.665	4.530	4.481	- 1,08%
Coleta seletiva	T	13.021	7.377	48.586	+ 558,61%

A coleta de resíduos domiciliares e comerciais apresentou decréscimo de 0,36% em relação ao mesmo período do ano 2013, com média de 70.348,86 ton/mês, ou cerca de 841 gramas/habitante/dia, para uma população estimada em 2.786.644 habitantes (PDAD – julho 2013), devido ao atendimento de novas áreas urbanas e ao aumento populacional, apesar das campanhas educativas quanto à redução e reutilização de materiais recicláveis veiculadas na mídia, seja pelo Governo Federal, seja pelo GDF. O decréscimo não foi significativo, face parte dos resíduos serem direcionados para o programa de coleta seletiva de materiais recicláveis, estendido para todo o DF.

O serviço está dividido em 3 lotes de atuação, conforme a região geográfica. Atualmente o Lote I compreende 52,25% da quantidade total coletada, o Lote II 29,90%, e o Lote III 17,85% da coleta total.

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003001 Bete

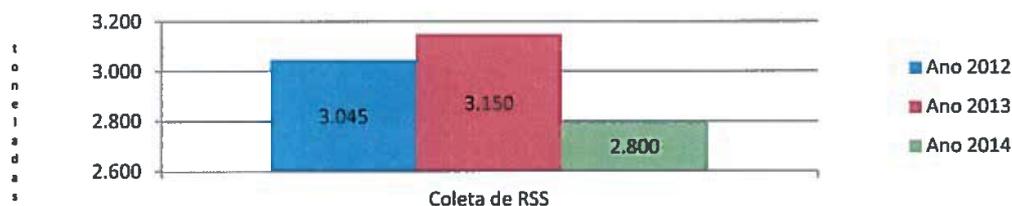
Relatório Anual de Atividades – SLU – 2014

Gráfico 1: Coleta de resíduos domiciliares e comerciais



A coleta de resíduos de serviços de saúde da rede pública apresentou resultado 11,11% inferior ao observado no ano 2013, com média de 233,34 t/mês, tendo em vista as orientações emanadas pela Secretaria de Saúde quanto à segregação dos resíduos infectantes gerados na rede pública de saúde, ajudando a reduzir os quantitativos coletados. Devido parte dos resíduos serem também autoclavados, o contrato para coleta, transporte, tratamento e destinação de serviços de saúde envolve o tratamento tanto por autoclavagem como por incineração.

Gráfico 2: Coleta de resíduos de saúde da rede pública

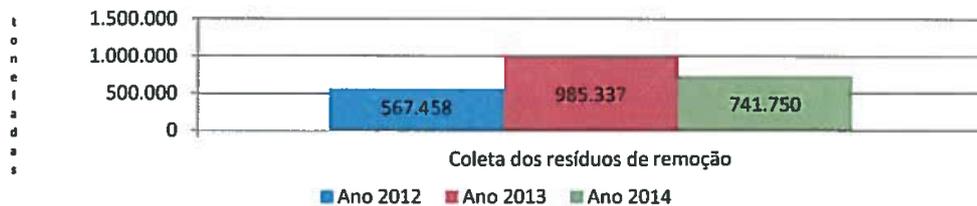


A coleta dos resíduos de remoção, aqui considerada como os resíduos depositados em áreas públicas e áreas de transbordo contendo entulhos diversos, apresentou resultado 24,21% inferior em relação ao mesmo período do ano 2013. Foi realizado melhor controle dos quantitativos transportados, e os serviços de remoção de entulhos acompanhou a execução das forças-tarefas em cada Região Administrativa, abrangendo a realização de vários serviços públicos e a atuação de outros órgãos da esfera administrativa do GDF, com relação ao mesmo tipo de serviço, ou seja, as Administrações Regionais participaram com recursos próprios na execução da remoção de entulhos.

Os resíduos de remoção são recebidos no Aterro do Jôquei sem custos diretos na sua destinação, apenas no aporte maior de tratores de esteiras utilizados para o espalhamento destes resíduos em vias de acesso e na conformação de taludes.

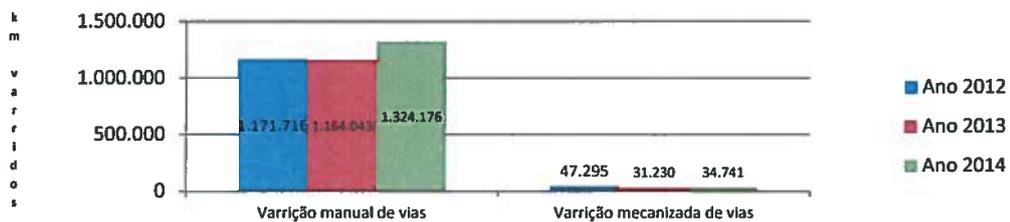
Nos últimos dois meses do ano 2014, este serviço sofreu drástica redução de execução, para adequar à decisão do Governo de economizar recursos para pagamento de outras prioridades, cabendo a cada Administração Regional a responsabilidade de recolher resíduos dispostos em áreas irregulares.

Gráfico 3: Coleta de resíduos de remoção



A varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos apresentou resultados superiores aos obtidos no mesmo período do ano 2013, de + 13,76% e + 11,24% respectivamente. Novos locais foram agregados aos trechos de varrição. A varrição manual é o serviço de limpeza que envolve os maiores gastos, devido ao maior contingente de funcionários para sua execução. No ano 2014 cerca de 35,43% de todos os recursos utilizados para pagamento das empresas contratadas foi utilizado para pagamento da varrição manual. A frequência de varrição é determinada conforme o trânsito de pessoas na localidade, variando de 2 vezes por semana a 3 vezes no mesmo dia. A colocação de lixeiras públicas contribui para a melhoria da limpeza no local e influencia a frequência da varrição, porém exige outros investimentos, tanto para a instalação das lixeiras como para a manutenção, haja visto serem estes equipamentos públicos danificados de forma proposital por algumas pessoas. O SLU não realiza a instalação de lixeiras públicas devido à iniciativa de outros órgãos do GDF, de forma pontual, em algumas localidades, e também pelo volume de recursos financeiros envolvidos.

Gráfico 4: Varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos



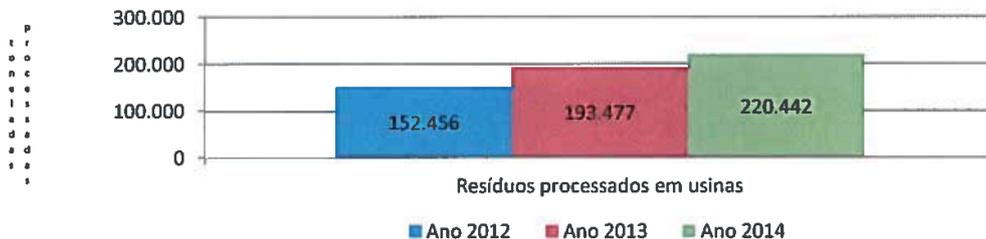
O processamento de resíduos nas usinas de tratamento operadas pelo SLU aumentou 13,94% em relação ao ano 2013.

A capacidade instalada e o tratamento de resíduos verificado estão no limite do atendimento. Com a expansão do programa de coleta seletiva, pretende-se encaminhar para as usinas de tratamento da Asa Sul e do Setor P-Sul na Ceilândia os resíduos orgânicos gerados pela população em maior proporção, aumentando a eficiência do tratamento com relação à produção de compostos orgânicos, para comercialização e doação aos produtores rurais do DF e entorno.

O mercado de resíduos recicláveis no DF contribui para estimular o trabalho executado pelos catadores de materiais recicláveis, que vem ocorrendo em algumas unidades operacionais do SLU, como nas duas unidades de tratamento (UCTL e UTL) e nos Núcleos Regionais onde ocorre a operação de transbordo de resíduos (Gama, Sobradinho, Asa Norte e Brazlândia).

SFL FROCC 00003 /15-Folha Nº 003002 Beta

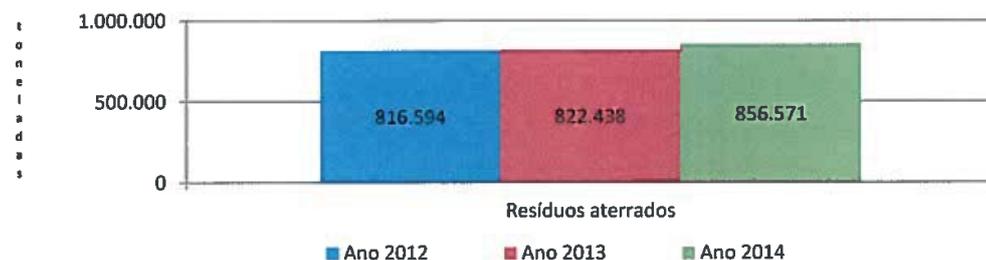
Gráfico 5: Resíduos processados em usinas operadas pelo SLU



Houve acréscimo (+ 4,15%) das quantidades aterradas de resíduos. Os quantitativos pagos envolvem outros tipos de resíduos como, lodos de esgoto provenientes da Caesb, gorduras, resíduos com características domiciliares coletados por terceiros e animais mortos coletados em vias públicas.

O encerramento das atividades de aterramento no Aterro do Jóquei, e início de operação do novo aterro sanitário, localizado na Região Administrativa de Samambaia estava previsto para meados do ano 2014, prazo que ficou estendido para o início do ano 2015, face à definição da Concorrência nº 01/2013 – CPL/SLU, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, operação e manutenção do Aterro Sanitário Oeste, localizado na Região Administrativa de Samambaia, e assinatura do contrato nº 015/2014 cuja empresa vencedora do certame está desenvolvendo os trabalhos preparativos para início de operação do Aterro Oeste.

Gráfico 6: Resíduos aterrados no Aterro do Jóquei



A execução de serviços complementares de limpeza pública apresentou, para alguns serviços, resultados superiores aos verificados no mesmo período do ano 2013, no caso, a lavagem de abrigo de passageiros e passagem de pedestres (+47,86%). A remoção de animais mortos em vias públicas (- 1,08%) e a pintura de meios-fios (-6,59%) foram serviços que tiveram desempenhos inferiores, e no caso da pintura devido ao tempo predominantemente chuvoso, no início do ano 2014. Estes serviços realçam a limpeza pública e são essenciais para evitar a poluição visual causada pelos detritos espalhados em áreas verdes, como também na melhor condição de dirigibilidade de veículos, no caso da pintura de meios-fios e coleta de animais mortos em vias públicas. Apenas a catação de papéis em áreas verdes apresentou resultado similar ao ano 2013, com -0,98 % de decréscimo nos quantitativos.

SP - 00005 /15-Folha Nº 003002 VERSÃO: *Paula*

Relatório Anual de Atividades – SLU – 2014

Gráfico 7: Coleta de animais mortos e lavagem de abrigos e passagem de pedestres

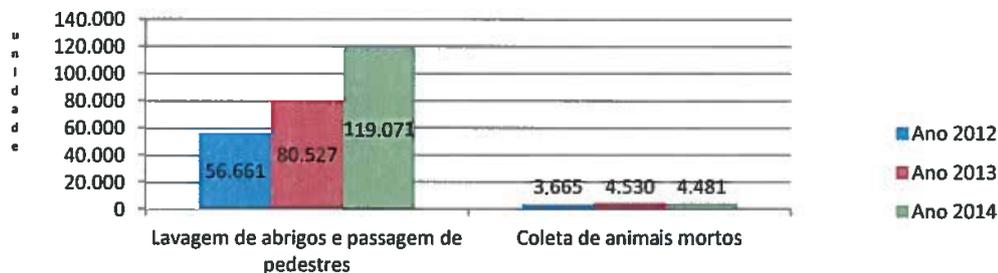


Gráfico 8: Pintura de meios fios

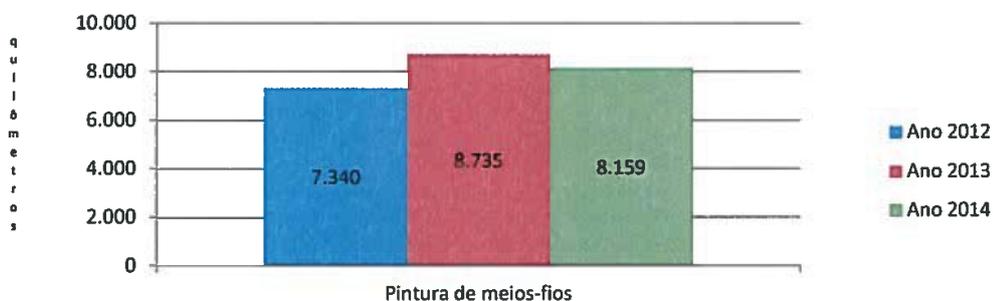
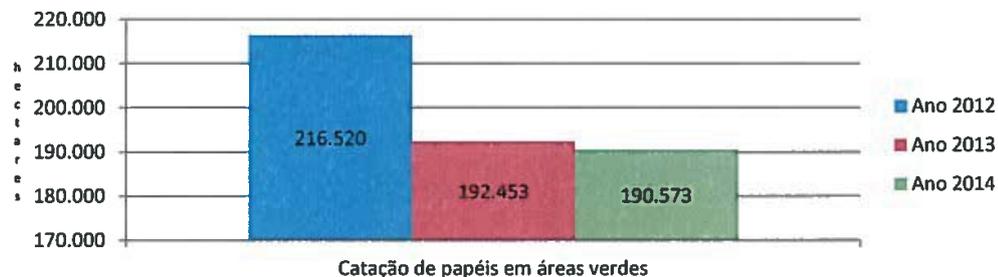


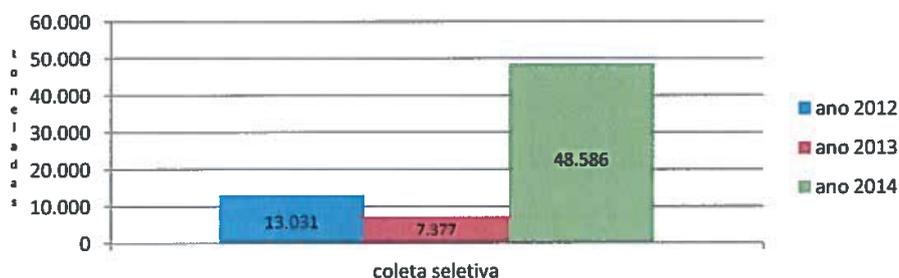
Gráfico 9: Catação de papéis em áreas verdes



A coleta seletiva de materiais recicláveis, que antes era executada pelo SLU a título de projeto piloto em algumas localidades, passou a ser executada por empresas contratadas pelo SLU em todo o Distrito Federal. Com isso o resultado do indicador obtido ficou abaixo das previsões oferecidas para o ano 2014 (7,00 %), embora os serviços contratados por meio da Concorrência nº 03/2012 – CPL/SLU, cujo objeto é a contratação de empresas especializadas para a realização da coleta de resíduos recicláveis nas áreas urbanas e rurais, divididas em 4 lotes no DF, tenha iniciado a partir de 17 de fevereiro de 2014. A adesão da população ao programa, a execução do serviço de coleta seletiva por algumas empresas concomitante a coleta normal por outras empresas, a campanha informativa sobre os horários e dias da coleta seletiva, foram aspectos que exigiram adaptações. Atualmente, o programa está em evolução, com quantitativos ascendentes de coleta, mês a mês. Em comparação ao mesmo período do ano 2013, ocorreu aumento de 558,61%, sendo todos os resíduos coletados encaminhados para cerca de 16 associações de catadores cadastradas no SLU.

Gráfico 10: Coleta Seletiva

Relatório Anual de Atividades – SLU – 2014



O Decreto nº 33.445, de 23 de dezembro de 2011, que aprova o Plano de Intervenção Técnico Político de Gestão dos Resíduos Sólidos no Distrito Federal, e que foi publicado no DODF ao final do exercício 2011 estabelece as ações de curto, médio e longo prazo a serem implantadas no âmbito do DF e entorno.

O DF conta, atualmente, com 5 ações de tratamento e destinação: o aterro do Jóquei, a Usina de Tratamento da L4 Sul - UTL, a Usina de Tratamento do setor P-Sul na Ceilândia – UCTL, a contratação de empresa particular e terceirizada que faz a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final incineração dos resíduos infectantes de serviços de estabelecimentos públicos de saúde, e a coleta seletiva de materiais recicláveis e seu encaminhamento para as cooperativas de triagem de materiais recicláveis, que contribuem para a diminuição de resíduos a serem aterrados, além da produção de composto orgânico destinado à agricultura.

Com a aprovação do Plano de Intervenção, o GDF propõe a implantação de um novo Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no DF, de forma a potencializar a redução, reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos; a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis; a compostagem e a valorização energética dos rejeitos oriundos dos processos de triagem; a disposição final em aterros sanitários como último recurso; a regulação técnica e econômica dos prestadores de serviços públicos de limpeza com manejo de resíduos sólidos urbanos.

O Plano de Intervenção citado envolve ações de reestruturação da infraestrutura de coleta, tratamento e destinação final nos seguintes campos de ação: Aterro Oeste; Centros de Triagem; Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção e Demolição – RCD – ATTR; Programa de Coleta Seletiva; Ecopontos; Postos de Entrega Voluntária; Unidades de Tratamento de Resíduos; Remediação do Aterro da Estrutural e Polo de Reciclagem.

SP - PNEC 00005

/15-FOLHA:

Nº 002003 VER SLD

Paula

Relatório Anual de Atividades – ADASA - 2014

14.3. AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 21.206

Em 16 de junho de 2004, pela lei nº 3.365, foi criada a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA, autarquia em regime especial com personalidade Jurídica de direito público, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Brasília e vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Todavia, a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, reestruturou a Agência, redefiniu a missão, ampliou competências e alterou sua denominação, passando a chamar-se Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA. Nos termos da Lei nº 4.285, o regime especial conferido à ADASA é caracterizado, sobretudo, por mandato fixo e não coincidente de seus diretores, independência decisória, diretoria organizada em forma de colegiado, instância administrativa final, salvo nos casos de delegação de competências de outros entes federados e ausência de subordinação hierárquica.

A finalidade básica da ADASA é a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos de competência originária do Distrito Federal, bem como daqueles realizados no âmbito geopolítico ou territorial do Distrito Federal que venham a ser delegados a ela por órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, em decorrência de legislação, convênio ou contrato.

De acordo com a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, são áreas de competência da Agência:

- I. Recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água;
- II. Saneamento básico, entendido como:
 - a. Abastecimento de água potável;
 - b. Esgotamento sanitário;
 - c. Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
 - d. Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
- III. Gás canalizado;
- IV. Mediante delegação de competência originária federal nas áreas de:
 - a. Energia elétrica;
 - b. Petróleo e derivados,
 - c. Biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes;
- I. E outras competências delegadas na forma da lei.

A missão da ADASA, estabelecida em seu planejamento estratégico 2012-2020 é: "Regular e promover a gestão sustentável dos recursos hídricos, a qualidade e universalização dos serviços públicos de energia e saneamento básico, em benefício da sociedade do Distrito Federal".

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total	
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão		
Efetivos (Quadro do GDF)	14	12	11	34	71	
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	19	00	10	00	29	
Requisitados	Órgãos do GDF	07	00	00	07	
	Órgãos Estaduais	00	00	00	00	
	Órgãos do Governo Federal	00	00	01	00	01
Outros	Estagiários	00	12		16	28
	Terceirizados (FUNAP)	00	03	00	00	03
Subtotal (Força de Trabalho)	40	27	22	50	139	
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	00	
Total Geral	40	27	22	50	139	

Relatório Anual de Atividades – ADASA - 2014

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO**PROGRAMA TEMÁTICO: 0150 – PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL**

OBJETIVO GERAL: Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1680 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA VILA ESTRUTURAL - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II	2.577.084	0	0	0
3052 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - " PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	12.590.056	0	0	0
5076 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	6.212.639	0	0	0
5098 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	34.998.333	0	0	0
5119 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	3.146.888	1.737.970	1.737.970	1.148.783
TOTAL DO PROGRAMA 0150	59.525.000	1.737.970	1.737.970	1.148.783

Objetivo Específico: 001 – Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
775 - Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	-	-	Anual	Desejado	100	-	-	-	PAD/BIRD/ADASA
					Alcançado	88	-	-	-	

Objetivo Específico: 002 – Contribuir para assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, especialmente das bacias do Paranoá e do Descoberto, melhorando as condições socioambientais e econômicas da população do Condomínio Pôr-do-Sol e parcialmente da Cidade Estrutural.

Indicadores:

Unidade de Medida	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1120 - Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	-	-	Anual	Desejado	-	30	50	75	Carta Consulta/ADASA
					Alcançado	-	0	-	-	
1121 - Fechamento do Aterro do Jóquei	%	-	-	Anual	Desejado	-	100	-	-	Carta Consulta/ADASA
					Alcançado	-	-	-	-	
1122 - Abertura do Aterro Sanitário	%	-	-	Anual	Desejado	-	100	-	-	Carta Consulta/ADASA
					Alcançado	-	-	-	-	

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

714

GP: PRCO: 000005 /15-Folha nº 000004 Versão: Paul

Relatório Anual de Atividades – ADASA - 2014

Em 2014 ocorreu a elaboração de documentos preparatórios para a contratação de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 150 milhões, visando a implementação do Programa Brasília Sustentável II, constando de carta consulta, perfil do projeto, detalhamento dos componentes e avaliações econômica, ambiental e social necessárias.

Foram executados e entregues os seguintes produtos: P2-Elaboração do Marco Legal de Reassentamento; P3-Plano de Reassentamento Involuntário; P4-Avaliação Financeira e Econômica; P9-TR para capacitação de catadores; P10-Relatório Ambiental e Relatório Consolidado/Plano Operativo Anual.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

OBJETIVO GERAL: Promover a melhoria da gestão pública em todas as suas dimensões, por meio da aplicação de técnicas modernas de administração, aliada à transparência fiscal, ao resgate da credibilidade no governo e à ampla participação social, sempre com foco no cidadão-cliente.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
3143 - IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS	95.000	95.000	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	5.676.182	1.530.784	27.900	27.900
6147 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO-DISTRITO FEDERAL	301.000	301.000	27.900	27.900
4136 - REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1.014.500	1.014.500	0	0
4163 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	2.716.500	2.317.600	1.864	1.864
0001 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-DRENAGEM E GÁS CANALIZADO- PLANO PILOTO	274.000	274.000	771	771
0002 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-RESÍDUOS SÓLIDOS- PLANO PILOTO	400.000	1.100	1.093	1.093
TOTAL DO PROGRAMA 6203	9.502.182	4.957.884	29.764	29.764

Objetivo Específico: 005 – Aperfeiçoar o processo de regulação das atividades de abastecimento de água, saneamento básico e energia e contribuir para a maior participação e controle social sobre a Política de Saneamento Básico, a fim de proporcionar à população do Distrito Federal serviços dotados de qualidade técnica e preços justos.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
979 IAQR – Indicador ADASA de Qualidade Regulatória	Índice	16,7	31/12/2013	Anual	Desejado	12,86	13,50	14,18	14,88	Relatórios de Atividades Superintendência
					Alcançado	8,7	16,7	14,80	-	
1089 IES – Índice de Envolvimento Social	Índice	14,7	31/12/2013	Anual	Desejado	11,81	12,40	13,02	13,67	Relatórios de Atividades Superintendência e Inform. NAC
					Alcançado	7,7	14,7	13,60	-	
1090 IQT – Índice de Qualidade Técnica	Índice	1	31/12/2013	Anual	Desejado	0,525	0,551	0,58	0,609	Relatórios de Atividades Superintendência
					Alcançado	0,50	1	0,60	-	

Bete

003005

15-Folha

Relatório Anual de Atividades – ADASA - 2014

I. Abastecimento De Água E Esgotamento Sanitário

Os Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário são prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, por força da Lei 4.285/2008 e do Contrato de Concessão nº 001/2006 - ADASA. Baseada nesta regulamentação, a ADASA é a responsável pela elaboração e expedição de regulamentos, além da fiscalização dos serviços prestados.

A seguir são relacionados os trabalhos relevantes realizados pela Agência no tocante a este importante componente do Saneamento Básico.

- A. Hidrometração Individual
- B. Projetos de Resoluções e demais atos normativos
- C. Pesquisa de satisfação dos consumidores dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário – Ano/Exercício 2014.
- D. Fiscalizações Programadas
 - Inspeção de reclamações, denúncias e solicitação de informações do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do DF;
 - Visitas Técnicas;
 - Fiscalização anual dos volumes faturados de água e esgoto, produzidos de água e coletados de esgoto;
 - Averiguação mensal dos volumes faturados de água e esgoto, produzidos de água e coletados de esgoto.
- E. Fiscalizações Não-Programadas
- F. Monitoramento e Acompanhamento da qualidade do serviço prestado.

II. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

O art. 10 da Lei Distrital n.º 4.285/2008 estabelece que compete à ADASA exercer plenamente a regulação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal, que compreenderá, entre outras, as competências de promover estudos e pesquisas, visando o desenvolvimento dos serviços e estimular a melhoria da qualidade e aumento de eficiência dos serviços e do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos.

A. Regulação

Dentre as atividades regulatórias em desenvolvimento destacam -se:

- Elaboração de Resolução que dispõe sobre os procedimentos para instalação, operação e manutenção de estações de transbordo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;
- Elaboração de normas que disporão sobre as condições gerais da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;
- Condições da Prestação dos Serviços de Disposição Final de Rejeitos em Aterros Sanitários no Distrito Federal;
- Condições Gerais da Prestação dos Serviços de Coleta, Transbordo, Transporte, Tratamento e Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Convênio entre a ADASA e a Agência Goiana de Regulação (AGR); e
- Elaboração de material educativo sobre gestão de resíduos sólidos.

B. Fiscalização

Merece ser destacado que as ações realizadas pela Coordenadoria de Fiscalização da Superintendência de Resíduos Sólidos durante o ano de 2014 se pautaram mais no conhecimento da real situação da prestação dos serviços de manejo dos resíduos sólidos e de limpeza urbana no DF, do que em ações coercitivas. Os conhecimentos adquiridos permitirão, para o próximo ano, um planejamento mais eficaz em conformidade e consonância com as metas previstas no PPA da ADASA.

III. Drenagem Urbana, Gás e Energia**A. Drenagem Urbana**

- Estudos visando a pactuação de contrato de concessão entre a ADASA e a NOVACAP;
- Parceria com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília – CDT/UnB;
- Atendimento a Denúncias, Reclamações e Solicitações de Informação;
- Fiscalização Programada de Bacias de Detenção;
- Monitoramento da Qualidade dos Lançamentos de Águas Pluviais no Lago Paranoá;
- Fiscalização de Outorgas Prévias para Lançamento de Águas Pluviais;
- Fiscalização dos Recursos Empregados pela NOVACAP na Prestação do Serviço Público de Drenagem Urbana.

B. Gás Canalizado

Encontra-se em análise o Projeto Gasoduto Brasil Central, gerido pelo consórcio Transportadora de Gás Brasil Central (TGBC), consiste numa ramificação do Gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL) que interligará os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

O projeto já conta com: Licença Ambiental Prévia, a LP nº 369/2010, emitida em 24/08/10 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Licença de Instalação, a LI nº 982/2013, emitida em 28/11/13 também pelo IBAMA; e, Declaração de Utilidade Pública (DUP) do traçado do gasoduto, emitida pela a Agência Nacional de Petróleo (ANP) em 31/05/13. Encontra-se protocolado na ANP desde 29/11/13 a solicitação da Autorização de Construção (AC).

No entanto, atualmente, a construção do Projeto Gasoduto Brasil Central encontra-se suspensa, uma vez que no Edital de Chamada Pública da TGBC, publicado em 14/4/14, não houve interesse do mercado na capacidade do duto.

A exploração dos serviços de distribuição e comercialização de gás canalizado no Distrito Federal foi concedido com exclusividade à CEBGÁS, na forma das leis distritais nºs 2.518/2000 e 4.285/2008.

A seguir, estão relacionados os trabalhos relevantes realizados pela ADASA ao longo deste exercício:

- Contrato de concessão – A equipe técnica já elaborou minuta de novo contrato de concessão a ser firmado entre a ADASA e a CEBGÁS, de modo a atender o disposto na Lei nº 4.285/2008, art. 61;
- Fiscalização Programada de Distribuição de Gás Canalizado – O cronograma de fiscalização programada 2014 atingiu todo o serviço de distribuição de gás canalizado do DF;
- Monitoramento da Quantidade de Gás Canalizado (GNV) Distribuído.

IV. Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira

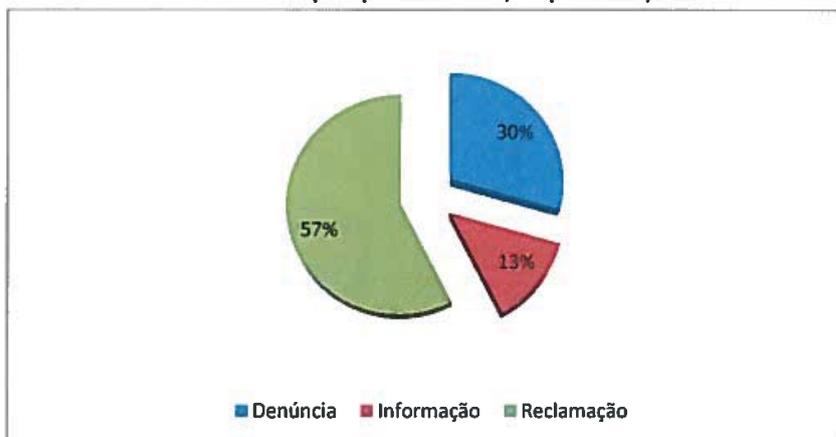
No cumprimento de suas competências, a ADASA é responsável pelas atividades relacionadas aos Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira, Contábil e de Gestão tanto dos Serviços Públicos regulados, quanto de Recursos Hídricos. Tais atividades são de responsabilidade da Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira da ADASA– SEF.

O Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA, firmado entre a ADASA e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, referente à execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, orienta as principais ações desenvolvidas pela ADASA nesta área.

No exercício de 2014, pode-se destacar a realização de análises e estudos para a concessão do Reajuste Tarifário dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com vigência a partir de 1º de março de 2014, os aprimoramentos metodológicos para a 2ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB, prevista para ser concluída em abril de 2016, a fiscalização das áreas econômica, financeira, contábil e de gestão da CAESB, bem como os estudos iniciais para a alteração da estrutura tarifária destes serviços públicos regulados. Além dessas atividades, foram iniciadas diversas ações estruturantes, de forma a promover o fortalecimento das ações de fiscalização econômica. Estas ações foram iniciadas em 2014 e tem previsão para serem implementadas a partir de 2015. São ações que versam sobre a implantação de um Manual de Contabilidade Regulatória para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de formulação de normas regulamentadoras para pedidos

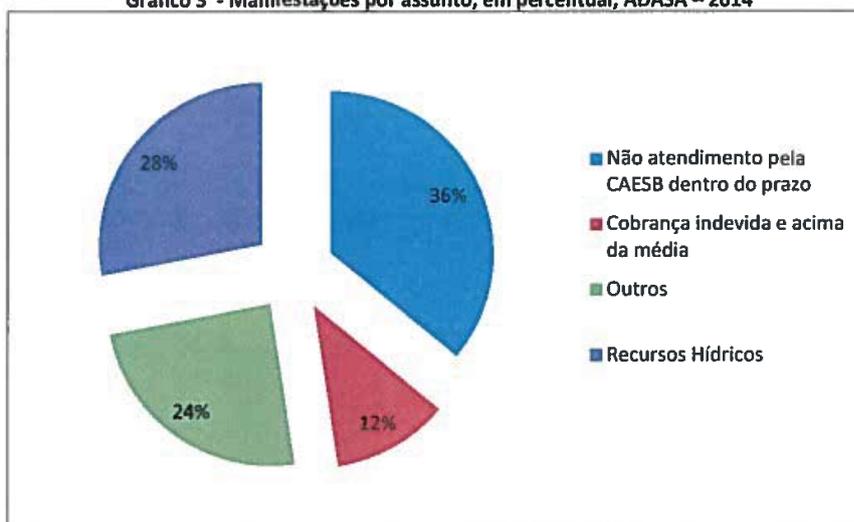
Relatório Anual de Atividades – ADASA - 2014

Gráfico 2 – Atendimentos por tipo de Demanda, em percentual, ADASA - 2014



Fonte: SAM/ADASA

Gráfico 3 - Manifestações por assunto, em percentual, ADASA – 2014



Fonte: SAM/ADASA

B. Audiência Pública

Foram realizadas duas audiências públicas, das quais participaram 78 pessoas. Nessas duas audiências foram computadas 07 (sete) contribuições, sendo 5 (cinco) à proposta de resolução referente ao reajuste anual das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal e 02 (duas) relativas proposta de resolução referente ao aprimoramento da metodologia de Base de Ativos Regulatória – BAR e Remuneração Adequada – RA.

GFL PROCC 00003 /15-Folha Nº 003007 Bete

Relatório Anual de Atividades – ADASA - 2014

C. Mediação

Em 2014 foram analisadas 36 demandas com a finalidade de realização de processo de mediação, mantendo-se no mesmo patamar de 2013. Desse total, 29 casos foram encaminhados pela Defensoria Pública e 07 pela Superintendência de Recursos Hídricos. Após serem analisados foi constatado que os casos não eram passíveis de ser mediados.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO GERAL: Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
1670 - Gestão do Projeto de Conservação Ambiental	400.000	1.239.994	35.742	18.844
9706 - Gestão do Projeto de Conservação Ambiental-Bacia do Pipiripau- Planaltina	400.000	1.239.994	35.742	18.844
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	300.000	300.000	0	0
6146 - Realização de Estudos e Pesquisas-Recursos Hídricos-Distrito Federal	300.000	300.000	0	0
3743 - Fortalecimento e Reestruturação do Sistema de Monitoramento dos Recursos Hídricos	2.000.000	2.000.000	1.129.907	938.538
0001 - Fortalecimento e Reestruturação do Sistema de Monitoramento dos Recursos Hídricos--Distrito Federal	2.000.000	2.000.000	1.129.907	938.538
4135 - Fiscalização de Recursos Hídricos	351.000	351.000	23.953	23.953
0001 - Fiscalização de Recursos Hídricos--Distrito Federal	351.000	351.000	23.953	23.953
4235 - Educação Ambiental	690.500	690.500	528.909	505.799
0001 - Educação Ambiental-ADASA DF- Plano Piloto	690.500	690.500	528.909	505.799
TOTAL DO PROGRAMA 6210	3.741.500	4.581.494	1.718.511	1.487.134

Fonte: SIGGO

GPM - FISCAL - 000003 / 15-FALTA Nº 003007 VERSÃO: 2014

Relatório Anual de Atividades – ADASA - 2014

Objetivo Específico: 006 - Ampliar e reestruturar a rede de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, visando à regularização, fiscalização e regulamentação dos usos dos recursos hídricos.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1023 IAGRH – Indicador ADASA de Gestão de Recursos Hídricos	%		31/12/2013	Anual	Desejado	0,336	0,567	0,737	0,869	Relatório de Atividades SRH/ADASA
					Alcançado	0,639	0,907	1,113	-	
1024 IRRH – Índice de Regularização de Recursos Hídricos	%		31/12/2013	Anual	Desejado	0,109	0,197	0,269	0,329	Relatório de Atividades SRH/ADASA
					Alcançado	0,338	0,508	0,644	-	
1025 IFRH – Índice de Fiscalização de Recursos Hídricos	%		31/12/2013	Anual	Desejado	0,227	0,370	0,468	0,540	Relatório de Atividades SRH/ADASA
					Alcançado	0,301	0,398	0,468	-	
1026 IAQR – Indicador ADASA de Qualidade Regulatória	%	8,72	31/12/2013	Anual	Desejado	9,15	9,61	10,09	10,59	Relatórios de Atividades SRH/ADASA
					Alcançado	9,19	10,33	10,63	-	
1027 IES – Índice de Desenvolvimento Social	%	7,4	31/12/2013	Anual	Desejado	7,77	8,15	8,57	8,99	Relatórios de Atividades Núcleo de Atendimento ao Cliente – NAC/ADASA
					Alcançado	8,64	9,43	9,13	-	
1028 IQT – Índice de Qualidade Técnica	%	0,66	31/12/2013	Anual	Desejado	0,69	0,73	0,76	0,80	Relatórios de Atividades SRH/ADASA
					Alcançado	0,27	0,45	0,75	-	

Fonte: ADASA

As ações vinculadas a esse Objetivo estão voltadas aos processos de Regulação, Monitoramento, Outorga e Fiscalização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, no âmbito do Distrito Federal.

A seguir são relacionados os trabalhos relevantes relativos a esse objetivo específico.

I. Regulação

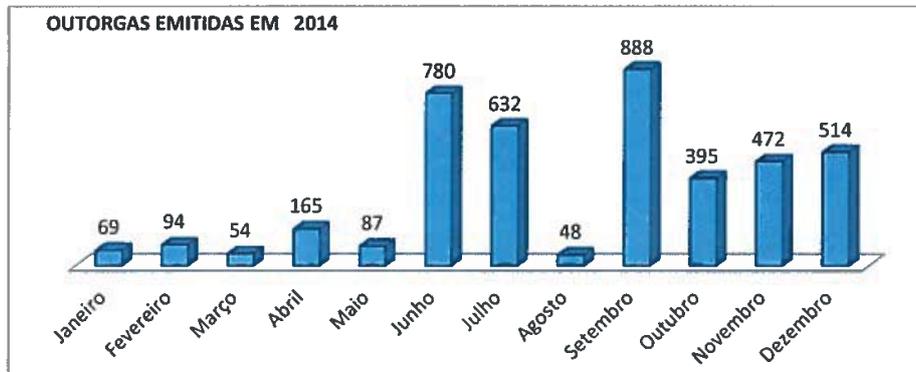
- A. Produção de Atos Normativos;
- B. Elaboração de Projetos;
- C. Enquadramento dos corpos hídricos superficiais;
- D. Cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- E. Participação nos Comitês de bacia hidrográfica;
- F. Projeto Descoberto Coberto;
- G. Grupo de Trabalho – Educação ambiental.

II. OUTORGA

Outorga é o instrumento adotado para indicar o nível de regularização dos usos dos recursos hídricos no DF. No ano de 2014, a quantidade de atos de outorga emitidos mensalmente é demonstrada no gráfico a seguir.

Relatório Anual de Atividades – ADASA - 2014

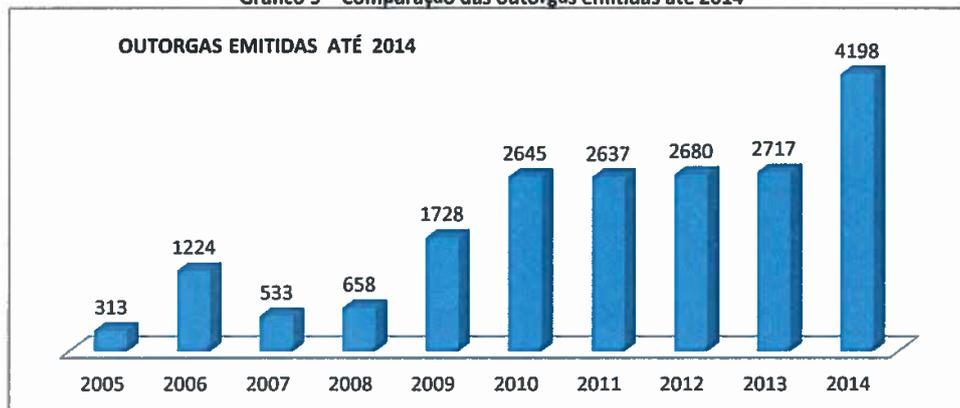
Gráfico 4 – Outorgas emitidas em 2014



Fonte: SRH/ADASA

A ADASA, desde maio de 2005, já emitiu 15.135 outorgas do direito de uso de recursos hídricos. Nota-se claramente, conforme gráfico abaixo, um expressivo incremento na emissão de atos de outorga a partir do ano de 2009.

Gráfico 5 – Comparação das outorgas emitidas até 2014



Fonte: SRH/ADASA

III. Monitoramento Hidrológico

- A. Rede de Monitoramento;
- B. Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA);
- C. Enquadramento dos Corpos Hídricos do DF;
- D. Centro de Operações das Águas (COA);
- E. Geoprocessamento;
- F. Cotas do Lago Paranoá;
- G. Sistema de Recursos Hídricos da ADASA.

Relatório Anual de Atividades – ADASA - 2014

IV. Fiscalização

As atividades de fiscalização buscam assegurar os padrões de qualidade e quantidade necessários aos usos múltiplos dos recursos hídricos de acordo com as normas legais e regulamentares. Os aspectos fiscalizados compreendem os usos dos recursos hídricos definidos na lei que institui a Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, Lei nº 2.725/2001, e procedimentos regulamentados pela Resolução/ADASA nº 163/2006.

As atividades de fiscalização primaram por orientar os usuários, objetivando prevenir condutas ilícitas e indesejáveis, devendo obedecer à legislação que disciplina o uso de recursos hídricos, as outorgas do direito de uso de recursos hídricos, os acordos firmados, os padrões de segurança das atividades e o tratamento isonômico entre os usuários.

O planejamento das atividades de fiscalização para o ano de 2014 foi consubstanciado na elaboração e aprovação do Plano Anual de Fiscalização – PAF.

Gráfico 6 - Histórico de fiscalizações

Fonte: SRH/ADASA

A. Atividades programadas e não programadas**Tabela 1 - Atividades de fiscalização programadas e executadas em 2014**

Nº	Ação de Fiscalização	Fisc. Estimadas	Início dos trabalhos	
			Início	Término
01	Processos captações outorgadas	106	06/06	31/10
02	Processos fiscalizações anteriores	58	01/01	31/10
03	Processos Captações Caesb	32	01/01	30/06
04	Processos Cemitérios	06	01/03	30/03
05	Pontos de caminhão pipa	36	16/02	30/03
06	Processos de Barragens	45	10/03	30/03
07	Processos de Lançamento (ETEs)	14	01/04	30/04
08	Pontos de controle	15	01/08	30/09
09	Vistoria Lago Paranoá	140	01/09	30/09
	Total	452		

Fonte: SRH/ADASA

Tabela 2 - Atividades de fiscalização não programadas registradas e executadas em 2014.

Demandas	Quantidade	Atendidas	Porcentagem
Internas	103	46	44,66 %
Externas	55	52	94,54 %

Fonte: SRH/ADASA

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003009 Bete

Relatório Anual de Atividades – ADASA - 2014

B. Campanhas de cadastro de Usuários

C. Regularização de Canais

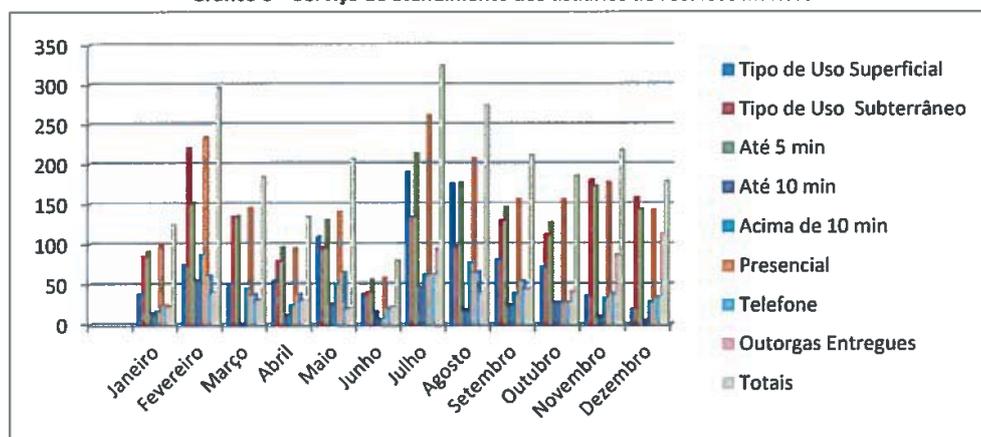
D. Projetos e Comissões:

- UGP – Produtor de Águas no Pipiripau;
- UGP – Águas Emendadas;
- Projeto de Identificação dos Corpos Hídricos;
- Projeto de melhoria dos pontos de captação por meio de caminhão-pipa;
- Projeto de Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos;
- Comissão de Acompanhamento da Bacia do Ribeirão Pipiripau.

E. Atendimento a Usuários de Recursos Hídricos

Em 2014, foram feitos 2425 (dois mil e quatrocentos e vinte e cinco) atendimentos e entregues 597 (quinhentas e noventa e sete) outorgas. Na tabela e gráfico abaixo são apresentados os dados referentes ao serviço de atendimento aos usuários de recursos hídricos.

Gráfico 6 – Serviço de atendimento aos usuários de recursos hídricos



Fonte: SRH/ADASA

Objetivo Específico: 007 - Promover a educação ambiental hídrica da população urbana e rural do DF, integrada aos sistemas alternativos de saneamento, com vistas à melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos e do desenvolvimento humano sustentável.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação	
						2012	2013	2014	2015		
1029	Indicador de efetividade da capacitação para mobilização social-ECMS	%	-	31/12/2013	Anual	Desejado	-	33,33	66,66	100	ADASA
						Alcançado	-	0	0	-	
1030	Indicador de eficácia da capacitação em metodologia alternativa de saneamento – IECMAS	%	-	31/12/2013	Anual	Desejado	-	33,33	33,33	33,33	ADASA
						Alcançado	-	0	0	-	
1031	Indicador da eficiência da capacitação- IEC	%	-	31/12/2013	Anual	Desejado	-	20	40	60	ADASA
						Alcançado	-	0	0	-	
1032	Indicador da eficácia de educação ambiental (IEEA)	%		31/12/2013	Anual	Desejado	18,9	22,8	26,6	31,7	ADASA
						Alcançado	7	19,44	28,33	-	

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

724

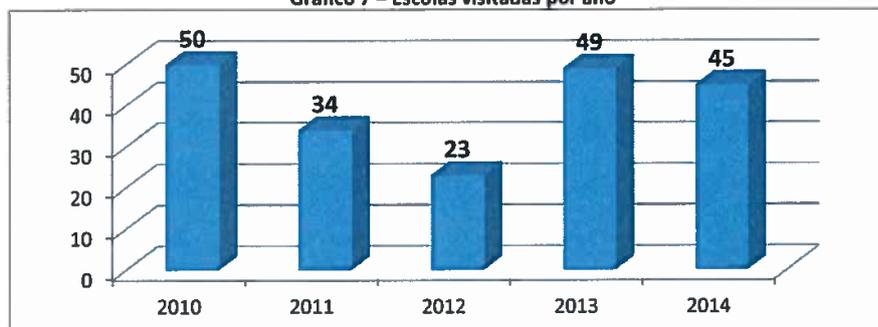
157-70114 AN 000000 VERSÃO 2014/06/09 00:00:00

Fonte: SIGGO

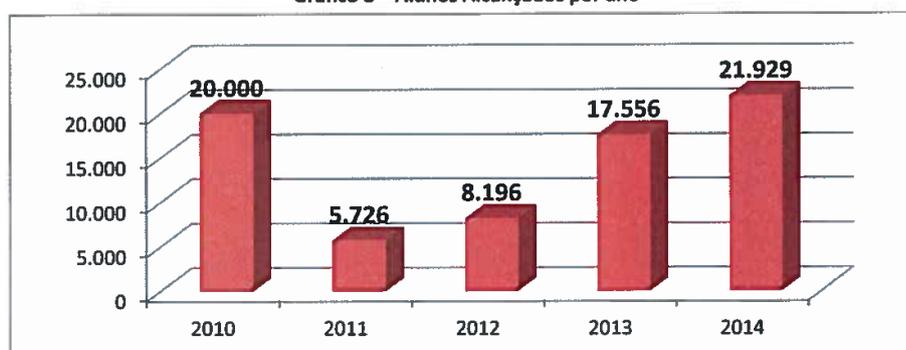
I. Projeto ADASA Na Escola

A ADASA por meio do Projeto ADASA na Escola tem desenvolvido ações de conscientização e sensibilização social quanto ao uso racional da água e destinação correta dos resíduos sólidos em escolas públicas e privadas do Distrito Federal. De 2010 a 2014, mais de 70.000 alunos em 201 escolas participaram de palestras e foram contemplados com material didático e brindes do Projeto.

O número de escolas visitadas é um índice que deve ser medido associado ao índice de número de alunos. As escolas variam muito em número de alunos. Em 2014 o número de alunos por escola foi maior que 2013, chegando a ter que voltar mais uma vez na escola para contemplar todos os estudantes. Os números, relativos ao ano de 2014, são apresentados a seguir:

Gráfico 7 – Escolas visitadas por ano

Fonte: SRH/ADASA

Gráfico 8 – Alunos Alcançados por ano

Fonte: SRH/ADASA

Em 2014 mais de 21 mil alunos foram conscientizados com palestras sobre o uso racional da água, ultrapassando o indicador previsto no Planejamento. Registre-se, ainda, a realização de:

- Apoio ao projeto ribeirão sobradinho vivo;
- Apoio ao projeto descoberto coberto;
- Apoio ao Projeto Bosque dos Constituintes;
- Apoio ao Evento Semana Lago Limpo;

Beta
 SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003010

Relatório Anual de Atividades – ADASA - 2014

- Ação no projeto agenda ambiental da ADASA – a³;
- Capacitação de educadores ambientais do DF;
- Atualização do portal - ADASA na Escola.

3. OUTRAS REALIZAÇÕES

PROGRAMA: 6006 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	500.000	500.000	354.541	204.949
0017 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DESENVOLVIMENTO/MELHORIA DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS- PLANO PILOTO	500.000	500.000	354.541	204.949
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	50.000	550.000	0	0
9748 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADASA DF- PLANO PILOTO	50.000	550.000	0	0
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	250.000	250.000	200.000	195.104
9632 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-ADASA DF- PLANO PILOTO	250.000	250.000	200.000	195.104
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	700.000	700.000	425.948	219.798
2606 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADASA - PLANO PILOTO	700.000	700.000	425.948	219.798
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.300.000	2.070.000	1.869.681	1.869.681
9673 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SEDE DA ADASA-DISTRITO FEDERAL	1.300.000	2.070.000	1.869.681	1.869.681
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	530.000	530.000	83.753	81.806
0014 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADASA DF- PLANO PILOTO	530.000	530.000	83.753	81.806
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	18.050.000	18.050.000	16.705.634	16.705.634
8730 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADASA DF- PLANO PILOTO	18.050.000	18.050.000	16.705.634	16.705.634
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.940.000	1.940.000	1.057.846	1.057.846
9560 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADASA DF- PLANO PILOTO	1.940.000	1.940.000	1.057.846	1.057.846
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3.133.294	3.133.294	311.201	311.201
8691 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-ADASA DF- PLANO PILOTO	1.683.294	1.683.294	117.341	117.341
8703 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-ADASA DF- PLANO PILOTO	1.450.000	1.450.000	193.859	193.859
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	13.622.001	12.446.435	6.705.817	5.965.589
9649 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADASA DF- PLANO PILOTO	13.622.001	12.446.435	6.705.817	5.965.589
TOTAL DO PROGRAMA 6006	40.075.295	40.169.729	27.714.419	26.611.607

Fonte: SIGGO

A Lei Orçamentária Anual, exercício de 2014, fixou dotação inicial no valor de R\$ 40.075.295,00, destinada ao Programa 6006 – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Meio Ambiente.

I. Bolsa Estágio

O Programa de Estágio Curricular, regulamentado pela Resolução ADASA nº 07, de 21 de janeiro de 2011 é uma realização do Programa 6006, que contempla estudantes de nível médio e superior, por meio do Contrato nº 08/2011-ADASA, o qual disponibiliza 40 (quarenta) bolsas de complementação Educacional, sendo 22 (vinte e duas) para estágio de nível superior e 18 (dezoito) de nível médio. Deste total foram ocupadas, no decorrer do exercício de 2014, 24 (vinte e quatro) vagas, sendo que atualmente se dispõe de 26 (vinte e quatro) estagiários, sendo 17 (dezesete) de nível superior e 09 (nove) de nível médio, atuando nas diversas áreas da ADASA.

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

726

SCL: 00003 / 15-Folha N.º 003030 verso

Relatório Anual de Atividades – ADASA - 2014

II. Capacitação e Servidores

No exercício, os servidores capacitados participaram de eventos, tais como, cursos, fóruns, seminários, congressos e simpósios, subdivididos em eventos “com” e “sem” ônus, nas áreas meio e fim, fundamentando-se pela necessidade da Agência em contar com pessoal qualificado em seu quadro funcional, de forma a dar suporte ao cumprimento da sua missão institucional, como segue:

Tabela 3 - Participação de servidores em eventos de capacitação

Evento (por eixo)	Com ônus	Sem ônus	Total
Capacitação Corporativa	01	-	01
Capacitação Gerencial	08	-	08
Capacitação Técnico-Operacional	41	02	43
Capacitação Geral, Seminários e Congressos	51	-	51
Totais			103

Fonte: SAF

III. Administração De Pessoal

A despesa estimada com pessoal para exercício de 2014 visou atender ao pagamento de vencimentos e encargos relativos a 108 (cento e oito) servidores, dos quais 70 (setenta) são servidores de cargos efetivos, 29 (vinte e nove) são servidores comissionados, sem vínculo, e 09 (nove) são servidores requisitados de órgãos da administração federal e distrital.

A realização da despesa foi de R\$ 16.705.634,15 em relação à despesa autorizada de R\$ 18.050.000,00, representando 93% de realização da meta financeira.

IV. Manutenção dos Serviços

Em relação à manutenção do órgão, a ADASA executou, R\$ 5.965.589,41, representando 48% da meta financeira estabelecida para o exercício. Foram executadas atividades com características de serviços continuados, compreendendo: vigilância, limpeza e conservação, passagens aéreas, locação de veículos, serviços de telefonia, serviços de postagem, serviços técnicos de apoio administrativo, de saúde e auxiliares, confecção de crachás, carimbos, manutenção das instalações prediais, manutenção de elevadores, serviços de moto-mensageiro, dentre outros, além da aquisição de material de consumo e permanente, necessários ao funcionamento da Agência.

Houve investimento no valor de R\$ 548.954,00 com material permanente, destacando-se a aquisição de mobiliário e equipamentos necessários à instalação dos setores reformados no andar térreo do edifício sede da ADASA.

Na área de Gestão da Informação, houve também um investimento no valor de R\$ 848.050,74, destacando-se a manutenção e expansão da área de telefonia, o acesso à internet, a rede wireless, o sistema de controle de acesso, a aquisição de desktops e tablets, o suprimento de impressoras, o suporte Microsoft e o Service Desk.

V. Reforma do Edifício sede da ADASA

Os serviços de reforma e adaptação das instalações físicas da ADASA, localizada na Ala Norte da Antiga Rodoferroviária de Brasília, compreenderam: reforma do andar térreo da ala norte e readequação de salas na ala central do 1º pavimento objeto da Concorrência nº 003/2013-ADASA, homologada em dezembro de 2013, serviços concluídos com êxito em 2014. O valor total dos serviços executados totalizou um montante de R\$ 1.869.680,75 (hum milhão, oitocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e oitenta reais e setenta e sete centavos), representando 90% da despesa autorizada para a ação.

Relatório Anual de Atividades – ADASA - 2014

PROGRAMA TEMÁTICO: 6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - REINTEGRA CIDADÃO	94.200	94.200	48.835	44.335
8394 - REINTEGRA CIDADÃO-ADASA DF- PLANO PILOTO	94.200	94.200	48.835	44.335
TOTAL DO PROGRAMA	94.200	94.200	48.835	44.335

Com o objetivo de prevenir e combater as diferentes formas de ameaças e violação de direitos humanos no Distrito Federal, este Programa contempla a execução do Contrato celebrado por esta Agência com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF, visando à contratação de detentos para prestação de serviços de garçom, serviços gerais, copeiro e operador de máquina de reprografia e outras. A ação merece destaque por sua relevância social, pois tem como objetivo proporcionar a ressocialização dos sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, no sentido de possibilitar o retorno do preso ao convívio social.

O contrato nº 004/2014-FUNAP/ADASA prevê a contratação de até 06 (seis) detentos, porém, atualmente conta-se com 03 (três) detentos, exercendo as atividades de auxiliar de copeiragem e auxiliar de serviços gerais. O valor empenhado em 2014 foi de R\$ 48.835,17, representando 51,84% da despesa autorizada.

PROGRAMA TEMÁTICO: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9033 – FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	700.000	700.000	310.000	274.042
9549 – FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-ADASA DF	700.000	700.000	310.000	274.042
9050 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.050.000	1.050.000	956.910	956.910
7034 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADASA	1.050.000	1.050.000	956.910	956.910
TOTAL DO PROGRAMA 0001	1.750.000	1.750.000	1.266.910	1.230.952

Fonte: SIGGO

O PASEP, criado pela Lei Complementar Federal nº 8, de 03/12/70, tem o objetivo de propiciar aos funcionários e servidores públicos civis e militares, participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual, municipal e das fundações, que possibilita aos funcionários/servidores usufruírem o direito ao recebimento de um abono anual.

O recolhimento da contribuição é mensal, resultado de 1% da receita corrente arrecadada ou repasses correntes recebidos, totalizando 12 (doze) contribuições ao todo. Como a ADASA recebeu, R\$ 30.523.361,55 de recursos financeiros deverá recolher 1% deste montante ao fundo do PASEP. Em 2014 a despesa autorizada foi de R\$ 700.000,00, tendo sido empenhado o valor de R\$ 310.000,00, representando 44,28% de execução.

Quanto às despesas com ressarcimentos, atualmente a ADASA dispõe de 08 (oito) servidores requisitados de órgãos do GDF e da União, dos quais 04 (quatro) com ônus para esta Unidade. Além disso, são ressarcidas despesas de custeio, como ressarcimento de táxi e outros. Em 2014 foi empenhado o montante de R\$ 931.910,28 para despesas com ressarcimento salarial de servidores requisitados, e 24.999,60 para despesas com outros ressarcimentos, representando 91,13% de execução da meta financeira. Sobre a realização física, verifica-se, conforme Tabela 20, abaixo, que a ADASA possui 08 (oito) servidores requisitados, no entanto existe a obrigatoriedade de ressarcimento apenas de 04 (quatro) requisitados.

SP - FINEC 00003 /15-FOLHA Nº 002014 VER SO. Paula

Relatório Anual de Atividades – ADASA - 2014

Tabela 20 - Realização Física – ADASA, 2014.

REQUISITADOS	GDF	UNIÃO	TOTAL
	nº físico		
2014	07	01	08

Fonte: SAF

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

I. Planejamento Estratégico

Em 2010, a ADASA tomou a importante decisão de elaborar seu planejamento estratégico. Após várias iniciativas que foram amadurecidas, finalmente em 2012, a Agência conseguiu elaborar uma primeira versão do seu planejamento estratégico e em 2013, foi feita a revisão com apoio de uma consultoria técnica especializada que conduziu a reformulação e propôs maior qualidade técnica ao trabalho que culminou com seu aperfeiçoamento. Assim, se materializa por meio do mapa estratégico que contempla objetivos inseridos nas perspectivas de “negócios”, de “Processos Internos” a serem desenvolvidos ou aperfeiçoados, de “Aprendizagem e Crescimento”, além da perspectiva “Financeira”.

Em 2014 foi realizada a atualização dos indicadores e metas pertinentes ao Planejamento Estratégico para o período de 2012-2020 - PEA 2012-2020. Além disto, foi trabalhado o Modelo de Gestão da Estratégia, que estrutura o pensamento estratégico em diferentes etapas, como a iniciativa estratégica, o mapeamento de implementação, a execução e mensuração de resultados.

II. Agenda Ambiental ADASA

O Grupo Gestor da Agenda Ambiental da ADASA, formalizado por meio da Portaria nº 170, em 03 de setembro de 2013, vem trabalhando para implantação da Agenda Ambiental.

SPL FROC 00003 /15-Folha Nº 003012 *Beto*

Relatório Anual de Atividades – FJZB – 2014

14.4. FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA – UO: 21.207

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília, instituída nos termos da Lei n.º 1.813, de 30 de dezembro de 1997, alterada sua denominação por força do art. 6º, inciso VI, do decreto n.º 27.591, de 1º de janeiro de 2007, sua estrutura administrativa através dos decretos n.º 28.618, de 21 de dezembro de 2007 e 29.783, de 04 de dezembro de 2008, teve seu Regimento aprovado pela Resolução n.º 10, de 21/03/2001, sendo regida por ele e pelas disposições legais pertinentes.

Aberto ao público desde dezembro de 1957, mesmo antes da inauguração oficial da Capital Federal, o Zoológico recebe visitantes de todas as camadas da sociedade, sendo a primeira instituição ambientalista criada no Distrito Federal. Hoje recebe em média 1.200.000 visitantes por ano.

Possui uma infraestrutura composta por 8.161,56 m² de área construída com prédios administrativos e 62.102,16 m² de área construída com recintos para os animais, apresentando o total de 70.263,72 m² de área construída na FJZB, excluindo o calçamento do Parque.

A quantidade de animais que compõe o plantel de um zoológico é variável em função dos nascimentos, permutas, transferências e óbitos.

A FJZB manteve durante o ano um plantel de aproximadamente 6.376 animais, sendo 969 vertebrados (aves, mamíferos e répteis) e 5.407 invertebrados, representando 16 espécies, várias delas pertencentes da fauna representativa do Brasil, algumas das quais ameaçadas de extinção.

O funcionamento e manutenção do zoológico estão sendo realizados por servidores efetivos, comissionados e empresas terceirizadas, devido a insuficiência de servidores efetivos. Apresentação da força de trabalho atual:

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	04	20	03	06	33
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	06	-	20	-	26
Requisitados	Órgãos do GDF		05	-	22
Outros	Estagiários		-	-	23
	Terceirizados (FUNAP)		-	-	07
Total Geral	26	51	28	06	111

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO**PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

OBJETIVO GERAL: Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
1998 - Projeto - Zôo de Conscientização e Educação Ambiental	23.500	2.452	2.452	2.452
0002 - Projeto - Zôo de Conscientização e Educação Ambiental-Inclusão Social-Candangolândia	23.500	2.452	2.452	2.452
3129 - Reforma de Recintos para Animais	300.000	221.967	221.213	221.213
2583 - Reforma de Recintos para Animais-- Candangolândia	300.000	221.967	221.213	221.213
4086 - Assistência a Animais	965.850	975.464	974.823	974.823
0002 - Assistência a Animais-Fundação Jardim Zoológico de Brasília-Candangolândia	965.850	975.464	974.823	974.823
4088 - Capacitação de Servidores	23.500	6.020	6.020	6.020
5778 - Capacitação de Servidores-Capacitação de Servidores da Fundação Jardim Zoológico de Brasília- Candangolândia	23.500	6.020	6.020	6.020
TOTAL DO PROGRAMA 6210	1.312.850	1.205.903	1.204.508	1.204.508

SFL PROJ 00003 /15-Folha nº 002012 VERSÃO Final

Relatório Anual de Atividades – FJZB – 2014

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília em 2014, recebeu um público de 575.865 , visitantes pagantes. Para a manutenção do plantel é necessário uma equipe multidisciplinar composta de: veterinários, biólogos, zootecnistas, estagiários e tratadores, que diariamente executam o trabalho de identificação, marcação (anilhamento e microchipagem), sexagem (DNA), realização de exames para diagnosticar doenças, limpeza dos recintos, alimentação de acordo com as necessidades biológicas de cada espécie, monitoramento dos animais do plantel, além da participação em cursos e atendimentos em projetos quando necessário.

Foram feitas adequações no setor de preparo de dietas, setor do biotério, elaboração e revisão do plano alimentar dos animais e implantação do setor de produção de alimentos. Considerando que a alimentação animal é uma área de bastante demandada, que requer aperfeiçoamento das dietas e balanceamento nutricional dos alimentos fornecidos para os animais do plantel.

Tendo em vista as quantidades exigidas desta Fundação em relação a gêneros alimentícios, foram celebrados contratos com a Associação dos Agricultores e Pescadores Artesanais da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno - HAJA/ PEIXE e a Associação dos Produtores Rurais Alexandre Gusmão, cuja a compra é direta com produtor rural através do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura -PAPA-DF, criado pela Lei Distrital nº 4.752, de 07/02/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 33.642, de 02/05/2012.



Em 2014, o hospital veterinário realizou 767 atendimentos de animais do plantel, e de animais encaminhados por solicitação de órgão como IBAMA, BPMA, Bombeiros e Presidência da República, cumpriu o Calendário Profilático com a realização de exames clínicos e/ou laboratoriais, exames radiológicos e uso de vacinas e medicações preventivas.

Para modernização do laboratório foram adquiridos os equipamentos (sistema de anestesia portátil, micro injetor hidráulico para transferência de células, leitor de microchip, entre outros), possibilitando a realização de maior número de exames de hemograma completo; bioquímicos diversos e parasitológico de fezes, e ainda o arquivo de imagens após realização de exames radiológicos indicados no caso de traumatismos e doença respiratória.



Há um grande interesse de universidades, faculdades, instituições de pesquisa e até mesmo órgãos ou profissionais estrangeiros em conhecer as atividades da Fundação, sendo assim, o Instituto Federal de Educação de Brasília (IFB), em parceria com o Zoológico, ministrou o Curso para Capacitação de Cuidadores de Animais, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), os 31 integrantes

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

731

SFL PROC 00003 /15-Folha: Nº 003013 Bete

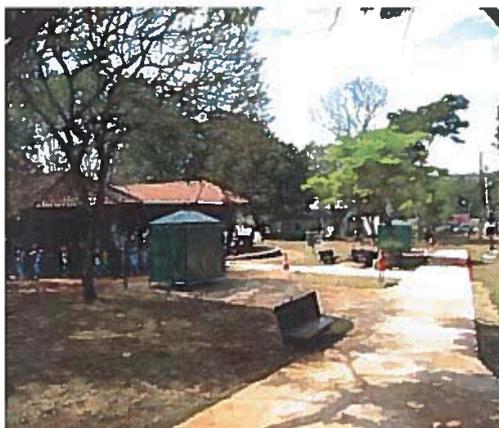
Relatório Anual de Atividades – FJZB – 2014

receberam aulas de ética, noções de português, biologia, legislação ambiental, conceitos básicos sobre manejo, nutrição animal e medicina veterinária, entre outros.

Sediado no Zoológico, o 1º curso teve o melhor ambiente para aliar a teoria à prática. Com extensão em nível nacional o objetivo é qualificar o trabalho realizado pelos profissionais, conhecidos como tratadores, aumentando o número de mão de obra disponível no mercado e melhorando os conhecimentos dos estudantes de graduação das áreas afins. Com as novas técnicas, os alunos estarão mais capacitados para prática de manejo, higiene de instalações, ambientação de recintos, diagnóstico a partir da fisiologia animal e outras atividades pertinentes à função.



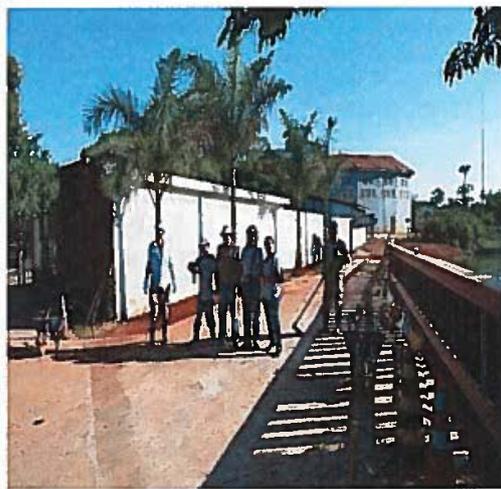
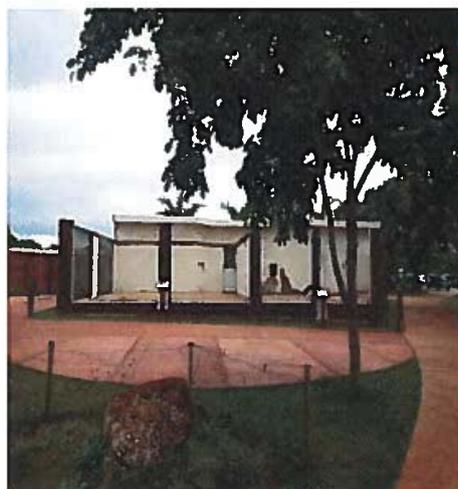
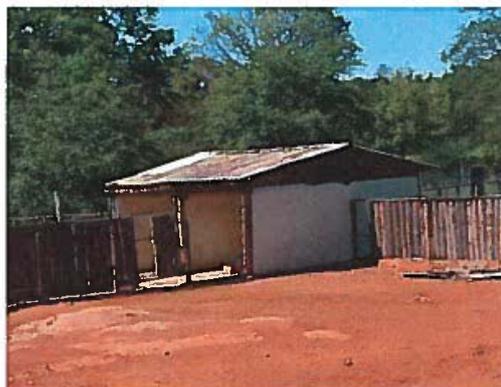
Com o desgaste natural do tempo foi necessário realizar reforma de alguns recintos e áreas internas da Fundação, assim foram adquiridos materiais de construção: cimento, areia, brita, ferro, cola, vidro, tinta, material elétrico, entre outros, para reformar os blocos de sanitários, parquinhos de areia, calçamento para os visitantes, guarita de vigilância, infraestrutura de esgoto (fossas ecológicas), recintos das ariranhas, das antas, girafas, gatário, jacaré, cervídeos, pequenos e médios carnívoros.



Os recintos dos mangustos e dos suricatos foram construídos em um conceito moderno de visitação, em vez de grades, vidros temperados separam as pessoas dos animais, proporcionando melhoria na qualidade da visitação.

Utilizando-se de recursos próprios o Jardim Zoológico, associado ao grande empenho dos trabalhadores, reformou o recinto dos grandes primatas para o recebimento de um casal de orangotangos, oriundos do Zoológico de São Paulo. Possibilitando a inserção da Fundação no Programa Mundial de Conservação desta espécie.

Relatório Anual de Atividades – FIZB – 2014



SPL FRCC 00003 /15-Folha Nº 003014 Baete

Relatório Anual de Atividades – FJZB – 2014



Objetivo Específico: 008- Aprimorar os serviços conservacionistas e educativos da fundação Jardim Zoológico de Brasília, por meio de sua reestruturação, capacitação dos trabalhadores e melhoria do atendimento ao público visitante.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1033 Número de visitas vinculadas aos programas educativos	Pessoa	106.425	31/12/2010	Mensal	Desejado	120.000	130.000	135.000	140.000	FJZB
					Alcançado	210.849	508.819	552.261	-	
1034 Número de público pagante	Pessoa	194.299	31/12/2010	Diária	Desejado	300.000	400.000	900.000	600.000	FJZB
					Alcançado	519.310	524.636	575.865	-	
1035 Recintos construídos	M ²	-	-	Anual	Desejado	6.000	2.750	13.000	3.600	FJZB
					Alcançado	625	181	527	--	

Foram realizados projetos na área de educação ambiental, lazer, culturais, eventos e visitas monitoradas, atendendo escolas e grupos sociais da cidade e demais regiões do entorno do DF, conforme quadro a seguir:

Atendimento e Projetos em ações de Educação e Lazer

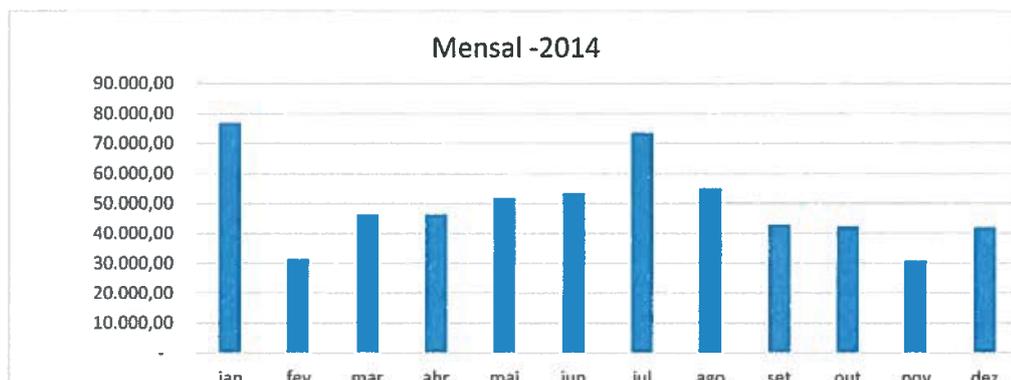
Visita Não Monitorada	78.388
Visita Monitorada	12.912
Zoo vai à Escola	42.490
Zoo vai ao Parque	7.580
Zoo Noturno	4.044
Zoo Especial	763
Zoo Camping	441
Zoo Toque	141
Zoo Ciências	126
Colônia de Feras	56
Zoo Ginástica	1.726
Colônia do Idoso	107
Zoo Capoeira	1.256
Projeto Ressocialização	311
Estagiários	13
Programa Jovem Candango	9
Medidas Alternativas	12
Cores da Nossa Cidade	2.954

Festival de Pipoca	11.056
Aniversário de Brasília	6.490
Runner/ Fitness	465
Curso de Capacitação	31
Salão de Festa	120
Museu	145.742
Biblioteca	2.261
Borboletário	179.221
Dia das Crianças	2.7602
Dia Nacional do Idoso	350
SNCT- Semana Nacional de Ciência de Tecnologia	20.000
SNCT- Semana Nacional de Ciência de Tecnologia	20.000
Torneio de futebol	120
Aniversário do Zoo	5.474

Relatório Anual de Atividades – FIZB – 2014



De acordo com a planilha de público pagante, o mês de Julho, depois do mês de janeiro (férias escolares) recebeu o maior número de visitantes, pois Brasília foi uma das sedes dos jogos da Copa do Mundo, com esse evento mundial recebemos vários turistas brasileiros e estrangeiros que conheceram o Zoo Brasília.



Dentre os 28 projetos os mais procurados são: Visita monitorada; Zoo vai à escola; Zoo vai ao Parque; Zoo noturno, museu e borboletário.

Durante o recesso escolar o evento “Colônia de Feras” foi realizado para crianças de 7 a 12 anos, com diversas atividades educativas valorizando a importância do meio ambiente e o cuidado com as espécies, faunística e florísticas.



SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003015 Beta

Relatório Anual de Atividades – FJZB – 2014

Além disso, temos o projeto “Selvagem da Melhor Idade”, que tem como objetivo proporcionar maior integração entre o idoso, a família, a comunidade e o meio ambiente, com atividades que auxiliam a resgatar o estilo de vida ativo, mantendo a capacidade funcional e autonomia física durante o processo de envelhecimento, por meio de uma atividade física orientada.

O projeto Zoo Ciências consiste em desenvolver técnicas de microscopia, despertar e estimular a curiosidade dos estudantes do ensino fundamental e médio, para a compreensão dos fenômenos naturais despertando reflexões sobre a relação que os seres humanos estabelecem com o meio ambiente. Para compor o grupo são selecionados doze estudantes do ensino fundamental e médio das Escolas do Governo do Distrito Federal- GDF, considerados destaques em comportamento e em nota no boletim escolar, e a escola contemplada a participar do projeto tem apoio no transporte para deslocamento dos estudantes nos dias estipulados.



O Zoo Toque constitui-se por visitas orientadas para grupos de deficientes visuais, através de contato físico com animais vivos e taxidermizados e objetos relacionados ao meio ambiente, propiciando atividades que favoreçam o estímulo sensorial e tátil, além de promover a inclusão, socialização e valorização do deficiente visual.



Outro projeto desenvolvido é o Zoo Ginástica, onde a comunidade e os servidores desta Fundação realizam atividades voltadas a práticas desportivas, proporcionando vivências que contribui no convívio social, de modo a reduzir o stress do dia a dia e melhorar o condicionamento físico, entre as modalidades estão: Corrida, Karatê, MuayThai.

Relatório Anual de Atividades – FIZB – 2014



No mês de novembro foi comemorado o 1º aniversário do Museu de Ciências Naturais da Fundação Jardim Zoológico, que teve um cronograma durante a semana com atividades: visita ao museu, fotos com exemplar taxidermizado, gincana, apresentação musical da Orquestra mirim e Concerto de violinos.

Além de contar com uma nova estrutura, o conceito de museologia também foi inovado e adaptado com foco na conscientização ambiental. Dentro desta proposta, os técnicos buscam, não só conservar e expor as peças, mas também transmitir conhecimentos sobre a importância da preservação do meio ambiente, tendo como instrumento os animais em exposição.



SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003016 Bete

Relatório Anual de Atividades – FIZB – 2014

Pela 1ª vez foi realizado uma corrida dentro das dependências do zoológico: *Zoo Run*, contou com 1.100 inscritos e foi umas das programações para comemorar os 57 anos de aniversário do Zoo de Brasília, proporcionando aos corredores um percurso muito agradável. E durante todo dia houve apresentação de teatro de fantoches, animação com fantasias de animais, aferição de pressão, entre outros.



154 PROCC 00000 /15-Faixa Nº 002015 VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE

6206 - ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
3047 - Implantação de Espaços Esportivos	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	0	0	0	0

A unidade foi suplementada com Emenda Parlamentar e não foi encaminhado projeto básico para execução.

6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
2426 - Reintegra Cidadão	94.000	133.000	122.205	113.079
8399 - Reintegra Cidadão-Fundação Jardim Zoológico de Brasília-Candangolândia	94.000	133.000	122.205	113.079
TOTAL DO PROGRAMA 6222	94.000	133.000	122.205	113.079

Com o intuito de contribuir com a recuperação social do preso e melhoria de suas condições de vida, aprimoramento moral e o oferecimento de oportunidade de trabalho remunerado, a Fundação Jardim Zoológico

Relatório Anual de Atividades – FJZB – 2014

firmou contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, através do Programa "Reintegra Cidadão", onde em média de 10 (dez) reeducandos estão desenvolvendo atividades relacionadas à serviços gerais, manutenção, conservação, serviços técnicos e administrativos, nas instalações internas e externas do Zoológico.

Outro projeto de inclusão social é o Ressocialização no Zoo, funciona por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal e a FJZB, consiste em cumprimento de uma medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, em meio aberto, na qual o jovem em conflito com a lei passa a ter uma leitura diferenciada da sua condição pessoal. O público-alvo cerca de 10 adolescentes, na faixa etária entre 16 a 20 anos, distribuídos em dois grupos: matutino e vespertino. O período corresponde a dois meses com jornada máxima de até oito horas semanais.

As atividades desenvolvidas pelos adolescentes são: limpeza e reforma de recintos, enriquecimento e condicionamento ambiental, interação com os funcionários e seus respectivos trabalhos, visita aos setores e galerias de animais, oficinas no Laboratório de Taxidermia e na casa de criação, visita ao borboletário e serpenteiro, participação de palestras sobre museologia, manejos de mamíferos e aves, prevenção de acidentes em campo e realização de uma trilha ecológica no santuário do Zoo. Desta forma, associando educação ambiental com os deveres diários o programa cria perspectivas, e com isso, os integrantes abandonam o convívio com a criminalidade.



2. OUTRAS REALIZAÇÕES

PROGRAMA: 6006 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
1984 - Construção de Prédios e Próprios	200.000	0	0	0
3903 - Reforma de Prédios e Próprios	450.000	448.350	448.312	448.312
1535 - Melhoria das Estruturas Físicas do Jardim Zoológico de Brasília	450.000	448.350	448.312	448.312
8502 - Administração de Pessoal	5.882.391	5.986.819	5.900.574	5.900.574
8750 - Administração de Pessoal-Fundação Jardim Zoológico de Brasília-Candangolândia	5.882.391	5.986.819	5.900.574	5.900.574
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	330.000	317.000	313.622	313.622
9573 - Concessão de Benefícios a Servidores-Fundação Jardim Zoológico de Brasília- Candangolândia	330.000	317.000	313.622	313.622
8505 - Publicidade e Propaganda	47.000	47.000	46.301	46.301
8728 - Publicidade e Propaganda-Institucional - FJZB - Candangolândia	23.500	23.500	23.452	23.452
8729 - Publicidade e Propaganda-Publicidade de Utilidade Pública-FJZB-Candangolândia	23.500	23.500	22.849	22.849
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	5.021.705	9.103.865	8.880.463	8.859.403
9662 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Fundação Jardim Zoológico de Brasília- Candangolândia	5.021.705	9.103.865	8.880.463	8.859.403
TOTAL DO PROGRAMA 6006 - MEIO AMBIENTE	11.931.096	15.903.034	15.589.271	15.568.211

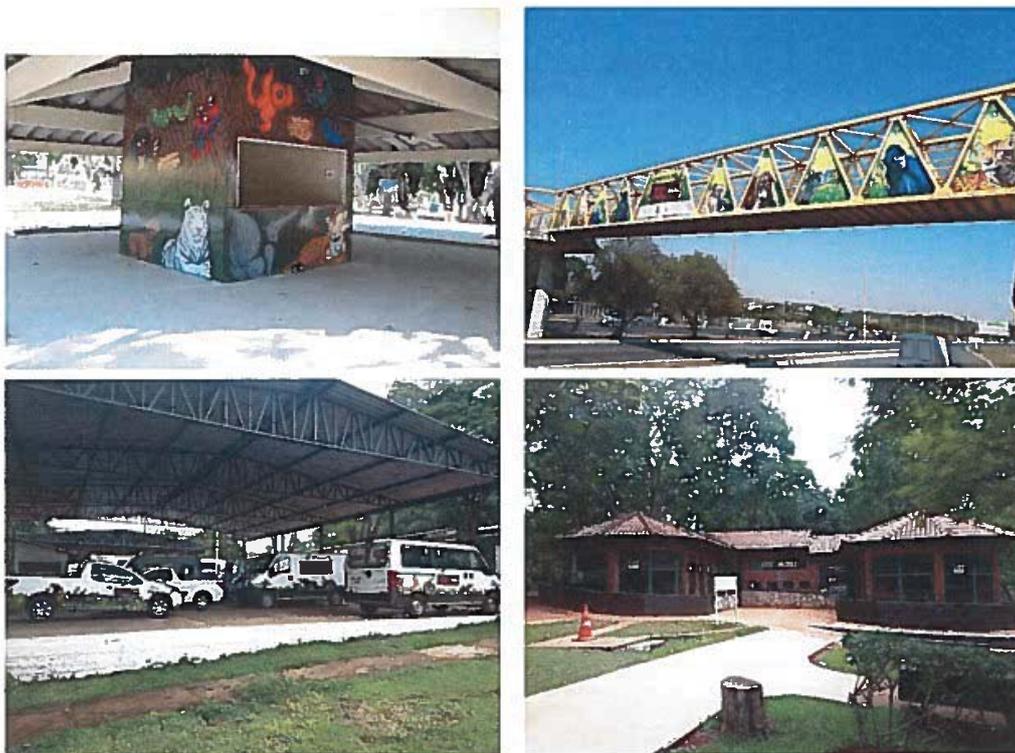
O contrato de prestação de serviços de mão de obra, com fornecimento de materiais, equipamentos e ferramentas, equipamentos de proteção individuais e coletivos e uniformes necessários a execução dos serviços no âmbito desta Fundação, conta com uma equipe em média de 209 (duzentos e nove) funcionários realizando atividades meio e fim, consiste de tratadores de animais, auxiliares de serviços gerais, pedreiros, serventes,

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003017 Beta

Relatório Anual de Atividades – FJZB – 2014

auxiliares de jardinagem, recreadores, operadores de bilheteria, entre outros. Trata-se de serviços de natureza contínua sendo de suma importância para o funcionamento desta instituição, pois sem a terceirização do serviço poderá ocorrer o fechamento do Jardim Zoológico.

Para atender as demandas e realizar a manutenção desta Instituição, foram adquiridos os seguintes materiais /equipamentos: 01 Caminhão Carroceria em madeira, cabine avançada 2 portas laterais, 270 cadeiras empilháveis, 60 mesas empilháveis, 01 retroescavadeira, 03 esmerilhadeiras angulares, 02 dobradores de tubo hidráulico, 04 microtratores com potência de 27hp - cortador de grama e doações de 02 aparelhos telefônicos simples com teclado, 01 aparelho telefônico com recurso discagem automática, 01 furadeira de impacto elétrica, 01 esmerilhadeira, 01 martelete perfurador, entre outros.



No sentido de melhorar a divulgação das informações sobre os animais ao público visitante, foram confeccionadas placas para serpentário, adesivos e placas para as ariranhas, placas de identificação para o Teatrinho, e também impressão de lona vinílica para a passarela (em frente à entrada) e adesivos para os veículos da FJZB.

Para reparações, adaptações e manutenções a serem efetuadas nas dependências da Fundação, foi necessária a contratação de empresa especializada em serviço de engenharia, que durante o ano executou: adaptação e recuperação do banheiro público (troca de assentos sanitários, válvula de descarga, cuba, torneira, espelhos, porta, piso, maçaneta); reparos elétricos (fornecimento e instalação de disjuntor, supressor, luminárias, interruptores, tomada, tubulação de cobre), adaptação do refeitório (instalação/ fornecimento de piso e revestimento, cubas, torneira, luminária, espelho).

SPR_ FROCC_000005 /15-Folha nº 003017 versão Paul

Relatório Anual de Atividades – FJZB – 2014



SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003018 Bete

Relatório Anual de Atividades – FJZB – 2014

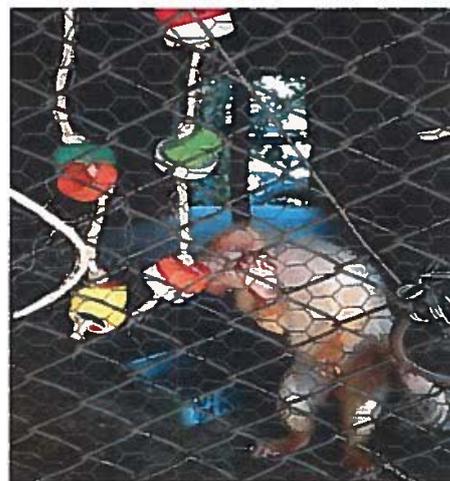
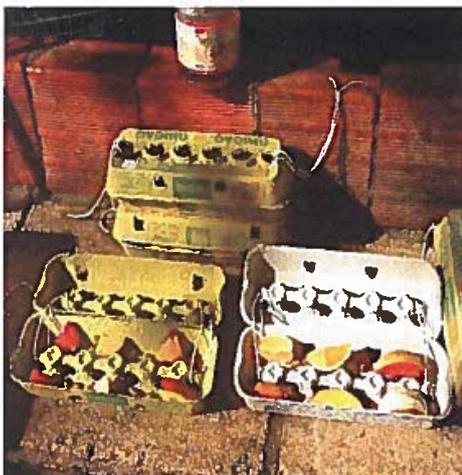
3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O Zoo Brasília realiza o condicionamento dos animais do plantel para que por meio de comandos os tratadores possam melhor interagir com os animais, facilitando a entrada em caixas de transporte e a realização de procedimentos veterinários, em conformidade com os protocolos operacionais padrão (POP'S). Exemplo dos SAGUIS PRETO ou SAGUIUNA – *Saguinus midas niger*, indivíduos treinados para entrarem e serem contidos no



cambiamento, permitindo a aproximação, toque e administração de medicação oral por meio de seringa.

O enriquecimento ambiental é uma ferramenta de extrema importância para redução do estresse dos animais, pois proporciona melhoria na qualidade de vida que reflete na saúde e bem estar dos mesmos. Exemplos são os mobiles de tampinha: construídos com material reciclável, tampinhas de garrafas, barbante e/ou sisal, utilizados pelos psitacídeos, primatas e tucanos. E, caixa de ovo com surpresa, caixas de ovos fabricadas de papelão, frutas cortadas dentro dos compartimentos ou larvas de tenébrios e mel, para primatas.



Uma parceria firmada entre a Fundação Jardim Zoológico e o Banco Regional de Brasília- BRB, oferece uma unidade móvel de conveniência dentro da área do parque, proporcionando mais comodidade para o público visitante e os funcionários, onde os serviços de saques, pagamento de contas, boletos, títulos de outros bancos poderão ser feitos.

Relatório Anual de Atividades – FJZB – 2014

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O orçamento de 2014 para Fundação Jardim Zoológico teve redução em 41,33% em relação ao exercício de 2013, o valor aprovado foi bloqueado, ficando o total liberado 62,30% menor do que o aprovado no exercício anterior.

Em verdade passamos o ano realizando alterações orçamentárias, suplementando o contrato de prestação de serviços de mão de obra e cumprindo os compromissos dos contratos previamente assumidos para que não houvesse o fechamento do zoológico.

Esperamos que no exercício de 2015 possamos executar mais ações, para continuarmos com a missão de encantar as pessoas por meio da ciência e integração com a natureza, visando mostrar a importância da fauna e sua interação com o ambiente. Oferecendo oportunidade de conhecer animais que vivem em locais distantes ou inacessíveis – dentro e fora do país – por um baixo custo. Além do entretenimento, também proporcionar muito aprendizado e consciência ambiental.

SPL PROC 00003 /15-folha Nº 003019 *Bete*

Relatório Anual de Atividades-IBRAM-2014

14.5. INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL – UO: 21.208

Competências

Criado pela Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007 (DODF 30/05/2007), reestruturado pelo Decreto 33.316 de 08 de novembro de 2011, e alterações, e regulamentado pelo Decreto nº 28.112, de 11 de julho de 2007, que instituiu seu Regimento Interno, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental, doravante denominado IBRAM, é uma entidade autárquica de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e tem por finalidades o disposto no artigo 2º de sua Lei de criação:

I – executar e fazer executar as políticas ambientais e de recursos hídricos do Distrito Federal;

II – controlar e fiscalizar, com poder de polícia, o manejo dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal, bem como toda e qualquer atividade ou empreendimento que cause ou possa causar poluição ou degradação do meio ambiente e dos recursos hídricos.

Para alcançar suas finalidades, as principais competências, descritas no artigo 3º de sua Lei de criação, bem como no artigo 3º de seu Regimento Interno, são:

I - propor normas e padrões de qualidade ambiental e dos recursos hídricos;

II - definir normas e padrões relativos ao uso e manejo de recursos ambientais e dos recursos hídricos;

III - propor e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação e vigilância dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

IV - propor a definição e executar o controle dos zoneamentos ambientais e do zoneamento ecológico econômico;

V - proceder à avaliação de impactos ambientais;

VI - promover o licenciamento, a autorização, a fiscalização e o monitoramento de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental, em todo o território do Distrito Federal;

VII - propor a criação e promover a gestão e a administração de todas as unidades de conservação e todos os parques sob domínio do Distrito Federal, bem como de outras áreas protegidas;

VIII - implantar e operacionalizar sistemas de informações e de monitoramentos ambientais e de informações sobre os recursos hídricos;

IX - fiscalizar e aplicar penalidades administrativas pelo não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor;

X - planejar e desenvolver programas de educação ambiental;

XI - promover a proteção e o manejo integrado de ecossistemas, de espécies, do patrimônio natural e genético e de representatividade ecológica do Distrito Federal;

XII - disciplinar, cadastrar, licenciar, autorizar, monitorar e fiscalizar atividades, processos e empreendimentos, o uso e o acesso aos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

XIII - regulamentar, analisar, registrar e controlar a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e a disposição final de produtos perigosos, no que tange à proteção ambiental, em atividades agrossilvopastoris, industriais, comerciais e de prestação de serviços, conforme legislação em vigor;

XIV - desenvolver ações de assistência e apoio às instituições públicas e à sociedade, em questões de acidentes e emergências ambientais e de recuperação e melhoria da qualidade ambiental;

XV - promover o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o apoio à adoção de tecnologias limpas, ao extrativismo e às populações tradicionais;

XVI - aplicar, no âmbito de sua competência, os dispositivos e acordos nacionais e internacionais relativos à gestão ambiental e dos recursos hídricos;

XVII - prevenir, monitorar e controlar desmatamentos, queimadas e incêndios florestais;

XVIII - julgar, em primeira instância, os recursos interpostos aos autos de infração e notificações oriundos do exercício do poder de polícia administrativa do Instituto;

XIX – fazer recolher, junto à conta da autarquia, preços públicos de licenciamento ambiental e dos recursos hídricos, multas, taxas de fiscalização ambiental e de recursos hídricos e recursos oriundos de compensações ambientais, entre outros, nos termos da legislação vigente.

Relatório Anual de Atividades-IBRAM-2014

De forma a exercer suas competências, o corpo técnico do IBRAM, se distribui conforme apresentado no quadro abaixo:

Força de Trabalho

SERVIDORES		Atividade-meio		Atividade fim		TOTAL
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do IBRAM		17	88	29	121	255
Quadro do IBRAM	Redistribuição	01	09	06	118	134
Requisitados	GDF	04	20	10	14	48
	GDF - Empresa	01	00	00	00	01
	Governo Federal	00	00	01	00	01
	Outros Estados	00	00	00	00	00
Servidores Comissionados sem Vínculo Efetivo		35	00	24	00	59
Contrato Temporário (Brigadista)		00	00	00	00	00
Força-tarefa		00	00	00	02	02
Termo de Cooperação Técnica SEE/IBRAM		00	00	00	03	03
FUNAP		00	010	00	00	10
Menor Aprendiz		00	48	00	00	48
Estagiários CIEE		00	09	00	04	13
SUBTOTAL:		58	184	70	262	574
Cedidos para outros órgãos		Com cargo em comissão		Sem cargo em comissão		
		0		7		
TOTAL GERAL						567

Tabela 01 – Número geral de servidores ativos, cedidos e do quadro próprio do IBRAM.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO GERAL: Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
2214 - PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CERRADO E COMBATE AS QUEIMADAS	1	0	0	0
3092 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS	10.000	20.001	3.437	2.678
0001 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS--DISTRITO FEDERAL	10.000	20.001	3.437	2.678
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	60.000	85.724	33.398	33.398
0001 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	60.000	85.724	33.398	33.398
4095 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	20.000	106.973	71.190	69.042
0001 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	20.000	106.973	71.190	69.042
4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	22.766	22.766	22.766	22.766
0001 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	22.766	22.766	22.766	22.766
4097 - INFORMAÇÕES PARA GESTÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	350.000	444.993	264.742	227.978
0001 - INFORMAÇÕES PARA GESTÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	350.000	444.993	264.742	227.978
4098 - PRESERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E RECURSOS FLORESTAIS	476.000	2.910.455	610.983	533.501
0001 - PRESERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E RECURSOS FLORESTAIS--DISTRITO FEDERAL	476.000	2.910.455	610.983	533.501
4099 - ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS	95.000	122.511	57.128	57.128
0001 - ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS--DISTRITO FEDERAL	95.000	122.511	57.128	57.128
4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	100.000	170.086	117.792	115.593

Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

745

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003020 Bete

Relatório Anual de Atividades-IBRAM-2014

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	100.000	170.086	117.792	115.593
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	1.000.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	2.133.767	3.883.509	1.181.436	1.062.085

Objetivo Específico: 009 – Mitigar e controlar os riscos de danos ao meio ambiente, ocasionados por acidentes e pela implantação de atividades utilizadoras de recursos ambientais e potencialmente poluidoras.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1036 Procedimento fiscalizatório	Unidade	1.232	31/12/2010	Anual	Desejado	4.480	1.500	1.950	2.085	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
					Alcançado	4.000	1.708	2.113	-	
1037 Parecer técnico conclusivo de licenciamento	Unidade	932	31/12/2010	Anual	Desejado	1.540	2.200	2.640	2.640	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
					Alcançado	798	811	263	-	
1309 Informação técnica Licenciamento	Unidade	1.108	31/12/2012	Anual	Desejado	-	1.400	1.680	2.016	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
					Alcançado	-	811	330	-	
1310 Licenças ambientais prévias concedidas	Unidade	18	31/12/2012	Anual	Desejado	-	25	30	36	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
					Alcançado	-	27	34	-	
1311 Licenças ambientais Instalações concedidas	Unidade	48	31/12/2012	Anual	Desejado	-	60	72	87	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
					Alcançado	-	61	66	-	
1312 Licenças ambientais operações concedidas	Unidade	112	31/12/2012	Anual	Desejado	-	140	162	202	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
					Alcançado	-	107	51	-	
1313 Autorizações ambientais concedidas	Unidade	59	31/12/2012	Anual	Desejado	-	70	84	100	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
					Alcançado	-	99	8	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Objetivo Específico: 010 – Promover a educação ambiental para melhoria da qualidade vida da população do Distrito Federal.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1041 Termos de cooperação estabelecidos	Unidade	1	30/06/2011	Anual	Desejado	2	4	6	8	IBRAM
					Alcançado	4	1	11	-	
1314 Multiplicadores capacitados em educação ambiental	Pessoa	-		Anual	Desejado	-	30	40	50	IBRAM
					Alcançado	-	32	151	-	
1315 Pessoas atendidas em educação ambiental	Pessoa	-		Anual	Desejado	-	1.000	1.200	1.500	IBRAM
					Alcançado	-	4.999	9.123	-	

Descrição dos Indicadores:**1041 – Termos de Cooperação estabelecidos**

No ano de 2014 permaneceram vigentes os Termos de Cooperação assinados com:

- União dos Escoteiros do Brasil

Instalação de Grupos Escoteiros do Distrito Federal em Parques definidos pelo IBRAM/DF, garantindo, pela presença dos convenentes, a utilização adequada dos Parques; o desenvolvimento de atividades: educativas, comunitárias voltadas para a preservação e manutenção dos locais ocupados; de educação ambiental para a comunidade local.

Relatório Anual de Atividades-IBRAM-2014

- **Grupo Escoteiro Candango**

Recuperação e preservação do Parque Vivencial da Candangolândia, bem como o reflorestamento das áreas degradadas e programação de uma estrutura mínima para visitação e prática de atividades educativas que não causem impacto ao meio-ambiente.

- **SECULT**

Gestão compartilhada Administrativa e Cultural do Centro Cultural Parque Três Meninas

- **CAESB**

Projeto Trilhas Ecológicas Interpretativas da Caesb – Caminhos Campestres, que compreende o levantamento e diagnóstico das áreas pertencentes ao Parque ecológico dos Pequizeiros e da APM do Córrego Quinze para futura implantação da Trilha Ecológica Interpretativa do Córrego Quinze; a elaboração de roteiro de uso e de plano de gerenciamento de riscos e contingências para uso da Trilha; a elaboração de projetos básico e executivo para implantação da Trilha; e Manual de Identidade Visual das Trilhas Ecológicas Interpretativa da Caesb – Caminhos Campestres, para a Trilha Ecológica Interpretativa do Córrego Quinze.

- **EMATER**

Apoio técnico-jurídico aos pequenos produtores rurais do distrito federal, necessário à inscrição do Cadastro Ambiental Rural, conforme previsto no Art.53º da Lei 12.651/2012, aos imóveis atingidos pelo inciso V e Parágrafo Único do Art.3º da mesma lei.

- **ADASA**

Parceria entre o IBRAM e a ADASA com vistas à integração de esforços entre as partes para o desenvolvimento de instrumentos e metodologias para a implementação de atividades relacionadas ao Plano de Manejo da Estação Ecológica de Águas Emendadas e outras atividades ambientalmente sustentáveis.

- **AGEFIS**

Transferência de conhecimento, disponibilização do Sistema Informatizado de Serviços e Ações Fiscais (SISAF) e compartilhamento da logística dos dois partícipes na realização de operações de fiscalizações.

- **WWF**

Acordo de Cooperação destinado à promoção do Cerrado, a educação ambiental e ações relativas à sustentabilidade e à ampliação do uso público dos parques e outras unidades de conservação do Distrito Federal.

- **ICMBio**

Formalização da ação supletiva para autorização prévia de atividades científicas e didáticas em unidades de conservação distritais utilizando o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade.

- **TERRACAP**

Terracap concede ao IBRAM acesso ao sistema eletrônico corporativo visualizador de dados espaciais de geoprocessamento - TERRAGEO - cujos direitos patrimoniais e autorais são da TERRACAP.

- **UNESCO**

Prorrogação do Projeto de Cooperação Técnica Ibram/Abc/Unesco até 30/06/2016, possibilitando a execução e cumprimento dos objetivos estabelecidos, principalmente no que tange ao aporte de conhecimento e qualificação da gestão ambiental do Ibram.

1314 - Multiplicadores capacitados em Educação Ambiental

Multiplicadores capacitados	40	Curso Reeditor Ambiental	20
		Desenvolvimento da metodologia NEPSO como instrumento de Educação Ambiental em Escolas de Planaltina	16
		Projeto Parque Educador	12
		Descoberto Coberto	103
TOTAL			151

- **Curso Reeditor Ambiental**

O curso Reeditor Ambiental é uma qualificação em educação ambiental, em especial, para professores da rede de ensino público do Distrito Federal, focalizando as experiências dos educadores acerca das questões culturais e ambientais, com carga horária de 180 horas, sendo 90 horas diretas e 90 indiretas. O curso já era realizado há 10 anos na Estação Ecológica de Águas Emendadas e, este ano, pela primeira vez, foi realizado no Parque Ecológico de Águas Claras, possibilitando a participação do público de outras regiões, como Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e Guará.

Relatório Anual de Atividades-IBRAM-2014

Foram efetuadas inicialmente 34 inscrições, porém frequentaram o curso apenas 20 participantes, sendo 17 professores da Secretaria de Estado Educação do DF, 01 servidor do IBRAM, 01 aluna da UnB, 01 ativista comunitário.

Foram realizados 26 (vinte e seis) encontros.

- **Desenvolvimento da metodologia NEPSO como instrumento de Educação Ambiental em Escolas de Planaltina**

A Educação Ambiental da Estação Ecológica de Águas Emendadas – ESEC-AE/IBRAM DF em parceria com a Faculdade UnB Planaltina – FUP, em um trabalho de extensão a comunidade, acordou em 2013 que em 2014 acompanharia 02 escolas públicas de Planaltina DF, com professores que já fizeram o Curso Reeditor Ambiental, em anos anteriores, com interesse em aprofundar e dar continuidade no uso da metodologia NEPSO como instrumento de educação ambiental na escola. As ações foram desenvolvidas no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC Assis Chateaubriand e o Centro de Ensino Fundamental Arapoanga – CEFA.

- **Projeto Parque Educador**

O Projeto Parque Educador visa viabilizar a concepção, elaboração e implementação de projetos de educação ambiental a serem implantados nas Unidades de Conservação do Distrito Federal, propiciando ao participante o desenvolvimento de uma consciência ambiental crítica, que lhe permita compreender melhor sua própria realidade socioambiental, e, a partir disso, oferecer instrumentos para que aconteça a apropriação do espaço público e o despertar dos participantes para a necessidade de agir, individual e coletivamente, em prol do meio ambiente, de suas comunidades e de suas escolas.

O Projeto inclui o atendimento a estudantes da rede pública e particular de ensino, à comunidade em geral e a capacitação de agentes multiplicadores que possam difundir essas práticas nas diversas Unidades de Conservação do Distrito Federal.

Com a realização do Workshop de Fotografia de Natureza, foram capacitados 10 servidores para a prática da fotografia de natureza, utilizando-se deste instrumento como ferramenta de Educação Ambiental.

Foi realizado curso destinado aos agentes de parque do IBRAM, capacitando 12 servidores, com o objetivo de disseminar atividades práticas de Educação Ambiental, para que possam ser aplicadas em outras Unidades de Conservação.

- **Descoberto Coberto**

O Descoberto Coberto consiste em um Projeto de Educação Ambiental Interinstitucional (CAESB, ADASA, IBRAM, ICMBIO, EMATER, SEAGRI e Associação Pró-Descoberto) que busca promover ações de sensibilização sobre a importância da preservação da APA do Descoberto visto que essa região é responsável pelo abastecimento de água de 70% do Distrito Federal. Assim, busca-se realizar atividades de forma bem lúdica nas escolas que abordem temas ligados ao Cerrado, uso consciente da água, prevenção dos incêndios florestais, descarte adequado dos resíduos sólidos na área rural, entre outros.

Através de palestras, oficinas, contação de histórias, plantio de mudas e visita ao Lago Descoberto, foram atendidas 168 crianças da Escola Classe Chapadinha, em comemoração ao Dia Mundial da Água, 60 crianças da Escola Classe Bucanhão e 220 crianças da Escola Classe Pólo Agrícola da Torre. Foram atendidas, aproximadamente, 120 crianças em atividades de Educação Ambiental (teatro, contação de história e feira de trocas) durante as comemorações do aniversário do Parque Ecológico Águas Claras (abril/2014) e em conjunto com o Projeto Teatro nos Parques (junho/2014).

Foram atendidos, aproximadamente, 150 alunos em oficinas, trilhas, palestras e apresentações teatrais no Centro de Educação Ambiental do IBRAM no Parque Ecológico Águas Claras.

1315 – Pessoas atendidas em educação ambiental

Indicador	Metas PPA 2014	Projeto	Resultados 2014
Pessoas Atendidas	1200	Apoio ao licenciamento ambiental do IBRAM	39
		Centro de Práticas Sustentáveis do IBRAM	816
		8º Encontro e Feira dos Povos do Cerrado	100
		Reeditor Ambiental	393
		Desenvolvimento da metodologia NEPSO como instrumento de Educação Ambiental em Escolas de Planaltina	156
		Palestras e Oficinas de Educação Ambiental em Escolas do DF	3.454
		Projeto Parque Educador	2.295

Relatório Anual de Atividades-IBRAM-2014

Indicador	Metas PPA 2014	Projeto	Resultados 2014
		Descoberto Coberto	948
		Fogo Apagou	922
TOTAL			9.123

As Unidades de Conservação (UC) no Distrito Federal encontram-se ladeadas e pressionadas pelo avanço da malha urbana, nesse sentido é necessária uma aproximação da comunidade com as Unidades de Conservação. O IBRAM trabalhou nesse sentido a fim de que os projetos fossem mediados por ações de educação ambiental:

- Apoio ao licenciamento ambiental do IBRAM;
- Centro de Práticas Sustentáveis do IBRAM;
- 8º Encontro e Feira dos Povos do Cerrado;
- Reeditor Ambiental;
- Desenvolvimento da metodologia NEPSO como instrumento de Educação Ambiental em Escolas de Planaltina;
- Palestras e Oficinas de Educação Ambiental em Escolas do DF;
- Projeto Parque Educador;
- Descoberto Coberto;
- Fogo Apagou.

Objetivo Específico: 011 – Gerar informações para suporte à gestão ambiental e às práticas sustentáveis no Distrito Federal.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1042 Pontos de monitoramento ampliados	Unidade	34	30/06/2011	Anual	Desejado	45	107	127	147	IBRAM
					Alcançado	87	197	186	-	
1043 Emergências Atendidas	%	-	-	Anual	Desejado	100	100	100	100	IBRAM
					Alcançado	100	100	100	-	

1042- Pontos de monitoramento ampliados - Para compor a apuração deste indicador, foram somados os pontos monitorados da qualidade do ar (5), qualidade da água e vazão das nascentes (16), trechos monitorados pelo projeto RODOFAUNA (3), pelo projeto MAPEAR (83), do PROTERM (1), do PROMAQ (76 pontos, sendo 66 parques e 10 unidades de conservação) e do PROMAE (13).

- **Projeto Rodofauna**

O Projeto Rodofauna tem com finalidade monitorar o impacto ambiental de rodovias sobre a fauna silvestre, identificando pontos críticos de acidentes a fim de direcionar a adoção de medidas mitigadoras, promovendo ações e estratégias conservacionistas e educativas. Dessa forma, são realizadas campanhas de carro para identificação de animais atropelados no entorno das principais Unidades de Conservação – UCs do DF percorrendo um trajeto pré-definido de 114 km.

- **Mapeamento de Áreas Degradadas e Fitofisionomias do Distrito Federal - MAPEAR**

O projeto tem como objetivo mapear as áreas degradadas e fitofisionomias do Distrito Federal - por meio de trabalho de campo, captação de pontos com uso do GPS e análise de imagens de satélite - identificando os tipos de degradação e ocupação do solo de maneira a auxiliar estratégias e ações futuras para a recuperação de áreas degradadas e manutenção dos recursos naturais, da fauna silvestre e da vegetação nativa. Foram feitas a organização e compilação do banco de dados do MAPEAR; a disponibilização dos mapas de todas as UCs monitoradas pelo projeto na intranet (ao todo são 65 parques, 9 ARIEs e 4 REBIOs); a revisão dos *shapes* dos mapas já publicados no site e unificação de todos os arquivos produzidos em um arquivo único para disponibilização aos servidores; e a finalização dos mapas das REBIOs e ARIEs das seguintes unidades de conservação: ARIE Cabeceira do Valo, ARIE Cruls, Bosque, ARIE Dom Bosco, ARIE Mato Grande, ARIE Paranoá Sul, ARIE Vila Estrutural, ARIE Torto, ARIE Riacho fundo, ARIE Granja do Ipê, REBIO Cerradão, REBIO Contagem, REBIO Gama e REBIO Guará.

Relatório Anual de Atividades-IBRAM-2014

- **Monitoramento da Qualidade do Ar**

O monitoramento da qualidade do ar, no primeiro semestre de 2014, continuou a ser realizado em parceria com a SEMARH com amostragens da rede de monitoramento fixo (Estações Rodoviária do Plano Piloto, Setor Comercial Sul, Fercal e Ciplan) e da campanha da qualidade ambiental promovida pela SEMARH (amostragens pontuais utilizando amostradores manuais e uma estação automática AQM60).

Foram realizadas análises das amostras obtidas pelos monitoramentos fixo e móvel para obtenção dos dados; a calibração e manutenção de todas as estações de monitoramento da qualidade do ar, estações automáticas e estações manuais; a preparação dos filtros para amostragens de material particulado em suspensão e dos reagentes químicos necessários para realização do monitoramento de dióxido de enxofre; e a compilação do banco de dados do monitoramento da qualidade do ar do Distrito Federal.

- **Projeto de Monitoramento do Campo Térmico do Distrito Federal – PROTERM-DF**

O programa tem por objetivo o monitoramento do campo térmico, de forma sistematizada para caracterizar e compreender o comportamento da temperatura na superfície, correlacionando-o com o padrão de uso e cobertura da terra, e assim, identificar áreas que favoreçam a formação de ilhas de calor na região urbana. O PROTERM contempla atualmente o monitoramento de algumas variáveis meteorológicas com temperatura, umidade relativa do ar, pressão barométrica, direção e velocidade do vento e radiação solar. Atualmente os dados da estação meteorológica do IBRAM, instalada no teto da sede do órgão, são coletados manualmente a cada 15 dias e os resultados disponibilizados no site do PMAI (Programa de Monitoramento Ambiental Integrado) no endereço <http://www.semarh.df.gov.br/pmai/>.

- **Adote uma Nascente**

O Programa Adote uma Nascente tem por finalidade incentivar e apoiar a adoção de medidas de preservação de nascentes no Distrito Federal.

Foram realizadas vistorias em área de nascente próxima à Chácara nº86 no Núcleo Rural da Ceilândia, onde está estabelecida a fábrica Prata Alimentos; na área de nascente próxima a AP limite NE do Parque do Areal; na área denominada Lagoa do Cedro, localizada na quadra 16 do SMPW; na área de nascente localizada no assentamento Márcia Cordeiro Leite, Chácara, 13 Planaltina; e na nascente localizadas na poligonal da chácara nº38, no Núcleo Rural Sobradinho II

- **Monitoramento quali-quantitativo**

Com o objetivo de acompanhar a qualidade e quantidade de água nas nascentes da ESEC-AE e na área de influência direta, o Programa Adote uma Nascente realiza o monitoramento quali-quantitativo, com frequência trimestral, em 16 pontos nas Unidades Hidrográficas Mestre D'armas e Vereda Grande.

- **Ruído Ambiental**

O programa ambiental tem por objetivo monitorar o ruído ambiental do DF, identificando as fontes dos ruídos geradores de poluição sonora. Para este monitoramento, são utilizados equipamentos de medição de nível de pressão sonora (SONÔMETROS), fixos ou móveis, e softwares de predição de ruído, para a geração dos mapas de ruído ambiental. Foi feito monitoramento dos jogos da Copa do Mundo da FIFA 2014 no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha.

- **Programa de Monitoramento de Área Queimada nos Parque e Unidades de Conservação do Distrito Federal – PROMAQ**

O Programa visa à identificação e avaliação das áreas queimadas por incêndios florestais nas unidades de conservação administradas pelo IBRAM. Tem como escopo a análise da susceptibilidade a incêndios florestais dessas unidades, bem como ações preventivas a ocorrência dessa degradação.

- **Levantamento de Aceiros**

Em 2014, o IBRAM cumpriu a meta de realizar o levantamento das necessidades de aceiro para todos os parques gerenciados. As vistorias indicaram o tipo de intervenção, bem como largura e extensão. O resultado foi apresentado em forma de mapa com indicação das faixas para confecção dos aceiros e locais de manutenção do aceiro já existente.

Relatório Anual de Atividades-IBRAM-2014

- **Contratação de Brigadistas**

Realizou-se concurso público para a contratação de 45 servidores temporários para o cargo de brigadistas florestais, para combater incêndios florestais nos parques e unidades de conservação e atender às necessidades da situação de emergência abarcadas pelo Decreto nº 34.389 de 22 de maio de 2013.

- **Programa de Monitoramento de Riscos com Produtos Perigosos**

Foram registrados duas ocorrências de acidentes envolvendo produtos perigosos. Todos os acidentes com produtos perigosos registrados foram monitorados, ainda que esse monitoramento tenha sido prejudicado pela falta de servidor habilitado no setor. Essa lacuna preocupa, pois afeta de forma negativa o atendimento às metas em 2014 e 2015. As instâncias superiores ainda não se manifestaram sobre como solucionar o problema. Nos dias 20, 21 e 22 de maio de 2014, foi organizado e realizado, em parceria com Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, o II Simpósio Internacional de Emergências com produtos Perigosos e Mostra Tecnológica. O evento contou com a participação de representantes de seis países (França, Inglaterra, EUA, Bielorrússia, Polônia e Brasil) e discutiu as doutrinas e matrizes de responsabilidades no atendimento à emergências com produtos perigosos.

- **Programa de Monitoramento de áreas erodidas – PROMAE**

O Programa visa à identificação e avaliação das áreas erodidas. Tem como escopo a classificação e o dimensionamento das erosões presentes nas Unidades de Conservação administradas pelo IBRAM. Em 2014 foi finalizado o relatório das atividades de 2013, bem como foram realizadas duas vistorias (Ceilândia e Brazlândia). O planejado era executar as vistorias do PROMAE juntamente com as do PROMAQ, mas devido à severidade do período seco e a necessidade de reforçar a equipe do PROMAQ, essa atividade ficou prejudicada.

1043 - Emergências Atendidas

Descrição dos Indicadores: Emergências atendidas

Em relação a este indicador, foram atendidas 100% das emergências comunicadas à unidade responsável, o que corresponde a 2 (duas) emergências com produtos perigosos.

Objetivo Específico: 012 – Promover a sustentabilidade das áreas protegidas e o manejo de recursos florestais do Distrito Federal

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1044 UC-USO Implantadas	Unidade	15	31/05/2011	Anual	Desejado	17	20	25	30	IBRAM
					Alcançado	5	25	9	-	
1316 UC-INT Recategorizadas	Unidade	-	-	Anual	Desejado	-	2	10	20	IBRAM
					Alcançado	-	-	3	-	
1318 Programas dos Planos de Manejo Implantados em UC-INT	Unidade	-	-	Anual	Desejado	-	1	3	5	IBRAM
					Alcançado	-	3	5	-	
1319 Número de Mudanças Resultantes da Compensação Florestal	Unidade	-	-	Anual	Desejado	-	150.000	200.000	250.000	IBRAM
					Alcançado	-	60.000	451.960	-	
1320 Quantidade de Mudanças destinadas para o plantio	Unidade	-	-	Anual	Desejado	-	500.000	500.000	500.000	IBRAM
					Alcançado	-	343.000	500.000	-	

Relatório Anual de Atividades-IBRAM-2014

1044 - UC-USO implantadas

Este indicador é resultante do somatório das Unidades de Conservação de Uso Sustentáveis com equipamentos implantados, em acordo com sua vocação ambiental, que se apresentam disponíveis para a população. Estas obras de revitalização foram quase que totalmente custeadas com recursos oriundos da Compensação Ambiental.

No ano de 2014 não houve conclusão nas implementações de novas Unidades de Conservação, porém varias frentes de trabalho foram iniciadas, através de planejamento e projetos, conforme relação abaixo:

- Parque Vivencial do Gama – Obra em execução onde as seguintes instalações serão entregues ao final: Sede administrativa, Quiosque Comercial, Banheiro Público, Guaritas, Duchas, Circuito Inteligente de Ginástica, Espaço Infantil, Espaço Feira, Espaço Idoso, Quadra de Areia, Quadra Poliesportiva e Campo de Futebol.
- A Obra para Implantação do Parque Prainha do Gama encontra-se em fase de licitação.
- A Obra do Parque do Tororó encontra-se no início, onde serão instalados: Sede Administrativa, Pista de Cooper, Guaritas, Banheiros Públicos, Playground Infantil.
- As obras do Parque de São Sebastião encontra-se em fase de planejamento e serão executadas com recursos de compensação ambiental pagas pela empresa Orimi.
- As obras do Parque do Recanto das Emas encontram-se na mesma fase de planejamento citado no item anterior e serão pagas também por compensação ambiental da empresa Orimi.
- A Implementação do Parque Canela de Ema encontra-se em planejamento na SEDHAB.
- A Implantação do Parque do Paranoá também encontra-se em planejamento na SEDHAB.
- As obras de implementação do Parque das Copaibas encontra-se em planejamento e possui previsão de início de execução para o mês de Janeiro.
- Hospital Veterinário possui suas obras em execução, sendo sua localização no interior do parque Lado do Cortado.

1316 - UC-INT recategorizadas

Este indicador é resultante do somatório das Unidades de Conservação de Proteção Integral recategorizadas de acordo com o Sistema Distrital de Unidades de Conservação – SDUC.

Em 2014, foram encaminhados processos de criação de três (3) Unidades de Conservação de proteção integral: Parque Distrital do Salto Tororó, Refúgio de vida silvestre das Magnólias e Refúgio de vida silvestre da Mata Seca.

1318- Programas dos planos de manejo implantados em UC-INT

Indicador resultante do somatório de programas de planos de manejo implantados em Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Em 2014 foram implantados 5 programas do Plano de Manejo da ESEC-AE (Estação Ecológica Águas Emendadas): Programa de Pesquisa, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, Programa de Educação Ambiental, Programa de Proteção e Fiscalização e Subprograma de Prevenção e combate aos Incêndios Florestais, superando a meta prevista de 03 programas implantados.

Publicação de Planos de Manejo:

- Plano de Manejo/Rezoneamento da APA da Bacia do São Bartolomeu;
- Plano de Manejo da REBIO do Guará;
- Plano de Manejo do Natural do Conjunto Espeleológico do Morro da Pedreira.

1319- Número de Mudras Plantadas Resultantes da Compensação Florestal

Em relação a este indicador, foi realizado o monitoramento em plantios decorrentes da compensação florestal nos Decretos nº 14.783/1993 e nº23.585/2003.

Foram vistoriados aproximadamente 451.960 (quatrocentos e cinquenta e uma mil novecentos e sessenta) mudas.

Vale mencionar que essas mudas referem-se à quantidade de mudas que estavam vivas, de modo que o número total de mudas plantadas foi superior.

094 - FISCAL 000003 / 15-FOLHA 15 000023 VERSÃO 2014

Relatório Anual de Atividades-IBRAM-2014

Informações Complementares Sobre as Compensações Ambiental e Florestal**Termos de Compromisso Firmados no Ano de 2014:**

Termos de Compromisso Firmados em 2014			
Unidade de Conservação	Atividades	Vigência (anos)	Tipo
Parque Lago do Cortado	Implantação do Hospital Público Veterinário; • Aquisição de trailer, Castramóvel	3	Ambiental
Parque Recreativo do Gama – Prainha	• Execução do cercamento do Parque por meio da instalação de alambrado em tubos de ferro galvanizado a cada 2,00 m, com altura de 2,00 m, fixados em blocos de concreto, com tela de arame galvanizado revestido com PVC, fio 12 e malha 7,5 cm.	3	Florestal
• Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema; • Parque Ecológico e Vivencial da Candangolândia; • Parque Lago do Cortado; • Parque Urbano e Vivencial do Gama; • Parque Urbano do Paranoá; • Parque das Copalbas.	Obras diversas de revitalização dos Parques	3	Florestal
Parque do Riacho Fundo	Implantação de sistema de iluminação com tecnologia fotovoltaica	3	Ambiental
Reserva Biológica da Contagem; segunda etapa do Parque Recreativo do Setor "O" em Ceilândia.	• Revitalizar o cercamento e outros serviços na REBIO da Contagem; • Elaborar projetos e executar obras e serviços com vistas à segunda etapa de implantação do Parque Recreativo do Setor "O"	3	Ambiental
Parque Canela de Ema; Urbano do Paranoá e Urbano e Vivencial do Gama	Implantação Completa dos Parques	3	Ambiental
Parque do Setor O	Implantação da 1ª Etapa do Parque do Setor O	3	Florestal
Diversas Unidades	Aquisição de GPS Geodésico com sistema RTK	3	Ambiental
Parque Três Meninas e Parque Península do Lago Sul	Serviços de revitalização elétrica e hidráulica	3	Ambiental
Parque Ecológico Tororó	Cercamento da Unidade	3	Ambiental
Reserva Biológica Cerradão	Cercamento da Unidade	3	Ambiental

1320 - Quantidade de Mudanças destinadas para o plantio

Foram destinadas mais de 500.000 (quinhentas mil) mudas para o plantio, conforme os Termos de Compromisso efetivamente assinados em 2014, para cumprimento da compensação florestal nos termos dos Decretos nº 14.783/1993 e nº 23.858/2003.

SFL PROC 00005 /15-Folha Nº 003024 beta

Relatório Anual de Atividades-IBRAM-2014

PROGRAMA TEMÁTICO: 6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
2426 - Reintegra Cidadão	134.420	166.101	166.100	150.100
8398 - Reintegra Cidadão-Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos-Distrito Federal	134.420	166.101	166.100	150.100
TOTAL DO PROGRAMA 6222	134.420	167.120	182.101	150.101

Contratação direta da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP) para ações de ressocialização e inserção social do trabalhador preso pelo Programa Reintegra Cidadão, mediante aprendizado de novas técnicas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado.

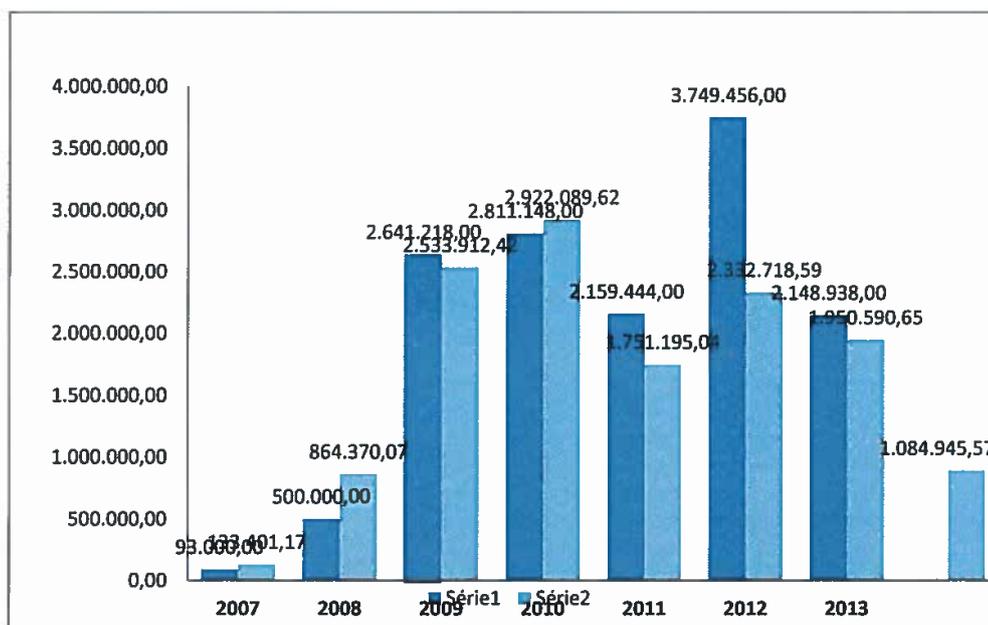
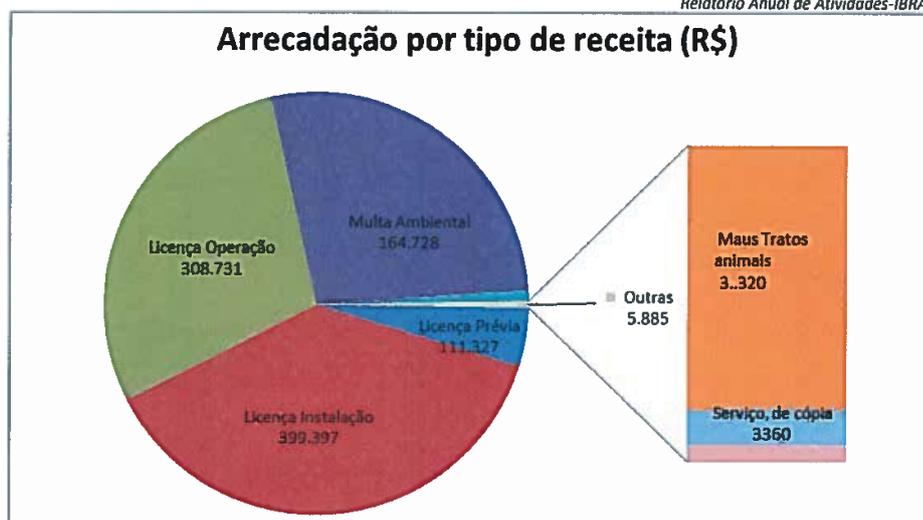
No mês de setembro/2014, O IBRAM possuía lotados 11 (onze) reeducandos; contudo, após a primeira semana de outubro/2014, 01 (um) reeducando foi desligado do quadro, pois conseguiu contratação para um posto de trabalho externo. Atualmente encontram-se lotados 10 (dez), reeducandos.

2. OUTRAS REALIZAÇÕES**PROGRAMA: 6006 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	511.098	240.921	83.733
2505 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS- PLANO PILOTO	0	511.098	240.921	83.733
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000	10.112	4.759	4.360
2583 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS- PLANO PILOTO	10.000	10.112	4.759	4.360
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	100.000	3.250	3.250	3.250
0015 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	100.000	3.250	3.250	3.250
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	100.000	107.160	91.924	91.924
0068 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS- PLANO PILOTO	100.000	107.160	91.924	91.924
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	24.079.492	41.134.047	39.894.214	39.894.214
8744 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS- PLANO PILOTO	24.079.492	41.134.047	39.894.214	39.894.214
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.992.000	1.946.325	1.891.321	1.891.321
9569 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS- PLANO PILOTO	1.992.000	1.946.325	1.891.321	1.891.321
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	244.000	208.985	188.985	170.490
8699 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	201.416	208.985	188.985	170.490
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4.064.103	5.598.150	4.593.628	4.053.635
9659 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS- PLANO PILOTO	4.064.103	5.598.150	4.593.628	4.053.635
TOTAL DO PROGRAMA 6006 - MEIO AMBIENTE	30.589.595	49.519.127	46.909.001	46.192.927

SPL PROC 00005 /15-Folha Nº 003024 vers 5.0
Paula

Relatório Anual de Atividades-IBRAM-2014



Arrecadação de Receitas Próprias - em reais (R\$) (Série 1 Previsto) (Série 2 Alcançado)

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003005 Bete

Relatório Anual de Atividades-IBRAM-2014

Comparativo Orçado/Arrecadado Fonte 220		
Ano	Receitas Planejada	Receitas Arrecadadas
2007	93.000,00	133.401,17
2008	500.000,00	864.370,07
2009	2.641.218,00	2.533.912,42
2010	2.811.148,00	2.922.089,62
2011	2.159.444,00	1.751.195,04
2012	3.749.456,00	2.332.718,59
2013	2.148.938,00	1.950.590,65
2014	2.561.180,00	1.084.945,57

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Nesta gestão, a presidência do IBRAM, dentre outros projetos, coordenou ações como “Tempo de Plantar” e “Plante uma árvore”. O objetivo é reflorestar parques, áreas degradadas e de preservação permanente de forma sustentável, com a participação dos cidadãos e das entidades públicas e privadas. Tendo também o Centro de Práticas Sustentáveis, LAS (Licenciamento Ambiental Simplificado), CastraMóvel, Centro de Excelência do Cerrado e Hospital Veterinário.

Centro de Excelência do Cerrado - Projeto Estratégico para Gestão da Política Ambiental do Cerrado

Estrutura Física /compensação ambiental

A estrutura física do Centro de Excelência do Cerrado – CEEX será executada em duas etapas distintas:

A primeira, no valor total de R\$ 3.120.549,06, compreende a execução da sede com área física construída de 1.622 m² dotada de um laboratório multidisciplinar, duas salas de aulas, uma biblioteca digital, um herbário virtual, cinco áreas para exposições e eventos, um espaço multiuso para palestras, seminários e apresentações, um espaço café e um mirante com visão panorâmica para a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília;

A segunda etapa, estimada em R\$ 800.000,00, compreende a execução das infraestruturas de ligação da rede elétrica, telefônica e hidráulicas, acessos e estacionamentos, e a construção de uma guarita de entrada para o CEEX pela DF-001. Esta etapa deverá ser executada no primeiro trimestre de 2015, com recursos provenientes de convênios e compensações ambientais;

A obra de estrutura física da sede do CEEX (1ª etapa) se encontra em fase de execução, com 80% de sua obra concluída através de compensação ambiental e com previsão para sua entrega final até 31/12/2014.

Este Centro atuará na promoção e difusão do conhecimento científico e tradicional sobre o Bioma Cerrado, sua valorização, proteção e desenvolvimento, difusão de tecnologia social, educação, e na intermediação entre o humano e o ambiental.

O CEEX buscará desenvolver atividades que promovam uma coexistência harmoniosa e sustentável, contribuindo para a formulação de políticas de meio ambiente e ciência tecnológica e inovação adequada à região do Cerrado.

Plano de gestão

Os promotores para a gestão do CEEX pretendem criar uma Associação privada de direito privado, sem fins lucrativos, que tenha o perfil de uma organização social, para levantar recursos necessários por meio de contratos de gestão com o governo do Distrito Federal, bem como com outros entes da federação, e parcerias com setor privado.

No arranjo institucional sugerido, o JBB e a SEMARH ocuparão posição central. A ideia é que o

Relatório Anual de Atividades-IBRAM-2014

Centro assuma a figura de uma organização social e estabeleça um contrato de gestão com o governo do Distrito Federal para alcançar os objetivos propostos.

Sua estrutura deverá prever: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo. O Conselho de Administração, de natureza deliberativa, estabelecerá diretrizes, aprovará projetos prioritários e realizará outras ações de interesse do Centro. Para aprofundar estudos e análises de questões complexas, o Centro poderá se organizar em Câmaras Técnicas, com apoio de especialistas convidados e, em parceria com universidade criará o Instituto de Estudos Avançados. O Conselho de Administração, juntamente com a Assembleia Geral, buscará alternativas financeiras sustentáveis para atuação e manutenção do CEEEX.

Captação de recurso

A captação de recursos para apoiar as atividades do CEEEX deverá ser efetuada através de convênios, acordos e das ações em parcerias com as instituições públicas e privadas.

Estabelecimento de parcerias

Os parceiros estratégicos serão as instituições, públicas e privadas, que trabalham com pesquisas da fauna e flora do Cerrado, e com as comunidades e povos tradicionais, bem como com o desenvolvimento de tecnologias adequadas que permitam o uso sustentável da biodiversidade do Cerrado, e seu ordenamento territorial que concilie a conservação com o uso. A parceria englobará trabalhos conjuntos, desenvolvimento de estudos e pesquisas, troca de informações, intercâmbio de pessoal, capacitação, divulgação científica, debates, etc.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Com muito esforço, conseguiu-se o cumprimento parcial das metas estabelecidas nos indicadores do 3º ano do PPA (2012-2015). Contudo, as reestruturações administrativas sofridas durante o período, o aporte de novas competências (Acordo de Cooperação Técnica nº 38/2013 IBAMA/IBRAM, previsto pela Lei Complementar nº 140 de 8 de dezembro de 2011, para execução das competências referentes à gestão dos recursos faunísticos do Distrito Federal, a ser exercido pelo IBRAM, com a criação do Setor de Gestão da Biodiversidade através do Decreto 34.860 de 20 de novembro de 2013) e a saída de servidores do quadro efetivo, dificultaram o cumprimento efetivo, em um formato sustentado, dos objetivos específicos impostos pela Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007

A Lei Orçamentária nº 5.289 de 30 de dezembro de 2013, destinou ao Instituto uma dotação inicial de R\$33.107.782,00, com um montante de R\$1.000.000,00 referente à emendas Parlamentares com destinação de recursos pré-determinadas. Em seguida, no dia 06 de janeiro de 2014 ocorreram bloqueios orçamentários efetuados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento no montante de R\$3.270.331,00, os quais impediram a emissão de notas de empenho necessárias para custear despesas de caráter continuado em sua totalidade para o corrente exercício, sendo parcialmente desbloqueados no decorrer do exercício de 2014.

Adicionalmente ocorreram bloqueios no montante de R\$ 278.650,00 referentes ao custeio de manutenção do Castramóvel e contingenciamentos no valor de R\$ 91.100,76 para atender ordem do Secretário de Planejamento.

O Instituto novamente torna-se "refém" da apuração do superávit primário, visto que o orçamento para execução das ações meio/ finalísticas foi inferior ao planejado para cumprimento mínimo das obrigações básicas do órgão. Logo, a previsão do cenário para 2015, aponta-se grandes dificuldades orçamentárias para cumprir as metas estabelecidas no 4º ano do PPA.

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003026 *Bets*

Relatório Anual de Atividades – FUNAM – 2014

14.6. FUNDO ÚNICO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL – FUNAM - UO: 21.901

O Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (FUNAM), instituído pelo art.73 da Lei Distrital nº 041 de 13/09/1989 é órgão de natureza contábil e seus recursos serão destinados exclusivamente à execução da política ambiental do Distrito Federal.

Os recursos financeiros destinados ao FUNAM serão aplicados em atividades de desenvolvimento científico, tecnológico, de apoio editorial e de educação ambiental e em despesas de capital relativas à execução da política ambiental do Distrito Federal (art.76 da mesma Lei).

A Lei nº. 3.984, de 28/05/2007, cria em seu artigo 13, o Conselho de Administração do FUNAM e o Decreto nº. 28.292, de 19/09/2007, dispõe sobre o Regimento Interno do Fundo e do Conselho.

São objetivos do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal:

- ✓ Apoiar programas e projetos voltados à execução da política ambiental do Distrito Federal;
- ✓ Promover a participação da sociedade civil na solução dos problemas ambientais do Distrito Federal.

As áreas de atuação do FUNAM atendem a programas, projetos ou atividades que visem à extensão florestal, manejo sustentado e conservação dos recursos naturais renováveis, unidades de conservação; pesquisas e desenvolvimento tecnológico; educação ambiental e divulgação; implantação de parques; controle ambiental e fortalecimento, estruturação e desenvolvimento institucional, e outros considerados condizentes com os objetivos do FUNAM.

Força de Trabalho

Com a reforma administrativa do Governo do Distrito Federal, constante do Decreto nº. 32.716 e publicado na Edição Especial do DODF de 1º de janeiro de 2011, o Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal, vincula-se novamente à estrutura orgânica da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A estrutura da nova SEMARH foi aprovada pelo Decreto nº. 33.315, de 08 de novembro de 2011 e o Conselho de Administração do Fundo – CAF/FUNAM teve sua criação através das Portarias nº 21 e 22, de 14/09/2012, publicada no DODF nº 190 de 19/09/2012.

O FUNAM está sob a supervisão direta do titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e é administrado pelo Conselho de Administração do Fundo - CAF/FUNAM.

O Fundo único de Meio Ambiente do Distrito Federal não tem quadro próprio, o apoio às atividades é realizado pela equipe da Secretaria Executiva De Órgãos Colegiados/SEORC, ligado ao Gabinete do Secretário.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO**PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

OBJETIVO GERAL: Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
3210 - Execução da Política Ambiental	4.700	6.580.382	79.713	79.713
0003 - Execução da Política Ambiental--Distrito Federal	4.700	6.580.382	79.713	79.713
TOTAL DO PROGRAMA 6210	4.700	6.580.382	79.713	79.713

SP1 - PROC 00003 /15-FUNAM Nº 000036 VERIFICAÇÃO

Relatório Anual de Atividades – FUNAM – 2014

Objetivo Específico: 003 – Financiar projetos com vistas à execução da política ambiental do Distrito Federal.**Indicadores:**

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1013 Editais lançados	Unidade	1	31/12/2010	Anual	Desejado	1	1	1	1	SEMARH
					Alcançado	-	-	1	-	
1014 Projetos apoiados	Unidade	1	31/12/2010	Anual	Desejado	3	3	3	3	SEMARH
					Alcançado	-	-	1	-	

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**Reuniões do CAF/FUNAM 2014**

DATA	REUNIÃO	PUBLICAÇÃO DODF
24/01/2014	7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	Nº 52, quinta-feira, 13 de março de 2014
28/02/2014	8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	Nº 52, quinta-feira, 13 de março de 2014
25/06/2014	5ª REUNIÃO ORDINÁRIA	Nº 155, quinta-feira, 31 de julho 2014
17/10/2014	6ª REUNIÃO ORDINÁRIA	Nº 253, quarta-feira, 3 de dezembro de 2014
30/10/2014	9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	Nº 253, quarta-feira, 3 de dezembro de 2014

Resoluções do CAF/FUNAM 2014

DATA	RESOLUÇÃO	PUBLICAÇÃO DODF
11/03/2014	Nº 01	Nº 54, segunda-feira, 17 de março de 2014
03/11/2014	Nº 02	Nº 251, segunda-feira, 1 de dezembro de 2014

Portarias do CAF/FUNAM 2014

DATA	PORTARIA	PUBLICAÇÃO DODF
20/01/2014	Nº 08	Nº 21, terça-feira, 28 de janeiro de 2014
06/02/2014	Nº 10	Nº 33, quarta-feira, 12 de fevereiro de 2014
04/07/2014	Nº 43	Nº 140, sexta-feira, 11 de julho de 2014
01/10/2014	Nº 67	Nº 223, quinta-feira, 11 de outubro de 2014

Extrato Demonstrativo Financeiro de Ingresso e Desembolso CAF/FUNAM 2014

PERÍODO	PUBLICAÇÃO DODF
1º BIM	Nº 63, sexta-feira, 28 de março de 2014
2º BIM	Nº 98, segunda-feira, 19 de maio de 2014
3º BIM	Nº 216, terça-feira, 14 de outubro de 2014
4º BIM	Nº 216, terça-feira, 14 de outubro de 2014
5º BIM	Nº 240, segunda-feira, 17 de novembro de 2014

Processos Deliberados pelo CAF/FUNAM 2014

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 25/06/2014		
PAUTA - PROCESSO/PROJETO	ASSUNTO	DELIBERAÇÃO
Projeto ATTR	Análise do projeto	Não houve reunião por falta de quórum
Processo nº 393.000.107/2013	Análise do processo	
Posse dos Conselheiros	Edital nº 001/2009-FUNAM/DF	
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 16/10/2014		
PAUTA - PROCESSO/PROJETO	ASSUNTO	DELIBERAÇÃO
Projeto ATTR	Projeto - Regularização Urbanística de áreas para a criação de unidades imobiliárias destinadas a recebimento, triagem e reciclagem de resíduos de construção e demolição civil – ATTR	Aprovado pelo CAF
Processo nº 393.000.107/2013	Projeto "Consolidação e Informatização da Legislação Ambiental Aplicável ao Distrito Federal".	Os conselheiros decidiram pela retirada do referido processo da pauta do dia e inseri-lo na pauta da reunião seguinte
7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - 24/01/2014		
PAUTA - PROCESSO/PROJETO	ASSUNTO	DELIBERAÇÃO
Processo 393.000.011/2014	Plano de Controle de Poluição Veicular – PCPV	Projeto aceito para apreciação pelo CAF
Projeto do Programa "BRASÍLIA CIDADE PARQUE"	Proposição do Projeto do Programa "BRASÍLIA CIDADE PARQUE" ao CAF	Proposta aceita pelo CAF. Proponente fará ajustes no projeto e o submeterá para análise posteriormente.
8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - 28/02/2014		

Relatório Anual de Atividades – FUNAM – 2014

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 25/06/2014		
PAUTA - PROCESSO/PROJETO	ASSUNTO	DELIBERAÇÃO
Processo 393.000.011/2014	Projeto Plano de Controle de Poluição Veicular – PCPV	Aprovação do Projeto PCPV
Calendário de Reuniões do CAF	Reuniões Ordinárias e extraordinárias	Aprovado
9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - 31/10/2014		
PAUTA - PROCESSO/PROJETO	ASSUNTO	DELIBERAÇÃO
Projeto - ATTR	Regularização Urbanística de áreas para a criação de unidades imobiliárias destinadas a recebimento, triagem e reciclagem de resíduos de construção e demolição civil - ATTR	Projeto aprovado pelo CAF
Processo nº 393.000.107/2013	Projeto de "Consolidação e Informatização da Legislação Ambiental Aplicável ao Distrito Federal"	Os conselheiros decidiram por atender as sugestões da Procuradoria Geral do Distrito Federal e dar prosseguimento ao projeto.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Durante o exercício de 2014, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através da Secretaria de Órgãos Colegiados – SEORC, apoiou as reuniões ordinárias e extraordinárias promovidas pelo Conselho de Administração do Fundo – CAF/FUNAM. Foram feitas análises de diversas propostas de projetos apresentadas ao FUNAM/DF, para financiamento com recursos financeiros do Fundo e dentre eles, 02 (dois) projetos foram aprovados pelo Conselho:

- 1- Projeto de Plano de Controle de Poluição Veicular – PCPV;
- 2- Projeto de regularização urbanística de áreas para a criação de unidades imobiliárias destinadas ao recebimento, triagem e reciclagem de resíduos de construção e demolição civil – ATTRs.

Estes projetos encontram-se em fase de tramitação interna (UAG/SEMARH) para preparação da minuta de Edital de Convocação. Foi executado o projeto de Estruturação Física e Fortalecimento Institucional da SEMARH (Processo nº 393.000.126/2013). Foi elaborado o Edital 01/2014 do FUNAM/DF e procedida sua publicação no DODF nº 249 de 27 de novembro de 2014, com prazo de 30 dias para recebimento de propostas. Cumprido o prazo nenhuma proposta foi apresentada a esta Secretaria. Foi dado o suporte técnico e funcional para a elaboração de documentos como: Atas, deliberações do CAF, extratos da demonstração financeira e de ingresso e desembolso do Fundo, Portarias do FUNAM, Resoluções e toda a assistência de competência da secretária executiva do fundo.

994. PR93. 00005 /15-Finha Nº 003027 versão Paula

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

15. SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL – UO: 22.101

A Secretaria de Estado de Obras, Unidade Orçamentária de Direção Superior, subordina-se diretamente ao Governador do Distrito Federal para execução de suas atividades nos termos do Decreto nº 32.716, de 01 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estruturação administrativa do Governo do Distrito Federal.

As competências da Secretaria de Estado de Obras definidas no Decreto citado são:

- I. Projetos, execução e fiscalização das obras públicas;
- II. Infraestrutura;
- III. Recuperação de equipamentos públicos.

O detalhamento dessas competências pode ser descrito como segue:

- a. Formular e implementar a política de infraestrutura do Governo do Distrito Federal;
- b. Coordenar a elaboração de projetos e a execução de obras públicas;
- c. Coordenar as atividades de conservação das áreas urbanizadas, ajardinamento e limpeza urbana;
- d. Gerenciar, fiscalizar, supervisionar, cadastrar obras públicas;
- e. Verificar os atendimentos aos requisitos de execução de obras;
- f. Licitar, contratar, executar e controlar obras e serviços;
- g. Promover os serviços de proteção e recuperação ambiental;
- h. Buscar parcerias por meio de Programas do Governo Federal e Organismo Internacional (Pró-Moradia, PAC-Habituação, Pró-Saneamento, Águas do DF);

IV. Realizar e aplicar os recursos conforme Lei Orçamentária Anual, destacadamente os empreendimentos de construção de próprios, reforma de edificações, manutenção de equipamentos urbanos em geral (viaduto, ponte, túnel, via pública, escola, posto de saúde, hospital, monumento, patrimônio histórico, feira, shopping popular, etc.), iluminação pública e saneamento.

Órgãos Vinculados

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Implantação, execução, conservação, manutenção e fiscalização de edificações, obras públicas e infraestrutura urbana de interesse do Governo do Distrito Federal.

CEB – Companhia Energética de Brasília – Implantação e manutenção de energia elétrica e iluminação pública no Distrito Federal.

CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Desenvolver atividades nos diferentes campos de saneamento básico, planejando, fiscalizando e operando os diversos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, bem como, garantir a preservação e conservação da captação de águas pluviais.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	19	-	21	01	41
Comissionados (sem vínculo efetivo)	57	-	56	-	113
Requisitados	Órgãos do GDF	21	24	-	45
	Órgãos do Governo Federal	01	-	-	01
Outros	-	06	-	07	13
Total Geral	98	06	101	08	213

Obs.: Posição em 31/12/2014.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO

A Lei Orçamentária Anual 2014, nº 5.289 de 30/12/2013 (DODF nº 283 de 31/12/2013 - Suplemento), do ponto de vista dos créditos consignados para programação de despesas para investimentos, destinava o montante de aproximadamente 286 milhões de reais, relativo à Fonte de Recursos 100 – Ordinário Não Vinculado. As realizações ocorreram de acordo com o disposto na programação orçamentária e financeira estabelecida para o exercício de 2014, na forma disciplinada pelo Decreto nº 35.114 de 29/01/2014.

No que se refere a este valor, houve a seguinte distribuição, decorrente das descrições e códigos de diferenciação das dotações orçamentárias e das disposições de tratamento de certos subtítulos, estabelecidos na Lei, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Bete

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003028

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Fonte 100 Grupo 4 – Investimentos Lei nº 5.289/2013	Dotação Inicial	Percentual Aproximado (%)	Dispositivo Específico de LOA
POSIÇÃO: 02/01/2014	285.877.548	100,00%	
PROJETOS ESTRUTURANTES PEDF	231.174.058	80,86%	Art. 8º, § 2º
EMENDAS PARLAMENTARES	48.840.000	17,08%	Art. 11
DEMAIS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS – NÃO INTEGRANTES DA CARTEIRA PEDF	5.863.490	2,06%	-

Observa-se que os recursos correspondentes ao percentual de 80,86% (R\$ 231.174.058,00) foram identificados como Projetos Estruturantes do Distrito Federal - PEDF, que constituem prioridades de governo reservadas em Orçamento, integrantes do que foi definido como Carteira PEDF.

Acrescenta-se que, quando da definição das prioridades de PEDF na elaboração da LOA-2014, não foi dada a Secretaria de Estado de Obras a oportunidade de sugerir dotações com demandas para compor a Carteira, o que ocasionou a não inclusão como PEDF de relevantes subtítulos orçamentários necessários para a programação de diversas intervenções. Então, com valores atribuídos pela LOA-2014 para investimentos, os trabalhos da Secretaria, exclusive à Carteira, ficaram inicialmente limitados ao percentual de 2,06% dos recursos estabelecidos.

Dessa forma, foram mantidos vários contatos junto à Casa Civil, a fim de proporcionar a inclusão dos demais programas institucionais na Carteira PEDF, especialmente as dotações que apresentaram déficit significativo para sua execução. Porém, o resultado foi a decisão daquela Pasta em excepcionalizar apenas 02 (dois) Programas de Trabalho, conforme consta no inciso XI, do § 1º, do art. 1º, do Decreto nº 35.114, de 29/01/2011. Estes Programas de Trabalho, inicialmente não identificados como Estruturantes, passaram a ser tratados similarmente aos créditos de PEDF, no que diz respeito às suplementações provenientes da Carteira, bem como a se favorecerem do benefício de não incidência do limite de 25% do valor total possível a ser remanejado, previsto no § 2º, do art. 8, da LOA-2014.

Sobre a execução dos recursos de PEDF, faz-se necessário esclarecer que estes são utilizados apenas diante da autorização prévia da Casa Civil, no âmbito de sua atuação quanto à coordenação da execução orçamentária e financeira dos órgãos da Administração Direta (Decreto nº 33.583, de 16/03/2012 - DODF nº 55 de 19/03/2012). Dentre os diversos empreendimentos prioritários em execução no Governo, a Casa Civil avalia a necessidade tanto de manutenção quanto de remanejamento desses créditos para outros órgãos do GDF que também possuem dotações PEDF em seu orçamento, com a finalidade de não represar créditos vinculados a demandas que ainda não estariam aptas a serem realizadas.

Nesse sentido, montante expressivo consignado com a identificação PEDF sofreu diversos remanejamentos, por parte do órgão gerenciador da Carteira, para atender as necessidades de outras Unidades que apresentavam projetos mais adiantados.

Das despesas a serem custeadas por recursos da Carteira PEDF, integrantes do orçamento desta Pasta, a maior parte destinou-se a execução de empreendimentos de importantes intervenções, com licitações em curso ou em preparação, cujos planejamentos, ao longo dos últimos quatro anos, requereram ações diversas por parte de vários setores do governo para suas implementações. O resultado foi que as reservas orçamentárias foram consideravelmente superiores aos créditos efetivamente utilizados nas contratações de obras e serviços que dependem da conclusão dos certames.

A seguir apresentam-se as principais relações de obras e serviços à conta de créditos da Carteira PEDF que terão repercussão em anos subsequentes:

Contratações	Valor R\$
Execução de via de acesso ao Núcleo Rural Sobradinho dos Melos, no Paranoá.	7.194.831
Execução de pavimentação asfáltica, blocos intertravados, melos-fios e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 01, em Ceilândia.	40.971.830
Serviços especializados em consultoria para a elaboração de levantamentos, estudos geológicos e geotécnicos; projetos executivos viários, urbanísticos, drenagem, infraestrutura, obras de arte especiais e orçamentos no Distrito Federal.	12.433.653
Execução de pista de caminhada, recuperação de pista existente e execução de passeios e paisagismo, no Parque da Cidade, no Plano Piloto de Brasília.	5.264.836

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Licitações Recém-Concluídas (Fase De Contratação)	Valor R\$
Execução de pavimentação asfáltica, calçadas e rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 02, em Ceilândia.	111.038.702
Execução de pavimentação asfáltica, calçadas e rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 03, em Ceilândia.	89.411.464

Licitação Recém-Concluída	Valor R\$
Execução de urbanização para requalificação de áreas públicas do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA.	9.403.668

Licitações Autorizadas Em Exercícios Anteriores	Valor R\$
Implantar drenagem pluvial nas faixas 01/02 Norte, 10/11 Norte e faixa 13 Sul - Programa Águas do DF, no Plano Piloto.	149.193.121
Implantar drenagem pluvial das sub-bacias 01 a 17 - Programa Águas do DF, em Taguatinga. (com prosseguimento autorizado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, Decisão nº 4614/2014).	154.209.400

Licitações Autorizadas No Exercício De 2014	Valor R\$
Execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico, em Santa Maria.	39.633.907
Execução de pavimentação, drenagem, sinalização, paisagismo e execução de obras de arte especiais em Vicente Pires.	504.664.392
Execução de pavimentação, drenagem e sinalização no Setor Habitacional Bunitis, em Sobradinho II.	37.028.927
Execução de pavimentação e drenagem no Setor Habitacional Bernardo Sayão, no Núcleo Bandeirante.	66.682.702
Construção de dois viadutos e acessos, na interseção da EPIG com a EPCB, no Plano Piloto, na altura da saída do Parque da Cidade para o Sudoeste.	25.354.182
Construção do túnel sob a Avenida Central, com a elaboração de projeto executivo, a execução de urbanização e reforma viária da Avenida Central e do viaduto da SAMDU, em Taguatinga.	273.033.883

Licitações Em Preparação	Valor Previsto (Avaliação Em Curso) R\$
Lançamentos de drenagem pluvial para o Polo JK, em Santa Maria.	24.185.779
Implantação do Corredor Eixo Oeste, Corredor Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia.	8.677.439
Implantação do Corredor Oeste, Trecho 2 - Avenida Hélio Prates, Ligação Sol Nascente / Pistão Norte, entre Ceilândia e Taguatinga.	45.954.846
Implantação do Corredor Eixo Oeste, Trecho 1 da EPIG, no Plano Piloto.	42.071.949
Implantação do Corredor Eixo Oeste, Trecho 3 da EPIG, no Plano Piloto.	55.535.447
Execução de pavimentação, drenagem, acessibilidade e sinalização no Condomínio Pôr do Sol, em Ceilândia.	71.146.102
Viadutos na Via de Ligação QE 32 do Guará com o Núcleo Bandeirante.	29.207.581
Ampliação da Estrada Parque Setor Policial Militar (ESPM), no Plano Piloto.	45.727.669
Recuperação da Barragem do Ribeirão do Gama, no Park Way.	14.172.009

Assim, do restante para investimentos, que corresponderam a 19,14% da dotação inicial, o percentual de 17,08% foi destinado as Emendas Parlamentares, com aplicações restritivas a suas descrições e finalidades. Como nos anos anteriores, a utilização de recursos de emendas esteve condicionada à comunicação formal, pelo autor, à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, conforme preceitua o Artigo 11, da LOA – 2014. Salienta-se ainda que, tal qual em 2013, esta Secretaria enviou documentos aos Deputados Distritais com créditos adicionados a esta Pasta para destacar a necessidade de procedimentos que permitissem a utilização desses recursos. Contudo, não houve respostas que possibilitassem a programação de grande parte desses créditos e repetiram-se os sucessivos cancelamentos efetivados nessas dotações.

Quanto ao percentual de 2,06% não incluído na base do PEDF, esses foram insuficientes para custear as despesas com contratos firmados em anos anteriores cujas obras estavam em execução. Ressalta-se que o montante relativo a este percentual, mesmo representando uma pequena parcela do orçamento total, sofreu imediato contingenciamento. Isto resultou em ações desta Secretaria junto a SEPLAN, mediante proposições de

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

substituições de contingenciamentos, que resultassem em remanejamentos pleiteados à conta de dotações não integrantes do PEDF, o que possibilitou reforço orçamentário para a continuidade de intervenções contratadas.

Cabe destacar que o Decreto nº 35.125/2014, que estabeleceu a antecipação do prazo de vigência dos Restos a Pagar não Processados - RPNP, fixada para 31/01/2014, pressionou ainda mais a necessidade de adequações orçamentárias das dotações não PEDF para quitação de despesas mediante Reconhecimento de Dívidas e para reposição de créditos, anteriormente inscritos em Restos a Pagar, conforme tabelas abaixo:

Comportamento Orçamentário dos Recursos não Vinculados à Carteira PEDF em 31/01/2014 (R\$ 1,00)

Lei – Dotação Inicial	Crédito Contingenciado	Despesa Autorizada
5.863.490	4.397.617	1.465.873

Comportamento Orçamentário dos Recursos não Vinculados à Carteira PEDF em 31/10/2014 (R\$ 1,00)

Lei Dotação Inicial	Alterações (Cancelamentos/Suplementações)	Crédito Contingenciado	Despesa Autorizada	Valor Empenhado
5.863.490	33.759.314	212.541	28.160.262	26.062.833

Após reforço orçamentário das dotações não vinculadas a carteira PEDF os créditos empenhados, destacados acima no valor de R\$ 26.062.832,92, apresentaram a seguinte destinação:

Reconhecimentos de Dívidas	Contratos Em Andamento (Complementação De Recursos, Reposição de Créditos Inscritos Em RPNP E/Ou Aditivos)	Contratos Novos
2.256.055	19.166.420	4.640.357

Valores R\$ 1,00

Salienta-se que esta Unidade Orçamentária, ainda descentralizou recursos para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP na importância total de R\$ 8.757.408,11, dos quais R\$ 2.059.930,63 foram oriundos da Carteira PEDF, R\$ 4.834.374,40 das Emendas Parlamentares e R\$ 1.863.103,08 dos demais programas institucionais não integrantes do PEDF para custear diversas obras.

A partir da Circular nº 016/2014-GAB/SEPLAN, de 11/08/2014, na qual a Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento alertava para a possibilidade de "eventuais problemas de cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2014", esta Pasta solicitou informações aos Executores de Contrato a respeito das situações e condições específicas de cada contrato em execução, frente aos valores até então empenhados e/ou a empenhar, que seriam necessários ainda no ano de 2014, conforme a Circular nº 023/2014-GAB/SO, de 14/08/2014, reiterada nos meses subsequentes.

No início de outubro, foi publicado o Decreto nº 35.881/2014, que estabeleceu vedação à emissão de empenhos, ressalvadas situações excepcionalizadas, além de contingenciamento dos saldos orçamentários disponíveis.

Neste contexto, tendo em vista as manifestações prestadas pelos Executores indicarem em determinados contratos não haver perspectiva de realizações físicas relativas a 2014 que justificassem a permanência dos saldos totais empenhados, promoveu-se o cancelamento de parte dos saldos, o que alterou o comportamento orçamentário que vinha se efetivando e estabeleceu novo cenário orçamentário, como demonstrado abaixo:

Comportamento Orçamentário dos Recursos (Grupo 4 - Investimentos) em 31/10/2014 (R\$ 1,00)

Valor Empenhado	Valor Liquidado	Empenhos A Liquidar
79.114.118	32.303.105	46.811.014

Comportamento Orçamentário dos Recursos (Grupo 4 - Investimentos) em 30/11/2014 (R\$ 1,00)

Valor Empenhado	Valor Liquidado	Empenhos Anulados* (no Mês)	Empenhos a Liquidar
66.346.520	37.738.842	13.901.022	28.607.678

*: Montante anulado, em sua maior parte, em decorrência das análises efetuadas pelos Executores de Contratos.

Entretanto, diante das disposições do Decreto nº 36.182 de 23/12/2014 (DODF nº 269 de 24/12/2014 - Suplemento), a despeito das avaliações procedidas por executores de contratos, as notas de empenho que apresentavam saldos a liquidar sofreram imediatos cancelamentos, efetivados em lançamentos no

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

SIGGo, no montante de R\$ 24.552.592,39 (Grupo 4 - Investimentos), os quais só puderam ser revertidos em reempenhos de apenas parte de saldos relativos a medições que se encontravam em processo de liquidação e pagamento, no montante de R\$ 857.065,37. Conseqüentemente, o cenário orçamentário final para 2014 impactará na utilização de créditos provenientes da LOA-2015 para obrigações desse exercício, bem como para continuidade de obras e serviços. O resultado destes cancelamentos apresenta-se da seguinte forma:

Comportamento Orçamentário dos Recursos (Grupo 4 - Investimentos) em 31/12/2014 (R\$=1,00)

Valor Empenhado	Valor Liquidado	Empenhos Anulados (no Mês)	Saldos de Empenhos Anulados/Bloqueados (Por Força do Decreto Nº 36.182/2014)	Saldos Reempenhados **
39.558.658	38.701.593	3.825.599	24.552.592	857.065

*: Montante anulado, em sua maior parte, em decorrência das análises efetuadas pelos Executores de Contratos.

** : Após Mensagem SIGGO nº 29.790, de 30/12/2014.

Com relação às Fontes de Recursos vinculadas a convênios, contratos de financiamentos e repasses sob a gestão desta Secretaria de Estado de Obras, a Lei Orçamentária Anual fixou em R\$ 787.331.176,00 (custeio e investimento) que, com os superávits consignados, resultaram em aproximadamente R\$ 793.964.565,00. Esses recursos foram estabelecidos a partir de metodologia de consultas prévias aos gestores, que fornecem os dados e promovem o acompanhamento dos financiamentos/convênios firmados com diversos órgãos, que são submetidos posteriormente à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, a qual, em conjunto com setores da Secretaria de Estado de Fazenda, decide as alocações que são integrantes do Projeto de Lei Orçamentária para cada exercício financeiro.

A realização das fontes de recursos vinculadas transcorre de acordo com a situação de cada intervenção a ser custeada, acompanhada, monitorada e instruída pelos gestores responsáveis e designados para tal fim, no âmbito da Secretaria de Obras, após o cumprimento de etapas técnicas e legais pertinentes e de requisitos estabelecidos pelos organismos contratados, ou cedentes, nos respectivos instrumentos pactuados.

PROGRAMA TEMÁTICO: 1350 - PROGRAMA DE GESTÃO DAS ÁGUAS E DRENAGEM URBANA DO DISTRITO FEDERAL - ÁGUAS DO DF.

OBJETIVO GERAL: Atuar na proteção dos recursos hídricos e promover a melhoria nas condições de saneamento ambiental e de drenagem urbana de locais do Distrito Federal.

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3020 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO, MONITORIA E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ÁGUAS DO DF	322.446	23.613	23.613	23.613
0001 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO, MONITORIA E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ÁGUAS DO DF - DISTRITO FEDERAL	322.446	23.613	23.613	23.613
3019 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA ÁGUAS DO DF	426.778	0	0	0
3020 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO, MONITORIA E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ÁGUAS DO DF	322.446	23.613	23.613	23.613
0001 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO, MONITORIA E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ÁGUAS DO DF - DISTRITO FEDERAL	322.446	23.613	23.613	23.613
3021 - REESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS DE DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES DO PROGRAMA ÁGUAS DO DF	24.545.454	0	0	0
3022 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - PROGRAMA ÁGUAS DO DF	2.863.635	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 1350	28.158.313	23.613	23.613	23.613

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

OBJETIVO ESPECÍFICO: 0001 - Atuar na proteção dos recursos hídricos e promover a melhoria nas condições de saneamento ambiental e de drenagem urbana de locais do Distrito Federal.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
781 Capacidade de Recuperação de Erosões no Programa	M²	0	-	Anual	Desejado	7.148	-	33.840	5.970	SO
					Alcançado	0	-	0		
782 Capacidade de Recuperação de Erosões no Programa	M	0	-	Anual	Desejado	75.387	-	50.955	64.543	SO
					Alcançado	0	-	0		

Por razões de manutenção das suspensões e adiamentos de certames licitatórios em 2014, não houve realização do Programa 1350 que permitisse a obtenção dos índices de seus indicadores. O tempo decorrido sem realizações finalísticas e o encerramento do contrato de financiamento levaram a Secretaria de Obras a providenciar ajustes ao empreendimento Águas do DF, com redução de escopo e a eliminação do Programa Temático 1350. Com foco nos sistemas de drenagem, a única ação orçamentária com licitações já lançadas será absorvida pelo Programa 6208 – Desenvolvimento Urbano. Essa alteração está consolidada no Projeto da Lei Orçamentária 2015, encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal através da Mensagem nº 243/2014-GAG, em 15 de setembro de 2014.

Descrição do Investimento – Programa 1350	Região	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2014	
				Unid.	Quant.
Executar serviços de auditoria de controles internos e demonstrações financeiras dos exercícios financeiros de 2012, 2013 e 2014 do Programa de Gestão das Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal. (CT 015/2012)	Distrito Federal	0012	Concluída	Unid.	3

Considerações sobre o Programa Águas do DF

O Programa de Gestão das Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal - Águas do DF tem por finalidade a melhoria dos sistemas de drenagem urbana no Plano Piloto e em Taguatinga. Até outubro de 2013 o Programa foi parcialmente financiado pela Corporação Andina de Fomento - CAF, atualmente denominada Banco de Desenvolvimento da América Latina, por meio do contrato de empréstimo firmado com o Distrito Federal. Considerando a situação em que se encontrava o andamento de cada ação do Programa, o Governo do Distrito Federal solicitou prorrogação do prazo de desembolso do Contrato de Empréstimo, mas a CAF decidiu pela não prorrogação desse prazo e o contrato expirou em outubro de 2013, sem uma alocação significativa de recursos do financiamento.

O Governo do Distrito Federal tomou providências para ajustar o escopo do Programa Águas do DF, que resultou em o Programa abranger apenas as reestruturações de sistemas de drenagem no Plano Piloto e em Taguatinga, devido ao estágio das licitações dessas obras (Editais de Pré Qualificações nº 001/2012 e 002/2012-ASCAL/PRES/NOVACAP). As providências para esse ajuste tramitam no Processo nº 110-000.234/2014.

Com isto, o Programa Orçamentário 1350 passou a ter a necessidade de sua eliminação após este exercício, haja vista a inexistência de realizações diretamente decorrentes das suas finalidades temáticas originalmente estabelecidas (fortalecimento institucional, recuperação ambiental e gerenciamento e monitoramento). A Ação 3021 - Reestruturação de Sistemas de Drenagem Pluvial e Obras Complementares do Programa Águas do DF, que é a única com escopo e volume de despesas ainda com possibilidade de futura realização, a partir de 2015 passará a integrar o Programa Temático 6208, por ser com este compatível e contribuir com o seu desenvolvimento.

Durante o ano de 2014 foram concluídos os serviços de auditoria de controles internos e demonstrações financeiras do exercício de 2013 do Programa de Gestão das Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal, o que finalizou a alocação de recursos do Programa.

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 - DESENVOLVIMENTO URBANO**OBJETIVO GERAL:** Promover o desenvolvimento sustentado do Distrito Federal, mediante ações de planejamento, monitoramento e controle urbano e territorial.

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1101 - IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO	1.300.000	1.445.638	1.445.635	1.445.635
0004 - IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	100.000	1.445.637	1.445.635	1.445.635
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	80.253.319	23.172.405	18.185.980	15.105.259
0147 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	4.090.909	11.117.701	11.026.471	11.026.471
1322 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF - DISTRITO FEDERAL	5.478.546	5.509.000	3.080.721	0
1870 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO EM TODO DF	12.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
1873 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF	4.000.000	398.900	143.577	143.577
9438 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-POLO JK- SANTA MARIA	1.636.364	1.301.961	1.301.960	1.301.960
9631 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-COMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ORLA- PLANO PILOTO	100.000	810.000	633.251	633.251
1337 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS	123.500	219.555	155.366	155.366
0001 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS-DISTRITO FEDERAL	23.500	219.555	155.366	155.366
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	100.000	720.232	646.265	646.265
1040 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-DISTRITO FEDERAL	100.000	720.232	646.265	646.265
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	7.136.364	1.966.470	343.248	343.248
0018 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA-DISTRITO FEDERAL	7.136.364	1.966.470	343.248	343.248
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	181.837.364	128.277.185	546.184	546.184
0018 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DISTRITO FEDERAL	470.000	546.185	546.184	546.184
3058 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA	40.689.940	31.092.509	1.068.932	548.932
0002 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-MESTRE D'ARMAS- PLANALTINA	5.547.475	3.641.862	548.932	548.932
0003 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-CONDOMÍNIO SOL NASCENTE - CEILÂNDIA	31.000.878	23.339.060	520.000	0
3246 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO	100.000	0	0	0
3615 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA	9.295.600	5.263.572	5.263.572	5.263.572
0010 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA-RECUPERAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO DE ESPORTE E LAZER E DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	6.834.880	5.263.572	5.263.572	5.263.572
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	29.818.182	40.477.623	11.862	11.862
9472 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-DISTRITO FEDERAL	9.818.182	20.477.623	11.862	11.862
5695 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSIÃO	47.000	1.989.996	1.887.317	1.887.317
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSIÃO-DISTRITO FEDERAL	47.000	1.989.996	1.887.317	1.887.317
TOTAL DO PROGRAMA 6208	350.801.269	234.625.186	29.554.360	25.953.639

Bete

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003031

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

OBJETIVO ESPECÍFICO: 0006 - Promover o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural do Distrito Federal, por meio da execução de obras de urbanização e infraestrutura urbana para proporcionar melhoria da qualidade de vida da população.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
933 Capacidade de Execução de Pavimentação de Vias no Distrito Federal	M²	-	-	Anual	Desejado	2.500.000	1.250.000	9.650.000	13.500.00	Secretaria de Obras
					Alcançado	1.723.802	2.871.430	4.287.400		
935 Capacidade de Execução de Redes de Águas Pluviais no Distrito Federal	M	-	-	Anual	Desejado	250.000	90.000	35.000	159.900	Secretaria de Obras
					Alcançado	47.551	23.703	36.724		

Da mesma forma que os exercícios anteriores, os resultados apresentados concentraram-se nos dados apurados e consolidados pela NOVACAP, a principal executora dos serviços, obtidos pelo aporte significativo de recursos dessa Unidade, que resultou nos indicadores alcançados em todo o Programa 6208. O déficit na meta de pavimentação de vias no Distrito Federal foi devido a não efetivação de recursos para o “Programa Asfalto Novo”, o que impediu a implantação da extensão de vias prevista para este ano. Além disso, em menor escala, não houve desfecho de procedimentos licitatórios de obras previstas com impacto no indicador. Quanto à meta de drenagem pluvial, o desempenho positivo e ligeiramente superior ao esperado para 2014 deveu-se à implantação de redes, em especial no Setor Noroeste.

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6208	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2014	
				Unid.	Quant.
Reconstruir pavim. asfáltica, passeios e meios-fios no Setor de Múltiplas Atividades (SMAS), Trecho 04, Lotes 6/8 e 6/9, Brasília. (CT 029/2012)	Plano Piloto	0015	Concluída	m²	11.050
Executar Pavimentação asfáltica (estacionamentos) e Drenagem Pluvial na Quadra 03 do SAAN, em Brasília. (CT 008/2013)	Plano Piloto	0016	Concluída	m²	36.750
Executar pavim. asfáltica, passeios e meios-fios na duplicação da Estrada Clubes Esportivos, entre a Avenida das Nações e a Ponte JK. (CT 016/2013)	Plano Piloto	0017	Concluída	m²	30.844
Fornecimento e Plantio de Gramas Batatais em Placas em diversos locais do Setor Central de Brasília - Lote 1. (CT 053/2013)	Plano Piloto	0018	Concluída	m²	5.000
Fornecimento e Plantio de Gramas Batatais em Placas em diversos locais do Setor Norte de Brasília - Lote 2. (CT 054/2013)	Plano Piloto	0019	Paralisada	m²	5.700
Fornecimento e Plantio de Gramas Batatais em Placas em diversos locais do Setor Sul de Brasília - Lote 3. (CT 055/2013)	Plano Piloto	0020	Paralisada	m²	3.125
Construir estacionamento com drenagem no Hospital da Criança José Alencar, localizado na Asa Norte. (CT 002/2014)	Plano Piloto	0021	Concluída	m²	1.733
Construir drenagem pluvial na Quadra 45, Conjunto B, Casa 18, e outras, no Setor Central do Gama. (CT 079/2013)	Gama	0022	Concluída	m²	818
Execução de drenagem pluvial na QND 30, Taguatinga. (CT 011/2012)	Taguatinga	0023	Paralisada	m²	80
Executar serviços de pavim. asfáltica, passeios, meios-fios e ajardinamento na Praça de Modas, do Polo de Modas do Guará. (CT 023/2013)	Guará	0024	Concluída	m²	8.056
Construir drenagem pluvial em diversos locais das Avenidas Jequitibá, Araucária, Flamboyant e Jacarandá, em Águas Claras. (CT 031/2013)	Águas Claras	0025	Concluída	m²	4.265
Elaboração de projeto de drenagem pluvial no Setor de Oficinas Sul (SOF/Sul), no Guará e Grande Colorado, em Sobradinho. (CT 171/2009)	Distrito Federal	0026	Concluída	Un.	1
Pavimentação, meios-fios, sinalização e drenagem pluvial nas Quadras, QNP 21, 23, 25 e 27; QNR 02, 03 e 04; e QNQ 07, em Ceilândia. (CT 247/2007)	Ceilândia	0027	Paralisada	m²	198.900
Reavaliar os lançamentos finais da drenagem pluvial do Polo JK, em Santa Maria. (CT 001/2013)	Santa Maria	0028	Concluída	Un.	1
Complementar pavimentação e drenagem no Polo JK em Santa Maria - Trechos 3 e 4 - Lote 2. (CT 017/2013)	Santa Maria	0029	Concluída	m²	51.002
Complementar pavimentação e drenagem no Polo JK em Santa Maria - Trecho 3 - Lote 1. (CT 018/2013)	Santa Maria	0030	Concluída	m²	13.600
Execução de paisagismo, parque infantil e PEC na QR 206 e 204, passeios, rampas, PEC e quadra poliesportiva na QR 206, em Samambaia. (CT 051/2013)	Samambaia	0031	Paralisada	m²	3.200
Construir praças e calçadas ao longo da EQ 203/303, em Santa Maria. (CT 069/2013)	Santa Maria	0032	Concluída	m²	6.723

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6208	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2014	
				Unid.	Quant.
Adicionar estudos e desenvolvimento aos projetos de urbanismo, geometria, terraplenagem, pavimentação, drenagem pluvial, obras de artes especiais e sinalização em vias do DF. (CT 249/2008)	Distrito Federal	0033	Concluída	Un.	1
Execução de serviços de fiscalização e de engenharia para construção de um viaduto e suas alças de acesso. (CT 049/2013)	Distrito Federal	0035	Concluída	Un.	1
Executar asfalto e a 2ª Etapa do sistema de drenagem pluvial no Mestre D'Armas, em Planaltina - Lote 1 MDA. (CT 057/2008)	Planaltina	0036	Concluída	m²	96.164
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura na Asa Norte e no Lago Norte - Lote 1. (CT 035/2013)	Distrito Federal	0037	Paralisada	Un.	2
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura na Asa Sul e no Lago Sul - Lote 2. (CT 036/2013)	Distrito Federal	0038	Paralisada	Un.	2
Executar manutenção de mobiliário urbano de esporte, de lazer e de cultura em Brasília, Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal - Lote 3. (CT 037/2013)	Distrito Federal	0039	Paralisada	Un.	5
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura em Ceilândia - Lote 4. (CT 038/2013)	Ceilândia	0040	Paralisada	Un.	1
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura em Taguatinga - Lote 5. (CT 039/2013)	Distrito Federal	0041	Paralisada	Un.	1
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura em Vicente Pires, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, SIA, SCIA (e Estrutural), Cruzeiro e Sudoeste/Octogonal - Lote 6. (CT 040/2013)	Distrito Federal	0042	Paralisada	Un.	8
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura em Águas Claras e Guarã - Lote 7. (CT 041/2013)	Distrito Federal	0043	Paralisada	Un.	2
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura no Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II - Lote 8. (CT 042/2013)	Distrito Federal	0044	Paralisada	Un.	3
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura no Gama e em Santa Maria - Lote 9. (CT 043/2013)	Distrito Federal	0045	Paralisada	Un.	2
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura em Jardim Botânico, São Sebastião, Varjão, Itapoã e Paranoá - Lote 10. (CT 044/2013)	Distrito Federal	0046	Paralisada	Un.	5
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura em Samambaia - Lote 11. (CT 045/2013)	Distrito Federal	0047	Paralisada	Un.	1
Execução de urbanização, revitalização de praças situada na EQNM 3/5, em Ceilândia. (CT 032/2012)	Ceilândia	0048	Paralisada	m²	15.144
Reformar quadra poliesportiva e revitalizar praça na EQNN 19/21, em Ceilândia. (CT 009/2013)	Ceilândia	0049	Paralisada	m²	15.196
Urbanizar área livre e revitalizar praça na EQ 304/307, em Santa Maria. (CT 046/2013)	Santa Maria	0050	Atrasada	m²	1.440
Executar limpeza, desassoreamento, regularização e compactação, fornecimento e assentamento de placas de concreto, gabiões, alambrado e plantio de grama no Lançamento 05, localizado às margens da BR-060, em Samambaia. (CT 068/2013)	Samambaia	0051	Concluída	m²	11.230
Elaborar plano de emergência com estudos e avaliação de riscos para recuperação da Barragem do Ribeirão do Gama, Quadra 17, Setor de Mansões Park Way. (CT 015/2013)	Park Way	0052	Concluída	Un.	1
Construir a via ligação entre a Entrepraça 912/913 Sul e o Parque da Cidade Sarah Kubistchek. (CT 056/2013)	Plano Piloto	0092	Concluída	m²	7.000
Construir acesso ao Núcleo Rural Sobradinho dos Melos, no Paranoá. (CT 008/2014)	Paranoá	0093	Andamento Normal	m²	51.200
Gramar canteiros viários na Cidade do Automóvel. (CT 009/2014)	SCIA	0094	Concluída	m²	31.830
Descentralização de crédito orçamentário para executar estacionamento, vias internas, pista de Cooper e calçamento no Projeto Orla - Polo III - Complexo Brasília Palace - Concha Acústica, no Plano Piloto-DF. (CT 537/2010 - NOVACAP)	Plano Piloto	0098	Paralisada	m²	14.550
Elaborar projeto de drenagem pluvial no Córrego Atoleiro, Setor Tradicional de Planaltina. (CT 003/2014)	Planaltina	0099	Concluída	Un.	1
Recuperar calçamento no Santuário Dom Bosco, no SHCGS 702, em Brasília. (CT 007/2014)	Plano Piloto	0114	Concluída	m²	2.660
Descentralização de crédito orçamentário para construir contenção de erosão na Av. do Contorno, Lote 14 e margens do Córrego Riacho Fundo, no Núcleo Bandeirante. (CT 656/2013 NOVACAP)	Núcleo Bandeirante	0115	Concluída	m²	500
Executar obras civis, vegetação e compensação ambiental, relativos ao PRAD do Condomínio Privê, em Ceilândia. (CT 010/2014)	Ceilândia	0116	Andamento Normal	m²	7.320

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003032 Bete

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6208	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2014	
				Unid.	Quant.
Construir estacionamento público na Quadra 02 do Setor Bancário Norte, Plano Piloto. (CT 014/2014)	Plano Piloto	0121	Paralisada	m²	2.300
Reavaliar o projeto de drenagem pluvial da Estrada Parque Cabeça de Veado - EPVC, no Lago Sul. (CT 076/2013)	Lago Sul	0126	Paralisada	Un.	1
Construir pavimentação, calçadas com rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 1, em Ceilândia. (CT 015/2014)	Ceilândia	0128	Atrasada	m²	3.900
Executar drenagem pluvial em diversos locais da Região Administrativa do Cruzeiro. (CT 075/2013)	Cruzeiro	0132	Concluída	m²	458
Descentralização orçamentária para construir o estacionamento do Fórum, na QC 01, frontal ao Conj. N, em Santa Maria. (CT NOVACAP)	Santa Maria	0134	Concluída	m²	2.245
Descentralização de orçamentária para construir calçadas e meios-fios na Quadra Central e QR302 de Santa Maria. (CT 565/2014-NOVACAP)	Santa Maria	0135	Concluída	m²	910
Construir pista de caminhada e passeios, recuperar pista existente e implantar paisagismo no Parque da Cidade em Brasília. (CT 018/2014)	Plano Piloto	0136	Paralisada	m²	-
Elaborar um conjunto de levantamentos, estudos, projetos e orçamentos de urbanização e obras de arte especiais no DF. (CT 017/2014)	Distrito Federal	0144	Iniciada	Un.	-
Construir estacionamento e alambrados na Clínica da Família, na QS 05, Areal, em Águas Claras. (CT 019/2014)	Plano Piloto	0152	Iniciada	m²	-

Foto 1



Foto 2



Construção de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial na Quadra 03 do Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, em Brasília – CT 008/2013-SO, obra concluída;

Foto 3



Foto 4



SEN PROC 00003 /15-Folha Nº 003022 ver:sa:Paula

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Execução de pavimentação asfáltica passeios e meios-fios na duplicação da Estrada de Clubes Esportivos, entre a Avenida das Nações e o acesso à Ponte JK, no Plano Piloto – CT 016/2013-SO, obra concluída;

Foto 5

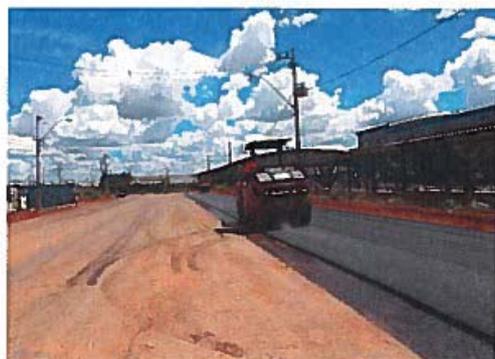


Foto 6

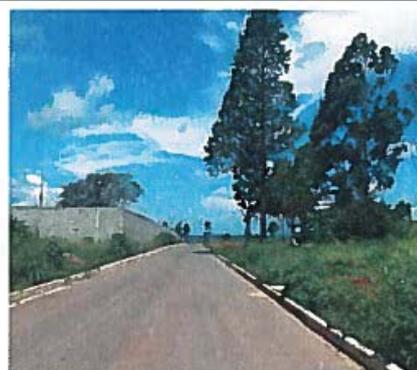


Complementação de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Polo JK, Trechos 03, Conjuntos Pares, e Trecho 4- Lote 2, na Região Administrativa de Santa Maria – CT 017/2013-SO, obra concluída;

Foto 7



Foto 8



Complementação de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Polo JK, Trechos 03, Conjunto 3 - Lote 1, na Região Administrativa de Santa Maria – CT 018/2013-SO, obra concluída;

Foto 9

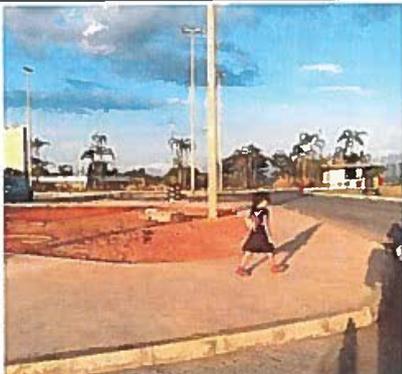


Foto 10



SPL FROCC 00003 /15-Folha nº 003033 Bete

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Executar praça e calçadas ao longo da EQ 203/303 - Santa Maria, CT 069/2013-SO, obra em andamento;	
Foto 11	Foto 12
	
Executar serviços de drenagem pluvial, estacionamento em blocos de concreto, meios fios passeios e cordão de concreto no Hospital da Criança de Brasília – José de Alencar – Brasília, CT 002/2014-SO, obra concluída;	
Foto 13	Foto 14
	
Construção da via de acesso ao Núcleo Rural Sobradinho dos Melos no Paranoá – CT 008/2014 (segue), obra em andamento;	
Foto 15	Foto 16
	

SRA. TÂNIA CRISTINA DE OLIVEIRA / 15-01/14 Nº 003053 versão Final

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Construção da via de acesso ao Núcleo Rural Sobradinho dos Melos no Paranoá – CT 008/2014 (continuação), obra em andamento;

Foto 17



Foto 18



Executar revegetação e compensação ambiental referente ao plano de recuperação de áreas degradadas - PRAD do Condomínio Privê em Ceilândia – CT 010/2014-SO, obra em andamento;

Foto 19



Foto 20



Executar pavimentação asfáltica, bloco intertravados, meios-fios e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente – Trecho 01, em Ceilândia – CT 015/2014-SO, obra em andamento.

Além dos investimentos relatados neste programa, destacam-se também as principais licitações formalizadas em 2014 e que serão executadas no próximo exercício, quais sejam:

- Construir calçadão, ancoradouro em madeira e praça às margens do Lago Paranoá - Asa Sul;
- Execução de drenagem pluvial em diversos locais do Gama - RA II - Distrito Federal; e
- Execução de obras de urbanização objetivando a requalificação de áreas públicas, no Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA.

Destaca-se ainda que neste exercício ocorreu a contratação do Trecho 1 e a conclusão dos procedimentos licitatórios dos Trechos 2 e 3 das obras de pavimentação, calçadas, rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia e respectivo início dessa importante intervenção, o que possibilitará o ingresso de recursos provenientes de financiamento com a Caixa Econômica Federal.

Salienta-se também as licitações em curso para obras deste Programa, também integrantes de planos de trabalho de financiamentos que ampliarão a perspectiva de efetiva realização de fontes de recursos vinculadas a operações de créditos/repasse, quais sejam:

- Execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Lotes 01 a 11, em Vicente Pires;

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003034 Bete

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

- Execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico, Lotes 01 a 08, em Santa Maria;
- Execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritys, Lotes 01 a 07, em Sobradinho II; e
- Execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Arnuqueiras, Distrito Federal.

Como destacado no Panorama da Execução Orçamentária e Financeira, as realizações da Secretaria de Obras, vinculadas a créditos de financiamento e repasse e de Emendas Parlamentares, não se efetivaram devido a adiamentos licitatórios e remanejamentos e cancelamentos diversos. A maior parte desses créditos concentrou-se nas dotações do Programa 6208, o que reduziu o resultado dos trabalhos em relação aos anos anteriores.

2. OUTRAS REALIZAÇÕES

PROGRAMA: 6004 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - INFRAESTRUTURA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	100.000	126.500	126.500	126.500
0033 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE OBRAS- GUARÁ	100.000	126.500	126.500	126.500
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	3.045.455	887.078	624.676	624.676
0019 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	3.045.455	887.078	624.676	624.676
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	100.000	1	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	470.000	42.224	42.224	42.224
2570 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE OBRAS- GUARÁ	470.000	42.224	42.224	42.224
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	100.000	8.615	8.615	8.615
0016 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	100.000	8.615	8.615	8.615
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	47.000	23.712	15.912	15.912
0066 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE OBRAS- GUARÁ	47.000	23.712	15.912	15.912
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	20.651.952	16.386.951	16.372.456	16.372.393
0092 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE OBRAS- GUARÁ	20.651.952	16.386.951	16.372.456	16.372.393
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.170.000	772.893	772.891	772.891
7003 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE OBRAS- GUARÁ	1.170.000	772.893	772.891	772.891
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	728.500	424.518	424.517	423.020
0091 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- SECRETARIA DE OBRAS- GUARÁ	728.500	424.518	424.517	423.020
TOTAL DO PROGRAMA 6004	26.412.907	18.672.492	18.386.791	18.386.232

Prédios e Próprios

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6004	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2014	
				Unid.	Quant.
Descentralização de crédito orçamentário para elaborar projetos básicos e executivos para a reforma do Ginásio Nilson Nelson e Tenda, em Brasília. (CT 591/2013 - NOVACAP)	Plano Piloto	0013	Concluída	Un.	2
Descentralização de créditos para elaborar projetos de arquitetura, fundações, estruturas e instalações prediais da Escola Guariroba, no Núcleo Rural Taguatinga, às margens da DF 180, em Samambaia. (CT 517/2011- NOVACAP)	Samambaia	0014	Concluída	Un.	3
Reformar o piso do Auditório da Secretaria de Estado, localizada no Lote B, Bloco A-15 do Setor de Áreas Públicas Sul, no Guará.	Guará	0088	Concluída	m²	77
Descentralização de crédito orçamentário para elaborar projetos básicos e executivos de reforma da Feira Permanente do Riacho Fundo II. (CT 675/2013 - NOVACAP)	Riacho Fundo II	0090	Concluída	Un.	1

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6004	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2014	
				Unid.	Quant.
Descentralização de crédito orçamentário para elaborar projetos básicos e executivos de arquitetura e complementares para construção do Ginásio de Gama, no Complexo Esportivo - Setor Central do Gama. (CT 670/2013 - NOVACAP)	Gama	0104	Andamento Normal	Un.	1
Descentralização de crédito orçamentário para elaborar projetos básicos e executivos de arquitetura e complementares para reforma da Feira Permanente do Riacho Fundo I. (CT 670/2013 - NOVACAP)	Riacho Fundo	0105	Andamento Normal	Un.	1

Dentre as ações institucionais atendidas no exercício, foi priorizada a transferência de recursos à NOVACAP, para conclusão de projetos essenciais à programação de determinadas intervenções.

Gestão e Manutenção de Serviços de Estado

O Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, promoveu o custeio com vencimentos e benefícios de pessoal, manutenção dos serviços administrativos, modernização do sistema de informação e capacitação de servidores da Secretaria de Estado de Obras.

A ação de Modernização do Sistema de Informação buscou atender as necessidades desta Secretaria com a aquisição de licença Governamental de uso do *software Autodesk AUTOCAD FULL*, para dar suporte operacional às atividades desenvolvidas pelos engenheiros, arquitetos e demais servidores.

A ação Gestão da Informação e dos Sistemas de TI englobou gastos com suprimentos para impressoras, tais como: cartuchos de toner, kit de rolo de limpeza, kit de transferência de imagem e secundário, revelador, unidade de correia de transferência, cilindro e fusor para atender as necessidades desta Unidade.

A Secretaria de Estado de Obras proporcionou a capacitação de 13 servidores, que participaram de cursos de aperfeiçoamento na modalidade presencial, atendendo as necessidades da Secretaria, conforme tabela a seguir:

CURSO	Número de Servidores
SEMINÁRIO NACIONAL: METODOLOGIA AVANÇADA DE PRECIFICAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.	02
CURSO: GESTÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO.	03
CONGRESSO MUNDIAL DE TÚNEIS 2014 E VISITA TÉCNICA A HIDROELÉTRICA DE ITAIPÚ.	04
43ª REUNIÃO ANUAL DE PAVIMENTAÇÃO E 17º ENCONTRO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA E MINICURSO: DIMENSIONAMENTO E CONTROLE DOS PAVIMENTOS DE CONCRETO.	03
SEMINÁRIO NOVO SICRO SINAPI: IMPACTOS DOS REFERENCIAIS DE PREÇO PARA AS OBRAS DE INFRAESTRUTURA.	01

As ações de Administração de Pessoal e Concessão de Benefícios a servidores englobam gastos realizados com o custeio de pessoal da Secretaria de Estado de Obras, tais como: vencimentos, contribuições previdenciárias, substituições e auxílios diversos: creche e natalidade, alimentação e transporte.

A ação Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais englobou gastos realizados com o custeio desta Unidade, tais como:

- Diárias;
- Material de Consumo;
- Serviços de Terceiros – telefonia, internet, correios, serviços de plotagem, manutenção de ar condicionado, passagens e outros;
- Aquisição de Material Permanente – livros jurídicos e sofá.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3223 – REFORMA DA UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	100.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6203	96.169.022	0	0	0

Não houve execução neste programa

Bete

S/L PROC 00003 /15-Folha Nº 003035

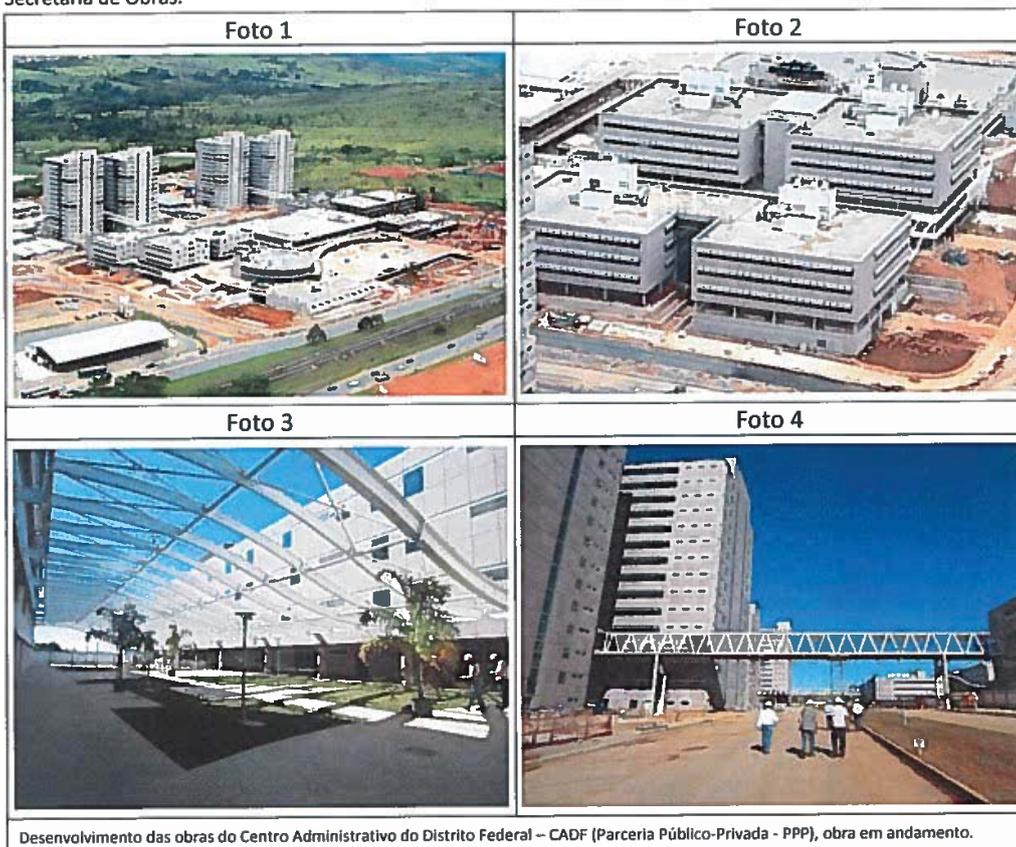
Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1072 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF	96.169.022	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6203	96.169.022	0	0	0

O destaque deste programa é a Execução do Centro Administrativo do Distrito Federal, na Região Administrativa de Taguatinga, cujas obras se encontram em curso, implantadas por meio de uma Parceria Público Privada – PPP, que ocorre através de Contrato de Concessão Administrativa ainda sob a responsabilidade desta Secretaria de Obras.



Desenvolvimento das obras do Centro Administrativo do Distrito Federal – CADF (Parceria Público-Privada - PPP), obra em andamento.

No tocante ao estágio das obras, a primeira fase está recebida provisoriamente e as demais obras estão em andamento, sob o acompanhamento da Comissão instituída pela Portaria SO nº 052, de 02 de maio de 2013.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6205 - CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3033 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL	100.000	627.354	341.062	0
0001 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL – SOBRADINHO	100.000	627.354	341.062	0
TOTAL DO PROGRAMA 6205	100.000	627.354	341.062	0

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6205	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2014	
				Unid.	Quant.
Fornecer e instalar leitos de cabos no interior da Torre de TV Digital. (CT 016/2012)	LAGO NORTE	0055	Concluída	Un.	1

No Programa 6205 destaca-se a conclusão das obras de instalações especiais da Torre de TV Digital, que possibilitaram neste ano a efetivação da transmissão da TV aberta em sinal digital. Ressalta-se que há pendências financeiras decorrente do contrato da intervenção principal da obra, vinculadas à Decisão nº 1140/2013 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 - ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1079 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS POLIESPORTIVOS	100.000	70.467	70.467	70.467
2749 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS POLIESPORTIVOS-CENTROS OLÍMPICOS-DISTRITO FEDERAL	100.000	70.467	70.467	70.467
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	3.715.802	4.170.562	1.840.314	517.208
0001 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PRAÇA DA JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	3.715.802	4.170.562	1.840.314	517.208
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	1.107.250	1.176.779	481.742	370.245
0009 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	100.000	61.340	61.340	61.340
4747 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CAMPOS DE FUTEBOL DE GRAMA SINTÉTICA-DISTRITO FEDERAL	100.000	752.243	308.905	308.905
9526 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-PRÓ-MORADIA CEF-DISTRITO FEDERAL	507.250	363.195	111.497	0
3047 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	850.000	0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	700.000	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	100.000	84.222	84.222	84.222
0011 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	100.000	84.222	84.222	84.222
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	350.000	6.827.571	5.104.579	5.104.579
8514 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA--DISTRITO FEDERAL	100.000	6.827.571	5.104.579	5.104.579
7112 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	6.437.012	6.336.013	0	0
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	100.000	209.344	209.343	0
6330 - REFORMA DE ESTÁDIO--DISTRITO FEDERAL	100.000	209.344	209.343	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	13.460.064	18.874.958	7.790.667	6.146.721

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6206	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2014	
				Unid.	Quant.
Construir campo de futebol de grama sintética com arquibancada entre a Vila Vicentina e a Quadra 06, no Setor Residencial Leste - Vila Burity em Planaltina. (CT 012/2013)	Planaltina	0069	CONCLUÍDA	m²	8.900
Construir duas quadras poliesportivas em Ceilândia. (CT 247/2007)	Ceilândia	0070	CONCLUÍDA	m²	1.260
Construir a 2ª etapa da Pista de Skate do Centro Urbano, Quadra 02 - 206/300, no Recanto das Emas. (CT 048/2013)	Recanto Das Emas	0071	CONCLUÍDA	Un.	1
Implantar bases para Pontos de Encontro Comunitário - PECs na Asa Norte, Lago Norte e Varjão - Lote 1. (CT 057/2013)	Distrito Federal	0072	PARALISADA	Un.	10
Implantar bases para Pontos de Encontro Comunitário - PECs na Asa Sul e no Lago Sul - Lote 2. (CT 058/2013)	Distrito Federal	0073	ANDAMENT O NORMAL	Un.	21
Implantar bases para Pontos de Encontro Comunitário - PECs em Planaltina, Sobradinho I e II e Fercal - Lote 3. (CT 059/2013)	Distrito Federal	0074	CONCLUÍDA	Un.	22
Implantar bases para Pontos de Encontro Comunitário - PECs em Ceilândia e Brazlândia - Lote 4. (CT 060/2013)	Distrito Federal	0075	PARALISADA	Un.	18
Implantar bases para Pontos de Encontro Comunitário - PECs em Taguatinga, Vicente Pires e Águas Claras - Lote 5. (CT 061/2013)	Distrito Federal	0076	PARALISADA	Un.	13

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6206	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2014	
				Unid.	Quant.
Implantar bases para Pontos de Encontro Comunitário - PECs na Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, Cruzeiro, Sudoeste e Octogonal - Lote 6. (CT 062/2013)	Distrito Federal	0077	ANDAMENT O NORMAL	Un.	26
Implantar bases para Pontos de Encontro Comunitário - PECs no SIA, SCIA, Guarã I e II - Lote 7. (CT 063/2013)	Distrito Federal	0078	ANDAMENT O NORMAL	Un.	22
Implantar bases para Pontos de Encontro Comunitário - PECs no Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II - Lote 8. (CT 064/2013)	Distrito Federal	0079	CONCLUÍDA	Un.	30
Implantar bases para Pontos de Encontro Comunitário - PECs no Gama e Santa Maria - Lote 9. (CT 065/2013)	Distrito Federal	0080	CONCLUÍDA	Un.	25
Implantar bases para Pontos de Encontro Comunitário - PECs no Jardim Botânico, São Sebastião, Itapoã e Paranoá - Lote 10 (CT 066/2013)	Distrito Federal	0081	CONCLUÍDA	Un.	19
Implantar Pontos de Encontro Comunitário - PECs em Samambaia - Lote 11. (CT 067/2013)	Samambaia	0082	CONCLUÍDA	Un.	19
Construir Praça da Juventude na Quadra 23 do Itapoã. (CT 006/2014)	Itapoã	0118	ANDAMENT O NORMAL	m²	2.300

Foto 1



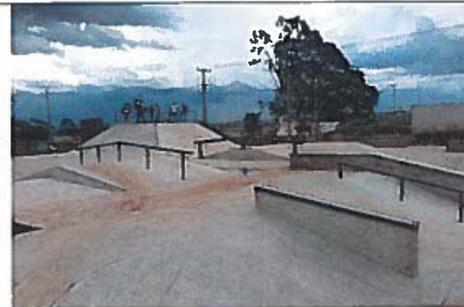
Foto 2



Foto 3



Foto 4



SP. 2003. 00003 /15-Fórmula Nº 000000 Versão 1.0

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Construção da Pista de Skate no Centro Urbano Quadra 02, 2ª etapa, 206/300 Recanto das Emas - CT 048/2013-SO, obra concluída;	
Foto 5 – SQS 109	Foto 6 – SQS 202
	
Foto 7 – SQS 210	Foto 8 – SQS 215
	
Execução de base para implantação de Pontos de Encontro Comunitários PECs, localizados na Asa Sul/Brasília-DF – CT 058/2013, obras em andamento;	
Foto 9	Foto 10
	

SPL PROC 00005 /15-Folha Nº 003057 *Bete*

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Execução de base para implantação de Pontos de Encontro Comunitários PECs, em Planaltina, Sobradinho I e II e Fercal – CT 059/2013, obras concluídas;

Foto 11 – EQNO 4/6



Foto 12 – EQNO 4/6



Foto 13 – EQNO 13/15



Foto 14 – QNN 24



Execução de base para implantação de Pontos de Encontro Comunitários PECs, localizados em Ceilândia – CT 060/2013, obras atrasadas;

Foto 15
QR 05 Vila Bernardo Sayão - Candangolândia



Foto 16
Praça das Estrelas - Candangolândia



GAB. - 0602 00003 / 115-0104 Nº 000037 Versão Paula

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Execução de base para implantação de Pontos de Encontro Comunitários PECs na Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, Cruzeiro, Sudoeste e Octogonal – CT 062/2013, obras em andamento;

Foto 17 QE 19/21 – Guará



Foto 18 QI 03/09/11 – Guará



Execução de base para implantação de Pontos de Encontro Comunitários PECs, no SIA, SCIA, Guará I e II – CT 063/2013, obras em andamento;

Foto 19 – QN 16 Riacho Fundo I

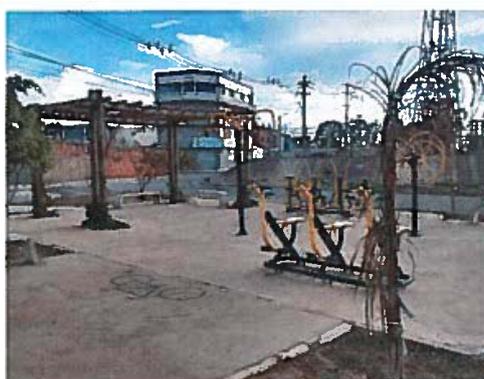


Foto 20 – QN 7D Riacho Fundo II



Foto 21 – Q 106 Recanto das Emas



Foto 22 – Quadra 106 Conj. 3 Recanto das Emas



Bete

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 007039

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Execução de base para implantação de Pontos de Encontro Comunitários PECs, no Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II – CT 064/2013, obras concluídas;

Foto 23 Q. 14/18 Setor Oeste do Gama



Foto 24 QR 117 Santa Maria



Execução de base para implantação de Pontos de Encontro Comunitários PECs no Gama e Santa Maria – CT 065/2013, obras concluídas;

Foto 25 – Itapeti em São Sebastião



Foto 26 – Km 7 Jardim Botânico



Foto 27 – Km 8,5 Jardim Botânico



Foto 28 – Núcleo Rural Sussuarana São Sebastião



SIS: 2001.00003 /15-F0144 Nº 000033 VER=51 Paul

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Execução de base para implantação de Pontos de Encontro Comunitários – PEC, no Jardim Botânico, São Sebastião, Itapoã e Paranoá – CT 066/2013 (segue), obras concluídas;

Foto 29 – Quadra 6 Conjunto C Paranoá



Foto 30 – Quadra 17 Conjuntos G e F Paranoá



Foto 31 – Quadra 21 Conjuntos J e H Paranoá



Foto 32 – Quadra 21 Conjuntos J e H Paranoá



Execução de base para Implantação de Pontos de Encontro Comunitários PECs no Jardim Botânico, São Sebastião, Itapoã e Paranoá – CT 066/2013 (continuação), obras concluídas;

Foto 33 QR 512

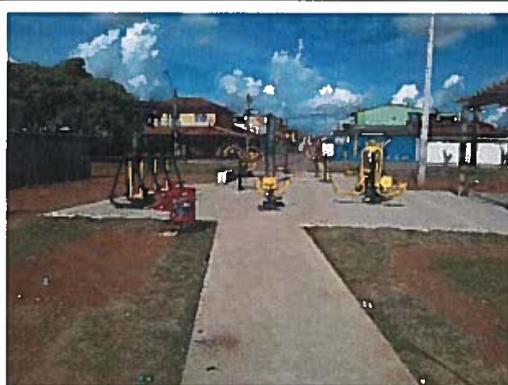
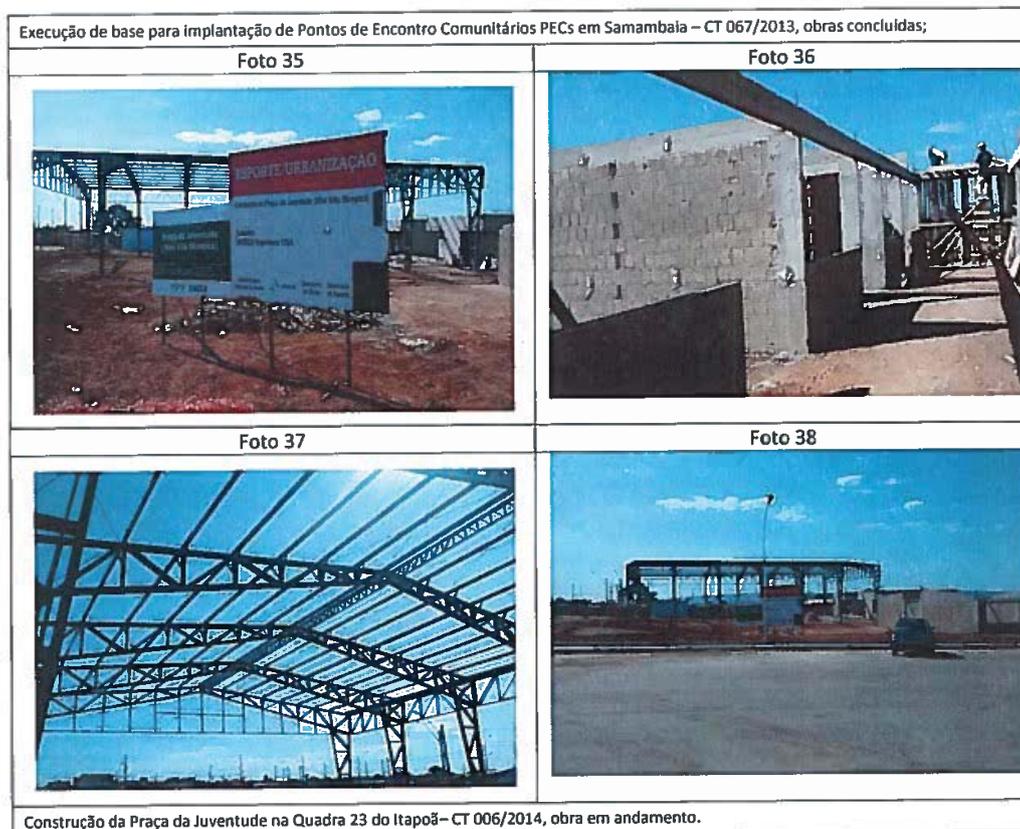


Foto 34 QR 625



SFL PROC 00003 /15-Folha nº 003037 Beta

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014



Destacam-se as conclusões de implantação de bases para instalação de Pontos de Encontro Comunitário - PEC em diversas Regiões Administrativas, no total de 200 unidades (nove no Lago Norte; uma no Varjão; 21 na Asa Sul Plano Piloto; 17 em Planaltina; cinco em Sobradinho; 11 em Ceilândia; 10 em Taguatinga/Águas Claras; dois na Candangolândia; uma no Núcleo Bandeirante; oito no Park Way; 16 no Guará; seis no SCIA; 15 no Recanto das Emas; sete no Riacho Fundo I; sete no Riacho II ; um na DF-280 km 02, Água Quente; 18 no Gama; sete em Santa Maria; 13 no Paranoá; três em São Sebastião; três no Jardim Botânico e 19 em Samambaia, conforme Contratos de nº 057/2013 a 067/2013), bem como a contratação efetivada, neste exercício, da obra de construção da Praça da Juventude na Quadra 23 do Itapoã (CT. nº.: 006/2014). Também destaca-se a licitação relativa à construção da Praça da Juventude em Ceilândia. Esta Praça compreenderá a implantação de pista de caminhada, quadra de areia, pista de skate, campo society, quadra coberta, vestiários e área de convivência da 3ª idade, localizada na QNN 13, Lote B.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	100.000	0	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	1.000.000	349.249	348.340	348.340
6715 - REFORMA DE FEIRAS--DISTRITO FEDERAL	100.000	349.249	348.340	348.340
9003 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL	100.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	1.200.000	349.249	348.340	348.340

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6207	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2014	
				Unid.	Quant.
Reforma dos banheiros da Feira Central da Ceilândia, no Setor Central de Ceilândia. (CT 011/2014)	Ceilândia	0108	Concluída	m²	184



Embora o programa tivesse outras ações na LOA - 2014, houve insuficiência orçamentária e apenas a ação 3247 - Reforma de Feiras, teve realização referente ao investimento acima descrito.

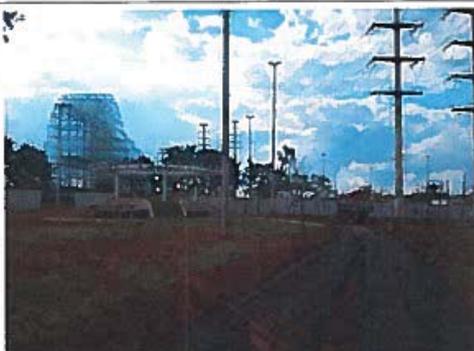
PROGRAMA TEMÁTICO: 6209 - ENERGIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	2.600.000	6.169.402	6.060.672	6.060.672
2836 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-READEQUAÇÃO DA REDE DE ALTA TENSÃO NO TAGUAPARQUE-TAGUATINGA	100.000	6.060.673	6.060.672	6.060.672
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	45.333.444	54.787.362	45.321.593	2.747.228
0012 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	44.233.444	54.787.360	45.321.593	2.747.228
TOTAL DO PROGRAMA 6209	47.933.444	60.956.764	51.382.265	8.807.901

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6209	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2014	
				Unid.	Quant.
Remanejar as linhas de transmissão da CEB na área do Taguaparque, em Taguatinga. (CT 039/2012)	Taguatinga	0056	Concluída	m	13.500
Elaborar estudos e projetos executivos para melhorar iluminação pública e executar obras de expansão no Eixo Monumental, da EPIA até a Via L4, inclusive Praça dos Três Poderes. (CT 027/2012)	Plano Piloto	0057	Concluída	Un.	1
Elaborar projetos e executar obras de implantação, expansão e melhoria do sistema de iluminação pública do Distrito Federal. (CT 037/2012)	Distrito Federal	0058	Andamento Normal	Un.	1
Remanejar redes de energia elétrica na Av. Elmo Serejo, em frente ao CADF, em Taguatinga. (CT 016/2014)	Taguatinga	0129	Concluída	m	730

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

<p>Foto 1</p> 	<p>Foto 2</p> 
<p>Elaborar estudos e projetos executivos e executar obras de expansão no Eixo Monumental, da EPIA até a Via L4, inclusive Praça dos Três Poderes. – Brasília – CT 027/2012-SO, obra concluída;</p>	
<p>Foto 3</p> 	<p>Foto 4</p> 
<p>Foto 5</p> 	<p>Foto 6</p> 
<p>Remanejamento das linhas da CEB na área do Taguaparque em Taguatinga – CT 039/2012-SO, obra concluída.</p>	

O saldo consignado inicialmente na LOA-2014 para o subtítulo 2836 – Readequação da Rede de Alta Tensão no Taguaparque - Taguatinga, foi insuficiente para a realização das obras de remanejamento das linhas de transmissão da CEB na área do Taguaparque. Para a continuidade dos trabalhos houve a necessidade de remanejamento de recursos, o que possibilitou a conclusão dessa importante intervenção.

Destaca-se ainda a conclusão da elaboração de estudos e projetos executivos para melhorar a iluminação pública e a execução de obras de expansão no Eixo Monumental, no trecho entre a EPIA até a Via L4, inclusive a Praça dos Três Poderes.

2015 00003 / 15-Folha Nº 003640 VE-35 Paula

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Entretanto, a programação definida no contrato de melhoria do sistema de iluminação pública do Distrito Federal para o ano de 2014 ficou prejudicada pela insuficiência orçamentária no subtítulo 1763, na fonte de recursos da contribuição de iluminação pública (fonte 134), que teve sua aplicação limitada à reposição de saldos expirados, anteriormente inscritos em Restos a Pagar não Processados. Portanto, as demandas do cronograma físico-financeiro programadas para 2014 foram parcialmente atendidas à conta da fonte de recursos do tesouro (fonte 100), na medida das suplementações obtidas em resposta às diversas solicitações apresentadas pela Secretaria de Obras à SEPLAN, bem como de remanejamentos pontuais de créditos constantes do orçamento da Casa Civil na fonte 134.

Dentre os destaques de obras de iluminação pública, listam-se as principais realizações vinculadas ao contrato nº 037/2012 que a Secretaria de Obras mantém com a CEB, como segue:

OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CT 037/2012		Cidade
Setor Hoteleiro Norte.	Instalação de 12 postes de aço, curvos simples altura útil de 7,5m com luminária e lâmpada 250W; 01 poste de aço, curvo duplo altura útil 7,5m com luminárias e lâmpadas VSAP 150w; 13 postes de aço curvos simples altura útil 10,0m com luminária e lâmpada VSAP 250W; 02 postes de aço duplo altura útil 10,0m com lâmpadas VSA 250W; 01 poste de aço, curvo altura útil de 5,0m com luminária e lâmpada 100w; 36 postes de concreto, circular de 16,0m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas MVM 400W; 01 poste de concreto circular de 16 m, com luminárias de 4 pétalas e lâmpadas 400W e 08 postes de concreto circular de 16,0m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400W.	Plano Piloto
Setor Hoteleiro em frente a Torre TV	Instalação de 04 postes de concreto circular de 16 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas MVM 400 W; 2 postes de concreto circular de 16m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 W e outros complementos.	Plano Piloto
Setor de Autarquia Norte	Instalação de 11 postes de aço duplo, de 7,5 m, com luminárias e lâmpadas VSAP; 40 postes de aço, curvos simples, de 10 m, com luminárias e lâmpada VSAP 400W e 04 postes de aço, curvos simples, de 10 m, luminária e lâmpadas VSAP 400W.	Plano Piloto
Setor Comercial Sul	Instalação de 24 postes de aço, curvos, simples, de 5,0 m, com luminária e lâmpada MVM 250 W; 06 postes de concreto circular de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 W; 03 postes de concreto circular de 11 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 W; 02 postes de concreto circular de 11 m, com luminárias 1 pétalas e lâmpadas VSAP 400 W; 01 poste de concreto circular de 11 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 400 W; 06 postes de concreto circular de 11 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400 W e outros complementos.	Plano Piloto
Viaduto W3 Sul	Instalação de 48 postes de aço curvo simples, de 10 m, com luminária e lâmpada VSAP 400 W; instalação de 04 postes de aço curvo, duplo, de 10 m, com luminária e lâmpada VSAP 400 W e complementos.	Plano Piloto
SQN 109 até SQN 116 - passarelas	Instalação de 17 postes de aço, curvos, simples, de 5 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 250W.	Plano Piloto
Passagens subterrâneas do Eixo Rodoviário Sul SQS 115/215 e SQS 113/213	Instalação de 20 postes de aço, curvos, simples, de 5,0 m, com luminária e lâmpada MVM 250 W e outros complementos.	Plano Piloto
Passagens subterrâneas do Eixo Rodoviário Sul SQS 111/211 e SQS 109/209	Instalação de 20 postes de aço, curvos, simples, de 5,0 m, com luminária e lâmpada MVM 250 W e outros complementos.	Plano Piloto
Proximidades do novo Terminal Rodoviário Fórum e EPIA	Instalação de 03 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminária e lâmpada MVM 400W; 04 postes de aço, curvos simples altura útil 5 m com luminárias VSAP 150; 45 postes de concreto circular de 16,0 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts; 03 postes de concreto circular de 16,0 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas MVM 400 watts; 06 postes de concreto circular de 16,0 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts e postes de concreto circular de 11,0 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts.	Plano Piloto
EPGU	Instalação de 151 postes de aço, curvos, simples, de 10 m, com luminária e lâmpada VSAP 250 W; 48 postes de concreto circular de 16 m, com luminária 2 pétalas e lâmpada VSAP 400 W e outros complementos.	Plano Piloto
Diversos locais do Gama complementação	Instalação de 08 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminárias e lâmpadas VSAP 150W; instalação de 145 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminárias e lâmpadas VSAP 250W; instalação de 34 postes de aço, curvos simples, altura útil de 7,5m com luminárias e lâmpadas VSAP 150W; 05 postes de aço, curvos simples, altura útil de 7,5m com luminárias e lâmpadas VSAP 250W; 41 postes de aço, curvos duplos altura útil de 7,50 com luminárias e lâmpadas VSAP 150W; 04 postes de aço, curvos duplos, altura útil de 7,50m com luminárias e lâmpadas VSAP 250W; 05 postes de concreto circular de 16,0m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 400W; 01 poste de concreto circular de 16m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400W e 06 postes de concreto circular de 16m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400W.	Gama

Beto

SPL PROC 00003 /15-Folha nº 003041

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CT 037/2012		Cidade
Quadra 11 - Setor Sul	Instalação de 04 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminária e lâmpada VSAP 250W e 09 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAPM 400W.	Gama
Diversos Locais - Setor Sul	Instalação de 01 braço de rede aérea, pesado, 2.853x60mm, com luminária e lâmpada VSAP 250 watts; 01 poste de aço, curvo, simples de 7,5 metros, com luminárias e lâmpadas VSAP 250 watts; 41 postes de concreto circulares de 16 metros, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts; 06 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias 1 pétalas e lâmpadas MVM 400 watts; 03 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 watts e 02 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts.	Gama
Pistão Sul	Instalação de 02 braços pesados com luminárias VSAP 250 watts; instalação de 04 postes de aço de 10,0m, simples, com lâmpadas VSAP 250 watts; instalação de 170 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias tipo 04 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts; instalação de 16 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias de 1 pétala VSAP 400W; 01 poste de concreto circular de 16 m, com luminárias 4 pétalas lâmpadas MVM 400W e 4 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias e 4 pétalas VSAP 400W.	Taguatinga
Pistão Norte	Instalação de 215 postes circulares de concreto de 16 m, com luminárias e 2 lâmpadas VSAP 400W.	Taguatinga
Taguaparque	Instalação de 06 postes de aço, curvos, simples, de 10,0 m, com luminária e lâmpada MVM 250 W; e 17 postes de concreto circulares de 16 m, com luminária 2 pétalas e lâmpada VSAP 400 W.	Taguatinga
DF-430 entre o balão da DF-001 até o balão do INCRA 06.	Instalação de 145 postes de concreto circulares de 16 m, com luminária 2 pétalas e lâmpada VSAP 400 W e outros complementos.	Brazlândia
Passarelas das Flores, entre Sobradinho I e II	Instalação de 14 postes de aço, curvos, de 6,0 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 100W mais complementos e acessórios.	Sobradinho
Avenida Contorno	Instalação de 02 postes de aço, curvos duplo, de 10 m, com luminária e lâmpada VSAP 400 W; 83 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 400 W; 02 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 W; 20 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400 W e outros complementos.	Sobradinho
Rua 04	Instalação de 92 postes de aço, curvos simples, de 7,5 m, com luminária e lâmpada VSAP 150W; 03 postes de aço, curvos duplos, de 7,5 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 150W; 03 postes de aço, curvos duplos, de 10 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 250W; 18 postes de aço, curvos duplos, de 10 m, com luminária e lâmpadas VSAP 100W; 27 postes de concreto circulares com 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400W; 06 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas de MVM 400W.	Sobradinho
Módulos P, Q e R – Estância Mestre D'Armas	Instalação de 10 luminárias e lâmpadas; 07 postes de concreto circulares de 16 metros, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 150 watts; e de 10 relês fotoeletrônicos 5A NF e luminárias e lâmpadas VSAP 150W.	Planaltina
Setor Habitacional Sol Nascente – Etapa II	Instalação de 51 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminária e lâmpada VSAP 150W.	Ceilândia
QE 40 Diversos locais	Instalação de 08 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminária e lâmpada VSAP 250W; instalação de 07 postes de aço, curvos simples, altura útil de 7,5m com luminárias e lâmpadas VSAP 250W; 01 poste de aço, curvo simples, altura útil de 7,5m com luminárias e lâmpadas VSAP 250W; 01 poste de concreto circular de 16 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 400W; 02 postes de concreto circular de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400W; 03 postes de concreto circular de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400W; 02 postes de concreto circular de 11 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400W; 03 postes de concreto circular de 11 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 250W; 10 postes de concreto circular de 11 m, com luminárias 1 pétalas e lâmpadas VSAP 400W e 13 postes de concreto circular de 16 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 400W.	Guará II
QS 40/46 QR 602, 603, 605, 407 e 615.	Instalação de 01 braço de rede aérea pesado 2.853x60mm com luminária e lâmpada MVM 400W; instalação de 08 postes de aço, curvos, simples de 7,5m, com luminárias e lâmpadas VSAP 250 watts; instalação de 02 postes de aço, curvos, duplos de 7,5 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 250; 08 postes de concreto de 16 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 400 watts, 08 postes de concreto circular de 16 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 400W; 05 postes de concreto circular de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400W e 01 poste de concreto circular de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts.	Samambaia

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CT 037/2012		Cidade
QN 406 e QR 406, 408, 410, 412 e estacionamento.	Instalação de 03 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminária e lâmpada VSAP 150W; instalação de 02 postes de aço, curvos, duplos, de 7,5 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 250W; 07 postes de concreto circular de 16 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts; 01 poste de concreto circular de 16 m, com luminárias 1 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts e 01 poste de concreto circular de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 watts.	Samambaia
QN 417 estacionamentos e QN 421 - quadra e PEC.	Instalação de 04 postes de concreto circular de 16 m de comprimento com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 400W e 02 postes de concreto circular de 16 m com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400W.	Samambaia
QN 309 Conjunto 8 – Estacionamento da Igreja.	Instalação de 03 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminárias e lâmpadas VSAP 150W; 01 poste de aço curvo simples, de 7,5 m, com luminária e lâmpada VSAP 150 W; 01 poste de aço curvo simples, de 10 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 250W; e 03 postes de concreto circular, de 16 m com luminárias em pétalas e lâmpadas VSAP 400W.	Samambaia
QR 116/118e QR 316/318	Instalação de 04 postes de concreto circular de 16 m com luminárias e lâmpadas VSAP 400W; e 05 postes de conc. de 16 m com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400W.	Samambaia
QS 310 Campo sintético	Instalação de 04 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminárias e lâmpadas VSAP 150W; instalação de 04 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminárias e lâmpadas VSAP 250W; instalação de 03 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas MVM 400 watts; instalação de 01 poste de concreto circular de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 watts.	Samambaia
QR 514,516 e 518	Instalação de 124 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminárias e lâmpadas VSAP 150W e instalação de 04 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminárias e lâmpadas VSAP 250W.	Samambaia
3ª Av. Oeste	Instalação de 38 postes de concreto circulares de 16 m.	Samambaia
QN 201 Corpo de Bombeiros e QR 419 Escola	Instalação de 01 poste de aço curvo duplo, de 7,5 m, com luminária e lâmpada VSAP 250 W; 12 postes de concreto circulares de 16 m com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 W e outros complementos.	Samambaia
QR 108/110 ao lado da linha do Metrô	Instalação de 03 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 400 W; e 05 postes de aço, curvos simples, de 7,5 m, com luminária e lâmpada VSAP 150 W e outros complementos.	Samambaia
QR 210 até 212 Praças e áreas verdes	Instalação de 06 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 W e outros complementos.	Samambaia
Diversos locais - Santa Maria.	Instalação de 33 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminárias e lâmpadas VSAP 250W; instalação de 03 postes de aço, curvos, duplos, de 10 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 250 watts; 47 postes de concreto circular de 16 m com luminárias 02 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts; 01 poste de concreto circular de 16 m, com luminária de 1 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts e 22 postes de conc. circular de 16 m com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 watts.	Santa Maria
Condomínio ITAIPU	Instalação de 06 braços de rede aérea, pesados (2.853x60mm), com luminárias e lâmpadas VSAP 150 watts e 29 substituições de luminárias.	São Sebastião
Quadra 101 Residencial Oeste	Instalação de 03 postes circulares de concreto, de 16 m com luminárias 04 pétalas e lâmpadas MVM 400w.	São Sebastião
Quadra 04 Na Vila São José	Instalação de 03 postes circulares de concreto, de 16 m, com luminárias de 04 pétalas e lâmpadas VSAP de 400 W; e 03 postes de concreto circulares de 16 m com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 W com retirada de 04 postes de aço.	São Sebastião
Quadra de areia do Residencial do Bosque	Instalação de 03 postes circulares de concreto, de 16 m, com luminárias de 04 pétalas e lâmpadas MVM de 400 Watts.	São Sebastião
Beco entre as Ruas 18 e 21, entre as casas 341 e 361 – Bairro Vila Nova.	Instalação de 02 postes de aço, curvos, de 5 m, com luminárias VSAP 100 Watts.	São Sebastião
Quadra poliesportiva da Quadra 02 Bairro São Bartolomeu	Instalação de 04 postes de aço, curvos, duplos, altura de 16 m, com luminárias de 4 pétalas e lâmpadas MVM de 400 W; 04 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 W, com complemento e acessórios.	São Sebastião
Rua 23 Quadra 07, Bairro Tradicional	Instalação de 03 postes circulares de concreto, com 16 m, luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400W.	São Sebastião
Quadra 05 em frente à casa 290	Instalação de 01 poste circular de concreto, de 16 m, com luminárias de 04 pétalas e lâmpadas MVM de 400 Watts.	São Sebastião
Quadra 111 a 106	Instalação de 04 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminárias e lâmpadas VSAP 250W; 07 postes de aço, curvos, simples de 10 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 250 watts; 31 postes circulares de concreto de 16 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts; 26 postes circulares de concreto, de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 watts; 01 poste de concreto de 16 m com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400W.	Recanto das Emas

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003042 B. D. A.

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CT 037/2012		Cidade
QN 01 e acesso a escola Kanegae	Instalação de 07 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminárias e lâmpadas VSAP 250W; 31 postes de aço, curvos, simples de 10 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 150 watts; 08 postes circulares de concreto de 16 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VASP 400 watts; 04 postes circulares de concreto de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 watts e 02 postes circulares de concreto de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 watts e luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts	Riacho Fundo I
Avenida Sucupira	Instalação de 49 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm, com luminárias e lâmpadas VSAP 250W; 04 postes de aço, curvos, duplos de 7,5 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 150 watts; 03 postes de aço, curvos, duplos de 7,5 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 250 watts; 08 postes circulares de concreto de 16 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VASP 400 watts e 11 postes circulares de concreto de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas SAP 400 watts.	Riacho Fundo I
QRSW 08 Bloco A	Instalação de 02 postes circulares de concreto, 7,5 m, com luminárias e lâmpadas VSAP de 150 Watts.	Sudoeste
CCSW 05 Edifício Centauro, revitalização do Setor Central	Instalação de 02 postes de aço, curvos, de 7,50 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 250 watts e retirada de poste.	Sudoeste
SQSW 105	Instalação de 01 poste de aço curvo simples, de 7,5 m, com luminária e lâmpada VSAP 250 W e outros complementos.	Sudoeste
SQSW 504	Instalação de 14 postes de aço, curvos, 5 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 100W.	Sudoeste
QRSW 06 Bloco A5, A7 e A8	Instalação de 06 postes de aço, curvos, simples de 7,5 m, com luminárias e lâmpadas VSAP 150W.	Sudoeste
QRSW entre os Blocos B11 e A10	Instalação de 06 postes de aço, curvos simples, de 7,5 m, com luminária e lâmpada VSAP 150 W; 01 poste de aço curvo duplo, de 7,5 m, com luminária e lâmpada VSAP 150 W e outros complementos.	Sudoeste
Parque do Sudoeste	Instalação de 46 postes de aço, curvos, simples, de 5 m, com luminárias VSAP 100 watts; 12 postes circulares de concreto de 16 m, com luminárias 2 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts e 15 postes circulares de concreto de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 watts.	Sudoeste
Estacionamento entre a Octogonal 01 e 02	Instalação de 03 postes circulares de concreto de 16 m, com luminárias 1 pétala e lâmpadas VSAP 400 watts; 05 postes circulares de concreto de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400 watts e 01 poste circular de concreto de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts.	Octogonal
AOS 01/02	Instalação de 07 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts e instalação de 03 postes circulares de concreto de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400 watts.	Octogonal
Áreas da calçada Octogonal	Instalação de 13 postes de aço curvos simples, de 5 m, com luminária e lâmpada VSAP 100 W e outros complementos.	Octogonal
Av. Comercial entre o condomínio Del Lago e Itapoã	Instalação de 06 postes de aço altura útil de 5 m com luminárias e lâmpadas VSAP 10W e 97 substituições de 01 luminária e lâmpada para VSAP 250W em qualquer braço de rede aérea.	Itapoã
Proximidade Escola Zilda Arns	Instalação de 10 postes de aço, curvos simples, de 7,5 m, com luminária e lâmpada VSAP 250W; 21 postes de aço, curvos simples, de 10 m, com luminária e lâmpada VSAP 250W; 01 poste de concreto circular de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas MVM 400W; 01 poste de concreto circular de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP400W.	Itapoã
Colônia Agrícola São José e Samambala	Instalação de 02 postes de aço, curvos simples, de 7,5 m, com luminária e lâmpada VSAP 250W; 02 postes de aço, curvos simples, de 10 m, com luminária e lâmpada VSAP 250W; 05 postes de concreto circulares de 16 m, com luminárias 4 pétalas e lâmpadas VSAP 400W e demais complementos.	Vicente Pires
Bairro Boa Vista – Fercal.	Instalação de 81 braços de rede aérea, pesados, 2.853x60mm com luminárias e lâmpadas VSAP 150W e instalação de 100 relés fotoeletrônicos 5A NF e luminárias e lâmpadas VSAP 150W.	Fercal

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3711 – REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	47.000	0	0	0
5183 – REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	100.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	147.000	0	0	0

Não houve execução neste programa

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 - GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	47.000	0	0	0
3246 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO	627.000	635.541	323.041	0
0005 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COM UNITÁRIO CEF- CEILÂNDIA	313.500	323.041	323.041	0
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	1.695.850	1.582.528	0	0
7294 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	238.438	351.264	351.264	0
9656 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOS OS CEF - DISTRITO FEDERAL	238.438	351.264	351.264	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	2.608.288	2.569.333	674.305	0

A construção do Centro Comunitário de Ceilândia é integrante do desenvolvimento dos trabalhos do Programa Pró-Moradia.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6213 - SANEAMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	33.033.451	25.812.833	836.444	656.581
0012 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-AMPLIAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA CIDADE- BRAZLÂNDIA	1.751.892	1.778.878	46.711	44.301
0013 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-AMPLIAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA CIDADE- SOBRADINHO	17.583.890	10.680.260	387.344	304.127
0014 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-AMPLIAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA CIDADE- SANTA MARIA	1.218.471	785.963	90.071	90.071
0015 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-AMPLIAÇÃO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE BRASÍLIA- JARDIM BOTÂNICO	12.479.198	12.567.732	312.317	218.081
3057 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PRODUTOR DE ÁGUA - CORUMBÁ SUL	124.245.206	58.991.149	4.623.710	4.623.710
0002 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PRODUTOR DE ÁGUA - CORUMBÁ SUL--DF ENTORNO	124.245.206	58.991.149	4.623.710	4.623.710
7038 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	175.200.942	57.390.020	44.076	44.076
6034 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA- MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA- DISTRITO FEDERAL	32.909.091	44.624	44.076	44.076
7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	43.177.687	9.450.584	166	166
6035 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO-- DISTRITO FEDERAL	3.272.727	169	166	166
7462 - COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF	2.522.454	2.522.454	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6213	378.179.740	154.167.040	5.504.396	5.324.533

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6213	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2014	
				Unkd.	Quant.
Complementar recursos para construção da Estação de Tratamento de Água Corumbá - ETA. (8343/2013 - CAESB)	DF e Entorno	0053	Transferida ¹	Un.	1
Complementar a 1ª Etapa da Adutora de Água Bruta do Sistema Produtor Corumbá IV. (8102/2011 - CAESB)	DF e Entorno	0054	Transferida ¹	m	9.321,49
Implantar redes coletoras públicas, ramais condominiais e estação elevatória de esgoto com linha de recalque, no INCRA B, em Brazlândia. (CT 073/2013)	Brazlândia	0083	Transferida ²	Un.	1
Implantar redes coletoras públicas, ramais condominiais e estação elevatória de esgotos com linha de recalque, no S. Mansões Sobradinho. (CT 071/2013)	Sobradinho	0084	Transferida ²	Un.	1
Implantar redes coletoras públicas, ramais condominiais, sifões e conduto forçado de esgotos, na 1ª Etapa do Setor Habitacional São Bartolomeu, no Jardim Botânico. (CT 070/2013)	Jardim Botânico	0085	Transferida ²	Un.	1
Adquirir material para o sistema de esgotamento sanitário do Setor Habitacional Ribeirão, em Santa Maria. (CT 901/2013 CAESB)	Santa Maria	0102	Concluída	Un.	1

¹ A Gestão físico/financeira da obra foi transferida para CAESB, conforme Decreto nº. 35.423/14, publicado no DODF nº 97 de 16/5/14.

² Contrato repassado para CAESB, conforme Apostilamentos dos Contratos nº 070/13, 071/13 e 073/13, publicados no DODF nº 182, de 02/09/14.

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

O detalhamento sobre as transferências de gestão relativas às ações 3023 e 3057 do Programa 6213, tratam do Sistema de Produção de Águas do Rio Corumbá e do PAC 2 - Saneamento.

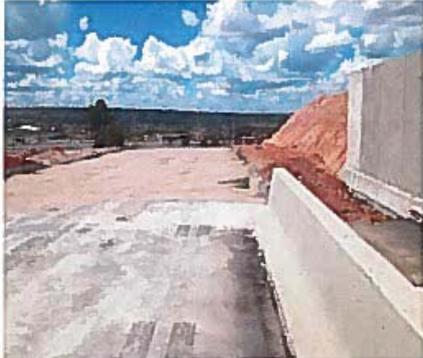
PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 - TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	100.000	122.585	122.585	122.585
0001 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS--DISTRITO FEDERAL	100.000	122.585	122.585	122.585
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	600.000	1	0	0
1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	1.000.000	0	0	0
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	506.516	399.016	0	0
3054 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL	216.307.843	167.216.934	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	900.000	89.124	59.666	59.666
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE--DISTRITO FEDERAL	100.000	89.124	59.666	59.666
3090 - IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIAS	845.127	844.127	0	0
3119 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)	79.089.394	77.907.886	11.343.512	10.486.447
0004 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)--DISTRITO FEDERAL	79.089.394	77.907.886	11.343.512	10.486.447
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	100.000	108.010	108.009	108.009
4356 - CONSTRUÇÃO DE PONTES--DISTRITO FEDERAL	100.000	108.009	108.009	108.009
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	100.000	19.355	19.355	19.355
7778 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO--DISTRITO FEDERAL	100.000	19.355	19.355	19.355
TOTAL DO PROGRAMA 6216	299.548.880	246.707.039	11.653.127	10.796.062

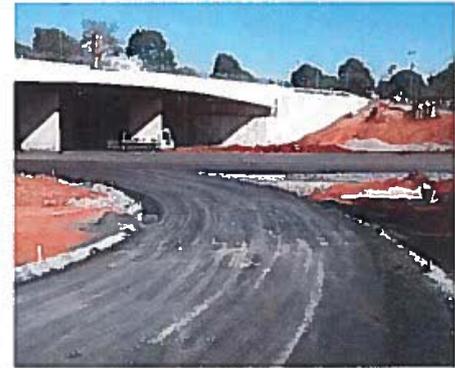
Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6216	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2014	
				Unid.	Quant.
Descentralização de crédito orçamentário para obras de reparo e manutenção da iluminação da Ponte JK. (657/2013 NOVACAP)	Distrito Federal	0059	Concluída	Un.	1
Construir corrimão em concreto armado no setor Bancário Norte, em Brasília. (CT 080/2013)	Plano Piloto	0060	Concluída	m	108
Construir viaduto e acessos na Interseção das Vias ESPM e W3-Sul de Brasília (Linha Verde). (CT 034/2013)	Plano Piloto	0061	Concluída	Km	2
Executar drenagem pluvial na Via ESPM - Estrada Setor Policial Militar. (CT 074/2013)	Plano Piloto	0062	Concluída	Km	1
Remanejar redes de energia elétrica na interseção da Via W3 Sul com a Via ESPM - Estrada Setor Policial Militar, em Brasília. (CT 001/2014)	Plano Piloto	0063	Concluída	m	478
Elaborar estudos e projetos executivos de readequação do corredor de transporte público do Eixo Oeste do DF e vias complementares ao sistema. (CT 013/2013)	Distrito Federal	0064	Andamento Normal	Un.	17
Elaborar Relatórios de Controle Ambiental complementares das vias: Av. Comercial, SAMDU e Hélio Prates, em Taguatinga, e das Estradas: Parque Indústrias Gráficas e trecho do Setor Policial Sul. (CT 072/2013)	Distrito Federal	0065	Concluída	Un.	4
Construir um viaduto na Avenida Araçá, sobre a linha do Metrô em Águas Claras - Lote1. (CT 025/2013)	Águas Claras	0066	Concluída	m²	554
Construir viaduto na Avenida Araucárias sobre a linha do Metrô em Águas Claras - Lote 2. (CT. 026/2013)	Águas Claras	0067	Concluída	m²	939
Construir viaduto na Rua Ipê Amarelo, sobre a linha do Metrô em Águas Claras - Lote 3. (CT 027/2013)	Águas Claras	0068	Concluída	m²	419
Construir ponte em concreto armado sobre o Córrego Adventista, às margens da BR 060 altura do Km 11, no Setor Laje Jiboia, em Samambaia. (CT 664/2013 - NOVACAP)	Samambaia	0101	Concluída	m²	60

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

<p>Foto 1</p> 	<p>Foto 2</p> 
<p>Construção de viaduto na Avenida Araújo, sobre a linha do Metrô, em Águas Claras – CT 025/2013-SO, obras concluídas;</p>	
<p>Foto 3</p> 	<p>Foto 4</p> 
<p>Construção de viaduto na Rua Ipê Amarelo em Águas Claras – CT 027/2013-SO (continua), obras concluídas;</p>	
<p>Foto 5</p> 	<p>Foto 6</p> 

SFL PROC 00003 /15-Folha Nº 003044 *Bate*

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Construção de viaduto na Rua Ipê Amarelo em Águas Claras – CT 027/2013-SO (continuação), obras concluídas;	
Foto 7	Foto 8
	
Foto 9	Foto 10
	
Construção do viaduto de Interseção da Estrada Setor Policial - ESPM com a via W3-Sul, no Plano Piloto – CT 034/2013, obras concluídas.	

Cabe destacar a conclusão das obras de construção do viaduto e acessos na interseção das Vias ESPM e W3-Sul - Corredor do Eixo Oeste (Linha Verde), consistindo da primeira intervenção do Corredor de Transporte Coletivo a ser implementado nessa região.

Os principais empreendimentos do Programa, ou seja, a construção de dois viadutos com acessos na interseção da EPIG com a EPCB, na altura da saída do Parque da Cidade para o Sudoeste, e a construção do túnel sob a Avenida Central de Taguatinga, que inclui a execução de urbanização e reforma viária da Avenida Central e do viaduto da SAMDU, tiveram certames iniciados.

Como mencionado na análise do Programa 6208, o Programa 6216 também apresentou situação de créditos de financiamento e repasse com valores expressivos não realizados. O resultado do Programa é portanto devido às intervenções de grande porte integrantes do seu escopo, com processos de licitação ainda em andamento.

5.1. 2013 00003 /13-Fólia AP 000044 Versão Paula

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

PROGRAMA TEMÁTICO: 6218 - HABITAÇÃO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1658 - MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS	6.010.622	5.686.922	0	0
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	113.645	63.077	63.076	63.076
0008 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC- CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NA VILA DNOCS- SOBRADINHO	15.000	63.077	63.076	63.076
3059 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA	4.302.957	2.696.512	118.417	118.417
0003 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA- CONDOMÍNIO SOL NASCENTE - CEILÂNDIA	155.840	259.259	118.417	118.417
TOTAL DO PROGRAMA 6218	10.427.224	8.446.511	181.493	181.493

A construção de unidades habitacionais está vinculada ao desenvolvimento dos trabalhos do Programa PAC-Habitação. A realização ocorrida neste Programa restringiu-se apenas à liquidação de despesas do exercício anterior.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 - CULTURA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	589.091	897.661	223.151	223.151
0003 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO – DISTRITO FEDERAL	589.091	897.661	223.151	223.151
5968 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL	800.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	1.389.091	897.661	223.151	223.151

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6219	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2014	
				Unid.	Quant.
Descentralização de crédito para complementar recursos de recuperação, reforço e revitalização da Torre de TV do Eixo Monumental de Brasília. (CT 603/2013 e 703/2012 - NOVACAP)	Plano Piloto	0011	Concluída	Un.	1
Descentralização de crédito para reformar o Espaço Oscar Niemeyer, Praça dos Três Poderes, Eixo Monumental de Brasília. (CT 550/2014-NOVACAP)	Plano Piloto	0103	Andamento Normal	m²	80

Efetivou-se a transferência de créditos desta Secretaria para a NOVACAP, destinados à execução das obras de reforma do Espaço Oscar Niemeyer, na Praça dos Três Poderes no Eixo Monumental de Brasília, e ainda para os procedimentos licitatórios da construção da Casa de Cultura de Planaltina.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3271 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	938.500	937.500	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	938.500	937.000	0	0

Não houve execução neste programa

3. PLANEJAMENTO E PROJETOS DE OBRAS

A Secretaria de Obras recebe e atende diversas demandas nas áreas de drenagem pluvial, pavimentação de vias, calçadas, implantação de estacionamentos, manutenção de equipamentos públicos, instalações de Pontos de Encontro Comunitários - PEC's, construção de quadras poliesportivas, campos de grama sintética, entre outros. As definições de prosseguimento das demandas requerem análise e instruções técnicas mais aprofundadas e detalhadas para permitir que as realizações tenham agilidade de execução e o sucesso desejado.

Em 2014 as realizações da Secretaria partiram do tratamento técnico às demandas que ocorreram e resultaram em diversos itens descritos neste Relatório. Contudo, entre as diversas demandas atendidas, algumas delas não puderam ter prosseguimento. Entre estas se destacaram (i) as drenagens pluviais nos Lagos Norte e Sul,

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

onde há grande carência de captações, mas irão requerer projetos executivos complexos para suas implantações, o que exigem estudos diversos minuciosos e abrangentes, que se estenderão em exercícios vindouros e (ii) as implantações de calçadas, sem dúvida a maior das demandas solicitadas e de ampla extensão no território do Distrito Federal. No caso do atendimento a essa necessidade por calçadas, e também visando atender ao programa de mobilidade urbana e acessibilidade, foram elaboradas planilhas para os endereços solicitados, de modo a dar início ao programa de recuperação dessas, em todas as Regiões Administrativas do DF, e permitir as definições e elaborações de projetos executivos que forneçam condições para as futuras licitações.

O atendimento à demanda por manutenção de equipamentos públicos obteve neste período uma grande visibilidade pela ação de execução de contrato específico e pioneiro no Governo do Distrito Federal, onde se priorizou a recuperação de mobiliário urbano de esporte e lazer e de cultura, alguns já totalmente degradados. Tal ação deve merecer uma atenção especial nos próximos exercícios que, uma vez implementada e continuada, o bem público sofrerá gradualmente menos necessidades de intervenções, o que acarretará menor ônus para a Administração Pública, melhor atendimento de demanda e maior satisfação da comunidade.

Uma vez definido o atendimento às demandas, assim como no exercício anterior, deu-se continuidade ao trabalho de coordenação e execução de projetos de urbanização, acessibilidade, drenagem e sistema viário.

Cabe destacar inicialmente que as competências da Secretaria de Obras estão relacionadas com a execução de obras, estando o desenvolvimento de projetos sob a responsabilidade dos órgãos governamentais com atribuição específica, como é o caso dos projetos de urbanização e sistema viário, sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDHAB, e das Administrações Regionais, conforme definido pelo Decreto nº 22.939, de 8 de maio de 2002. Outros projetos, como os de drenagem e pavimentação, são de responsabilidade da NOVACAP e de concessionárias de serviços públicos. Ainda existem as obras relacionadas com projetos de atribuição da Secretaria de Educação (como é o caso dos projetos para construção de quadras poliesportivas cobertas com vestiários em terrenos de escolas da rede pública de ensino), Secretaria de Transportes (como o Programa de Transportes Urbanos), DFTRANS (como é o caso dos abrigos e baías de ônibus), e Secretaria de Cultura (como obras em espaços culturais), entre outros.

Entretanto, devido à ausência ou deficiência na elaboração dos projetos executivos, passíveis de serem licitados e executados, a Secretaria de Obras absorveu a atribuição de elaboração de projetos, em especial de sistema viário e urbanização de espaços livres, oriundos de demandas das Administrações Regionais.

3.1. Projetos de Urbanização de Espaços Livres em todo o DF

Foi dada continuidade ao desenvolvimento de projetos iniciados no ano de 2013, como no caso do Projeto de revitalização do Parque da Cidade. Também foram realizados ajustes em diversos projetos de praças elaborados nos anos de 2012 e 2013 em razão de novas orientações com relação à acessibilidade e à inclusão de brinquedos inclusivos em parques infantis. Isto ocorreu no projeto de reforma das calçadas da Igreja Dom Bosco, nos projetos das Praças da QN14 no Riacho Fundo II, das Praças da Quadra 301 e do Ginásio São Francisco em São Sebastião, nos projetos das Praças Vila Roriz EQ 6, das EQ 1-2 e EQ 5-6 da Vila Buritis II e da Praça Q 24 entre os Conjuntos J, M e AE 3, da Vila Buritis I.

Destaca-se que ao longo do ano de 2014 foram elaborados os seguintes projetos:

Brazlândia:

- Projeto do Parque Infantil no Braspark Quadra 47/48- Vila São José;

Taguatinga

- Locação de Pista de Skate no Taguaparque;

Sobradinho:

- Projeto de Urbanização de Praça Lindeira a DF-425;

Paranoá:

- Projeto de urbanização da Praça da Quadra 15;
- Projeto de urbanização da Praça da Quadra 20;

Planaltina:

- Levantamento e proposta de intervenção para os conflitos com a iluminação pública no Setor Residencial Leste (Quadras 1 a 6).

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

3.1.1. Projeto do Percurso Turístico e Cultural de Planaltina

Com o objetivo de atender às recomendações do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT foi elaborado Percurso Turístico Cultural no Setor Tradicional de Planaltina, que compreende o trecho de entrada da Avenida Goiás até a Praça Cel. Salviano Monteiro, a própria Praça, o trecho da Av. Salvador Coelho que interliga a Praça Cel. Salviano Monteiro até a Praça São Sebastião e finaliza nesta última, datada do século XIX.

O objetivo desse projeto é constituir um percurso que dê destaque aos monumentos históricos, com as ruas do percurso preferencialmente voltadas aos pedestres, com acessibilidade universal, sinalização turística, mobiliário urbano especial e iluminação pública de realce dos monumentos de ornamentação do espaço urbano.

O Projeto foi submetido à Secretaria de Cultura, à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDHAB e a Administração Regional de Planaltina- RA-VI para apreciação e aprovação de diretrizes.

3.1.2. Projetos de Revitalização da Orla do Lago Paranoá

A Secretaria de Estado de Obras dá continuidade aos projetos de revitalização da orla do Lago Paranoá por meio da implantação de projetos de urbanização que se desenvolvem de exercícios anteriores. Destaca-se que no ano de 2014 foi elaborado o projeto de urbanização Marina Sul as margens do Lago Paranoá ao lado da ponte Presidente Médici.

3.2. Acessibilidade

3.2.1. Participação no Programa Viver sem Limite

Houve a continuidade na participação da Secretaria de Obras no Programa Viver Sem Limites, que consiste na adesão do Governo do Distrito Federal ao Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, cujo objetivo é qualificar as políticas públicas de inclusão, para garantir a integração e articulação entre programas e ações que proporcionem o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência no Distrito Federal. A Secretaria atuou na contribuição da definição de políticas públicas vinculadas ao Programa e disponibilizou servidores para participar nas abordagens técnicas, em especial nas discussões de projetos que envolveram o tema da acessibilidade.

3.2.2. Projetos de Acessibilidade

Foram elaborados modelos de parques infantis acessíveis, nas dimensões de 8,00x15,00 m; 12,20x12,00 m; 32.10x27,00 m. As bases são compostas por piso emborrachado, caixa de areia, alambrado, piso em concreto semi-polido, área gramada, vegetação arbórea e mobiliário urbano (bancos, lixeiras, paraciclos e pergolados). Os projetos previram brinquedos que serão adquiridos em ata de preços pela NOVACAP e que foram selecionados conjuntamente com esta Secretaria.

3.3. Projetos de Sistema Viário

Dentre os projetos de sistema viário e estacionamento que foram desenvolvidos no intuito de amenizar os gargalos no tráfego e melhorar a fluidez do mesmo estão:

Plano Piloto:

- Acesso e Estacionamento Parque da Cidade - 912-913 Sul;
- Projeto de novo acesso ao Corpo de Bombeiros no Setor Policial Sul;

SIA:

- Projeto para criação de via com rótula no Setor de Inflamáveis;
- Projeto de criação de rótula e duplicação de via na entrada do SIA via IA-1;

Guará I:

- Criação de estacionamento na GE-12 do Guará I;
- Correção ao acesso da alça do viaduto na via EPIA próximo ao Park Shopping;

Taguatinga:

- Projeto de criação de faixas de aceleração e rolamento na via EPCT próximo ao viaduto da entrada de Taguatinga Centro;

Gama:

- Proposta projeto básico viaduto da entrada do Gama;

Paranoá:

- Projeto para criação de rotatória na via vicinal de acesso a DF-250 que liga a região de Sobradinho dos Melos; e

Planaltina:

- Projeto de duplicação e criação de rotatórias ao longo da via NS-2.

3.4. Gerenciamento de Demandas de Obras

Foi realizada a análise de viabilidade de mais de 400 expedientes variados, que compreendeu procedimentos para viabilização da execução das referidas obras e sistematização do estágio de desenvolvimento de cada uma das ações.

3.4.1. Acompanhamento do Projeto do Centro Administrativo

O Governo do Distrito Federal demandou ao Consórcio CENTRAD alterações no projeto executivo do Centro Administrativo do Distrito Federal, que está em construção. Essas demandas geraram propostas de aditivos financeiros ao Contrato de Concessão Administrativa para Construção, Operação e Manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal e a Secretaria de Obras está incumbida de analisar os quantitativos e preços unitários dos itens que envolvem obras civis, com a conferência da compatibilidade entre os valores e os projetos apresentados, para subsidiar as decisões sobre os aditivos contratuais. Como exemplo está a análise dos quantitativos de arquitetura do acréscimo de sanitários privativos. Posteriormente, foram analisados o Prédio da Governadoria, a área destinada à Perícia Médica e a área originalmente destinada ao Na Hora.

3.4.2. Análise de Projetos Básicos

Foram analisados os seguintes projetos básicos de arquitetura e urbanização com o objetivo de verificar seu atendimento à legislação urbanística, viária, de edificações, bem como das questões de acessibilidade, além da conferência de licenciamentos e anuências necessárias ao processo licitatório:

1. Projeto de faixas de aceleração e desaceleração na Av. Wagner Piau de Almeida no Gama;
2. Implantação de rotatória na QI 19 do Lago Sul;
3. Execução de rotatória na Avenida JK no Gama;
4. Projeto Geométrico da QNM 34 Área Especial, Avenida Hélio Prates em Ceilândia;
5. Rota de fuga do Setor de Inflamáveis no SIA;
6. Estacionamentos da QS 402 a QS 414 em Samambaia;
7. Implantação de campo de futebol de grama sintética, no Paranoá;
8. Urbanização Memorial da 1ª Missa Eixo Monumental do Plano Piloto;
9. Implantação de pavimentação (calçada) em blocos de concreto sextavado, meios-fios e piso de alta resistência, podotátil direcional ou alerta nas Quadras 02, 04, 06, 08, 10 e 12 do Setor Sul do Gama;
10. Reformulação de estacionamento na SQSW 306 no Sudoeste;
11. Elaboração de projeto de acessibilidade do entorno do Palácio do Buriti;
12. Batalhão Escola de Pronto Emprego no Gama;
13. Pavimentação de estacionamento na Vila Telebrasilândia no Plano Piloto;
14. Construção de campo de grama sintética no Cruzeiro Velho;
15. Instalação de passagens de pedestres entre o 15º GBM e a parada de ônibus da Via ESPM, no Plano Piloto;
16. Construção de estacionamento nas Praças da Estação 16 Norte (Arniquireiras) e Estação 18 Norte (Concessionárias) em Águas Claras;
17. Criação de acesso aos Lotes 8 e 9 do Setor de Clubes Esportivos Norte no Plano Piloto;
18. Criação de acesso ao Lote 1A e estacionamento público no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 1, no Plano Piloto;
19. Construção de campo de grama sintética no Parque Urbano Norte do Setor Norte do Gama; e
20. Construção de Praça na Quadra 302 em frente à Administração de Samambaia.

3.4.3. Drenagem

Foram analisadas e encaminhadas à NOVACAP para revisão, várias atualizações de orçamentos e verificações da necessidade de licenciamento ambiental de projetos de drenagem pluvial, como listado:

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

- Drenagem do Setor O da Ceilândia;
- Drenagem e Pavimentação da Via O1 e correção da Via MN03 da Ceilândia;
- Drenagem de Águas Claras;
- Drenagem da Avenida JK do Gama;
- Drenagem no SMDB e QI 19 do SHIS, no Lago Sul;
- Drenagem na QI 08 Conjunto 04 do SHIN, no Lago Norte;
- Drenagem e Pavimentação na QI 03, no Lago Sul;
- Drenagem na QI 15 Chácara 1 a 19, 21, 23, 29, 30 e 33 a 72 Conjuntos 6, 7, 10, 12,14 e 16 do SHIS, no Lago Sul;
- Drenagem do Setor M Norte, em Ceilândia;
- Drenagem QS 07, Areal, em Águas Claras;
- Drenagem na Quadra 34 ao lado do Conjunto A, C e E, no Paranoá;
- Drenagem na área do SESC, Quadra 01, Conjunto 1, Centro Urbano de Samambaia;
- Drenagem nas Quadras 104,106 e 108 próximas a Estação do Metrô de Samambaia Sul;
- Drenagem nas Quadras 7, 9, 11, 13; Quadra 17 Conjunto 07; Quadra 06 Conjunto 02; Quadras 18 a 25 e Quadra 3 Conjunto 2, no SMPW;
- Drenagem na L2-Sul, no Plano Piloto;
- Drenagem Terminal da Asa Sul, no Plano Piloto;
- Drenagem nas Quadras 117 e 118, no Recanto das Emas; e
- Reavaliação de projetos de drenagem e seus orçamentos, em função dos Relatórios específicos de cada um, decorrentes do Contrato Nº 108/2009-SO.
- Já para fins de anuência, consultas e informações técnicas, foram analisados e encaminhados vários processos a diversos Órgãos, como segue:
 - Administração Regional do Núcleo Bandeirante – informações técnicas sobre duplicação de vias e criação de rotatórias na área Central;
 - Administração Regional do Park Way – informações técnicas sobre drenagem no SMPW Quadra 25;
 - Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – consulta sobre urbanismo nas seguintes áreas:
 - Quadra 300 Conjunto 53/57 do Recanto das Emas,
 - Centro de Ensino Fundamental Myrian Ervilha na BR-060 (DF 280) km 09 da Comunidade Água Quente,
 - Setor Habitacional Água Quente entre a RA XII e RA XVIII, e
 - Quadra 07 do SAF SUL do Plano Piloto;
 - Coordenadoria de Polícia Especializada – consulta sobre proposta de alteração de viaduto na entrada do Parque da Cidade no Plano Piloto; e
 - PROURB- informação técnica sobre projetos em Planaltina (córrego Atoleiro) e em Sobradinho (Avenida Central).

3.4.4. Coordenação do Grupo de Trabalho para Implantação do Corredor Oeste de Transporte

Foi dada continuidade à Coordenação do Contrato nº 013/2013, que trata da elaboração dos projetos executivos para a implantação do Corredor de Transporte Público do Eixo Oeste. Este Corredor abrange 17 trechos que compreendem da Avenida Hélio Prates em Ceilândia, passando pela Avenida SAMDU Norte e Comercial Norte em Taguatinga, até a Estrada Parque de Indústrias Gráficas no Plano Piloto. Inclui ainda as interseções da Avenida Hélio Prates com a DF-001 (Pistão Norte); das Avenidas SAMDU Norte e Comercial Norte com suas vias locais e coletoras; da Estrada Setor Policial Militar com as vias W3-Sul, a Via de Ligação do Terminal da Asa Sul e o Setor de Múltiplas Atividades Sul; além de vias complementares a todo o sistema, com vistas à operação do sistema de transportes coletivos de massa proposto pelo Programa de Transportes Urbanos do DF – PTU/DF.

Os produtos entregues foram analisados por comissão interinstitucional, instituída por meio da Portaria SO nº 44/2013, com representantes de diferentes órgãos setoriais.

Foram entregues completos os produtos para implantação do Corredor Oeste:

- Projeto Executivo de Readequação de trecho do Sol Nascente em Ceilândia;

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

- Projeto Executivo de Readequação da Avenida Hélio Prates;
- Projeto Executivo de Paisagismo da ESPM no Plano Piloto;
- Projeto Executivo da EPIG no Plano Piloto, incluídos paisagismo e passarelas;
- Projeto Executivo de Readequação do SMAS e Hípica, Plano Piloto;
- Projeto Executivo de Readequação da Interseção da EPTG com a EPCT em Taguatinga;
- Projeto Executivo de Readequação da Interseção da Hélio Prates com a EPCT em Taguatinga; e
- Projeto Executivo de Readequação das Avenidas Comercial e SAMDU Norte.

Os projetos executivos já foram entregues e estão em fase de ajustes finais, em função da análise da DITEC/SACF, no que diz respeito ao projeto de pavimentação e obras de arte especiais. Encontram-se pendentes, no entanto, os orçamentos relativos à implantação de cada trecho. O contrato teve seus prazos de execução e vigência prorrogados para fevereiro de 2015.

3.4.5. Readequação da EPIG

Durante o período de 2014 foram apresentados os produtos relativos aos acréscimos necessários ao atendimento às exigências do IPHAN e ao projeto de desvio para implantação parcial das obras da EPIG, no trecho do viaduto de ligação da Avenida do Bosque com o Parque da Cidade. Os produtos já foram entregues à CAIXA, dentro do prazo determinado, uma vez que as obras para implantação dos projetos deste contrato serão financiadas com recursos federais. No momento, o contrato encontra-se em fase de encerramento.

3.4.6. Barragem do Ribeirão do Gama

O Contrato encontra-se concluído. No período de 2014 foram entregues, conforme cronograma, os seguintes produtos: ensaios, análises e alternativas, estudos hidrológicos e quantitativos, especificações e orçamento. Esses produtos são objeto da execução das obras de recuperação da Barragem do Ribeirão do Gama, situada na Quadra 17 do Setor de Mansões Park Way, Distrito Federal, os quais servirão para subsidiar a licitação do objeto em questão.

3.4.7. Reavaliação dos Lançamentos e Lagoas de Retenção da Drenagem Pluvial do Polo JK em Santa Maria

Os serviços do Contrato nº 001/2013-SO estão concluídos, com a reavaliação dos lançamentos e lagoas de retenção da drenagem pluvial do Polo JK, em Santa Maria, devidamente definidos. No momento, o contrato encontra-se em fase de encerramento.

3.4.8. Comissões Técnicas para Realizar o Trabalho de Acompanhamento, Avaliação e Recebimento dos Produtos do Contrato nº 017/2014-SO

O acompanhamento do Contrato nº 17/2014-SO requer a participação da SUPROJ nas etapas de identificação de demandas, na interlocução com outras áreas técnicas do Governo, além da mobilização de técnicos na análise de Planos de Trabalho e produtos, como parte das Comissões Técnicas para realizar o trabalho de acompanhamento, avaliação e recebimento dos produtos. Até o momento, foram instituídas quatro Comissões Técnicas para realizar o trabalho de acompanhamento, avaliação e recebimento dos produtos do Contrato 17/2014-SO, a saber:

- Portaria nº 81, de 10 de novembro de 2014, publicada no DODF de 11/11/2014, que instituiu Comissão Técnica para realizar o trabalho de acompanhamento, avaliação e recebimento do produto referente à elaboração do projeto de readequação de drenagem da Estrada Parque Indústrias Gráficas – EPIG, na Região Administrativa de Brasília – RA I.
- Portaria nº 86, de 08 de dezembro de 2014, publicada no DODF de 10/12/2014, que instituiu Comissão Técnica para realizar o trabalho de acompanhamento, avaliação e recebimento do produto referente à elaboração do projeto executivo para implantação de sistema viário e estacionamentos no Setor de Administração Federal Sul- SAF/Sul;
- Portaria nº 87, de 08 de dezembro de 2014, publicada no DODF de 10/12/2014, que instituiu Comissão Técnica para realizar o trabalho de acompanhamento, avaliação e recebimento do produto referente à elaboração do projeto executivo para a implantação dos acessos viários e estacionamentos públicos no entorno do Centro Administrativo do Distrito Federal, em Taguatinga; e
- Portaria nº 88, de 08 de dezembro de 2014, publicada no DODF de 10/12/2014, que instituiu Comissão Técnica para realizar o trabalho de acompanhamento, avaliação e recebimento do produto referente à elaboração do projeto de paisagismo da Avenida Hélio Prates - Ceilândia e Taguatinga.

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

4. DESTAQUE DOS EMPREENDIMENTOS EXECUTADOS

A Secretaria de Obras no exercício de 2014 priorizou a abordagem de análise prévia a toda demanda por obras e serviços de engenharia programados para execução, com o objetivo de garantir a qualidade e economia ao Estado nas intervenções a serem realizadas, o que refletiu positivamente no acompanhamento e na supervisão de contratos, e incrementará o desempenho das atividades e produtos que serão efetivados nos exercícios seguintes.

Em 2014 procedeu-se ao acompanhamento, controle e fiscalização dos contratos em andamento de exercícios anteriores e os celebrados neste ano, que perfizeram um total de 95 contratos. Além disso, foram realizadas análises técnicas em documentações e planilhas orçamentárias para tornar viável a captação de recursos para novos empreendimentos e a alocação de créditos orçamentários para licitação, inclusive em parcerias com outros órgãos do DF.

4.1. Principais obras encampadas em 2014

A Secretaria deu continuidade às obras iniciadas em anos anteriores e realizou a contratação de relevantes obras e serviços neste exercício de 2014, entre os quais se destacam aqueles cujas atividades foram iniciadas e são de grande importância para a comunidade:

- Construção de pavimentação, calçadas e rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 1, em Ceilândia;
- Desenvolvimento de serviços especializados de consultoria para a elaboração de levantamentos preliminares; levantamento planialtimétrico cadastral; estudos geológicos e geotécnicos e terraplenagem; adequação de projetos de urbanismo; projeto de readequação de drenagem, projetos de pavimentação, projetos de sinalização estudo de tráfego e micro simulação dinâmica dos projetos executivos de obras de arte especiais e orçamentos no Distrito Federal;
- Construção da via de acesso ao Núcleo Rural Sobradinho dos Melos, no Paranoá;
- Construção de uma nova pista de caminhada no Parque da Cidade, no Plano Piloto de Brasília; e
- Construção de Praça da Juventude (mini Vila Olímpica), com a implantação de pista de caminhada, campo society, quadra coberta, vestiários e área de convivência da 3ª idade, na Quadra 23 do Itapoã.

Ressalta-se a existência de contratos que apresentaram em seu desenvolvimento problemas técnicos, legais e/ou financeiros, que existiram e persistem em fase de procedimentos que permitam a eliminação de suas dificuldades, quais sejam:

Contrato	Discriminação	Observação
247/2007	Construção de duas quadras poliesportivas e um centro Comunitário de Múltiplas Atividades em Ceilândia, e duas quadras poliesportivas e um Centro de Convivência do Idoso em Samambaia e execução de pavimentação asfáltica sinalização e drenagem pluvial nas Quadras QNP 21, 23, 25 e 27, QNR 02,03 e 04; e QNQ 07 em Ceilândia.	As obras de urbanização foram retomadas, porém os serviços dos equipamentos ainda não foram reiniciados.
011/2012	Construir drenagem pluvial na QND 30, em Taguatinga.	Serviços da obra executados necessitam ser refeitos; possibilidade de encerramento unilateral do contrato.
032/2012	Execução de urbanização, revitalização de praças situada na EQNM 3/5, em Ceilândia.	Contrato em fase de rescisão haja vista a empresa ter abandonado a obra.
004/2013	Construção de quadra poliesportiva em Nova Betânia, Região Administrativa de São Sebastião.	Contrato suspenso por 120 dias a partir de 28/10/2014 até 24/02/2015 (DODF nº 274, de 31/12/14).
009/2013	Reformar quadra poliesportiva e revitalizar praça na EQNN 19/21, em Ceilândia.	Contrato em fase de instrução para encerramento por rescisão contratual devido a interferências na área pública.
030/2013	Execução de urbanização, paisagismo, passeios, rampas, meios-fios, implantação de parques infantis e pontos comunitários nos espaços livres das Quadras 103, 110, 300, 509, 407 e 802, do Recanto das Emas.	Contrato rescindido em 02 de abril de 2014 (DODF nº 84 de 29/04/2014).
035/2013 a 045/2013	Execução de serviços de manutenção em mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura em diversos locais do Distrito Federal.	Contratos suspensos por 120 dias a partir de 31/10/14 até 27/02/15 (DODF nº 240, de 17/11/14).
047/2013	Reformar quadras poliesportivas na Q. 27 e 12/20 do S. Oeste, na Q. 02 do S. Norte, na Q. 46/44 do S. Leste, na Q. 55/56 do S. Central, na Q. 05 do S. Sul; quadras de futsal, vôlei, basquete e área p/ vôlei de areia na Q. 7/12 do S. Oeste; e implantar quatro parques infantis e três PEC's em diversos locais do Gama.	Contrato rescindido em 01 de abril de 2014 (DODF nº 66 de 02/04/2014).

SPL PROC 00003 /15-Folha Nº 003049 - Sete

Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

Contrato	Discriminação	Observação
054/2013	Plantar gramas batatais em placas em diversos locais do Setor Norte de Brasília.	Contrato previsto para rescisão haja vista descumprimento pela Contratada em retomar as obras.
055/2013	Plantar gramas batatais em placas em diversos locais do Setor Sul de Brasília.	Contrato previsto para rescisão haja vista descumprimento pela Contratada em retomar as obras.
057/2013	Implantar bases para Pontos de Encontro Comunitário - PEC's na Asa Norte, Lago Norte e Varjão.	Contrato previsto para rescisão haja vista descumprimento pela Contratada do cronograma das obras.
061/2013	Implantar bases para Pontos de Encontro Comunitário - PEC's em Taguatinga, Vicente Pires e Águas Claras.	Contrato previsto para rescisão haja vista as dificuldades para disponibilização de locais para as obras.
077/2013	Tratamento de fissuras e pintura impermeabilizante do Museu da República, sito no Setor Cultural, Lote 02 - Esplanada dos Ministérios, em Brasília.	Contrato suspenso por 120 dias contados de 28/03/14 até 25/07/14 (DODF nº 77 de 16/04/14).
004/2014	Execução de serviços de certificação da qualidade na execução de pavimento, relativos às obras de engenharia viária das vias urbanas do Distrito Federal.	Contrato suspenso por 120 dias contados de 08/12/14 (DODF nº 258, de 10/12/14).
012/2014	Construção do ginásio poliesportivo no Núcleo Rural do PAD/DF, no Paranoá.	Contrato suspenso por 120 dias até 21/02/15 (DODF nº 228, de 31/10/14).
013/2014	Execução de obras de serviços de acessibilidade, comunicação visual, detecção de incêndio, iluminação de emergência e sinalização de saídas de emergência na Torre de TV Digital, no Lago Norte.	Contrato suspenso por 120 dias contados de 25/10/14 a 22/02/15 (DODF nº 244, de 21/11/14).

Os empreendimentos de grande porte que se efetivaram nos exercícios vindouros e o impacto das demandas que envolvem complexidade técnicas e daquelas pequenas que requerem atendimento prioritário levaram a Secretaria a iniciar preparação para atuar neste contexto. Assim, destacam-se as seguintes atividades em andamento:

- Elaboração do Termo de Referência para licitar a contratação de empresa fiscalizadora das obras do Túnel de Taguatinga;
- Elaboração do Termo de Referência para licitar a contratação de empresa fiscalizadora das obras do EPIG Trecho 2 - viaduto na interseção entre a via EPIG e a saída do Parque da Cidade;
- Análise de projetos e orçamentos de obras diversas de menor valor; e
- Elaboração de manual de procedimentos para análise de documentação técnica e serviços de engenharia.

4.2. Centro Administrativo do Distrito Federal - CADF

4.2.1. Modelo de Parceria e Acompanhamento do Contrato

O Distrito Federal celebrou concessão administrativa na outorga de Parceria Público-Privada - PPP para a construção, operação e manutenção do complexo do Centro Administrativo do Distrito Federal, localizado na Região Administrativa de Taguatinga. O escopo do empreendimento é abrigar em um complexo os órgãos de Governo, promover melhor organicidade da administração pública, melhorar a comunicação e a acessibilidade dos diversos setores administrativos, reduzir os custos operacionais, e ofertar ao cidadão um serviço público de excelência.

Figura 1 - Layout do empreendimento



Relatório Anual de Atividades – Secretaria de Obras – 2014

4.2.2. Encargos Financeiros com o Empreendimento

O Contrato da PPP tem vigência de 22 anos e valor estimado em R\$ 3,2 bilhões. Até o fim do contrato da parceria, a partir da entrega da obra e dos respectivos serviços, existe um encargo bruto de contraprestação pecuniária na ordem de R\$ 12,6 milhões mensais, consoante Carta Proposta apresentada pelo Consórcio vencedor - CENTRAD à época da Concorrência Pública. Destaca-se que a referida contraprestação pecuniária é composta de duas parcelas, uma fixa, para amortizar os investimentos de infraestrutura (obras), e a outra variável, para prestação dos serviços de operação e manutenção do Centro Administrativo.

As contraprestações pecuniárias do empreendimento correrão à conta do Programa de Trabalho - 15.122.6203.1072.4007 - Execução da PPP do Centro Administrativo do DF - Sede do Governo do Distrito Federal - Taguatinga, e estão previstas para ocorrer em duas fases.

4.2.3. Status da Obra

As Obras preveem uma totalidade de área construída de 182.667,26m² distribuídas em 10 blocos com terreno e mais três pavimentos, alguns com subsolo, e quatro blocos com 15 pavimentos, todos destinados as Secretarias. São previstos também um bloco destinado a Governadoria, outro destinado ao Centro de Convenções e Serviços, além das áreas do Centro de Convivência, Garagem e Central de Utilidades, que abrigam equipamentos do complexo e passarelas.

A Ordem de Serviço do Centro Administrativo do Distrito Federal foi emitida pela Secretaria de Obras em 24/06/2013, data esta em que foi iniciada a contagem dos prazos previstos no Contrato de Concessão Administrativa. Ressalta-se que na execução das obras devem ser observados os seguintes prazos:

- FASE I: até 12 (doze) meses após seu início - 24/06/2014;

1º Ano (2014) - recebidas as seguintes obras:

Governadoria (Bloco A)
Garagem A (subsolo da Governadoria e Praça Cívica) e Garagem B (subsolo dos Blocos G e H)
Secretarias (Blocos C, D, E, F, G e H)

- FASE II: até 24 (vinte e quatro) meses após seu início - 24/06/2015.

2º Ano - programadas as seguintes obras:

Centro de Convenções (Bloco B)
Secretarias (Blocos I, J, K e L)
Centro de Convivência
Secretarias (Blocos M, N, O e P)
Bloco Q
Passarelas
Áreas de Convívio
Marquises Diversas
Heliponto

A Concessionária CENTRAD, durante a execução da Fase I, propôs a disponibilização de áreas específicas em substituição a áreas até então definidas para ocupação, em função da demora na remoção do Terminal Rodoviário de Taguatinga e devido a alterações no projeto solicitadas pelo GDF. O Conselho Gestor do Centro Administrativo do GDF deliberou, em julho de 2014, que as áreas poderiam ser substituídas, mas ficou condicionada à entrega do Bloco A – Governadoria e a inexistência de pendências técnicas na vistoria a ser realizada, já que é quando também se iniciará a efetiva operação do CADF.

A Comissão de técnicos que a Secretaria de Estado de Obras havia criado em 2013 desenvolveu ações para corroborar com a celeridade dos trabalhos através de vistorias mensais, nos blocos de A ao Q e, em setembro de 2014, formalizou relatório o qual apontou que a execução das obras atingiram aproximadamente 95% de avanço físico, com pendências a serem sanadas. A Concessionária respondeu aos itens apontados com problemas e já está em curso o processo de revistoria.

A Concessionária CENTRAD propôs que, com a aceitação da substituição de área, ficasse consignada a entrega do Bloco A – Governadoria, nas condições existentes de execução, até o mês de outubro/2014, e não na objetiva entrega do referido prédio completo. Isto ensejaria o início do pagamento da contraprestação mensal. O Conselho Gestor do Centro Administrativo do GDF, na reunião do dia 30/10/2014, deliberou que o início do desembolso não estaria mais condicionado à entrega do Bloco A e sim ao aceite técnico da Secretaria de Obras das áreas anteriormente aprovadas pelo Conselho. Além disto, que a Secretaria de Obras providenciaria termo de alteração contratual para formalização de substituição de área.